

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – 48ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
  - 2.2 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
  - 2.3 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.005

Declara de utilidade pública a Associação de Protetores e Amigos Pets dos Vales – Pet dos Vales, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Protetores e Amigos Pets dos Vales – Pet dos Vales, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de novembro de 2024.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.006

Declara de utilidade pública a Associação de Prevenção e Combate ao Câncer, com sede no Município de Teófilo Otoni.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Prevenção e Combate ao Câncer, com sede no Município de Teófilo Otoni.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de novembro de 2024.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.007**

Declara de utilidade pública a Associação Autismo e Possibilidades –  
Asap –, com sede no Município de Lagoa da Prata.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Autismo e Possibilidades – Asap –, com sede no Município de Lagoa da Prata.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de novembro de 2024.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.008**

Declara de utilidade pública a Associação Força do Bem de Durandé,  
com sede no Município de Durandé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Força do Bem de Durandé, com sede no Município de Durandé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de novembro de 2024.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

#### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.009**

Declara de utilidade pública a Organização LGBT de Muriaé, com  
sede no Município de Muriaé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Organização LGBT de Muriaé, com sede no Município de Muriaé.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de novembro de 2024.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.010**

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Quilombo do Gaia, com sede no Município de São Gonçalo do Pará.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública Associação dos Moradores de Quilombo do Gaia, com sede no Município de São Gonçalo do Pará.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de novembro de 2024.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 26.011**

Declara de utilidade pública a Associação Quilombola dos Produtores e Agricultores Familiares do Tejuco – Aquipafte –, com sede no Município de Januária.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Quilombola dos Produtores e Agricultores Familiares do Tejuco – Aquipafte –, com sede no Município de Januária.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de novembro de 2024.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



**ATAS**

## **ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/11/2024**

### **Presidência do Deputado Tadeu Leite e da Deputada Leninha**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 150/2024 (encaminhando o Projeto de Lei nº 2.881/2024), do governador do Estado; Ofícios; Propostas de Ação Legislativa nºs 83 a 150/2024, de iniciativa popular – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.997, 2.999 a 3.003, 3.014, 3.018, 3.020 a 3.023, 3.025, 3.026 e 3.029/2024; Requerimentos nºs 8.486, 8.604, 8.611, 8.662 e 9.031 a 9.033/2024 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Segurança Pública, de Meio Ambiente, de Minas e Energia e de Direitos Humanos – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Ulysses Gomes; discursos da deputada

Beatriz Cerqueira, dos deputados Sargento Rodrigues e Leleco Pimentel e da deputada Bella Gonçalves; votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.238/2024; requerimento do deputado Ulysses Gomes; discursos da deputada Lohanna e do deputado Cristiano Silveira; Questão de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; discursos dos deputados Betão, Sargento Rodrigues, Ricardo Campos e Professor Cleiton, da deputada Beatriz Cerqueira, dos deputados Luizinho e Doutor Jean Freire, da deputada Bella Gonçalves, dos deputados Marquinho Lemos, Elismar Prado e Leleco Pimentel e das deputadas Andréia de Jesus e Leninha; Prorrogação da Reunião; discurso do deputado Celinho Sintrocel; Questões de Ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; discurso do deputado Ulysses Gomes; votação do requerimento; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; requerimento do deputado Gustavo Santana; deferimento; discursos da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Cristiano Silveira, da deputada Leninha e do deputado Luizinho; Questão de Ordem – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vítório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

### Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

– A deputada Bella Gonçalves, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Correspondência

– O deputado Leleco Pimentel, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

#### MENSAGEM Nº 150/2024

Belo Horizonte, 19 de setembro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Vossas Excelências – Senhoras e Senhores Deputados,

Povo de Minas Gerais,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados –, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, e para conhecimento do Povo Mineiro, projeto de lei que altera a Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD.

Com o advento da Emenda à Constituição da República nº 132/2023, foi estabelecida norma transitória sobre a incidência do ITCD para doadores que tenham domicílio no exterior e sobre transmissão *causa mortis* nos casos em que o *de cujus* era residente no exterior ou seus bens se encontrem fora do país, enquanto não seja aprovada a lei complementar de que trata o inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição da República.

Neste sentido, a proposta ora apresentada tem por objetivo incorporar as inovações trazidas pela referida emenda constitucional à legislação estadual que dispõe sobre o ITCD, a fim de que as regras sobre a cobrança do imposto no Estado estejam adequadas às previsões constitucionais.

Em síntese, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, essas são as razões que me levam propor o projeto de lei em questão.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados – e ao Povo Mineiro.

Romeu Zema Neto, governador do Estado.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.881/2024

Altera a Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD.

Art. 1º – Os incisos II e III do § 2º do art. 1º da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando o referido § 2º acrescido do inciso V:

“Art. 1º – (...)

§ 2º – (...)

II – o doador não tiver residência ou domicílio no País, desde que o donatário seja domiciliado neste Estado ou desde que o bem transmitido se encontre neste Estado, caso o donatário também não tenha domicílio no País;

III – o *de cujus* era domiciliado neste Estado, inclusive em relação aos bens situados no exterior;

(...)

V – o herdeiro ou legatário for domiciliado neste Estado, se o *de cujus* não possuía domicílio ou residência no País, inclusive no caso de bens situados no exterior.”

Art. 2º – Fica revogado o inciso IV do § 2º do art. 1º da Lei nº 14.941, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente, após decorridos noventa dias da publicação, relativamente à incidência do ITCD quando o bem transmitido se encontre neste Estado, caso o donatário também não tenha domicílio no País, incluída no inciso II, e ao acréscimo do inciso V do § 2º do art. 1º da Lei nº 14.941, de 2003.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### **OFÍCIOS**

Ofício nº 117/2024, da Prefeitura Municipal de Faria Lemos, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.182/2023, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.182/2023.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 560/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 560/2023.)

Ofício nº SEGOV/GAB nº. 361/2024, da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.399/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 1.399/2023.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.399/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 1.399/2023.)

Ofício nº 437/2024 – CRVP, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.174/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.174/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.347/2024, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.347/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.396/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.396/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.400/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.400/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.446/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.446/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.450/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.450/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.506/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.506/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.507/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.507/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.508/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.508/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.537/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.537/2024.)

Ofício do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.598/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.598/2024.)

### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 83/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 102 – Fomento à Economia da Criatividade –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que

dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: PROPONENTES: Adenaide Gomes Da Rocha (Itamarandiba, MG) / Adenízio Pereira de Siqueira (Escola Estadual Maria Beltrão de Almeida São João da Ponte, MG) / Adonias Martins de Souza (Paraisópolis, MG) / Adriana Inacia de Almeida Gomes (Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed Medina, MG) / Adriana Silva Fernandes (Almenara, MG) / Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas Pedras de Maria da Cruz, MG) / Águida Maria Vilela Nascimento (Lar São Vicente de Paulo Conceição da Aparecida, MG) / Alba Cristina dos Reis (Associação dos Bairros de Teófilo Otôni – Teófilo Otôni, MG) / Alba Maria Silva Pereira (Itambacuri, MG) / Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas Montes Claros, MG) / Alberis Vinicius Cristiano Mafra (Prefeitura Municipal de Diamantina Diamantina, MG) / Alcides Constantini (Inconfidentes, MG) / Alessandra Costa Monteiro do Vale (Montes Claros, MG) / Alessandra da Silva Matos (Coral Araras Grandes Araçuaí, MG) / Alessandro Moreira (Sindicato dos Produtores Rurais de Candeias, Candeias, MG) / Alexis Aleixo Domingues Rodrigues (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Varginha, MG) / Alisson Correia Dias (Fundação Dirce Figueiredo Pedro Leopoldo, MG) / Alisson Vander da Silva Gomes (Associação Cultural Ferroviários Bahia-Minas Teófilo Otôni, MG) / Allysson Steve Mota Lacerda (Universidade Estadual de Montes Claros-Campus Darcy Ribeiro Montes Claros, MG) / Aloizio Antunes Saraiva (Gabinete Deputada Leninha Januária, MG) / Alvimar Neri Pinto (Grêmio Recreativo Escola de Samba Triunfo Barroco Belo Horizonte, MG) / Amâncio Oliva Neto (Prefeitura Municipal de Varzelândia) / Amanda Estephani Mota (Prefeitura Municipal de Itamarandiba) / Amanda Moreira Martins (Prefeitura Municipal de Itamarandiba) / Amanda Vasconcelos Araújo (Instituto Cultural Amilcar Martins – Icam Belo Horizonte, MG) / Amílcar Vianna Martins Filho (Instituto Cultural Amilcar Martins – Icam Belo Horizonte, MG) / Ana Carolina dos Santos Almeida (Montes Claros, MG) / Ana Carolina Matos Rodrigues (Montes Claros, MG) / Ana Claudia Coelho Antunes (Secretaria de Cultura Itamarandiba, MG) / Ana Cristina da Silva Martins (Universidade Estadual de Montes Claros-Campus Darcy Ribeiro Montes Claros, MG) / Ana Luiza Mendes de Castro (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Turmalina, MG) / Anael Salomão Alvarenga (Associação Cultural Ile Axé Iemanjá Boa Esperança, MG) / Anderson Martins Ferreira (Belo Horizonte, MG) / Andre Evangelista da Silva Neto (Câmara Municipal de Guaranésia) / Andre Souza Cunha (Prefeitura Municipal de Itaobim) / Andreia Aparecida Laura Silva (Associação Mulheres em ação Serranópolis de Minas, MG) / Andreia Marques Souza (Associação Comunitária do Município de Medina – Ascomed Medina, MG) / Andreia silva Alves (Secretaria de Cultura Itamarandiba, MG) / Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente Itaobim, MG) / Andrízia Almeida Silva (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura Itaobim, MG) / Anelito Pereira de Oliveira (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé – Montes Claros, MG) / Angelica de Santana Rocha (Montes Claros, MG) / Anizia Batista Guimarães (Itaobim, MG) / Antônio Afonso de Oliveira (Santana da Vargem, MG) / Antônio Cláudio de Sousa (Prefeitura Municipal de Francisco Badaró – Francisco Badaró, MG) / Antônio dos Reis Silva (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais Guaxupé, MG) / Arnaldo Victor de Souza (Itamarandiba, MG) / Arthur Henrique Martins Lopes (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Belo Horizonte, MG) / Artur Fernandes Gonçalves Filho (Fundação Educacional Professor José Gonela Guaxupé, MG) / Aryanne Ribeiro (Conselho Estadual de Política Cultural – Consec Alfenas, MG) / Aureliano Nunes sena (Associação Comunitária Filadélfia de Itamarandiba) / Avis Antônio Mendes (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação – Sind-Ute Montes Claros, MG) / Ayann Neres Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura Itaobim, MG) / Beatriz Farias Marques (Belo Horizonte, MG) / Beatriz Rezende Rocha (Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS Varginha, MG) / Belchior Lacerda Silva (Prefeitura Municipal de Itamarandiba) / Beneir Alves de Oliveira (Guanhães, MG) / Bruna Alves Miranda (Centro de Referência da Assistência Social – Cras Centro Varginha, MG) / Bruna Cristina dos Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba) / Bruna Maria da Silva Raposo (Fundação Dirce Figueiredo – Sete Lagoas, MG) / Caique Gabriel Santos Vieira (Câmara Municipal de Araçuaí) / Camila de Lelis Silva (Secretaria Municipal de Educação e Cultura Alfenas) / Carla Cristina Barbosa Aguiar (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Darcy Ribeiro Montes Claros) / Carlos Augusto de Farias (Instituto Coral Lavadeiras de Almenara Belo Horizonte,

MG) / Carlos Eduardo Silva (Prefeitura Municipal de Itumirim) / Cassiano Alves Maçaneiro (Núcleos Pedagógicos de Orquestra do Sul de Minas Varginha, MG) / Charles Moraes de Lima (Conselho Estadual de Política Cultural – Consec Betim, MG) / Claudenice Alves da Silva (Centro de Referência da Assistência Social – Cras Centro Varginha, MG) /Claudia Cristina Antunes Resende Figueiredo(Sociedade Musical Carlos Gomes Belo Horizonte, MG) /Cláudia Estevão Ruberto(Contagem, MG) /Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais Janaúba, MG) /Claudio Aparecido de Oliveira (Carmo de Minas, MG) /Cleber Clauson Oliveira Pedreira – Prefeitura Municipal de Conceição da AparecidaConceição da Aparecida, MG) /Cleide Aparecida Santos Oliveira (Araçuaí, MG) /Cleidiane Alves Oliveira Souza(Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, Itaobim, MG) /Cleiton Reis Silva(Janaúba, MG) /Cleubson Wterdd Bicalho (Montes Claros, MG) /Cliford Rosa e Silva (Belo Horizonte, MG) /Cristina Gonçalves de Aguiar (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha, Medina, MG) /Centro de Referência de Assistência Social – Cras Medina, MG) /Daiane Ferreira Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura Itaobim, MG) /Dalgiza Rufino Marques (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Compir – Divino, MG) /Daniel Alexandre M. Domingos (Associação e Projeto Águia, Guaranésia, MG) /Daniela Silva Alfredo Costa (Conselho Central de Varginha – Varginha, MG) /Danielle Ferreira (Fundação Benjamin Guimarães Hospital da Baleia – Belo Horizonte, MG) /Danilo Correia Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba – Itamarandiba, MG) /Danilo Fernandes Santos (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales-Fronteira dos Vales, MG) /Danilo Silva Rodrigues (Polícia Militar de Minas Gerais – Caratinga, MG) /Danylo Jarbas Soares de Oliveira (Itamarandiba, MG) /Darci Santos de Freitas (Movimento Negro – Caputira, MG) /Darlene Alves dos Santos (Centro de Ref. da Assistência Social – Cras) / Daniel Moreira – Itaobim, MG) / Dayler Barbosa (UFMG – Graduação em Ciências do Estado – Belo Horizonte, MG) /Deiviane Barbosa de Almeida (Centro de Referência Especializado Assistência Social – Creas – Itaobim, MG) /Desirée Josrafane Furtado (Três Corações, MG) /Deyse Roberta Santos Veloso (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Azul – Monte Azul, MG) /Dhenerson Augusto Carneiro (Sociedade Musical Carlos Gomes – Belo Horizonte, MG) /Diva Guimarães Pimenta (Itamarandiba, MG) /Djenane Cassimara Abreu (Associação Renascer Mylena Vitória – Itamarandiba, MG) /Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos – Montes Claros, MG) /Douglas Isaías Cardoso (Boa Esperança, MG) /Douglas Rocha Ramalho (Itaobim, MG) /Douglas Vieira Mendes (Belo Horizonte, MG) /Edina Souza Ramos Mendes (Universidade Estadual de Montes Claros – Incubadora TecnológMontes Claros, MG) /Edite Andrade Monteiro (Centro de Convivência Casa da Sopa – Jaíba, MG) / (Centro de Convivência Fraterna Chico Xavier – Jaíba, MG) /Edna da Silva Pires Andrade (Belo Horizonte, MG) /Eduarda Tavares Leal de Carvalho (Diretório Central dos Estudantes da Unimontes Montes Claros, MG) /Eduardo Vieira Leal (Prefeitura Municipal de Itaobim – Itaobim, MG) /Edwilson Martins (Inst. Estad. do Patrimônio Histórico e Artístico de MG – Iepha – Belo Horizonte, MG) /Elcione Oliveira Niza (Associação Comunitária dos Artesãos e Artistas de Monte Azul – Monte Azul, MG) /Eliane Miranda Jardim (Prefeitura Municipal de Rubelita – Rubelita, MG) /Eliane Rodrigues dos Reis Almeida (Associação de Mulheres Pontenses São João da Ponte, MG) /Elias Júnior Pereira de Souza (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura – Itaobim, MG) /Eliene de Souza Silva (Grupo Folia de Reis Ebe Vieira – Itinga, MG) /Elis Medrado Viana (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Montes Claros, MG) /Elisângela Aparecida Carvalho (Prefeitura Municipal de Itamarandiba – Itamarandiba, MG) /Elisangela Simoneti de L Ferreira (Prefeitura Municipal de Monte Sião – Monte Sião, MG) / Eliz Regina Florencio (Secretaria Municipal de Cultura – Guapé, MG) /Emerson Luan Ramos Oliveira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Darcy Ribeiro – Montes Claros, MG) /Montes Claros, MG) /Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea – Montes Claros, MG) /Ernane Baldoino Frois(Prefeitura Municipal de Itamarandiba – Itamarandiba, MG) /Ernane Gonçalves Maciel (Prefeitura Municipal de Montes Claros – Montes Claros, MG) / Ernani Geovani de Sousa (Centro Social Mali Martin – Itamarandiba, MG) /Éryka Jovânia Pereira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Darcy Ribeiro –Montes Claros, MG) / Euler Pereira Mota (Conselho Comunitário de Cachoeira – Urucuaia, MG) /Evandro Antônio de Oliveira (Associação dos Moçambiqueiros de Guape – Guapé, MG) /Evay Vilella Lisboa (Cônego Marinho, MG) /Everaldo Moreira Sá (Escola Estadual São Domingos – Virgem da Lapa, MG) / Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer – Teófilo Otôni, MG) /Fabiano Generoso de Almeida

(Varginha, MG) /Fábio Rodrigo Pinto Leite (Belo Horizonte, MG) /Fábio Sossur (Prefeitura Municipal de Alfenas – Alfenas, MG) /Farley Braga Bavoza (SAMU – Lagoa dos Patos, MG) /Felipe Martins Silva (Alvarenga, MG) /Felipe Wang Silva (Empresa Mineira de Comunicação – Belo Horizonte, MG) /Fernanda Henrique Estevão (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar – Espera Feliz, MG) /Fernanda Pereira Santos (Universidade Estadual de Montes Claros-MG – Montes Claros, MG) /Flávia Peixoto Ribeiro Viana (Apae Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – Divino, MG) /

Proposta 2: Aquisição de instrumentos musicais para atender o grupo folclórico Folia de Reis, no município de Dom Cavati no valor de R\$30.000(trinta mil reais)

Proposta 3: Promover a inclusão social e o desenvolvimento cultural de pessoas com deficiência atendidas pela Apae de Divino.

Valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Proposta 18: Criação de nova ação denominada “Raízes Vivas: cultura e empreendedorismo quilombola” com objetivo de promover a valorização, preservação e difusão da cultura quilombola por meio de atividades artísticas, culturais e de empreendedorismo.

Valor: R\$200.000 (duzentos mil reais).

Proposta 22: Instalação de elevador de acessibilidade no Museu Ginásio São José do Movimento Cultural São José, sediado em Ubá, garantindo a inclusão sem alterar as características do prédio, que é tombado como patrimônio histórico e cultural.

Valor de R\$100.000,00 (cem mil reais)

Proposta 23: Criação de aplicativo para divulgação de atividades educacionais, culturais e de cidadania para norte e nordeste de Minas Gerais.

Meta física: 01

Meta financeira: R\$500.000,00

Proposta 25: Apoio ao projeto “Dança Afro/Vozes do Corpo” para valorização da cultura e da identidade afro.

Valor de R\$100.000,00 (cem mil reais)

Proposta 26: Apoio para realização da primeira semana da Festa de Iemanjá e dos Povos Pretos do Vale do Jequitinhonha

Valor: R\$200.000,00

Proposta 27: Apoio para realização da 40ª edição do Festivale, Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha.

Valor R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)

Proposta 30: Apoio para produção e divulgação de conteúdos audiovisuais sobre a cultura local do Vale do Jequitinhonha e formação de agentes culturais com foco em produção e audiovisual da região, destacando as histórias, tradições e identidade culturais das comunidades e do Município.

Meta financeira: R\$100.000,00

Proposta 31: Apoio para realização da Festa Nossa Senhora do Rosário na cidade de Couto Magalhães, em Minas Gerais.

Valor: R\$200.000,00

Proposta 34: Apoio para realização do 1º Encontro da Cultura Popular Quilombola do Vale do Jequitinhonha.

Valor: R\$200.000,00

Proposta 37: Apoio para expansão das atividades do grupo cultural Senhor Santos Reis, de Almenara para as cidades do nordeste mineiro.

Meta financeira: R\$300.000,00

Proposta 38: Apoio para realização do Festival de Poesia de Divinópolis.

Valor: R\$50.000,00.

Proposta 39: Apoio ao projeto “Rodas de Conversa e Cantoria com as Lavadeiras de Almenara” que visa a circulação do Coral das Lavadeiras por municípios do Vale do Jequitinhonha e Mucuri em 10 escolas públicas do nordeste de Minas Gerais.

Meta financeira: R\$500.000,00

Proposta 41: Revitalização do espaço da União Operária Beneficente do Jequitinhonha, transformando-o em um centro de referência da cultura do Jequitinhonha, que abrigará grupos tradicionais como a Banda Filarmônica Coral Vozes do Jequitinhonha, o Grupo de Capoeira e o Grupo de Dança, entre outras manifestações culturais.

Valor: R\$500.000,00.

Proposta 42: Oferta de cursos de percussão, violão e canto coral para os grupos culturais de Araçuaí.

Meta física: 40 pessoas

Meta financeira: R\$3.000,00 por mês para cada professor (36) – Total R\$108.000,00

Proposta 44: Apoio para realização do 19º Festival de Quadrilhas do Jequitinhonha.

Valor: R\$150.000,00.

Proposta 45: Manutenção das atividades desenvolvidas da Abita – Associação Beneficente de Itaporé – Ponto de Cultura Estação Cultural ano 2025. Atende 545 Famílias, localizadas tanto na zona urbana como em 14 comunidades rurais.

Meta física: não informado

Meta financeira: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)

Proposta 46: Apoio para realização da Festa de São Pedro no município de Felisburgo, com um investimento de R\$100.000,00.

Proposta 48: Apoio para realização do 14º Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha, com um investimento de R\$150.000,00.

Proposta 53: Gravação do CD-Livro do Coral Araras Grandes com 10 (dez) músicas de domínio público.

público-alvo: Pesquisadores, museus, agentes culturais, artistas e classe artística.

Meta financeira: R\$200.000,00 (duzentos mil reais)

Proposta 54: Apoio para realização do Encontro Interestadual de Capoeira.

Valor: R\$100.000,00

Proposta 55: Apoio ao projeto Circo Sem Lona.

Investimento de R\$100.000,00

Proposta 56: Apoio para realização do “Sétimo Mucuri Arte”, uma festividade anual que reúne toda a comunidade do Vale do Mucuri.

Valor: R\$600.000,00

Proposta 57: Apoio para realização da II Festa Literária Pampa.

Investimento de R\$150.000,00

Proposta 59: Apoio para realização do I Encontro de Quilombolas de Fronteira dos Vales.

Investimento de R\$150.000,00

Proposta 60: Criação de um memorial em reconhecimento aos artesãos do município de Carai – Centro Cultural Noemiza Batista.

Sem valor exato de investimento.

Proposta 61: Apoio para realização da Festa de Santo Antônio da comunidade de São João de Baixo (Vilinha), município de Francisco Badaró – MG.

Meta Financeira: R\$100.000,00 (cem mil reais).

Região Intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 62: Apoio financeiro às festas populares do município de Carai, incluindo a celebração “Caraiense Ausente” e outras festividades nos distritos, requer um investimento de R\$250.000.

Proposta 63: Apoio para realização do Primeiro Encontro de Folia de Reis e Grupos de Cultura Popular Regional, promovido pela Ascomed na cidade de Medina

Valor: R\$50.000,00.

Proposta 64: Realização do 4º encontro de corais, na comunidade de Tocoios de Minas, quilombo do município de Francisco Badaró.

Meta Física: 01

Meta Financeira: R\$200.000,00 (duzentos mil reais)

Região: Região Intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 65: Apoio para realização da 5ª Mostra de Artes – Bastião Mão de Onça, um projeto realizado pela Ascomed, na comunidade do General Dutra, em Medina.

Valor: R\$100.000,00.

Proposta 66: Apoio para realização Primeiro Festival de Quadrilha Regional da cidade de Medina, conhecido como Festijoão, é um evento promovido pela Ascomed.

Valor: R\$50.000,00

Proposta 67: Recurso para a gravação do CD dos grupos de corais: Coral Flor da Terra, Coral Tocoios, Coral Roda Viva. Contendo 15 (quinze) músicas da cidade de Francisco de Badaró – MG.

Meta física:01

Meta financeira: R\$200.000,00 (duzentos mil reais)

Região: Intermediária de Teófilo Otoni

Proposta 69: Montagem do Espetáculo “Uma mulher vestida de sol” da obra de Ariano Suassuna, em comemoração aos 30 anos da Cia de teatro Icaros do Vale e Circulação do espetáculo.

público-alvo: Estudantes da resde municipal e estadual de ensino.

Meta física: 01

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)

Região: Intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 71: Apoio para realização do VIII Festival Internacional de Teatro de Palco e Rua de Araçuaí-MG.

público-alvo: Estudantes da rede municipal, estadual e particular, artistas e produtores.

Meta física:01

Meta financeira: R\$300.000,00 (Trezentos mil reais)

Proposta 72: Apoio a realização da 179ª Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Sucuriú, em Francisco Badaró

público-alvo: população em geral

Meta física:01

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)

Região: Região intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 74: Gravação de um CD, composto com 10 (dez) músicas do grupo Coral Banzo.

Meta física:01

Meta financeira: R\$200.000,00 (duzentos mil reais)

Região: Região intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 78: Recurso para o III Seminário Estação da Cultura – Araçuaí – MG

Proposta 79: Manutenção da atividade do Instituto Bruta Flor.

Proposta 84: Apoio para a Academia de Letras do Vale do Jequitinhonha realizar feiras literárias em cinco capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia e Vitória, entre maio e julho de 2025.

Valor: R\$600.000,00.

Proposta 88: Apoio para a realização e promoção da Festa da Manga de Itaobim, com um investimento de R\$600.000,00.

Proposta 89: Realização do bloco carnavalesco Banda Mole de Jequitinhonha, com um investimento de R\$40.000,00.

Proposta 90: Realização da Virada Cultural no município de Jequitinhonha, que ocorrerá trimestralmente, totalizando quatro eventos anuais em bairros distintos, com um investimento de R\$80.000,00.

Proposta 91: Realização da segunda etapa de formação artístico-cultural Batuque Grufemi em Itaobim, com um investimento de 50.000.

Proposta 92: Realização do 1º Seminário para Brincar e Pensar as Infâncias do Vale do Jequitinhonha, com um investimento de R\$150.000,00.

Proposta 93: Criação do Centro de Formação Artístico-Cultural do Vale do Jequitinhonha na cidade de Itaobim, com um investimento de R\$1.000.000,00.

Proposta 94: Recursos para melhorias da Feira de Artesanato Cultural de Machacalis, com um investimento de R\$30.000,00.

Proposta 99: Apoio à Festa Cultural de São João Batista, em Bertópolis, requer um investimento de R\$400.000,00

Proposta 100: Realização da Festa Cultural de Poté, com um investimento de R\$400.000,00.

Proposta 101: Realização da 2ª Festa Literária do Vale do Mucuri, com um investimento de R\$400.000,00.

Proposta 104: Manutenção do projeto In-Cena, com um investimento de R\$400.000,00

Proposta 105: Manutenção do Museu Virtual Núcleo de Memória Vale do Mucuri, com um investimento de R\$400.000,00.

Proposta 106: Realização do Festival Batalha de Rima, com um investimento de R\$10.000,00.

Proposta 107: Realização do projeto “Traçando Identidades”, com um investimento de R\$100.000,00.

Proposta 109: Realização da Primeira Mostra Itinerante de Curtas da Associação da Criança e do Adolescente de Itaobim (Ascai), com um investimento de R\$60.000,00.

Proposta 111: Manutenção das atividades de arte, cultura e educação para crianças e adolescentes do Ponto de Cultura – Ceia.

Requer um investimento de R\$300.000,00.

Proposta 112: Promover a Festa da Cultura Rural de Pavão

Valor: R\$300.000,00.

Proposta 113: Promover as festas populares de Pavão, como o Boi Janeiro e o Forró do Regaço, com um orçamento de R\$500.000,00.

Proposta 114: Realizar a Festa da Mandioca no município de Pavão, em parceria com a Associação de Agricultores (Aspel), com um orçamento de R\$250.000,00.

Proposta 115: Realizar o Festival Solt’o – Encontro de Artistas Espontâneos, em parceria com a Biblioteca Municipal, com um orçamento de R\$300.000,00.

Proposta 116: Realização, em parceria com o Departamento Municipal de Cultura, da 17ª edição do MAP – Movimento Artístico de Pavão, com um orçamento de R\$500.000,00.

Proposta 118: Realização da Festa de São Cosme e São Damião de Pedra Azul, com um orçamento de R\$100.000,00.

Proposta 119: Realização do Festival dos Produtores Rurais com um orçamento de R\$500.000,00

Proposta 120: Realização da Primeira Mostra Cultural de Itambacuri com um orçamento de R\$400.000,00.

Proposta 143: Recurso para a realização da 1ª Feira Itinerante Serra e Sertão.

Meta física: 1 projeto beneficiado.

Meta financeira: R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Proposta 144: Apoio as festas tradicionais dos municípios para fortalecimento da cultura local com cursos e feiras de artesanato com apresentações culturais, Folia do Divino, Folia de Reis, Marujada e Cavalgada, Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa do Modestinense Ausente.

Valor: R\$33.595,00

Proposta 145: Implantação de equipamento cultural no histórico Diamantina Tênis Clube na cidade de Diamantina-MG, com vistas a transformar o espaço em um centro de referência para a promoção e preservação da rica cultura dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Objetivo do programa: Criar um ambiente que não apenas converse, mas também promova a identidade cultural dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Finalidade da Ação: Proporcionar à comunidade local e aos turistas uma oportunidade única de Vivenciar a tradição dos vales.

Público-Alvo: Comunidade local, turistas, artista e produtores culturais.

Meta física: 1

Meta Financeira: R\$2.200.000,00 (Dois milhões e duzentos mil reais)

Proposta 155: Mapeamento do artesanato no Vale do Jequitinhonha, na microrregião do Alto Jequitinhonha, pela Rede de Artesanato do Vale do Jequitinhonha.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 168: Realizar o 3º Circuito de Arte e Percussão do Vale do Jequitinhonha em Diamantina, Carbonita, Serro e Rio Preto.

Público-alvo: Agentes culturais integrantes de grupos de cultura popular, grupos culturais e outros interessados de maneira geral.

Meta física:1

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)

Proposta 169: Festivais culturais regionais (bandas de taquara, danças e cantos das regiões quilombolas, comidas típicas, artesanato local).

Meta física:1

Meta Financeira: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Proposta 174: Reforma e ampliação da sede de Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz, em Diamantina, visando modernizar e melhorar as instalações existentes, além de expandir a capacidade de atendimento da banda, que é um importante patrimônio cultural de Diamantina.

Objetivo do Programa: Reformar e ampliar a sede da banda para que continue a desempenhar um papel essencial na formação musical e cultural de jovens do negócio.

Finalidade da ação: Modernizar e melhorar as instalações existentes, além de expandir.

Público-alvo: Jovens de comunidade de Diamantina em vulnerabilidade cultural e social.

Meta física:1

Meta financeira: R\$1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais).

Proposta 175: Implantação de equipamento cultural no sobrado antiga prefeitura em Diamantina.

Objetivo do programa: Criar um centro de interpretação do patrimônio mundial e do patrimônio cultural dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Finalidade da Ação: Produzir as condições para ocupação do espaço com exposições permanentes sobre o patrimônio cultural da região.

Público-alvo: Comunidade local, turistas nacionais e internacionais, artesão, produtores culturais e artísticos.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil reais).

Proposta 176: Fomento à corporação Musical Filadélfia de para a aquisição de instrumentos musicais visando a ampliação do número de atendidos e beneficiários.

Meta financeira: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Região: Itamarandiba.

Proposta 177: Construção do espaço físico da Casa da Música do Vale do Jequitinhonha, em Itamarandiba.

Proposta 178: Criação de oficinas de mosaico com 20 (vinte) vagas oferecidas a jovens em situação de vulnerabilidade social atendidas pela CODEF em Itamarandiba oportunizando o contato da arte e da cultura como fator de desenvolvimento social.

Meta física: 20

Meta Financeira: R\$30.000,00(trinta mil reais).

Proposta 179: Reparos e manutenção da sede da Associação de despesa das famílias do bairro Fazendinha para aumentar o número de serviços e de público.

Meta financeira: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Proposta 181: Destinação de recursos para equipar o salão de eventos da Centro Social Mali Martin, de Itamarandiba, para realizar oficina de teatro e apresentações culturais para a comunidade de Itamaramdiba. O salão de eventos carece de: ar-condicionado, cadeiras e instalações de um elevador para ofertar acessibilidade a todos.

Meta financeira: R\$100.000,00 (cem mil reais)

Proposta 182: Para a execução do projeto “Risos e Viola” Necessitamos de aporte financeiro para o custeio de transporte, sonorização e palco, alimentação e hospedagem, cachê dos músicos, mini equipe de apoio.

Meta financeira: R\$100.000,00 (cem mil)

Proposta 258: Criação de Projeto de Lei que garanta as cotas nos Editais de Cultura no Estado de Minas Gerais que estabeleça que 20% das Emendas Parlamentares impositivas de cada Deputado Estadual de MG sejam destinadas para Entidades com CNAES específico no setor no ramo Cultural juntamente com a certificação como Pontos de Cultura e respeitando as cotas na porcentagem, bem como propor à Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais para lançar Chamamento Público as Entidades e Associações em base a Lei nº 13.019 e à Cemig e Copasa, uma das maiores patrocinadoras de Minas Gerais, para lançar Chamamento Público as Entidades e Associações em base a Lei nº 13.019.

Proposta 260: Realização do 11º Encontro de Comunicadores do Vale do Jequitinhonha na cidade de Itinga.

Valor solicitado R\$100.000,00 (Cem mil reais)

Proposta 263: Construção do Anfiteatro do Centro Cultural Maciel do Rego na cidade de Taiobeiras.

R\$800.000,00 (oitocentos mil reais)

Proposta 268: Construção do Centro Cultura e Museu de Arte e História dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas.

Proposta 271: Realização do Bloco de Carnaval da Diversidade do Alto Rio Pardo

R\$60.000,00 (sessenta mil reais)

Proposta 273: Realização do 1º Encontro da Cultura Quilombola

Valor R\$100.000.00

Proposta 274: Realização do 1º Seminário da Cultura Popular de Salto da Divisa/ Raízes e Expressões da Nossa Identidade

Valor: R\$100.000.00

Proposta 275: Realização do Samba das Pretas Roda Vale /Oficina Samba de Roda

Valor: R\$250.000.00

Proposta 277: Realização da Quadrilha de Carazal Festa Junina.

Cidade Felício dos Santos

Valor a ser requerido R\$200.000.00

Proposta 278: Implantação de equipamento cultural no Diamantina Tênis Clube para criação de um centro de referência para a promoção e preservação da rica cultura popular dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Proposta de orçamento: R\$2.200.000,00 para aquisição de equipamentos tecnológicos para exposições interativas e multimídia (R\$800.000,00); Montagem de acervo cultural e contratação de curadores e especialistas (R\$600.000,00) e realização de eventos culturais e oficinas voltadas para a comunidade (R\$800.000,00)

Proposta 280: Implantação de equipamento cultural no Hotel Roberto para criação de um centro de referência em educação patrimonial visando transformar o espaço em um local de pesquisa, capacitação e preservação do patrimônio cultural dos

Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Proposta de orçamento: R\$2.000.000,00 para aquisição de materiais pedagógicos e tecnológicos para cursos e oficinas (R\$500.000,00); Criação de programas educativos e oficinas para preservação do patrimônio cultural (R\$800.000,00) e contratação de especialistas em educação patrimonial (R\$700.000,00)

Proposta 281: Implantação de equipamento cultural no sobrado da antiga Intendência (antiga Prefeitura) para criação de um centro de interpretação do Patrimônio Mundial e do patrimônio cultural dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri no sobrado da antiga Intendência.

Proposta de orçamento: R\$3.500.000,00 para Instalação de equipamentos audiovisuais e recursos interativos (R\$1.500.000,00); Desenvolvimento de exposições permanentes e temporárias sobre o patrimônio cultural (R\$1.000.000,00) e Criação de um arquivo digital e espaço para pesquisa acadêmica sobre o patrimônio dos Vales: (R\$1.000.000,00).

Proposta 282: Reforma e ampliação da sede da Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz

Proposta de orçamento: R\$1.800.000,00 para Reforma e modernização das instalações existentes (R\$800.000,00); Aquisição de instrumentos musicais e materiais pedagógicos (R\$500.000,00); Ampliação de salas de ensaio e contratação de equipe de ensino musical (R\$500.000,00)

Proposta 290: Criação de um projeto de lei que acate a recomendação do Minc de destinar 1% do orçamento estadual para o fomento da cultura estadual. Se faz urgente a criação dessa mediante a reforma tributária federal, que poderá vir a extinguir todo tipo de patrocínio com recursos públicos.

Criar um programa de apoio e desenvolvimento das atividades produtivas, comerciais e econômicas de artesãs e artesãos de Minas Gerais.

Criar uma rede colaborativa entre as Câmaras Municipais e a Estadual para a criação coletiva de projetos/leis que fomentem e garantam os recursos municipais e estaduais para a cultura.

Proposta 308: Realização do Festival de Danças Populares do Norte de Minas

Cidade de realização: Taiobeiras / R\$100.000,00 (cem mil reais)

Proposta 310: Realização do Espaço Cultural “Mineiridades” – Cultura, Turismo e Memória na 68ª edição da tradicional Festa de Maio em Taiobeiras,

Cidade: Taiobeiras

Valor: R\$100.000,00 (cem mil reais)

Proposta 311: Realização do 8º TaioCine – Festival de Cinema de Taiobeiras

Cidade: Taiobeiras

Valor: R\$80.000 (oitenta mil reais)

Proposta 312: Realização do Festival Literário Flor de Pequi

Cidade: Diamantina

Valor: R\$100.000 (cem mil reais)

Proposta 314: Realização da sexta edição das “Rodas de Conversa e Cantoria com as Lavadeiras”

Valor solicitado: R\$500.000,00.

Finalidade: circulação com o Coral das Lavadeiras de Almenara por municípios da Região Intermediária de Teófilo Otoni (Vales do Jequitinhonha e Mucuri) para a realização da sexta edição do projeto “Rodas de Conversa e Cantoria com as Lavadeiras de Almenara”.

Proposta 318: Realização da segunda Edição do Jequitifest (Festival de Cultura Popular da região do Jequitinhonha).

Valor solicitado: R\$250.000,00

Finalidade: é a realização, de um grandioso festival voltado para a celebração e promoção da cultura popular tradicional do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina.

público-alvo: população do Jequitinhonha e turistas.

Proposta 319: Diamantina – MG – Proponente: Centro de Apoio Sociocultural e Artístico Real Proposta – Realização do I Fórum Regional do Artesanato Mineiro Programa 102, Valor solicitado: R\$300.000,00.

A proposta consiste em realizar o I Fórum do Artesanato Mineiro durante três dias em Diamantina – MG aonde tem como objetivo a discussão e debate de temas específicos e atuais sobre o artesanato mineiro, como as políticas públicas de Estado, as conquistas os desafios do artesanato com a participação dos artesãos mineiros, lideranças de associações, grupos e cooperativas de artesanato, instituições apoiadoras como o Consec MG, Secult MG, Sede MG, federações, representantes de Conselhos Municipais, Secretarias e Diretorias de Cultura, Sebrae, Idene, Iepha, governo de Minas Gerais e demais representantes da classe. O evento traz palestras, mesa redonda pra ciência das questões sobre o artesanato mineiro e tem o objetivo de fortalecer as relações entre artesãos, associações e grupos com as instituições e as políticas públicas de Governos, bem como, integrar o desenvolvimento do artesanato mineiro a partir das discussões e informações apresentadas. público-alvo: Artesãos mineiros das doze regiões do estado e representantes das instituições apoiadoras do artesanato mineiro. É de extrema necessidade e urgência ações que possibilitem a transformação das dificuldades e desencontros dos profissionais do artesanato diante das políticas públicas existentes, e de outras que é preciso aplicar, a conscientização das leis, novas formas de encontrar os caminhos de produção, divulgação e escoamento do artesanato de altíssima qualidade que o Estado de MG possui, porém estão dispersos e a reeducação de práticas para introdução no mercado virtual, adequação a mecanismos mais eficientes que tragam resultados satisfatórios e o envolvimento da classe no interesse de seu próprio desenvolvimento.

Proposta 324: Realização do 1º Encontro de Folia de Reis do Vale do Jequitinhonha.

Valor requerido: R\$100.000,00

Proposta 332: Apoio ao projeto Capoeira Contagem Ofício do Mestre

Valor solicitado R\$200.000,00

Município de Contagem

Proposta 335: Apoio ao projeto TV Capoeira Vídeos

Valor Solicitado R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)

Proposta 340: Apoio para a produção do filme Vidas Ribeirinhas

600 mil reais para a produção do filme

Proposta 344: Recursos para aquisição de equipamentos, moveis e materiais permanentes para a melhoria da sede Associação Cultural, Artística e Desportiva Cia Xadrez Dance, bem como de um micro-ônibus Sprinter para 18 passageiros para locomoção dos grupos de dança nas diversas competições que participam.

Valor: R\$500.00,00 (quinhentos mil reais)

Proposta 350: Apoio a aquisição de espaço para sede do Quilombo Organização Social das Comunidades Negras Afrodescendentes do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e Região – Formoso-MG

Solicitamos Apoio de 500 mil.

Proposta 353: Realização de concurso com grupos religiosos e de dança que representam as Quadrilhas Juninas, durante a Festa anual em louvor a São João Batista, na paróquia São José, em Patrocínio/MG

Valor: R\$30.000,00 anual.

Proposta 369: Realização do 1º Seminário de Povos Tradicionais do Norte de Minas, em parceria com a Fadenor – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas (Fadenor) e o Museu Regional do Norte de Minas. A proposta envolve Geraizeiros, Catingueiros, Quilombolas, Ribeirinhos e Barranqueiros, podendo ainda receber Vacarianos e Vazanteiros, povos que também habitam a região do norte de Minas.

Cidade: Montes Claros

Valor: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil)

Proposta 370: Realização do Primeiro Encontro de Patrimônio Imaterial do Norte de Minas

Custo: R\$300.000,00

Proposta 372: Realização da 25ª Festa do Pequi do Quilombo de Cruz dos Araújo

Objetivo: Promover a 25ª Festa do Pequi, celebrando o extrativismo e as tradições culturais locais, e fortalecendo a identidade comunitária.

Local: Quilombo Cruz dos Araújo, Cônego Marinho – MG

Proposta 391: Projeto Festival de Viola Índio Cachoeira, em Alfenas/MG

Valor: R\$260.000,00

Proposta 392: Definição de critérios nos editais das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc que beneficiem aos artistas, cujos projetos nunca foram contemplados pela legislação.

Proposta 400: Realização do Festival Quilombola da Bahia a Minas

Adicionar uma meta de financeira de R\$500.000,00 na região intermediária de Teófilo

Proposta 401: Instalação artística denominada “Voo das Garças” em centros regionais de cultura localizadas em Dimantina, Curvelo, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Pirapora e outros municípios.

Proposta 409: Realização do projeto Passeios Culturais para Alunos de Escolas Públicas no Complexo da Pampulha

Valor solicitado: R\$150.000,00

Proposta 414: Realização do projeto “TRANÇANDO NOVAS HISTÓRIAS: CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO CULTURAL”

Valor solicitado R\$150.000,00.

Proposta 418: Apoio para o projeto Ateliê Lukaias Moda – Axé e Sustentabilidade

Orçamento Total: R\$200.000,00\*

Item	Custo (R\$)
Materiais Sustentáveis e Insumos	R\$70.000,00
Equipamentos e Ferramentas	R\$40.000,00

Oficinas de Capacitação e Mão de Obra	R\$30.000,00
Marketing e E-commerce	R\$30.000,00
Despesas Administrativas e Logística	R\$20.000,00
Eventos de Lançamento e Divulgação	R\$10.000,00
<b>*Total*</b>	<b>*R\$200.000,00*</b>

Proposta 421: Realização do PROJETO MOSTRA GASTRONÔMICA DE BARÃO DE COCAIS  
ORÇAMENTO

**\*\*Total estimado:\*\*** R\$100.000

– **\*\*Infraestrutura e Logística:\*\*** R\$40.000,00

– **\*\*Divulgação e Marketing:\*\*** R\$20.000,00

– **\*\*Oficinas e Apresentações Culturais:\*\*** R\$20.000,00

– **\*\*Custos Administrativos e Diversos:\*\*** R\$20.000,00

Proposta 424: Apoio ao projeto de Publicação e Circulação do Livro da Mestra Dona Ieda

Valor Total: R\$300.000,00

Proposta 425: Salvaguarda e Fortalecimento da Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas

Orçamento e Metas

Meta financeira: R\$200.000,00 para aquisição de instrumentos e equipamentos e R\$60.000 anuais para manutenção e capacitação.

Meta física: Aquisição de 35 instrumentos e equipamentos adequados para atender aproximadamente 150 alunos anualmente, expandindo a capacidade de atendimento e melhorando a infraestrutura.

Proposta 427: Aquisição de Ônibus para Fortalecimento e Circulação da Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas

Orçamento e Metas

Meta financeira: R\$400.000,00 para a aquisição de um ônibus de 50 lugares, equipado para transporte de músicos e instrumentos.

Meta física: Aquisição do ônibus para atender 50 músicos e permitir a realização de 20 a 30 eventos anuais, facilitando a circulação em várias regiões de Minas Gerais e em outras localidades.

Proposta 429: Criação do Centro de Formação e Difusão Musical da Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas

Orçamento e Metas

Meta financeira: R\$500.000,00 para obras de infraestrutura, aquisição de instrumentos e materiais de ensino.

Meta física: Estabelecer o espaço físico, com uma programação anual de, no mínimo, 10 cursos e oficinas, atendendo cerca de 200 alunos.

Proposta 430: Proposta – Criação do Festival Anual de Bandas de Música de Minas Gerais

Orçamento e Metas

Meta financeira: R\$300.000,00 para realização do festival, incluindo infraestrutura, logística, divulgação, prêmios e contratação de instrutores.

Meta física: Realizar o festival anual com a participação de pelo menos 15 bandas, impactando diretamente cerca de 500 músicos e atraindo mais de 2.000 visitantes.

Proposta 432: Realização do Festival Samba do Lagedo

\*Valor Total: R\$300.000\*

Proposta 434: Realização do Festival Afro Musical de Alfenas

\*Valor Total: R\$300.000\*

Proposta 436: Realização do projeto “Olhares Aéreos: A Capoeira e as Feiras de Contagem” que inclui realização de um documentário e de oficinas de drone voltadas para crianças da periferia de Contagem.

Valor:1. **\*\*Filmagens Aéreas (R\$60.000,00)\*\***:

– Utilização de *drones* para capturar imagens aéreas das feiras e das rodas de capoeira, proporcionando uma nova perspectiva visual.

– Registro de eventos especiais, como apresentações de capoeira durante as feiras, para evidenciar a integração cultural.

2. **\*\*Oficinas de *drone* (R\$50.000,00)\*\***:

– Realização de oficinas para crianças, ensinando conceitos básicos sobre pilotagem de drones, segurança e filmagem aérea.

– As oficinas incluirão sessões práticas, permitindo que as crianças gravem imagens das feiras e da capoeira, integrando-se ativamente ao projeto.

3. **\*\*Entrevistas e Depoimentos (R\$50.000,00)\*\***:

– Realização de entrevistas com capoeiristas, mestres, feirantes e frequentadores das feiras, compartilhando suas histórias e experiências.

– Inclusão de relatos que abordem a importância da capoeira e das feiras na vida cotidiana das pessoas.

4. **\*\*Edição e Produção (R\$80.000,00)\*\***:

– Edição do material filmado, criando uma narrativa coesa que une as imagens aéreas às histórias contadas nas entrevistas e nas oficinas.

– Produção de um documentário de alta qualidade que possa ser exibido em festivais de cinema, escolas e espaços culturais.

5. **\*\*Campanha de Divulgação (R\$30.000,00)\*\***:

– Criação de uma campanha de lançamento do documentário, incluindo eventos de pré-estreia e divulgação em redes sociais.

– Distribuição do documentário em plataformas de *streaming* e canais de televisão local, ampliando o alcance e a visibilidade do projeto.

Proposta 438: Realização do projeto “Rodas de Capoeira: Fortalecimento Cultural na Região Metropolitana”

Estrutura do Projeto

1. **\*Rodas Regulares (R\$80.000,00)\***: Realização de Rodas semanais, abertas a todas as idades e níveis de habilidade.

2. **\*Encontros Culturais (R\$50.000,00)\***: Festivais que reúnem diferentes grupos da região, promovendo apresentações e trocas culturais.

3. **\*Capacitação para Mestres (R\$40.000,00)\***: Programa de formação focado em pedagogia e gestão de eventos de Capoeira.

4. **\*Oficinas Temáticas (R\$30.000,00)\***: Realização de oficinas de dança, música e história da Capoeira.

5. \*Campanha de Conscientização (R\$20.000,00)\*: Iniciativas para sensibilizar a comunidade sobre a importância da Capoeira e das Rodas.

Proposta 441: PROPOSTA: Realização da Festa do Trabalhador rural, em Pintópolis.

Programa:102 Ação: 4332

Valor solicitado: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

O Valor solicitado e para realiza a Festa do Trabalhador Rural que é uma iniciativa do Sindicato local onde comemora o Dia do Agricultor Familiar no dia 25 de julho. Já estamos na sétima festa que tem por objetivo valorizar o trabalho dos trabalhadores do campo, reconhecendo a sua importância para a sociedade e a economia. proporcionando um dia de lazer através de cavalgada, comidas típicas, exposição de produtos, apresentações artísticas e etc...

Proposta 442: Realização da Mostra Gastronômica de Mulheres de Axé: Culinária de Angola

\*Localidades:\* Ibirité, Contagem e Belo Horizonte

Proposta 450: Realização do Festival Macucultura

Valor: R\$360.000,00

Proposta 455: Realização de I Festinorte. Festival de Cultura Norte de Minas.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Proposta 460: Incentivo e apoio as culturas populares, com apoio técnico e de fomento aos recursos para os grupos de congado, batuque, foliões, catopês, marujas, e caboclinhos das festas dos quilombos.

Proposta 462: 1º Festival Cultural de Folia de Reis e Pastorinhas de Varzelândia. Visa promover a valorização dos grupos de tradição de comunidade religiosa e cultural da região.

Objetivo: Manter e dar visibilidade a cultura de Folia de Reis e Pastorinhas.

Finalidade: Preservar a tradição, buscando apoio governamental para incentivar as novas gerações.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Proposta 463: Reconhecimento oficial da XXVIII Tradicional Cavalgada do Garapão, realizada no Engenho Raízes do Campo, em Varzelândia. Este evento anual, aberto ao público, celebra e fortalece as tradições rurais, valorizando a cultura e o estilo de vida do homem do campo.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Proposta 493: Realização do 1º festival cultural com resgate dos grupos folclóricos, congados, pastorinhas e cultura quilombola, entre outros, do município de Manga e cidades vizinhas.

Objetivo: valorização da cultura local/regional. Despertar na população manguense o gosto pela arte.

Público-alvo: grupos folclóricos, grupos quilombolas e população geral.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Proposta 494: Recurso para circulação do espetáculo de dança junina da entidade Arraiá do Pequizá.

Objetivo: Circulação do corpo artístico popular democratizando o acesso aos bens culturais, garantindo o acesso ao público em geral.

Finalidade: Difundir e valorizar a dança junina como identidade da cultura do norte de Minas.

Meta financeira: R\$350.000,00 (2025); R\$350.000,00 (2026); R\$35.000 (2027).

Proposta 495: Recurso para o 3º Aquilomba Minas no norte do município de Pedras de Maria da Cruz, realização associação de remanescente quilombola de Palmeirinha.

Finalidade: Disseminar a cultura nos territórios quilombolas, através das apresentações culturais.

Público-Alvo: Quilombolas das comunidades do norte de Minas Gerais.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Proposta 497: Recurso para a 18ª Vaquejada de Campo Azul-MG, que acontece em meados de agosto e setembro.

Objetivo: Atrair investimento, mais profissionais na região, mais renda para o povo do município e lazer.

Finalidade: Ter mais condições de realizar uma boa estrutura e um bom suporte para que o evento ocorra com qualidade.

Público-alvo: Comerciantes locais, produtores agrícolas, comércio regional de animais que participam do esporte, turistas.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Proposta 498: Recurso para a realização da 29ª Festa tradicional de Nossa Senhora Aparecida.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$8.000,00 (oito mil reais)

Proposta 499: Recurso para realização da 13ª Confraternização do Complexo 2025.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Proposta 500: Recurso para reformas e adequação da Roça Boiadeiro Volta Grande na cidade de Montes Claros-MG.

Objetivo: Adequar o espaço para melhor atender e desenvolver os projetos.

Finalidade: Crescimento do espaço.

Público-Alvo: Comunidade no geral.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Proposta 501: Recurso para realização da Cavalgada de Nossa Senhora Aparecida. Na comunidade de São Pedro das tabocas, no município de Pedras de Maria da Cruz. Realização Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz-MG.

Objetivo: Fortalecimento do vínculo dos trabalhadores rurais com as tradições locais.

Público-alvo: trabalhadores rurais

Meta física: 1

Meta Financeira: R\$100.000,00 (cem mil reais)

Proposta 504: Incentivar festas tradicionais como a festa junina, valorizando a cultura regional, a integração da comunidade e incentivando a economia local.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Região: Montes Claros

Proposta 506: Recurso para incentivar festas tradicionais como o festival gastronômico Frutos do Cerrado, valorizando a cultura regional, a integração da comunidade e incentivando a economia local.

Objetivo: Promover a economia local, incentivar o turismo e valorizar as tradições culturais, artesanais e gastronômicas.

Finalidade: Promover a cultura e economia local por meio da realização de dois grandes eventos regionais.

Público-alvo: Feirantes e pequenos empreendedores do setor de artesanato e de gastronomia, bares e restaurantes no entorno do evento, prestadores de serviço de estrutura e hotelaria, público local e turistas.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Proposta 509: Criação dos fundos de incentivo cultural solidário.

Objetivo: Facilitar o acesso a recursos via leis de incentivo a cultura como Lei Rouanet, para iniciativas de economia solidária, priorizando projetos coletivos e comunitários.

Finalidade: Estabelecer um fundo destinado a financiar empreendimentos culturais e solidários.

Meta financeira: R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)

Região: Bocaiuva

Proposta 516: Fomento à cultura local e tradicional. Criar programas de incentivo a produção cultural local, que apoiem manifestações culturais tradicionais, como artesanato, música, teatro e danças regionais, especialmente nas comunidades periféricas e rurais.

Objetivo: Propor a criação de editais específicos voltados para cooperativas e coletivos culturais que atuem na preservação do patrimônio imaterial e saberes.

Ação: Criar programas de incentivos a produção cultural local, que apoiem manifestações culturais tradicionais, artesanatos, teatros e danças.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Região: Bocaiuva

Proposta 517: criação do Museu Afro Sertanejo Quilombola Comunitário.

Meta física: 1

Meta financeira: A definir

Proposta 519: Implementação de cursos de dança afro-brasileira, para que a comunidade tenha um melhor conhecimento da cultura afro-brasileira.

Objetivo: Implementação do curso de dança afro-brasileira tem como oferecimento capacitação, o exercício físico e o conhecimento de danças.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$100.000,00 (cem mil reais).

Região: Montes Claros

Proposta 520: Recurso para Realização o 1º Encontro das Caretas de Matias Cardoso.

Objetivo: Promover o patrimônio cultural, valorizar as expressões culturais regionais, garantir a preservação do patrimônio imaterial, estimular o turismo e a cultura.

Meta física:1

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)

Proposta 521: Cinema Itinerante. Uma proposta para cidade de mãos dadas com a zona rural.

Objetivo: Levar a arte nos bairros e nas comunidades rurais.

Finalidade: Ir até o público levando a arte, a história, a música.

Meta física:1

Meta financeira: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

Proposta 522: Recurso para a criação de um festival de talentos na música e no teatro. A ideia é criar uma formação para preparar as pessoas, que já trabalham na música e no teatro, para dar condições de melhorar sua arte. O projeto encerraria com um festival premiando os melhores.

Objetivo: Formação e identificação de talentos, para ajudar a se firmarem no mercado.

Finalidade: Dar as condições para que os profissionais possam se especializar ainda mais no que já fazem.

Público-alvo: Artistas locais.

Meta física:4

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Proposta 523: Na cidade de Urucuia, no coração do Sertão Guimarães Rosa, mo meu Rio de Amor, faz necessário a história contada nos bens tombados com memorial em cada patrimônio, com restauração e placa com síntese da história, iniciando na Igrejinha, que deu vida ao município. Construindo também sua praça desenhada na história.

Objetivo: transformar os bens patrimoniais e tombados em atrações turísticas em que cada passo dado leia-se e visualiza-se sua história sem necessidade de guia turístico.

Finalidade: Enriquecer a cultura local, tornando sua história captadora de turistas e de memórias para os moradores aliando ao aconchego do Rio.

Meta física:10

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)

Proposta 531: Emendas parlamentares para pontos de cultura por meio da Lei 13.015, com edital no site da ALMG, respeitando as cotas. Valor de 10 milhões.

Proposta 532: Realizar cerimônia de entrega de títulos “Mestre Artesão” nos municípios da Região Intermediária de Montes Claros, nas cidades de Mato Verde, Mamonas e Espinosa.

Acréscimo de quantidade na meta física: 1

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$90.000,00

Proposta 534: Fomentar o Festival Sulmineiro de Forró, que tem como objetivo oferecer um evento gratuito para fortalecer o cenário de dança e de bandas de forró, promovendo a interação entre diferentes estados. O orçamento do festival é de R\$100.000.

Proposta 538: A proposta é apoiar as ações da NPOSUL, associação mantenedora da Orquestra Filarmônica de Varginha, com foco na ação pedagógica que beneficia toda a rede pública de ensino, atendendo cerca de 14.000 alunos. O valor solicitado para a implementação dessa ação é de R\$300.000.

Proposta 540: A proposta é solicitar apoio financeiro para a realização da 13ª edição da Feira do Livro de Guaxupé (FLIG). O evento visa promover a cultura literária e o incentivo à leitura no município. O valor solicitado para a realização da feira é de R\$200.000,00.

Proposta 542: A proposta do Fest Diversidade é realizar uma semana de atividades, incluindo palestras e rodas de conversa, com o objetivo de discutir e promover soluções para as questões e desafios enfrentados pela comunidade LGBTQ+. O valor solicitado para a realização do evento é de R\$100.000,00.

Proposta 544: A proposta busca apoio financeiro de R\$350.000,00 para promover diversas iniciativas culturais em Conceição Aparecida, Minas Gerais. O recurso será destinado ao apoio financeiro para a Festival de Música, o artesanato local, a Companhia de Reis, a Feira Cultural, a Fanfarra, a biblioteca, o projeto de capoeira, a cultura religiosa, os eventos de final de ano e ao Fundo Municipal da Cultura.

Proposta 546: Realização do Festival de Cultura Preta na cidade de Guaranésia entre os meses de julho e novembro de 2025. A entidade responsável pela organização do evento será a Capoeira Arte Vida. O festival terá como objetivo fomentar a cultura negra, com ênfase no hip-hop, capoeira e gastronomia, promovendo a troca de saberes e experiências a nível regional. Valor de R\$150.000

Proposta 554: Realização do Festival Literário do Sudoeste Mineiro, organizado pela entidade Máscaras Cultural, na cidade de Guaranésia, Minas Gerais. O custo total para a realização do festival será de R\$100.000,00.

Proposta 561: A proposta é solicitar apoio financeiro para a realização do Festival Multicultural de Inverno, dentro do programa de apoio a projetos culturais e turísticos. O valor solicitado para a execução do festival é de R\$600.000,00.

Proposta 569: Apoio para 4ª Edição do Festival Sons Cores e Sabores. O evento destaca a música local e regional, com apresentações de artistas e bandas que trazem ritmos tradicionais e contemporâneos, enaltecendo identidade musical da região e proporcionando momento de celebração e união, englobando atividades gastronômicas e turísticas. Realizado pela prefeitura de Serranópolis de Minas.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)

Proposta 577: Apoio à realização da cavalgada do município de Morro do Pilar

Valor: R\$68.000,00

Realização: Associação comunitária de desenvolvimento urbano e rural de Morro do Pilar

Proposta 578: Aquisição de instrumentos musicais para o projeto Batutinhas da Banda Lira de Monte Sião e aquisição de instrumentos de corda para a ONG Violeiros de Sion, ambos de Monte Sião

Valor: R\$300.000

Proposta 579: Apoio na festa da igreja do sumidouro de São João do Pacuí, com tendas para realização de atividades culturais. Quem realiza a festa é a Associação do Sumidouro.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$12.000,00 (doze mil reais)

Proposta 581: Recurso para um festival cultural denominado “Superação” para pessoas PCD no município de Montes Claros.

Finalidade: Demonstrar a força e a superação das pessoas com deficiência. Desenvolver crianças e adultos através de oficinas, esportes entre outros.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$60.000,00 (sessenta mil reais)

Proposta 583: Apoio a festa dos dias das mães, realizada na comunidade do Corião, localizada no município de São João do Pacuí. A festa é promovida pela associação de pequenos agricultores local.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$10.000,00 (dez mil reais).

Proposta 585: Recursos para o Festival Viola dos Gerais, o festival de música sertaneja raiz em sua nova edição. Busca preservar a cultura popular, dando espaço e revelando talentos, com mais de 1.700 participações nas oito edições anteriores.

O festival Viola dos Gerais também realiza oficinas de fabricação de instrumentos, como viola, violão.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)

Proposta 586: A proposta visa transformar a Lira Itamirense em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), com o objetivo de gerenciar e executar eventos culturais, como festivais de música, bandas e orquestras. Com um apoio financeiro de R\$1.000.000,00.

Proposta 587: Recursos para promover a 2ª Festa do Mel do município de Bocaiuva/MG, visto que o município tem ocupado espaço de destaque no cenário nacional na produção de mel. Será realizada pela Cooperativa dos Apicultores Familiares do Norte de Minas Gerais.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$100.000,00 (cem mil reais).

Proposta 614: Recursos para a criação do projeto Raízes e Tradições. Criar um evento anual que celebre a diversidade artística e cultural do município, oferecendo espaço para artistas regionais e incentivando o desenvolvimento de talentos especialmente entre pessoas autistas e estudantes.

Objetivo: Incentivar a população a apresentação de diferentes expressões artísticas locais: música, dança, teatro, fotografia, pintura, artes visuais, destacando as raízes culturais do município.

Finalidade: Descobrir e expor talentos de pessoas artistas e incentivá-los na arte com materiais recicláveis promovendo sustentabilidade envolvendo estudantes da rede pública e estadual em atividade teatrais.

Meta financeira: R\$49.000,00.

Proposta 624: Projeto cultural “Sua excelência, a viola” com objetivo de divulgar a viola como instrumento versátil musicalmente e como elemento de união de pessoas por meio da cultura. Será realizado pelo Instituto Dagobé, uma vez por ano, realizado em três dias com oficinas, duelo/torneio de vias e no final haverá show de um violeiro famoso. De 2025 a 2027.

Meta financeira R\$45.000,00.

Proposta 626: Na cidade de Francisco Sá não existe nenhum tipo de festival nem incentivo à cultura com dança, música, etc. A sugestão é um festival de quadrilha no mês de junho, a ideia seria explorar a diversidade cultural e artística com a apresentação

de dança tradicional que no caso seria música de festa junina. Esse festival de quadrilha movimentará toda a comunidade e também setores locais.

Proposta 628: Seleção pública de entidades do 3º setor (OSC, ONG, OS) para busca ativa e capacitação de coletiva e entidades culturais assim como Mestres folcloristas e artistas Populares para acesso às leis de fomento à cultura, em especial PNAB.

Metas financeiras R\$250.000,00.

Proposta 629: Produção de evento artístico-cultural de porte regional atendendo os municípios de São Francisco. Luizlândia, Brasília de Minas, Icarai, Japonar, Lontra, São João da Ponte e Ibicatu em evento de memória do III Festival de Viola caipira e música raiz Zé Coco do Riachão.

Proposta 630: Oferecer capacitação em comunicação popular para jovens do Norte de Minas, garantindo os equipamentos básicos para a execução do trabalho que será voltado para a propagação das ações da comunidade.

Meta financeira: R\$150.000,00.

Proposta 634: Realizar cursos de capacitação profissional voltado para atendimento da população negra e demais interessados, para valorizar a beleza negra através do corte de cabelo, penteados e acessórios culminando em festivais de beleza negra no Norte de Minas em pelo menos 3 comunidades rurais.

Metas financeiras R\$150.000,00.

Proposta 635: Criar espaço de cultura popular no galpão da rede ferroviária Zé Coco do Sertão. Uma ferrovia: local de eventos culturais. Encontro dos violeiros festivais culturais e shows. Com preços populares onde a cultura seja valorizada.

Metas financeiras valor a definir.

Proposta 637: Kits de instrumentos para o coral da igreja da comunidade de Baixa Grande no município Rio Pardo dos Minas.

Proposta 639: Realização da Primeira Edição das Ribeiradas – Jornadas Sociopedagogicas

Objetivo: Organizar ações socioeducativas nos bairros, vilas e favelas de Montes Claros em outubro de 2025, visando contribuir para a inclusão social de pessoas pobres;

Finalidade: Possibilitar a inclusão social em Montes Claros, através de ações educativas e culturais.

Público-alvo: Jovens da periferia de Montes Claros, pessoas negras, PCDs, mulheres e LGBTQIA+.

Meta financeira: R\$200.000,00

Proposta 641: Realização da quarta edição do Fórum sócio-cultural de Montes Claros no período de 1 a 3 de julho de 2025, com ações presenciais e virtuais voltadas para População Negra pobre e excluída Visando o empoderamento Dos grupos minoritários raciais.

Meta financeira: R\$300.000,00.

Proposta 647: A proposta visa o incremento financeiro para a realização da Cavallhada em Santana do Jacaré, com o objetivo de ampliar e melhorar a estrutura do evento, que é uma das principais manifestações culturais da cidade. O valor solicitado é de R\$50.000

Proposta 654: Apoio para oferta de capacitação de coletivos, grupos, pontos de cultura e entidades do terceiro setor nas cidades de Pouso Alegre, Poços de Caldas e Varginha.

Valor: R\$240.000,00

Proposta 655: Apoio para criação de oficinas mensais de cultura afro-brasileira com o objetivo de promover intercâmbios culturais no Brasil e em níveis regional, estadual e nacional a serem oferecidas na sede da Associação Cultural Ilê Axé Iemanjá Awure Odara, em Boa Esperança.

Valor de R\$250.000,00

Proposta 657: A proposta é a aquisição de um terreno para a construção da sede própria da associação Cultural Alê Axé Iemanjá Awure Odara, com o objetivo de proporcionar um atendimento mais digno e estruturado ao público-alvo. Valor de R\$400.000,00

Proposta 659: A proposta visa o fomento ao desenvolvimento e à difusão do audiovisual mineiro por meio da implementação de polos audiovisuais em quatro regiões de Minas Gerais: Noroeste, Sul, Norte e Jequitinhonha. O objetivo é garantir a construção e valorização da identidade audiovisual das regiões do interior do estado, promovendo o desenvolvimento econômico local. O valor total para a implementação desse projeto é de R\$400.000,00

Proposta 672: O projeto consiste em realizar atividades culturais voltadas para o público de baixa renda em diversos pontos da cidade de Varginha. As ações incluem oficinas musicais, instrumentais e práticas corporais relacionadas à capoeira e outras manifestações culturais. O valor estimado para a execução do projeto é de R\$150.000,00.

Proposta 673: A proposta é a regionalização do Primeiro Encontro de Violeiros realizado em Tocos do Moji, organizado pela Associação Cultural de Violeiros e pela Orquestra Família Raiz. O evento tem como objetivo promover a cultura da música raiz e da viola caipira, reunindo músicos e apreciadores dessa tradição em um encontro que vai além da cidade, buscando integrar a região.

O valor estimado para a realização desse encontro regional é de R\$30.000,00.

Proposta 682: Restauro e digitalização do acervo bibliográfico do Instituto Cultural Amílcar Martins, bem como aquisição de novas obras relevantes para esse acervo especializado em História de Minas Gerais e de equipamentos para a modernização da entidade.

Meta financeira: R\$592.800,00

Proposta 684: Apoio para manutenção da Sociedade Musical Carlos Gomes e aquisição de instrumentos musicais para renovação de acervo e ampliação do atendimento à comunidade.

Meta financeira: R\$400.000,00.

Proposta 685: Ampliação do recurso destinado ao fortalecimento da Rede Mineira de pontos de cultura. Com a ampliação da autodeclaração dos pontos é preciso prever investimentos de forma aumento para a implantação de ações de mapeamento diagnóstico atualização de mapa do mapa mineiro de pontos, ação de formação técnica, administrativa e cultural, além de intercâmbio entre os pontos e por fim a organização do seminário Fórum anual que elege os representantes da comissão especial e do comitê.

Meta financeira: R\$1.900.000,00

Proposta 687: Criação, mapeamento e fomento de uma rede de artistas de comunidades periféricas e favelas de Belo Horizonte. Durante este mapeamento deve detectar quais formações esses artistas almejam, a construção coletiva de um circuito cultural e intercâmbio artístico técnico e administrativo Encontros oficinas e no mínimo dois eventos que os artistas de Belo Horizonte possam se apresentar.

Meta financeira: R\$800.000,00.

Proposta 688: Apoio à manutenção da Casa do Beco, para que posso gerir suas ações neste espaço: manutenção, equipe, contas, programação cultural, trabalho com memória, visitação no espaço, exposição e cursos.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$600.000,00.

Proposta 690: Recurso para realização do Festival de Mocamboeiro, no Distrito de Mocamboeiro em Matozinhos-MG.

Meta física:1

Meta financeira: R\$130.000,00.

Proposta 694: Recurso para a realização do Festival de Ora-pro-nóbis, na cidade de Capim Branco. O festival promais a cultura regional por meio da culinária e apresentações artísticas.

Meta física:1

Meta financeira: R\$130.000,00.

Proposta 698: Implementação, em sete Lagoas, de espaço físico cultural que acolherá, oficinas, debates, movimentos culturais como sarau, batalhas de rimas, teatro, cursos de teatro, biblioteca e cursos de formação. Valorização das culturas de matriz africana no espaço será promovido atividades culturais e debates para ampliarmos a todos o acesso à cultura bem como dar acesso para elaboração de projetos culturais.

Meta física:1

Meta financeira: R\$200.000,00

Proposta 699: Recurso para o projeto Canto coral e Marimba. O projeto busca integrar crianças e jovens na educação musical por meio de práticas coletivas inclusivas, com atividades de canto coral e marimba. O projeto oferece uma experiência musical rica e diversificada que vai além da técnica, estimulando a sensibilidade artística e a convivência em grupo.

Meta física:1

Meta financeira: R\$324.000,00

Proposta 700: Apoio para a digitalização e condicionamento do acervo de partituras e documentos da banda Carlos Gomes, de 128 anos de existência.

Meta física:1

Meta financeira: R\$200.000,00.

Proposta 701: Criação da oficina Musicarte, do município de Luislândia –MG

Valor: R\$131.458,26

Proposta 709: A Caravana MG propõe a expansão da cultura a partir da execução de eventos itinerantes que incluem batalhas culturais, ações formativas, apresentações e atividades que aumentam a economia e cultura local das cidades do estado que serão atendidas pela ação.

Público-alvo: jovens em situação de vulnerabilidade social.

Meta física:1

Meta financeira: R\$350.000,00.

Proposta 716: Realização do projeto As Pretas que Cantam o vale Sediado nas cidades Araçuaí, almenara, Diamantina e Belo Horizonte, realizado pelo Instituto sociocultural Vale mais proporcionando um show cênico musical valorização economia local e artistas regionais e também na valorização da agricultura familiar.

Meta financeira: R\$100.000.

Proposta 718: Recurso para a 5ª mostra de artes “Bastião Mão de Onça” é um projeto de continuação que teve como patrocinador oficial o governo Estado em 2023 e 2024 realizado no povoado do General Dutra da cidade de Medina. .

Meta financeira R\$100.000,00.

Proposta 719: Primeiro encontro de folia de Reis e grupos de cultura popular da Comédia Ascomed (Associação comunitária do município de Medina na cidade de Medina).

Meta financeira: R\$100.000,00

Proposta 721: Realização do primeiro festival de quadrilha com apresentação concurso da rainha da pipoca e rei do amendoim comida típicas e muito forró.

Meta financeira: R\$30.000,00

Proposta 722: Recurso para a celebração data adicional festa de Cosme e Damião em Medina Minas Gerais promovida pelo terceiro Terreiro de umbanda nossa senhora desata Nó, rezada anualmente em 12 de outubro. O projeto busca recursos para garantir uma estrutura acolhedora e envolvente promovendo a integração de diferentes terreiros e a valorização da matriz africana.

Meta financeira: R\$50.000,00.

Proposta 723: 36º encontro interestadual de capoeira tradicionalmente realizado no mês do patrimônio cultural é um encontro de formação resgate e fomento da capoeira.

Meta financeira: R\$80.000,00

Proposta 725: Recurso para a tradicional festa de nossa Senhora do Rosário em culto de Magalhães de Minas.

Meta financeira R\$100.000,00.

Proposta 727: Recurso para a primeira mostra de arte e cultura dona Dina Lemos de Couto de Magalhães de Minas visando a propagação da arte e cultura de Couto de Magalhães e região.

Meta financeira: R\$100.000.

Proposta 728: Recurso para o VII encontro de bandas de música de culto de Magalhães de Minas.

Meta financeira: R\$50.000,00.

Proposta 731: Recurso para o Trem da história, duas ações culturais em cada cidade. Uma cantoria para educadores das escolas públicas e uma cantoria para as crianças de uma ou mais escolas públicas da cidade. O espetáculo para as crianças é um complemento da cantoria para educadores levar para a prática ideias e ações artísticas da cantoria com professores.

Meta financeira: R\$240.000 (30 mil por cidade, totalizando 8 cidades)

Proposta 732: A partir da criação do Observatório dos povos Originários e suas infâncias e da criação e implantação da biblioteca virtual e da análise Nacional dos povos de Minas Gerais se fizeram necessários recursos para manutenção da biblioteca virtual temática com capacitação de estudantes. Além de promovermos uma grande caravana cultural de mobilização e sensibilização a realização do seminário e oficinas de capacitação na cidade onde moro com dados indígenas.

Meta financeira: R\$500.000,00.

Proposta 733: Criar um projeto Itinerante onde as mulheres cantoras oculistas dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri possam mostrar sua música e sua arte mas que se possibilite também por meio de sua arte do seu trabalho da sua do seu protagoniza da voz a outras mulheres de Minas criando um espaço de diálogo de troca e de experiências fortalecendo um intercâmbio cultural através das oficinas e shows. Projeto mulheres dos vales mulheres que dizem sons.

Meta financeira: R\$300.000,00.

Proposta 734: Realização da sexta edição do projeto Rodas de Conversa e Canto com as Lavadeiras de Almenara em duas escolas públicas dos vales Jequitinhonha.

Meta financeira: R\$500.000,00.

Proposta 737: Recurso para a apresentação da Folia de Reis e Boi de Janeiro, na cidade de Almenara com os integrantes da Associação Cultural Senhor Santos Reis, em eventos culturais ao longo de 2025.

Meta financeira: R\$350.000.

Proposta 741: Recurso para realização de ações culturais em escolas públicas do Vale do Paraopeba com apresentações musicais gratuitas em seis municípios da região.

Meta financeira R\$300.000,00.

Proposta 742: Realização da 6ª edição do Violarte, festival de cultura, arte e gastronomia de Minas Gerais.

Meta financeira: R\$150.000,00.

Proposta 744: 1º Encontro de Tradição de Fé, Violeiros, Violeiras e Reisados.

Meta financeira: R\$200.000,00.

Proposta 746: Recurso para a realização da 9ª edição do projeto Vida de Feira, no mercado municipal, e feiras de agricultura familiar do Estado de Minas Gerais. Serão realizados 12 apresentações nas regiões central, norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce.

Meta financeira: R\$700.000,00.

Proposta 748: Recurso para o festival cultural das comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais e das irmandades grupos de Folias de Reis e outros. V CANJERÊ.

Meta financeira: R\$800.000,00.

Proposta 752: Ação para dar início ao patrimônio material e imaterial do acervo de Padre Giovanni Lisa Batista, na cidade de Teófilo Otoni. Projeto: Centro de memória Padre Giovanni Lisa.

Meta financeira: R\$300.000.

Proposta 759: recurso para os festejos juninos realizados no município de Medina, no período do mês de junho, com eventos tradicionais, com foco na culinária mineira junina, forró, danças tradicionais com as quadrilhas e valorização do artista local e das brincadeiras juninas, abrangendo a região intermediária de Teófilo Otoni, Vale do Jequitinhonha.

Meta financeira: R\$350.000,00.

Proposta 761: Recurso para a realização do 25º Cavalgada do Povoado de General Dutra, um encontro regional de cavaleiros. Evento que atinge um público de 5.000 pessoas sendo: 300 cavaleiros de várias cidades do Vale do Jequitinhonha.

Meta Financeira R\$100.000,00.

Proposta 764: Revitalização da UNOBENJE (União operária Beneficente do Jequitinhonha), para utilização com o centro de referência de cultura do Jequitinhonha.

Meta financeira: R\$500.000,00.

Proposta 768: Comemoração dos 54 anos de existência da rádio Santa Cruz do Jequitinhonha.

Meta financeira R\$50.000,00.

Proposta 770: Realização do 25º festa do Tireense Ausente, na cidade de Tiros, região do Alto Paranaíba. Trata-se de apoio para tornar-se viável o evento que tem por objetivo exaltar a cultura local e fomentar o turismo do município.

Meta financeira: R\$150.000,00.

Proposta 772: A proposta visa a produção do desfile da escola de samba Triunfo Barroco, na confecção de três carros Alegórico e 500 fantasias que serão distribuídas de forma gratuita para a população no carnaval de BH.

Meta financeira R\$100.000.

Proposta 773: Valorização e salvaguarda da produção e agentes culturais LGBTQIA+

Meta financeira: não preenchido.

Proposta 774: Gravação de Podcast itinerante Prosa Arrumada. Este projeto prevê visitar diversos grandes cidades mineiras gravando entrevistas com artesão, artistas de todos setores em cenário natural, divulgando o turismo de cada região.

Meta financeira R\$500.000,00.

Proposta 775: Realização da 37ª semana de música de Câmara da Fundação de Educação artística traço FEA/BH.

Meta financeira: R\$400.000,00.

Proposta 776: Realização do projeto arrumação 37 anos, onde integra ações culturais, nas suas mais diversas vertentes, desde culturas populares, teatro e música local. O projeto evidencia diversidade e legitimidade em toda área cultural, promove diálogo entre as artes com a essência da cultura mineira

Meta financeira: R\$600.000,00.

Proposta 778: Realização de feiras literárias de escritores e poetas do Vale do Jequitinhonha, com objetivo de promover e divulgar a criação literária da região, num circuito de quatro eventos em Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora e Patos de Minas, entre a agosto e novembro de 2025.

Meta Financeira R\$600.000,00.

Proposta 779: Realização do III Encontro dos Vales, reunindo o artesanato e a cultura popular dos Vales Jequitinhonha e Mucuri e norte de Minas em agosto de 2025, na cidade de Belo Horizonte.

Meta financeira: R\$600.000,00.

Proposta 796: Apoio para realização da Deutsches Fest – Festa alemã em Juiz de Fora

Valor: R\$600.000,00

Proposta 798: Reforma da sede da corporação musical Bom Jesus do Matozinhos em Couto de Magalhães de Minas.

Valor: R\$350.000,00

Proposta 849: Aumento das metas físicas e financeiras dos programas 102 e 100 em 100 mil.

Proposta 900: Projeto de Requalificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase, em Ibirité

Objetivos

2. \*Valorização Cultural\*: Integrar práticas culturais ao processo de requalificação.

Estrutura do Projeto

2. \*Valorização Cultural (R\$20.000,00)\*

– \*Eventos Culturais\*: Realizar um festival cultural com música, dança e culinária, fortalecendo a identidade local.

Resultados Esperados

– \*Valorização Cultural\*: Fortalecimento da identidade cultural, com maior participação em eventos.

Proposta 910: Realização dentro do programa 102, realizar diagnóstico: Identificar e mapear os territórios dos artesãos e artesãs de Minas Gerais, através do Programa: Uai!... É de Minas: Território Empreendedor, através de pesquisas e visitas técnicas in loco.

Nova Ação dentro do programa 102

Novo objetivo: Desenvolver os agentes produtivos de artesanatos com uma produção originária e respeitando as particularidades de cada local: saberes, cultura e matéria prima.

Nova finalidade: Tem por finalidade primaz identificar e mapear os territórios do artesanato mineiro através de visitas técnicas.

Público-alvo: Artesãos mineiros e artesãos e artesãs atendidos.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$300.000,00

Região: Visitas técnicas com pesquisas nas seguintes regiões: norte; triângulo mineiro; baixo, médio e alto jequitinhonha; cidades históricas; região central; sul de minas; vale do rio doce; vale do aço; vale do mucuri e noroeste.

Proposta 938: Realizar uma Conferência de Artesãos e Artesãs do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri.

Ação nova

Nova finalidade: Realizar uma conferência de artesãos e artesãs e demais profissionais do artesanato para discutir e promover questões relevantes para valorização e reconhecimento do setor.

Novo público-alvo: Artesãos e artesãs do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$300.000,00

Proposta 674: Reforma da infraestrutura da sede da Associação Espírita Cultural Congada de São Benedito, localizada em Ouro Fino.

Valor de R\$50.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 2: No município de Dom Cavati, um grupo de folia dos reis existe há mais de 70 anos, passando a tradição entre famílias. No entanto, o grupo perdeu todos os seus instrumentos devido a uma enchente há alguns anos e atualmente opera com equipamentos emprestados, o que pode levar ao fim de suas atividades. Uma proposta anterior previa a criação de um grupo de “folia mirim” para incentivar as crianças, mas os instrumentos também foram danificados. Portanto, solicitamos verba para a compra de novos instrumentos, roupas e chapéus.

Proposta 3: O projeto visa promover a cultura e a inclusão, destacando o papel transformador da arte na vida de pessoas com deficiência. Ele reforça a missão da APAE de fomentar a inclusão social, utilizando a arte como meio de expressão e empoderamento, permitindo que cada indivíduo alcance seu potencial e contribuindo para uma sociedade mais justa e consciente da diversidade.

Proposta 18: O projeto cultural voltado para a comunidade quilombola visa preservar e promover a cultura afro-brasileira, fortalecendo a identidade e o protagonismo dos quilombolas. Através da arte, o projeto contribui para a inclusão social, o empoderamento econômico, o fortalecimento dos laços comunitários e o reconhecimento da importância histórica dessa comunidade no Brasil. Em um contexto de luta contra o racismo e promoção da igualdade racial, essa iniciativa se torna um poderoso instrumento de transformação cultural e social.

Proposta 22: O prédio, construído em 1862 como sede de uma fazenda de café, foi adaptado em 1905 para uma escola de nível médio, funcionando até 1964. Em 2015, tornou-se um museu, recebendo visitas de alunos do ensino fundamental, médio e superior. Possui uma mata com flora e fauna da Mata Atlântica e realiza atividades com formandos da Uemg.

É necessário instalar um elevador no museu para garantir a acessibilidade em todo o espaço, já que o prédio possui dois pavimentos e o único acesso atualmente é por escadas.

Proposta 23: O aplicativo RESSER (Rede de solidariedade sertaneja) consiste na organização e manutenção de uma rede de relacionamentos produtivos na região sertaneja, norte e nordeste de MG. Ele terá como função reunir o máximo de informações sobre serviços sociais e humanitários básicos, facilitando o acesso ao sistema de saúde, posto de trabalho, aquisição de documentos, a pedidos de ajuda diversos e ao acionamento do sistema de segurança pública. O RESSER toma o traço da solidariedade do povo sertanejo como capital estruturante para o empoderamento de novas cadeias produtivas. O app será criado pelo Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé.

Proposta 25: A dança afro é uma expressão artística que se origina nas tradições culturais africanas, desenvolvendo-se principalmente em comunidades afrodescendentes. Ela inclui diversos estilos e movimentos que transmitem emoções e histórias, sendo uma forma de resistência e afirmação cultural. O projeto “Vozes do Corpo” visa dar visibilidade às histórias e vivências por meio da dança afro, utilizando o corpo como ferramenta de expressão e empoderamento. Ao integrar aspectos da cultura africana e afro-brasileira, o projeto cria um espaço de troca e aprendizado, ajudando os participantes a se conectar com suas raízes, fortalecer a autoestima e encontrar novas formas de comunicação. Além de valorizar a técnica da dança, promove uma reflexão sobre a importância da ancestralidade e da identidade negra.

Proposta 26: A Semana da Festa de Iemanjá é um evento que ocorre em todo o Brasil, especialmente na Bahia. Em Minas Gerais, a realização dessa festa é resultado de uma luta por direitos e pela valorização das nossas crenças e ancestralidade. A semana oferece oficinas de percussão, teatro, construção de tambores, palestras e atividades audiovisuais, todas gratuitas, com o objetivo de fortalecer a identidade da comunidade afro-brasileira e promover novas manifestações culturais.

Proposta 27: O Festivalec ocorre anualmente em diferentes cidades do Vale do Jequitinhonha, sendo um evento de importância coletiva e acessível a todos, não apenas à população local, mas também a visitantes de todo o país. Com mais de 44 anos de reconhecimento da Assembleia Legislativa de Minas Gerais como evento de interesse público, o festival movimentou a economia da cidade-sede, tornando-se uma importante fonte de renda durante sua realização. Nos últimos anos, o projeto tem se intensificado em atender demandas de inclusão social, promovendo discussões, debates, oficinas e shows ao longo da semana do festival.

O festival ocorrerá na última semana de julho de 2025, em uma cidade do Vale do Jequitinhonha a ser escolhida pela FECaje, promovendo a diversidade cultural e a valorização das tradições locais.

Proposta 30: O projeto visa atender uma necessidade de fortalecer a identidade cultural da comunidade, capacitar jovens e adultos em técnicas de produção de vídeos e documentários. A iniciativa visa criar oportunidades de aprendizado e geração de renda. O projeto deve acontecer como uma oficina audiovisual, trazendo como objetivo a produção de registros e documentários sobre as tradições e histórias da cidade.

Proposta 31: A Festa de Nossa Senhora do Rosário ocorre de 11 a 13 de julho e cresce a cada ano, envolvendo também as comunidades rurais de Couto Magalhães. A celebração valoriza as tradições dos povos pretos da cidade, sendo um momento de reflexão e homenagem às pessoas que preservam essas práticas. Como padroeira e mãe dos povos pretos, Nossa Senhora do Rosário é fundamental para a manutenção da cultura local. Durante a semana da festa, o movimento na cidade é até maior do que em outras celebrações populares, como o Carnaval, destacando a importância dessa festa como a maior manifestação cultural da comunidade.

Proposta 34: O Encontro da Cultura Popular Quilombola do Vale do Jequitinhonha é um evento que valoriza as atividades culturais das comunidades quilombolas, com apresentações das produções de cada comunidade. Além de ser uma celebração dos povos pretos, o evento oferece aprendizado por meio de palestras de mestres, que destacam a importância da festa para a comunidade. Realizado uma vez por ano em diferentes territórios do Brasil, este é o primeiro encontro do Vale do Jequitinhonha, reconhecido por sua relevância. Ao final, haverá uma apresentação do Samba das Pretas

Proposta 37: A folia de Reis de Almenara é instrumento de promoção da cultura popular, mantendo a tradição de mais de meio século.

Proposta 38: O Festival de Poesia de Divinópolis foi criado para incentivar a produção literária na cidade e na região. Na sua sexta edição, o evento já contou com a participação de diversos poetas do Vale do Jequitinhonha. Além do concurso, o festival edita um livro com os participantes, promovendo a divulgação da produção literária local.

Proposta 39: As atividades propostas garantem o pleno exercício dos direitos culturais, apoiam e incentivam a valorização e a difusão das manifestações culturais, contribuindo para a sua preservação. Já foram realizadas várias edições das “Rodas de conversa e cantoria”, mas a liberação de novos recursos para 2025 possibilitará a continuidade de ações em outros municípios. O coral das Lavadeiras de Almenara completou 34 anos de existência, é conhecido no Brasil e até no exterior pela singularidade e excelência das ações. São 11 cantoras, sendo que a mais velha tem 90 anos. O cantor Carlos Farias é o coordenador regente do coral desde a sua fundação.

Proposta 41: A União Operária Beneficente do Jequitinhonha, criada na década de 60, tinha como objetivo valorizar a classe trabalhadora, oferecendo serviços como saúde e educação. Com a extinção da entidade, seu prédio, tombado como patrimônio histórico, foi transferido para o município e permanece fechado.

A proposta é revitalizar esse espaço, transformando-o em um centro de referência da cultura do Jequitinhonha, que abrigará grupos tradicionais como a Banda Filarmônica Coral Vozes do Jequitinhonha, o Grupo de Capoeira e o Grupo de Dança, entre outras manifestações culturais. Com o recurso solicitado, não apenas devolveremos à cidade um importante patrimônio, mas também criaremos um espaço de convivência para os produtores culturais do município.

Proposta 42: A cultura popular do Vale do Jequitinhonha possui forte relevância para as pessoas ribeirinhas, sendo responsável pela identidade e resistência de grupos desprovidos de ações governamentais para o incentivo à música. A música retrata o modo de vida, os valores e os costumes de uma determinada época, hoje desconhecidos pelos jovens. Cantar a música do vale significa autoafirmação a consciência de uma resistência que valoriza nossos povos indígenas e afrodescendentes.

Proposta 44: O Festival de Quadrilhas do Jequitinhonha foi criado em 2005 pela Secretaria Municipal de Cultura, em resposta à extinção dos grupos de quadrilhas e das tradicionais festas juninas. Preocupados com essa situação, os líderes das quadrilhas foram convocados para propor um festival que reunisse os grupos dos bairros da cidade. Assim, o evento começou com a participação de 10 grupos.

Com o passar dos anos, o festival cresceu, e algumas quadrilhas se fundiram, resultando em grupos maiores, transformando o evento de local em regional. Com esse reconhecimento, quadrilhas de outras cidades começaram a participar, elevando o festival a um nível estadual. Hoje, é conhecido como o maior festival de quadrilhas do interior, e sua continuidade é fundamental para a preservação das festas juninas na cidade e no estado.

Proposta 45: A ABITA (Associação Beneficente de Itaporé), é uma organização da sociedade civil. Foi fundada em 31/08/1957, por um grupo de pessoas sensibilizadas com as mazelas enfrentadas pelas famílias de maior vulnerabilidade social, como desnutrição, Doença de Chagas, verminoses, dentre outros.

Localizada na cidade de Coronel Murta, Médio Vale do Jequitinhonha. Região que ainda perdura as grandes desigualdades sociais, onde as políticas não chegam.

A ABITA vem ao longo desses anos realizando vários trabalhos sociais, salvando vidas e transformando realidades.

São atividades na área de educação, da cultura, da geração de renda com hortas comunitárias, valorização do brinquedo e do brincar e outras tecnologias sociais que trabalham a proteção da criança e do adolescente, educação financeira e o empoderamento de jovens, participando de espaços políticos públicas são discutidas.

Atualmente atende 545 famílias, localizadas tanto na zona urbana, como em 14 comunidades rurais.

O trabalho realizado pela ABITA a fez reconhecida pela Secretaria Estadual de Cultura como Ponto de Cultura.

São a seleção em projetos de captação de recursos que mantém a organização.

Tecnologias sociais desenvolvidas: Oficina Olhares em Foco; Brincando nos Fortalecemos; Casinha de Cultura; Juventudes; Filarmônica/Fanfarrã; Grupo de Dança; Coral Nós de Minas; Oficina Circense; Horta Comunitária; Projeto Ações que Transformam; Mostra de Cultura das Casinhas de Cultura; Festival Cultural de Itaporé.

Proposta 46: Criada em 1990, a Festa de São Pedro integra as tradicionais festas juninas do município, celebrando a data de São Pedro com barracas de comidas típicas, concursos de quadrilhas e shows musicais com grupos de forró. O evento é fundamental para a preservação da música tradicional e faz parte do calendário cultural de Felisburgo.

Proposta 48: O Festival de Teatro do Vale do Jequitinhonha surgiu da necessidade de fortalecer as artes cênicas na região. Antes de sua criação, os grupos teatrais estavam se extinguindo devido à falta de espaços para formação, intercâmbio e, principalmente, pela escassez de público. Para reverter essa situação, foi formada a Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha e, assim, nasceu o festival.

O evento tem como principal objetivo formar grupos associados por meio de oficinas, além de incentivar a pesquisa e a criação de espetáculos teatrais. O festival é itinerante e ocorre sempre em outubro, em uma das cidades do Vale. A realização do Festeje garante que nossos grupos não se extingam e que os atuais tenham acesso a formação por meio dos cursos oferecidos.

Proposta 53: O grupo Araras Grandes, localizado no município de Araçuaí, já representou a região em várias apresentações pelo Brasil, conquistando um grupo fiel pela qualidade de seus trabalhos.

Através de sua pesquisa e preocupação em promover espetáculos que gerem reflexões sobre questões sociais, o grupo destaca a importância de sua trajetória. O coral valoriza a música tradicional do Vale do Jequitinhonha, evidenciando a cultura popular.

Nessa proposta de CD-Livro que será ricamente ilustrado com belas fotos e textos em português e inglês, para assim resgatar antigas canções, retratos poéticos da alma do Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais e do Brasil, misturando ritmos e versos de influência portuguesa, indígena e africana, registrando a essência da nossa cultura com a gravação de 10 (dez) músicas com domínio público, para perpetuação de mais de 30 (trinta) vozes pertencentes e formados pelo grupo.

Proposta 54: O Encontro Interestadual de Capoeira tem como objetivo trazer mestres experientes para compartilhar suas vivências e ensinamentos sobre a arte da capoeira. Além de valorizar a tradição, o evento também focará na autoestima de crianças, adolescentes, adultos e idosos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Serão realizadas palestras abordando temas como a importância de cuidar do corpo, a relevância dos estudos e a participação em projetos sociais. Também haverá discussões sobre como lidar com questões de sofrimento mental, visando apoiar tanto os praticantes quanto os educadores de capoeira.

Proposta 55: O projeto “Circo Sem Lona” surgiu da necessidade de resgatar a magia do circo, que por muito tempo ficou em segundo plano. O acesso ao circo era limitado, geralmente restrito à televisão, e não era algo presente na vida cotidiana da maioria das pessoas.

Com o tempo, a iniciativa ganhou força por meio do FESTIVALE, onde um grupo circense local oferecia oficinas. Assim nasceu o “Circo Sem Lona”, um evento anual realizado no mês do circo. Durante essa celebração, alunos dos projetos locais se apresentam, e artistas de cidades vizinhas são convidados a participar, promovendo um reencontro com a arte circense e fortalecendo a comunidade.

Proposta 56: O Mucuri Arte é um festival cultural itinerante e sem fins lucrativos, dedicado à valorização e promoção das manifestações artísticas e culturais do Vale do Mucuri. Durante uma semana, o evento realiza diversas atividades na cidade escolhida

como sede, criando um espaço formativo e interativo que permite a troca de saberes e fazeres entre o povo local e participantes de várias regiões de Minas Gerais.

Dada sua importância e relevância no contexto cultural do Vale do Mucuri, o financiamento público é essencial para a realização do festival, garantindo que essa tradição continue a enriquecer a comunidade e a promover a cultura regional.

Proposta 57: O Clube de Leitura Carolina Maria de Jesus é um projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales, em parceria com o CRAS e a Secretaria Municipal de Cultura. O projeto visa formar jovens leitores e criar bibliotecas com os livros lidos e debatidos nas sedes do CRAS, tanto na sede quanto no povoado Monte Castelo. Os livros são adquiridos por padrinhos de leitores, pessoas da cidade que desejam contribuir.

No seu segundo aniversário, o clube realizou a I Flipampa, que contou com apresentações artísticas e o intercâmbio entre clubes de leitura dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. O sucesso do evento gerou o desejo de replicá-lo a cada aniversário, com melhorias e ampliações. O evento tem potencial para se tornar parte do calendário cultural de Minas Gerais, movimentando a economia local e incentivando a leitura, além de aumentar o envolvimento da população com os valores culturais da região.

Proposta 59: Fronteira dos Vales abriga três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares. Apesar de sua rica história, essas comunidades enfrentam desafios que afetaram sua cultura ao longo dos anos, muitas vezes ligados à sobrevivência. É comum que os próprios membros não tenham clareza sobre sua identidade e os benefícios que ela pode trazer.

Resgatar a identidade e as culturas ancestrais dessas comunidades é essencial para a sua sobrevivência e melhoria da qualidade de vida. Além disso, é importante fomentar sua produção artística e agrícola, assim como criar oportunidades para comercializar seus produtos.

O I Encontro dos Quilombolas de Fronteira dos Vales tem como objetivo dar visibilidade a essas comunidades, oferecer atividades de capacitação e reforçar a identidade quilombola como um valor a ser preservado. Esse evento será uma oportunidade crucial para fortalecer laços, promover a cultura local e abrir portas para o desenvolvimento econômico.

Proposta 60: O Memorial Noemiza Batista seria um centro de desenvolvimento humano que representa a força e a resiliência do povo local. Ele visa destacar a importância da cultura regional e enfatizar a necessidade de ações concretas para promover o desenvolvimento humano nas regiões dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. É fundamental que haja um olhar mais atento e presente para essas comunidades, que frequentemente ficam à margem das políticas públicas. O centro se propõe a ser um espaço de valorização e apoio, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da identidade cultural.

Proposta 61: A festa de Santo Antônio é realizada há muito tempo, sempre no mês de junho, há rezas que durante novas dias, envolvendo todas as comunidades vizinhas e a cidade. Aconte também dança dos grupos da própria comunidade, sendo uma tradição. As danças são: nove, vilão, dança da gibóia, cantiga de roda, marinheiro e outros.

É uma festa muito importante para a comunidade uma vez que mantém a tradição, promove o resgate da cultura local, mantendo viva e resistente a mesma e envolvendo cada dia mais os jovens, crianças e adolescentes. Precisamos muito manter e fortalecer essa festa!

Proposta 62: A festa “Caraiense Ausente”, realizada anualmente em Carai, busca apoiar a celebração das manifestações culturais e receber os caraienses que residem em outras cidades. Embora a festa conte apenas com o apoio da prefeitura municipal, é fundamental que ela receba reconhecimento cultural através de convênios com órgãos públicos e execuções diretas.

Esse evento não só contribui para a afirmação da identidade cultural dos moradores, mas também reforça a diversidade cultural da região, atraindo mais turistas para Carai. O apoio financeiro é essencial para garantir a continuidade e o sucesso dessa celebração, que fortalece os laços da comunidade e valoriza suas tradições.

Proposta 63: Fundada em 1988, a ASCOMED tem como objetivo cuidar e proteger os direitos de crianças, adolescentes, jovens e famílias em risco social, por meio de projetos sociais inclusivos, empreendedores e culturais. Dentro dessa visão, a ASCOMED criou a Casinha de Cultura Itinerante, que atua em vários pontos de atendimento, promovendo o resgate e a valorização da cultura local por meio de intercâmbios culturais, oficinas, palestras e encontros com grupos de cultura popular, incluindo a Folia de Reis.

Sentindo a necessidade de promover ainda mais essas tradições, estamos organizando o Primeiro Encontro Regional de Folia de Reis e Grupos de Cultura Popular na cidade de Medina, a ser realizado de 5 a 7 de setembro de 2025. Este evento visa valorizar e fortalecer esses grupos, proporcionando aos jovens da cidade um contato direto com a cultura raiz do nosso estado, celebrando as folias e as expressões culturais regionais.

Proposta 64: O distrito de Tocoíós de Minas está vinculado ao município de Francisco Badaró que está localizado no estado de Minas Gerais.

A História de Tocoíós se confunde com a história de muitas mulheres de todo o interior de Minas Gerais, em especial, as do Vale do Jequitinhonha, região historicamente produtora de algodão.

O tear é uma peça de trabalho que faz parte da vida de muitas mulheres. Até muito recentemente, era o tear manual que produzia as roupas de algodão para toda a família. Nas casas, os colchões de palha eram revestidos por capas feitas pelas tecelãs, assim como toalhas, colchas, redes, cobertas, e pano de uso diário.

Hoje, as famílias já não dependem mais do tear, para vestuário ou para a casa.

No vale do Jequitinhonha, o agravamento da seca trouxe o declínio da produção de algodão na região.

Contudo, em algumas comunidades rurais, as mulheres mantiveram viva a tradição do tear, tocoíós é uma delas. Há muitos anos, as mulheres da comunidade se encontram para fiar. Os encontros ocorriam em casas, na rua, e, posteriormente, em um barracão que ficou sendo a sede do grupo.

Com o objetivo de envolver outros corais e difundir o canto coral, o IV encontro de Corais do Vale do Jequitinhonha ocorrerá no último domingo do mês maio de 2025, no distrito de tocoíós de Minas, passando pela sua rica cultura e efetivando as atividades turísticas e culturais da cidade. Para esse IV encontro teremos a presença de: Coral Flor da terra, Coral Roda Viva, Canto coral de Francisco Badaró, dentre outros. O evento começará às 17:00 no mercado da comunidade e é idealizado por Luciano Silveira.

Proposta 65: A 5ª Mostra de Artes – Bastião Mão de Onça é um projeto realizado pela ASCOMED na comunidade do General Dutra, em Medina. Fundada em 1988, a ASCOMED presta serviços sociais e culturais em toda a extensão urbana e rural do município, oferecendo apoio a crianças, adolescentes, jovens, adultos e famílias em situação de vulnerabilidade por meio de oficinas de artes e empreendedorismo.

Criada em 2017, a mostra ficou quatro anos sem ser realizada devido à falta de recursos e à pandemia. Com o apoio do PPAG, a 5ª edição finalmente acontecerá de 17 a 22 de novembro, no distrito do General Dutra. O evento contará com shows, palestras, corais, teatro e oficinas de arte e empreendedorismo, com o objetivo de incentivar a arte e dar visibilidade às crianças e artistas locais e regionais. A realização dessa mostra é fundamental para a ASCOMED, pois fortalece a cultura e a expressão artística na comunidade.

Proposta 66: A ASCOMED realiza anualmente um festival interno de quadrilha nos bairros onde atua, envolvendo crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade. Este ano, com o objetivo de valorizar e resgatar as tradições juninas da região, pretendemos expandir o evento para o Primeiro FestiJoão na cidade de Medina.

O festival contará com apresentações de quadrilhas e shows, oferecendo ajuda de custo para os grupos participantes. Além de beneficiar os grupos, o FestiJoão proporcionará à comunidade um entretenimento cultural rico, promovendo a integração social e celebrando as tradições locais.

Proposta 67: Os integrantes dos Corais Flor da Terra, Coral Roda Viva, Tocoíós Canto Coral, são de origem humilde e pertencem ao município de Francisco de Badaró-MG. São Trabalhadores de diferentes profissões: dona de casa, pedreiros, cabeleireiros, comerciantes, professores, estudantes, aposentados. O coral foi fundado em 10/10/2010.

Queremos gravar o CD para perpetuação das vozes, dos cantos dos nossos corais. É preciso ter esta gravação para ser divulgado o trabalho, nas escolas, nas comunidades, para que assim tomem conhecimento da essência dos corais de Francisco Badaró.

Proposta 69: A companhia de Teatro Ícaros do Vale, situada na cidade de Araçuaí-MG, é a mais importante do teatro do nordeste de Minas. A companhia já foi tema de tese de mestrado e doutorado no Brasil e na França.

A presente proposta procura viabilizar um sonho da Cia, que é ter nestes 30 anos a direção do primeiro teatro de Ariano Suassuna. O Teatro tem uma particularidade e ineditismo. Queremos trazer para Araçuaí Gabriel Vilela para dirigir este espetáculo, aliado a cultura do Vale da Jequitinhonha, além disso, pretendemos trazer para nossa cidade profissionais que irão aperfeiçoar o formação da companhia.

O espetáculo pretende percorrer todas as capitais do sudeste brasileiro.

Com isso, o grupo está divulgando e dando visibilidade para as artes cênicas do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 71: O município de Araçuaí, considerado um centro de divulgação da cultura popular do Vale do Jequitinhonha, transformou-se na “Capital do Teatro”, contando com festivais de teatro de palco e de rua, com espetáculos gratuitos.

O festival reunirá 20 (vinte) companhias de teatro de diversos estados brasileiros, além de companhias do exterior.

O festival irá para sua 8ª edição, fazendo com que o teatro chegue para todas as pessoas de Araçuaí e região, democratizando a cultura das artes cênicas.

O festival contará ainda com duas palestras de teatro de rua e popular, além de 5 (cinco) oficinas, sendo elas: Técnica vocal, direção, técnica circense, dramaturgia e iluminação. O público estimado é de 5.000 (cinco mil) pessoas.

Proposta 72: Uma festa tradicional religiosa em honra de Nossa Senhora do Rosário, que no ano de 2025 completará sua 179ª festa. Acontece anualmente no 3º domingo do mês de julho, é marcada pela fé, tradição e devoção a Nossa Senhora e também pela expressão viva a resistência e preservação da cultura afrodescendente local. Durante 05 (cinco) dias de realização do evento, cerimônias e rituais religiosos, culturais e sociais desenvolvidos e preservados há séculos, atraem milhares de visitantes de todo o país, que celebram unidos todo o legado cultural desse tema. No festival a apresentação de artistas nacionais e locais.

Em razão do compromisso, a festa nunca deixa de ser realizada desde 1846, permanecendo em vigor, com celebração à evolução dos costumes até aproximadamente 1960.

Sendo assim, é importante continuarmos a tradição, preservando a cultura afrodescendentes na região, mantendo a festa, é a ajuda financeira seria bem-vinda, uma vez que é estimado um público-alvo de 6.000 (seis mil) pessoas.

Proposta 74: Gravação de um CD do grupo Banzo, com 10 (dez) músicas compostas na região, na qual falamos dos nossos antepassados e também da realidade do nosso povo quilombola. As tradições envolvem adultos e crianças, para que valorizem sua raça, cor, e também religiões, para que assim nosso povo permaneça nas suas terras amadas. Já foram feitas várias apresentações, além de festivais, e esperamos que além de resguardar nossa cultura, sejamos conhecidos em todo o Brasil.

Proposta 74: Gravação de um CD do grupo Banzo, com 10 (dez) músicas compostas na região, na qual falamos dos nossos antepassados e também da realidade do nosso povo quilombola. As tradições envolvem adultos e crianças, para que valorizem sua

raça, cor, e também religiões, para que assim nosso povo permaneça nas suas terras amadas. Já foram feitas várias apresentações, além de festivais, e esperamos que além de resguardar nossa cultura, sejamos conhecidos em todo o Brasil.

Proposta 84: É fundamental para o desenvolvimento de qualquer povo a promoção e valorização da sua cultura. O Vale do Jequitinhonha, além do seu artesanato, sua cantoria e teatro, apresenta um alto potencial para a produção literária, que deve ser apoiada, valorizada e divulgada. Além do envolvimento dos escritores, serão envolvidos músicos, compositores, profissionais técnicos, editores, dentre outros, em shows e outras atividades.

Proposta 88: A Festa da Manga de Itaobim, realizada há 24 anos, é um importante evento cultural que ocorre em outubro e atrai cerca de 25.000 visitantes, incluindo pessoas de mais de 30 cidades do Médio e Baixo Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. O evento conta com exposições de artesanato local, frutos e derivados da manga, concursos de pratos típicos, poesia, e shows musicais regionais e nacionais.

Com um custo estimado em R\$1 milhão, o município enfrenta dificuldades financeiras para manter a qualidade do evento. Há necessidade de apoio para a manutenção dos espaços, incentivo aos artesãos e produtores rurais, e promoção do comércio local. A Festa da Manga é reconhecida como de relevante interesse cultural pela Lei 24568 de 2023, destacando sua importância para a geração de emprego e renda na região.

Proposta 89: O bloco carnavalesco Banda Mole de Jequitinhonha é uma importante iniciativa cultural e social para o município e a região. Reconhecido por seu caráter caricato e pela participação popular, é um dos maiores blocos de Minas Gerais, promovendo um Carnaval acessível e inclusivo, onde todos desfilam gratuitamente, expressando alegria e criatividade.

O evento reforça o Carnaval como uma festa democrática, reunindo diversas classes sociais. Além disso, contribui para a economia local, movimentando o comércio, gerando renda para vendedores ambulantes e atraindo turistas. Com sua tradição de espontaneidade e participação, o Banda Mole valoriza a diversidade cultural, promovendo um ambiente de inclusão e celebração da cultura popular

Proposta 90: A Virada Cultural em Jequitinhonha é uma importante iniciativa para valorizar e promover a diversidade cultural do Vale do Jequitinhonha. Realizada trimestralmente, o evento reúne e celebra manifestações culturais locais, como o Boi Janeiro, artesanato, música, danças típicas, quadrilhas juninas e gastronomia regional.

A região é rica em tradições artísticas que refletem sua identidade única, mas muitas delas carecem de visibilidade e espaço para serem preservadas e transmitidas às novas gerações. A cada edição, a Virada Cultural estimula o turismo, movimenta a economia local através da venda de artesanatos e gastronomia típica, e reforça a identidade regional.

Além disso, oferece oportunidades de lazer e entretenimento, promovendo o acesso cultural, especialmente em bairros periféricos que geralmente têm pouco acesso a eventos culturais.

Proposta 91: A realização do ciclo de formação artístico-cultural Batuque Grufemi justifica-se pela necessidade de formação contínua das mulheres do grupo feminino itaobiense. O projeto oferecerá seis oficinas – canto, coral, expressão corporal, violão, dança e artesanato – para as mulheres do grupo e da comunidade, culminando em uma mostra cultural. O objetivo é fomentar e fortalecer a cultura do Vale do Jequitinhonha, promovendo a valorização das expressões artísticas locais.

Proposta 92: A realização do 1º Seminário para Brincar e Pensar as Infâncias, do Vale do Jequitinhonha, proposto pela Associação da Criança e do Adolescente de Itaobim, é justificada pela importância do projeto Casinha de Cultura, que atua em mais de vinte municípios da região, promovido por organizações parceiras do ChildFund Brasil. As Casinhas de Cultura visam resgatar a identidade local e fortalecer a cultura, preservando a essencial cultura do brincar, fundamental para o desenvolvimento humano e social.

O seminário propõe um espaço para trocas culturais, com oficinas formativas em cultura, shows voltados para o público infantil e mesas-redondas para discutir ações que fortaleçam a infância no Vale do Jequitinhonha.

Proposta 93: A criação do Centro de Formação Artístico-Cultural do Vale do Jequitinhonha em Itaobim justifica-se pela necessidade de um espaço que capacite e forme jovens agentes culturais na região. Além de ser um polo formador, o centro também visa expor e escoar a produção de artesanato local. A proposta é que o espaço seja localizado na BR-116, no entroncamento da BR-367, um ponto de passagem de muitas pessoas de norte a sul, potencializando o alcance e a visibilidade da cultura do Vale.

Proposta 94: Precisamos de recursos para manter nossa feira na cidade de Machacalis. Com o apoio de nossos parlamentares, podemos preservar e promover nossa cultura. Juntos, podemos trazer melhorias para nossos moradores, permitindo que cada um represente sua cultura e leve seu artesanato para a Feira Cultural “Juntos Somos Mais Fortes”.

Proposta 99: A tradicional festa junina de Bertópolis ocorre em homenagem ao padroeiro São João Batista e é uma grande celebração que envolve a Folia de Reis, atrações artísticas, e diversas brincadeiras tradicionais, como quebra-pote, pau de cebo, corrida de jegue e quadrilhas. Além disso, a festa destaca a participação dos povos indígenas e quilombolas presentes na cidade.

Esse evento é fundamental para a preservação das tradições culturais locais, proporcionando conhecimento e gerando oportunidades para a manutenção dessas práticas. A festa também impulsiona a economia local, promovendo o comércio e a valorização da cultura regional. Em resumo, a festa é um importante momento de união e celebração da identidade cultural de Bertópolis.

Proposta 100: A Festa Cultural de Poté é um evento que atrai um grande número de filhos ausentes da terra, além de moradores da região e da cidade. Seu compromisso é salvaguardar as tradições culturais locais, promovendo uma rica programação que valoriza as práticas e costumes da comunidade.

Além de preservar a cultura regional, a festa desempenha um papel importante no incentivo à economia local, estimulando o comércio e gerando oportunidades para empreendedores. O evento também contribui para o turismo, atraindo visitantes que desejam conhecer as tradições de Poté. Com essas ações, a festa fortalece a identidade da comunidade e promove um ambiente de união e celebração.

Proposta 101: O Instituto Extensão do Trabalho, parte do Grupo In-Cena de Teatro, celebra 11 anos em 2024, dedicando-se à formação artística, geração de empregos no setor cultural e à promoção das artes em Minas Gerais e Bahia, onde recentemente inaugurou uma filial. O instituto orienta suas ações para a transformação social e a inclusão, buscando mudar a percepção do público sobre eventos, produções e projetos sociais e artísticos, sempre com foco na excelência e no diálogo.

Nos últimos anos, o Instituto In-Cena produziu cerca de 17 projetos contínuos, incluindo o Festival Nacional de Teófilo Otoni, o Festival Escolar de Teatro Infantil, e o Festival de Cinema dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Além disso, desenvolve o projeto “Lá e Cá” em parceria com o SEBRAE e realiza projetos de extensão com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Em 2022, foi selecionado entre 10 instituições do Brasil para o Programa de Aceleração de Organização Social do BTG SOMA 3. Em 2024, o instituto realizará a Festa Literária do Vale do Mucuri, uma feira que incluirá livros, seminários, simpósios, congressos, palestras e espetáculos de artes cênicas, reforçando seu compromisso com a cultura e a educação na região.

Proposta 104: O Festival Nacional de Teatro de Teófilo Otoni (FESTO) tem como objetivo a interiorização, popularização e fomento da fruição artístico-cultural, especialmente do teatro, nas cidades do Vale do Mucuri e Jequitinhonha. Além disso, busca dar visibilidade à produção teatral regional em outras partes do estado.

Desde sua primeira edição, o FESTO já recebeu mais de 110 grupos de teatro e apresentou mais de 120 espetáculos. O festival também ofereceu 60 oficinas, 25 rodas de conversa e mais de 45 atividades paralelas, contando com a participação de artistas

internacionais do Chile, Argentina e Itália. O evento atraiu mais de 1.400 artistas de diversos estados, como Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Paraná, alcançando um público circulante de aproximadamente 40 mil pessoas.

Desde 2013, o Instituto Cultural In-Cena atua de forma estruturada em quatro eixos, com 20 projetos voltados para fruição, formação e acessibilidade, atendendo ao público local e regional. O instituto tem executado suas ações por meio da Lei de Incentivo à Cultura e outros editais federais e estaduais, gerando empregos diretos e indiretos e criando uma rede de 30 profissionais e parceiros. Essa iniciativa tem sido crucial para o fortalecimento da cena cultural e teatral na região, promovendo a diversidade e a inclusão.

Proposta 105: Esse projeto visa promover, valorizar e fortalecer a identidade, a imagem, a história e as tradições do Vale do Mucuri, com foco nas culturas urbanas afro-brasileira e indígena. A continuidade dessa ação é crucial, pois a interrupção pode levar ao esvaziamento da memória coletiva da região, especialmente com a perda dos detentores do conhecimento.

A disponibilização desse material beneficiará a comunidade, proporcionando uma imersão em fatos históricos que são fundamentais para a formação social e escolar. Assim, o projeto não apenas preserva a memória cultural, mas também enriquece o aprendizado e a conscientização sobre a importância das diversas influências que moldam a identidade local. A continuidade da iniciativa é vital para garantir que essas tradições e histórias sejam transmitidas às futuras gerações.

Proposta 106: Atualmente, nossa região enfrenta um êxodo rural, onde muitas pessoas das comunidades estão se deslocando para grandes centros urbanos e, frequentemente, enfrentando marginalização. Isso resulta em um número crescente de jovens que se identificam com o RAP e o Trap, estilos que refletem suas realidades e rotinas.

O Festival Batalha de Rima busca envolver cerca de 200 pessoas da cidade de Araçuaí, promovendo a cultura urbana e dando voz a esses jovens. Para isso, será necessária a aquisição de materiais simples, como caixa de som, microfone e bolsas para os artistas.

O objetivo das bolsas é apoiar os artistas participantes, proporcionando condições para que possam se apresentar e expressar suas histórias através da música. Com essa iniciativa, o festival não apenas valoriza a arte do rap e do trap, mas também cria um espaço de pertencimento e empoderamento para os jovens da região.

Proposta 107: O projeto “Trançando Identidades” busca destacar a importância das tranças e penteados como expressões culturais e políticas da população negra. As tranças e outros estilos de cabelo afro são símbolos de resiliência, empoderamento e conexão com as raízes ancestrais.

Historicamente, as práticas de cabelo afro foram muitas vezes estigmatizadas ou marginalizadas em contextos sociais dominantes, mas também se tornaram formas de afirmar identidade e pertencimento. O projeto propõe dar visibilidade a essas tradições e resgatar seu valor simbólico, celebrando a diversidade cultural e promovendo o reconhecimento das contribuições da população negra.

Proposta 109: A Ascai (Associação da Criança e do Adolescente de Itaobim) está presente em quatro municípios, desenvolvendo ações sociais e culturais. Por meio de oficinas de audiovisual, a associação tem capacitado adolescentes e jovens a produzirem documentários sobre suas comunidades, promovendo a expressão artística e a conscientização social.

Com essa especialização na área de audiovisual, a Ascai está criando a Primeira Mostra Itinerante de Curtas. O evento não só exibirá os curtas-metragens produzidos pelos participantes, mas também oferecerá um espaço para a troca de experiências e o fortalecimento da cultura local.

Proposta 111: O Centro Educacional para Infância e Adolescente (CEIA) oferece reforço escolar e atividades artísticas, culturais e esportivas para crianças e adolescentes em horários opostos às aulas. As crianças participam de oficinas de dança, teatro, música, computação e artesanato, culminando em uma mostra artística anual. Em 2024, ocorrerá a 16ª edição da Mostra Cultural do

CEIA. Mantido por doações da comunidade e parcerias com órgãos públicos, o CEIA é uma instituição respeitada e reconhecida, atuando há quase 40 anos. Atualmente, cerca de 200 jovens são atendidos, mas enfrenta dificuldades para se manter.

Proposta 112: O projeto visa ampliar o acesso às atividades culturais e educacionais em comunidades rurais, onde, apesar das dificuldades, existe um rico repertório artístico. Muitas vezes, esses saberes ficam invisíveis devido à falta de acesso a bens e serviços. A iniciativa incluirá oficinas, seminários, apresentações artísticas e mostras gastronômicas, envolvendo agricultores, artistas, crianças e idosos. O objetivo é promover a troca de experiências com outras comunidades e com as vivências urbanas, valorizando seus ritos e histórias.

Proposta 113: Há 29 anos, o município de Pavão realiza as tradicionais festas populares “O Boi Janeiro” e “O Forró do Regaço”, reunindo cerca de 5.000 pessoas, incluindo turistas que ajudam a movimentar o comércio local e disseminar nossa cultura. Essas festas são essenciais para fortalecer nosso pertencimento, destacando artistas, artesãos e mestres da tradição. No entanto, enfrentamos desafios financeiros que afastam os jovens das tradições. Para manter e enriquecer essa herança cultural, precisamos de mais recursos para embelezar e revitalizar nossa cultura popular, incorporando elementos que reforcem nossas raízes identitárias.

Proposta 114: Apesar das dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais, há um rico repertório de saberes e práticas camponesas que envolvem a vida, a alimentação e a cultura local. Histórias, receitas, festas e tradições compõem a identidade dessas comunidades, mas muitas vezes essas criações permanecem restritas a grupos e famílias sem oportunidades de expressão.

Esse projeto surge para disseminar e ampliar saberes relativos ao cultivo, produção e beneficiamento da mandioca e seus derivados promovendo a economia local por meio do fomento e valorização da produção de alimentos a partir da mandioca, uma vez que essa é uma das principais atividades deste município. A festa da mandioca, que já foi realizada três vezes, chega agora à sua quarta edição.

Proposta 115: O Vale do Mucuri e o Jequitinhonha, apesar das dificuldades econômicas e sociais, são conhecidos por sua rica produção artística e diversidade cultural. Contudo, sem apoio técnico e financeiro, artistas, mestres e empreendedores muitas vezes permanecem isolados, sem condições de divulgar suas obras e histórias.

É urgente apresentar essas iniciativas a editais que possam fornecer suporte, pois isso representa uma oportunidade valiosa para promover a arte, valorizar as manifestações culturais e fortalecer a cidadania e o pertencimento regional.

Proposta 116: Nas últimas décadas, os movimentos festivos têm sido impactados pela massificação e pelo custo elevado das apresentações, muitas vezes sem refletir as identidades e saberes dos povos e artistas. O MAP, que acontece há quase duas décadas, perdeu visibilidade devido aos altos custos de execução. No entanto, o movimento articula diversas linguagens artísticas, como música, dança, literatura e teatro, e permite que cidades vizinhas se unam para comercializar artesanato e gastronomia.

Pavão se destaca como um palco da rica arte mineira, difundindo sua cultura para além das fronteiras e valorizando as tradições locais.

Proposta 118: A Festa de São Cosme e São Damião é uma importante tradição cultural e religiosa para a comunidade de Pedra Azul, organizada pelo Centro Espírita de Umbanda \*\*\*\*\* de Ouro. Celebrando os santos conhecidos por sua conexão com as crianças e pelos valores de caridade, fraternidade e cura espiritual, a festa acontece anualmente.

Para atender à crescente demanda da população e garantir um evento inclusivo e seguro, solicitamos uma verba parlamentar de R\$100.000. Essa verba será utilizada para cobrir despesas essenciais, como:

Aluguel de um espaço amplo e acessível, capaz de receber um número maior de participantes, garantindo segurança e conforto a todos.

Infraestrutura necessária: tendas, sonorização, banheiros.

Alimentação típica da cultura: comidas tradicionais e doces.

Brinquedos e atividades para as crianças.

Com esse apoio, poderemos proporcionar uma festa memorável e acolhedora para toda a comunidade!

Proposta 119: A quantidade de pessoas que participam das feiras é significativa, criando um vasto leque de oportunidades para conhecer novas histórias e experiências, além de adquirir conhecimento e interagir com diferentes profissionais de todo o estado. Essa conexão e *networking* são fundamentais no setor, pois, ao participar de eventos, os produtores têm a chance de estabelecer vínculos com consumidores e clientes, fortalecendo a relação entre eles. Esses encontros não apenas promovem a troca de saberes, mas também impulsionam o desenvolvimento de negócios e a valorização da produção local.

Proposta 120: Esse evento é de grande relevância para a formação do público para as artes em Itambacuri, promovendo a economia, a cultura local e o desenvolvimento sociocultural da cidade. A não realização do projeto pode resultar na falta de acesso às práticas culturais, o que aumenta a vulnerabilidade da juventude ao envolvimento com drogas, violência, crimes e gravidez precoce.

Os pontos favoráveis à implementação desse projeto incluem a criação do sistema municipal de cultura e a existência de equipamentos culturais, como a Casa de Cultura Serafim Angelo da Silva Pereira, além da estrutura administrativa da Secretaria de Cultura e Turismo. Esses elementos são essenciais para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento artístico e cultural, beneficiando toda a comunidade.

Proposta 143: Esta proposta pretende fortalecer o capital humano e social das comunidades localizadas em áreas abrangidas pelo Sistema Agrícola Tradicional dos Apanhadores de Flores Sempre Vivas, registrado como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais.

A estratégia principal é organizar uma feira itinerante sob a perspectiva de mostra e venda, viabilizando uma alternativa de geração de trabalho e renda para as comunidades envolvidas.

Pretende-se, inicialmente, envolver comunidades do município de Diamantina, Presidente Kubitschek e Buenópolis.

Proposta 144: O apoio as festas culturais e tradicionais dos municípios de Senador Modestino Gonçalves, através da ajuda a cidade só tem a crescer, pois irá ter um aumento no turismo local, com isso, a economia da cidade vai se desenvolver, bem como haverá o fortalecimento cultural.

Proposta 145: Este projeto tem como objetivo criar um ambiente que não apenas converse, mas também promova a identidade cultural do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, proporcionando à comunidade local e aos turistas uma oportunidade única de vivenciar a tradição da região. O espaço, uma vez adaptado, servirá como local de encontro para as diversas expressões artísticas e culturais, fomentando o turismo cultural e fortalecendo o senso de pertencimento local. A proposta visa também capacitar a comunidade através de oficinas e eventos culturais, criando novas oportunidades de aprendizado e de interação social e cultural. Além disso, o projeto contribui para o desenvolvimento econômico, pois o clube modernizado e funcional atrairá turistas e incentivará o consumo de produtos e serviços locais.

Proposta 155: Além dos valores numéricos, o mapeamento vai identificar os vários segmentos/categorias do artesanato, como o barro, o tecido, a madeira, o couro, o metal e as fibras naturais (cipó, capim dourado, sempre-vivas, taboa, palha de milho, etc). É importante saber qual é a quantidade e a qualidade de produção de cada segmento/categoria na região.

Resumo do projeto em anexo à proposta.

Através do mapeamento, saberemos quantos artesãos, artesãs, mestres, mestras, associações, cooperativas e outras entidades que atuam com o artesanato, a real situação dos artesãos, sua realidade de vida e sua produção artesanal.

Não existem dados sobre o artesanato que possam instrumentalizar uma política pública para o artesanato no Vale do Jequitinhonha ou no Estado de Minas Gerais.

Proposta 168: O 3º circuito de arte e percussão vem suprir uma lacuna existente na área de formação de percussão e outras linguagens artísticas na região do Vale do Jequitinhonha. Assim, o que se pretende é ofertar um conjunto de oficinas de percussão e outras oficinas artísticas na região do vale do Jequitinhonha.

As oficinas serão direcionadas diretamente para jovens integrantes de grupos de cultura popular e outros interessados na linguagem percussiva. Além de oficinas de ritmo, poderia ter também outros tipos como: reformar e construir tambores, pintura decorativa de tambores, danças populares e etc.

Seriam oferecidas, ainda, *workshops* sobre música, origem do ritmo afrodescendentes no Brasil.

O circuito pretende oferecer uma programação em quatro localidades.

Proposta 169: Os festivais têm o objetivo de movimentar ações locais a fim de empoderar e gerar pertencimento. Além disso, irá gerar renda, através dos artesanatos locais.

O festival envolve músicas da região e será promovido pelas mulheres, que serão protagonistas do movimento regional.

Proposta 174: A Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz desempenha um papel essencial na formação musical e cultural de jovens da região, além de ser um símbolo de identidade cultural para a cidade. A reforma e ampliação da sede garantirão que a banda continue a desempenhar esse papel, oferecendo melhores condições de aprendizado para os alunos e possibilitando a expansão de suas atividades. Este investimento não só preserva o patrimônio de Diamantina, mas também promove o desenvolvimento artístico e cultural a comunidade, oferecendo novas oportunidades de formação e interação social para crianças e adolescentes.

Proposta 175: Este centro de interpretação desempenhará um papel vital na disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural da região e mundial, além de promover um turismo cultural que valoriza educação e a preservação. O projeto busca não só implementar o equipamento cultural no prédio histórico, mas transformá-lo em um espaço vivo e dinâmico, onde a comunidade local e visitantes possam se engajar e aprender sobre a história e as tradições da região.

Ao criar um ambiente de estudo e reflexão o centro também incentivou o desenvolvimento acadêmico e a pesquisa, tornando-o um ponto de referência para a preservação do patrimônio cultural. Além disso, a proposta fortalece a identidade regional e contribui para o desenvolvimento socioeconômico através do turismo e da valorização dos bens culturais.

Proposta 176: A corporação Musical Filadélfia existe desde 2014, atende desde crianças, até jovens e adultos. Inicialmente as crianças aprendem a teoria musical e a prática da flauta doce, quando alcançam uma experiência são absorvidos na banda oficial.

Nossa sugestão visa atender ainda as pessoas através da música, com aquisição de novos instrumentos poderemos formar novas turmas de flautistas e da banda oficial.

A corporação musical Filadélfia já se apresenta em vários instituições, desfiles, eventos culturais, sociais, cívicos e religiosos.

Proposta 177: O vale do Jequitinhonha é conhecido pela sua riqueza cultural e a música evidencia a cultura tradicional existente aqui. Das folias de reis aos corais, as Vesperatas que embelezam Diamantina, as Boleratas em Serros e as belas Sonatas da nossa terra, Itamarandiba. O vale tem vocação musical e isso faz parte da essência da mineiridade desde os povos antigos. As lavadeiras os acordes, cantos religiosos, versos e violas.

Aqui, em Itamarandiba, não poderia ser diferente. Geograficamente localizada em coordenadas estratégicas e de fácil acesso a todo Vale, Itamarandiba se destaca na grandeza de sua tradição musical que se evidencia em suas diversas formas e espetáculos. Hoje, podemos citar a existência do Coral de Flautas Pássaros canoros que contam com aproximadamente 80 alunos, crianças, que se apresentam em sonatas, festas religiosas e em datas importantes. Com grande relevância, temos também. Aqui, a Corporação Musical São João Batista que com aproximadamente 50 integrantes, que inicialmente ingressam no coral de flautas e

depois deram continuidade à banda de música, se apresentam em diversas cidades mineiras como Setubinha, Diamantina, Veredinha, Malacacheta, Carbonita, Belo Horizonte, Monte Claros, Datas e muitas outras. E, ainda, contamos com uma extensão do Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita que atende 140 alunos, crianças e idosos, em aulas de piano, violão, percussão, canto e coral.

É neste contexto que nasce um projeto que é a criação da Casa da Música do Vale do Jequitinhonha que, além de dar estrutura aos importantes projetos musicais criados aqui, atenderá diversos municípios do Vale. Estabelecer uma casa da música na região não só preservaria essas tradições, como também abriria portas para novas oportunidades e expressões musicais, fortaleceria a identidade cultural local, incentivaria o estudo e a valorização das tradições musicais que fazem parte do patrimônio imaterial da região. Mais que isso, a mutação dessa necessidade em realidade seria enriquecedora, pois serviria de espaço de inclusão social e transformação cultural em uma região que tanto clamo por apoio; visto ser, historicamente, o Vale Jequitinhonha carente de investimentos em infraestrutura educacional e cultural.

Já em termos econômicos, a Casa da Música do Vale Jequitinhonha poderia gerar novas oportunidades, com músicos e profissionais capacitados oferecendo oficinas, participando de eventos e até mesmo ajudando a divulgar e desenvolver o turismo cultural na região. A música, como ferramenta de transformação social, poderia ser um ponto de partida para resgatar jovens de situações de vulnerabilidade e abrir novos horizontes. Por isso, a materialização deste projeto de grande importância para o Vale do Jequitinhonha, necessita do apoio dos demais municípios do Estado.

O projeto tem o custo aproximado de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para sua edificação, uma vez que o município já tem o projeto arquitetônico e o local para construção. Devido ao alto custo para a construção da sede, o Município do apoio do Estado para financiar todo ou parte deste valor por meio de convênio, contrapartida ou execução direta.

Por meio da discussão participativa do PPAG o município tem a oportunidade de apresentar a importância do projeto para todo Vale do Jequitinhonha e solicitar o apoio para construção da sede Casa de Musica do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 178: Valter de Carvalho é mestre mosaicista e através deste projeto promoverá o acesso à arte e cultura para pessoa historicamente apartadas de seus direitos culturais. Tomando assim um núcleo de produção cultural em um espaço com grandes potenciais a se tornar um ponto de cultura.

A matéria-prima das oficinas é a reutilização de vidros e espelhos, tornando a arte sustentável, além de proporcionar uma nova habilidade como fator de geração de renda.

As oficinas serão oferecidas uma vez por semana em dois turnos diferentes.

Ao final faremos uma exposição com as peças produzidas.

Proposta 179: Ponto de encontro da comunidade, a Acodef oferece serviços de proteção, além de oportunizar o direito de acesso aos bens e serviços culturais se caracterizando como ponto de cultura.

Com grande potencial a promover a inclusão social pelo trabalho, criando novos postos de trabalho.

Proposta 181: O Centro Social Mali Martin, localizado em Itamarandiba/MG, desempenha um papel fundamental na comunidade, oferecendo suporte educacional e cultural para crianças e adolescentes, jovens e suas famílias. Seu salão, utilizado para oficinas de teatro e apresentações culturais, possui uma estrutura que precisa de melhorias significativas. Com cadeiras antigas, ventilação inadequada e falta de acessibilidade para as pessoas com deficiência, o espaço carece de atualizações para oferecer um ambiente mais seguro e confortável.

Além de ser um espaço central para as atividades da instituição, o salão também atende à demanda de eventos sociais e culturais da cidade. A Assembleia do PPAG 2024/2027 e fóruns regionais já utilizaram o local para discussões de temas relevantes para a comunidade, mostrando a importância do salão como um espaço de utilidade pública.

A reestruturação do Salão do Centro Social Mali Martin não só permitirá a ampliação do atendimento, mas também contribuirá de forma expressiva para o desenvolvimento cultural e social de Itamarandiba, oferecendo um espaço mais inclusivo e funcional para os eventos de atividades da comunidade.

Proposta 182: O projeto “Risos e viola” tem como objetivo resgatar a música sertaneja raiz a viola caipira e os contadores de causos de Carbonita e região.

O projeto é proposto pelo Grupo Cultural Semente do Vale que a mais de trinta e nove anos vem fazendo e valorizando a cultura local e do Vale do Jequitinhonha. Pretendemos com esta ação preservar os costumes e tradições, ampliando a diversidade cultural da região, ressaltando a valorização dos artistas da nossa cidade e a riqueza musical do Vale do Jequitinhonha. O projeto será executado de forma itinerante em parceria com as escolas estaduais e municipais da região de forma gratuita.

Proposta 258:

Proposta 260: Realização do 11º Encontro de Comunicadores do Vale do Jequitinhonha na cidade de Itinga.

O Encontro de Comunicadores do Vale do Jequitinhonha é um evento que promove o protagonismo e valoriza a cultura dos coletivos locais da região. O evento conta com atividades como palestras, rodas de conversa, oficinas e apresentações culturais.

A Rede de Comunicadores do Vale do Jequitinhonha é um programa que fomenta a formação de multiplicadores e ações de educação. Os núcleos de comunicação são coletivos que utilizam a comunicação para apresentar a cidade, o povo e os problemas locais.

Valor solicitado R\$100.000 (Cem mil reais)

Proposta 263: O centro cultural promove ações nas regiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Alto Rio Pardo e nenhuma dessas regiões usufruem de um espaço adequado para suas manifestações culturais diversas. Uma vez que essas regiões produzem uma cultura única e potente que eleva o estado de Minas Gerais e o Turismo. Na preservação das culturas populares e das novas culturas emergentes, bem como o combate a desigualdade social através da arte, com oficinas gratuitas diversas, festivais, mostras, espetáculo e shows. Esse espaço fortaleceria essas regiões no seu fazer cultural e turístico, fomentaria a cidadania e a potencia de desenvolvimento das regiões. O Centro Cultural tem a posse de dois grandes terrenos na cidade com o objetivo de fazer estas construções.

Proposta 268: Justificativa para a Construção do Centro Cultural e Museu de Arte e História dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas

A proposta de construção do Centro Cultural e Museu de Arte e História dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas surge como uma resposta urgente às necessidades de valorização e preservação da rica diversidade cultural, histórica e artística dessas regiões. Com terrenos já disponíveis para a implementação deste projeto, é uma oportunidade propícia para fortalecer a identidade local e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico.

Valorização da Cultura Regional:

Os Vales do Jequitinhonha e Mucuri são conhecidos por sua vasta riqueza cultural e histórica, fruto de uma mescla de tradições indígenas, africanas e europeias. O Centro Cultural e Museu se propõe a ser um espaço de valorização e difusão dessas tradições, permitindo que as novas gerações se conectem com suas raízes. Por meio de exposições permanentes e temporárias, o museu poderá contar a história dessas regiões, com foco nas manifestações artísticas, nos modos de vida, nas festas e nas tradições, assegurando que essas heranças não se percam no tempo.

Educação e Formação:

Além de ser um centro de memória, o local servirá como um espaço educacional. Através de workshops, palestras e atividades para escolas, o museu terá a missão de formar cidadãos conscientes sobre a importância de sua identidade cultural. A

criação de parcerias com instituições de ensino poderá enriquecer o conteúdo oferecido, facilitando a promoção de projetos de pesquisa e intercâmbio cultural.

#### Desenvolvimento Socioeconômico:

A construção do Centro Cultural e Museu poderá significar um impulso significativo para o desenvolvimento econômico da região. Atraindo turistas e visitantes, o espaço pode gerar novas oportunidades de emprego e renda, estimulando não apenas o turismo cultural, mas também incentivando o artesanato local e a gastronomia, que são partes essenciais da cultura regional. A atividade turística resulta na circulação de recursos financeiros, promovendo a sustentabilidade das comunidades locais.

#### Integração Comunidade:

O Centro Cultural será um ponto de encontro para a comunidade, promovendo a integração entre diferentes grupos e faixas etárias. Espaços destinados a atividades culturais e sociais fomentarão o diálogo e a convivência, fortalecendo os laços comunitários e a identidade coletiva. Eventos, festivais e mostras poderão ser realizados periodicamente, reforçando a participação ativa da população em sua própria cultura.

#### Sustentabilidade e Acessibilidade:

A proposta contempla a construção de um espaço sustentável e acessível a todos. Projetos arquitetônicos que considerem a eficiência energética e a utilização de materiais locais fortalecerão a proposta ecológica do Centro. A acessibilidade será um princípio fundamental, garantindo que pessoas com diferentes capacidades possam usufruir das atividades propostas.

#### Conclusão:

A construção do Centro Cultural e Museu de Arte e História dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas representa uma ação essencial para a preservação do patrimônio cultural e histórico regional. Com a infraestrutura já disponível, este projeto não apenas resgata e valoriza a identidade, mas também promove o desenvolvimento econômico, a educação e a convivência comunitária. Assim, o Centro Cultural será um pilar fundamental para o futuro das gerações que virão, assegurando que a cultura local continue a ser celebrada e reconhecida.

R\$1.500.000 (Um milhão e quinhentos mil reais)

Proposta 271: O Bloco de Carnaval da Diversidade do Alto Rio Pardo emerge como uma celebração vibrante e inclusiva, promovendo a alegria e a diversidade cultural na região. Com o objetivo de oferecer um espaço festivo que valorize as tradições do carnaval, particularmente por meio das marchinhas tradicionais, o evento se propõe a unir a comunidade em um momento de confraternização e expressão artística que reflete a riqueza cultural local.

#### Promoção da Diversidade e Inclusão:

Esse bloco se destaca por seu compromisso com a diversidade. Ao celebrar o carnaval, um evento que historicamente representa liberdade e expressão, promovemos um ambiente acolhedor, onde todas as identidades e orientações são respeitadas e celebradas. A inclusão de marchinhas tradicionais não apenas resgata a cultura brasileira, mas também reitera a importância de valorizar as raízes locais em um contexto carnavalesco.

#### Apoio à Causa Animal:

A ação de pedir 1 kg de ração em troca de maquiagens artísticas gratuitas e abadás é uma iniciativa inovadora que une a festa à responsabilidade social. Essa colaboração com a ONG Mãos e Patas, dedicada ao cuidado de animais em situação vulnerável, transforma a celebração em uma ferramenta de solidariedade, incentivando a comunidade a contribuir com uma causa importante. A troca promovida reforça a ideia de que a alegria do carnaval pode coexistir com a compaixão e a ação social.

#### Cortejo e Apresentações Culturais:

O cortejo até o palco principal será uma forma de vivenciar a festividade de maneira interativa e envolvente, reunindo pessoas em um momento de partilha e diversão. As apresentações culturais e musicais durante o evento não apenas entretêm, mas também oferecem uma plataforma para artistas locais, aumentando sua visibilidade e promovendo uma maior valorização da cultura regional.

Fortalecimento da Comunidade:

O Bloco de Carnaval da Diversidade não é apenas uma celebração, mas uma oportunidade para fortalecer laços comunitários. Eventos como este promovem a interação social, construindo um forte senso de pertencimento e identidade entre os participantes. É uma chance de todos se reunirem em prol de causas comuns, celebrando a diversidade enquanto cuidam de questões relevantes da sociedade.

Em suma, a realização do Bloco de Carnaval da Diversidade do Alto Rio Pardo representa uma fusão de cultura, solidariedade e inclusão, unindo a alegria do carnaval às demandas sociais da comunidade. É um evento que promete criar memórias significativas, promover a dignidade dos seres vivos e celebrar a diversidade, entregando à cidade de Taiobeiras um carnaval memorável e transformador.

Proposta 273: A realização do 1º Encontro da Cultura Quilombola é uma iniciativa que visa celebrar e promover a rica herança cultural das comunidades quilombolas. Este encontro pode incluir atividades como oficinas, debates, apresentações culturais, e palestras, com o objetivo de fortalecer os laços entre as comunidades e promover a troca de conhecimentos e experiências.

A comunidade quilombola representa um legado vibrante e resiliente de resistência e preservação cultural no Brasil. Originadas por descendentes de africanos que escaparam da escravidão, essas comunidades são fundamentais na luta pela manutenção de tradições ancestrais e pela busca de direitos sociais e econômicos. Elas se caracterizam pela organização coletiva, ligação profunda com a terra e um compromisso com a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios contemporâneos como racismo e exclusão social.

Valorizar a comunidade quilombola é fundamental para reconhecer a história e cultura ricas que elas trazem. Aqui estão algumas maneiras de fazer isso:

Educação e conscientização: Promover o ensino da história e cultura quilombola nas escolas e universidades para aumentar a conscientização e respeito.

Apoio econômico: Incentivar o desenvolvimento econômico sustentável dentro dessas comunidades, apoiando pequenos negócios e iniciativas locais.

Preservação cultural: Promover e participar de eventos culturais quilombolas, como festas, danças e feiras de artesanato, para manter vivas as tradições.

Políticas públicas: Apoiar e pressionar por políticas públicas que protejam os direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas. Por entender a importância e valor desse encontro faz se necessário essa aprovação dando a cada um de nos a importância dada pela historia.

Proposta 274: Realização do 1º Seminário da Cultura Popular de Salto da Divisa/ Raízes e Expressões da Nossa Identidade

A cultura popular é um componente fundamental da identidade de comunidades e nações, refletindo suas tradições, crenças e modos de vida. O I Seminário da Cultura Popular tem como objetivo promover um espaço de discussão, aprendizado e valorização das manifestações culturais populares, reunindo artistas, pesquisadores, educadores e a comunidade em geral.

**\*\*Objetivos:\*\***

- \*\*Valorizar a Cultura Local:\*\*** Promover a importância das tradições e expressões culturais da nossa região.
- \*\*Fomentar o Diálogo:\*\*** Criar um espaço para o intercâmbio de experiências entre diferentes grupos e comunidades.

3. **\*\*Educação e Conscientização:\*\*** Sensibilizar o público sobre a importância da preservação e promoção da cultura popular.

4. **\*\*Networking:\*\*** Facilitar a criação de redes de colaboração entre artistas, pesquisadores e instituições culturais.

1. **\*\*Palestras:\*\*** Convidar especialistas para discutir temas como a importância da cultura popular, suas manifestações e desafios contemporâneos.

2. **\*\*Oficinas:\*\*** Realizar oficinas práticas de dança, música, artesanato e outras expressões culturais.

3. **\*\*Mesas Redondas:\*\*** Promover debates sobre políticas culturais, preservação e promoção da cultura popular.

4. **\*\*Apresentações Artísticas:\*\*** Reservar espaço para apresentações de grupos locais, valorizando o talento da região.

5. **\*\*Feira de Cultura Popular:\*\*** Criar um espaço para a exposição e venda de produtos culturais, como artesanato, livros e CDs.

**\*\*Parcerias:\*\***

Buscar parcerias com universidades, instituições culturais, ONGs e órgãos governamentais que possam apoiar a realização do seminário.

**\*\*Divulgação:\*\***

Utilizar mídias sociais, cartazes, e-mail marketing e parcerias com rádios e jornais locais para garantir

Proposta 275: O samba de roda é uma manifestação cultural afro-brasileira que surgiu na Bahia, no século XVII, e tem origem nas festas de terreiros realizadas no Recôncavo Baiano:

O samba de roda é uma manifestação cultural que reúne tradições africanas, como o culto aos orixás e caboclos, e a comida de azeite.

O samba de roda também incorpora elementos da cultura portuguesa, como a presença de viola e do pandeiro.

O samba de roda é intimamente relacionado à roda de capoeira, que envolve música e luta e nessa luta estamos nos mulheres negras do vale, querendo mostrar nosso valor no samba que representa a nossa originalidade do povo forte, nossa proposta visa mostrar nosso trabalho em 7 cidades do vale do Jequitinhonha, fortalecendo a mulher preta do vale.

O samba de roda é caracterizado pela disposição dos participantes em círculo e pela mistura de dança e canto.

Nessa proposta teremos oficinas ofertadas em cada cidade, percussão e ritmo com samba de rodas.

Proposta 277: Quadrilha do Carazal festa Junina, que acontecer sempre no mês de Julho que iniciou no ano de 1980, na casa da benzedeira conhecida como Vovó Flora na comunidade rural da Grota das Cobras Felício dos Santos.

Festa Junina é uma festividade popular que é realizada em nossa cidade há mais de 40 anos mantendo nossas tradições enraizadas em nossa comunidade, que nos me de junho tem a única oportunidade de poder juntar as pessoas das comunidades rurais para fazerem parte desse grandioso evento, além de movimentar a comunidade rural e toda a cidade, movimenta também a nossa economia oportunizando o comércio local a possibilidade de alavancar a nossa economia com as vendas dos nossos produtos artesanais e naturais, dessa forma esse evento nos fortalece ainda mais em meio a uma sociedade que consomem ainda mais culturas emergentes. Essa festividade foi trazida para o Brasil pelos portugueses durante o período de colonização.

A Festa Junina é marcada por festividades ao longo de todo o mês de junho, sendo caracterizadas por comidas típicas, muitas delas à base de milho e amendoim. As Festas Juninas possuem danças típicas, como a quadrilha, possuem fogueiras e são decoradas com bandeirolas. As pessoas presentes costumam usar roupas que se associam com vestimentas caipiras, como camisas xadrez, o que é uma característica da nossa comunidade.

Proposta 278: Este projeto tem como objetivo criar um ambiente que não apenas conserve, mas também promova a identidade cultural dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, proporcionando à comunidade local e aos turistas uma oportunidade única de vivenciar a tradição viva da região. O espaço, uma vez adaptado, servirá como um local de encontro para diversas expressões artísticas e culturais, fomentando o turismo cultural e fortalecendo o senso de pertencimento local. A proposta também visa capacitar a comunidade através de oficinas e eventos culturais, criando novas oportunidades de aprendizado e de integração social e cultural. Além disso, o projeto contribui para o desenvolvimento econômico, pois o clube modernizado e funcional atrairá turistas e incentivará o consumo de produtos e serviços locais.

O espaço abrigará exposições permanentes sobre a tradição cultural desses Vales, como a música, o artesanato, a dança e outras manifestações culturais. Além disso, eventos regulares serão realizados, como feiras culturais, oficinas de capacitação e rodas de conversa, que terão como objetivo fortalecer a conexão da comunidade com suas raízes culturais. O local será modernizado com equipamentos tecnológicos que permitirão exposições interativas e multimídia, oferecendo aos visitantes uma experiência imersiva e educativa sobre a cultura regional.

Proposta 280: O centro de referência em educação patrimonial no Hotel Roberto terá um papel fundamental na promoção da preservação do patrimônio cultural da região, que é rica em tradições e história. A proposta busca garantir que o conhecimento sobre os valores culturais dos Vales seja preservado e repassado para as futuras gerações, por meio de uma abordagem educativa e prática. Este projeto também visa criar uma consciência coletiva sobre a importância da salvaguarda dos bens culturais, tanto entre os profissionais da área quanto entre a comunidade local. Além disso, o centro de formação proporcionará novas oportunidades de capacitação, fortalecendo a economia local ao promover o turismo cultural e atrair estudiosos e visitantes interessados em aprender sobre a preservação do patrimônio.

O centro será dedicado a oferecer cursos de formação para educadores, gestores culturais e para a população em geral, sobre a importância da preservação do patrimônio material e imaterial. O hotel será adaptado para funcionar como um local de capacitação, equipado com materiais pedagógicos modernos, espaços de convivência e oficinas práticas. A programação incluirá desde cursos teóricos sobre educação patrimonial até atividades práticas de restauração e conservação de bens culturais, sempre com foco nas tradições locais e na transmissão de conhecimentos para as futuras gerações.

Proposta 281: Este centro de interpretação desempenhará um papel vital na disseminação do conhecimento sobre o patrimônio cultural da região e do mundo, além de promover um turismo cultural que valoriza a educação e a preservação. O projeto busca não apenas restaurar um prédio histórico, mas transformá-lo em um espaço vivo e dinâmico, onde a comunidade local e visitantes de fora possam se engajar e aprender sobre a história e as tradições da região. Ao criar um ambiente de estudo e reflexão, o centro também incentivará o desenvolvimento acadêmico e a pesquisa, tornando-se um ponto de referência para a preservação do patrimônio cultural. Além disso, a proposta fortalece a identidade regional e contribui para o desenvolvimento socioeconômico através do turismo e da valorização dos bens culturais.

Esse é um projeto de grande relevância para o fortalecimento da educação patrimonial e do turismo cultural. O edifício histórico será restaurado e adaptado para abrigar exposições permanentes sobre o patrimônio cultural da região, além de eventos educacionais voltados para o público local, turistas e pesquisadores. O centro será equipado com recursos audiovisuais e interativos, permitindo que os visitantes tenham uma experiência imersiva e educativa sobre a importância da preservação do patrimônio. Além disso, o espaço terá um arquivo digital e uma biblioteca de consulta, onde pesquisadores e estudantes poderão acessar material sobre o patrimônio cultural dos Vales.

Proposta 282: A Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz desempenha um papel essencial na formação musical e cultural de jovens da região, além de ser um símbolo de identidade cultural para a cidade. A reforma e ampliação da sede garantirão que a banda continue a desempenhar esse papel, oferecendo melhores condições de aprendizado para os alunos e possibilitando a

expansão de suas atividades. Este investimento não só preserva o patrimônio imaterial de Diamantina, mas também promove o desenvolvimento artístico e cultural da comunidade, oferecendo novas oportunidades de formação e integração social para crianças e adolescentes.

Descrição: A reforma e ampliação da sede da Banda Mirim Prefeito

Antônio de Carvalho Cruz visam modernizar e melhorar as instalações existentes, além de expandir a capacidade de atendimento da banda, que é um importante patrimônio cultural de Diamantina. A ampliação do espaço físico permitirá a criação de novas salas de ensaio, melhorando as condições de aprendizado dos alunos, além de possibilitar a realização de apresentações públicas e eventos culturais na própria sede. O projeto também inclui a aquisição de novos instrumentos musicais e a contratação de profissionais especializados para ministrar aulas de música e teoria musical.

Proposta 290: Desenvolver e aplicar programa de intercâmbio cultural entre as cidades para fomentar a troca de expertise dos trabalhadores da moda, ou melhor, da cultura em todas as suas manifestações.

Proposta 308: O Festival de Danças Populares do Norte de Minas surge como uma plataforma essencial para celebrar e preservar as ricas tradições culturais da região. Com o objetivo de promover a diversidade das danças populares mineiras, o festival reunirá grupos, artistas e educadores de várias cidades do Norte de Minas, proporcionando um espaço de valorização e intercâmbio cultural.

O evento será realizado em um formato de dias de programação intensa, incluindo apresentações ao vivo de dança, oficinas gratuitas, palestras e mesas-redondas sobre a história e a importância das danças populares. A participação de grupos tradicionais, artistas locais e coletivos de dança será incentivada, permitindo que as diferentes expressões culturais da região sejam homenageadas e divulgadas.

Além das apresentações, o festival será um espaço para a promoção da formação de novas gerações de dançarinos e interessados na cultura popular, através de oficinas ministradas por profissionais respeitados. Estas oficinas abrangerão diversos estilos de dança, como a Catira, o Forró, o Samba de Roda, entre outros, permitindo que a comunidade aprenda e se conecte de maneira mais profunda com suas raízes culturais.

Como um evento comunitário, o Festival de Danças Populares do Norte de Minas também buscará promover a inclusão social e a diversidade, envolvendo escolas, associações, grupos de jovens e adultos, além de famílias. O festival terá um caráter educativo, estimulando a reflexão sobre a identidade cultural local e o papel das danças populares na formação dessa identidade.

Adicionalmente, serão criadas oportunidades para a comercialização de produtos locais, como artesanato e gastronomia, potencializando assim a economia da região e atraindo turistas, que terão a chance de vivenciar a cultura mineira em sua essência. O festival se propõe a ser um marco para o fortalecimento das tradições, a promoção da interação entre as comunidades e a valorização da dança como uma forma vital de expressão cultural.

A realização do Festival de Danças Populares do Norte de Minas representa uma importante iniciativa para revitalizar e disseminar a cultura local, contribuindo para a coesão social e o fortalecimento da identidade regional.

Proposta 310: O Espaço Cultural “Mineiridades” será uma atração central na 68ª edição da tradicional Festa de Maio em Taiobeiras, promovendo a valorização das manifestações culturais e potencialidades turísticas do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Durante três dias, o espaço abrigará exposições de arte, apresentações de teatro e dança popular, além de uma feira culinária que destacará a rica gastronomia local.

O evento servirá como plataforma para celebrar a cultura mineira, promovendo experiências interativas que envolvem cinema e atividades culturais diversificadas. Ao reunir artistas, *chefs* e comunidades, o “Mineiridades” não só enriquece a Festa de

Maio, mas também fortalece o turismo, bem como a memória coletiva da região, destacando seus pontos turísticos e tradições de maneira vibrante e acessível a todos os visitantes.

Proposta 311: O 8º TaioCine – Festival de Cinema de Taiobeiras é um evento cultural de três dias que celebra a sétima arte, destacando produções selecionadas de todo o estado de Minas Gerais e do Brasil, com um especial enfoque nas regiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Com uma programação diversificada, o festival não apenas exhibe filmes, mas também premia as melhores obras em várias categorias, incentivando a produção audiovisual local.

Além das exhibições, o TaioCine contará com atrações culturais, musicais e oficinas que proporcionarão uma experiência imersiva aos participantes. A distribuição gratuita de pipoca e refrigerante durante as sessões garante que o festival seja acessível e acolhedor, criando um ambiente familiar e festivo.

O evento visa fomentar a cultura do cinema regional, promover o intercâmbio entre cineastas e o público e fortalecer o turismo, atraindo visitantes que desejam explorar as belezas da cidade e celebrar a arte. O TaioCine é, portanto, uma oportunidade valiosa para resgatar e valorizar a produção cinematográfica das regiões, tornando-se um ponto de encontro para apaixonados pela sétima arte.

Proposta 312: O Festival Literário Flor de Pequi é uma celebração da literatura e da cultura, que visa promover as obras regionais do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri. O evento proporcionará uma feira literária, reunindo autores, editoras e leitores, destacando a riqueza das produções literárias locais.

Uma das grandes atrações do festival será a oferta de oficinas gratuitas, que permitirão aos participantes aprimorar suas habilidades de escrita e apreciação literária, com foco em contos e poesias. Além disso, o festival contará com apresentações culturais que enriquecerão a programação, conectando a literatura com outras expressões artísticas da região.

O destaque do evento será o concurso de contos e poesias, incentivando a criação literária entre os participantes e promovendo novos talentos. Os vencedores receberão premiações em dinheiro, estimulando ainda mais a produção literária local. Ao final do festival, uma coletânea será lançada, reunindo os poemas e contos selecionados, proporcionando visibilidade aos autores e valorizando suas obras.

O Festival Literário Flor de Pequi tem como objetivo fortalecer a cultura local, incentivar a leitura e a escrita e criar um espaço de intercâmbio entre escritores, leitores e a comunidade, celebrando a riqueza literária das regiões de forma vibrante e acessível.

Proposta 314: Almenara/MG – Proposta: Sexta edição das “RODAS DE CONVERSA E CANTORIA COM AS LAVADEIRAS” – Programa 102 – Valor solicitado: R\$500.000,00. Finalidade: circulação com o CORAL DAS LAVADEIRAS DE ALMENARA por municípios da Região Intermediária de Teófilo Otoni (Vales do Jequitinhonha e Mucuri) para a realização da sexta edição do projeto “Rodas de Conversa e Cantoria com as Lavadeiras de Almenara”.

público-alvo: alunos e professores de escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio. Os eventos serão gratuitos e acontecerão em 12 (doze) escolas públicas da região. Trata-se de um projeto de continuidade, pois já foram realizadas várias edições das “Rodas de Conversa e Cantoria”, beneficiando milhares de estudantes, professores e lideranças comunitárias. A liberação de novos recursos para 2025 possibilitará a continuidade das ações em outros municípios.

O Coral das Lavadeiras de Almenara completou 34 anos de existência em setembro de 2024. Ao longo desse tempo ele se tornou conhecido em Minas, no Brasil e até no exterior, pela singularidade e excelência das ações realizadas nas áreas da arte, cultura, meio ambiente, turismo e preservação da memória dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. São onze lavadeiras/cantoras (incluindo avó, filha e neta). A mais velha tem 90 anos. Algumas são benzedadeiras. O cantor Carlos Farias é o coordenador e regente do Coral desde a sua fundação.

Importante: no mês de março de 2023 a Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou o PL 3.195/2021, da autoria do Deputado Dr. Jean Freire, reconhecendo o Coral das Lavadeiras de Almenara como “de relevante interesse cultural do Estado.” Em 01 de dezembro de 2023 a Prefeitura Municipal de Almenara, após um criterioso trabalho de pesquisa, publicou o Decreto número 611, registrando do Coral das Lavadeiras como um bem imaterial cultural do município. Por tudo isso, o Coral das Lavadeiras merece receber recursos e apoios diversos para a continuidade das suas ações. Ele é exemplo de inclusão social através da arte.

Proposta 318: DIAMANTINA – MG – PROPONENTE: CENTRO DE APOIO SOCIOCULTURAL E ARTÍSTICO REAL PROPOSTA – Realização da Programa 102, Segunda Edição do Jequitifest (Festival de Cultura Popular da região do Jequitinhonha). Valor solicitado: R\$250.000,00 Finalidade: é a realização, de um grandioso festival voltado para a celebração e promoção da cultura popular tradicional do Vale do Jequitinhonha, em Diamantina – MG, evento este que acontecerá em diversos locais da cidade, como palcos de rua e espaços culturais, e incluirá uma vasta programação com oficinas de capacitação, palestras, mesas redondas, feiras de artesanato cultural e uma série de espetáculos artísticos. O festival é um Projeto de continuidade, pois, a primeira edição já foi aprovada e apoiada em emenda parlamentar anteriormente e será inteiramente gratuito e acessível ao público, com o intuito de fomentar a divulgação, valorização e fortalecimento das expressões culturais regionais. Além disso, visa criar oportunidades para artistas e grupos culturais abertos aos 59 municípios gerando trabalho e renda para a população regional, ao mesmo tempo em que promove o turismo cultural, trazendo benefícios econômicos e sociais para as comunidades do Vale do Jequitinhonha de ponta a ponta.

O Jequitifest é uma iniciativa de grande importância para a região do Vale do Jequitinhonha, que busca resgatar, promover e preservar as tradições culturais e populares dessa área tão rica em diversidade cultural e ao mesmo tempo uma região menos assistida em relação ao restante do Estado de MG, pela necessidade de ações com estaque provoca o fomento cultural. Este projeto foi selecionado devido à sua capacidade única de atender diretamente às necessidades culturais do Vale do Jequitinhonha, uma região historicamente marginalizada e carente de políticas públicas eficazes. O Jequitifest representa uma iniciativa crucial para a preservação e promoção das tradições culturais do Vale, oferecendo um espaço de visibilidade e valorização para artistas e grupos culturais que, de outra forma, teriam pouca ou nenhuma oportunidade de expressar e divulgar seu trabalho

O projeto, que se estenderá por nove dias, propõe a realização de um festival abrangente e multifacetado, com atividades planejadas para envolver diretamente a comunidade local e visitantes. A realização deste festival é, portanto, uma ação estratégica para o fortalecimento da cultura popular tradicional do Vale do Jequitinhonha, contribuindo para a construção de uma identidade cultural forte e resiliente, que pode resistir às pressões da cultura de massa e do isolamento geográfico

público-alvo: população do Jequitinhonha e turistas.

Proposta 319:

Proposta 324: A Folia de Reis é uma expressão cultural religiosa baseada na visita dos três Reis Magos ao Menino Jesus, conforme descrito no evangelho de Mateus. Essa tradição, celebrada entre 25 de dezembro e 6 de janeiro, é conhecida por diferentes nomes, como Reisado, Terno ou Festa de Santos Reis, e é marcada por cânticos, rituais e melodias que narram o nascimento de Jesus e a jornada dos Reis Magos. Originada no Brasil através da influência dos jesuítas, a Folia de Reis incorporou elementos indígenas e africanos ao longo do tempo, mantendo suas raízes no meio rural e sendo transmitida de geração em geração como parte da cultura religiosa do país. Mesmo nas áreas urbanas, a tradição continua viva, com instrumentos como viola, violão, cavaquinho, pandeiro, bumbo, sanfona e caixas acompanhando os cantos. Os principais elementos simbólicos são as bandeiras, enquanto os rituais incluem giros, encontros, festas e o cumprimento de promessas. iremos realizar o primeiro encontro de folia de reis de Salto da divisa, este encontro celebra a grandeza d cultura do vale e da valorização dos grupos de folia, este encontro faz com que os esses grupos sintam ainda mais que os laços culturais do nosso povo não estão tão somente nos artistas de palco mas sim na cultura popular resistente no

Vale do Jequitinhonha, este evento poderá ser realizado com a ajuda desse valor requerido nos possibilitando ainda mais oportunidades de desenvolver nossa história.

Proposta 332: O **Projeto Capoeira Contagem Ofício do Mestre** é uma iniciativa cultural de grande relevância para a promoção e valorização da capoeira na cidade de **Contagem**, Minas Gerais. Idealizado e liderado por **Mestre Guiné**, o projeto tem como missão fortalecer a capoeira como um patrimônio cultural afro-brasileiro, promovendo um espaço de aprendizado, inclusão e cidadania através da prática dessa arte. Ao reunir mestres, professores e praticantes de diferentes níveis e idades, o projeto se torna um verdadeiro ponto de encontro para a comunidade capoeirística.

Um dos principais objetivos do projeto é proporcionar uma experiência rica e formativa para capoeiristas e interessados. Por meio de **rodas de capoeira**, oficinas, eventos e apresentações culturais, o Capoeira Contagem Ofício do Mestre incentiva a troca de conhecimentos e experiências entre os participantes. As rodas de capoeira, realizadas em espaços públicos e culturais, não apenas promovem a prática da capoeira, mas também permitem que a população local se envolva e conheça melhor essa manifestação cultural. Essa interação entre capoeiristas e o público em geral ajuda a desmistificar a capoeira, tornando-a mais acessível e celebrada como parte da identidade cultural de Contagem.

Além das atividades práticas, o projeto também organiza palestras e oficinas educativas que abordam a **história da capoeira**, suas raízes africanas e sua importância como símbolo de resistência cultural. Os participantes têm a oportunidade de aprender com mestres experientes que compartilham suas vivências e conhecimentos, promovendo um entendimento mais profundo sobre a capoeira como uma expressão de luta e liberdade. Essas atividades são essenciais para fortalecer a consciência histórica e cultural dos praticantes, ajudando-os a entender o valor da capoeira não apenas como uma arte marcial, mas como um legado cultural que merece ser preservado e respeitado.

O **Capoeira Contagem Ofício do Mestre** também se destaca por seu compromisso com a inclusão social. O projeto se esforça para atingir uma diversidade de públicos, especialmente jovens de comunidades vulneráveis, oferecendo-lhes oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal. A capoeira é utilizada como uma ferramenta de transformação social, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor que promove valores de respeito, disciplina e cooperação. Através do envolvimento com a capoeira, os participantes não apenas aprimoram suas habilidades físicas, mas também fortalecem suas identidades e vínculos com a comunidade.

A atuação do projeto é apoiada por instituições culturais e pela prefeitura de Contagem, o que permite expandir suas ações e garantir a qualidade das atividades. Esse apoio é fundamental para que o **Capoeira Contagem Ofício do Mestre** se consolide como um centro de **cultura viva** na região, promovendo a capoeira como uma prática cultural que pode ser integrada ao cotidiano da cidade. Ao oferecer atividades regulares, o projeto cria um fluxo contínuo de aprendizado e troca, fortalecendo a capoeira como parte da vida social e cultural de Contagem.

Um aspecto importante do projeto é sua capacidade de gerar um impacto positivo na vida dos participantes. Por meio da capoeira, muitos jovens encontram uma forma de expressão e uma alternativa positiva para suas vidas. O projeto proporciona um espaço para que esses indivíduos desenvolvam habilidades sociais, como trabalho em equipe, autoconfiança e liderança, além de cultivar um sentimento de pertencimento à comunidade. Essa transformação não se limita apenas aos participantes diretos; o envolvimento da comunidade nas atividades do projeto ajuda a criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso, onde a capoeira é celebrada como uma arte que une as pessoas.

Valor solicitado 200.000

Proposta 335: O **Projeto TV Capoeira Vídeos** é uma iniciativa inovadora e essencial para a promoção e valorização da capoeira, uma das mais ricas manifestações culturais afro-brasileiras. Criado por **Igor Novaes**, o projeto visa estabelecer uma plataforma audiovisual que documenta, divulga e celebra as práticas e tradições da capoeira, além de promover a inclusão e a diversidade na comunidade capoeirística.

A proposta central da TV Capoeira Vídeos é a criação de conteúdos audiovisuais que retratem a capoeira em suas diversas formas e contextos. Por meio de vídeos, o projeto registra eventos, festivais, rodas de capoeira e aulas, capturando a essência e a beleza dessa arte marcial. A abordagem estética do projeto combina técnicas contemporâneas de filmagem com a autenticidade da capoeira, buscando não apenas entreter, mas também educar o público sobre a rica história, os valores e as práticas dessa manifestação cultural. As produções incluem entrevistas com mestres e praticantes, que compartilham suas vivências, histórias e perspectivas sobre a capoeira, além de coberturas de eventos significativos que acontecem nas comunidades.

Um dos principais objetivos da TV Capoeira Vídeos é promover a capoeira como uma forma de arte e prática esportiva que une pessoas de diferentes idades e origens. Através da disseminação de conteúdos nas redes sociais, como Instagram e TikTok, o projeto busca alcançar um público amplo e diversificado, tornando a capoeira mais acessível e visível. Essa estratégia visa criar uma comunidade online de capoeiristas e entusiastas da capoeira, onde possam interagir, trocar experiências e compartilhar suas histórias, fortalecendo os laços entre os praticantes e a cultura da capoeira.

O projeto também se destaca por seu compromisso com a inclusão e a diversidade. A TV Capoeira Vídeos procura representar diferentes grupos dentro da capoeira, incluindo aqueles que promovem a prática entre jovens, mulheres, pessoas LGBTQIA+ e comunidades tradicionais. Ao dar voz a esses grupos, o projeto ajuda a ampliar a compreensão sobre a capoeira como um espaço de resistência e afirmação cultural, onde todos são bem-vindos.

Utilizando tecnologia avançada, como *drones* e câmeras de alta definição, a TV Capoeira Vídeos é capaz de capturar imagens impressionantes que destacam a beleza e a dinâmica da capoeira. Esses recursos audiovisuais enriquecem a experiência visual dos espectadores, permitindo que eles sintam a intensidade dos movimentos, a musicalidade e a interação entre os capoeiristas de forma envolvente e impactante.

Além disso, o projeto visa colaborar com outras iniciativas culturais e educacionais, promovendo intercâmbios e parcerias que fortaleçam a capoeira como uma prática cultural viva. Com um número crescente de seguidores nas redes sociais, a TV Capoeira Vídeos demonstra o interesse da sociedade em espaços dedicados à capoeira e suas tradições. Essa visibilidade é fundamental para a valorização da capoeira como patrimônio imaterial e para a conscientização sobre sua importância na cultura brasileira.

Por meio do **Projeto TV Capoeira Vídeos**, Igor Novaes e sua equipe contribuem significativamente para a preservação e promoção da capoeira, destacando sua essência como um meio de expressão, conexão e empoderamento. O projeto não apenas registra a capoeira, mas também celebra seu legado, reunindo capoeiristas de diferentes localidades e promovendo a troca de experiências. Assim, a TV Capoeira Vídeos se estabelece como uma ferramenta fundamental para a valorização da capoeira no cenário cultural contemporâneo, unindo tradição e inovação em prol da cultura brasileira.

Valor Solicitado 500.000 Quinhentos Mil Reais

Proposta 340: Programa 102 – fomento a economia da criatividade. Ação 4331 – Promoção de atividades artístico-culturais.  
600 mil reais para a produção do filme – Vidas Ribeirinhas

A ideia de produzir um filme surgiu após o sucesso da peça teatral Vidas Ribeirinhas, realizada pelos mesmos idealizadores, na cidade de Jordânia, através do Grupo Teatral Transarte, que elaborou uma pesquisa sobre as vidas das pessoas que vivem às margens do Rio Jequitinhonha, desde o Cerro onde nasce até Belmonte, cidade da Bahia onde o Rio deságua no mar.

Proposta 344: A associação Cia Xadrez Dance iniciou suas atividades em 2007, atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade semanalmente em sua sede, tendo aulas de danças diversas como: danças clássicas, danças urbanas, taekwon-do e ginástica funcional. No ano de 2024, vem beneficiando diretamente mais de 220 (duzentos e vinte) crianças e adolescentes.

Conta com o apoio e credibilidade junto a comunidade e região, bem como com os órgãos governamentais e não governamentais, tendo tido em anos anteriores, projetos aprovados via Lei Rouanet, Fundo Estadual de Cultura-FEC, Fundação

Nacional das Artes – Funart (Edital Bacia do São Francisco) e de Editais municipais via Secult. Atua na Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, tem assento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Conselho Municipal de Cultura. No ano de 2019 foi reconhecida no âmbito federal, pelo Ministério da Cultura como Ponto de Cultura Cia Xadrez Dance.

Ainda, a Cia Xadrez Dance realiza anualmente o Encontro Nacional de Dança, que já está em sua 14ª edição, com atividades de competição e demonstração entre os participantes. O foco principal é a dança de rua: e *breaking*. Realiza também diversos eventos regionais, recebendo grupos de todo o país. Os encontros têm como objetivos a valorização da arte da dança, formação de plateia, intercâmbio cultural e o movimento turístico para cidade. No ano de 2024, realizou a 3ª Edição do hip-hop Real Sociocultural, um evento com atividades variadas, desde apresentações culturais diversas, realização de brincadeiras lúdicas e pintura facial, orientação jurídica, assistência em saúde: com aferição de pressão arterial e medição de glicose, distribuição de pipoca, algodão doce e cachorro quente, com a participação de aproximadamente setecentas pessoas, entre crianças, adolescentes e familiares.

A associação conta com grupos avançados de dança, que representa a entidade em diversos eventos e festivais de dança pelo país, que acontecem em várias épocas do ano, colecionando um grande número de premiações em categorias diversas.

A associação possui sede própria onde mais de 220 crianças são atendidas nas mais diversas modalidades, em sua grande maioria sem qualquer contribuição financeira.

Por este motivo, a instituição pleiteia e

Proposta 350: Quilombo Organização Social das Comunidades Negras Afrodescendentes do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e Região – Formoso-MG

Nossa organização social conta com um grupo de capoeira, danças típicas, encontros temáticos. Necessitamos de um espaço próprio para realização dessas atividades.

Proposta 353: Proposta: “Resgate da tradicional Quadrilha da São João” em Patrocínio, juntamente com a Comunidade de São João Batista, realização de concurso com grupos religiosos e de dança que representam as Quadrilhas Juninas, durante a Festa anual em louvor a São João Batista, na paróquia São José, para resgate do evento religioso cultural.

Proposta 369: O encontro, seria uma forma de levar os conhecimentos dos povos tradicionais para dentro da universidade, envolvendo várias áreas do conhecimento.

Objetivos: Promover a valorização das culturas e dos saberes dos povos tradicionais do Norte de Minas.

Estabelecer um espaço de troca de experiências entre as comunidades e os pesquisadores, buscando preservar e transmitir o conhecimento tradicional.

Discutir políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável para a região, integrando as necessidades e aspirações desses povos.

Estrutura do Seminário: provisória

Palestra Magna: Apresentação de um especialista em Patrimônio Cultural para contextualizar a importância dos povos tradicionais no desenvolvimento sociocultural do Norte de Minas.

Apresentação Cultural: Catopês

Painéis Temáticos:

“História e Identidade dos Povos Tradicionais”

Mesa-redonda com representantes das comunidades quilombolas, indígenas, geraizeiras, catingueiras e ribeirinhas para discutirem suas histórias, identidades e desafios contemporâneos.

Palestrantes convidados: Professores da Unimontes, lideranças comunitárias e estudiosos de patrimônio cultural.

“Desafios e Perspectivas para a Sustentabilidade Cultural”

Discussão sobre como as práticas culturais e saberes ancestrais podem ser integrados aos modelos de sustentabilidade e às políticas públicas.

Convidados: Especialistas em desenvolvimento sustentável, líderes comunitários e representantes de órgãos públicos.

“Economia Criativa e Geração de Renda”

Debate sobre as oportunidades para geração de emprego e renda através de projetos de economia criativa, como o artesanato, turismo comunitário e gastronomia local.

Participantes: Representantes de cooperativas, artesãos, gestores públicos e profissionais da economia criativa.

Sessões de Diálogo e Troca de Experiências:

Sessões abertas de diálogo onde os participantes podem compartilhar suas histórias, desafios e conquistas, promovendo a integração entre os diversos grupos e reforçando o sentimento de pertencimento cultural.

Manifesto Final: Criação de um documento coletivo com as demandas e aspirações dos povos tradicionais, que pode ser encaminhado para autoridades locais e estaduais.

Apresentação Cultural de Encerramento: Celebração com apresentações artísticas, como roda de capoeira ou canto coral indígena.

Resultados Esperados:

Consolidação de redes de apoio entre as comunidades e os pesquisadores da Unimontes.

Registro das discussões e contribuições para orientar políticas públicas voltadas para a cultura e sustentabilidade das comunidades tradicionais.

Divulgação dos produtos culturais e conhecimentos dos povos tradicionais, promovendo sua valorização no contexto regional e estadual.

Esta seria uma ação regional, envolvendo vários municípios.

Proposta 370: Objetivo Geral: Promover o reconhecimento, preservação e valorização do patrimônio imaterial do Norte de Minas, reunindo gestores culturais, pesquisadores, lideranças comunitárias, representantes de tradições culturais, artistas e o público em geral para debater, celebrar e compartilhar conhecimentos sobre a riqueza cultural e o potencial da região.

Objetivos Específicos:

Mapear e documentar as manifestações culturais e tradições imateriais do Norte de Minas, incluindo festas populares, artesanato, culinária, saberes, e técnicas tradicionais.

Sensibilizar e informar gestores públicos sobre a importância da preservação do patrimônio imaterial como vetor de identidade cultural e desenvolvimento sustentável.

Estimular a economia criativa por meio da valorização das práticas culturais locais e do turismo cultural.

Criar um fórum contínuo de discussão sobre políticas públicas voltadas à proteção e promoção do patrimônio imaterial.

Consolidar parcerias entre o poder público, universidades, escolas, ONGs e lideranças culturais para fomentar a preservação e transmissão dos saberes tradicionais às novas gerações.

Público-Alvo: Gestores municipais de cultura do Norte de Minas; Representantes de comunidades e grupos tradicionais; Pesquisadores e estudantes das áreas de história, patrimônio e antropologia

ONGs e coletivos culturais; Artesãos, músicos, cozinheiros, dançarinos e praticantes de saberes tradicionais

O público em geral interessado na valorização cultural

Estrutura do Encontro:

Painéis Temáticos e Palestras:

Discussão sobre o conceito de patrimônio imaterial, com ênfase nas especificidades do Norte de Minas.

Exposições de boas práticas de preservação cultural em regiões semelhantes.

Apresentação de estudos e levantamentos sobre as manifestações culturais do Norte de Minas.

Oficinas e Vivências Culturais:

Oficinas práticas com mestres locais, como a produção de artesanato típico, culinária regional, danças e músicas tradicionais.

Rodas de conversa com mestres e guardiões das tradições, promovendo a troca de experiências.

Feira de Cultura e Economia Criativa:

Espaço para exposição e comercialização de produtos e serviços culturais regionais.

Ações de fomento ao turismo cultural e à economia criativa local.

Documentação e Publicação:

Registro audiovisual do encontro, incluindo entrevistas com mestres e participantes.

Elaboração de um catálogo ou livreto com os principais conteúdos abordados, manifestações culturais mapeadas e recomendações de políticas públicas.

Encaminhamentos e Recomendações:

Compilação de propostas e recomendações de políticas públicas para o fortalecimento do patrimônio imaterial do Norte de Minas.

Definição de um plano de ações prioritárias para os próximos anos.

A proposta do Evento é que ocorra no município de Janaúba, envolvendo as cidades próximas tanto da Serra Geral, quanto do restante do norte de Minas.

Proposta 372: Desde 1999, a Festa do Pequi é um evento significativo para a comunidade do Quilombo de Cruz dos Araújos, promovendo a valorização do pequi e outras práticas tradicionais. Este projeto visa celebrar 25 anos de história, fortalecer o extrativismo sustentável e preservar as tradições culturais.

Orçamento Total: R\$79.000,00

1. Estrutura e Logística – R\$22.000

– Aluguel de tendas, mesas e cadeiras: R\$5.000,00

– Palco e som: R\$10.000,00

– Banheiros químicos: R\$5.000,00

– Sinalização e segurança: R\$2.000,00

2. Programação Cultural – R\$42.000,00

– Apresentações musicais e danças folclóricas: R\$31.000

– Oficinas sobre o extrativismo e cultura local: R\$3.000,00

– Palestras e debates: R\$3.000,00

– Material de divulgação (cartazes, flyers): R\$5.000,00

3. Alimentação e Bebidas – R\$10.000,00

– Barracas de comida típica (pequi, produtos locais): R\$7.000,00

– Bebidas e serviços de bar: R\$3.000,00

4. Sustentabilidade e Ações Sociais – R\$5.000,00

– Campanha de conscientização sobre o uso sustentável do pequi: R\$2.500,00

– Ações de inclusão social e acessibilidade: R\$2.500,00

Resultados Esperados:

– Aumento da conscientização sobre o extrativismo sustentável.

– Fortalecimento da cultura local.

– Integração da comunidade e visitantes.

Este projeto visa garantir uma festa memorável, celebrando a rica cultura do Quilombo de Cruz dos Araújos e promovendo práticas sustentáveis.

Proposta 391: Este Festival foi criado na cidade de Alfenas MG em 2021 para homenagear a Cultura de tocar e fazer Viola em Minas Gerais, uma vez que as violas, já possuem registro imaterial no Iepha-MG. Nosso projeto Festival de Viola Índio Cachoeira busca homenagear também uma figura lendária, um ícone da música Sertaneja caipira raiz que é o artista José Pereira de Souza, conhecido como Índio Cachoeira, *luthier* fazedor de viola, muito respeitado em todos cenários culturais da música raiz brasileira. O Festival já está com sua terceira edição realizada com enorme sucesso e abrange todo estado brasileiro com as inscrições vindas de todo o País para participar do festival que acontece anualmente em Alfenas MG. O festival tem um custo estimado em torno de R\$260.000,00 porque oferecemos premiações em dinheiro e também troféus, medalhas e ajuda de custo.

Proposta 392: Para que os projetos possam adquirir maior pontuação a fim de serem beneficiados. A finalidade é que se possa ter uma rotatividade dos projetos culturais, evitando que sempre os mesmos projetos e/ou artistas sejam contemplados com certa periodicidade e abra mão oportunidade aos demais projetos artísticos e culturais.

Proposta 400: O Festival Quilombola DaBahiaAMinas, que será promovido pela Associação Cultural Ferroviário Bahia-Minas, será uma jornada cultural itinerante com o objetivo de salvaguardar e valorizar a riqueza da cultura quilombola e afro-brasileira ao longo do circuito da antiga estrada de ferro Bahia-Minas. Celebrando a história e a resistência das comunidades negras dessas regiões, o festival passará por diversas localidades do trajeto histórico, conectando Bahia e Minas Gerais por meio da arte e da memória.

Objetivos do Festival:

Honrar e divulgar o patrimônio cultural afro-brasileiro, promovendo o reconhecimento das comunidades quilombolas.

Reavivar o trajeto histórico da estrada de ferro Bahia-Minas, impulsionando o turismo cultural e a economia local.

Fortalecer os vínculos culturais entre Bahia e Minas Gerais, salvaguardando histórias e tradições compartilhadas.

Programação e Atividades: O festival contará com apresentações diversificadas, envolvendo múltiplas linguagens artísticas e proporcionando ao público uma experiência rica e imersiva. Em cada parada ao longo do percurso, os participantes poderão vivenciar atividades culturais típicas, com destaque para:

Música: Serão realizados shows e apresentações de ritmos afro-brasileiros, como samba de roda, maracatu, afoxé e jazz afro-brasileiro.

**Dança:** Serão feitas performances de danças tradicionais e contemporâneas, incluindo capoeira, maculelê e outras danças de raízes afro-brasileiras.

**Teatro e Literatura:** Serão apresentados espetáculos teatrais e contação de histórias, abordando narrativas das comunidades quilombolas e histórias da ancestralidade afro-brasileira.

**Artes Visuais:** Haverá exposições de pinturas, esculturas e artesanato que refletirão a identidade quilombola e afro-brasileira.

**Culinária e Artesanato:** Feiras de produtos típicos e pratos tradicionais estarão disponíveis, trazendo o sabor e o saber das comunidades locais.

**Impacto e Legado:** O Festival Quilombola DaBahiaAMinas buscará deixar um legado cultural, reforçando o orgulho das comunidades quilombolas e afro-brasileiras ao longo do percurso e estabelecendo um elo contínuo entre tradição e modernidade. A Associação Cultural Ferroviário Bahia-Minas espera que o festival contribua para a criação de um circuito cultural sólido, promovendo o fortalecimento de redes colaborativas e o incentivo ao turismo sustentável nas regiões atendidas pelo projeto.

**Proposta 401:** A presente proposição visa a criação de espaços referenciais em locais específicos de Minas Gerais com ênfase em municípios da parte norte do estado que funcionam como centros regionais de áreas carentes de infraestrutura de serviços e cultura.

A instalação denominada VOO DAS GARÇAS proposta virtualmente pela primeira vez na `Terceira Feira: encontro de literaturas das margens do mundo´ ocorrido em Diamantina em setembro de 2024, e pretende ser fisicamente implantada ali e em outras localidades tais como Curvelo, Montês Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora, Pirapora e outras.

A peça em questão visa propor um local cultural e ambientalmente significativo que passará a interagir positivamente com os entornos e populações de onde estiver instalada.

O projeto pode acontecer em duas escalas:

1– a escala definitiva, onde a montagem escultórica proposta estará montada em caráter permanente, executada em materiais duráveis, como o aço, e contando com parcerias entre a equipe arquitetônica proponente da obra e artistas plásticos que dialoguem com o conceito proposto. A peça apresentada em Diamantina em setembro de 2024 contou com a participação do artista Jorge dos Anjos, nome de expressão internacional da arte afro brasileira.

2– a escala temporária, quando a obra poderá ter um caráter efêmero tendo suas superfícies como telas de projeção onde serão apresentados conteúdos audiovisuais em interação com o tempo e espaço de onde estejam inseridas. Neste caso as montagens temporárias acontecerão em datas específicas de celebrações nas diversas localidades eleitas.

**Proposta 409: Finalidade:** Este projeto tem como finalidade utilizar uma jardineira dos anos 50 para realizar passeios culturais gratuitos para alunos de escolas públicas da Grande BH pelo Complexo Cultural da Pampulha, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Cultura em julho de 2016.

**Percurso:** O percurso iniciará no circuito cultural da orla da Pampulha, passando pelos seguintes equipamentos consagrados pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade:

Iate Tênis Clube, Casa do Baile, Museu de Arte da Pampulha, Casa Kubitschek, Igreja São Francisco

Todo o trajeto será acompanhado por monitores especializados que relatarão histórias e curiosidades de cada ponto turístico. Essa ação é uma maneira de divulgar os principais pontos turísticos e a história de Belo Horizonte/MG.

**Objetivos do Projeto:** Democratizar o acesso à cultura e ao turismo em Belo Horizonte, especialmente para crianças carentes de baixa renda, que participarão gratuitamente do passeio

Em 2019, fomos destacados pelo Tripadvisor como uma das 10 melhores atrações turísticas de Belo Horizonte.

Planos para 2025:

Para 2025, temos o objetivo de dar continuidade a esse projeto, levando mais alunos de escolas públicas ao Complexo da Pampulha, considerado pela UNESCO como Patrimônio Mundial, com o propósito de enriquecer e ampliar o conhecimento cultural desses alunos.

Meio de Locomoção: Fretaremos ônibus de viagem que buscarem os alunos nas escolas e os conduziram a Pampulha onde utilizaremos uma jardineira de 1957, com capacidade para 20 alunos por viagem.

Duração do Projeto: Início em abril de 2025, com término previsto entre dois a três meses, conforme a quantidade de alunos contemplados e agendamento com as escolas.

Proposta 414: Introdução: A arte das tranças afro tem uma importância histórica e cultural significativa, representando uma expressão de identidade e valorização dos cabelos afros. Reconhecendo esse contexto, o projeto “Trançando Novas Histórias: Capacitação Profissional e Valorização Cultural” surge como uma iniciativa que visa disseminar conhecimentos técnicos e promover a valorização da cultura e o empoderamento da mulher negra em meio a sociedade. O curso, dividido em três níveis – inicial, intermediário e avançado –, será ministrado em parceria com a Prefeitura Municipal de Alfenas. O objetivo principal é capacitar jovens adolescentes, cabeleireiros e profissionais de beleza interessados em se especializar na arte das tranças afro, fornecendo-lhes habilidades e técnicas fundamentais para atuar nesse ramo.

O curso será realizado em associações de bairro da cidade de Alfenas que demonstrarem interesse, contanto que disponham de uma sala com estrutura mínima, como mesas, cadeiras, computador e projetor multimídia. A Secretaria de Cultura fornecerá o material necessário, garantindo que os alunos não tenham nenhum custo adicional.

Para garantir o bom desenvolvimento das atividades, o projeto prevê o fornecimento de materiais específicos pelo município, tais como agulhas de *crochet*, aventais de proteção, cabeçotes de treino, amostras de cabelo sintético e natural, entre outros itens necessários. Além disso, cada aluno terá a oportunidade de trazer uma pessoa para servir de modelo durante a metodologia do curso combinará aulas teóricas e práticas, buscando conectar os alunos às inovações da área, proporcionando espaço para tirar dúvidas e compartilhar experiências. Cada aluno receberá uma apostila abrangente e, ao final do curso, será emitido um certificado pelo município, atestando sua participação e conclusão do programa.

Objetivos do projeto:

Capacitar jovens adolescentes, cabeleireiros e profissionais de beleza interessados em se especializar nas técnicas e estilos de tranças afro, fornecendo-lhes conhecimentos teóricos e práticos abrangentes.

Promover a valorização da cultura afro-brasileira e incentivar a preservação e o resgate das tradições relacionadas às tranças afro.

Fomentar a inclusão social, acolhendo alunos com necessidades especiais, que se interessarem, desde que possuam habilidades motoras compatíveis com as atividades essenciais do curso.

Estimular a troca de experiências e o *networking* entre os participantes, criando uma rede de profissionais capacitados na área das tranças afro.

Contribuir para o desenvolvimento profissional dos participantes, aumentando suas habilidades e oportunidades de emprego no setor de beleza.

Justificativas do projeto:

Preservação Cultural: As tranças afro são parte integrante da cultura afro-brasileira, representando um legado histórico de resistência e identidade. Capacitar jovens adolescentes e profissionais nessa arte contribui para a preservação e valorização dessa expressão cultural.

**Inclusão Social:** Ao abrir espaço para alunos com necessidades especiais, o projeto busca promover a inclusão e a igualdade de oportunidades, reconhecendo que todos têm potencial para se desenvolverem profissionalmente, desde que tenham as habilidades motoras necessárias.

**Oportunidades de Emprego:** A especialização em tranças afro pode ampliar as possibilidades de emprego para jovens, cabeleireiros e profissionais de beleza, atendendo à demanda crescente por serviços especializados nessa área. Dessa forma, o projeto contribui para a empregabilidade dos participantes.

**Valorização Profissional:** Capacitar os jovens adolescentes e profissionais no segmento de tranças afro eleva sua expertise e valorização no mercado, permitindo que ofereçam serviços diferenciados e de qualidade aos seus clientes.

**Proposta 418: Justificativa:** O Ateliê Lukaias Moda propõe integrar moda, cultura afro-brasileira e sustentabilidade, com foco em Ibirité e região. A iniciativa visa criar um espaço de produção de roupas e acessórios inspirados no Axé, utilizando materiais reciclados e práticas de baixo impacto ambiental. O objetivo é promover a cultura afro-brasileira e incentivar o consumo consciente, beneficiando a economia local.

## 2. \*Objetivo Geral\*

Desenvolver um ateliê de moda sustentável que valorize a cultura afro-brasileira, gerando renda para a comunidade local e promovendo práticas ecológicas.

## 3. \*Objetivos Específicos\*

- Produzir moda sustentável com materiais reciclados e ecológicos.
- Incorporar elementos da cultura afro-brasileira nas peças.
- Capacitar a comunidade de Ibirité e região em moda sustentável.
- Divulgar o Ateliê Lucaias Moda como modelo de negócio social e cultural.

## 4. \*Público-Alvo\*

- Jovens e adultos interessados em moda sustentável e valorização cultural.
- Comunidade local envolvida na produção.
- Consumidores e lojistas que buscam produtos sustentáveis e culturais.

## 5. \*Metodologia\*

### 1. \*Desenvolvimento de Produtos Sustentáveis\*

Criação de peças e acessórios com materiais reciclados e tecidos ecológicos, inspirados na cultura afro-brasileira.

### 2. \*Capacitação da Comunidade Local\*

Oficinas de moda sustentável e produção artesanal com técnicas de tingimento natural e reaproveitamento de materiais.

### 3. \*Incorporação Cultural\*

Inserção de símbolos e tradições afro-brasileiras nas peças, promovendo a valorização do Axé.

### 4. \*Marketing e Vendas\*

Criação de um *e-commerce* e participação em feiras de moda sustentável para divulgação do projeto.

### 6. \*Atividades Planejadas\*

- Lançamento de uma coleção sustentável de moda inspirada na cultura afro-brasileira.
- Oficinas de capacitação em moda sustentável e produção artesanal.
- Campanhas de conscientização sobre consumo consciente e cultura afro-brasileira.

– Exposição da coleção em feiras culturais de Ibirité e região.

7. \*Parcerias Estratégicas\*

- \*ONGs e Coletivos Culturais\* para capacitação e engajamento comunitário.
- \*Fornecedores Sustentáveis\* para garantir o uso de matérias-primas ecológicas.
- \*Influenciadores Afro-brasileiros\* para divulgação cultural e comercial.

8. \*Cronograma de Implementação\*

- \*1º Trimestre\*: Pesquisa de materiais e início das oficinas de capacitação.
- \*2º Trimestre\*: Produção das peças e desenvolvimento do *e-commerce*.
- \*3º Trimestre\*: Lançamento da coleção e campanhas de *marketing*.
- \*4º Trimestre\*: Avaliação dos resultados e planejamento para expansão.

9. \*Orçamento Total: R\$200.000,00\*

Item	Custo (R\$)
Materiais Sustentáveis e Insumos	R\$70.000,00
Equipamentos e Ferramentas	R\$40.000,00
Oficinas de Capacitação e Mão de Obra	R\$30.000,00
Marketing e E-commerce	R\$30.000,00
Despesas Administrativas e Logística	R\$20.000,00
Eventos de Lançamento e Divulgação	R\$10.000,00
<b>*Total*</b>	<b>*R\$200.000,00*</b>

10. \*Resultados Esperados\*

- Consolidação de uma marca sustentável e culturalmente representativa em Ibirité e região.
- Geração de emprego e renda para a comunidade local.
- Aumento da conscientização sobre sustentabilidade e cultura afro-brasileira.
- Fortalecimento da identidade cultural afro-brasileira.

11. \*Impacto e Sustentabilidade\*

O Ateliê Lukaias Moda visa promover práticas sustentáveis e fortalecer a cultura afro-brasileira em Ibirité e arredores. A iniciativa beneficiará a comunidade e incentivará o consumo consciente, alinhando sustentabilidade e valorização cultural.

Proposta 421: Justificativa

A gastronomia é um importante vetor de identidade cultural e desenvolvimento econômico. Este projeto visa valorizar a culinária de Barão de Cocais, promovendo a interação entre a comunidade e os visitantes, além de impulsionar o turismo na região.

1. CONTEXTO

Barão de Cocais, localizado em Minas Gerais, é conhecido por sua rica culinária e diversidade cultural. Este projeto visa promover a gastronomia local, valorizando ingredientes regionais e incentivando a participação da comunidade e dos visitantes na descoberta da cultura alimentar da cidade.

2. FINALIDADE

Realizar uma Mostra Gastronômica que celebre e divulgue a culinária de Barão de Cocais, integrando a comunidade, produtores locais e visitantes, com o objetivo de valorizar a cultura alimentar e impulsionar o turismo na região.

### 3. OBJETIVOS

- **\*\*Geral:\*\*** Promover a gastronomia local como um atrativo turístico.
- **\*\*Específicos:\*\***

1. Incentivar o uso de ingredientes locais e a valorização da produção artesanal.
2. Proporcionar um espaço de interação entre *chefs*, produtores e a comunidade.
3. Fomentar o turismo gastronômico na região.

### 4. ATIVIDADES

#### 1. **\*\*Degustação de Pratos Típicos:\*\***

- Convidar restaurantes e *chefs* locais para apresentar pratos típicos da região.
- Oferecer degustações gratuitas ou a preços acessíveis para os visitantes.

#### 2. **\*\*Feira de Produtos Artesanais:\*\***

- Montar uma feira com expositores de produtos alimentícios artesanais, como queijos, embutidos, doces e conservas.
- Incluir a participação de agricultores locais para vender seus produtos frescos.

#### 3. **\*\*Oficinas Gastronômicas:\*\***

- Realizar oficinas de culinária onde *chefs* ensinem receitas tradicionais.
- Promover *workshops* sobre a utilização de ingredientes locais e técnicas culinárias.

#### 4. **\*\*Apresentações Culturais:\*\***

- Incorporar apresentações de música e dança que reflitam a cultura local, criando um ambiente festivo e acolhedor.

#### 5. **\*\*Divulgação e Marketing:\*\***

- Criar campanhas de divulgação nas redes sociais, rádio e imprensa local para atrair visitantes.
- Utilizar material gráfico, como cartazes e panfletos, para promover o evento.

### 6. PRODUTOS ESPERADOS

- Realização da Mostra Gastronômica com a participação de pelo menos 15 *chefs* e 20 expositores de produtos locais.
- Desenvolvimento de 5 oficinas gastronômicas com a participação de 100 pessoas.
- Aumento da visibilidade de Barão de Cocais como destino turístico gastronômico.

### 7. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

O sucesso do evento será avaliado por meio de:

- Pesquisa de satisfação com os participantes e expositores.
- Monitoramento do número de visitantes e vendas durante a feira.
- Avaliação do impacto na promoção do turismo na região.

### 8. ORÇAMENTO

**\*\*Total estimado:\*\*** R\$100.000,00

- **\*\*Infraestrutura e Logística:\*\*** R\$40.000,00
- **\*\*Divulgação e Marketing:\*\*** R\$20.000,00
- **\*\*Oficinas e Apresentações Culturais:\*\*** R\$20.000,00

– **Custos Administrativos e Diversos:** R\$20.000,00

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mostra Gastronômica de Barão de Cocais representa uma oportunidade única de celebrar a culinária local e fortalecer a identidade cultural da região. Com o envolvimento da comunidade e a promoção do turismo, o evento promete ser um marco para a valorização da gastronomia de Barão de Cocais

### Proposta 424: Justificativa

A Mestra Dona Ieda foi uma figura emblemática na comunidade de matriz africana, cuja vida e ensinamentos deixaram um legado inestimável. A publicação de um livro que narre sua trajetória, práticas e contribuições para a cultura afro-brasileira é fundamental para preservar sua memória e inspirar futuras gerações. Este projeto busca garantir que a história da Mestra Dona Ieda chegue a um público amplo, promovendo o respeito e a valorização das tradições de matriz africana.

### Objetivos

- Documentar a vida e obra da Mestra Dona Ieda.**
- Promover a valorização da cultura de matriz africana.**
- Fomentar o acesso à literatura sobre práticas espirituais e culturais afro-brasileiras.**
- Realizar eventos de lançamento e circulação do livro em comunidades e espaços culturais.**

### Estrutura do Projeto

#### 1. **Pesquisa e Produção do Conteúdo (R\$80.000,00)**

– **Levantamento de Dados:** Realizar entrevistas com familiares, amigos e membros da comunidade que conviveram com Dona Ieda.

– **Escrita e Edição:** Contratar um escritor e editor para redigir e revisar o conteúdo, garantindo que a narrativa reflita fielmente a vida e ensinamentos da Mestra.

#### 2. **Design Gráfico e Impressão (R\$70.000,00)**

– **Criação do Design:** Desenvolver uma capa e layout que reflitam a essência da obra e da cultura afro-brasileira.

– **Impressão do Livro:** Produzir 5.000 cópias do livro, assegurando que ele seja acessível a diversas comunidades.

#### 3. **Campanha de Lançamento (R\$60.000,00)**

– **Eventos de Lançamento:** Organizar 5 eventos de lançamento em locais estratégicos, como centros culturais, escolas e comunidades de matriz africana.

– **Divulgação:** Criar uma campanha de marketing nas redes sociais e na mídia local para promover o livro e os eventos de lançamento.

#### 4. **Circulação e Distribuição (R\$50.000,00)**

– **Distribuição Gratuita:** Destinar 2.000 cópias para distribuição gratuita em escolas, bibliotecas e centros culturais, priorizando comunidades de matriz africana.

– **Venda do Livro:** Estabelecer parcerias com livrarias locais e on-line para a venda do restante das cópias, destinando uma parte da renda para projetos sociais.

#### 5. **Atividades de Educação e Formação (R\$30.000)**

– **Workshops e Palestras:** Promover 10 *workshops* e palestras em escolas e comunidades sobre a vida de Dona Ieda e a importância da cultura de matriz africana.

– **\*\*Material Didático\*\***: Criar materiais educativos baseados no livro, para serem utilizados em atividades escolares e comunitárias.

#### Resultados Esperados

– **\*\*Publicação de 5.000 Cópias\*\***: Produzir e distribuir o livro, garantindo que sua mensagem chegue a um público amplo.

– **\*\*Valorização da Cultura Afro-Brasileira\*\***: Aumentar a conscientização sobre as contribuições de Dona Ieda e a cultura de matriz africana.

– **\*\*Educação e Formação\*\***: Envolver a comunidade em discussões e reflexões sobre a cultura afro-brasileira e suas tradições.

– **\*\*Criação de Redes\*\***: Estabelecer uma rede de apoio entre comunidades e instituições que promovam a cultura afro-brasileira.

#### Conclusão

O projeto de publicação e circulação do livro da Mestre Dona Ieda é uma oportunidade única para preservar e disseminar a história de uma líder espiritual e cultural importante. Com um investimento total de R\$300.000, espera-se não apenas contar a história de Dona Ieda, mas também fortalecer a identidade e a memória coletiva das comunidades de matriz africana. Este projeto representa um passo significativo na valorização e na educação sob

#### Proposta 425: 1. Identificação da Ação e Objetivo Geral

Esta ação visa a preservação e o fortalecimento da Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas, patrimônio cultural de Pitangui e Minas Gerais, com foco na aquisição de instrumentos e equipamentos para a Escola de Música associada à banda. O objetivo é garantir a continuidade da tradição musical e expandir o acesso ao ensino de qualidade para crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento cultural e social da região.

#### 2. Justificativa da Ação

Fundada há mais de dois séculos, a Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas desempenha um papel fundamental na história e cultura de Minas Gerais. Com uma tradição de ensino musical acessível, ela atualmente atende mais de 200 alunos, a maioria jovens, em sua Escola de Música. No entanto, para assegurar a continuidade e a qualidade de suas atividades, a banda enfrenta desafios de infraestrutura, especialmente em relação à falta de instrumentos e equipamentos adequados para atender ao crescimento da demanda por matrículas. A aquisição de novos instrumentos e materiais para a escola possibilitará que mais jovens tenham acesso ao ensino musical, incentivando o desenvolvimento cultural e social da comunidade.

#### 3. Atividades Propostas

A ação prevê:

Compra de instrumentos musicais: Aquisição de 35 instrumentos de sopro e percussão para ampliação e renovação do acervo da escola.

Equipamentos de infraestrutura: Aquisição de mobiliário e acessórios, como estantes de partitura, cadeiras, e armários, para armazenamento e organização segura dos instrumentos.

Manutenção e conservação: Destinação de verba para a manutenção regular dos instrumentos, garantindo sua durabilidade e o funcionamento eficiente das aulas.

Capacitação dos instrutores: Investimento em formação técnica e pedagógica dos instrutores para garantir um ensino musical de excelência, alinhado com a preservação da tradição cultural.

#### 4. Público-Alvo e Impacto

Esta ação beneficiará diretamente os alunos da Escola de Música, composta majoritariamente por jovens de 10 a 18 anos, especialmente em situação de vulnerabilidade social. Além disso, a população de Pitangui e das regiões próximas se beneficiará indiretamente, com a continuidade das apresentações e a valorização da música instrumental como elemento cultural local. Os instrutores e músicos também serão impactados, aprimorando suas habilidades e contribuindo para a sustentabilidade cultural da banda.

#### 5. Orçamento e Metas

Meta financeira: R\$200.000,00 para aquisição de instrumentos e equipamentos e R\$60.000,00 anuais para manutenção e capacitação.

Meta física: Aquisição de 35 instrumentos e equipamentos adequados para atender aproximadamente 150 alunos anualmente, expandindo a capacidade de atendimento e melhorando a infraestrutura.

#### 6. Indicadores de Avaliação

Para acompanhar o progresso da ação, serão utilizados indicadores como:

Número de instrumentos adquiridos: Para avaliar a quantidade de equipamentos comprados e sua disponibilidade.

Número de alunos beneficiados: Verificação do aumento no número de matrículas e alunos atendidos pela Escola de Música.

Participação em eventos culturais: Avaliação do envolvimento da banda em eventos locais e estaduais, promovendo o reconhecimento de seu valor cultural.

#### Conclusão

Essa ação de salvaguarda e fortalecimento busca garantir a continuidade das atividades da Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas, preservando a rica tradição cultural da música instrumental em Minas Gerais e promovendo o desenvolvimento artístico e social de jovens. A aprovação desta proposta no PPAG contribuirá significativamente para o patrimônio imaterial mineiro e para a democratização do acesso ao ensino musical, favorecendo a formação de novos músicos e a perpetuação desse legado cultural.

#### Proposta 427: 1. Objetivo da Ação

A proposta visa a aquisição de um ônibus com 50 lugares para a Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas, de Pitangui, Minas Gerais. O ônibus será destinado ao transporte de músicos e equipamentos, possibilitando a participação da banda em eventos culturais e projetos de circulação dentro e fora do estado, promovendo a cultura musical mineira e a valorização das bandas de música como um patrimônio cultural.

#### 2. Justificativa da Ação

Fundada há mais de dois séculos, a Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas é um ícone cultural do estado de Minas Gerais e desempenha um papel essencial na preservação e difusão da música instrumental. A falta de recursos para o transporte tem limitado a participação da banda em eventos e projetos de circulação, restringindo o alcance de sua atuação cultural. A aquisição de um ônibus é necessária para garantir que a banda possa representar a cultura mineira em diversas localidades e promover o intercâmbio cultural.

#### 3. Objetivos Específicos

Salvaguardar e expandir a cultura das bandas de música: Fortalecer a presença das bandas de música de Minas Gerais, garantindo sua continuidade e relevância.

Divulgar a música instrumental mineira: Ampliar a circulação da banda em eventos, festivais e apresentações, valorizando o repertório regional.

Facilitar a mobilidade e logística da banda: Assegurar o transporte seguro dos músicos e instrumentos, viabilizando sua presença em eventos dentro e fora do estado.

#### 4. Público-Alvo e Impacto

O público-alvo inclui os músicos e alunos da banda, que se beneficiam com o aumento das oportunidades de apresentação e intercâmbio cultural. Comunidades locais e regionais também se beneficiam com o acesso à música instrumental em eventos, enriquecendo a vida cultural de Minas Gerais. Além disso, instituições culturais e educacionais podem estabelecer parcerias e acolher a banda em suas programações, promovendo o intercâmbio cultural.

#### 6. Indicadores de Avaliação

Número de eventos e apresentações: Monitorar a participação da banda em festivais e concertos.

Regiões alcançadas: Avaliar o impacto da circulação da banda em diferentes cidades e regiões.

Satisfação e impacto cultural: Coletar *feedback* do público e dos músicos sobre a valorização da música instrumental mineira.

#### Conclusão

A aquisição do ônibus permitirá que a Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas amplie significativamente seu alcance cultural e geográfico, fortalecendo a identidade cultural mineira e promovendo a música instrumental de forma acessível e inclusiva. Com essa infraestrutura, a banda poderá representar a cultura de Minas Gerais e contribuir para o desenvolvimento cultural da região. A incorporação dessa ação ao PPAG é essencial para garantir a continuidade e expansão desse legado cultural.

#### Proposta 429: 1. Objetivo da Ação

A criação do Centro de Formação e Difusão Musical tem como objetivo fortalecer a educação musical e a preservação cultural de Minas Gerais. O centro oferecerá cursos e oficinas de música voltados para a formação de novos músicos, capacitação técnica de professores e valorização do repertório instrumental da região. Esse espaço será essencial para a continuidade e expansão da tradição das bandas de música, promovendo a cultura musical de forma acessível.

#### 2. Justificativa da Ação

Com mais de dois séculos de história, a Banda de Música José Viriato Bahia Mascarenhas tem uma trajetória de ensino musical que impacta a comunidade local. A criação de um centro especializado permitirá expandir essas atividades, tornando a banda uma referência regional na formação musical. O centro atrairá estudantes, músicos e educadores, promovendo a profissionalização e fortalecendo a cultura de bandas de música como patrimônio mineiro.

#### 3. Objetivos Específicos

Educação musical inclusiva: Proporcionar acesso à música para crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade.

Capacitação profissional: Oferecer formação técnica e pedagógica para músicos e professores, incentivando a qualidade e profissionalização no ensino musical.

Preservação cultural: Promover o estudo e a execução de repertórios locais, incentivando a criação e a disseminação da música instrumental mineira.

#### 4. Público-Alvo e Impacto

O público-alvo inclui jovens estudantes, músicos locais e professores, além da população de Pitangui e regiões próximas. O centro beneficiará diretamente os alunos da Escola de Música da banda, ampliando o acesso ao ensino e a capacitação musical. A comunidade em geral também se beneficiará, com eventos e apresentações que reforçam a identidade cultural local.

#### 5. Atividades Propostas

Aulas e oficinas regulares: Oferecimento de cursos de teoria musical e prática instrumental, focados em instrumentos de banda.

Capacitação de professores e músicos: Programas de formação continuada para instrutores e músicos.

Eventos culturais e apresentações: Recitais, concertos e festivais para exibir o talento dos alunos e integrar a comunidade.

Biblioteca e arquivo musical: Criação de um acervo de partituras e materiais de estudo sobre bandas de música, disponível para consulta.

#### 6. Alinhamento com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 – Educação de Qualidade: Promover o acesso equitativo e inclusivo à educação musical.

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Incentivar a formação de jovens músicos e a profissionalização no setor cultural.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Fortalecer a identidade cultural e preservar o patrimônio cultural da região.

#### 7. Orçamento e Metas

Meta financeira: R\$500.000 para obras de infraestrutura, aquisição de instrumentos e materiais de ensino.

Meta física: Estabelecer o espaço físico, com uma programação anual de, no mínimo, 10 cursos e oficinas, atendendo cerca de 200 alunos.

#### 8. Indicadores de Avaliação

Número de cursos e oficinas oferecidos: Monitoramento das atividades formativas realizadas.

Número de alunos atendidos: Verificação da quantidade de alunos matriculados.

*Feedback* e impacto: Coleta de opiniões dos alunos e da comunidade sobre o efeito da formação musical no desenvolvimento local.

#### Conclusão

A criação do Centro de Formação e Difusão Musical representa um avanço significativo para a educação e preservação cultural em Minas Gerais. Esse espaço formará novos músicos, capacitará profissionais e fortalecerá a tradição das bandas de música. Como referência na promoção da cultura musical, o centro contribuirá para a identidade cultural e o desenvolvimento social da região. Contamos com o apoio da Assembleia Legislativa para que essa proposta seja incorporada ao PPAG, garantindo a continuidade e valorização d

#### Proposta 430: 1. Objetivo da Ação

A criação do Festival Anual de Bandas de Música tem como finalidade reunir bandas de música de várias regiões de Minas Gerais, proporcionando apresentações, intercâmbio cultural e oficinas para músicos e regentes. O evento fortalecerá a cultura das bandas, incentivará a troca de experiências e valorizará a música instrumental, impactando social e culturalmente a comunidade de Pitangui e o estado.

#### 2. Justificativa da Ação

As bandas de música têm uma presença histórica e cultural significativa em Minas Gerais, representando a tradição e identidade de diversas comunidades. No entanto, a falta de eventos dedicados limita sua visibilidade. O festival permitirá que músicos e bandas compartilhem conhecimentos, explorem novos repertórios e se apresentem para um público maior, fortalecendo o reconhecimento e a sustentabilidade dessas formações culturais. O evento também movimentará a economia local e poderá atrair visitantes de várias regiões, promovendo Pitangui como polo de música instrumental.

### 3. Objetivos Específicos

Valorização das bandas de música: Promover o repertório instrumental mineiro e incentivar o reconhecimento das bandas como patrimônio cultural.

Intercâmbio cultural: Facilitar a interação entre músicos e regentes de diferentes cidades, fortalecendo laços culturais.

Desenvolvimento econômico local: Atração de turismo cultural e benefício ao comércio e aos serviços locais durante o evento.

### 4. Público-Alvo e Impacto

Bandas de música mineiras: Bandas de diferentes regiões terão a oportunidade de se apresentar, participar de oficinas e estabelecer conexões culturais.

Músicos e regentes: Profissionais e estudantes de música poderão aprimorar suas técnicas e ampliar seus repertórios em oficinas e *workshops* oferecidos no festival.

Comunidade e público geral: A população de Pitangui e visitantes terão acesso a apresentações, enriquecendo a experiência cultural local.

### 5. Atividades Propostas

Apresentações das bandas participantes: Concertos e desfiles das bandas em locais públicos, abertos à comunidade.

Oficinas e *workshops*: Aulas de prática musical, técnicas de regência e arranjo para músicos e regentes, ministradas por profissionais.

Exposição e venda de instrumentos e partituras: Stands com fornecedores e *luthiers*, promovendo acesso a materiais de interesse dos músicos.

Concursos e premiações: Competições entre as bandas com premiações, incentivando a qualidade musical e o engajamento das formações.

### 6. Alinhamento com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 – Educação de Qualidade: Promover aprendizado e troca de conhecimentos entre músicos e regentes.

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Incentivar o turismo e a economia local com um evento anual que atraia visitantes e fortaleça o setor cultural.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Reforçar a identidade cultural local e valorizar as bandas como patrimônio cultural imaterial.

### 7. Orçamento e Metas

Meta financeira: R\$300.000 para realização do festival, incluindo infraestrutura, logística, divulgação, prêmios e contratação de instrutores.

Meta física: Realizar o festival anual com a participação de pelo menos 15 bandas, impactando diretamente cerca de 500 músicos e atraindo mais de 2.000 visitantes.

### 8. Indicadores de Avaliação

Número de bandas participantes: Monitorar o crescimento do número de bandas envolvidas no festival a cada edição.

Participação do público: Registrar o número de visitantes e avaliar o impacto econômico no município.

*Feedback* dos participantes: Coletar opiniões dos músicos, regentes e público sobre o festival e as oportunidades de aprendizado.

## Conclusão

O Festival Anual de Bandas de Música fortalecerá a cultura musical em Minas Gerais e o turismo local. A inclusão dessa proposta no PPAG é essencial para que o evento se torne um marco cultural local.

Proposta 432: Justificativa – O Festival Samba do Lagedo é uma celebração da cultura do samba e do candomblé de Angola, promovido pelo Grupo Cultural Samba do Lagedo, que há mais de 10 anos se dedica à preservação dessas tradições em Ibirité. O candomblé, com suas raízes na história afro-brasileira, enriquece nossa diversidade cultural e representa uma forma de resistência e afirmação de identidade para as comunidades envolvidas. O samba, por sua vez, é um dos gêneros musicais mais importantes do Brasil, reconhecido mundialmente como símbolo da cultura nacional.

Diante do contexto em que as culturas afro-brasileiras enfrentam desafios de desvalorização, o festival se torna uma ferramenta crucial para fortalecer a identidade cultural da comunidade e promover a inclusão social. O evento será uma oportunidade para unir pessoas de diferentes origens, promovendo a convivência e a troca cultural, enquanto celebra as tradições que moldam a identidade local.

Além disso, o festival promoverá a educação cultural, conscientizando o público sobre a importância do samba e do candomblé. Com oficinas e palestras, o evento valoriza as tradições e forma novos apreciadores, assegurando a transmissão dos saberes entre as gerações. Com atividades culturais, artísticas e gastronômicas, o festival fortalecerá os laços comunitários e promoverá o respeito à diversidade.

A proposta inclui a circulação do festival nas cidades de Sarzedo, Brumadinho, Mário Campos e Betim, ampliando o alcance da celebração e garantindo que mais comunidades possam vivenciar as tradições afro-brasileiras, enriquecendo a troca cultural e promovendo maior inclusão social.

## Objetivos

1. Celebrar a Cultura do Samba e do Candomblé.
2. Fomentar a Inclusão Social.
3. Valorizar Artistas e Práticas Locais.
4. Promover a Educação Cultural.
5. Realizar Circulação nas Cidades Vizinhas.

## Estrutura do Evento

1. \*Apresentações Musicais (R\$120.000,00)\*: Contratação de 10 grupos de samba e candomblé, com infraestrutura de som e iluminação de qualidade.
2. \*Oficinas e Palestras (R\$40.000,00)\*: Realização de oficinas de dança e percussão e palestras sobre as culturas afro-brasileiras.
3. \*Feira de Gastronomia (R\$50.000,00)\*: Montagem de uma feira com barracas de comidas típicas, priorizando pequenos agricultores locais.
4. \*Marketing e Comunicação (R\$30.000,00)\*: Campanha publicitária e produção de conteúdo audiovisual.
5. \*Logística e Infraestrutura (R\$40.000,00)\*: Aluguel de estruturas temporárias e serviços de segurança e limpeza.
6. \*Circulação em Cidades Vizinhas (R\$20.000,00)\*: Eventos em Sarzedo, Brumadinho, Mário Campos e Betim, com logística de transporte.

## Resultados Esperados

– Aumento da visibilidade do samba e do candomblé.

- Fortalecimento da economia local com a participação de produtores e visitantes.
- Promoção da inclusão social e educação cultural.

#### Conclusão

Com um investimento de R\$300.000,00, o Festival Samba do Lagedo visa se tornar um marco na celebração das culturas afro-brasileiras, promovendo a união da comunidade e a valorização das tradições do candomblé de Angola e do samba. A realização contará com a colaboração de parceiros e a participação ativa da comunidade, visando um futuro culturalmente rico e inclusivo.

#### Proposta 434: Justificativa

O Festival Afro Musical de Alfenas é uma celebração das ricas tradições culturais afro-brasileiras, promovendo a música, a dança e as expressões artísticas das culturas africanas. Em um cenário onde as tradições afro-brasileiras frequentemente enfrentam desafios, o festival se destaca como um espaço vital para a afirmação da identidade afro-brasileira e para a promoção da diversidade cultural.

Programado para três dias, o festival contará com apresentações de artistas locais e renomados, oficinas de dança e percussão, além de uma feira gastronômica com pratos típicos da cultura afro-brasileira. Com um palco central e telão, o evento permitirá que todos os participantes vivenciem as apresentações de forma interativa.

Além de proporcionar entretenimento, o festival terá uma forte vertente educativa, conscientizando o público sobre a importância das tradições afrodescendentes e criando um ambiente de inclusão e respeito.

#### Objetivos

1. **\*Celebrar a Cultura Afro-Brasileira\***: Promover apresentações musicais que reflitam a diversidade das tradições afro-brasileiras.
2. **\*Valorizar Artistas Locais\***: Criar um espaço para músicos e grupos da comunidade se apresentarem.
3. **\*Fomentar a Inclusão Social\***: Promover a convivência entre as diferentes idades e origens.
4. **\*Promover a Educação Cultural\***: Realizar oficinas e palestras sobre a história e tradições afro-brasileiras.
5. **\*Criar uma Feira Gastronômica\***: Valorizar a culinária afro-brasileira, apoiando pequenos empreendedores.

#### Estrutura do Evento

##### 1. **\*Palco e Telão (R\$100.000,00)\*:**

- Montagem de palco com som e iluminação de alta qualidade.
- Telão para transmissão das apresentações e informações do evento.

##### 2. **\*Programação Musical (R\$120.000,00)\*:**

- Contratação de artistas e grupos de música afro-brasileira, como samba e, ao longo do festival.
- Apresentações de dança e manifestações culturais, incluindo capoeira.

##### 3. **\*Oficinas e Palestras (R\$30.000,00)\*:**

- Realização de oficinas de dança e percussão com instrutores qualificados.
- Palestras sobre a história da cultura afro-brasileira.

##### 4. **\*Feira de Gastronomia (R\$30.000)\*:**

- Barracas com comidas típicas da cultura afro-brasileira, como acarajé e vatapá.
- Espaço para pequenos produtores e *chefs* afrodescendentes.

##### 5. **\*Marketing e Comunicação (R\$20.000,00)\*:**

- Campanha de divulgação em mídias sociais e na imprensa local.
- Produção de material publicitário, como cartazes e vídeos promocionais.

#### Resultados Esperados

- **\*Valorização da Cultura Afro-Brasileira\***: O festival visa aumentar a conscientização sobre a importância das tradições afro-brasileiras.
- **\*Fortalecimento da Economia Local\***: A participação de empreendedores e artistas locais proporcionará um impacto econômico positivo na região.
- **\*Educação e Inclusão\***: Promover a inclusão social e a educação cultural através de oficinas e palestras.

#### Conclusão

Com um investimento de R\$300.000,00, o Festival Afro Musical de Alfenas será um evento emblemático na celebração da cultura afro-brasileira, unindo a comunidade em torno das tradições musicais e artísticas. A colaboração de parceiros e a participação ativa da comunidade serão essenciais para o sucesso do festival, garantindo um legado cultural significativo.

#### Proposta 436: Justificativa

O projeto “Olhares Aéreos” visa explorar a intersecção entre a capoeira e as feiras de Contagem, um município de rica diversidade cultural e social. A capoeira, uma manifestação cultural afro-brasileira, é um símbolo de resistência e identidade, enquanto as feiras representam a vitalidade econômica e social da comunidade. Ambas as expressões culturais são fundamentais para a formação da identidade local e têm o potencial de contar histórias de luta, união e resistência.

Além de documentar essas práticas culturais, o projeto também busca promover a inclusão social e a educação tecnológica por meio da introdução de oficinas de *drone* para crianças da periferia de Contagem. Essas oficinas proporcionarão às crianças a oportunidade de aprender sobre a tecnologia de *drones*, desenvolver habilidades técnicas e artísticas, e, ao mesmo tempo, se envolver com a capoeira e as feiras locais.

#### Objetivos

1. **\*\*Registrar a Interação Cultural\*\***: Capturar a relação entre a capoeira e as feiras de Contagem, evidenciando como essas práticas se entrelaçam no cotidiano da comunidade.
2. **\*\*Promover a Valorização Cultural\*\***: Contribuir para a valorização da capoeira e das feiras como expressões culturais fundamentais para a identidade de Contagem.
3. **\*\*Educar e Conscientizar\*\***: Sensibilizar o público sobre a importância da capoeira e das feiras como patrimônio cultural, promovendo a preservação e o respeito a essas tradições.
4. **\*\*Inclusão Tecnológica\*\***: Oferecer oficinas de *drone* para crianças da periferia, promovendo a educação tecnológica e o desenvolvimento de habilidades práticas.

#### Estrutura do Documentário

1. **\*\*Filmagens Aéreas (R\$60.000,00)\*\***:
  - Utilização de *drones* para capturar imagens aéreas das feiras e das rodas de capoeira, proporcionando uma nova perspectiva visual.
  - Registro de eventos especiais, como apresentações de capoeira durante as feiras, para evidenciar a integração cultural.
2. **\*\*Oficinas de *drone* (R\$50.000,00)\*\***:
  - Realização de oficinas para crianças, ensinando conceitos básicos sobre pilotagem de *drones*, segurança e filmagem aérea.

– As oficinas incluirão sessões práticas, permitindo que as crianças gravem imagens das feiras e da capoeira, integrando-se ativamente ao projeto.

3. **\*\*Entrevistas e Depoimentos (R\$50.000,00)\*\*:**

– Realização de entrevistas com capoeiristas, mestres, feirantes e frequentadores das feiras, compartilhando suas histórias e experiências.

– Inclusão de relatos que abordem a importância da capoeira e das feiras na vida cotidiana das pessoas.

4. **\*\*Edição e Produção (R\$80.000,00)\*\*:**

– Edição do material filmado, criando uma narrativa coesa que une as imagens aéreas às histórias contadas nas entrevistas e nas oficinas.

– Produção de um documentário de alta qualidade que possa ser exibido em festivais de cinema, escolas e espaços culturais.

5. **\*\*Campanha de Divulgação (R\$30.000,00)\*\*:**

– Criação de uma campanha de lançamento do documentário, incluindo eventos de pré-estreia e divulgação em redes sociais.

– Distribuição do documentário em plataformas de *streaming* e canais de televisão local, ampliando o alcance e a visibilidade do projeto.

#### Resultados Esperados

– **\*\*Aumento da Conscientização Cultural\*\*:** O documentário proporcionará uma visão mais profunda da capoeira e das feiras, sensibilizando o público para a importância de preservar essas tradições.

– **\*\*Fortalecimento da Identidade Local\*\*:** A valorização da capoeira e das feiras ajudará a fortalecer a identidade cultural de Contagem, promovendo o orgulho local.

– **\*\*Promoção do Turismo Cultural\*\*:** Co

#### Proposta 438: Justificativa

As Rodas de Capoeira são muito mais que encontros de luta; são celebrações da cultura afro-brasileira que promovem a integração e a identidade das comunidades. Em um cenário onde as culturas afro-brasileiras enfrentam desafios, as Rodas representam resistência e valorização. O projeto se propõe a combater a desvalorização cultural, promovendo a união entre diferentes grupos e respeitando suas particularidades. Além disso, as Rodas contribuem para a saúde mental e física dos participantes, criando um ambiente de bem-estar e convivência.

#### Objetivos

1. **\*Promover as Rodas de Capoeira\*:** Criar e manter espaços regulares para as Rodas em comunidades da região.

2. **\*Fomentar a Integração\*:** Estimular a participação de grupos de Capoeira de diversas origens, promovendo intercâmbio cultural.

3. **\*Valorizar a Cultura Afro-Brasileira\*:** Destacar as Rodas como patrimônio cultural.

4. **\*Capacitar Mestres e Praticantes\*:** Oferecer formação para mestres de Capoeira, garantindo a preservação das tradições.

5. **\*Promover a Saúde e Bem-Estar\*:** Usar as Rodas para incentivar a saúde física e mental, especialmente entre crianças e jovens.

#### Estrutura do Projeto

1. \*Rodas Regulares (R\$80.000,00)\*: Realização de Rodas semanais, abertas a todas as idades e níveis de habilidade.
2. \*Encontros Culturais (R\$50.000,00)\*: Festivais que reúnem diferentes grupos da região, promovendo apresentações e trocas culturais.
3. \*Capacitação para Mestres (R\$40.000,00)\*: Programa de formação focado em pedagogia e gestão de eventos de Capoeira.
4. \*Oficinas Temáticas (R\$30.000,00)\*: Realização de oficinas de dança, música e história da Capoeira.
5. \*Campanha de Conscientização (R\$20.000,00)\*: Iniciativas para sensibilizar a comunidade sobre a importância da Capoeira e das Rodas.

#### Resultados Esperados

- \*Aumento da Prática da Capoeira\*: Crescimento no número de participantes, especialmente entre jovens e crianças.
- \*Integração Comunitária\*: Fortalecimento de laços sociais através das Rodas e eventos.
- \*Valorização Cultural\*: Reconhecimento da Capoeira como patrimônio cultural, promovendo a diversidade.
- \*Capacitação de Líderes\*: Mestres e praticantes treinados para liderar e disseminar a cultura da Capoeira.

#### Conclusão

Com um investimento total estimado de R\$220.000,00, o projeto “Rodas de Capoeira” busca transformar as Rodas em espaços vibrantes de inclusão cultural. Por meio de uma abordagem colaborativa, pretendemos unir comunidades, valorizar a cultura local e promover um desenvolvimento social rico e diversificado.

Proposta 441: Nosso objetivo é Reconhecer a contribuição dos trabalhadores rurais para a sociedade, que são cruciais para a produção de alimentos.

Reivindicar melhorias nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais

Valorizar a cultura e as tradições do campo.

Proposta 442:

\*Descrição do Projeto:\*

A Mostra Gastronômica de Mulheres de Axé é um evento dedicado à promoção e valorização da culinária angolana e das tradições afro-brasileiras, realizado por mulheres negras e de axé, com destaque especial para a \*Mestra Nengua Nebanvula, ganhadora do \*\*Prêmio Rainha Conga 2024\* e reconhecida como \*Mestra da Cultura Popular\* em Minas Gerais. A mostra busca não só oferecer ao público a rica experiência dos sabores e saberes afro-brasileiros, mas também fortalecer a importância cultural e histórica dessa culinária ancestral. Com pratos típicos que resgatam receitas tradicionais de Angola, a mostra celebra a culinária como expressão da resistência cultural e da identidade afro-brasileira. Este evento não é apenas uma degustação, mas uma vivência gastronômica que explora os rituais e significados associados aos alimentos, promovendo o conhecimento e o respeito pela herança africana.

\*Objetivos:\*

1. \*Promover a Culinária Angolana e Afro-Brasileira\*: Valorizar as receitas e técnicas de preparo que vêm sendo transmitidas por gerações, com pratos que representam a cultura e a espiritualidade do candomblé angolano.
2. \*Empoderar Mulheres de Axé\*: Fortalecer a participação e a valorização das mulheres de axé na gastronomia, reconhecendo-as como guardiãs de saberes tradicionais e agentes de transformação cultural.
3. \*Fomentar a Inclusão e o Respeito à Diversidade Cultural\*: O evento busca aproximar o público de diversas origens e promover a valorização da cultura afro-brasileira, destacando a riqueza da culinária como um patrimônio imaterial.

4. \*Gerar Oportunidades de Capacitação e Renda:\* Proporcionar oportunidades de capacitação para mulheres da região metropolitana, que terão espaço para vender seus produtos, expandindo suas redes e aumentando a visibilidade de seus negócios.

\*Estrutura do Evento:\*

1. \*Oficinas de Culinária Angolana:\* Comandadas por Mestra Nengua Nebanvula e outras cozinheiras de axé, as oficinas ensinarão o preparo de pratos tradicionais angolanos e afro-brasileiros, transmitindo também a história e o simbolismo por trás dos alimentos.

2. \*Feira Gastronômica:\* Espaço dedicado à venda de pratos típicos, bebidas e produtos artesanais produzidos por mulheres de axé da região, promovendo um ambiente de valorização do trabalho local e da economia solidária.

3. \*Palestras e Roda de Conversa:\* Abertura para diálogo sobre a herança cultural e a importância da preservação das tradições afro-brasileiras, com participação de lideranças culturais e representantes da comunidade afrodescendente.

4. \*Programação Cultural:\* Apresentações de música, dança e performances artísticas de capoeira, maracatu e samba de roda, enriquecendo a experiência e promovendo a diversidade da cultura afro-brasileira.

\*Público-Alvo:\*

A mostra é aberta a toda a comunidade, incluindo jovens, adultos, estudantes, pesquisadores e amantes da gastronomia, bem como turistas interessados em conhecer a rica cultura afro-brasileira.

\*Resultados Esperados:\*

– \*Valorização e Preservação Cultural:\* Reforçar a importância da culinária e da cultura afro-brasileira no contexto de Ibirité, Contagem e Belo Horizonte.

– \*Inclusão e Empoderamento das Mulheres de Axé:\* Criar novas oportunidades de capacitação, geração de renda e reconhecimento das mulheres envolvidas.

– \*Fortalecimento da Economia Local:\* Apoiar os pequenos empreendimentos de alimentação e artesanato afro-brasileiro, fortalecendo o comércio da região.

\*Conclusão:\*

A Mostra Gastronômica de Mulheres de Axé: Culinária de Angola será um marco na valorização da cultura afro-brasileira na região metropolitana de Belo Horizonte. Além de aproximar o público da rica tradição culinária e das práticas culturais afro-brasileiras, o evento será um espaço de aprendizado, inclusão e fortalecimento da identidade de mulheres que dedicam suas vidas a manter viva

Proposta 450: Festival Macucultura

O Festival Macucultura (Festival de artes e cultura das comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha) é uma iniciativa cultural de impacto comunitário que promove o fortalecimento das tradições quilombolas e rurais do Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais, valorizando saberes ancestrais e o protagonismo afro-brasileiro. Com uma programação extensa, o festival reúne mestres, artistas, lideranças e representantes das comunidades para celebrar e compartilhar conhecimentos, fortalecendo laços culturais e comunitários.

O festival atua em diversas frentes que abrangem cultura, capacitação, educação, meio ambiente, saúde pública, turismo, desenvolvimento econômico, assistência social e direitos humanos, todas integradas para promover o desenvolvimento sustentável das comunidades e incentivar o intercâmbio cultural com visitantes de outras regiões.

Objetivos e Impactos: Com impacto multissetorial, o festival oferece atividades como oficinas, rodas de conversa, encontros com lideranças e aulas práticas, todas voltadas para capacitar jovens e adultos e valorizar a identidade cultural quilombola.

A programação inclui cursos de audiovisual, fotografia, tranças e economia criativa, que expandem as habilidades dos participantes e abrem novas oportunidades de geração de renda. Entre os temas abordados, destacam-se a conscientização sobre direitos e desafios sociais, como o racismo estrutural e ambiental, a migração forçada e o acesso desigual aos recursos naturais. Essas discussões buscam fortalecer a participação política e o empoderamento das comunidades, promovendo a compreensão de seus direitos e o enfrentamento dos desafios locais.

**Ações para o Meio Ambiente e Recursos Hídricos:** A região do festival sofre com a escassez hídrica causada pela monocultura de eucalipto e pelo uso intensivo de recursos naturais. Com isso, o Macucultura promove ações de educação ambiental e sustentabilidade, incentivando práticas regenerativas e conscientizando sobre a preservação dos recursos hídricos e do saneamento básico. Essas atividades são essenciais para preparar a comunidade e promover práticas de conservação que beneficiem as futuras gerações.

**Turismo e Valorização Cultural:** O festival é também uma oportunidade para promover o turismo sustentável e valorizar a cultura quilombola. A programação inclui apresentações de manifestações tradicionais, como os Congados, marujadas e os Tamborzeiros, além de conversas com historiadores e mestres quilombolas. Essas atividades fortalecem a identidade cultural das comunidades e geram oportunidades de renda, incentivando a movimentação econômica local.

**Capacitação e Formação Contínua:** A capacitação é central no Macucultura, que oferece cursos em audiovisual, fotografia, economia criativa e escrita de projetos para que os moradores possam acessar editais de financiamento e novas oportunidades de renda. Essas formações incluem jovens, adultos e idosos, promovendo a inclusão digital e a integração com o mundo tecnológico, fortalecendo a autonomia das comunidades e ampliando suas possibilidades.

**Programação e Interatividade:** O festival utiliza as redes sociais para compartilhar sua programação e ampliar o alcance, com transmissões ao vivo e publicações frequentes. Isso permite que o público participe virtualmente, fortalecendo a visibilidade do Macucultura e conectando a cultura quilombola a um público mais amplo.

**Recursos e Sustentabilidade do Projeto:** Com o valor solicitado de R\$360.000,00, o festival terá os recursos necessários para realizar suas atividades, cobrindo infraestrutura, comunicação, alimentação e apoio às comunidades. O valor também permitirá a contratação de profissionais quilombolas e afro-brasileiros da região, incentivando a economia local e fortalecendo o protagonismo dos profissionais no evento.

O Macucultura busca se consolidar como um evento de resiliência e fortalecimento comunitário, promovendo uma sociedade inclusiva, sustentável e conectada com sua ancestralidade

**Proposta 455:** O estado de Minas apresenta uma longa história de divisão espacial que remonta ao período colonial, quando a diferenciação que se fazia era norteadada pelas marcas da paisagem natural, pelas diferenças entre os “matos” e os “campos” ou entre as “minas” e os “sertões”. Com o passar do tempo e o desenvolvimento da Geografia, inúmeras foram as divisões regionais feitas neste estado, justificadas tanto por sua grande extensão territorial, como pela diversidade fisiográfica e socioeconômica que apresenta. O Norte de Minas, inicialmente identificado como “sertão”, constitui uma das regiões mais singulares de Minas Gerais, seja pela sua localização geográfica, pelos problemas que apresenta ou ainda, pelos diferentes discursos políticos e socioeconômicos que a ela fazem referência”.

Parafraçando Guimarães Rosa quando este afirma que “Minas são muitas”. Podemos afirmar que Minas Gerais é um estado marcado pela diversidade de suas regiões, que se expressa em suas características sociais, culturais e econômicas. Diante desse propósito, o I Festinorte inicia sua trajetória de divulgação da cultura popular do norte de Minas objetivando reunir, poetas, cantadores, foliões, artesãos, artistas plásticos, mestres da cultura popular e artistas de todas as matrizes e vertentes para se encontrarem, fomentar e fazer fruir a produção cultural da região, naquilo que há de mais belo na sua cultura – suas tradições e ancestralidades.

Proposta 460: O programa já prevê o incentivo e fomento a grupos de cultura em toda Minas Gerais e reconhece a diversidade de representações culturais. A sugestão é valorizar e apoiar de forma mais específica os grupos da zona rural, comunidades tradicionais quilombolas, grupos de associações que já realizam festivais, festas e eventos populares, onde é possível perceber também o movimento de economia popular solidária, com o comércio local mais em evidência, com o fortalecimento do fundo da economia popular solidária e funda da assistência social. Os recursos devem ser repassados diretamente às associações e grupos organizados a partir de editais de fomento e via conselhos municipais de cultura.

Proposta 462: O festival visa promover a valorização dos grupos tradicionais da comunidade religiosa e cultural da região. Manter a visibilidade e acesa a chama da cultura de grupos tão esquecidos e não valorizados pelas novas gerações. Além de preservar, o apoio governamental será de extrema importância para que de fato tenha a visibilidade e valorização.

A proposta também se alinha a políticas de tradições, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Proposta 463: A tradicional cavalgada do Garopão se justifica pela importância cultural, social e econômica desse evento. Realizada há 28 anos, a cavalgada se consolidou como um símbolo das tradições do homem do campo, fortalecendo o patrimônio cultural de Varzelândia e regiões próximas. Além de preservar práticas tradicionais como a cavalgada, fomentando o senso de identidade local e promovendo o turismo rural e regional, gerando oportunidades econômicas para pequenos e grandes comerciantes e artesãos.

O apoio do legislativo fortalecerá e garantirá a continuidade e o estímulo à cultura rural para as futuras gerações.

A proposta também se alinha com políticas de valorização da cultura popular e preservação de tradições promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades e destacando a relevância da agricultura, história e economia regional.

Proposta 493: O município de Manga, embora seja uma riqueza cultural relevante, é pouco explorado nesse quesito. Praticamente nada se explora dos valores culturais e artísticos da região.

Grupos folclóricos como Reisado, congado e grupos tradicionais da cultura quilombola estão adormecidos.

Com esse projeto poderíamos salvar vidas, pois a arte salva!

A pobreza na região é eminente e com esse trabalho, tenho certeza de que devolveríamos aquelas comunidades, em especial aos povos quilombolas, a alegria de viver. Com isso aqueceríamos a economia local, gerando emprego e renda, reduzindo um pouco a pobreza. Será realizado pela prefeitura municipal.

Proposta 494: O grupo de dança junina Arraiá do Pequizá atua há mais de 20 anos em Montes Claros é constituído por jovens da periferia, do bairro maracanã. Suas apresentações, em torno de 40 por ano, atraem um público de todas as idades, sempre de forma gratuita, em espaços comunitárias (escolas, instituições sociais, logradouros públicos).

O grupo participa de festivais de danças juninas e é penta campeão mineiro e norte mineiro. Seus membros, em torno de 70 pessoas, são voluntários, com grande parte oriundos de famílias de baixa renda.

A proposta é de valorização de 15 apresentações em municípios do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

Os recursos solicitados seriam para custear os equipamentos, figurinos, artigos de cenografia, iluminação e de logística de transporte dos componentes.

Proposta 495: A 3ª Aquilombola Minas reforça a divulgação e a participação das comunidades quilombolas nas apresentações e na inclusão da juventude no processo de incentivo a participação nas ações culturais da comunidade.

Proposta 497: A tradicional festa de Vaquejada de Campo Azul, visa manter essa atividade esportiva e cultural de grande relevância para o município e região. Por ser um esporte milenar, uma cultura passada de geração. Além de manter viva essa cultura, visa também movimentar a economia com eventos de grande porte, incentivando o turismo, gerando emprego e renda à população.

Proposta 498: A festa acontece em honra à Nossa Senhora Aparecida com cavalgada. Evento acontece na zona rural do município de Luislândia. Tem por objetivo incentivar o turismo religioso e cultural.

Proposta 499: Confraternização do Complexo é um evento realizado há 12 anos, evento realizado por pessoas físicas em praça pública. Sem cunho financeiro, nasceu da necessidade da população, por ser um local de alto nível de criminalidade. Tem por objetivo levar cultura, lazer e entretenimento as pessoas, onde o poder público não tem tantas ações. Em 12 anos de evento, aconteceu encontros de Folia de Reis, campanha de saúde, passeios ciclísticos, shows regionais, religiosidade, entre outras ações. A confraternização acontece na praça Antônio Dias, no município de Luislândia-MG.

Proposta 500: A sugestão da Roça Boiadeiro Volta Grande, é proporcionar a comunidade um espaço amplo para melhor atendê-los, com as sessões e os cursos desenvolvidos e poder assim ampliar o número de pessoas atendidas.

Proposta 501: A cavalgada de Nossa Senhora Aparecida é um evento com mais de 15 anos de existência e já faz parte do calendário festivo do Município de Pedras de Maria da Cruz.

Proposta 504: As festas populares são parte essencial da identidade cultural mineira e eventos como a festa junina são oportunidades para celebrar e perpetuar essa tradição e estimula a economia local. Além de reforçar o sentimento de pertencimento e a valorização cultural, representa importantes fontes de renda para a região.

Proposta 506: As festas populares são parte essencial da identidade cultural mineira e eventos como esse são oportunidades para celebrar e perpetuar essa tradição, além de estimular a economia local.

Reforça o sentimento de pertencimento e valoriza a cultura. Representa importante fonte de renda para feirantes, bares, restaurantes e para o setor hoteleiro da região.

Acredito que a realização deste projeto tem alto potencial de atrair turistas, incentivar consumo de produtos locais e promover a integração comunitária.

Ao investir em infraestrutura e apoio logístico para esses eventos, o projeto visa fortalecer o turismo regional, aumentar a visibilidade da cultura e gastronomia, com foco nos frutos do cerrado e contribuir para a sustentabilidade econômica dos pequenos negócios, gerando benefícios duradouros para a economia local e para o patrimônio cultural do estado.

Proposta 509: Estabelecer um fundo público destinado a financiar empreendimentos culturais e solidários.

Proposta 516: Criar programas de incentivo a produção cultural local, que apoiem manifestações culturais tradicionais, como artesanato, músicas, teatro e danças regionais, especialmente nas comunidades periféricas e rurais.

Proposta 517: Espaço educativo patrimonial: Visando a continuidade da nossa história ancestral proponho a construção de um memorial da Umbanda sertaneja de quilombo. O memorial tem por objetivo edificar um espaço educativo patrimonial em território tradicional, voltado a organização do objetos tridimensionais (peças sagradas, imagens, fotografias) e outros registros materiais e imateriais, com intuito de narrar a história praticada no sertão norte mineiro às margens do rio São Francisco.

Proposta 519: A implementação do curso de dança afro-brasileira, justifica-se em conhecimento cultural suas origens e benefícios ao seu corpo, e geração de emprego e renda. Procurando capacitar o maior número de pessoas possíveis, aprimorando as danças das casas de matriz africana, e colaborar no combate ao preconceito religioso e racial, favorecendo a inclusão social através da acessibilidade, através da Roça Boiadeiro Volta Grande.

Proposta 520: O encontro dos caretas, valoriza a cultura regional dos povos ribeirinhos e quilombolas de Matias Cardoso.

Trata-se de uma manifestação cultural do século XIX, que ocorre na sexta feira santa.

São pessoas negras mascaradas, que não podendo ter acesso à igreja de “cara limpa”, escondiam sua “raça” com o propósito de terem igual direito de vivenciarem a semana santa.

Hoje a manifestação é registrada pelo patrimônio cultural do município.

Nossa proposta é realizar o 1º encontro cultural dos caretas, com palestras sobre identidade e território, igualdade, direitos humanos e patrimônio cultural. É uma segunda parte com concurso de fantasias e oficinas de máscaras tradicionais.

O evento será realizado pela secretaria de cultura e turismo.

Proposta 521: O cinema itinerante dinamiza a arte e possibilita o acesso a todo o município sem privilégios e nem excluídos.

Uma verdadeira revolução que dará vida ao município, além de levar cultura, debates, temas relevantes e entretenimento à população. O evento será realizado pela Secretaria Municipal da Cultura.

Proposta 522: Dar condições para a formação de talentos na música, no teatro, descobrir novos talentos, profissionalizando-os e assim gerando renda para o município.

Esse projeto, além de profissionalizar quem já está no ramo, tem um olhar progressivo, para inserir novos talentos e gerar oportunidades à jovens e crianças..

Feito em 4 momentos durante o ano. Inscrição, formação, apresentação e premiação, pela Secretária Municipal de Cultura, sociedade, e outros órgãos parceiros.

Proposta 523: Urucajá é um município que nasceu do Rio de Urucaia e nada até hoje foi feito para atrair investidores, turistas e desenvolver o município.

Era conhecida como Porto de Manga devido os viajantes amarrarem seus cavalos e canoas em um enorme pé de manga onde faziam pouso. As cascas da Igrejinha que beiram esse porto, são grande parte tombadas, mas sem fazer nada para historiar e construir memórias.

A ideia é fazer uma reforma, garantindo a estrutura genuína com uma placa contando a história daquele patrimônio, ter local de as pessoas sentarem e admirar cada patrimônio, além de fazer da igrejinha um monumento de memórias com sua história contada na praça através de placas, desenhos e esculturas. Fazer do pé de manga um local de visita e memória com os casos dos tripulantes da época. A história precisa ganhar vida, ser dinâmica e não precisa estar só nos livros, nas gavetas ou estantes. A história precisa estar nas ruas. O projeto será realizada pela Secretaria Municipal de Cultura.

Proposta 531: Fomento às políticas públicas culturais especificadas para os pontos de cultura por meio da Lei 13.015.

Proposta 532: A Acaama (Associação Comunitária dos Artesãos e Artistas de Monte Azul) é instrumento de desenvolvimento econômico (visa perpetuar os ofícios manuais); desenvolvimento humano (desenvolve ações coletivas) e oportuniza a valorização da identidade cultural, e é esta associação que move o olhar para o reconhecimento e valorização dos “Mestres Artesãos” que estão presentes em diversos setores da sociedade e que se tornaram escolas vivas no repasse do seu ofício, contribuindo para solucionar necessidades da sociedade a qual está inserido. Além de despertar novos talentos, deixa um legado histórico em sua comunidade.

A cerimônia de entrega do título “Mestre Artesão” será resultado de pesquisa popular, visitas, registros e devolutiva para a referida sociedade, na cerimônia de entrega desse título.

A presença dos mestres na sociedade é fator relevante para a questão histórico-cultural e esta visão contribui para despertar novos talentos, e uma nova mentalidade para a perpetuação do ofício.

Proposta 534: O projeto propõe a realização de um festival de forró que visa promover a troca de saberes e expandir o conhecimento sobre dança, com foco em diferentes escolas de dança e iniciativas de professores. O evento também considera bandas de forró que desejam se apresentar além de suas cidades de origem. O festival contará com apresentações de bandas sul-mineiras e nacionais, oficinas de dança, e intervenções artísticas, como performances circenses, acrobáticas e teatrais. Haverá também espaços interativos para crianças, com atividades como pintura, desenhos e brincadeiras, além de um ambiente pensado para receber animais

de estimulação e ser inclusivo para idosos e pessoas com deficiência (PCD). A gastronomia será variada, com opções típicas e acessíveis.

Os custos do evento incluirão cachês para artistas, monitores e organizadores, aluguel de equipamentos de som e luz, alvará, adaptações no espaço, transporte entre cidades, e despesas com divulgação e cobertura do evento.

Proposta 538: A Orquestra Filarmônica de Varginha, com 20 anos de história, tem trabalhado para redirecionar o fluxo de alunos da educação musical, evitando a necessidade de migração para os grandes centros urbanos. Através de sua atuação, oferece formação técnico-musical e cria postos de trabalho, com resultados concretos que já beneficiam diretamente 10% dos alunos da rede municipal.

A proposta agora é ampliar essa atuação, recebendo apoio para atender de forma integral toda a rede pública de ensino do município, que abrange 14.000 alunos. O foco é proporcionar uma educação musical de qualidade dentro da própria rede, o que ajudaria a aumentar a participação dos alunos, reduzir a evasão escolar e atuar de maneira mais efetiva no processo de educação integral, integrando a música ao desenvolvimento educacional dos estudantes.

Proposta 540: A proposta tem como objetivo promover a leitura e facilitar o acesso a livros, estimulando o hábito de leitura nas comunidades. Além disso, busca engajar o voluntariado no apoio à cultura literária, incentivando a participação ativa de diferentes grupos sociais na promoção do conhecimento e da educação.

Proposta 542: O Fest Diversidade tem como objetivo promover a inclusão e visibilidade da comunidade LGBTQ+, buscando aumentar o respeito e a aceitação social. Através de palestras, rodas de conversa e espaços de troca de experiências, o evento visa criar um ambiente seguro para discussões sobre a redução da violência, estigmas e preconceitos, além de fortalecer o sentimento de pertencimento dentro da comunidade.

Outro foco importante é o fomento à economia local, com a inclusão de empreendedores locais na praça de alimentação, incentivando o turismo e gerando impacto positivo no comércio, serviços de hospedagem e alimentação.

Além disso, o evento dará ênfase à saúde e à empregabilidade da comunidade LGBTQ+, abordando temas frequentemente marginalizados em eventos tradicionais. Através de palestras e debates, buscará promover a inclusão social e profissional, fornecendo ferramentas e informações para o fortalecimento da comunidade em diversas áreas.

Proposta 544: Esta solicitação é de grande importância para o desenvolvimento da cultura no município de Conceição Aparecida. A cultura, além de fortalecer a identidade local, também gera renda. O projeto será realizado pela Prefeitura Municipal de Conceição Aparecida, com o objetivo de fortalecer e difundir a cultura local, incentivar a participação da comunidade e valorizar as tradições regionais.

Proposta 546: Realizado há anos pela Associação Capoeira Cultura e Vida, o Festival de Cultura Preta pretende ampliar suas ações e concentrar em um único projeto atividades que fomentem a cultura afro-mineira, o *hip-hop*, a capoeira e a gastronomia. A intenção é congrega a comunidade do Povo Preto da região de Guaranésia entre os meses de julho e novembro de 2025.

O evento será de grande alcance e visa proporcionar infraestrutura adequada, custear a hospedagem de convidados e promover a política reparativa, buscando valorizar as manifestações culturais afro-brasileiras e fortalecer a identidade e a luta da população negra.

Proposta 554: Guaranésia, cidade com grande vínculo com as atividades literárias e berço do escritor Elias José, busca, há mais de duas décadas, realizar um festival literário de cunho regional. A realização desse evento visa promover ações literárias, fomentar a cadeia produtiva da cultura e valorizar a literatura local e regional.

O Festival Literário do Sudoeste Mineiro está previsto para acontecer no mês de julho de 2025, com um custo estimado de R\$100.000,00, que serão destinados ao custeio da infraestrutura geral do evento, além do pagamento de hospedagem para os escritores convidados.

A entidade realizadora será a Máscaras Cultural, uma associação sólida e ativa há mais de 23 anos, comprometida com a promoção de atividades culturais na região.

Proposta 561: O município de Monte Sião é amplamente reconhecido como a capital nacional da moda, título oficializado por legislação estadual. Sua economia é inteiramente voltada para a produção de moda, especialmente malharia retilínea, com uma alta concentração de atividades no período de outono e inverno. O Festival Multicultural de Inverno de Monte Sião tem uma duração aproximada de 120 dias, iniciando em abril e se estendendo até julho. A realização deste festival é vital para a economia local, pois além de apresentações culturais, musicais e gastronômicas, o evento visa ampliar o impacto do turismo na cidade.

O objetivo do festival é diversificar e expandir a atividade turística no município, migrando do turismo de compras, que é predominante, para um turismo de permanência, em que os turistas permanecem por mais tempo na cidade e aumentam o seu gasto médio.

Proposta 569: Estamos realizando atualmente a terceira edição do evento em Serranópolis de Minas, que se consolidou como um marco cultural e econômico para o município.

Em função do sucesso e do impacto positivo nas edições anteriores, estamos solicitando o valor de R\$300.000,00 para a realização da 4ª edição, com objetivo de expandir e aprimorar ainda mais a estrutura do evento e atender ao crescente público, esse ano estamos com recursos reduzidos, mas abrangendo o máximo de público possível.

O Sons Cores e Sabores atrai visitantes de diversas regiões, gerando um impacto direto na economia local. Durante o evento o comércio, especialmente nas áreas de hospedagem, alimentação e agricultura familiar, registra um aumento significativo nas vendas. Esse aquecimento atinge diretamente pequenos empreendedores e comerciantes da cidade e cidades vizinhas, promovendo o desenvolvimento econômico, o evento desempenha um papel fundamental na valorização da cultura local. A programação abrange música, gastronomia, atraindo o turismo da região, o Sons Cores e Sabores promove o patrimônio cultural de Serranópolis e fortalece o sentimento de identidade e pertencimento entre os moradores. A obtenção desse apoio será essencial para que a 4ª edição em 2025 continue, contribuindo para o crescimento turístico e cultural da cidade, consolidando o evento como uma experiência de sucesso. Toda realização feita pela Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas.

Proposta 577:

Proposta 578: As práticas culturais no município de Monte Sião são realizadas em parceria com três importantes organizações da sociedade civil: a ONG Expressão Livre, a Fundação Cultural Pascoal Andretta e o grupo Violeiros de Sion. As parcerias com o município incluem diversas ações culturais, como a administração do Museu Histórico e Geográfico de Monte Sião, a realização do Curso Internacional de Poesia, o Concurso Internacional de Fotografias, a organização da Festa do Imigrante Italiano e o desenvolvimento de projetos como a Banda Loira Batutinhas, projetos com bandas de fanfarras e com violas, com apresentações de modas de viola raiz.

Essas iniciativas contribuem significativamente para a preservação da história local, o incentivo à arte e cultura, além de fortalecer a identidade cultural de Monte Sião, promovendo intercâmbios culturais e aproximando a comunidade de suas tradições.

Proposta 579: Tenda para atividades socioculturais na frente da igreja da comunidade do Sumidouro em São João do Pacuí. Tal recurso contribuiria para as diversas atividades que acontecem na localidade.

Proposta 581: Valorização da ADE MOC, através de apoio e fomento a instituição, como exemplo um recurso para o festival cultural de PCD no município. Ademais, também, se possível, apoio no esporte para deficientes, pois alguns superam as dificuldades e mostram resultados.

Proposta 583: O pessoal da associação faz todo ano uma confraternização entre os associados. Há brindes simples, distribuídos e esse recurso poderia alavancar a festa, pois seria possível contratar mini shows e melhorar os brindes destinados às mães.

Proposta 585: O festival Viola dos Gerais está na sua 9ª edição, buscando sempre valorizar a cultura popular, dando espaço aos jovens talentos e gerando rendas para os artistas participantes do projeto.

Outro tema defendido no festival e a realização de oficinas de fabricação de instrumentos, como viola, violão e rabeca, com isso fomentamos a formação de novos *luthiers*, que vão se transformar em guardiões da cultura popular. O festival é realizado somente com instrumentos da música sertaneja raiz, no palco apenas são permitidos o uso de sanfona, viola e violão, as etapas seletivas são realizadas nas cidades onde há grande fluxo de violeiros, ao todo são visitadas mais de 35 cidades com a caravana do festival. O festival é realizado pela instituto cultural Viola dos Gerais.

Proposta 586: A cidade de Itumirim possui um grande potencial cultural, com uma rica diversidade de projetos e iniciativas que já acontecem nos distritos de Macuco e Rosário. Entre as atividades culturais destacam-se a Banda de Música São Sebastião e a Banda de Música Rosário, além das tradicionais festas como a Festa do Carro de Boi, a Festa dos Rosários e o Festival de Música Sertaneja. Essas festividades e expressões culturais têm um grande impacto na comunidade e atraem muitas pessoas, como é o caso da Festa do Carro de Boi, que chega a reunir mais de 20 mil pessoas no dia do desfile. A cidade também conta com espaços culturais como a Casa de Cultura, que está localizada no prédio da antiga estação ferroviária, atualmente em reforma, e o Centro de Eventos São José, onde está sendo construída uma imagem de São José com o objetivo de fomentar o turismo na região. A Lira Itamirense, que está em atividade há muitos anos em Itumirim, desempenha um papel fundamental na promoção da cultura local. Contudo, um dos objetivos importantes é fortalecer a Lira Itamirense, tornando-a mais independente do poder público municipal. Isso permitiria que os projetos e atividades liderados pela banda fossem desenvolvidos de forma mais apolítica, garantindo sua continuidade e sustentabilidade, independentemente de mudanças no governo municipal ou de pressões políticas. Os eventos e projetos culturais realizados em Itumirim têm grande aceitação da população, e essa busca pela independência e fortalecimento das entidades culturais visa garantir que a cidade continue sendo um polo de diversidade cultural e turismo, sempre com a participação ativa da comunidade e a perpetuação das tradições culturais locais.

Proposta 587: A Cooperativa dos Apicultores Familiares do Norte de Minas Gerais é uma cooperativa do ramo de produção que atua na região norte de Minas Gerais na organização e beneficiamento dos produtos das abelhas (mel, ceta, própolis e pólen).

Atualmente conta em seu quadro societário com mais de 340 cooperados (PF) e 5 cooperados (PJ), distribuídos em 25 municípios da região.

A cooperativa gera diretamente 25 empregos diretos, os produtos são vendidos tanto para o mercado nacional como internacional (EUA, Bélgica, dentre outros).

Localizada no município de Bocaiuva/MG a cooperativa possui uma unidade de beneficiamento de produtos das abelhas com certificação e inspeção habilitada para atender esses mercados.

No ano de 2024 a cooperativa, com recursos próprios realizou a “I festa do mel de Bocaiuva” evento que foi um sucesso de público e proporcionou a população conhecer e valorizar o trabalho da cooperativa. A 2ª festa do mel de Bocaiuva se justifica por dar visibilidade a toda a cadeia produtiva Apícola, gerando e agregando valor aos produtos da mes

Proposta 614: A atuação de nossa associação que promove a defesa e capacitação de mulheres vítimas de violência doméstica e essencial para uma sociedade mais justa e igualitária. Além de investir no de seus companheiros. Além de investir no

fortalecimento de associações dedicados a essa causa não é apenas uma questão de solidariedade mas também um compromisso social para reduzir as desigualdades e garantir que todas as mulheres possam viver com dignidade e segurança.

Proposta 624: A importância deste projeto justifica-se pela necessidade que se tem hoje de o povo para sua realidade. Vivemos em um mundo repleto de parafernália eletrônicas no qual o ser humano exposto a um mundo estranho a sua realidade. Essa virtualidade é enganosa uma vez que se pensa está em uma agora (todos trocam ideias, xingamentos e sonhos). Contudo nosso mundo é o real e este mundo real tem poesia, tem música e tem cultura que é feita a cada dia e a viola é importante para nos lembrar que o mundo concreto precisa da musicalidade que cada um necessita despertar através da música, a poesia que emana.

Proposta 626: Festival de quadrilha é fundamental para a valorização da cultura popular na cidade de Francisco Sá onde não existe e nunca houve festa ou evento cultural. A população não conhece nenhum festival ou evento cultural. A realização desse evento proporciona para a cidade Francisco Sá o resgate dos costumes histórias e fortalecimento cultural. Esse evento incentiva a inclusão proporcionando espaço para participação de crianças/jovens, adultos e idosos.

Proposta 628: Com a implementação de leis de fomento à cultura, como a lei Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo e, por fim, a política pública Aldir Blanc – Pnab, os artistas populares e manifestações de cultura tradicionais os mestres detentores e salvaguardas das mais diversas culturas populares e tradicionais se viram de definitivamente inclusos no processo de acesso a recursos públicos para difusão e manutenção de suas atividades, uma vez que os referidos programas possuem como característica a capilaridade desses recursos fazendo que os mesmos possam chegar na ponta. Não obstante é perceptível que esse público para quem foi destinado tal programa, na prática, não tem tido um acesso satisfatório aos programas uma vez que devido à complexidade que norteia os editais públicos têm deixado este público de fora dessas ações. A presente proposta consiste na seleção de entidades do terceiro setor no norte do estado de Minas Gerais para uma busca ativa, capacitação e suporte técnico para que tais segmentos possam acessar tais recursos.

Proposta 629: É sabido do que o norte do Estado de Minas Gerais possui uma rica e singular cultura. Portanto, os eventos promovidos pelos chefes dos Executivos municipais têm priorizado artistas e outras entidades de renome nacional ofuscando assim o brilho dos nossos artistas regionais. É por isso que a presente proposta possui em sua essência a difusão e valorização do artista popular que reside nos mais diversos e profundos rincões de nosso estado. Para tanto o III Festival Zé Côco do Riachão de viola e música raiz vem promovendo o artista regional a difundir sua arte e tem contribuído ainda com uma formação de público retomando a suas raízes vem identificando e conseqüentemente valorizando a rica cultura do norte mineiro. Contudo pretende-se com o apoio do estado fazer incremento do edital que dê conta de beneficiar artistas e públicos em geral de oito municípios do norte mineiro.

Proposta 630: As comunidades tradicionais do Norte de Minas enfrentam muitos desafios para garantir os direitos básicos, renda e validação dos territórios. Parte dessa dificuldade está em divulgar as ações e produtos, em registrar os processos coletivos que contribuem para o desenvolvimento local e para defesa do território.

Por isso, a proposta é formar um grupo de jovens como comunicadores populares, que darão suporte às ações desenvolvidas pelas comunidades. Para que a formação seja efetiva, serão adquiridos equipamentos básicos como: câmara, lente, microfone, computador e tripé para cada grupo, formando pelo menos 3 grupos, em 3 comunidades diferentes.

A formação será oferecida pela centro de agricultura alternativa do norte de Minas Gerais.

Proposta 634: O norte de Minas tem grande número de jovens do campo que não tem perspectiva de vida para permanecer nos territórios por não conseguir emprego e renda. Por isso a proposta pretende valorizar a identidade visual dos jovens, despertando autoestima, autoafirmação e empoderamento identitário juntamente capacitações profissionalizantes que possibilitam emprego e renda. A questão racial também é importante porque a maior parte do público atendido nas comunidades rurais e tradicionais é composto por pretos e pardos dessa forma as capacita culminarão em Festival da Consciência negra, valorizando a beleza negra e a identidade étnico-racial bem como a cultura local. Criar formas para os jovens permanecerem nos territórios e diminuir os que ainda jovens negros é fundamental para o desenvolvimento da sociedade para isso serão contratados profissionais capacitados para formar

profissionalmente os jovens serão adquiridos os materiais iniciais para o desenvolvimento de trabalho profissional. A ação será desenvolvida pelo Centro de agricultura alternativa do Norte de Minas CAA/NM.

Proposta 635: A rede ferroviária tem esses espaço obsoleto onde encontra a cooperativa dos funcionários, espaço central na cidade Montes Claros onde o seu desenvolvimento começou. O trem do Sertão: ocupar esse espaço e transformá-lo em uma Ferrovia onde seja realizado festas culturais Shows eventos culturais e afins. Espaço cultural Zé coco do riachão os Beethoven do Sertão! – Cursos de violão e outros festivais culturais eventos culturais – Projetos de cultura – Parceria com a VLI/ Prefeitura e Estado PPS.

Restauração: preservação e manutenção dos espaços culturais predominando condições Necessárias para o desenvolvimento adequado da cultura popular do Norte de Minas – Montes Claros.

Proposta 637:

Proposta 639: As Jornadas Sociopedagógicas Ribeiradas se justificam em razão da exclusão social cada vez mais crescente em Montes Claros. Pessoas moradoras de bairros, vilas e favelas têm sido historicamente impedidas de efetivar sua cidadania plena. Seus direitos básicos, fundamentais, são negados numa cidade dominada por oligarquias autoritárias que não se ocupam de promover efetivamente a inclusão social sobretudo de negros e Lgbtqia+.

As Jornadas Sociopedagógicas Ribeiradas são inspiradas na obra do antropólogo montesclarenses Darcy Ribeiro – daí o Ribeiradas. Pretende-se, em sintonia com a obra de Darcy, promover a emancipação humana através da educação, com a realização de um circuito de debates, palestras e mostra de artes na periferia de Montes Claros durante todo o mês de outubro de 2025. As atividades serão realizadas nas quatro macrorregiões da cidade: Maracanã, Santos Reis, Delfino Magalhães e Independência.

O objetivo principal da ação é oportunizar o encontro de pessoas em torno das questões que as afligem, de modo a estimulá-las a construir coletivamente soluções, novos horizontes para a sua prosperidade.

Proposta 641: Justificativa ilegível.

Proposta 647: A Cavallhada é uma festividade tradicional de origem europeia, com encenações ao ar livre de batalhas e torneios entre cristãos e mouros, realizada com cavaleiros trajados em vestes medievais. Em Minas Gerais, especialmente em Santana do Jacaré, a celebração desempenha um papel importante na preservação das tradições culturais locais. A Cavallhada em Santana do Jacaré teve início em 1906, no Lago do Rosário, e se consolidou como um dos principais eventos da cidade, atraindo tanto moradores quanto visitantes. A festa, que simboliza a cultura local e fortalece os laços comunitários, é reconhecida pelo Decreto Municipal nº 11.05/2008 e está em tramitação na Assembleia Legislativa, com o Projeto de Lei nº 21.52-1024, que visa garantir o reconhecimento como de relevância cultural estadual. A proposta, apresentada pelo deputado estadual Professor Cleiton, busca recursos e apoio para projetos culturais no município. A Cavallhada é registrada como uma organização sem fins lucrativos e suas apresentações ocorrem sempre durante o Carnaval, nos dias de domingo, segunda e terça-feira.

Proposta 654: A capacitação em acesso aos recursos culturais é essencial para fortalecer coletivos e organizações do terceiro setor, especialmente em um cenário regional mineiro, onde os desafios são muitos, incluindo a falta de espaços adequados para a realização de ações culturais. O objetivo do projeto é capacitar esses coletivos e organizações, ajudando-os a compreender os editais públicos, aprender a elaborar propostas, entender o processo de regularização do CNPJ e outros aspectos importantes. Estudos mostram que apenas uma pequena fração dos coletivos culturais consegue acessar editais públicos, principalmente porque muitos integrantes não têm o conhecimento necessário para elaborar propostas competitivas, o que limita suas oportunidades de financiamento. A proposta visa sanar essa lacuna, oferecendo capacitação prática e teórica. As atividades serão realizadas em cada cidade, por meio de *workshops*, palestras, grupos de discussão e oficinas para elaboração de projetos. Os participantes também receberão materiais de apoio, como apostilas, guias e exemplos práticos, para ajudar no entendimento e na aplicação dos processos de acesso aos recursos culturais e editais.

Proposta 655: A comunidade de Boa Esperança enfrenta uma carência de atividades socioeducativas voltadas para a formação profissional e cultural, especialmente entre as pessoas de baixa renda. Uma grande parte da população é afrodescendente, mas muitos não têm conhecimento sobre sua origem cultural. Com as propostas de criação de oficinas e outras iniciativas, o objetivo é corrigir esse desconhecimento, oferecendo à comunidade o essencial para o resgate e valorização de sua cultura afro-brasileira. O projeto visa proporcionar acesso à educação cultural, fortalecer a identidade local e oferecer uma base para o desenvolvimento pessoal e coletivo dos moradores.

Proposta 657: A Associação Cultural Alê Axé Iemanjá Awure Odara, atualmente sem sede própria, depende de pequenas doações para manter suas atividades, o que é suficiente apenas para o desenvolvimento de suas ações. A associação busca recursos para adquirir um terreno e construir sua sede, com o objetivo de proporcionar um atendimento mais digno e adequado ao seu público-alvo, formado principalmente por pessoas carentes da comunidade. A construção de uma sede própria permitirá oferecer um espaço permanente e estruturado para suas ações culturais e sociais.

Proposta 659: A proposta visa implementar polos de desenvolvimento audiovisual no interior de Minas Gerais, alinhando-se às políticas do Estado e da Empresa Mineira de Audiovisual. O projeto busca ampliar o desenvolvimento regional, valorizar identidades culturais locais e descentralizar a produção audiovisual. Além disso, promove a inclusão social, fortalece a economia criativa e contribui para o fortalecimento da indústria audiovisual nacional, oferecendo oportunidades de formação e produção para comunidades do interior do Estado.

Proposta 672: O projeto já está em andamento e tem como objetivo valorizar o patrimônio cultural brasileiro e a cultura local de Varginha.

1. Como prática inclusiva, o projeto promoverá a inclusão cidadã, fomentando valores como respeito, disciplina e cooperação entre os participantes.

2. Também contribuirá para a promoção do desenvolvimento físico e bem-estar, por meio das oficinas e práticas corporais, além de fortalecer a autoestima e a autoconfiança dos participantes.

3. Ao oferecer atividades culturais e esportivas, o projeto visa melhorar a qualidade de vida da comunidade, promovendo a integração social e o fortalecimento das tradições culturais locais.

Proposta 673: A Orquestra Família Raiz, da cidade de Tocos do Moji, conta com mais de 40 violeiros e tem como objetivo levar a música raiz sertaneja a toda a região. A proposta do 1º Encontro de Violeiros visa promover essa tradição musical, reunindo os talentos locais e regionalizando o evento para fortalecer a cultura raiz no município e nas cidades vizinhas. A realização desse encontro será uma oportunidade importante para engrandecer e valorizar a música sertaneja tradicional.

Proposta 682: A coleção mineira do Icam Possui mais de 15.000 títulos entre livros opúsculos e periódicos sobre a história cultura de Minas. Fazem parte do acervo uma coleção de histórias e almanaques municipais, histórias institucionais, livros de memória e biografias de mineiros, numa coleção de obras de referência formada por dicionário, históricos, bibliográficos e da língua portuguesa, Enciclopédias de arte e literatura, to unas, Bíblia bibliográficos e catálogos de obras raras, uma coleção dos principais periódicos publicados em Minas, uma coleção de literatura mineira, Uma mapoteca e uma importante coleção de obras raras, a biblioteca Manuel José de Paiva Júnior Com Primeiras edições dos séculos XVIII, XIX e primeiras décadas do século XX, incluindo obras de viajantes, histórias de Minas, livros de arte e edições autografadas por escritores mineiros. Em julgamento realizado em outubro de 2016, a coleção de obras raras da biblioteca do ICAM foi reconhecida como parte da memória do mundo é o primeiro acervo bibliográfico brasileiro Ser agraciado com o certificado Memory of the World da Unesco. Dessa forma, essa proposta permitirá a preservação e democratização do acesso a esse acervo único, em incentivo à realização de novas pesquisas e difusão do conhecimento e da pluralidade de nossas raízes históricas, nossas manifestações culturais e artísticas.

Proposta 684: Banda de músicas civil centenária que surgiu nos canteiros de obra da construção da cidade de Belo Horizonte em 1896, em funcionamento em ininterrupto até os dias de hoje. Atualmente tem maioria de músicos idosos em um total aproximado de 45 membros. A instituição não conta com nenhum tipo de patrocínio, fazendo que seu Acervo de instrumento seja deteriorado e impossibilite maior participação da comunidade como por exemplo: oficina cursos apresentações. Com a disponibilização de recursos será possível assistirmos comunidades carentes, escolas públicas, ampliar o alcance a jovens, crianças e idosos em situação de risco, além de preservar história da nossa entidade.

Proposta 685: A rede mineira dos pontos de cultura é a maior referência da organização coletiva e sociocultural do país, tanto que o próprio Ministério da Cultura já reconheceu publicamente e no último edital dos Pontos de cultura apresentou seu chamamento baseado no mapeamento e diagnóstico que a rede mineira fez.

A proposta é que haja recursos públicos destinados aos projetos de mapeamento, atualização e diagnóstico da rede mineira os pontos de cultura; que tenha também a garantia dos recursos para formação artística, técnica e administrativa dos pontos; que haja uma maior fomento para os novos pontos altos declarados; que também fomenta projetos de intercâmbio entre os pontos e principalmente que os fóruns/seminários anuais (onde são eleitos os representantes da comissão e do comitê estadual) sejam financiados pelo poder público (mesmo que seja por uma parceria com uma OSC). Para este evento anual é preciso garantir recursos de hospedagem alimentação deslocamento Programação cultural e equipes de produção e administrativa. Fortalecer a rede estadual dos pontos de cultura de Minas é garantir sua qualificação e referência na mobilização sociocultural do país.

Proposta 687: As comunidades de favela historicamente provam o quanto sua riqueza cultural fortalece a identidade do nosso país. O fortalecimento de uma rede de artistas das comunidades periféricas facilitará e potencializará a economia criativa destes territórios; além de otimizar recursos. estabelecer colaboração que fomentam as parcerias entre artistas e técnicos, os artistas terão oportunidade de troca profissional e um espaço de visibilidade dos seus trabalhos. Ao unir esforços esses artistas poderão criar projetos mais robustos e impactantes. A ação pode ser formada pelo Iepha ou por alguma OS já capacitada, tal como a Casa do Beco, o Favela é isso aí, o Lá da Favelinha e outros a serem mapeados.

Proposta 688: Para que a fazendinha Dona Izabel (o segundo casarão mais antigo de BH) possa ter suas portas abertas, é preciso que garanta recursos destinados a pagamento de educativo (para visita), curadora (para exposições), pedagógico (para formação na economia criativa), para equipe gestora e de manutenção, além de gastos administrativos, equipamentos e contratações variadas.

A proposta a seguir busca potencializar, no Morro do Papagaio, por meio de parceria com a Casa do Beco, a discussão sobre patrimônio material e imaterial. A PBH fez a cessão do espaço para que a Casa do Beco gere, mais não houve injeção de recursos. Entendo que este espaço é um patrimônio do Estado, não só da cidade e merece estar aberto com ações ocorrendo no mínimo 8 horas por diárias, além de shows, espetáculos artísticos.

Proposta 690: Em sua 2ª edição, o festival de Mocambo pretende alcançar um público de 2 mil pessoas, com atrações artísticas, oficinas culturais, festival de gastronomia local e exposição de artesanato. Esse evento como em sua primeira edição, pretende promover um intercâmbio cultural entre artistas locais e artistas reconhecidos no cenário cultural brasileiro. Mocambo foi estabelecido a partir de um Mocambo e suas raízes afro-brasileiras são muito enraizadas. Possui uma natureza exuberante, mas seu turismo é pouco explorado. Sua população ainda permanece carente de mecanismos culturais. Por tanto, a continuidade desse evento representa a garantia de acesso para sua população à arte e a cultura.

Proposta 698: Este projeto surge da necessidade de criação de espaços e de acolhimento para pessoas negras periféricas, especialmente aqueles que praticam religiões de matrizes africanas e que participam de movimentos culturais e sociais de rua. Além de combater o racismo estrutural é necessário oferecer ferramentas para fortalecimento mental, emocional e cultural desta comunidade, promovendo também o acesso ao conhecimento.

Cidade de execução: Sete lagoas

Público atingido 2.000 pessoas

Proposta 699: A educação musical é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento social e cognitivo, promovendo disciplina, concentração e trabalho em equipe. O canto coral e a prática a Marimba, possibilitam a participação de alunos de diferentes faixas etárias e contextos, criando um ambiente acolhedor e colaborativo. Ao desenvolver essas habilidades em grupo, o projeto fomenta valores essenciais, como o respeito e escuta, contribuindo para a formação integral dos participantes e enriquecendo a comunidade com apresentações que celebram a cultura e a expressão musical.

A descentralização da cultura é fundamental para a promoção e distribuição de renda.

O projeto será realizado em três cidades: Matozinhos, São José da Lapa e Arcos pela Fundação Dirce Figueiredo.

Proposta 700: Banda de música civil, centenária, que surgiu nos canteiros de obra da construção da cidade de Belo Horizonte, em 1896, em funcionamento ininterruptamente até os dias de hoje. Por conta do seu tempo de existência, a banda possui um acervo precioso de partituras e documentos com datas remetentes à segunda metade do século XIX, que contam a história da banda e da cidade, e estão se perdendo.

Atualmente, a Banda Carlos Gomes participa do inventário que está sendo realizado pela Iepha, no estado de Minas Gerais, para levantamento das bandas de música e tombamento imaterial.

Além da salvaguarda do bem que é material e imaterial, visamos a ampliação e democratização do acesso ao acervo para difusão e trabalho com a cidade de Belo Horizonte, principalmente o acesso de jovens adultos e idosos em situação de risco carente de cultura.

Proposta 701: Oficina com objetivo de retirar crianças da rua por meio de aulas de instrumentos musicais, teatro, composições musicais, criação de grupos de folia de reis e corais.

Proposta 709: A caravana MH surge como resposta às necessidades culturais e sociais das comunidades de Minas Gerais, especialmente no contexto das periferias. Frente a falta de oportunidades e a marginalização da juventude negra, o fornece uma plataforma essencial de expressão e transformação através do MC, DJ, dança e grafite. Mais do que um projeto de resistência e inclusão social, empoderando e trazendo referências para jovens negros e periféricos.

O projeto será executado pela equipe que produz os eventos Dont Stop BH, de BH, Batalha Soberania e Brookifest. O evento ocorre a 11 anos em espaços culturais de Belo Horizonte. O Brooklyn Festa já foi criado pelo MC Magu e o dançarino Capiva em 2013 e ocupou espaços como o Centro Cultural Padre Eustáquio.

A proposta contemplará a realização de shows, batalhas, exposições e atividades que ressaltem a cultura local das cidades. Além disso, a criação de oportunidades para artistas independentes e a mobilidade fornecida para esses dentro do estado é um elo crucial para o evento e seu objetivo.

O recurso do projeto será destinado para os equipamentos, transporte, produção, alimentação e cachês dos artistas, que será gerenciado pelo OSC Macuraíma, com grande experiência em eventos do nicho.

Proposta 716: As pretas cantam o vale é um projeto que surge através de duas mulheres negras de origem humilde nascidas na cidade de Araçuaí no Vale de Jequitinhonha, Minas Gerais, que desde a infância tem uma forte ligação com cultural. Ainda crianças, desenvolveram habilidades artísticas na música e na dança. Hoje somos artistas participantes de grupos culturais abrangendo teatro, coral e demais grupos culturais. “As pretas cantam o Vale” tem como objetivo levar a arte através da música e dança contando as histórias de vida de mulheres artesã artesãos pescadores, quilombolas lavadeiras e folias, levando para o palco o resgate da cultura de um povo, destacando as religiões de matriz africana.

Dentro desse resgate visa a valorização da economia local trazendo a oportunidade de feiras de artesanato, feira de agricultura familiar, convites remunerados de grupos populares músicos, Teatro, folia de Reis, entre outros. O projeto circulará por 4 cidades, sendo Araçuaí, Almenara, Diamantina e tem a sua conclusão na capital mineira trazendo a cultura do Vale para a cidade Grande. Dentro do circuito pela cidade do Vale serão selecionados músicos, artesãos e agricultura familiar. Esse encontro será um dia em cada cidade com uma feira cultural e musical com a presença dos convidados.

Proposta 718: Fundada em 1988 a Ascomed (Associação comunitária do município de Medina) realiza projetos culturais e sociais com mais de 1000 famílias cadastradas entre a zona rural e povoados. Em 2017 através das oficinas de teatro e música, sentindo a necessidade, se criou um evento onde as crianças e adolescentes que participaram da oficina pudessem mostrar seus trabalhos. Criamos a primeira amostra de artes “Bastião Mão de Onça” realizada durante quatro anos. Sem realizar amostra por questões financeiras e pandemia. Retornamos com força total através do patrocínio do governo estadual – PPAG. A mostra tem objetivo de incentivar a arte e a criação das crianças adolescentes jovens, adultos e famílias em risco de vulnerabilidade cultural e social. A mostra oferece gratuitamente para o povoado de general Dutra durante o evento das oficinas de artes e duas de empreendedorismo além de shows culturais apresentações de teatro, coral e grupos de cultura popular e palestras sociais, tudo gratuito para o povoado cidade local de Medina e público das cidades vizinhas que prestigia o evento que é de suma importância para o crescimento e a valorização da cultura e tradições locais e regionais com data de 17 a 22 de novembro de 2025.

Proposta 719: Fundada em 1988 a Ascomed (Associação comunitária do município de Medina) tem como objetivo além de cuidar dos direitos da Criança, do adolescente e das famílias em vulnerabilidade social a Ascomed desenvolve um trabalho de resgate cultural através da casinha de cultura da Ascomed. Visando que em nosso município de Medina nossas folias estão correndo risco de acabar, temos um projeto que já está com cinco anos de atuação dando suporte às folias através de encontros e intercâmbio locais, queremos estender essa valorização através desse encontro que será de dois dias com apresentação de grupo de cultura popular de folia de Reis e palestras em Medina com data 5 e 6 setembro de 2025..

Proposta 721: A Ascomed (Associação comunitária do município de Medina) foi fundada em 1988 com compromisso com a justiça por meio do combate às causas da pobreza e da promoção de desenvolvimento sustentável para famílias e suas comunidades e para dar continuidade ao nosso trabalho temos objetivo de realizar o primeiro festival de quadrilha da Ascomed A Associação já promove esse evento junino em sua nona edição e ficamos um tempo sem realizar por falta de recursos. Nesse momento temos alegria de tentar resgatar esse costume que por muitos anos fez a alegria das famílias assistidas pela Associação. Esse evento inicia com os ensaios de quadrilha com crianças e adolescentes no mês de maio, para se apresentarem no mês de junho em uma data que antecede o São João, onde será feita a apresentação da quadrilha tendo um concurso da rainha da pipoca o rei do amendoim, casamento caipira, é um momento de alegria com a participação de toda comunidade.

Proposta 722: A celebração da festa de Cosme Damião é profundamente enraizada na cultura popular brasileira e tem especial significado dentro da umbanda. A realização da festa em um espaço de umbanda não só fortalece os laços espirituais da comunidade mas também promove a disseminação de valores como solidariedade, fraternidade e respeito à diversidade religiosa.

Ao celebrar a festa em um espaço de umbanda o projeto contribui para preservação de tradições afro-brasileiras, valorizando práticas religiosas de matriz africana que historicamente enfrentam preconceito. Essa ação reforça o diálogo inter-religioso e a inclusão social especialmente em comunidade onde a umbanda desempenha papel central.

Resgatar e fortalecer a tradição popular e religiosa e a valorização da atividade voltada para crianças, oferecer oficinas ou rodas de conversas sobre a história e a importância das religiões afro-brasileiras no Brasil. Envolver membros da comunidade para participarem ativamente na organização da festa. Inclusão de rituais dedicados aos erês, onde se realiza a incorporação das entidades espirituais proporcionando a comunidade a oportunidade de conhecer e vivenciar esse aspecto da umbanda. O projeto não apenas

celebra a Cosme Damião mas também oferece uma oportunidade de combater preconceitos religiosos e valorizar as condições espirituais que são parte essencial da cultura brasileira fortalecendo os laços comunitários e a tradição que une e acolhe.

Proposta 723: O evento é tradicionalmente realizado em agosto, o mês do patrimônio cultural. É um encontro da arte e cultura da capoeira e suas artes abrangendo formação em oficinas e palestras, resgate de história da importância, fomento através da valorização dos mestres de histórias da arte de capoeira. É a troca cultural e a integração através do intercâmbio de municípios estados. O fomento e reconhecimento da forma mais abrangente com a realização de rodas de capoeira nas feiras locais, palestras, oficinas de forma inclusiva e com acessibilidade promoção de saúde bem-estar e fortalecimento da economia local e regional.

Proposta 725: A tradicional e centenária festa de nossa Senhora do Rosário de Couto de Magalhães de Minas é um chamado a fé, tradição, cultura e alegria popular. Evento que acontece na cidade na segunda semana setembro de 12 a 16 de setembro reúne uma mescla de amor e devoção a nossa Senhora do Rosário.

Proposta 727: A primeira amostra de arte e cultura de Magalhães de Minas vem de encontro aceito dos municípios Dos municípios contém e da região uma vez que Couto sediou em 2023 o Festival de Teatro do Vale de junho e em 2024 o festival de cultura popular e ambos trouxeram impacto cultural formidável nos últimos necessidade de buscar eventos que fomentem a cultura, o artesanato e a arte em geral, proporcionando encontro de saberes trocas e partilhas de experiências. O evento busca trazer na sua essência uma homenagem à saudosa Dona Dina Lemos falecida recentemente que foi ícone cultural na nossa cidade sendo referência cultura através do grupo de pastorinhos Pastorin, corações nas festas religiosas e apresentações culturais. Buscaremos nesse evento realizado encontros de grupos culturais corais bandas de música grupos de teatro e shows musicais. Com isso culto de Magalhães mais uma vez será palco da integração cultural Tão rica do Vale de Jequitinhonha que possui uma riqueza cultural imensa e nem sempre explorado. A ideia é que este evento aconteça na primeira semana de agosto do dia 4 ao dia 10 a semana está dedicada ao padroeiro da cidade Bom Jesus do Matozinho. A primeira mostra de arte Cultura Dona Dora Lemos terá oficinas, palestras mostra de cultura popular, shows e muita cultura e entretenimento

Proposta 728: O VII encontro de bandas de músicas de Couto de Magalhães de Minas traz na sua essência a emoção através da música. Realizado todos os anos em parceria com a corporação musical Bom Jesus de Matinhos uma corporação com mais de 60 anos de história. No encontro de bandas são convidadas bandas de todas as regiões vizinhas de Couto. O VII encontro de bandas acontecem no primeiro domingo de março dia 9, semana em que se comemora o aniversário da cidade.

Proposta 731: 1ª Ação: através da música de histórias, brinquedos e brincadeiras, o artista toca no coração do educador através das canções que elevam autoestima do professor contribui para que o educador se valorize e entenda cada vez mais a grandeza de educar e deixe um bom material para suas aulas.

2ª ação: um show musical para as crianças, baseado nos oito CDs dedicados às crianças. As duas ações mobilizam toda cidade já que todas as famílias das crianças são convidadas para assistir principalmente o show das crianças.

Proposta 732: Manutenção de curso pessoais da plataforma bem como capacitação de estudantes e professores indígenas para operação da biblioteca. Promover por meio de uma grande caravana cultural de sensibilização a realização de seminários oficinas de capacitação e informação nas cidades onde tem comunidade indígena tendo como foco para panorama atualizado e reiterado na análise internacional realidade pelo observatório dos povos indígenas pessoas infância.

Proposta 733: Em Minas Gerais existe um número significativo de mulheres artistas e cantoras, porém, desconhecidas ainda em seus próprios territórios de origem tendo em vista o pouco espaço aberto a artistas mineiros em projetos já existentes protagonizado por homens, principalmente as mulheres dos vales do Jequitinhonha e Mucuri e a pouca inserção do seus trabalhos nas grandes mídias, rádios e TVs é fundamental construirmos um espaço que de voz e valorização do trabalho dessas mulheres cantoras. Para tanto apresentamos o projeto mulheres dos vales mulheres que dizem sons, como a possibilidade de que Minas, o Brasil e o mundo conheçam a arte e o protagonismo dessas guerreiras cantoras.

Proposta 734: O coral das lavadeiras de Almenara completou 34 anos de existência no dia 30 de setembro de 2024. Trata-se de um projeto de continuidade, pois já aconteceram várias edições anteriores beneficiando milhões de estudantes, professores, e lideranças comunitários, em dezenas de municípios. Ao longo desses anos ele se tornou conhecido em Minas, no Brasil e até no exterior, pela singularidade e excelência das ações realizadas do campo da cultura popular, incluindo a música, preservação ambiental, o turismo e a preservação da memória do Vale do Jequitinhonha. Por isso as lavadeiras, a através do Instituto Coral Lavadeiras merece receber recursos para a continuidade de suas ações. O Coral das Lavadeiras é exemplo de inclusão social através da arte.

Proposta 737: A folia dos Reis e o festejo do Boi de Janeiro fazem parte das manifestações culturais de Almenara há mais 60 anos. Com o recurso pleiteado será possível realizar um festival da cultura na cidade, reunindo outros grupos e expressões culturais do município e de fortalecendo os laços comunitários.

Proposta 741: O objetivo é propiciar conforto estímulo e acolhimento para os jovens adolescentes além de formação musical. Com o valor proposto será possível realizar as oficinas e apresentações musicais em seis municípios do Vale.

Proposta 742: Projeto justifica-se pela contribuição que proporcionará ao desenvolvimento humano e econômico-social e cultural de Minas Gerais e de toda região. Nosso projeto tem a maior população jovem dentro do festival fortalecendo a importância da acessibilidade a todos que queiram estar presentes no evento.

Proposta 744: O encontro tem como objetivo a valorização da cultura popular do Vale do Jequitinhonha, com o encontro entre duas das maiores tradições mineiras, a viola e seu violeiro, sendo este tombado como patrimônio não só do nosso estado, mas também do nosso país. Essas tradições da viola, vem antes de tudo, dos nossos antepassados fortalecendo as raízes culturas tradicionais, e o reisado este de maior importância na tradição de manter a musicalidade afeta as pessoas do Vale, o reisado remete a São Sebastião, padroeiro da cidade de Salto da Divisa e de muitas outras no Brasil. Vale salientar a importância que este evento mobiliza na cidade e região, onde toda cidade estará envolvida com a fé que temos em nosso padroeiro.

Proposta 746: Pouco antes da viola mineira se tornar patrimônio cultural imaterial pelo Iepa em 2018, um projeto dedicado à preservação da cultura e tradição Vieira iniciava uma caminhada para manter conexões e resgatar a música, família, e aquele sabor de instrumento que se faz presente na história dentro e fora dos limites de Minas Gerais. Idealizado pelo violeiro Wilson a série de apresentações é um projeto que estará em sua nona edição.

Proposta 748: Na sua 5ª edição, é necessário que haja uma continuidade desta ação junto ao povo preto do estado de Minas Gerais. São mais de três mil comunidades quilombolas em Minas. Será uma atividade que promove a geração de trabalho e renda com as feiras de artesanato, a comercialização de produtos de gastronomia das suas regiões, a socialização e a oportunidade de apresentação dos talentos, saberes, sabores e cultura afro. Mês referência para realização: outubro a dezembro. Organizações que já realizaram as edições anteriores: e Iphan, Associação APJ (Aprender produzir juntos).

Proposta 752: A APJ (Associação Aprender Produzir Juntos) foi criada há 40 anos por padre Giovanni. Atualmente, a entidade iniciou a implementação de uma biblioteca no espaço próprio e destinado para este fim. Objetiva-se dar continuidade às ações do memorial, com as histórias e narrativas de Padre Giovanni e de outras lideranças históricas dos movimentos sociais e de lutas que contribuíram e contribuem até hoje para o desenvolvimento cultural da cidade e região. As ações desenvolvidas até o momento foram de infraestrutura. É necessário para continuidade das obras de restauração física do prédio, que abrigará e será sede do projeto e todo o acervo do centro de memória. Ainda a aquisição de equipamentos tais como: computadores, mobiliário e outros materiais necessários para o funcionamento do centro de memória Padre Giovanni.

Proposta 759: Os festejos juninos incluem e se elevam tradições populares, fortalecem e fomentam a economia da região, valoriza e resgata elementos culturais que fazem parte da identidade local e regional. O evento atinge mais de 10.000 pessoas direto e indiretamente na região, estabelecendo o fluxo turístico.

Proposta 761: O encontro Regional de Cavaleiros, popularmente conhecido como Cavalgada de General Dutra, é um evento cultural que acontece há mais de 25 anos. Estando na sua 24ª edição, o projeto foi criado pela senhora Olinda Rocha e demais companheiros da época. Hoje existe uma comissão organizadora com cerca de 20 integrantes. O projeto apresenta um grande encontro de cavaleiros de várias cidades do Vale de Jequitinhonha, que se reúnem e partem em comitiva para o povoado de General Dutra na cidade Medina. O Projeto Visa explorar a cultura local, prestigiar o vaqueiro, realizar a interação entre as pessoas de diversas cidades que acompanham o evento. É um evento que fomenta a economia local gerando renda, prestação de serviço, valorização à cultura e lazer a todos.

Proposta 764: A sede da União Operário Beneficente Jequitinhonha foi construída no final dos anos 60, por operários do município de Jequitinhonha. Durante muitos anos funcionou como sede administrativa social e cultural da classe operária do município de Jequitinhonha. Em 2000 a entidade encerrou suas atividades e o prédio ficou abandonado, em 2016 pela ação do tempo o telhado começou a desmoronar e o Ministério Público entrou com uma ação e assinou um termo de ajuste de conduta com o município, que reformou o telhado e fez pequenas ações de manutenção para garantir estrutura do prédio, sendo repassado a tutela do bem para a Prefeitura Municipal de Jequitinhonha. A proposta visa a adequação do salão e do palco para um espaço de teatro, aulas de música, capoeira, entre outras atividades culturais. O espaço será utilizado para sede do coral Vozes do Jequitinhonha, banda Filarmônica Barto Loma de Almeida França.

Proposta 768: A rádio Santa Cruz, fundada em 21 de abril de 1971, hoje com 53 anos de existência, é um Veículo de comunicação que opera em frequência AM/FM e durante mais de meio século divulgou a cultura do Vale do Jequitinhonha, sendo suas ondas atingidas em toda o Nordeste de Minas e Sul Bahia Através da frequência AM e todo o município do Jequitinhonha através das frequências AM/FM. Comemorar 54 anos de existência e reconhecer todos os esforços que a fundação Santa Cruz vem fazendo durante todo esse tempo. O evento realizado no mês de abril contará com feira de artesanato, palestras, shows, músicas entre outras ações e contará com a participação da população local e convidados.

Proposta 770: Associação Cultural e Social Tireense (Acustt), com sua missão de valorizar e preservar a cultura do município de Tiros, vem para solicitar apoio e investimento fundamentais para a continuidade e expansão de suas ações culturais e sociais. Em especial apresento o pedido de recursos para promoção da Festa do Tireense Ausente, evento de grande significado e importância para a comunidade tireense. A festa do Tireense Ausente é um evento anual, que a mais de duas décadas celebra e exalta a cultura local de tiros, reunindo nossa comunidade e atraindo de volta os filhos de nossa terra que por razões de trabalho e outras oportunidades, se afastaram fisicamente, mas mantém viva a conexão com suas raízes. Este evento não é apenas uma celebração, ele promove um importante fortalecimento dos laços culturais e sociais estimulando o turismo e a economia local, além de preservar e divulgar nossa tradição. Ao longo dos anos, a festa tem sido palco para apresentações artísticas locais, exposições de artesanato, gastronomia típica, músicas e danças que refletem a identidade tireense. Essa celebração é portanto um meio de salvar e guardar nosso patrimônio imaterial e fortalecer a memória cultural de nossa cidade. O evento atrai não apenas os filhos ausentes, mas também turistas de outras regiões, aquecendo o comércio local e contribuindo para geração de renda e emprego temporário. Esse movimento é essencial para o desenvolvimento econômico do município em especial para pequenos produtores, artesãos e comerciantes. O recurso será direcionado para infraestrutura do evento, a valorização dos artistas locais e divulgação da festa. Assim o investimento que solicitamos é mais do que um aporte financeiro é um compromisso com a preservação de nossas tradições, com fortalecimento da identidade cultural de tiros e com a promoção de um desenvolvimento sustentável baseado em nossas raízes.

Proposta 772: A escola de samba Triunfo Barroco é um importante representante da cultura e da identidade da comunidade do bairro Confisco. A escola de samba desempenha um papel significativo na promoção e preservação da cultura mineira, levando enredos relevantes em homenagem a Minas Gerais. A escola é um espaço de expressão cultural e social que valoriza e aplica a rica tradição mineira. A confecção de carros alegórico e fantasias é fundamental para a realização de um desfile de qualidade que atraia a

atenção do público e dos jurados, contribuindo para a valorização da cultura carnavalesca de Belo Horizonte. Além disso a participação no carnaval proporciona visibilidade à comunidade promovendo turismo na cultura e a economia local.

Proposta 773: Propomos a criação de uma nova ação vinculada a garantir o acesso ao consumo e produção cultural para pessoas LGBTQIA +, e garantir dignidade e oportunidade de desenvolvimento para uma população ameaçada e constantemente violentada, sendo a arte e a cultura importante ferramenta de transformação social.

Proposta 774: O “*Podcast Itinerante Prosa Arrumada*” é chancelado por um dos mais célebres e longevos programas de televisão do estado de Minas Gerais, o “Arrumação” que integra ações de divulgação e valorização das culturas populares mineiras.

Seu formato em *podcast*, pretende diversificar e fazer fruir a produção com ênfase na música, na cultura popular, nos causos e folias, respeitando a originalidade e costumes das comunidades em todos os cantos de Minas.

O “Prosa Arrumada” irá trazer para o público de todo o mundo, através da rede mundial de computadores, por meio do YouTube, a essência da cultura mineira nas suas mais variadas matrizes e cores forjadas na diversidade da poesia, da literatura, da música, dos folguedos e folias em abrir mão da originalidade e criatividade dos artistas mineiros.

Proposta 775: A criação do projeto “Semanas de Música de Câmara”, da Fundação de Educação Artística, foi justificada pela carência, na formação musical de novos instrumentistas, da disciplina Música de Câmara, e que resultava num evidente vácuo, atrasando o preparo profissionalizante dos estudantes.

A sucessão de intensos períodos de orientação e estímulo, com frequentes oportunidades de progresso nos estudos, de obtenção de bolsas de estudos no Brasil e exterior, de contratações para orquestras, ao longo desses anos, mostraram-nos a importância da manutenção desse evento com vista às novas gerações. O contato recorrente com músicos experientes têm sido fundamental para a trajetória profissionalizante dos jovens músicos.

Os grupos identificados pela Fundação de Educação Artística serão acolhidos em sua sede para um trabalho rigoroso de aprimoramento, com um seletivo núcleo de professores, base para um projeto mais avançado de especialização camerística.

Grupos de cordas (violino, viola e violoncelos); grupos de madeiras (flauta, oboé, clarinete, fagote e trompa) e piano (em composição com quaisquer desses instrumentos).

Os participantes (estudantes) participarão de uma orquestra experimental, com objetivos de natureza pedagógica.

Cria-se, ainda, nessa ocasião, uma oportunidade de reflexão e discussão sobre a profissionalização, a estabilização de grupos de câmara e as reais possibilidades de ampliação de sua atuação profissional.

Todas as atividades são presenciais. A Fundação de Educação Artística conta com a participação de artistas de reconhecida trajetória profissional, tanto pedagógica quanto artística.

Proposta 776: Considerado referência para os artistas e querido pelo público, o “Arrumação” é um marco da cultura mineira desde 1987. O projeto evidencia diversidade e legitimidade da música, teatro, dança, poesia e folclore brasileiros. Com apresentação do artista Saulo Laranjeira, a proposta tem por objetivo ser um espaço aberto para a divulgação da arte mineira com autenticidade, criatividade e excelência.

O projeto sempre promoveu o diálogo entre as artes com a essência da cultura mineira, aquela que encanta, e é também uma ação que promove encontros entre artistas locais e regionais consagrados, além de novos talentos de todos os territórios de Minas.

Mais de 2 mil artistas e grupos de cultura popular já passaram pelas atividades do projeto que, ao longo dos seus 37 anos, executou também registros audiovisuais que podem ser considerados arquivos da diversidade artístico-cultural brasileira em Minas Gerais.

Proposta 778: O Jequitinhonha revelou ao longo dos últimos séculos importantes nomes para a literatura nacional – Teófilo Otoni, Adão Ventura, Oswaldo França Júnior são apenas alguns dos mais reconhecidos. Berço de poetas, compositores, trovadores e escritores de diversos estilos, a região, no entanto, é pouco lembrada quando se falam das letras em Minas Gerais. Para estimular a criação literária, a ascensão da leitura e até mesmo a economia da cultura nesta área, é importante darmos o primeiro passo. “As Feiras Literárias do Jequitinhonha” é um projeto-piloto que pretende dar asas aos escritores, seja de qual área for – romance, poesia, ficção, livro didático, técnico, pelo tradicional cordel e por outras maneiras informais de registro que propagam algumas das mais belas histórias, causos e lendas da região. Por isso, a importância de realizar este Circuito Literário tão necessário para nossos escritores, escritoras e amantes da literatura brasileira.

Proposta 779: O “Encontro dos Vales – Cultura e Sabores” é uma reivindicação de agentes culturais, produtores e artesãos dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. Seus atores são pessoas que promovem e valorizam a cultura popular nas mais variadas manifestações artísticas, entrelaçando música, literatura, poesia, teatro, gastronomia, artesanato, batuques e folias. É uma declaração de amor aos povos dos Vales, às tradições e ancestralidades, permitindo-lhes reconhecer sua identidade cultural, devolvendo-lhes, assim, uma sensação de liberdade e pertencimento.

Assim, o “I Encontro dos Vales – Cultura e Sabores” é também um espaço formativo e interativo, uma vez que incentiva a troca de experiências, o crescimento e a preservação da identidade brasileira.

Durante três dias estimularemos a economia criativa, gerando postos de trabalho temporários e renda para várias comunidades das regiões, além de movimentar a economia como um todo, já que estamos oferecendo trabalho nas áreas de transporte, hospedagem, alimentação, serviços e locação de equipamentos, além do estímulo à produção e escoamento do artesanato e da agricultura familiar das três regiões.

Proposta 796: Promover, divulgar, apoiar, incentivar e coordenar trabalhos e eventos relacionados à cultura e presença alemã e teuto-brasileira em Minas Gerais

Proposta 798: A corporação musical Bom Jesus de Matozinhos, criada há 62 anos, oferece a Couto de Magalhães de Minas e região, além da tradição cultural uma musicalidade exuberante. Porém o tempo passou e hoje a estrutura física já não mais atende as demandas.

Proposta 849: Mais investimento no âmbito da cultura e turismo.

Proposta 900: A Roça Manzo Kilumino Kiamase, em Ibirité, é um espaço cultural vital que enfrenta desafios como degradação do solo e poluição hídrica. Este projeto tem como objetivo requalificar a área, promovendo a recuperação da biodiversidade e a valorização das práticas culturais locais. A preservação da Roca é crucial para garantir que futuras gerações usufruam dos benefícios ambientais e culturais, integrando ações de conservação, educação e promoção cultural.

#### Conclusão

Com um investimento de R\$20.000,00 [R\$100.000,00 ao todo, com todas as propostas que foram desmembradas] o \*Projeto de Requalificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase\* busca restaurar o equilíbrio ecológico, valorizar a cultura local e promover a sustentabilidade. A participação ativa da comunidade será fundamental para o sucesso do projeto, que pretende construir um futuro saudável e sustentável para todos, harmonizando natureza e cultura.

Proposta 910: (Não foi escrita uma justificativa. Documento anexado ao formulário apresenta algumas informações adicionais elencadas a seguir.)

Definir os territórios do artesanato mineiro (microrregiões);

Identificar associações e grupos de produtores artesanais da base em cada território;

Identificar o perfil do artesão(ãs) e das organizações nos territórios;

Mapear artesãos, artistas populares e mestres artesãos;

Perfil socioeconômico;

Estrutura do empreendimento;

Perfil da produção;

Regularidade fiscal e legal;

Cadastro e perfil de associados;

Principais linhas de atuação;

Projetos executados, em execução e previstos;

Formas de interação com sua base;

Levantar e analisar as potencialidades e as demandas de cada afiliada; e Diagnóstico de perfil de líderes e gestores.

Proposta 938: (Não foi escrita justificativa. Foi anexado documento ao formulário com informações adicionais, elencados a seguir.)

Conferência de Artesãos e Artesãs se justifica como um espaço fundamental para a troca de saberes, defesa de interesses e fortalecimento de políticas públicas que garantam o desenvolvimento sustentável e a valorização dos profissionais e de sua cultura da produção artesanal. Seguem alguns pontos que podem ser incluídos:

Valorização cultural;

Fortalecimento da economia local;

Discussão de políticas públicas;

Sustentabilidade e inovação;

Capacitação e profissionalização;

Promoção da identidade e inclusão social.

Proposta 674: A Congada São Benedito tem como objetivo desenvolver a cultura local, promovendo a socialização e a integração social entre os membros da comunidade. A associação busca fortalecer as tradições culturais, especialmente a congada, e criar um ambiente de acolhimento e troca, onde as pessoas possam se envolver em atividades culturais e sociais que favoreçam o bem-estar coletivo e a preservação das manifestações culturais da região.

O objetivo do recurso será destinado para a reforma da sala de computação, melhorias nos banheiros e a cobertura de áreas que necessitam de adequações para melhor atender à comunidade.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 84/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 114 – Infraestrutura Rural e Agricultura Sustentável –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Ronivon Mendes Ferreira (Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Santa Margarida), Mateus Duarte dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Paulo Carmelito da Silva, Ronaldo Fernandes da Silva (Prefeitura Municipal de Pingo-D'Água), Paulo Sergio de Souza (Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Santa Margarida), Vania Aparecida Meira Bianchini, José Carlos Moreira (Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras

da Agricultura Familiar de Santa Margarida), Adeson Aparecido de Laia, Gislene Teixeira dos Santos, Geraldo Gomes Boroto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares de Palma, Laranjal e Santana de Cataguases), Aguinaldo Nunes Barbosa, Lenice Ferreira Mendes Givisiez (Secretaria Municipal de Assistência Social), Heloisa Carla de Lima (Secretaria Municipal de Assistência Social), Robimar Batista Alves (Prefeitura Municipal de Itaobim), João Batista dos Santos (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais), Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Rainério Vitor Batista de Oliveira, Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), May Anne Antunes Ferreira Souza (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Michelle Aparecida Oliveira da Cruz (Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável), Fábiana Viana Gusmão (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Edgard Francisco Silva Neto (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Ludmila Chaves Alves Melo (Secretaria Municipal de Assistência Social), Marisa Moreira Araújo Novais (Prefeitura Municipal de Itaobim), Noélia Aparecida Freire Andrade (Secretaria Municipal de Assistência Social), Ezequiel da Silva Cajá (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Mayra Rodrigues Guimarães Lopes (Secretaria Municipal de Assistência Social), Mariana Avelar Hamadé (Prefeitura Municipal de Itaobim), Juliana Rodrigues Ribeiro (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Samuel Matos Oliveira (Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável), Nayara Martins Faria (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), José Roberto Gomes, Natalia Alexandra Freitas Silva (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), Fabiano da Silva Diniz, Maria Aparecida Gomes, Agostinho Genesco Leão (Associação Beneficente Lar Irmã Cecília), Jose Adão Rodrigues Pereira, João Marques de Oliveira, Ana Luiza Guimarães de Oliveira, Gleiciane Meira Gomes Alves, Euripides Victor Mendes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Raimundo Batista Santos (Prefeitura Municipal de Ipaba), Onofra Ferreira dos Santos, Ana Karini Marinho Costa Martins (Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Macaco Dom Lara Caratinga), Jose Geraldo Margues (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Filipe Ferreira Vaz, Diomar Costa Dutra (Associação de Amigos e Desportistas de Roseiral), Vander José Correa (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), Suely Maria Martins Freitas, João Batista Venancio (Secretaria Municipal de Agricultura), André Luiz Cazute da Costa (Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Divino e Orizânia), João Victor Ovidio de Souza (Prefeitura Municipal de Ubaporanga), Gilmar Barbosa, José César de Miranda (Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal), Dayone Cezar Rocha Miranda (Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal), Sandro de Souza Tavares (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente), Paulo César Gomes Amorim Júnior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Vicente de Paula Martins (Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Macaco Dom Lara Caratinga), Jadilson Antônio de Paula (Associação dos Agricultores Familiares), Neuler Fernandes Pereira, Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), João Lopes dos Santos Neto (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Ivanilva Lopes Silva (Associação Comunitária de Marambainha), Glêcia Silva Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social), José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Edeilde Machado Leal, Ataídes Vieira, Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Rubiany Rodrigues Barbosa, Maria Vanda da Costa Pardinho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira de Pajeú), Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Maria Íris dos Santos Ferreira (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Claudeci Pereira Lina, Adelço Clarindo de Souza, Robélia Maria de Jesus Gomes, José Marlon Lopes Sobrinho (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Marina Gomes dos Santos (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Eronides Pereira Duarte (Fundação Nacional de Saúde), Marcio Pereira Silva (Câmara Municipal de Medina), Carine Alves Dias, Carlos Antônio Sena Lopes (Secretaria Municipal de Educação), Cláudio Afonso Fernandes, Alexandre Rodrigues de Moraes (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Geraldo Aparecido Santos Paranhos (Câmara Municipal de Aricanduva), Iolanda Meira, Gabriel Ferreira Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Carolina Paula Gonçalves Oliveira (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Ivan Gomes Bié (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), José do Carmo Gonçalves (Conselho Comunitário de Santana e Vizinhança), José Adilson Oliveira (Prefeitura

Municipal de Itamarandiba), Willian Soares Damasceno (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Herculano Campos Gusmão (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Mirian Ribeiro da Cruz (Secretaria Municipal de Saúde), Danielle de Souza Lima (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Geraldo Aparecido do Prado Paula (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Paulo wellington Fernandes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Jean-Paul Freire Pavie (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Maria Aparecida Machado Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Pedro Afonso (Prefeitura Municipal de Itamarandiba).

Proposta 4: Acrescentar 6 unidades de meta física e R\$3.612.000,00 de meta financeira com vistas à preservação de nascentes e à construção de barraginhas, especialmente nas seguintes áreas: Ribeirão do Boi, Córrego São Félix, Rio Carangola, Rio Manhuaçu, Córrego Ribeirão do Jorge, Vale do Mucuri, Cidade de Itambacuri, Rio Entre Folhas e Rio Sacramento.

Proposta 6: Acréscimo de 200 unidades de meta física e R\$29.876,14 na meta financeira com o objetivo de destinar 200 kits de irrigação para São João do Oriente (Leste de Minas) visando fortalecer a agricultura familiar.

Proposta 86: Construção de barraginhas para armazenamento de água, trazendo segurança hídrica no distrito de Dom Lara (Caratinga).

Acréscimo: Meta física: 100

Meta Financeira: R\$250.000,00

Proposta 87: Recursos hídricos na horta municipal do município de Santana do Paraíso.

Criação de nova ação: Aquisição de implementos de irrigação e perfuração de poços artesanais.

Finalidade da Ação: Adquirir equipamentos e recursos de irrigação, proteção solar com sombrites, mangueiras e poços.

Público-alvo: produção da horta para atender famílias vulneráveis encaminhadas pelo Cras.

Meta financeira: R\$300.000,00.

Proposta 110: Kit de Irrigação. Distribuição de equipamentos de irrigação, tubos, bombas, aspersores e outros em Carai (Vale do Mucuri).

Acréscimo de meta física: 100 kits.

Proposta 133: Kits de irrigação para o município de Catuji.

Acréscimo de meta física de 20 kits.

Proposta 136: Promover a preservação das nascentes no município de Catuji.

Proposta 139: Cercamento de nascentes e construir barraginhas no Município de Ponto dos Volantes.

Finalidade: melhor o meio ambiente

Acréscimo de 30 na meta física.

Proposta 160: Construir pequenas barragens (barraginhas) para aumentar a infiltração da água da chuva e abastecer o lençol freático, na zona rural do médio Jequitinhonha. Para tanto é necessário que o Estado apoie os municípios ofertando máquinas, como a pá carregadeira.

Proposta 161: Oferecer suporte financeiro e técnico, incluindo kits de cercamento, para que os municípios possam preservar as suas nascentes, bem como conscientizar os agricultores que tenham nascentes em suas propriedades a preservá-las.

Proposta 201: Destinação de recursos aos municípios para o cercamento das nascentes. A proposta visa a recuperação de microbacias hidrográficas, especialmente nos municípios de Aricanduva, Sabinópolis, Chapada do Norte, Itamarandiba e Carbonita, incluindo ainda a região intermediária de Teófilo Otoni.

Acréscimo de meta física: 100 (cem).

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em: R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Proposta 229: Construção de barragem subterrânea para atender famílias carentes da comunidade Empoeira, zona rural do município de Medina, fornecendo água potável para garantir os meios de subsistência e a saúde de cerca de 50 famílias.

Município: Medina

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 233: Ampliação e manutenção das estradas vicinais, com patrolamento, encascalhamento, calçamento, ou asfaltamento de morros e pontos mais críticos, bacias de contenção, construção de pontes, e instalação de mata-burros, principalmente nos acessos às propriedades rurais.

Proposta 235: Melhoria das estradas intermunicipais da região de Itamarandiba, contemplando os municípios de Itamarandiba, São Sebastião do Maranhão, Aricanduva, Felício dos Santos, Veredinha, Santa Maria do Suaçuí, e Rio Vermelho, para melhorar a integração das comunidades e escoamento da produção e o desenvolvimento da região.

Proposta 339: Realização de estudos ambientais e de viabilidade, coordenados pela Seapa, para aprimorar a qualidade da água na barragem do Rio Setúbal, em Jenipapo de Minas.

Proposta 453: Município: Minas Novas

Projeto: Revitalização Hídrica e Florestal da Comunidade Quilombola de Macuco

O projeto Revitalização Hídrica e Florestal da Comunidade Quilombola de Macuco visa promover a recuperação ambiental e o manejo sustentável dos recursos hídricos na comunidade quilombola de Macuco, no município de Minas Novas, MG. Este projeto tem como foco a restauração das nascentes, o replantio de árvores nativas e a construção de barraginhas, com o objetivo de recuperar áreas degradadas e sensibilizar a comunidade sobre a importância da preservação ambiental.

Objetivos do Projeto

Os principais objetivos incluem:

**\*\*Restaurar as Nascentes\*\***: Garantir a qualidade e a disponibilidade de água para a comunidade, através da recuperação das nascentes que alimentam a região.

**\*\*Replanteio de Árvores Nativas\*\***: Promover a restauração da vegetação nativa, contribuindo para a biodiversidade e a recuperação do ecossistema local.

**\*\*Construção de Barraginhas\*\***: Implementar barraginhas para melhorar a retenção de água no solo, evitando a erosão e aumentando a infiltração, essenciais para a recuperação das áreas degradadas.

**\*\*Educação Ambiental\*\***: Promover oficinas e palestras que discutam a importância da preservação dos recursos hídricos e a função das árvores na recuperação ambiental.

Atividades Propostas

O projeto será desenvolvido através de diversas atividades práticas e educativas:

**\*\*Mutirões de Recuperação de Nascentes\*\***: Organizar mutirões para a limpeza e recuperação das nascentes, com a participação ativa da comunidade.

**\*\*Campanhas de Replanteio\*\***: Realizar campanhas de replantio de espécies nativas, envolvendo a comunidade no plantio e cuidado das mudas.

**\*\*Construção de Barraginhas\*\***: Implementar barraginhas em locais estratégicos, capacitando os moradores sobre a construção e manutenção dessas estruturas.

**\*\*Oficinas Educativas:** Promover oficinas sobre a importância da água, preservação dos recursos hídricos e manejo sustentável, aumentando a conscientização.

**\*\*Rodas de Conversa:** Criar espaços de diálogo para discutir desafios relacionados à água e degradação ambiental, buscando soluções coletivas e fortalecendo laços comunitários.

#### Inclusão e Capacitação

O projeto se compromete a incluir todos os membros da comunidade, especialmente jovens e mulheres, nas atividades. A capacitação será fundamental para garantir a autonomia na gestão dos recursos hídricos. As oficinas práticas permitirão que os participantes desenvolvam habilidades relacionadas ao manejo sustentável e à preservação ambiental.

#### Valor Solicitado

Para a execução do projeto, será solicitado um valor de R\$180.000,00. Este recurso será destinado à logística, compra de mudas, materiais para a construção das barraginhas, remuneração de profissionais para as oficinas, além de atividades de mobilização e divulgação na comunidade.

Proposta 592: Viabilizar a ampliação do número de barragens para atender demanda da comunidade rural de Santo André, no município de Francisco Sá, que sofre com falta d'água.

Acréscimo de meta física: uma sub-bacia revitalizada.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em: R\$602.000,00 (seiscentos e dois mil reais).

Proposta 664: Acréscimo na meta física e na meta financeira de R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para aquisição de kits de irrigação (insumos e equipamentos) destinados à Associação dos Moradores da Comunidade Guará de Baixo no Município de Fruta de Leite e agricultores familiares do Município de Bocaiuva da Associação Quilombola Macaúbas Palmito e da Comunidade São José Pedregulho e Curral Varas.

Proposta 668: Acréscimo na meta física e na meta financeira de R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para construção de pequenas barraginhas destinados à Associação dos Moradores da Comunidade Guará de Baixo no Município de Fruta de Leite e agricultores familiares do Município de Bocaiuva da Associação Quilombola Macaúbas Palmito e da Comunidade São José Pedregulho e Curral Varas.

Proposta 726: Manter e conservar as estradas rurais para o produtor ter o direito de ir e vir com sol ou com chuva. A manutenção deve ser feita, ao menos, duas vezes ao ano.

Município: Toledo.

Proposta 730: Apoiar melhoramentos nas propriedades dos agricultores da Associação dos Trabalhadores Rurais de Arinos – Astra 2 – localizada na comunidade de São Gonçalo, região de Piratinga, no município de Arinos, sobretudo as pequenas propriedades com jovens formados, para que a produção seja atrativa e evitar a saída desses jovens e que eles permaneçam com as famílias. Promover o aumento do plantio na agricultura familiar, com colheita de forma mais eficiente.

Viabilizar: 3 kits de irrigação familiar por aspersão;

3 kits de irrigação familiar por microaspersão;

kit com conjunto motobomba centrífuga de 2 cv, mono/trifásico + quadro de comando

kit de aspersão + montanha (?)

kit de microaspersão com motobomba de 2 cv 110 ut com bomba 4/5 m<sup>2</sup>/h + quadro de comando + montanha (?)

Acréscimo na meta física: 10 kits

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Proposta 747: Implantar paliçadas para conter a erosão dos rios (500 unidades) e implantar 3.000 (três mil) barraginhas em diferentes municípios atendidos pelo CAA-NM, incluindo intervenções no escoamento de águas nas estradas vicinais, voltadas para contemplar indígenas e comunidades quilombolas da zona rural.

Acréscimo na meta física: 3.000 (três mil) unidades.

Proposta 750: Viabilizar 10 kits de irrigação para a Associação dos Pequenos Produtores de Curral da Barroca, no município de Luislândia.

Proposta 758: Viabilizar 10 (dez) kits de irrigação para beneficiar aproximadamente 300 (trezentas) pessoas e ajudar na renda e na alimentação das famílias da Associação Porteiros, no Município de Pintópolis.

Acréscimo na meta física: 10 (dez) unidades.

Proposta 760: Viabilizar a construção de 83 (oitenta e três) barraginhas para atender 150 (cento e cinquenta) famílias, aproximadamente 270 (duzentas e setenta) pessoas, do município de Pintópolis.

Este benefício atenderá as comunidades de Cipó, Riacho Seco, Jatobá, Mangue Seco e São João Batista.

Acréscimo de meta física: 83 (oitenta e três) barraginhas.

Proposta 762: Por meio da ação 4398, viabilizar a aquisição de 10 (dez) kits de irrigação para atender 10 (dez) agricultores familiares ribeirinhos do Rio Piratinga e Rio Claro, no município de Arinos, no âmbito do projeto Agro PSA (Agricultores Prestadores de Serviços Socioambientais na Produção de Água), por meio da Agência de Desenvolvimento de Bioregiões do Vale do Rio Urucuia.

Acréscimo de meta física: 10 (dez) kits.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em: R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Proposta 766: Viabilizar 50 (cinquenta) kits de irrigação para canteiros e quintais produtivos, para atender mulheres do Norte de Minas Gerais.

Proposta 786: Viabilizar a captação de água das chuvas através de barraginhas, curvas de níveis e estradas ecológicas. As chuvas são escassas e a que cai escapa sem o devido armazenamento.

Proposta 819: Kits de irrigação ao Município de Catuti para incentivar o cultivo de hortaliças, tanto para consumo familiar como para comercialização de excedente em feiras livres e também de PNH, de forma a contribuir para a fixação dos agricultores em suas propriedades. Meta financeira R\$300.000.

Proposta 839: Implantação de 17 barraginhas nos Municípios de Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho, nas Comunidades Gameleiras, Santa Luzia, Rio Ciso da Cruz, Tamboral, São Joaquim, Baruzeiro, Areião, Vereda I e II, Mingú, Brejão, Barreira dos Vieiras, Barreiro Rio Parulo, e Passagem de Jatóba, beneficiando público de cerca de 2.000 pessoas.

Proposta 841: Construir pequenas barragens nas comunidades de São Judas, Bom Jesus e Suçuarana, no Município de Luislândia.

Proposta 847: Aquisição de Kit de irrigação para atender agricultores familiares das comunidades rurais de Água Branca, Reassentamento, Canabrava e Paragens, principalmente os atingidos pela barragem de Jequitaiá, no Município de Francisco Dumont.

Meta financeira R\$500.000.

Proposta 848: Construir barraginhas nas comunidades rurais de Água Branca, Assentamento, Espírito Santo, Canabrava e Prazeres, na região do Município de Francisco Dumont. Meta financeira R\$500.000.

Proposta 851: Destinar R\$500.000 para formação de barraginhas, cochinhos de retenção de água, formação do de agroflorestas e proteção de matas ciliares, de forma a recuperar os recursos hídricos e ambientais das regiões de Antônio Olinto, Borá,

Vale Verde, Lagoinha, Planalto Rural e Santa Rita de Cássia e demais comunidades da região de Montes Claros por onde passa a BR 135.

Proposta 852: Destinação de 1 kit irrigação para a Comunidade Quilombola Pena Branca, no Município de São Francisco.

Proposta 856: Destinar recursos para a construção de barraginhas no Município de Bocaiuva.

Proposta 859: Destinar kits de irrigação para o Município de Bocaiuva.

Proposta 864: Destinar recursos para construção de barraginhas para atender os moradores de Josenópolis que sofrem com a seca prolongada onde irá encanar a água de rios e poço artesiano.

Proposta 867: 5 kits de irrigação para o município de Japonvar-MG, para atender várias comunidades.

Proposta 871: Abertura de barraginhas para os pequenos produtores do Município de Lagoa dos Patos.

Proposta 876: Construção de uma pequena barragem de terra batida para armazenamento de água a ser feita com retroescavadeira e Rolo compressor para compactação.

Meta física: 2

Meta financeira: R\$12.000.

Proposta 877: Construção e recuperação de barragens de pequeno e médio porte para atendimentos das comunidades de agricultores familiares no Norte de Minas.

Proposta 927: Município: Itaobim

Canalização da água do rio Jequitinhonha através das margens do córrego São Roque. Visando atender as mais de 100 famílias moradoras às margens do córrego que vivem da produção de hortaliças e polpas de suco na horta Comunitária do Projeto Casa da Juventude (município de Itaobim)

O objetivo é o fornecimento de água canalizada do rio Jequitinhonha para a irrigação e produção de frutas para a produção de polpas de suco na horta Comunitária.

Público-alvo: famílias da horta Comunitária do Projeto Casa da Juventude responsáveis pela horta Comunitária e produção de polpas de frutas.

Proposta 944: Envio de 30 kits de irrigação ao Município de Buritizeiro, para 30 famílias do programa de reforma agrária que participam e querem aderir ao Programa do PAA e Pnae, sendo 10 famílias em cada PA, sendo PA Limeira, PA Santa Helena, PA Primeiro de Maio. Valor estimado: R\$100.000,00 por ano.

Proposta 947: 30 kits de irrigação, no valor de R\$100 mil, para as comunidades de Francisco Sá.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 4: Queda do abastecimento hídrico nas áreas citadas em função de desmatamento, assoreamento, queimadas e falta de saneamento básico, com despejo de esgoto urbano nos rios, que tende a aumentar com a perspectiva de exploração de bauxita na região.

Proposta 6: Desenvolvimento da atividade rural de São João do Oriente, buscando dar condições de trabalho e renda para agricultores familiares do município. Busca-se, ainda, a valorização da atividade rural familiar no município para manutenção de moradias rurais.

Proposta 86: Segurar a água por meio das barraginhas para que aconteça a manutenção dos rios, possibilitando assim a preservação e cuidado com as águas.

Proposta 110: Os kits são para a Associação Comunitária de Marambainha – Acomar – e serão distribuídos para as famílias que trabalham na agricultura.

Proposta 133: Os kits são necessários para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Proposta 136: Ações de preservação das nascentes são necessárias para permitir o abastecimento da população.

Proposta 139: Para melhorar a agricultura familiar é preciso ter água para produzir. Alternativa para melhorar é fazer as barragens de contenção, cercamento das nascentes.

Proposta 160: A construção das barraginhas é fundamental para alimentar as nascentes e para executar esse programa é essencial que o Estado apoie o município com máquinas, como a pá carregadeira.

Proposta 161: Preservar as nascentes é mais eficiente do que a abertura de poços artesianos, uma vez que a maioria dos nossos poços possui água salobra.

Proposta 201:

Proposta 229: Hoje a comunidade é contemplada com água através de poço semiartesiano e a quantidade é insuficiente, faz-se necessário para aumentar o quantitativo de água a ser ofertada.

Difusão de conhecimento, pesquisa e informações sobre recursos hídricos e de ações de extensão ambiental para a comunidade Empoeira do município de Medina.

Proposta 233: Diminuição do êxodo rural, mantendo a sucessão rural, facilitar o escoamento da produção rural, fazendo com que os agricultores façam a comercialização dos seus produtos e participe dos programas PAA, Pnai e feiras livres, comércio em geral. Manter a permanência do jovem no campo, geração de emprego e renda na zona rural. Acesso á escola e melhores condições de saúde.

Proposta 235: escoamento da produção, melhoria do atendimento médico, socialização e integração regional.

Proposta 339: Realização de estudos ambientais e de viabilidade, coordenados pela Seapa, para aprimorar a qualidade da água na barragem do Rio Setúbal, em Jenipapo de Minas, beneficiando também municípios vizinhos na bacia do Rio Jequitinhonha. A ação terá como foco a redução da turbidez, que permanece acima dos padrões recomendados, além da diminuição dos níveis de ferro e coliformes, essenciais para garantir o uso seguro da água para consumo humano e irrigação. Essas melhorias são fundamentais para proteger a saúde pública, fortalecer a produção agrícola e promover a sustentabilidade hídrica na região.

Proposta 453: O projeto “Revitalização Hídrica e Florestal da Comunidade Quilombola de Macuco” representa uma ação integrada que promove a recuperação ambiental e fortalece o vínculo da comunidade com seu território, contribuindo para um futuro mais sustentável e saudável para todos.

#### Impacto Esperado

Espera-se um impacto significativo na qualidade da água e na recuperação das áreas degradadas da comunidade. A revitalização das nascentes e o aumento da cobertura vegetal contribuirão para a melhoria da biodiversidade e para um ambiente mais saudável. Além disso, a conscientização sobre a preservação ambiental fomentará uma cultura de cuidado e respeito com a natureza.

Proposta 592: O município de Francisco Sá vem sofrendo com a escassez hídrica. Em 2013, o nível da barragem que abastece o município foi 0 (zero). O município possui um grande número de nascentes e, principalmente na comunidade de Santo André, se encontra um afluente propício para a construção de uma barragem. Barragem essa que conseguiria atender a demanda de várias outras comunidades.

Proposta 664: Todas essas aquisições de maquinários e implementos agrícolas, além das execuções das ações na área rural, irá dar condições para que o agricultor familiar produza alimentos para a sua subsistência, bem como realizar a comercialização nos mercados institucionais e privado gerando emprego e renda na sua família e comunidade.

Proposta 668: Todas essas aquisições de maquinários e implementos agrícolas, além das execuções das ações na área rural, irá dar condições para que o agricultor familiar produza alimentos para a sua subsistência, bem como realizar a comercialização no mercado institucionais e privado gerando emprego e renda na sua família e comunidade.

Proposta 726: Isso se faz necessário para melhorar as condições do homem do campo, promover o bem comum.

Proposta 730: A aquisição desses objetos do presente projeto preliminar é a análise de viabilidade técnica e para a economia local. A aquisição de 3 kits de irrigação por aspersão e 3 kits de irrigação por microaspersão para as culturas de maracujá, tomate, pepino, pimenta, lúpulo e outras.

A agricultura familiar e melhorar a alimentação local e regional. Estes objetivos beneficiam a infraestrutura familiar agrícola e pecuária, em comunidade da Associação dos Trabalhadores Rurais de Arinos – Astra 2 – com 30 famílias, na média 120 pessoas locais, e chega a 200 pessoas na região do Vale do Piratinga.

A Associação dos Trabalhadores Rurais de Arinos, no assentamento São Gonçalo, na região do Rio Piratinga carece de muita produção, próximo da cidade de Buritis de Minas. 38km de Arinos, município sede, com escola municipal, corpo docente e 110 alunos.

Proposta 747: Experiências demonstraram a importância de barraginhas para a recarga dos recursos hídricos e impedimentos dos processos de sofisticação no Norte de Minas. Além disso, o CAA-NM implantou, em caráter experimental, sistemas de paliçadas e escoamento das águas que perpassam por estradas vicinais.

Resultados fantásticos foram obtidos!

Aqui é proposto a implantação de 3.000 (três mil) barraginhas e 500 (quinhentas) paliçadas para comunidades atendidas pelo CAA-NM, nos municípios de Montes Claros, Glaucilândia, Bocaiuva, Riacho dos Machados, Porteirinha, Pai Pedro, Catuti, Monte Azul, Matias Cardoso, São João das Missões, Itacarambi, Januária, Bonito de Minas, Janaúba, Buritizeiro, Presidente Olegário, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras, dentre outros.

Proposta 750: Esses kits servirão para a produção dessa comunidade, um meio de gerar renda ara os produtores.

Proposta 758: Estes kits atenderão várias famílias de comunidades ribeirinhas que são de baixa renda. Vão ajudar na alimentação e renda destas famílias e, principalmente, de jovens que estão desempregados etc, na qualidade de vida saudável, uma vez que têm como produzir alimentos orgânicos.

Proposta 760: Atenderá na preservação do meio ambiente, na reprodução de vários animais silvestres, para abastecer o lençol freático e na qualidade de vida das pessoas como pequenas hortas e plantios de árvores frutíferas etc. Melhoramento da produção de mel, servirá no rendimento de várias espécies de passarinhos quase em extinção.

Proposta 762: A presente proposta é de extrema importância social, produtiva e ambiental, pois visa fomentar a produção de água pelas boas práticas de conservação de água e solos resilientes, nascentes e cursos hídricos, bem como fomentar a produção agrícola de forma sustentável enquanto contrapartida pelo (...) da produção de água, em face dos serviços (...) prestados na conservação de matas ciliares.

Proposta 766: Apoiar a organização produtiva das mulheres rurais.

Proposta 786: Necessidade de um programa para atender os municípios do Norte de Minas, iniciando com orientações, cursos, ações e realizações.

Proposta 819: A Secretaria de Agricultura de Catuti avalia agricultores familiares que atuam na produção agrícola diversificada e necessita adquirir os kits de irrigação para atender os anseios dos agricultores, que são a segurança alimentar e a geração de emprego e renda. Dentro desta premissa, a proposta é totalmente válida pois propicia a implantação nas áreas cultivadas irrigadas e melhoria na qualidade de vida dos agricultores, bem como a utilização da mão de obra familiar, uma vez que o produtor

dispõe de experiência na atividade. Além disso, pode buscar auxílio e assistência técnica na Emater-MG e sindicato rural, podendo assim ter melhores resultados na atividade.

Proposta 839: A implantação dessas barraginhas proporcionará empregos para várias famílias. A agricultura familiar poderá realizar o plantio e criar pescados para fomentar suas famílias.

Proposta 841: Construir pequenas barragens para armazenamento e distribuição de água, assegurando o abastecimento para a agricultura familiar e comunidades locais. Além de promover o desenvolvimento sustentável da área rural.

Proposta 847: Distribuir kits de irrigação para atender as comunidades citadas para facilitar o plantio da agricultura familiar, uma vez que estamos em uma região muito seca e pobre, mas que tem condição de irar através do riachão e outros, facilitando a vida no campo e a criação de animais e os produtos para venda.

Proposta 848: Ampliação dos recursos para atender as comunidades citadas em relação à construção de nova barraginha a fim de apoiar o pequeno produtor em sua propriedade contra a escassez de água e a seca prolongada.

Proposta 851: O projeto é fundamental para fixação do homem no campo presente ambiental e o desenvolvimento sustentável de diversas comunidades como Lagoinha, planalto rural, borá, Antônio Olinto, Vale Verde, outras comunidades e cidades por onde passam os rios do Cruzeiro Rio do Peixe, Rio Tigre, Rio são Lamberto Rio Pacuí, além de outros Córregos. A implementação de técnicas como cochinhos e barraginhas permitirá a retenção da água da chuva contribuindo para recarga do lençol freático. O cercamento das nascentes e a proteção das matas ciliares ajudarão a conservar a biodiversidade local promovendo a recuperação da fauna e da flora. Além disso, a criação de agro florestas pode oferecer alternativas sustentáveis de São G Do Rio Das Pedras as comunidades e propiciando a conservação dos recursos naturais. Essa iniciativa não apenas melhora a qualidade da água e do solo, mas também poderá gerar oportunidades de emprego e renda, fortalecendo a economia local. Para garantir o sucesso do projeto é importante envolver as comunidades na sua implementação e promover a educação ambiental criando um senso de responsabilidade coletiva pela conservação dos recursos hídricos.

Proposta 852: Fizemos o pedido do posto artesiano. Diante disso surgiu a necessidade de adquirir o kit de irrigação para viabilizar e tornar mais efetiva a ação do poço, para que a água chegue até onde necessário.

Proposta 856: As barraginhas, além de recarregar o lençol freático, irão melhorar o abastecimento de água.

Proposta 859: Esses kits vão com certeza melhorar a produção e garantir uma vida melhor para os pequenos produtores.

Proposta 864: Atender as pessoas que vivem nas comunidades rurais onde são abastecidas com caminhão-pipa.

Proposta 867: Os kits vão promover muitas alterações, pois o município é de uma grande extensão. Vão permitir a melhoria da vida no campo, aumentando sua renda e trabalho.

Proposta 871: Devido à necessidade de água e ao número de animais que morrem por falta dela principalmente para os pequenos produtores.

Proposta 876: Obter um reservatório de água de chuva na comunidade Riacho dos Carneiros em Francisco Sá pois o lençol freático está muito profundo nessa região e com a baixa vazão a água está muito salgada. Além de favorecer as famílias dessa comunidade também contempla o meio ambiente com a diminuição do carregamento do solo; facilitaria aos animais silvestres acesso a uma fonte de água; aumento da umidade no entorno favorecendo as plantações e reabastecimento do lençol freático.

Proposta 877: No caso das barragens é necessário para o abastecimento para as comunidades e manutenção das plantações dos agricultores e da pecuária.

Proposta 927: O fornecimento de água do rio Jequitinhonha irá garantir a manutenção das 30 famílias no projeto horta Comunitária da Casa da Juventude. O acesso à água fará com que possamos agregar mais famílias tanto na produção de hortaliças, quanto na produção de polpas de frutas, também produzidas nas margens do córrego São Roque, podendo atender mais de 100

famílias diretamente, melhorando a renda, ofertando dignidade e reconhecimento ao trabalho, bem como melhorando a autoestima e a produtividade.

Proposta 944: O objetivo é viabilizar a sustentabilidade de famílias carentes.

Proposta 947: A demanda visa beneficiar a agricultura familiar e também a geração de emprego e renda, auxiliando a sustentabilidade das famílias carentes.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 85/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 119 – Apoio ao Desenvolvimento Municipal e à Coordenação das Transferências Estaduais de Recursos Financeiros –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Dayone Cezar Rocha Miranda (Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal), Vander José Correa (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), João Paulo de Paiva Ramos (Rede Leste de Bancos de Alimentos), Diomar Costa Dutra (Associação de Amigos e Desportistas de Roseiral), Suely Maria Martins Freitas, Juvercilio Vieira Trindade (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Simonesia – Sintraf), Sandro de Souza Tavares (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente), João Victor Ovidio de Souza (Prefeitura Municipal de Ubaporanga), Vicente de Paula Martins (Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Macaco Dom Lara Caratinga), Ana Karini Marinho Costa Martins (Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Macaco Dom Lara Caratinga), Onofra Ferreira dos Santos, Jadilson Antônio de Paula (Associação dos Agricultores Familiares), Nayara Martins Faria (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), João Batista Venâncio (Secretaria Municipal de Agricultura), Filipe Ferreira Vaz, Raimundo Batista Santos (Prefeitura Municipal de Ipaba), Gilmar Barbosa, Jose Geraldo Margues (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), José Roberto Gomes, Paulo César Gomes Amorim Júnior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), André Luiz Cazute da Costa (Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Divino e Orizânia), Diomar Costa Dutra (Associação de Amigos e Desportistas de Roseiral), José César de Miranda (Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal), João Batista dos Santos (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais), Carlos Antônio Sena Lopes (Secretaria Municipal de Educação), José Rogério Viana Prates (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer), Luiz Roberto Andrade Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Adriana Dias Almeida (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Edeilde Machado Leal, Magno Newton Luiz Franco (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Leonel de Oliveira Pinheiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Vilma Alves Caldeira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Jorge Yago dos Santos Nogueira (Companhia de Teatro Ícaros do Vale), Marileno Rodrigues Alves (Secretaria Municipal de Agricultura), Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Dermeval Moreira de Souza (Associação do Campo das Flores), José Geraldo Neves (Prefeitura Municipal de Senador Modestino Gonçalves), Shirley Lúcia Salema Almeida Gomes (Associação dos Agricultores Familiares dos Piaus e Adjacências), Ciro Roberto Viana (Associação Comunitária de Pedra Menina), Valnei Caetano Nunes, Robson Gustavo Borges (Cooperativa dos Agricultores Familiares do Município de Diamantina), José Arlindo Pereira (Associação Comunitária de Pedra Menina), José Amauri Ventura, Marinete Vaz Neves (Associação de Artesãos), Emilene Rodrigues de Souza Pereira, José Maria Ribeiro (Cooperativa dos Agricultores Familiares e Economia Solidária de Carbonita), Iara Laia Ellis (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e

Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Leidiane Aparecida Duarte, Geralda Eliane de Sousa, Franciele Aparecida Moreira (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Ilda Aparecida Peirra Guendes, Maria Aparecida dos Santos, Janaína Fernandes Pereira (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), José Paulo Alves Fernandes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Ianne Carvalho Nobre Moraes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae), Frances Kelly Aparecida Moreira, Maria Vanda Alves Pereira (Associação das Mulheres Unidas por Capelinha), Jéssica Gonçalves da Cruz Oliveira (Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim), Danilo correia Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Maria Aparecida Alves dos Santos (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Bruna Cristina dos Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Maria Rosa dos Santos (Associação Mulheres Unidas por Capelinha), Jhonatan Fernandes de Oliveira (Associação Desportiva Portuguesa), José Jumidai de Farias, Fernando Souza Santos, João Lopes dos Santos Neto (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), Ivanilva Lopes Silva (Associação Comunitária de Marambainha), Erik Guilherme de Souza, Carine Alves Dias, Glécia Silva Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social), Ataídes Vieira, José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Leandro Muniz Botelho (Associação Comunitária do Município de Medina), Evany Andrade do Nascimento (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Maria Emilia Lopes de Barros, Wesley Pereira dos Santos, Maria Íris dos Santos Ferreira (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Joseph Coelho Rodrigues (Carambola Filmes), Cleide Aparecida Santos Oliveira, Renato Paranhos dos Santos (Instituto Cultural Raizes), Maria Martinha Pereira dos Santos (Economia Solidária do Médio Jequitinhonha), José Marlon Lopes Sobrinho (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Rubiany Rodrigues Barbosa, Marcelo Pereira de Jesus (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg – Delegacia Regional), Ayann Neres Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Alaide Lopes de Barros Oliveira, Silvano Alves dos Santos (Associação Beneficente de Itaporé), Leilany Batista Cardoso (Associação Papa João XXIII), Farley Moreira de Jesus (Associação dos Produtores de Mel e Derivados do Município de Jequitinhonha – Apis do Jequi), Rafael Soares Almeida (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais), Ananias Teixeira Batista (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Robélia Maria de Jesus Gomes, Josivaldo da Silva (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Marcos Gobira Damasceno.

Proposta 5: Destinar 6 caminhões refrigerados para facilitar a logística de distribuição de alimentos da agricultura familiar nas regiões da Zona da Mata, Vale do Rio Doce e Leste. Os municípios de atendimento prioritário são: Carangola, Manhuaçu e Divino (Regint Juiz de Fora), Caratinga e Santa Bárbara do Leste (Regint Ipatinga) e Tarumirim (Regint Governador Valadares). Meta financeira estimada: R\$1.800.000,00.

Proposta 8: Destinar recursos para aquisição de uma caminhonete F41000 para a associação da agricultura familiar de Eugenópolis e Antônio Prado de Minas, na Regint de Juiz de Fora, para transportar os produtos das famílias para entregar nas escolas, nos Cras e para a associação.

Proposta 130: Aquisição de veículo com tração 4x4 para atender associações de apicultores nas regiões de Jequitinhonha (cidades Jequitinhonha, Itaobim e Ponto dos Volantes) e Mucuri (Catuji e Carai). Seriam 2 veículos (1 para atender as associações em consórcio do Jequitinhonha e 1 para as do Mucuri). Custo unitário: R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Proposta 187: Viabilizar a criação do Parque Ecológico Morro do Cruzeiro no Município de Almenara.

Proposta 204: Destinar máquina de gelo para frigorífico de abate de aves à Associação dos Agricultores e Familiares dos Pias e Adjacências – Aafapa –, no Município de Coluna.

Acréscimo na meta financeira de R\$70000,00 a R\$80000,00.

Proposta 206: Estruturar o frigorífico de aves da Associação dos Agricultores e Familiares dos Pias e Adjacências – Aafapa –, no Município de Coluna, com energia fotovoltaica.

Acrescentar R\$100.000,00 na meta financeira.

Proposta 228: Destinar recursos de R\$50.000,00 para a distribuição de mudas para a Associação dos Moradores do Bairro Cidade Jardim implantar um projeto de arborização urbana do Bairro Cidade Jardim, em Itamarandiba.

Proposta 236: Carimbar recursos de R\$200.000,00 e meta física de 200 para aquisição de bens permanentes, como ventiladores, freezer, sofá, camas, colchão e fogão, para a Associação Beneficente Lar Irmã Cecília, que trabalha com direitos da pessoa idosa e institucionalizada– ILPI, no Alto Jequitinhonha

Proposta 346: Acréscimo de metas física e financeira na ação 2045 para aquisição de um caminhão 3/4 com capacidade para 5 toneladas, com baú refrigerado / 01 unidade / Valor aproximado: R\$490.000,00 para a Asplar – Associação dos Produtores Rurais de Conselheiro Lafaiete e Região.

Proposta 355: Acréscimo de metas física e financeira na ação 4420 para aquisição de caminhão carga.

Potência do motor: 150 CV

Combustível: óleo diesel

Tipo de motor: diesel

Tipo de embreagem: Monodisco

Quantidade de marchas transmissão frente: 5 unidades

Capacidade de carga: 8.000 KGF

Tipo de carroceria: aberta– carga seca

Características adicionais: ar condicionado, direção hidráulica e tanque combustível

Proposta 346: Acréscimo de metas física e financeira na ação 2045 para aquisição de um caminhão 3/4 com capacidade para 5 toneladas, com baú refrigerado / 01 unidade / Valor aproximado: R\$490.000,00 para a Asplar – Associação dos Produtores Rurais de Conselheiro Lafaiete e Região

Proposta 362: Criação do Projeto Descarte Legal

Apresentar proposta para preparar a cidade de Alfenas-MG para lidar a com destinação das embalagens de agrotóxicos.

Sobre o Projeto

O projeto vai realizar diagnostico e apresentar proposta de ajuste, adaptação e readequação da legislação municipal de Alfenas para atender a legislação nacional e estadual sobre destinação de embalagens de agrotóxicos.

Período de Realização do projeto

Até 12 meses

Valor do Projeto

R\$200.000,00

Proposta 377: Destinar recursos para construção de uma estrutura física adequada para a Casa de Farinha da Comunidade de Furnas, no município de Vargem Grande do Rio Pardo com a aquisição de equipamentos modernos e eficientes para o processamento da mandioca, instalação de sistemas de captação e aproveitamento de água da chuva para uso no processamento.

Valor total estimado para execução do projeto: R\$500.000,00

Resultados Esperados: Com a implementação da Casa de Farinha, espera-se: aumento da produção e qualidade da farinha de mandioca. Geração de emprego e renda para os membros da comunidade.

Fortalecimento da economia local e redução do êxodo rural. Preservação das tradições culturais geraizeiras.

Sustentabilidade ambiental na zona de amortecimento da unidade de conservação.

Proposta 405: Destinar recursos (R\$260 mil) para terminar a construção da sede da Associação Comunitária de Poções e Região, Distrito de Poções, Município de Paineiras.

Proposta 475: Carimbar recursos de R\$30 mil, para construção de sede para abrigar a Associação de Produtores Rurais Evoluir (já possui o terreno), em São João do Pacuí.

Proposta 514: Acréscimo de metas física e financeira para o fornecimento de manilhas para canal a ser construído em uma barragem no Município de Francisco Sá.

Meta física: 1.000 metros

Meta financeira: R\$500.000,00

Proposta 525: Acréscimo de metas física (1) e financeira (R\$310.000,00) para aquisição de caminhão para a Associação dos Apicultores de Porteirinha — Apiport, alinhando com a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Apicultores do Norte de Minas — Coopemapi.

Proposta 529: Acréscimo de metas física e financeira para aquisição de caminhão para manuseio de colmeias, tambores e equipamentos para trabalhos com piscicultura para a Associação Comunitária de Bebedouro.

Proposta 549: Solicita o valor de R\$300.000,00, via Prefeitura Municipal Conceição da Aparecida para construção de uma sede de canil no município.

Proposta 555: Aquisição de equipamentos permanentes para a Irmandade Rosário de Guapé, incluindo móveis e eletrodomésticos essenciais para a efetivação dos trabalhos da entidade. O valor solicitado para a compra desses itens é de R\$60.000

Proposta 558: A proposta é a construção da sede da Irmandade do Rosário de Guapé. O valor estimado para a construção da sede é de R\$280.000

Proposta 566: Apoio ao projeto social de parceria com escolas estaduais de Minas Gerais – Formação para o mercado de trabalho e participação social.

Comunidade Frigo Diniz, em Contagem

Valor: R\$156.000,00

Proposta 593: – Carimbar recursos de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para elaboração do plano de manejo do Parque Municipal Guilherme Campos no Município de Quartel Geral.

– Alterar a finalidade para incluir a elaboração de Plano de manejo do Parque Municipal.

Proposta 881: Aquisição de uma empilhadeira para movimentação de resíduos recicláveis da Associação Trespontana de Catadores de Materiais Recicláveis – Atremar.

Proposta 890: Será destinado um valor de R\$300.000 para ampliar a estrutura física e melhorar a acessibilidade do Instituto Ser Feliz, localizado em Contagem.

Proposta 909: Recursos para terminar a construção da sede social da Associação Comunitária de Poções e Região, distrito de Paineiras.

Meta financeira: R\$260.000,00

Proposta 946: Recursos para reforma do mercado municipal de Porteirinha, com ampliação e modernização. Valor estimado R\$2 milhões de reais.

Proposta 965: Destinar recursos para doação para a Associação de Amigos Desportista de Roseiral, de Mutum, de uma Fiat Strada para ajudar nas plantações das propriedades dos pequenos produtores.

Proposta 968: Acréscimo de metas física (16) e financeira para destinar à Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal, de Tarumirim (Regint de Governador Valadares), equipamentos permanentes para refrigeração e leite, sendo: 15 tanques refrigeradores de 1.000 litros e 1 caminhão.

Proposta 970: Acréscimo de metas física e financeira para aquisição de 1 (um) caminhão-baú. Estimativa de custo: R\$1.000.000,00 (1 milhão de reais) para a Associação Formosense de Apicultores e Meliponicultores – Formoso-MG.

Proposta 972: Criação de programa denominado “Apoio ao agricultor através da cooperativa”, com o objetivo destinar um caminhão tracionado para a Coopaf Carangola, para apoiar os cooperados e seus familiares nos serviços de preparo de solo para plantio e no escoamento da produção. O programa teria também os seguintes atributos:

Público-alvo: agricultores e agricultoras familiares associados à Cooperativa de Carangola e Faria Lemos.

Regionalização: Municípios de Carangola e Faria Lemos (Regint Juiz de Fora).

Meta física: 150 agricultores

Meta financeira: R\$280.000,00.

Proposta 0:

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 5: Há demanda de caminhões 3/4 refrigerados para contribuir no escoamento da produção, principalmente para produtos de maior valor agregado, contribuindo para geração de trabalho e renda no campo.

Proposta 8:

Proposta 130: O veículo é importante para viabilizar o escoamento da produção dos produtores. Os produtores precisam levar a produção para outras regiões. É importante ser um veículo com tração 4x4 por conta de acessos na estrada, muitas vezes com acesso difícil.

Proposta 187: Promover a recuperação das nascentes e melhorias no clima no período seco em Almenara.

Proposta 204: Somos uma associação de mulheres onde somamos o total de 70 associados e fazemos a comercialização no Pure e PAA no Município de Coluna e municípios vizinhos. A Associação está finalizando um frigorífico de aves registrado no IMA e a máquina de gelo irá ajudar para o resfriamento dos frangos que são normativas que o IMA exige.

Proposta 206: A energia fotovoltaica irá proporcionar o empreendimento, podendo ajudar a manter maquinários, poço artesiano, bomba d'água, onde terá uma economia na energia elétrica e fomentando ainda mais a economia local e colocando na comercialização do Pnae a carne de frango e nos supermercados locais.

Proposta 228: Ampliar a distribuição de mudas para o município de Itamarandiba e região. O contato com a natureza melhora a qualidade de vida dos moradores, tais como saúde mental e física. O projeto de arborização urbana da Associação dos Moradores do Bairro Cidade Jardim tem como objetivo arborizar o bairro, prevendo um ambiente acolhedor e ar limpo para a prática do esporte, promover a valorização de imóveis em áreas bem arborizadas e melhorar a qualidade de saúde física e mental dos moradores.

Proposta 236: Melhoria do funcionamento da associação que defende os direitos dos necessitados e idosos. Garantia dos direitos dos idosos assistidos.

Proposta 346: A Associação dos Produtores Rurais de Conselheiro Lafaiete e Região foi criada com o objetivo de congregar os produtores rurais e agricultores familiares, para fomentar a produção e comercialização de produtos.

A associação tem sede no Município de Conselheiro Lafaiete e atualmente os produtores associados têm comercializado sua produção de forma conjunta, fornecendo alimentos alimentação escolar, onde são beneficiados mais de 12 mil alunos da rede pública municipal. Ainda, está em andamento os trâmites para atendimento através do Programa Aquisição de Alimentos, voltados para atender as entidades sociais locais, sendo em torno de 06 (seis) entidades.

Esse projeto desenvolvido pela associação via garantir a segurança alimentar, diminuir a distância entre o produtor e o consumidor, valorizar a produção local, bem como garantir emprego e renda para população do campo, melhorando a qualidade de vida de todos os envolvidos.

Atualmente é feito aluguel de caminhão para transporte dos produtos, o que onera de forma significativa a margem de renda dos associados, sendo necessária a aquisição de um caminhão próprio para associação.

Proposta 355:

Proposta 346: A Associação dos Produtores Rurais de Conselheiro Lafaiete e Região foi criada com o objetivo de congregar os produtores rurais e agricultores familiares, para fomentar a produção e comercialização de produtos.

A associação tem sede no município de Conselheiro Lafaiete e atualmente os produtores associados têm comercializado sua produção de forma conjunta, fornecendo alimentos alimentação escolar, onde são beneficiados mais de 12 mil alunos da rede pública municipal. Ainda, está em andamento os trâmites para atendimento através do Programa Aquisição de Alimentos, voltados para atender as entidades sociais locais, sendo em torno de 06 (seis) entidades.

Esse projeto desenvolvido pela associação via garantir a segurança alimentar, diminuir a distância entre o produtor e o consumidor, valorizar a produção local, bem como garantir emprego e renda para população do campo, melhorando a qualidade de vida de todos os envolvidos.

Atualmente é feito aluguel de caminhão para transporte dos produtos, o que onera de forma significativa a margem de renda dos associados, sendo necessária a aquisição de um caminhão próprio para associação.

Proposta 362: Com o crescimento da população, houve a necessidade de aumentar a produção de alimentos, tornando-se necessário o uso de defensivos agrícolas para garantir maior produtividade. Isso acarretou o uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, dando origem ao problema das embalagens vazias abandonadas no campo. Diante desse problema o governo criou a Lei nº 9.974, de 2000, que estabelece responsabilidades compartilhadas entre agricultores, indústrias, distribuidores, revendedores, cooperativas e poder público, quanto ao destino pós-consumo dessas embalagens. Neste cenário, o Projeto Descarte Legal é de extrema importância para a saúde humana e meio ambiente, pois evita inúmeros problemas a sociedade e ao meio ambiente.

Para registro, em alguns municípios há levantamentos de contaminação de corpos hídricos que abastecem a população causando contaminação em segundo plano, dos alimentos produzidos, motivo pelo qual propomos este projeto de destinação das embalagens de agrotóxicos seja apreciado.

Proposta 377: A Comunidade Furnas, uma comunidade tradicional Geraizeira localizada na zona de amortecimento de uma unidade de conservação federal de uso sustentável, enfrenta desafios significativos devido às condições do semiárido. A implementação de uma Casa de Farinha proporcionará um espaço adequado para a produção e beneficiamento da mandioca, produto agrícola essencial para a subsistência e renda dos moradores. Esse projeto visa fortalecer a economia local, garantir a segurança alimentar e preservar as tradições culturais da comunidade. Objetivos: Proporcionar um espaço adequado e equipado para a produção de farinha de mandioca; Capacitar os membros da comunidade em técnicas de processamento e gestão; Reduzir o êxodo rural através da criação de oportunidades de emprego e renda; Preservar as tradições culturais e o modo de vida da comunidade Geraizeira.

A implementação de uma Casa de Farinha na Comunidade Furnas é crucial para o desenvolvimento sustentável da região. Com o apoio e investimento necessários, este projeto trará benefícios significativos para os moradores, fortalecendo a economia local, preservando o meio ambiente e as tradições culturais, e garantindo a sustentabilidade a longo prazo.

Proposta 405: A Associação Comunitária de Poções e Região ajuda os moradores locais com cursos de qualificação na agricultura familiar, feiras de produtores, ajuda mútua entre a população mais carente de recursos, festejos e incentivo à atuação de grupos da cultura popular, mas visa principalmente o desenvolvimento econômico regional para que as pessoas melhorem sua qualidade de vida.

O término da construção da sede social é importante para melhorar este trabalho junto à comunidade.

A Associação Comunitária vem atuando na prestação de assistência a todos aqueles que a procuram e se filiam a ela. Atende aproximadamente 400 moradores, na sua grande maioria com atividades relacionadas à agricultura familiar. Nossa região está bastante degradada pelas atividades carvoeiras e de pecuária. A maioria dos pequenos agricultores sofre com a falta de recursos para desenvolver suas atividades no campo. A sede da Associação fica dentro da área urbana do distrito de Poções, município de Paineiras-MG. As principais atividades econômicas desenvolvidas são da agricultura com plantio de mandioca, milho, feijão e hortaliças. Cada agricultor usa aproximadamente 1 hectare de terra. As atividades coletivas têm sido a principal forma de atuação da associação, através de compra de insumos que são rateados entre os beneficiários. A colaboração dos associados tem sido insuficiente para terminar a construção da sede da entidade que para ser finalizada demandaria um investimento em torno de R\$260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais). O Centro Comunitário servirá como ponto de apoio e acondicionamento de materiais para a agricultura. O Centro Comunitário será usado como local para reuniões da comunidade onde serão discutidos seus interesses coletivos. O Centro Comunitário será usado, no seu anexo, como capela-velório. O Centro Comunitário será usado para encontros culturais, cursos de artesanato, música e outras atividades afins.

Com isso, espera-se melhorar todas as atividades e elevar o nível de renda de pequenos agricultores, trabalhadores rurais e domésticas que complementam sua renda com produção de artesanatos, farinha, rapadura, açúcar mascavo, dentre outros.

Proposta 475: O terreno já existe, porém é necessário cobrir. Diante disso, será criado um local de eventos, reuniões, entre outros o que ajudaria muito a comunidade.

Proposta 514: Devido período grande seca na região, é necessário aumentar a capacidade de água na barragem abrindo um canal, colocando manilhas de grande porte de modo a evitar deslizamentos de terra.

Proposta 525: A região norte de MG possui um grande potencial de produção de mel e outros derivados da apicultura, porém enfrenta desafios de infraestrutura e logística, que impactam diretamente o custo e a qualidade dos produtos apícolas beneficiados, colmeias e outros materiais necessários para as atividades dos apicultores. Atualmente, o transporte de produtos apícolas e insumos é feito através de fretes contratados, o que aumenta os custos e reduz a competitividade dos produtos no mercado.

Com um caminhão próprio, a Apiport e a Coapinorte poderão garantir a eficiência no transporte de insumos e produtos, reduzir custos logísticos e facilitar o escoamento da produção. Além disso, essa aquisição permitirá maior controle sobre a qualidade e a segurança dos produtos durante o transporte, ampliando a capacidade de atuação das entidades e fortalecendo o associativismo na região.

Proposta 529: Caminhão para manuseio de colmeias, tambores e equipamentos para trabalhos com piscicultura para a associação Comunitária de Bebedouro.

Proposta 549: Em Conceição da Aparecida tem o apoio da Prefeitura Municipal.

Como a demanda está aumentando a cada dia, tem a necessidade de construção da sede do canil.

Proposta 555: A proposta é a aquisição de equipamentos essenciais para a implementação da sede da Irmandade do Rosário de Guapé, uma entidade histórica composta por congadeiros e moçambiqueiros, formada por homens, mulheres e crianças de diversas faixas etárias, raças, crenças e gêneros. Atualmente, a irmandade não possui nenhum equipamento básico para o funcionamento de sua sede, e, por isso, há uma necessidade urgente de adquirir geladeira, freezer, fogão, talheres, pratos, mesas, cadeiras, armários e prateleiras.

Proposta 558: A Irmandade do Rosário é uma entidade cultural com mais de 160 anos de existência, composta pelos grupos de congadeiros e moçambiqueiros, que promovem e divulgam a cultura afro-brasileira. Com cerca de 800 integrantes, divididos em dois grupos, a irmandade reúne pessoas de diversas idades, gêneros e origens.

A construção de uma sede própria é fundamental para o fomento das atividades culturais desses grupos e de outros no município, já que em Guapé não há um espaço adequado para tais atividades. Atualmente, a falta de infraestrutura dificulta o trabalho da irmandade, uma vez que não há um local coberto, banheiros, cozinha ou refeitório, o que impede o desenvolvimento de oficinas e estudos.

Já contamos com o terreno e, com a construção da sede, teremos um ganho inestimável para a irmandade e para o município, oferecendo um espaço adequado para a realização de atividades culturais, sociais e educativas.

Proposta 566: O programa é dividido em módulos anuais aproveitando o contraturno escolar para oficinas e atividades práticas, integrando temas de formação cidadã.

Proposta 593: Importante estabelecer um plano para continuidade de mobilização social no entorno do Parque Municipal Guilherme Campos além de contribuir na requisição do ICMS ecológico para o Município de Quartel Geral.

Proposta 881: A associação trespontana de catadores de materiais recicláveis já desenvolve a coleta seletiva há décadas na cidade de Três Pontas. Esse equipamento se faz necessário pois o volume de materiais cresceu pela política e fomento da reciclagem junto à população trespontana. A entidade vive apenas de recursos oriundos dos seus associados, que contribuem com valores baixos, portanto, justifica-se o pedido.

Proposta 890: O Instituto Ser Feliz, com sede no bairro Industrial em Contagem, tem 40 anos de história e é reconhecido pela transformação que promove na comunidade, atendendo atualmente 150 crianças e suas famílias. O instituto se dedica a oferecer educação, bem-estar e formação para a vida. No entanto, a estrutura física atual não está conseguindo atender adequadamente o número crescente de pessoas que necessitam de seus serviços, e a falta de acessibilidade nas instalações tem sido um desafio.

Diante disso, será investido um valor de R\$300.000 para ampliar a infraestrutura e implementar as adaptações necessárias para garantir acessibilidade, proporcionando um ambiente mais adequado e inclusivo para todos.

Proposta 909: A construção da sede social ou o término dela é fundamental para melhorar a colaboração entre os agricultores familiares, o que gerará impactos econômicos positivos. A colaboração dos associados têm sido insuficiente para terminar a construção da sede social com custo estimado em R\$260.000,00. A Associação anexou à sua proposta o projeto físico da obra elaborado coletivamente por seus associados.

Proposta 946: A demanda visa fortalecer a agricultura familiar e o comércio local e da região da Serra Geral, gerando emprego e renda. Porteirinha é referência no Estado na produção de queijo e requeijão, sendo a principal fonte de renda do município. Assim, precisa fortalecer e apoiar a comercialização do local mais visitado da cidade.

Proposta 965: A Associação de Amigos Desportista de Roseiral precisa dessa retroescavadeira para ajudar os pequenos produtores nas plantações, para ajudar a retirar os alimentos do campo e levar para a venda. Também precisamos da Fiat Strada para manutenção e levar o óleo diesel até o local onde a retroescavadeira estiver trabalhando, pois hoje temos um custo muito alto de horas

de retroescavadeira. Os pequenos produtores não estão aguentando pagar, por isso estamos apresentando este pedido. Também vai ser muito utilizada para fazer as bacias de são conhecidas como caixas secas para depositar água da chuva.

Proposta 968: É que temos uma associação de produtores de leite. Somos mais de 400 associados e temos 101 tanques trabalhando. Porém, mais de 60% dos tanques são de empresas que pegam o leite, e com isso temos que aceitar o preço que ela determinam. Somos “presos” na empresa por causa dos tanques. Os tratores são para fazer silagem, gradear terras para plantio, colheita e para fazer sulcos para plantio de cana, principalmente. Não temos nenhum incentivo para a área da Agricultura em nosso município. O caminhão é para nos atender, fazendo transporte dos produtores associados.

Proposta 970: A apicultura está em crescimento no país. No município de Formoso contamos com Associação de Apicultores e Meliponicultores já com 50 sócios. A mecanização na apicultura é meio de garantir um trabalho com mais eficiência, diminuição do custo e melhoramento da escoação da produção. Nesse sentido solicitamos apoio para aquisição de Esses equipamentos vão fortalecer a cadeia produtiva do mel na região.

Proposta 972: A Coopaf Carangola, situada na Zona da Mata, tem área de abrangência regional, mas no momento desenvolve suas ações nos Municípios de Carangola e Faria Lemos. Atua em programas do Pnae, formação e participação de jovens e mulheres, e no comércio de bananas. Por isso, necessitamos de um caminhão tracionado para escoamento da produção e de um trator agrícola com todos os implementos para o preparo do solo. Com isso, poderemos qualificar a produção e dar apoio no escoamento da produção, facilitando a vida dos agricultores e agricultoras familiares.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 86/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 111 – Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: João Batista Venâncio (Secretaria Municipal de Agricultura), Maria José Lúcia Pereira, Paulo César Gomes Amorim Júnior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), José Roberto Gomes, Suely Maria Martins Freitas, Dayone Cezar Rocha Miranda (Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal), Onofra Ferreira dos Santos, Nayara Martins Faria (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), Jadilson Antônio de Paula (Associação dos Agricultores Familiares), João Victor Ovidio de Souza (Prefeitura Municipal de Ubaporanga), Raimundo Batista Santos (Prefeitura Municipal de Ipaba), Ana Karini Marinho Costa Martins (Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Macaco Dom Lara Caratinga), Jose Geraldo Margues (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), José César de Miranda (Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal), Vander José Correa (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), João Paulo de Paiva Ramos (Rede Leste de Bancos de Alimentos), André Luiz Cazute da Costa (Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Divino e Orizânia), Vicente de Paula Martins (Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Macaco Dom Lara Caratinga), Sandro de Souza Tavares (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente), Gilmar Barbosa, Diomar Costa Dutra (Associação de Amigos e Desportistas de Roseiral), Fabiano da Silva Diniz, Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Zona da Mata), Juselino Anacleto da Silva (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar), Paula Laviola Pedrosa (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Getúlio Gomes Vieira (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Rosemeri de Castro, Felipe de Castro Oliveira, Flávio Alves da Silva (Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta), Regina

Aparecida de Castro, Aguinaldo Nunes Barbosa, Gisele de Almeida Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Rio Doce), Jobi Ferreira (Associação Korion de Desportos), Nilton Alves Moreira (Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável de Tarumirim), Elenice Fernanda Dutra, Richardson Ricardo de Lima Castro, João Amâncio de Faria (Grupo de Estudos e Ação Comunitária), Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Ronaldo Fernandes da Silva (Prefeitura Municipal de Pingo-D'Água), Erik Guilherme de Souza, Adriano Silvestre, Geraldo Gomes Boroto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares de Palma, Laranjal e Santana de Cataguases), Natalia Alexandra Freitas Silva (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), Mateus Duarte dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), José Jumidai de Farias, Fernando Souza Santos, João Lopes dos Santos Neto (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Ataídes Vieira, José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Joseph Coelho Rodrigues (Carambola Filmes), Cleide Aparecida Santos Oliveira, Renato Paranhos dos Santos (Instituto Cultural Raizes), Maria Martinha Pereira dos Santos (Economia Solidária do Médio Jequitinhonha), José Marlon Lopes Sobrinho (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Rubiany Rodrigues Barbosa, Ayann Neres Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Silvano Alves dos Santos (Associação Beneficente de Itaporé), Leilany Batista Cardoso (Associação Papa João XXIII), Farley Moreira de Jesus (Associação dos Produtores de Mel e Derivados do Município de Jequitinhonha – Apis do Jequi), Rafael Soares Almeida (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais), Leandro Muniz Botelho (Associação Comunitária do Município de Medina), Evany Andrade do Nascimento (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), Ivanilva Lopes Silva (Associação Comunitária de Marambainha), Glêcia Silva Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social), Carine Alves Dias, Maria Emilia Lopes de Barros, Wesley Pereira dos Santos, Maria Íris dos Santos Ferreira (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Marcelo Pereira de Jesus (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg – Delegacia Regional), Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Alaide Lopes de Barros Oliveira, Rainério Vitor Batista de Oliveira, Rodrigo Ferreira dos Santos, Edeilde Machado Leal, Wesley José Miranda de Paula (Prefeitura Municipal de Carai), Vilma Alves Caldeira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Marcos Gobira Damasceno, Vanuza Gonçalves Dias, Getúlio Gomes Vieira (Federação Unicafe), Iara Laia Ellis (Federação Unicafe), Luiz Roberto Andrade Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Adriana Dias Almeida (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Leonel de Oliveira Pinheiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Dermeval Moreira de Souza (Associação do Campo das Flores), José Geraldo Neves (Prefeitura Municipal de Senador Modestino Gonçalves), Shirley Lúcia Salema Almeida Gomes (Associação dos Agricultores Familiares dos Piaus e Adjacências), Ciro Roberto Viana (Associação Comunitária de Pedra Menina), Neuler Fernandes Pereira, Eronides Pereira Duarte (Fundação Nacional de Saúde), João Batista dos Santos (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais), Marileno Rodrigues Alves (Secretaria Municipal de Agricultura), Nilton Ferraz Souza, Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer), Ananias Teixeira Batista (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Paula Laviola Pedrosa (Federação Unicafe), Robélia Maria de Jesus Gomes, Josivaldo da Silva (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Proposta 7: Acréscimo de metas física e financeira na Ação 4420 com o objetivo de destinar recursos para: 1) máquina de beneficiar café ambulante; 2) trator agrícola com implementos; 3) retroescavadeira, de forma a atender os agricultores familiares de São Sebastião do Anta (Regint Ipatinga).

Proposta 9: Na Ação 4420, destinar recursos para doação, para a Associação de Amigos Desportista de Roseiral, de Mutum, de um trator e uma retroescavadeira para ajudar nas plantações, para fazer a manutenção das máquinas, para carregar óleo diesel até as máquinas nas propriedades dos pequenos produtores.

Proposta 10: Fornecimento de 4 tratores, totalizando R\$1.200.000,00. Destinar aos Municípios de Ubaporanga (Regint Ipatinga), Dom Cavati (Regint Ipatinga), Manhuaçu (Regint Juiz de Fora) e Bugre (Regint Ipatinga).

Proposta 75: Acréscimo de metas física e financeira para a criação de programa denominado “Apoio ao agricultor através da cooperativa”, com o objetivo destinar um trator agrícola para a Coopaf Carangola, para apoiar os cooperados e seus familiares nos serviços de preparo de solo para plantio e no escoamento da produção. O programa teria também os seguintes atributos:

Público-alvo: agricultores e agricultoras familiares associados à Cooperativa de Carangola e Faria Lemos.

Regionalização: Municípios de Carangola e Faria Lemos (Regint Juiz de Fora).

Meta física: 150 agricultores

Meta financeira: R\$280.000,00.

Proposta 81: Na Ação 4420, acrescentar uma unidade de meta física e R\$300.000,00 na meta financeira para destinar um trator com os equipamentos agrícolas para o Fórum de Desenvolvimento Rural Sustentável de Tarumirim.

Proposta 82: Na Ação 4420, acrescentar uma unidade de meta física e R\$300.000,00 na meta financeira para destinar uma retroescavadeira para atender a Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal, de Tarumirim (Regint de Governador Valadares).

Proposta 83: Na Ação 4420, acrescentar 2 unidades na meta física e R\$1.000.000,00 na meta financeira para destinar à Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal, de Tarumirim (Regint de Governador Valadares) 2 tratores equipados.

Proposta 85: Acréscimo de metas física e financeira na Ação 4420 com o objetivo de destinar recursos para aquisição de cinco grades de trator agrícola para o Município de Piedade de Caratinga.

Proposta 129: Aquisição de kits de apicultura para atender famílias de agricultores nas cidades de Catuji, Carai, Jequitinhonha, Porto dos Volantes e Itaobim. Cada kit deve conter: 15 caixas, 1 fumegador, 2 (...?), 2,5 kg de cera, 5 garfos, 2 pares de botas, 2 pares de luvas, 4kg de arame inox, 15 cavaletes.

Proposta 131: Destinar recursos para que a Associação dos Pescadores de Salto da Divisa – MG possam adquirir tanques redes, banco com motor insumos, ração e alevinos e tralhas. Custo estimado: R\$100.000,00 (cem mil reais) para região intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 138: Por meio da ação 4420, adquirir minitrator com implementos para a agricultura familiar (“faquinha” para enxadas rotativas, formador de sulcos, formador de canteiros, roçadeiras) no município de Catuji.

Acréscimo de meta física: 3 unidades.

Proposta 190: Por meio da ação 4420, viabilizar a aquisição de trator com implementos para fomentar a produção da agricultura familiar no município de Virgem da Lapa, com atenção para a Associação Quilombola Esperança dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de Pega.

Acréscimo de meta física: 1 unidade de trator.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Proposta 192: Acréscimo de metas física e financeira para viabilizar a aquisição de 2 tratores com implementos para fomentar a produção da agricultura familiar da Associação Fé Esperança, no município de Jordânia.

Acréscimo de meta física: 2 tratores.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Proposta 194: Acréscimo de metas física (1) e financeira (R\$500.000,00) na ação 4420, viabilizar a aquisição de trator com implementos para fomento da produção da agricultura familiar, por meio da prefeitura municipal de Machacalis.

Proposta 195: Acréscimo de metas física (2) e financeira (R\$1.000.000,00) na ação 4420 para viabilizar a aquisição de dois tratores com implemento para fomento da produção da agricultura familiar da Associação Agrícola Borum, no município de Felisburgo.

Proposta 211: Acréscimo de metas física e meta financeira de R\$700.000,00 (setecentos mil reais) para aquisição de 3 carroças com basculante hidráulico e um trator agrícola para o Município de Senador Modestino Gonçalves.

Proposta 212: Acréscimo na meta física de 2 e na meta financeira de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para aquisição de equipamento, máquina, insumo patrulha rural mecanizada e complementos destinados à Associação Comunitária de Bom Sucesso e Região no Município de Diamantina.

Proposta 213: Acréscimo na meta física de 1 e na meta financeira de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para aquisição de trator com implementos (grades, descascadeira de madeiras, sulcador, plantadeira, colheiradeira, carroça) para a Associação de Canela D'Ema no Município de Itamarandiba.

Proposta 214: Acréscimo na meta física de 1 e na meta financeira de R\$390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) para aquisição de materiais para produção de peixe (tanque rede, ração) e construção de abatedor de peixe destinados à Associação de Bom Sucesso – Distrito de Extração Diamantina.

Proposta 215: Acréscimo na meta física de 1 e na meta financeira de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) para aquisição de trator com grade para o Conselho de Desenvolvimento do Distrito de Monte Belo, no Município de Carbonita com o objetivo ajudar produtores rurais.

Proposta 216: Acréscimo na meta financeira de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para aquisição de retroescavadeira para execução de barragens para recuperação de nascentes destinada a associação no Distrito de Monte Belo, no Município de Carbonita.

Proposta 218: Acréscimo na meta física de 1 e na meta financeira de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) para aquisição de trator (com complemento de grade aradora, carroça, ensiladeira, batedeira de urucum e feijão) destinado à Associação Comunitária de Pedra Menina (Acopema), no Município de Rio Vermelho.

Proposta 220: Acréscimo na meta física de 1 e na meta financeira de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) para aquisição de trator com complementos agrícolas para preparo de terra dos agricultores familiares do Município de Carbonita.

Proposta 225: Ação 4383. Ampliação da casa do Mel e aquisição de mais equipamentos para atender a demanda de mais de vinte apicultores no Município de Carbonita e região.

Acréscimo na meta financeira de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Proposta 234: Ação 4383 – Que haja políticas públicas para que o Estado fomenta o consumo do mel, visto que o mesmo só comprovadamente possui grandes benefícios para a saúde. Inclusive a substituição do açúcar pelo mel nos alimentos adquiridos pelo Estado. Tal ação tem grande impacto na saúde pois já é comprovado que o açúcar é fator de risco para cânceres.

Proposta 289: Acréscimo de metas física e financeira na ação 4420 para aquisição de 2 tratores com os devidos implementos para a Associação Fé e Esperança, localizada na comunidade Córrego de Estrela, no município de Jordânia.

Valor: R\$1.000.000,00.

Proposta 307: Acréscimo de metas física e financeira para aquisição de 1 trator, no valor aproximado de R\$500.000,00 para a Associação Agrícola Borum – Assoab –, localizada no município de Felisburgo.

Proposta 345: Acréscimo de metas física e financeira para aquisição de 1 (um) trator com equipamento empilhadeira dianteira. Estimativa de custo: R\$1.000.000,00 (1 milhão de reais) para a Associação Formosense de Apicultores e Meliponicultores – Formoso.

Proposta 348: Acréscimo de meta financeira de R\$1.000.000,00 para apoio no desenvolvimento da cadeia do mel do Noroeste do Estado, especificamente em 20 municípios, por meio de levantamento e acompanhamento dos apicultores no apiário e na comercialização dos produtos. A ação deve englobar capacitação, habilitação, certificação, segurança alimentar e acesso a mercados.

Associação Formosense de Apicultores e Meliponicultores – Noroeste de Minas

Proposta 351: Acréscimo de meta financeira no valor de R\$200.000,00 para doação de implementos para trator (carreta, ensiladeira boquinha, plantadeira, adubadeira e concha). Agro Campos – Pequi, Minas Gerais.

Proposta 354: Acréscimo de meta financeira para aquisição de uma retroescavadeira.

Potência operacional mínima: 85HP

Capacidade mínima carregadeira: 0\,76 M3\

Capacidade mínima escavadeira: 0\,175 M3\

Tração: 4X4

Motorização: diesel

Cabine: fechada ROPS/FOPS com ar-condicionado.

Associação dos Trabalhadores Rurais de Arinos – Astra2

Proposta 365: Acréscimo de metas física (1) e financeira no valor de R\$160.000,00 para aquisição de trator agrícola.

Beneficiário: Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cacimbas, em Monte Azul.

Proposta 373: Acréscimo de metas física (1) e financeira para aquisição de um trator.

Beneficiário: Associação Comunitária de Agricultores Rurais do Assentamento do Vale do Guará, localizada no município de Montezuma.

Proposta 384: Na ação 4383, fortalecer a Apicultura no Vale do Mucuri

Proposta 397: Na Ação 7383, apoio e incentivo à Cadeia Produtiva do Mel, no Vale do Mucuri

Proposta 402: Na ação 4383, disponibilizar recursos de R\$1,5 milhão, para instalação de tanques e sistemas de filtragem para criação sustentável de peixes em 50 quilombos do Estado, promovendo segurança alimentar e geração de renda. Projeto: Quilombos Sustentáveis.

Proposta 413: Na Ação 4420, disponibilizar uma retroescavadeira para atender às necessidades da Associação dos Trabalhadores Rurais de Arinos, que é composta por 30 famílias rurais, totalizando aproximadamente 120 moradores.

Proposta 458: Doação de 15 kits apicultura para a Associação Comunitária Rural de Vista Alegre e Barreiro Branco, em Catuti/MG.

Acréscimo de meta financeira: R\$200.000,00.

Proposta 467: Destinar recursos de R\$450 mil para estruturação das unidades de beneficiamento do pequi da Agevale Brasil, nos municípios de Jequitaiá, Coração de Jesus e Francisco Dumont (sendo 33% = R\$150 mil, para cada sede municipal), por meio da doação de equipamentos, a fim de fortalecer a cadeia produtiva do Pequi, envolvendo os extrativistas de pequi de forma a oferecer melhores condições de trabalho, maior agregação de valor ao produto (embalamento, armazenamento e posterior comercialização).

Proposta 472: No âmbito da ação 1053, carimbar recursos de R\$150mil, para aquisição de 4 kits para agregação de valor aos frutos do cerrado e da agricultura familiar, composto de 4 tendas, 4 refrigeradores, 4 despoldadeiras, 10 bombonas, 4 fogões, 4 balanças e 4 barracas de feiras, de forma a atender 30 agricultores extrativistas do município de Arinos.

Proposta 474: No âmbito da ação 4383, carimbar recursos de R\$500.00,00 (em 2025, 2026 e 2027) para o fortalecimento da cadeia produtiva do leite e dos derivados, do Norte de Minas principalmente para os agricultores familiares

Proposta 502: Trator traçado com todos implementos agrícolas para a comunidade de Itaboquinha no P.A. Betinho, no distrito de Engenheiro Dolabela, no Município de Bocaiuva.

Proposta 507: Acréscimo de metas física (4) e financeira (R\$150.000,00) para aquisição de implementos para o trator da Associação Comunitária de Morrinhos, Município de Bocaiuva, compreendendo uma carreta, uma ensiladeira, uma roçadeira e uma plantadeira.

Meta física: 4

Meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 512: Acréscimo de metas física e financeira para aquisição de um trator e de uma retroescavadeira para o município de Francisco Sá.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$250.000,00

Proposta 515: Acréscimo de metas física (1) e financeira (R\$300.000,00) para aquisição de trator com todos implementos agrícolas (carreta, semeadeira, niveladora e ensiladeira) para atender os agricultores da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Bonança e região. Distrito de Bonança, no Município de Ibiracatu.

Proposta 518: Acréscimo na meta física de 140 produtores e na meta financeira de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para apoiar o programa de desenvolvimento da piscicultura nos municípios da Rota do Pescado, por meio da aquisição de insumos a serem destinados ao cultivo de peixes como também a contratação de assistência técnica visando melhor estruturar o arranjo produtivo local. Municípios beneficiados: Várzea da Palma, Lassance, Jequitaiá, Ponto Chique, Santa Fé de Minas, São Francisco, São Romão, Ubaí, Brasília de Minas, Coração de Jesus, Icarai de Minas, Luislândia, Bocaiuva, Ibiaí.

Proposta 524: Ação 4420

Aquisição de equipamentos para atender demandas do Município de Josenópolis e Porteirinha, Glaucilândia, Varzelândia, sendo 1 trator para aragem (preparo do solo), 1 trator para transporte (movimentação de materiais e equipamentos, implementos agrícolas) e tratores compactos, menores e mais leves para propriedades pequenas.

Proposta 526: Ação 4383

Aquisição de equipamentos para manejo do mel, como kit de beneficiamento e kit de produção, *container* para a apicultura e caminhonete e caminhão, para os apicultores de Josenópolis.

Proposta 528: Ação 4383

Desenvolvimento de programa de produção de polpas de frutas e aquisição de kit para essa produção, utensílios, veículo para coleta das frutas e distribuição das polpas e reforma, adequação e ampliação do espaço físico da sede da Associação Comunitária de Tabocal em Glaucilândia.

Proposta 530: Acréscimo de metas física (1) e financeira (R\$256.000,00) para aquisição de trator com implementos (grade aradora, plantadeira e adubadeira de 4 linhas, pulverizador de 600 litros) para a Associação Comunitária dos moradores do Moradores do Rumo Novos Tempos, Município de Catuti.

Proposta 536: Aquisição de *container*, kit de beneficiamento, derretedor de cera, cilindro alveolador, cera de abelha para 30 apicultores, transporte adequado para transportar caixas e mel destinados à Associação Comunitária de Bebedouro, no Município de Varzelândia.

Proposta 547: No âmbito da Ação 1053, implantar 2 unidades de agroindústria em contêineres, destinadas às associações e cooperativas à 9 municípios do Norte de Minas, em especial aos municípios de: Januária, Patis, Coração de Jesus e Montes Claros, que irão beneficiar os frutos do cerrado e a cadeia do pequi, para abastecer uma cooperativa centralizadora e comercializadora dos produtos já processados.

Proposta 548: Ação 1053

Apoiar o extrativismo dos frutos do cerrado da Associação Comunitária da comunidade de Bebedouro, no Município de Varzelândia, grupos familiares de Porteirinha, Comunidade de Pau Preto, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Sussuarana, no Município de Josenópolis.

Proposta 550: Implantar centro de distribuição de frutos do cerrado, para receber a produção das associações e cooperativas do Norte de Minas.

Proposta 609: Na ação 4420, viabilizar a aquisição de uma retroescavadeira, que representa uma oportunidade de geração e produção para nossa agricultura familiar, da Associação dos Pequenos Produtores dos Duartes, no município de Águas Formosas.

Acréscimo de meta física: uma unidade.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Proposta 616: Acréscimo de metas física (4) e financeira (R\$158.000,00) na ação 4420 de forma a viabilizar a aquisição de implementos agrícolas para melhoria e qualidade do plantio e da colheita dos agricultores da comunidade de Campos, no município de Pequi.

Proposta 621: Acréscimo de metas física e financeira na ação para viabilizar a aquisição de uma plantadeira, uma esparrameadora de calcário e um trator (TL 85 New Holland) para desenvolver o trabalho das 45 famílias que compõem a Associação Agriativa, no município de Tiros.

Agriativa – Associação de Agricultores do Centro de Referência em Produção Orgânica em atenção ao desenvolvimento da Região Noroeste Terra-Ativa.

Proposta 632: Acréscimo de metas física (1) e financeira no valor de R\$160.000,00 para aquisição de trator agrícola.

Beneficiário: Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Barreiro, do município de Monte Azul.

Proposta 645: Acréscimo de metas física (1) e financeira no valor de R\$160.000,00 para aquisição de trator agrícola.

Beneficiário: Associação Comunitária de Roça de Baixo, em Monte Azul.

Proposta 651: 1) Acréscimo na meta física de 11 e na meta financeira de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para aquisição de:

– retroescavadeira,

– patrulha mecanizada composta por: trator agrícola, grade aradora, arado, sugador, plantadeira, ensiladeira, jato pulverizador, carreta basculante, distribuidora de calcário, subsolador, roçadeira,

– tratoritos completos com implementos;

Para a Associação dos Moradores da Comunidade Guará de Baixo/Fruta de Leite; Prefeitura de Porteirinha; Prefeitura de Couto Magalhães de Minas; Associação dos Produtores Rurais de Vila Florentina da Prefeitura de Itacarambi; Associação Quilombola de Macaúbas Palmito e Associação de Santa Rita e Santa Cruz/Bocaiuva; Associação Corrego do Sucesso/Salinas; Associação dos Pequenos Produtores Campo de Vacarias/Padre Carvalho; Associação Córrego da Enjaueira/Salinas; Centro Cultural de Josenópolis.

2) Acrescentar as regiões intermediárias de Montes Claros e Alto Jequitinhonha.

3) Acrescentar no objetivo do Programa 111: Potencializar a agricultura familiar nos municípios.

Proposta 656: Acréscimo na meta física de 2 e na meta financeira de R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para aquisição de maquinário e implementos agrícolas (tratores e tratoritos) para a agricultura familiar para Associação dos Moradores da Comunidade Guará de Baixo no Município de Fruta de Leite e agricultores familiares do Município de Bocaiuva da Associação Quilombola Macaúbas Palmito e da Comunidade São José Pedregulho e Curral Varas.

Proposta 671: Acréscimo na meta física de 22 e na meta financeira de R\$140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para aquisição de equipamentos e maquinários para processamento de peixes para um entreposto de pescado, da microrregião do Município de Bocaiuva.

Proposta 681: Acréscimo na meta física de 1 e na meta financeira de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para aquisição de máquina de agricultura, tipo trator para manejo e cultivo na área de pecuária e agricultura em atendimento a comunidade quilombola do Município de Monte Azul.

Proposta 689: Ação 4383

– Acrescentar no público-alvo: povos indígenas, comunidades tradicionais veredeiras e geraizeiras, quilombolas

– Incluir região intermediária de Montes Claros para atender os municípios de Januária, Bonito de Minas, Itacarambi e São João das Missões

– Acréscimo de R\$97.000,00 (noventa e sete mil reais) para aquisição de uma loja *container* e equipamentos para atendimento direto ao público na comercialização de produtos do extrativismo de famílias vinculadas à cooperativa Cooperuaçu e Acever – Associação de Comunidades Veredeiras, que será instalada em Januária e será um entreposto da produção, expositor cultural indígena e veredeiro.

Proposta 735: Fornecimento de trator e roçadeira automática para famílias de baixa renda para auxiliar na produção e na conservação de estradas.

Município do proponente: Toledo.

Proposta 832: Na Ação 4420, destinar recursos para aquisição de máquina agrícola para as associações: Brejão, Água Nova e Fazenda Macacos, na cidade de Luislândia.

Associação dos produtores do Brejão.

Proposta 870: Acréscimo de metas física e financeira para aquisição de debulhadeira de grãos para a comunidade de Goiabeiras no município de Lagoa dos Patos.

Proposta 872: Acréscimo de metas física e financeira para aquisição de trator agrícola com grade para a Comunidade de Olhos d'Água, na cidade de São João da Ponte.

Proposta 904: Acréscimo de metas física (1) e financeira (R\$400.000,00) para aquisição de um trator com uma grade reversa para a Associação Comunitária de Poções e Região, constituída no Município de Paineiras.

Proposta 950: Apoio à apicultura para atender associação de apicultores de Pintópolis, com meta financeira estimada em R\$100.000,00. Montar lugar para beneficiamento do mel e ajudar a certificar o mel para facilitar seu mercado, beneficiando 20 famílias.

Proposta 967: Desenvolver projeto para levar a meliponicultura para a agricultura familiar na RMBH, proporcionando a geração de renda para as famílias atendidas, contemplando a capacitação, os insumos e a assistência técnica para os produtores e meliponicultores. Atender 80 famílias, com meta financeira de R\$800.000,00. O público-alvo são os agricultores familiares, as comunidades quilombolas, pequenos produtores agroecológicos e orgânicos. Carimbar para o Instituto Mineiro das Gerais.

Proposta 121: Destinação de recursos para associações de agricultores das regiões do Vale do Mucuri e do Jequitinhonha, nas cidades de Itaobim, Catuji, Jequitinhonha e Ponto dos Volantes, para que possam realizar as obras de adequação de sua produção de mel (casa do mel) às normas da vigilância sanitária.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 7: São Sebastião do Anta é uma região muito alta. Devido a ter maioria dos produtores na agricultura familiar, muitos não têm máquinas. Por ser região montanhosa, há uma demanda grande de manutenção nas estradas das propriedades e também uma demanda muito grande de fazer as barraginhas ou caixas de retenção para diminuir as erosões de chuva e reter as águas quando chove.

Proposta 9: A Associação de Amigos Desportista de Roseiral precisa dessa retroescavadeira para ajudar os pequenos produtores nas plantações, para ajudar a retirar os alimentos do campo e levar para a venda. Também precisamos da Fiat Strada para manutenção e levar o óleo diesel até o local onde a retroescavadeira estiver trabalhando, pois hoje temos um custo muito alto de horas de retroescavadeira. Os pequenos produtores não estão aguentando pagar, por isso estamos apresentando este pedido. Também vai ser muito utilizada para fazer as bacias de são conhecidas como caixas secas para depositar água da chuva

Proposta 10: Melhorar o nível de mecanização agrícola, aumentando a área cultivada.

Proposta 75: A Coopaf Carangola, situada na Zona da Mata, tem área de abrangência regional, mas no momento desenvolve suas ações nos Municípios de Carangola e Faria Lemos. Atua em programas do Pnae, formação e participação de jovens e mulheres, e no comércio de bananas. Por isso, necessitamos de um caminhão tracionado para escoamento da produção e de um trator agrícola com todos os implementos para o preparo do solo. Com isso, poderemos qualificar a produção e dar apoio no escoamento da produção, facilitando a vida dos agricultores e agricultoras familiares.

Proposta 81: Atender os pequenos produtores familiares de Tarumirim.

Proposta 82: Atender os associados da associação dos produtores de leite, fazendo barragens e sulcos para irrigação.

Proposta 83: É que temos uma associação de produtores de leite. Somos mais de 400 associados e temos 101 tanques trabalhando. Porém, mais de 60% dos tanques são de empresas que pegam o leite, e com isso temos que aceitar o preço que ela determinam. Somos “presos” na empresa por causa dos tanques. Os tratores são para fazer silagem, gradear terras para plantio, colheita e para fazer sulcos para plantio de cana, principalmente. Não temos nenhum incentivo para a área da Agricultura em nosso município. O caminhão é para nos atender, fazendo transporte dos produtores associados.

Proposta 85: Para suprir a defasagem do preparo no plantio, assim também fortalecendo a demanda agrícola devido à escassez de implemento agrícola. Fortalecendo a agricultura familiar no município e outras demandas que surgem diante de alguma calamidade e que poderia ser suprida também.

Proposta 129: A aquisição dos kits permite que as famílias possam desenvolver a atividade e aumentar a produção. Os kits devem ser destinados às famílias das seguintes associações:

- Em Catuji – Associação dos Apicultores de Catuji e Região – 20 kits
- Em Itaobim – Associação dos Apicultores de Itaobim – Asamita – 30 kits
- Em Ponto dos Volantes – Sindicato dos Trabalhadores Rurais – 30 kits
- Em Jequitinhonha – Associação Apis do Jequi – 25 kits
- Em Carai – Associação Comunitária de Marambainha (Acomar – 18 kits)

A proposta totaliza 123 kits, distribuídos nas associações acima. Custo unitário estimado em R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

Proposta 131: A Associação dos Pescadores Artesanais de Salto da Divisa – MG existente há mais de 20 anos, vem enfrentando dificuldades com a empresa Itapedi Geração de Energia, uma vez que essa associação tem mais de 100 famílias associadas e com problemas em manter suas atividades. A importância dessa proposta resultaria na manutenção dessas atividades que tanto alimenta nossas famílias.

Proposta 138: Estes são equipamentos fundamentais para a agricultura familiar.

Proposta 190: A importância do trator na comunidade é para atender 64 famílias para acumular a renda na produção na área da agricultura para que as famílias tenham uma condição melhor de vida para sua sustentabilidade e uma carreta basculante para carregar lenhas, esterco e outros insumos e materiais.

Proposta 192: A aquisição da patrulha mecanizada vem resolver antiga demanda dos agricultores familiares das comunidades do município de Jordânia, que vem focar nos seguintes municípios/comunidades: Córrego da Estrela, Barra da Ribeira, Lodo e comunidades do Bom Jardim e dos Alcântaras. O objetivo desses equipamentos irá resolver/implantar benefícios para 130 famílias que vivem diretamente da agricultura familiar e que dependem de trabalhar com tecnologias e a partir disso será melhorada e ampliada a produção.

Proposta 194: Atender os pequenos produtores rurais com o objetivo de fazer silagem, principalmente na época da seca e salvar animais. O objetivo é atender todo o município de Machacalis! Só tem uma máquina na região e é muito cara a hora.

Proposta 195: A associação Agrícola Borum fica localizada no Baixo Jequitinhonha e é constituída ara além de quatro áreas de assentamento e três áreas de acampamentos com aproximadamente 500 famílias. Solicitamos este equipamento para melhorar o desenvolvimento da agricultura familiar dos assentados e acampados e outras famílias vizinhas das áreas, tendo em vista que temos a necessidade de parar a bateção de solo para plantio de mandioca, milho, feijão e outras sementes e também para facilitar o transporte de produto até a agroindústria de farinha e outras, assim fortalecendo todas as famílias.

Proposta 211: O caminhão para transporte de leite e maquinários agrícolas para a cidade de Senador Modestino Gonçalves será de grande importância para a implantação do entreposto de leite para escoar a produção leiteira do município, fabrica de farinha para beneficiamento da produção de mandioca para redução de gastos, agregar valor e novos mercados consumidor como os programas Pnae, PAA e Redes de Supermercado, precisamos de maquinários para preparar a terra para plantio de mandioca como 3 carroças basculante hidráulico e 1 trator agrícola.

Proposta 212: A Associação Comunitária de Bom Sucesso e Região foi criada em 2005 no Município de Diamantina, com o objetivo de fortalecer e gerar renda através do trabalho árduo dos produtores e agricultores da associação. A patrulha rural poderá estimular mais ainda as produções dos agricultores, sendo assim, gradeando, arando e práticas para o cultivo do solo, fortalecendo a agricultura familiar na região e proporcionando maior segurança e alento a todas as famílias, não dependendo de pagar horas para terceiros.

Proposta 213: Para atender a comunidade no desenvolvimento local, fortalecer a renda e fixar o homem no campo.

Proposta 214: Hoje a piscicultura na região de Diamantina é pouco conhecida, apesar da cidade possuir uma universidade. A prática deve ser mais difundida. A região de Bom Sucesso pertence ao Distrito de Extração do Município de Diamantina e tem grande potencial para a criação de peixe. Com esta fonte irá ajudar a comunidade e a região, pois ainda não possui um local de abate próximo. Esta ação beneficiará toda a cidade e região. Movimentará o comércio local com um produto saudável e da alimentação escolar. O objetivo será alcançado com aquisição do kit ou recurso em dinheiro.

Proposta 215: A finalidade do trator para contribuir com a melhoria da vida dos produtores rurais, pois trabalhando no campo manualmente é muito complicado e pesado e a produção é pouca. Esse trator ajudará a mudar realmente a vida dos produtores rurais.

Proposta 216: Esse equipamento traria mais dignidade aos produtores rurais.

Proposta 218: Demanda de trator agrícola para atender as demandas da associação, pois o município é muito carente e não possui nenhum meio de contribuir para o crescimento das produções, principalmente no meio rural, tornando cada vez mais difícil produzir, até mesmo para o sustento.

Proposta 220: Faço parte de uma Cooperativa dos Produtores Rurais do Município de Carbonita e dos Agricultores familiares. Sou cooperado desde 2017 e a cooperativa foi criada em 2014. No ano de 2023, vim fazer parte da diretoria e começando meu trabalho fui fazer visita às propriedades dos cooperados para fazer um levantamento das necessidades. Toda produção começa no preparo de terra e nós somos homens e mulheres com crianças pequenas que não conseguem preparar a terra, dificultando a produção.

Proposta 225: Atualmente a Apromel – Associação dos Apicultores de Carbonita contempla mais de 20 apicultores familiares do município e região. Visto isso, observa-se a necessidade da ampliação da casa de mel existente que hoje não consegue processar todo o mel desses agricultores. É de grande importância este apoio para que estes produtores consigam escoar sua produção de forma justa e eficiente.

Proposta 234: As escolas e hospitais não conseguem adquirir mel pois o mesmo no Pnae é enquadrado como açúcar. É preciso mudar a realidade e o enquadramento do mel para que ele seja adquirido pois já é comprovado que o mesmo possui grandes benefícios à saúde.

Atualmente os órgãos públicos ofertam alimentos ricos em açúcar, que são prejudiciais à saúde, em escolas e hospitais, sendo que a região de Itamarandiba é uma grande produtora de mel, sendo até conhecida como a capital do mel.

Essa ação garante maior efetividade das práticas, para garantir a segurança alimentar de toda a população.

Proposta 289: A Associação Fé e Esperança está localizada na zona rural o município de Jordânia, comunidade Córrego de Estrela, a associação atualmente conta com 80 sócios, agricultores e agricultoras familiares. Dentre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se fomento a produção sustentável, economia solidária, ajuda mútua, entre outros.

O trator desempenha um papel fundamental na agricultura familiar, sendo um equipamento que pode transformar a eficiência e a produtividade das pequenas propriedades rurais. Sua importância pode ser destacada em diversos aspectos: o trator permite que as tarefas do dia a dia, como o preparo do solo, o plantio, a colheita e o transporte, sejam realizadas de forma mais rápida e eficiente. Isso resulta em maior produtividade, já que mais terra pode ser cultivada em menos tempo, permitindo uma safra maior.

O trator pode ser adaptado para diversas finalidades, utilizando implementos como arados, gradeadores, plantadeiras, pulverizadores e carretas. Isso permite que o agricultor familiar diversifique suas atividades e otimize o uso de sua terra, seja para o cultivo de grãos, hortaliças, ou até mesmo atividades de pastagem e pecuária.

Logo, solicitamos apoio para a aquisição de 2 tratores com os devidos implementos. Custo cerca de 1 milhão de reais.

Proposta 307: A Associação Agrícola Borum – Assoab – está localizada no acampamento terra prometida, no município de Felizburgo. A associação atualmente conta com grande número de famílias agricultoras envolvida em suas ações. Dentre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se fomento a produção sustentável, economia solidária, desenvolvimento local, formação, entre outros.

O trator desempenha um papel fundamental na agricultura familiar, sendo um equipamento que pode transformar a eficiência e a produtividade das pequenas propriedades rurais. Sua importância pode ser destacada em diversos aspectos. O trator permite que as tarefas do dia a dia, como o preparo do solo, o plantio, a colheita e o transporte, sejam realizadas de forma mais rápida e eficiente. Isso resulta em maior produtividade, já que mais terra pode ser cultivada em menos tempo, permitindo uma safra maior.

O trator pode ser adaptado para diversas finalidades, utilizando implementos como arados, gradeadores, plantadeiras, pulverizadores e carretas. Isso permite que o agricultor familiar diversifique suas atividades e otimize o uso de sua terra, seja para o cultivo de grãos, hortaliças, ou até mesmo atividades de pastagem e pecuária.

Sendo assim, solicitamos apoio para aquisição de um trator com os devidos implementos no valor de aproximadamente 500 mil reais.

Proposta 345: A apicultura está em crescimento no país. No município de Formoso contamos com Associação de Apicultores e Meliponicultores já com 50 sócios. A mecanização na apicultura é meio de garantir um trabalho com mais eficiência, diminuição do custo e melhoramento da escoação da produção. Nesse sentido solicitamos apoio para aquisição de Esses equipamentos vão fortalecer a cadeia produtiva do mel na região.

Proposta 348: A Apicultura está em crescimento no Estado de Minas Gerais. Temos a Lei 14.639, de 2023, que cria a Política Nacional de incentivo ao desenvolvimento de produtos e serviços em apicultura, que já foi um grande salto. Fazemos parte da rota do mel com a Identificação Geografia da Aroeira. Porém contamos com um trabalho ineficiente nesse ramo da cadeia produtiva. Temos muitos apicultores porém ainda no anonimato, queremos com o apoio a esse projeto integrar a cadeia de mel do noroeste iniciando em 20 municípios, realizando um trabalho de consultoria e acompanhamento dos apicultores do trabalho no apiário a comercialização desses produtos. Integrando formação profissional, certificações e habilitações dos produtos das abelhas de forma agroindustrial, segurança alimentar, acesso a mercados, buscando implantar uma apicultura sustentável.

Proposta 351: A Agro Campos está situada no povoado de Campos, na zona Rural de Pequi, Minas Gerais, onde atende mais de trinta famílias, com a produção e manejo do gado leiteiro, gado de corte, milho, tomate pepino e agricultura familiar. A associação tem grandes dificuldade para preparar o solo e realizar plantio e colheita. A associação hoje já possui um trator (75 CV 4x4 yanmar solis 75 ano 2022) com uma grade. No entanto, há uma necessidade de implementos que promovam melhores condições de trabalho, que potencializem a produção agrícola e agropecuária visando o aumento da renda familiar. Sendo assim, necessitamos de implementos para o trator que garantirá melhores condições de produção, uma vez que o gasto com hora-máquina é um custo muito alto. Acreditamos que os implementos agrícolas vão melhorar a eficiência e condição de trabalho, reduzir os custos do produto final, garantindo assim mais agilidade no plantio e na colheita. Diante disso, venho solicitar apoio para a compra dos implementos (carreta, siladeira boquinha, plantadeira, adubadeira, concha, valor aproximado de 200 mil).

Proposta 354:

Proposta 365: A zona rural do município de Monte Azul-MG caracteriza-se por atividades na pecuária leiteira e de corte onde a atividade agrícola mais praticada é voltada para a produção de grãos transformando-as em silagem e também na formação/manutenção de pastagens, isso com finalidade de alimentação animal. As atividades agrícolas da região iniciam-se nos meses de outubro a novembro, meses em que já iniciaram as chuvas e o solo apresenta a característica necessária para início do preparo com aração. Mesmo com alto potencial agropecuário, algumas comunidades do município não possuem maquinário adequado para efetuar preparo de solo, manutenção e colheita das culturas. Devido a essa grande necessidade de maquinários próprios para agropecuária, há a necessidade de intervenção do poder publico para subsidiar as aquisições de tratores e implementos agrícolas para que os agricultores consigam alcançar a produtividade das culturas, além do preparo do solo, faz-se necessária a manutenção através do controle de pragas e plantas daninhas. Com isso, é possível fixar os lavradores nas comunidades rurais evitando o êxodo rural e fomentando a geração de emprego e renda da população rural.

Proposta 373: A Associação Comunitária de Agricultores Rurais do Assentamento do Vale do Guará enfrenta dificuldades em manter e expandir suas atividades agrícolas devido à falta de maquinário adequado. A aquisição de um trator é fundamental para melhorar a produtividade, reduzir o esforço físico dos trabalhadores e aumentar a capacidade de cultivo e colheita, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região. Com a aquisição do trator, espera-se: aumento da produtividade agrícola em 30%;

aumento da capacidade de trabalho dos agricultores; expansão da área cultivada em 50%; e melhoria nas condições socioeconômicas da comunidade agrícola do assentamento.

A aquisição de um trator para a Associação Comunitária de Agricultores Rurais do Assentamento do Vale do Guará é um passo crucial para o desenvolvimento sustentável da região. Com o apoio necessário, este projeto trará benefícios significativos para os agricultores e suas famílias, promovendo o crescimento econômico e social.

#### Proposta 384: Fortalecimento da Apicultura no Vale do Mucuri

O vale do Mucuri com seus 32 municípios na atualidade se caracteriza por uma região de transição climática e já é uma área de incidência de chuvas similar à do semiárido, já não possui a capacidade produtiva para continuar com seu tradicional modo de criação de gado baseado no modo tradicional extensivo.

O Vale do Mucuri tem na apicultura uma atividade produtiva sustentável e com grande capacidade de inclusão produtiva,

Proposta 397: A Apicultura historicamente vem contribuindo com a sustentabilidade, o trabalho e a renda no Vale do Mucuri. O Vale do Mucuri em sua bacia hidrográfica integra povos, paisagens e territórios. O Rio Mucuri com 425 km, destes, 320 no Território Vales Solidários, perpassando populações Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos e agricultores Familiares de bases Comunitárias.

A Cobertura vegetal do Vale do Mucuri é propícia ao desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Mel, pelo seu histórico de produção e a tendência do mercado local e por alimentos saudáveis.

Neste sentido cabe aos órgãos de governo o apoio e a priorização de recursos no Vale do Mucuri como forma de potencializar as ações já existentes e a complementação de ações já existentes como as da Codevasf.

#### Contribuição aos Programas

Programa 111 – Desenvolvimento de cadeias produtivas

Programa 108 – Acesso a mercados Ação 4359

Proposta 402: **\*\*Projeto: Quilombos Sustentáveis – Desenvolvimento Econômico e Ambiental para 50 Quilombos\*\***

**\*\*Orçamento Total: R\$10 milhões\*\***

**\*\*Objetivo Geral:\*\***

Fortalecer 50 quilombos no estado, promovendo sustentabilidade econômica, preservação ambiental e geração de emprego e renda, com foco em aquicultura, agricultura orgânica e manejo de recursos hídricos.

**\*\*1. Infraestrutura e Equipamentos – R\$5 milhões\*\***

– **\*\*Aquicultura\*\*** (R\$1,5 milhão): Instalação de tanques e sistemas de filtragem para criação de peixes sustentáveis em cada quilombo, promovendo segurança alimentar e geração de renda.

– **\*\*Agricultura Orgânica\*\*** (R\$1 milhão): Ferramentas, insumos e estufas onde necessário, promovendo o cultivo de alimentos saudáveis e orgânicos.

– **\*\*Captação e Tratamento de Água\*\*** (R\$1,5 milhão): Sistemas de captação de água de chuva e filtragem, garantindo água limpa e sustentável para as atividades produtivas e consumo.

– **\*\*Viveiros de Mudas e Sementes\*\*** (R\$1 milhão): Estruturas para produção de mudas e sementes locais, incentivando a autossuficiência e a diversidade de cultivos.

**\*\*2. Capacitação e Formação – R\$2 milhões\*\***

– **\*\*Aquicultura e Agroecologia\*\*** (R\$1 milhão): Oficinas para manejo de peixes e práticas agrícolas orgânicas, com apoio técnico contínuo.

– **\*\*Gestão Cooperativa\*\*** (R\$500 mil): Capacitação em administração e finanças para as lideranças quilombolas, fortalecendo a autonomia e a sustentabilidade financeira das cooperativas.

– **\*\*Educação Ambiental\*\*** (R\$500 mil): Oficinas de conservação de recursos naturais, promovendo práticas sustentáveis e valorização ambiental.

**\*\*3. Formação e Operação das Cooperativas – R\$1,2 milhão\*\***

– **\*\*Formalização de Cooperativas\*\*** (R\$400 mil): Apoio para criação legal das cooperativas quilombolas, com suporte para organização financeira e governança Comunitária.

– **\*\*Fundo de Operação Inicial\*\*** (R\$800 mil): Fundo de giro para apoiar a compra de insumos, impulsionando as atividades iniciais e a geração de renda coletiva.

**\*\*4. Plataforma e Rede de Quilombos Sustentáveis – R\$500 mil\*\***

– **\*\*Plataforma de Monitoramento e Conhecimento\*\*** (R\$300 mil): Plataforma online para troca de conhecimentos e monitoramento das ações.

– **\*\*Encontros Regionais\*\*** (R\$200 mil): Apoio logístico para encontros entre quilombos, fortalecendo o intercâmbio de saberes e experiências.

**\*\*5. Monitoramento e Acompanhamento Técnico – R\$1 milhão\*\***

– **\*\*Equipe Técnica e Extensionistas Locais\*\*** (R\$800 mil): Especialistas em aquicultura, agricultura e gestão cooperativa, acompanhando as comunidades quilombolas.

– **\*\*Avaliação de Impacto\*\*** (R\$200 mil): Monitoramento dos resultados socioeconômicos e ambientais, com relatórios de impacto para ajustes e otimização do projeto.

**\*\*6. Administração e Gestão Operacional – R\$300 mil\*\***

– **\*\*Coordenação do Projeto\*\*** (R\$200 mil): Equipe central para gestão e supervisão, garantindo cumprimento de metas e prazos.

– **\*\*Comunicação\*\*** (R\$100 mil): Divulgação de resultados e ações do projeto, promovendo visibilidade e transparência.

**\*\*Impacto Esperado:\*\***

Com R\$10 milhões, este projeto viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

Proposta 413: Gostaríamos de solicitar a disponibilização de uma retroescavadeira para atender às necessidades da nossa associação, que é composta por 30 famílias rurais, totalizando aproximadamente 120 moradores. Essa máquina será de grande valia para o desenvolvimento de diversas atividades essenciais ao nosso trabalho, como abertura de estradas, preparação do solo para plantio, construção de barragens e outras obras de infraestrutura que beneficiam toda a comunidade rural. Espero que isso ajude a fortalecer a solicitação e a demonstrar a importância da retroescavadeira para a associação e as famílias envolvidas.

Proposta 458: A produção de mel na comunidade Vista Alegre visa impulsionar a renda local e também oportunizará rentabilidade para a juventude com o objetivo de minimizar o êxodo rural. Contribuir para a preservação ambiental.

Proposta 467: O fruto do pequi é um dos produtos mais valorizados atualmente e seu mercado precisa ser melhor estruturado, pois não tem seu valor estabilizado, como os produtos da agricultura familiar, hortaliças e cereais. O produto atravessa barreiras estaduais e volta para o estado de origem com preços acima dos que foi vendido, porque os atravessadores exploram a mão

de obra frágil, principalmente das mulheres, jovens e até mesmo crianças que se arriscam na coleta do fruto para tirarem seu sustento. Para solucionar esse problema, propomos o fortalecimento dos grupos de trabalho que vem sendo explorados. O projeto visa oferecer melhores condições de trabalho para os extrativistas, com a aquisição de equipamentos de processamento, de proteção individual, organização social dos grupos nos municípios, processamento e seleção das frutas e depois comercialização. Entre os equipamentos, se faz necessário adquirir câmara fria, embaladoras, louças, aventais, botas, armários, coletor plástico, mesa de inox e fogão industrial.

Proposta 472: A presente proposta é se suma importância para a geração de valor e oportunidades local, pelo aproveitamento dos frutos do cerrado, beneficiando centenas de famílias do município de Arinos.

Proposta 474: Os produtores de leite de Pedras de Maria da Cruz se organizaram e instalaram um laticínio com capacidade de produção de 4000 litros de leite pasteurizado/ por dia, além da produção de manteiga, iogurte e outros derivados do leite. Há uma demanda de mais de 200 produtores do município e de vizinhos como Januária, São Francisco, e Lontra, mas exige investimentos na assistência técnica, estrutura administrativa, tanques de resfriamento de leite e insumos para os produtores de leite. O laticínio recebe recursos a fundo perdido de órgãos públicos como Idene e Codevasf, tendo o seguinte patrimônio: estrutura de invase de leite e iogurte; armazenamento do leite nas comunidades através de 6 tanques comunitários, caminhão refrigerador 3/4 para entrega do leite e iogurte; caminhão-tanque refrigerado com capacidade de 5000 Litros; caminhonete strada 2015, para entrega dos produtos Essa é a estrutura do laticínio da Associação dos pequenos produtores de leite de Pedra de Maria da Cruz.

Proposta 502: O trator atenderá 36 assentados da comunidade

Proposta 507: A entidade passa por sérias dificuldades para fazer cumprir sua finalidade pela ausência dos implementos agrícolas. Assim, os implementos irão proporcionar aos 150 agricultores familiares da região de Morrinhos, Brejão e Tolda um trabalho mecanizado e mais efetivo.

Proposta 512: Devido período grande seca na região, é necessário aumentar a capacidade de água na barragem abrindo um canal, colocando manilhas de grande porte de modo a evitar deslizamentos de terra.

Proposta 515: A Associação Comunitária dos Rurais de Bonança está localizada no Distrito de Bonança, em Ibiracatu, onde a economia predominante é a agricultura familiar de subsistência. Atualmente há uma grande dificuldade para desenvolver o trabalho de preparação dos terrenos para o plantio uma vez que o trator que existe na associação é muito antigo, está quebrado e não possui os implementos citados.

E se a associação for contemplada com certeza vai aumentar a renda de centenas de pessoas, melhorando a qualidade de vida de todos.

Proposta 518: Apoiar o programa de desenvolvimento da piscicultura nos municípios da Rota do Pescado, por meio da aquisição de insumos a serem destinados ao cultivo de peixes como também a contratação de assistência técnica visando melhor estruturar o arranjo produtivo local.

A piscicultura é uma atividade que tem se mostrado cada vez mais essencial para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar no Brasil e no mundo. Do ponto de vista da sustentabilidade, a criação de peixes apresenta uma série de vantagens em comparação a outras formas de produção de proteína animal. Entre os principais benefícios estão o uso eficiente dos recursos hídricos e a capacidade de produção em sistemas fechados ou semiabertos, o que minimiza o impacto ambiental. Além disso, a piscicultura pode ser integrada a outras atividades agropecuárias, otimizando o uso da terra e insumos, gerando múltiplas fontes de renda para os produtores.

Para Minas Gerais, estado rico em recursos hídricos e com uma grande tradição agrícola, a piscicultura surge como uma oportunidade estratégica para diversificar a produção rural, melhorar a utilização das águas interiores e aumentar a segurança alimentar. Com suas extensas redes de rios, reservatórios e pequenos corpos d'água, o estado oferece condições ideais para o crescimento da piscicultura, especialmente em regiões onde a agricultura enfrenta desafios relacionados à baixa rentabilidade das

culturas tradicionais. Neste contexto, a assistência técnica é fundamental para garantir que os piscicultores, especialmente, os pequenos e médios produtores possam implementar práticas adequadas de manejo, aumentar a produtividade e reduzir o impacto ambiental das atividades de produção.

Proposta 524: Para facilitar as demandas do pequeno produtor rural.

Para geração de renda na agricultura familiar.

Para oportunizar o trabalho do campo uma vez que o produtor rural sofre devido à falta de equipamentos.

Obs.: Devido a termos uma grande demanda de moradores que residem na zona rural e que precisam plantar e infelizmente só temos um trator, isso causa transtornos, pois os agricultores acabam deixando de plantar ou plantando de forma manual, ou carregando os objetos produzidos na zona rural em caixas, animais devido não conseguir o transporte/trator para arar a terra e também para fazer o devido transporte.

Proposta 526: Vendo que o Município de Josenópolis possui um grande potencial para a produção do mel de aroeira, cipó, uva, pequi aos 34 apicultores de Josenópolis reuniram e estão montando uma associação. Porém, encontram uma grande dificuldade para conseguir os equipamentos devido aos altos valores. Precisando, assim, do apoio do governo para assim melhorar e dar aos apicultores a oportunidade de utilizar o mel como fonte de renda e também na preservação do meio ambiente através do cuidado com as abelhas e também com a vegetação local.

Proposta 528: Como forma de melhorar a renda dos associados produtores rurais da associação, vimos na produção de polpas uma forma de captar e aproveitar a produção frutífera da região da zona rural de Glaucilândia. Através da coleta e beneficiamento das frutas gerando polpas que poderão ser comercializadas através do Pnae, feiras da agricultura familiar, centros comerciais, etc. Existe também a necessidade de adequação física da sede da associação para atender/ajustar o espaço para abrigar os equipamentos e utensílios e atender as exigências dos órgãos competentes como vigilância sanitária entre outros. Anexo temos o anteprojeto de reforma (planta) e planilha orçamentária (base Sinapi) do ano de 2019 que precisa ser atualizada (preços). Verificamos também que necessitamos de um veículo (*pick up*) para a coleta da matéria prima ao longo de todo o perímetro da zona rural, bem como para o transporte das polpas para a comercialização.

Proposta 530: A criação do projeto se justifica pela carência de maquinário na região e pelo alto custo dos poucos maquinários disponíveis. E com isso o agricultor poderá plantar e gerar renda e diminuir o êxodo rural.

O projeto tem como foco apoiar as famílias da agricultura familiar e os pequenos produtores de leite, visando mais a sustentabilidade econômica dos agricultores locais, dando mais segurança às famílias.

Proposta 536: A necessidade de expandir e melhorar a demanda com a produção e expansão do mel da região, os apicultores locais necessitam de um *container*, *kit* de beneficiamento e derretedor de cera. Os apicultores são membros também da Associação de Apicultores de São João da Ponte. Vendo a necessidade desta infraestrutura, com apoio governamental, estas comunidades serão beneficiadas com melhor renda familiar e melhor qualidade de vida ambiental. Contamos com esta contrapartida governamental.

Proposta 547: Estímulo a valorização da mão de obra local, há vários agroextrativistas que já executam o trabalho precisando de valorização

Econômica: agregação de valor ao fruto do cerrado, estímulo à produção.

Ecológico: Incentivo e valorização do extrativismo e fortalecimento do Cerrado

Gastronômico valorização do produto local e revenda

Cultural valor a cultura alimentar local e regional.

Proposta 548: Vendo a necessidade de famílias moradoras das comunidades do cerrado e caatinga em aumentar a renda per capita e preservar o meio ambiente que foi organizado e capacitado grupos para exploração do extrativismo local. As comunidades necessitam de utensílios, freezer, câmara fria, equipamentos para extração das polpas dos frutos selecionados, envalador de líquidos, um veículo apropriado para transporte dos frutos com câmara fria. A necessidade dessa infraestrutura será de grande valia para as comunidades citadas para melhor qualidade de vida ambiental, melhoria de rendas para as famílias locais.

Proposta 550: Econômico: valorização comercial dos produtos dos frutos do cerrado

Proposta 609: A retroescavadeira vai conseguir atender uma demanda de restauração, barragem de beber para o gado, planagem para a construção de casas, recuperação de estradas e construção de tanques para a criação de peixes.

Proposta 616: A Agro Campos é a Associação dos Produtores Rurais da Agricultura de Pequi, situada na comunidade de Campos, município de Pequi. A Associação necessita dos implementos agrícolas, carreta forrageira, boquilha colhedora, plantadeira e adubadeira para terem a autonomia e melhoria de plantio e colheita, no tempo certo, para garantir melhor preço no produto final e aumentar a renda familiar, reduzindo assim o custo que os pequenos produtores pagam por hora/máquina. Vale ressaltar que a Associação já possui um trator, marca Yanmar Solis 75 (ano e modelo: 2022, 75CV4X4). Para que a Associação possa dar um grande passo, pedimos o apoio da Comissão de Participação Popular.

Proposta 621: Apoiar o trabalho das 45 famílias assentadas, organizadas na Associação de Agricultura do Centro de Referência em Produção Orgânica do Alto Paranaíba, localizada no município de Tiros. A Associação de Agricultura do Centro de Referência em Produção Orgânica do Alto Paranaíba produz sobretudo feijão, milho, amendoim, arroz, maracujá e mandioca.

Proposta 632: A zona rural do município de Monte Azul caracteriza-se por atividades na pecuária leiteira e de corte onde a atividade agrícola mais praticada é voltada para a produção de grãos transformando-as em silagem e também na formação/manutenção de pastagens, isso com finalidade de alimentação animal. As atividades agrícolas da região iniciam-se nos meses de outubro a novembro, meses em que já iniciaram as chuvas e o solo apresenta a característica necessária para início do preparo com aração. Mesmo com alto potencial agropecuário, algumas comunidades do município não possuem maquinário adequado para efetuar preparo de solo, manutenção e colheita das culturas. Devido a essa grande necessidade de maquinários próprios para agropecuária, há a necessidade de intervenção do poder público para subsidiar as aquisições de tratores e implementos agrícolas para que os agricultores consigam alcançar a produtividade das culturas, além do preparo do solo, faz-se necessária a manutenção através do controle de pragas e plantas daninhas. Com isso, é possível fixar os lavradores nas comunidades rurais evitando o êxodo rural e fomentando a geração de emprego e renda da população rural.

Proposta 645: A zona rural do município de Monte Azul-MG caracteriza-se por atividades na pecuária leiteira e de corte onde a atividade agrícola mais praticada é voltada para a produção de grãos transformando-as em silagem e também na formação/manutenção de pastagens, isso com finalidade de alimentação animal. As atividades agrícolas da região iniciam-se nos meses de outubro a novembro, meses em que já iniciaram as chuvas e o solo apresenta a característica necessária para início do preparo com aração. Mesmo com alto potencial agropecuário, algumas comunidades do município não possuem maquinário adequado para efetuar preparo de solo, manutenção e colheita das culturas. Devido a essa grande necessidade de maquinários próprios para agropecuária, há a necessidade de intervenção do poder público para subsidiar as aquisições de tratores e implementos agrícolas para que os agricultores consigam alcançar a produtividade das culturas, além do preparo do solo, faz-se necessária a manutenção através do controle de pragas e plantas daninhas. Com isso, é possível fixar os lavradores nas comunidades rurais evitando o êxodo rural e fomentando a geração de emprego e renda da população rural.

Proposta 651: A aquisição desses equipamentos agrícolas conseguiremos atender de forma igualitária as famílias que vivem de pequenas produções. (Agricultura familiar onde iremos fomentar o comércio das comunidades e agregar valores em seus produtos. Através disso, iremos trazer dignidade para as famílias beneficiadas com a patrulha mecanizada. Além de gerar emprego e renda para

as famílias do campo, aumento da produção. Os agricultores terão facilidade na preparação do solo, plantio e colheita. Aproveitamento melhor das chuvas, pois poderão plantar na época certa com o auxílio desses equipamentos. A mecanização no campo se faz necessária pela escassez da mão de obra.

Proposta 656: Todas essas aquisições de maquinários e implementos agrícolas, além das execuções das ações na área rural, irá dar condições para que o agricultor familiar produza alimentos para a sua subsistência, bem como realizar a comercialização no mercado institucionais e privado gerando emprego e renda na sua família e comunidade.

Proposta 671: O Município de Bocaiuva está situado na região do Norte de Minas Gerais, com população aproximada de 50 mil habitantes. Nosso Município possui grande aptidão para produção aquícola, em especial, a piscicultura. Existe no município a Associação dos Piscicultores do Portal Norte que em parceria com a Codevasf foi feita a aquisição de um container frigorífico que se encontra instalado em uma propriedade da APPN. Este frigorífico está em fase de construção, necessitando de recursos para aquisição de equipamentos e maquinários para o seu pleno funcionamento, com capacidade de abate de 1 tonelada de pescado diariamente.

Proposta 681: Os equipamentos auxiliarão os agricultores quilombolas que atuam na produção agrícola diversificada e necessita adquirir os equipamentos para atender os anseios, para garantir a segurança alimentar e geração de emprego e renda. Dentro dessa premissa a proposta é totalmente válida, pois proporciona a implantação de áreas cultivadas tanto para agricultura como para pecuária, trazendo melhoras na qualidade de vida dos agricultores quilombolas, garantindo assim a fixação no campo gerando emprego e renda.

Proposta 689: Povos indígenas e comunidades tradicionais veredeiras e geraizeiras (vinculadas à Cooperuaçu e Acever) necessitam de um ponto de comercialização, armazenamento e distribuição dos seus produtos. Trata-se de uma loja contêiner projetada para atender diretamente ao consumidor final. Com isso espera-se interromper a participação de atravessadores na comercialização de produtos extrativistas do Cerrado como: baru, pequi, jatobá, butiá, entre outros. São produtos beneficiados pela cooperativa Cooperuaçu que integra povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais veredeiras e geraizeiras (vinculadas a associação Acever). Pretende-se atingir diretamente/focalmente jovens oferecendo renda e ocupação nas cadeias produtivas da biodiversidade. Também possibilitar manejo sustentável do Cerrado com proteção e restauração. A loja contêiner também será um ponto de exposição cultural a ser instalada em Januária e beneficiar comunidade de Bonito de Minas, Itacarambi, São João das Missões, Januária, Miravânia, Cônego Marinho, entre outros. Beneficiará diretamente 486 famílias. O custo de aquisição e equipagem da loja contêiner está estimado em R\$97.000 ao qual se inclui freezer expositores, jogo de mesa, bancadas, balança digital, caixas plásticas, impressoras de nota fiscal, cupom e etiquetas, entre outros acessórios.

Proposta 735: Somente pode ser cobrado valor simbólico para não apertar o lado financeiro.

Proposta 832: Essa máquina agrícola beneficiará 3 associações rurais. Será muito importante para atender os pequenos produtos rurais na produção de alimento, tanto para o consumo humano quanto animal.

Proposta 870: Devido ao número de produtores que existem na comunidade uma debulhadeira de grãos facilitaria a colheita para os produtores que sempre que precisam tem que alugar e pagar caro por isso.

Proposta 872: O custo de alugar um trator é muito alto para a comunidade que fica longe da cidade e não possui recursos.

Proposta 904: A Associação Comunitária de Poções e Região, constituída no Município de Paineiras, congrega pequenos produtores da agricultura familiar. A Associação informa que se mantém e apoia os agricultores com muito custo e solicita apoio sob a forma de doação do trator e do implemento agrícola (grade reversa). Para executar o serviço atualmente a Associação aluga o trator de particulares. Dessa forma, o trator e a grade reversa darão grande alento à comunidade assistida pela Associação, que hoje se encontra bastante descrente nas ações governamentais.

Proposta 950: Comprar de implementos, certificação do produto e acesso ao mercado.

Proposta 967: O projeto auxiliará a polinização das culturas e a geração de renda com os produtos vindouros das abelhas nativas: mel, própolis e samburá. Também contribuirá para o desenvolvimento de novos meliponários.

Proposta 121: A – Nas cidades citadas, as associações precisam de apoio para que possam fazer as obras necessárias para adequar às exigências da vigilância sanitária na produção do mel. São elas:

– Na cidade de Catuji, temos a Associação dos Agricultores de Catuji e região que precisa de adaptar a casa de mel para obras de alvenaria com custo estimado de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

– Na cidade de Ponto dos Volantes o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (ao qual os agricultores locais são afiliados) precisaria também de obras no valor limitado de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

– Na cidade de Jequitinhonha, a Associação Apis do Jequitinhonha precisaria do valor estimado de R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

– Na cidade de Itaobim, a Associação Asamita (Associação dos Apicultores do município de Itaobim – CNPJ 27.471.980/0001-80) precisava de recurso estimado em R\$160.000,00

As obras (...) referem-se à aquisição e instalação de um contêiner.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 87/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 110 – Regularização Fundiária – Ampliação da Segurança Jurídica no Campo –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Juvercilio Vieira Trindade (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Simonesia – Sintraf), Maria Emilia Lopes de Barros, Bárbara Poliana Duarte Fonseca (Prefeitura Municipal de Francisco Dumont), Marcos Alexander Arruda Campos, João Batista da Silva, Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira, José Aídson Alves Rodrigues, Patrícia Junia Ribeiro (Câmara Municipal de Luislândia), Maria Assis Santos Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), Paulo Luiz Queiroz De Andrade (Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia), José Idelbrando Ferreira de Souza (Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia), Vera Lúcia Gonçalves Dias Moreira (Sindicato dos Produtores Rurais de Brasília de Minas), José Naldo Anastácio Ribeiro, Nilson Pereira de Souza (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Gilvaney Jackson da Silva Oliveira, Gilvaney Jackson da Silva Oliveira, Geraldo Elcio do Socorro (Associação Artesanal e Social do Norte de Minas), Ronei Pereira da Silva, Reginaldo Ferreira de Oliveira (Câmara Municipal de Jaíba), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Thayná Aparecida Oliveira Almeida, Iara Laia Ellis (Federação Unicafe), Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer), Rainério Vitor Batista de Oliveira, Getúlio Gomes Vieira (Federação Unicafe), Leandro Muniz Botelho (Associação Comunitária do Município de Medina), Wesley José Miranda de Paula (Prefeitura Municipal de Carai), Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Edeilde Machado Leal, Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Ataídes Vieira, Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Alaíde Lopes de Barros Oliveira, Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Paula Laviola Pedrosa (Federação Unicafe), Paulo César Gomes Amorim Júnior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Adelço Clarindo de Souza, Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Marcos Gobira Damasceno, Josivaldo da Silva (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Maria Gomes dos Santos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Felisburgo), Vanuza Gonçalves Dias, Leiliane

Pereira dos Santos Soares (Câmara Municipal de Jaíba), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Adenilson Ferreira de Aquino (Câmara Municipal de Japonvar), Maria do Rosário Oliveira Costa, Bruna Adrielle Nunes Barbosa (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Ediran Pereira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), João Medeiros Neves (Prefeitura Municipal de Francisco Dumont), Thiago Salles Teixeira (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), Edmar Araújo Cravo (Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Januária, Bonito de Minas e Conego Marinho), Ênio da Paixão Ferreira da Cruz (Câmara Municipal de Luislândia).

Proposta 11: Na ação 4363, de regularização fundiária de imóveis rurais, que seja contemplado o Município de Simonésia. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Simonésia – Sintraf.

Proposta 203: Na Ação 1045, promover a regularização fundiária rural a agricultores familiares posseiros no Município de Carai.

Acréscimo na meta financeira de R\$1.000.000,00 (um milhão)

Proposta 771: Na ação 1045, promover a regularização fundiária para trabalhadores e moradores rurais de Montes Claros, tendo em vista que os custos são muito caros e as famílias não têm condições financeiras.

Promover os trabalhadores à condição de proprietários dá mais regularidade com imposto para o estado e torna mais fácil obter o Cadastro da Agricultura Familiar, assim a família terá mais facilidade de entrar nos programas do governo, como PAA, e condições de acessar crédito.

A ação beneficia gerapeiros, ribeiriños, agricultores familiares, apoia a produção de alimentação segura e a permanência dos homens e mulheres no campo.

Acréscimo na meta física: 5.000 (cinco mil) propriedades.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 11: Existem processos de terras devolutas desde 2016. Alguns títulos foram entregues, mas outros estão parados.

Proposta 203: Os produtores rurais do Município de Carai sofrem com a dificuldade de acesso a créditos por não terem seus imóveis devidamente registrados, ficando inclusive receosos de investir em terras não regularizadas. Esses mesmos trabalhadores não têm condição financeira de regularizar seus imóveis. Se faz então necessário promover programas de regularização fundiária, fomentando a estes o título de propriedade e podendo o Estado e Federação recolher os devidos impostos.

Proposta 771: O programa de regularização fundiária organiza as propriedades de parceiros e herdeiros. Grande parte hoje são herdeiros, posseiros ou família – netos e bisnetos.

Esse programa vai dar mais segurança no campo e na cidade e a população de filhos faz trabalhos de sustentabilidade para o campo e a para a cidade.

As famílias produtoras vão ter mais fácil acesso ao Cadastro a Agricultura Familiar – CAF – e todos vão ter mais fácil acesso aos programas de governo para produzir e comercializar. Os agricultores têm mais fácil acesso ao financiamento sendo proprietários.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 88/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 70 – Políticas de Direitos Humanos –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Raony Lopes Dias (Conselho Tutelar), Maria Nazete Sousa Nepomuceno da Silva, Maria Martinha Pereira dos Santos (Economia Solidária do Médio Jequitinhonha), Valdirene Souza Dias (Secretaria Municipal de Assistência Social), Eliene de Souza Silva (Grupo Folia de Reis Ebe Vieira), Lidiane de Oliveira (Rádio Jequitinhonha), Marlete Ribeiro Silva, Rosária Ribeiro da Rocha Costa (Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha), Marcos Luiz Silveira, Leilany Batista Cardoso (Associação Papa João XXIII), Leandro Nascimento da Cruz (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Vale do Jequitinhonha), Maguida Freitas Souza Botelho, Ivone Rodrigues de Oliveira, Lízian Maria Silva Martins (Gabinete Deputado Doutor Jean Freire), Marlice Machado de Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Cleide Aparecida Santos Oliveira, Jose Augusto Francisco Pereira (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Jacilene Ribeiro (Instituto Cultural In-Cena), Luiz Gustavo Alves Brandão (Prefeitura Municipal de Itaobim), Florisvaldo Gomes Costa Júnior (Instituto Cultural In-Cena), Nathan Ribeiro Cardoso (Câmara Municipal de Jequitinhonha), Maria Eduarda Neves de Almeida (Prefeitura Municipal de Pavão), Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Rodrigo Ferreira dos Santos, Jandira Batista Cangussu (Prefeitura Municipal de Pavão), Forlan Souza Freitas (Instituto Válido Mucuri), Alisson Vander da Silva Gomes (Associação Cultural Ferroviários Bahia-Minas), Wesley Pereira dos Santos, Franco Pereira Rodrigues (Instituto Cultural In-Cena), Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII), Danilo Fernandes Santos (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Miguel Canguçu Alves (Prefeitura Municipal de Fronteira), Renato Paranhos dos Santos (Instituto Cultural Raizes), Andreia Marques Souza (Associação Comunitária do Município de Medina), Nilton Ferraz Souza, Tháís Canguçu Galvão, Tamiris Aparecida de Aguiar Oliveira (Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales), Cristina Gonçalves de Aguiar (Centro de Referência de Assistência Social – Cras), Daiane Ferreira Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Leidiane Aparecida Duarte, Geralda Eliane de Sousa, Nadir aparecida da Silva (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Franciele Aparecida Moreira (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Maria Aparecida dos Santos, Ilda Aparecida Peirra Guendes, Frances Kelly Aparecida Moreira, Elisângela Aparecida Carvalho (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Amanda Estephani Mota (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Arnaldo Victor de Souza, Aureliano Nunes Sena (Associação Comunitária Filadélfia de Itamarandiba), Maria Vanda Alves Pereira (Associação das Mulheres Unidas por Capelinha), Tiago Sebastião Moreira (Corporação Musical São João Batista), Jéssica Gonçalves da Cruz Oliveira (Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim), Sergio Luiz Ribeiro dos Santos (Grupo Cultural Sementes do Vale), Adenaide Gomes da Rocha, Marcia Betânia Oliveira Horta (Instituto Bahia), Alberis Vinicius Cristiano Mafra (Prefeitura Municipal de Diamantina), Maria Rosa dos Santos (Associação Mulheres Unidas por Capelinha), Katia Victoria Lima (Secretaria Municipal de Educação), Marinete Vaz Neves (Associação de Artesãos), Leticia Meira Moreira (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), José de Jesus Morais (Grupo Cultural Sementes do Vale), Andreia Silva Alves (Secretaria de Cultura), Maria do Socorro Lima Oliveira (Centro de Referência de Assistência Social – Cras Fazendinha), Felipe Silva Rocha, Carlos Alexandre Ribeiro Batista, Maria Ireni Neres Rocha (Secretaria Municipal de Educação), Caique Gabriel Santos Vieira (Câmara Municipal de Araçuaí), Hebert Marques da Cruz (Associação Papa João XXIII), Ingrid Natany Silva Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Genilson Pereira Dias (Casa da Juventude), Cleidiane Alves Oliveira Souza (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Rafael Soares Almeida (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais), Risvane Pereira Rocha (Associação dos Moradores Centro), Maurílio Barbosa dos Santos, Magno Newton Luiz Franco (Instituto de Desenvolvimento Humano Dagobé), Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Josiane Rodrigues de Aguiar (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Douglas Rocha Ramalho, Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Marlyn Aparecida Ribeiro Gomes (Secretaria Municipal de Educação), Josane

Batista Soares (Escola Estadual Orlando Tavares), Dilca Costa Ferraz (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Paulo Ricardo Cabral Pinheiro, Helena Rosmaninho Alves Moreira Gonçalves, Bárbara de Paula Leite, Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes, Associação Quilombola dos Moradores e Produtores Rurais das Comunidades, Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Eliane Rodrigues dos Reis Almeida (Associação de Mulheres Pontenses), Leticia Tatiane Mendes Lourenço (Associação de Mulheres Pontenses), Edite Andrade Monteiro (Centro de Convivência Casa da Sopa), Anadreia Aparecida Laura Silva (Associação Mulheres em ação), Zileide Alves Pereira (Associação de Mulheres Pontenses), Luzineth Rodrigues Vieira (Associação de Mulheres Pontenses).

Proposta 12: Realização de campanhas amplas e permanentes sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente em rodovias.

Meta financeira: R\$400.000,00

Proposta 14: Realização/continuidade das ações do Projeto Minas Agindo em Rede, relacionadas a violência sexual de crianças e adolescentes do Vale do Jequitinhonha com o desenvolvimento de atividades lúdicas.

A sugestão promove as seguintes alterações:

Novo objetivo do programa: ampliar o número de cidades contempladas com as ações do Projeto Minas Agindo em Rede.

Nova finalidade da ação: criação, formação e circulação de peças lúdicas/oficinas que possam levar crianças, adolescentes e redes de proteção na identificação e no combate às violências.

Novo público-alvo: atores da rede de proteção DCA, crianças e adolescentes.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$400.000,00

Região/alteração: cidades do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 49: Apoiar capacitação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres dos Municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha.

A sugestão promove as seguintes alterações:

Nova finalidade da ação: fortalecer iniciativas de políticas públicas para as mulheres.

Acréscimo de quantidade na meta física: 100 conselheiros

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$200.000,00

Região/alteração: Médio e Baixo Jequitinhonha

Proposta 70: Criação de um Centro de Acolhimento a Pessoas LGBTQIAPN+ com cultura, educação e esportes.

A sugestão promove as seguintes alterações:

Novo objetivo do programa: acolher pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua e desabrigadas, vítimas de violência doméstica ou urbana.

Nova finalidade da ação: promover formação ao corpo LGBTQIAPN+ possibilitando novos caminhos e dignidade social.

Público-alvo: corpo LGBTQIAPN+

Acréscimo de quantidade na meta física: 01

Acréscimo de valor na meta financeira R\$500.000,00

Região/alteração: Teófilo Otoni

Outros: Vale do Mucuri e do Jequitinhonha

Proposta 142: Ações de proteção e apoio ao público LGBT de Capelinha, para criação de uma associação que defenda a causa e busque projetos para acesso ao trabalho, emprego e renda, saúde, educação, moradia e outras políticas públicas.

Acréscimo na meta física: +1 unidade.

Acréscimo na meta financeira: R\$50.000,00.

Proposta 270: Realização da 4ª Roda de Conversa LGBTQIAPN+ dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas e Prêmio Orgulhos do Vale

A realização da 4ª Roda de Conversa LGBTQIAPN+ e do Prêmio Orgulhos do Vale na cidade de Jequitinhonha é um marco significativo no fortalecimento da comunidade LGBTQIAPN+ nas regiões do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. Este evento, que incluirá oficinas, rodas de conversa e atrações culturais, visa não apenas promover discussões relevantes sobre direitos, saúde e visibilidade, mas também celebrar as conquistas e personalidades que contribuíram positivamente para a comunidade.

Reforço da Visibilidade e Construção de Redes de Apoio:

A Roda de Conversa proporciona um espaço seguro onde integrantes da comunidade LGBTQIAPN+ podem compartilhar experiências, desafios e conquistas. Discutir ações futuras para o fortalecimento da comunidade é essencial para criar redes de apoio, incentivar o protagonismo e a mobilização social. Em uma região historicamente marcada por preconceitos e violações de direitos, esses encontros são fundamentais para trazer à luz as questões específicas enfrentadas pela comunidade, como a violência, a discriminação e a falta de acesso a serviços de saúde adequados.

Celebração de Contribuições e Conquistas:

O Prêmio Orgulhos do Vale destaca as iniciativas e pessoas que têm se dedicado ao fortalecimento da comunidade LGBTQIAPN+. Celebrar essas conquistas é essencial para inspirar outros a se engajar e participar ativamente na defesa de seus direitos e dignidade. O reconhecimento de figuras relevantes que atuam no combate à homofobia, na promoção da saúde e em diversas iniciativas sociais é uma forma de estimular o ativismo na região, gerando um impacto positivo e encorajando novas lideranças.

Oficinas e Capacitação:

As oficinas programadas durante o evento possibilitam a troca de saberes e o aprendizado sobre temas cruciais, como saúde mental, direitos humanos, diversidade sexual e questões de gênero. A capacitação em áreas como arte, cultura e empreendedorismo são oportunidades valiosas para empoderar os participantes e fortalecer a autoestima de indivíduos da comunidade. Dotar as pessoas de conhecimento e habilidades práticas é um passo fundamental para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

Intercâmbio Cultural e Artístico:

A presença de atrações culturais enriquece o evento, pois promove a diversidade de expressões artísticas e culturais LGBTQIAPN+. Esses momentos de celebração e visibilidade são importantes não apenas para a comunidade, mas também para a sociedade em geral, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e preconceitos. Ao abrir espaço para artistas e performers LGBTQIAPN+, o evento reafirma o valor da diversidade e a riqueza cultural da região.

Contribuição para a Transformação Social:

Por fim, a 4ª Roda de Conversa LGBTQIAPN+ e o Prêmio Orgulhos do Vale são iniciativas que vão além da celebração e da reflexão: são etapas cruciais para a transformação social. Promover a inclusão, garantir direitos e fortalecer a voz da comunidade LGBTQIAPN+ são objetivos que vão contribuir para um ambiente mais acolhedor, respeitoso e igualitário. Ao reunir pessoas de diferentes origens, orientações e identidades, estamos promovendo um diálogo necessário para o desenvolvimento de políticas públicas e ações efetivas que atendam às demandas da população.

Em resumo, este evento representa uma oportunidade imperdível para promover a discussão, a conscientização e o reconhecimento das contribuições da comunidade LGBTQIAPN+, e sua realização em Jequitinhonha é um passo corajoso rumo à mudança social e à construção de um futuro mais inclusivo e respeitoso.

R\$60.000 (sessenta mil reais)

Ação: 4331

Proposta 303: Estruturar e estabelecer lugares seguros e acolhedores para LGBTQIAP+ idosos; dar acesso aos LGBTQIAPN+ idosos a protocolos e às políticas de saúde; incluir com urgência a questão da diversidade sexual e de gênero no Estatuto do Idoso; e estimular programas de empregabilidade para idosos LGBTQIAPN+.

Proposta 309: Proposta: Realização da Segunda Parada LGBTQIAPN+ em Diamantina e em Jequitinhonha

A Segunda Parada LGBTQIAPN+ de Diamantina e de Jequitinhonha se apresenta como uma continuação do compromisso com a promoção dos direitos, visibilidade e inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ nas regiões. Com um evento festivo e conscientizador, a parada visa celebrar a diversidade, promover a aceitação social e levantar bandeiras contra a discriminação e a violência.

A proposta para esta edição inclui um amplo leque de atividades que ocorrerão ao longo da programação, combinando desfiles, apresentações culturais, palestras e oficinas. O desfile principal será um momento de grande celebração, unindo participantes de diversas faixas etárias, e contará com a presença de grupos e artistas locais e regionais, fortalecendo a conexão com a cultura local e ampliando a visibilidade das vozes LGBTQIAPN+.

As oficinas abordarão temas como saúde mental, direitos humanos e sexualidade, proporcionando um espaço de aprendizado e troca de experiências entre os participantes. Essas atividades têm como objetivo empoderar a comunidade, oferecer suporte e encorajar o diálogo sobre questões que afetam os indivíduos LGBTQIAPN+.

A Parada não se limita a um evento de celebração; ela também busca impactar positivamente a sociedade, incentivando a reflexão e a conscientização sobre as lutas enfrentadas por essa população. Serão convidadas organizações e ativistas para falar sobre iniciativas de combate à homofobia e de promoção de um ambiente mais seguro e inclusivo.

Ademais, a realização da Parada irá contribuir para o turismo local, atraindo visitantes que desejam participar da celebração da diversidade. A movimentação econômica será uma oportunidade para os comerciantes locais se beneficiarem, promovendo produtos e serviços durante o evento.

A Segunda Parada LGBTQIAPN+ de Diamantina e de Jequitinhonha não é apenas um evento; é um chamado à ação e à união da comunidade. É um momento para celebrar, educar e reivindicar, reafirmando que todas as identidades e orientações são válidas e merecem ser respeitadas. Por meio dessa proposta, almejamos um evento marcado pela inclusão, pela empatia e pela luta por igualdade e justiça para todos.

Cidades: Diamantina / Jequitinhonha

Valor: R\$100.000 (cem mil reais)

Ação 4332 – Apoio à realização de projetos culturais e turísticos realizados por intermédio de parcerias.

Proposta 371: Programa de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania na Região da Serra Geral

Objetivo Geral: Fortalecer os Direitos Humanos na região da Serra Geral por meio de ações educativas, de assistência social e de fortalecimento de políticas públicas, visando promover a cidadania, a inclusão e a igualdade para comunidades e grupos vulneráveis.

Objetivos Específicos:

Promover a conscientização sobre os Direitos Humanos e os princípios de cidadania, igualdade e justiça social entre os moradores da Serra Geral.

Oferecer assistência jurídica e social para indivíduos em situação de vulnerabilidade, especialmente comunidades quilombolas, povos tradicionais, mulheres, idosos e jovens.

Capacitar gestores municipais e agentes de serviços públicos locais em práticas de Direitos Humanos e políticas de inclusão social.

Fortalecer redes de proteção e assistência social que garantam acesso à educação, saúde, segurança e à justiça.

Incentivar o diálogo e a integração entre comunidades, promovendo uma cultura de paz e de respeito às diferenças.

Público-Alvo:

População em situação de vulnerabilidade social

Comunidades quilombolas e povos tradicionais

Mulheres, crianças e idosos em situação de risco

Adolescentes e jovens em contextos de vulnerabilidade

Gestores e servidores públicos locais

Estratégias e Ações Propostas:

Campanhas Educativas e de Conscientização:

Realização de campanhas informativas sobre Direitos Humanos, cidadania e igualdade de gênero em rádios locais, escolas e centros comunitários.

Elaboração de materiais informativos sobre direitos básicos, com distribuição em locais públicos, escolas e postos de saúde.

Capacitação de Gestores e Agentes Públicos:

Realização de oficinas e palestras para gestores municipais, professores, agentes de saúde e outros servidores, focadas em atendimento humanizado e nas políticas de proteção social.

Promoção de oficinas sobre igualdade de gênero, diversidade, combate ao racismo e atendimento humanizado, com certificação para os participantes.

Criação de Centros de Apoio Jurídico e Psicológico:

Estabelecimento de centros regionais ou pontos de apoio itinerantes para atendimento jurídico gratuito, com auxílio em casos de violência, abuso e outros conflitos de Direitos Humanos.

Disponibilização de apoio psicológico e social, principalmente para vítimas de violência doméstica, jovens e idosos.

Rede de Parcerias Locais e Interinstitucionais:

Fortalecimento de parcerias com universidades, ONGs e órgãos públicos para desenvolvimento de projetos conjuntos.

Estabelecimento de uma rede de voluntários e de profissionais de apoio que possam contribuir com assistência psicológica, jurídica e educacional.

Promoção de Projetos Comunitários e Incentivo ao Protagonismo Jovem:

Criação de projetos com jovens locais, incentivando a liderança Comunitária e a criação de espaços seguros de convivência.

Fomento à realização de encontros e eventos culturais e de diálogo para a promoção de uma cultura de paz e respeito.

A Proposta seria executada em Janaúba, com as cidades da Serra Geral.

O valor para tal ação é de R\$250.000,00

Proposta 420: Projeto: Promovendo a Igualdade Racial

### 1. \*Finalidade da Ação\*

O projeto “Promovendo a Igualdade Racial” tem como objetivo implementar ações que previnam a discriminação racial e enfrentem o racismo institucional e a xenofobia. A iniciativa valoriza as matrizes africanas e busca promover a pluralidade étnico-racial em instituições públicas e privadas, criando um ambiente mais inclusivo e equitativo.

### 2. \*Descrição da Ação\*

Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam políticas de prevenção e combate ao racismo institucional, com foco na promoção de práticas inclusivas e no fortalecimento da diversidade.

Proposta 422: **\*\*PROJETO: PROMOVEDO A IGUALDADE RACIAL\*\***

### 1. FINALIDADE DA AÇÃO

Este projeto visa implementar medidas efetivas para prevenir práticas de discriminação racial, enfrentando o racismo institucional e a xenofobia, ao mesmo tempo em que reconhece as matrizes africanas e promove a valorização da pluralidade étnico-racial em instituições públicas e privadas.

### 2. DESCRIÇÃO DA AÇÃO

O objetivo é ampliar o número de organizações que adotam práticas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional, criando um ambiente mais inclusivo e equitativo para todos.

Proposta 448: JornalCast Fala Quilombo!: Uma Voz para as Comunidades Negras e Quilombolas

O JornalCast Fala Quilombo! é um projeto inovador que visa dar voz e visibilidade às comunidades negras, quilombolas e rurais, especialmente no Vale do Jequitinhonha, Minas Novas, onde a concentração de comunidades quilombolas é grande.

O projeto, que começou nas redes sociais, busca fortalecer a comunicação e a representação dessas comunidades, abordando temas importantes, muitas vezes ignorados pela mídia tradicional. O JornalCast Fala Quilombo! é um espaço para celebrar a cultura, história e desafios das comunidades quilombolas, além de promover a conscientização sobre questões políticas, sociais e econômicas que impactam essas populações.

O objetivo do projeto é:

Fortalecer a comunicação e representação quilombola: Criar conteúdos sobre temas relevantes para as comunidades quilombolas, como políticas públicas, meio ambiente, educação, cultura e saúde.

Capacitar jovens quilombolas: Oferecer treinamento prático em áreas como jornalismo, produção audiovisual, edição e mídia digital, para que os jovens possam contar suas próprias histórias.

Cobertura de eventos e mobilizações locais: Registrar e promover a cultura e tradições da comunidade, ampliando o alcance de eventos e iniciativas quilombolas e afro-brasileiras.

Para alcançar esses objetivos, o projeto precisa de recursos para:

Equipamentos multimídia: Câmeras, gravadores de som, computadores, softwares de edição, mesa de som, microfones e fones de ouvido para garantir a qualidade da produção audiovisual.

Manutenção e compra de plataformas e site: Criar um site oficial e garantir a presença online do JornalCast através de plataformas de *podcast* e TV web.

Profissionais especializados: Contratar profissionais de comunicação, edição, redes sociais, marketing e audiovisual para garantir a qualidade das produções.

Formação de jovens quilombolas: Investir na formação técnica e prática de jovens locais para que atuem como produtores de conteúdo, apresentadores, editores e repórteres.

Transporte e acesso a áreas de difícil acesso: Adquirir um veículo grande com 7 lugares para transportar equipamentos e equipe para cobrir eventos e comunidades em áreas remotas.

Estúdio para gravações: Criar um estúdio para *podcasts*, entrevistas e gravações, que se torne um espaço de produção Comunitária e ponto de encontro para a comunidade local.

Local de funcionamento e manutenção: Alugar um local que sirva como base do projeto e cobrir os custos de manutenção, garantindo o funcionamento contínuo do JornalCast Fala Quilombo!, comprar móveis de decoração do espaço, assim como acentos, mesa de apoio, ventiladores, ar-condicionado, filtro, refrigerador, acessórios e utensílios de decoração.

A importância do JornalCast Fala Quilombo para a comunidade é imensa. Ele se apresenta como um espaço de pertencimento e resistência, onde as questões e conquistas da comunidade quilombola são relatadas, debatidas e celebradas. O projeto vai além de um projeto de comunicação, tornando-se um mecanismo de transformação social, com foco em desenvolvimento cultural, educação, direitos humanos e economia.

O JornalCast Fala Quilombo! se consolidará como um agente de mudança social ao gerar conteúdos sobre a luta por direitos, racismo estrutural, preservação dos saberes e identidade quilombola. A capacitação dos jovens quilombolas abrirá novas oportunidades de trabalho e renda, enquanto a cobertura de eventos culturais e sociais fortalecerá a preservação das tradições e identidade afro-brasileiras.

O valor solicitado de R\$290.000,00 permitirá que o JornalCast Fala Quilombo tenha a infraestrutura necessária para se tornar um projeto perene e autossustentável, com capacidade de produzir, informar e formar, dando voz às comunidades quilombolas e rurais, e construindo um futuro com mais visibilidade, representação e justiça social para todos.

Proposta 451: JornalCast Fala Quilombo: Uma Voz para as Comunidades Negras e Quilombolas

O JornalCast Fala Quilombo é um projeto inovador que visa dar voz e visibilidade às comunidades negras, quilombolas e rurais, especialmente no Vale do Jequitinhonha, Minas Novas, onde a concentração de comunidades quilombolas é grande.

O projeto, que começou nas redes sociais, busca fortalecer a comunicação e a representação dessas comunidades, abordando temas importantes, muitas vezes ignorados pela mídia tradicional. O Fala Quilombo é um espaço para celebrar a cultura, história e desafios das comunidades quilombolas, além de promover a conscientização sobre questões políticas, sociais e econômicas que impactam essas populações.

O objetivo do projeto é:

Fortalecer a comunicação e representação quilombola: Criar conteúdos sobre temas relevantes para as comunidades quilombolas, como políticas públicas, meio ambiente, educação, cultura e saúde.

Capacitar jovens quilombolas: Oferecer treinamento prático em áreas como jornalismo, produção audiovisual, edição e mídia digital, para que os jovens possam contar suas próprias histórias.

Cobertura de eventos e mobilizações locais: Registrar e promover a cultura e tradições da comunidade, ampliando o alcance de eventos e iniciativas quilombolas e afro-brasileiras.

Para alcançar esses objetivos, o projeto precisa de recursos para:

Equipamentos multimídia: Câmeras, gravadores de som, computadores, softwares de edição, mesas de som, microfones e fones de ouvido para garantir a qualidade da produção audiovisual.

Manutenção e compra de plataformas e site: Criar um site oficial e garantir a presença online do JornalCast através de plataformas de *podcast* e TV web.

Profissionais especializados: Contratar profissionais de comunicação, edição, redes sociais, marketing e audiovisual para garantir a qualidade das produções.

Formação de jovens quilombolas: Investir na formação técnica e prática de jovens locais para que atuem como produtores de conteúdo, apresentadores, editores e repórteres.

Transporte e acesso a áreas de difícil acesso: Adquirir um veículo grande para transportar equipamentos e equipe para cobrir eventos e comunidades em áreas remotas.

Estúdio para gravações: Criar um estúdio para *podcasts*, entrevistas e gravações, que se torne um espaço de produção Comunitária e ponto de encontro para a comunidade local.

Local de funcionamento e manutenção: Alugar um local que sirva como base do projeto e cobrir os custos de manutenção, garantindo o funcionamento contínuo do JornalCast.

A importância do JornalCast Fala Quilombo para a comunidade é imensa. Ele se apresenta como um espaço de pertencimento e resistência, onde as questões e conquistas da comunidade quilombola são relatadas, debatidas e celebradas. O projeto vai além de um projeto de comunicação, tornando-se um mecanismo de transformação social, com foco em desenvolvimento cultural, educação, direitos humanos e economia.

O JornalCast Fala Quilombo se consolidará como um agente de mudança social ao gerar conteúdos sobre a luta por direitos, racismo estrutural, preservação dos saberes e identidade quilombola. A capacitação dos jovens quilombolas abrirá novas oportunidades de trabalho e renda, enquanto a cobertura de eventos culturais e sociais fortalecerá a preservação das tradições e identidade afro-brasileiras.

O valor solicitado de R\$290.000,00 permitirá que o JornalCast Fala Quilombo tenha a infraestrutura necessária para se tornar um projeto perene e autossustentável, com capacidade de produzir, informar e formar, dando voz às comunidades quilombolas e rurais, e construindo um futuro com mais visibilidade, representação e justiça social para todos.

Proposta 510: Promoção e segurança da saúde e entretenimento à comunidade LGBTQIA+ e outros.

Novo objetivo do programa: capacitação de profissionais para a interiorização e descentralização de serviços sensíveis à população LGBTQIA+ e às distintas formas de discriminação.

Nova finalidade da ação: a população LGBTQIA+ enfrenta diversos desafios no acesso à saúde, incluindo preconceito e discriminação.

Novo público-alvo: LGBTQIA+ e outros.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1.000

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$200.000,00.

Região/alteração: São João da Ponte e regiões vizinhas.

Proposta 743: Capacitação das equipes dos Centros de Referência em Direitos Humanos e CREAS nas temáticas de atendimento às vítimas de crimes violentos e graves violações de direitos humanos, em parceria com o Ministério Público.

Nova finalidade da ação: propor capacitação dentro da ação para as equipes que atendem ao público que sofre violações.

Novo público-alvo: equipes que atuam nos serviços.

Acréscimo de qualidade na Meta Física: 10

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$150.000,00

Proposta 749: Ampliar o número de defensores de direitos humanos sendo protegidos pelo Estado.

Nova finalidade da ação: aumentar o número de protegidos.

Acréscimo de quantidade da Meta Física: 120

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$150.000,00

Proposta 754: Apoio financeiro para operacionalização e manutenção do Conselho Estadual para Pessoas com Deficiência (Conped). O recurso financeiro contemplará despesas com viagens, produção de materiais e capacitações, com vistas a cumprir a finalidade e competência do conselho.

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$400.000,00.

Proposta 765: Criação de um Centro de referência para a população migrante, refugiada e apátrida residente no estado de Minas Gerais.

Novo público-alvo: apátridas, migrantes e refugiados.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$850.000,00

Proposta 781: Inclusão na Escola de Formação de Direitos humanos de curso referente ao atendimento de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.

Novo público-alvo: apátrida, migrantes e refugiados.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$150.000,00

Região/alteração: Âmbito Estadual.

Proposta 783: Manutenção e apoio ao Comitrate, como órgão colegiado de direitos humanos.

Novo público-alvo: apátridas, migrantes e refugiados.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: 400.000,00

Região/alteração: Âmbito estadual.

Proposta 784: Criação do Posto de Atendimento Avançado ao Apátrida, Migrante e Refugiado no aeroporto ou no município de Belo Horizonte.

Novo público-alvo: apátridas, migrantes e refugiados.

Acréscimo de quantidade na meta física: 1

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$850.000,00

Região/alteração: estadual.

Proposta 937: Na ação 4236, disponibilizar recursos de R\$300 mil, para criação de Plataforma de Monitoramento e Conhecimento online, para troca de conhecimentos e monitoramentos das ações do Projeto: Quilombos Sustentáveis.

Proposta 940: \*\*4. Plataforma e Rede de Quilombos Sustentáveis

– \*\*Encontros Regionais\*\* (R\$200 mil): Apoio logístico para encontros entre quilombos, fortalecendo o intercâmbio de saberes e experiências.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 12: É crescente o número da violência contra nossas crianças e adolescentes, seja no trabalho infantil ou na violência sexual, é constante o número de crianças violentadas inclusive no ambiente familiar.

Para mudar essa realidade um dos aliados é o processo de conscientização sobre a violência. No entanto, no nosso Estado verificamos a existência de campanhas apenas no mês de conscientização que é em maio, no restante do ano, pouco se fala.

Proposta 14: O projeto prevê ações de promoção e proteção da criança e do adolescente. Além da realização de ações educativas sobre a violência sexual de crianças e adolescentes, com o desenvolvimento de atividades lúdicas nas regiões com maior índice de violência sexual, com foco nas cidades que estão no eixo da BR 116 entre outras.

Criado pela rede estadual de proteção das crianças e adolescentes, o Projeto Minas Agindo em Rede é uma importante ferramenta no enfrentamento dessas violações de direitos humanos de crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha. O objetivo é dar segmento nas ações realizadas nas atividades anteriores, dessa vez assistindo outras cidades no Vale do Jequitinhonha.

Proposta 49:

Proposta 70: Solicitação de criação urgente de um Centro de Acolhimento voltado para pessoas da comunidade LGBTQ+ que se encontram em situação de vulnerabilidade e precariedade.

Este pedido é fundamentado na crescente necessidade de apoio e proteção a indivíduos que devido a sua orientação sexual e identidade de gênero enfrentam discriminação, violência e exclusão social.

A criação de um centro de acolhimento tem como objetivos principais:

1– Oferecer abrigo seguro: proporcionar um espaço seguro e acolhedor onde pessoas LGBTQ+ possam encontrar abrigo temporário e proteção contra a violação de seus direitos.

2– Apoio psicológico e social.

3– Integração social

4– Capacitação profissional.

5– Educação e conscientização.

Proposta 142: O público LGBTQ necessita de maior acesso a políticas públicas que gerem maior visibilidade social, geração de emprego e renda, inserção em projetos culturais, acesso a políticas de saúde, registro do nome social e acesso à educação superior. Por isso, é necessário o apoio governamental para a realização de encontros sociais visando à criação de uma Associação LGBTQ no município de Capelinha. A intenção principal é promover um grande encontro LGBTQIAPN+ em Capelinha para ouvir e identificar as principais demandas desse público.

Proposta 420: A implementação de políticas de igualdade racial é essencial para garantir direitos básicos à população negra e combater a discriminação racial. Capacitar servidores públicos e profissionais do setor privado é crucial para oferecer um atendimento justo e adequado a pessoas em situação de vulnerabilidade social, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso.

### 4. \*Produto da Ação\*

– \*Formação e Capacitação:\* Realização de capacitações para servidores, lideranças Comunitárias e profissionais do setor privado, voltadas ao atendimento de pessoas em situação de violência e vulnerabilidade, especialmente da população negra, incluindo mulheres, jovens e pessoas em situação de prisão.

– \*Valorização da Pluralidade Étnico-racial:\* Incentivo à implementação de práticas que promovam a diversidade e combatam o racismo nas instituições. Isso inclui o acompanhamento e apoio a iniciativas que enfrentam o racismo institucional.

5. \*Especificação do Produto da Ação\*

– \*Público-alvo:\* Servidores públicos, lideranças Comunitárias, empresários e trabalhadores do setor privado.

– \*Unidade de Medida:\* Número de pessoas capacitadas.

6. \*Detalhamento da Implementação da Ação\*

A execução do projeto será realizada por meio de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais, além de apoio técnico especializado. A contratação de consultores e instrutores será fundamental para garantir a qualidade das formações e da implementação das políticas de inclusão.

#### 7. \*Metodologia\*

1. \*Diagnóstico:\* Levantamento das práticas de igualdade racial nas instituições participantes, mapeando necessidades específicas.

2. \*Capacitação:\* Desenvolvimento de cursos e oficinas sobre racismo institucional, práticas de inclusão e atendimento a populações vulneráveis, com conteúdos adaptados para diferentes setores e públicos.

3. \*Acompanhamento e Monitoramento:\* Implementação de um sistema de acompanhamento das práticas adotadas, incluindo avaliações periódicas e suporte contínuo para a efetivação das políticas de inclusão.

#### 8. \*Avaliação do Impacto\*

A avaliação será conduzida por meio de:

– Relatórios periódicos sobre o número de pessoas capacitadas e a qualidade das formações.

– Pesquisas de satisfação com participantes das oficinas e formações.

– Análise das mudanças implementadas nas instituições, com relatórios sobre práticas de inclusão e medidas contra discriminação racial.

#### 9. \*Orçamento Total: R\$300.000,00\*

Item	Custo (R\$)
Capacitações e Oficinas	R\$120.000,00
Consultoria e Apoio Técnico	R\$80.000,00
Material Didático e Divulgação	R\$50.000,00
Monitoramento e Avaliação	R\$30.000,00
*Total*	*R\$300.000,00*

#### 10. \*Considerações Finais\*

O projeto “Promovendo a Igualdade Racial” representa um passo importante para fortalecer a inclusão e a valorização das matrizes africanas em Ibirité e região. Ao capacitar profissionais do setor público e privado e incentivar práticas inclusivas, buscamos construir uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todos sejam respeitados e tenham seus direitos assegurados.

#### Proposta 422: JUSTIFICATIVA

A implementação de políticas de igualdade racial é crucial para garantir direitos básicos à população negra e combater a discriminação. O fortalecimento de ações de formação e capacitação é essencial para que servidores públicos e profissionais do setor privado atendam adequadamente pessoas em situação de vulnerabilidade social.

#### ### 4. PRODUTO DA AÇÃO

– **\*\*Formação e Capacitação:\*\*** Focar na capacitação de servidores e lideranças Comunitárias para atender pessoas em situações de violência e vulnerabilidade, visando prevenir práticas discriminatórias, especialmente contra a população negra, incluindo mulheres, jovens, crianças, adolescentes e indivíduos em situação de prisão.

– **\*\*Valorização da Pluralidade Étnico-Racial:\*\*** Promover práticas que valorizem a diversidade étnica nas organizações, incluindo identificação, acompanhamento e apoio às ações de prevenção e enfrentamento do racismo institucional.

#### ### 5. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO DA AÇÃO

- **Público-alvo:** Servidores públicos, lideranças Comunitárias, empresários e trabalhadores da iniciativa privada.
- **Unidade de Medida:** Número de pessoas capacitadas.

### ### 6. DETALHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO

A execução será realizada através de convênios com entidades governamentais e não-governamentais, com apoio técnico e consultoria de especialistas para garantir eficácia nas ações.

### ### 7. METODOLOGIA

- **Diagnóstico:** Levantar as práticas atuais de igualdade racial nas instituições participantes.
- **Capacitação:** Desenvolver cursos e oficinas sobre racismo institucional, práticas inclusivas e atendimento a populações vulneráveis.
- **Acompanhamento:** Criar um sistema de monitoramento e avaliação das práticas adotadas pelas instituições após a capacitação.

### ### 8. AVALIAÇÃO DO IMPACTO

A avaliação do projeto será feita por meio de:

- Relatórios periódicos sobre o número de capacitados.
- Pesquisas de satisfação dos participantes.
- Análise das mudanças implementadas nas organizações.

### ### 9. ORÇAMENTO

**Total estimado:** R\$400.000

- **Capacitações e oficinas:** R\$180.000
- **Consultoria e apoio técnico:** R\$120.000
- **Material didático e divulgação:** R\$100.000

### ### 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Promovendo a Igualdade Racial” representa uma oportunidade significativa para a promoção da equidade e respeito à diversidade. Através da capacitação e sensibilização de servidores públicos e profissionais da iniciativa privada, buscamos construir um futuro mais justo e igualitário para todos. Este projeto reflete o compromisso com os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Proposta 448:

Proposta 451:

Proposta 510: A população LGBTQIA+ precisa ser reconhecida e ter os mesmos direitos garantidos. Lutamos para que eles tenham direitos iguais aos das outras pessoas, por isso precisamos de profissionais de todas as áreas para trabalhar com esse público. Precisamos promover eventos voltados para eles, como festas, jogos e outras atividades em geral.

Proposta 743: O Programa de Atendimento Especializado a Vítimas de Crimes Violentos foi extinto há alguns anos e hoje os números de crimes violentos aumentaram. Apesar do Ministério Público de Minas Gerais ter implantado o Centro Estadual de Apoio às Vítimas – Casa Lilian, o centro não tem a finalidade de ocupar o lugar das políticas públicas de direitos humanos, mas sim agir para o fortalecimento delas.

Nesse sentido, capacitar as equipes dos serviços já existentes é uma das formas de efetivar os direitos e o acesso a atendimento digno, evitando a revitimização das vítimas.

Proposta 749: O número de defensores de direitos humanos ameaçados de morte ou que sofrem violências diretamente aumentou, bem como o número de defensores assassinados nos últimos anos.

Proposta 754: O Conped não possui recursos orçamentários para atender suas atribuições legais de monitoramento e fiscalização das políticas e ações para pessoas com deficiência. A previsão de recursos mínimos é necessária para garantir a participação dos conselheiros estaduais da sociedade civil em reuniões presenciais e em outras demandas do Conped. Atualmente, a ação não prevê recursos específicos para garantir o funcionamento do Conped.

Proposta 765: O deslocamento humano é um fenômeno inato à condição de ser humano, pela busca por melhores condições de vida ou pela necessidade de buscar proteção além das fronteiras. Pessoas em deslocamento, seja ele voluntário ou forçado, necessitam de acompanhamento e orientações para acessar serviços públicos essenciais, como assistência, educação, saúde e segurança.

Portanto, a criação de um centro de referência especializado com colaboradores migrantes e refugiados, preferencialmente, representaria o estabelecimento de condições mínimas para atenção às pessoas em mobilidade humana internacional.

Propõe-se a destinação de R\$850.000,00 para a criação de um novo equipamento, com abrangência estadual, com oferta de serviços de proteção social, jurídica, meios de vida e integração, como paradigma mínimo de atendimento.

A inexistência de um centro em Minas Gerais confronta as garantias constitucionalmente previstas, sobretudo o Art. 5º, da CRFB/1988, e demais dispositivos infraconstitucionais e legais, como a Lei 9.474/97 e a Lei 13.445/2017. Alternativamente, em caso de não destinação de recursos para a criação do equipamento, propõe-se que a sociedade civil seja conveniada com alguma organização da sociedade civil que já atue na temática.

Proposta 781: A Lei 13.445/2017 (Lei de Migração) é considerada um grande avanço no Brasil no que tange aos direitos humanos. Os deslocamentos populacionais pelos espaços geográficos, temporários ou permanentes, ocorrem desde o início da humanidade, garantindo sua sobrevivência.

Há pessoas que vêm ao Brasil em busca de melhores condições de vida, bem como aquelas que, devido à ocorrência de conflitos armados, violência étnica ou política, ditaduras, pobreza extrema, crimes ambientais, mudanças climáticas e guerras entre nações, procuram no Estado Brasileiro uma proteção jurídica e socioeconômica.

Conforme o art. 5º da Constituição Federal, que proíbe qualquer tipo de distinção entre brasileiros natos e naturalizados em relação aos migrantes, destaca-se a importância da garantia de direitos sociais e fundamentais e sua seguridade.

Assim, a inclusão de um curso referente ao atendimento e acolhimento de migrantes, refugiados e apátridas é fundamental para a efetividade desses direitos do público-alvo no Estado de Minas Gerais, com o intuito de facilitar seu acesso aos serviços públicos estaduais e ao direito à cidade, instruído por servidores públicos.

Propõe-se a destinação de R\$150.000,00 para a criação de um curso sobre atendimento a migrantes e refugiados, que possa ser incluído na escola de formação de direitos humanos.

Proposta 783: A Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) é considerada um grande avanço no Brasil no que tange aos direitos humanos. Entre outras medidas, a lei revoga o Estatuto do Estrangeiro, um dos últimos resquícios legais do regime ditatorial. Pode-se destacar alguns fatores relevantes para o aumento do fenômeno migratório contemporâneo, como a ocorrência de conflitos armados, violência étnica ou política, ditaduras, pobreza extrema, crimes ambientais e mudanças climáticas, sendo as guerras e as tensões entre nações as principais fontes de deslocamento forçado.

Há ainda aqueles que saem do Brasil em busca de melhores condições de vida e proteção, considerados migrantes retornados. Esse contingente é especialmente elevado no estado de Minas Gerais. Direitos humanos é um campo crucial para a

construção de uma sociedade justa e equitativa, com especial enfoque na prevenção e combate à xenofobia, ao racismo, à LGBTfobia, à intolerância religiosa e a todas as formas de discriminação.

A regularização migratória é essencial para garantir que pessoas migrantes e refugiadas tenham acesso aos serviços básicos oferecidos a toda a população, o que implica em quatro pilares fundamentais: regularização migratória, acesso à habitação e abrigo, atendimento nos equipamentos públicos. Nesse sentido, a manutenção e apoio ao Comitê, como órgão colegiado de direitos humanos, são fundamentais para garantir a efetividade e a proteção dos direitos humanos.

Proposta 784: Diante da chegada constante de pessoas em deslocamento ao estado de Minas Gerais, urge a criação de um posto de atendimento avançado no aeroporto ou na rodoviária de Belo Horizonte (aeroporto de Confins).

O posto de atendimento deve ofertar serviços básicos de proteção social, jurídica, meios de vida e integração, como estratégia de mitigação de danos e riscos decorrentes da mobilidade humana internacional. Espera-se, com os R\$850.000,00, a criação do posto de atendimento, incluindo sua estrutura física e de pessoal.

Alternativamente, caso não seja possível criar o posto, que seja firmado um convênio com alguma instituição da sociedade civil com experiência na temática.

Proposta 937: Este projeto viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

Proposta 940: O projeto Quilombos Sustentáveis viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 89/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 97 – Minas Sem Fome –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Vanderley Antônio Chilese (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Zona da Mata), Jadilson Antônio de Paula (Associação dos Agricultores Familiares), Dayone Cezar Rocha Miranda (Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal), Felipe de Castro Oliveira, Getúlio Gomes Vieira (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Gisele de Almeida Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Rio Doce), Mateus Filipe Nêdes Rodrigues, Adeson Aparecido de Laia, Fernando Pedro Vieira, Gilmar Barbosa, Juseleno Anacleto da Silva (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar), Vander José Correa (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), Vandeir José Barbosa (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Aguinaldo Nunes Barbosa, Onofre Ferreira dos Santos, Rosemeri de Castro, João Amâncio de Faria (Grupo de Estudos e Ação Comunitária), Flânio Alves da Silva (Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo que Luta), Regina Aparecida de Castro, Nayara Martins Faria (Prefeitura Municipal de Dom Cavati), Geraldo Gomes Boroto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares de Palma, Laranjal e Santana de Cataguases), Antonio Idalino Teixeira (Federação das Associações e Conselhos Comunitários de Monte Azul), Iara Laia Ellis (Federação Unicafe), Elcia Divina Dias Fernandes, Mauricio Lopes de Gros (Companhia de Desenvolvimento

do Vale do São Francisco – Codevasf – Superintendência Regional em Minas Gerais), Joana Irene Carreiro do Nascimento, Daniel Mendes Vieira (Núcleo do Pequi do Norte de Minas Gerais), Nilson Pereira de Souza (Instituto Artístico Viola dos Gerais), José Valter Alves (Prefeitura Municipal de Bocaiuva), Bruna Santos Soares (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Roberto Ribeiro, Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Hélio Almeida dos Santos, Assis Antonio Vieira (Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas), Antonio Geraldo Ferreira (Câmara Municipal de Couto de Magalhães de Minas), Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes, Waldinei Batista dos Santos (Câmara Municipal de Porteirinha), Alexandre Gabriel Borges da Silva, Luis Carlos Pereira (Centro de Educação Popular e Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Rurais do Cerrado), Dionisio Laranjeira Macedo, Quézia Queren Nunes Mendes (Cooperativa das Famílias Agricultoras do município de Santo Antonio do Retiro Coopersar), Paula Laviola Pedrosa (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Armindo Augusto dos Santos, Regilane Silva Santos Souza, João Paulo Dias (Federação Unicafe), Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira, Evay Vilella Lisboa t, Manoel Santana Teixeira, Ramon Fernando Noronha de Moraes (Câmara Municipal de Bocaiuva), Adenilson Ferreira de Aquino (Câmara Municipal de Japonvar), Vlader Olímpio Fernandes (Prefeitura Municipal de Monte Azul), Gilvaney Jackson da Silva Oliveira, Clotildo Ferreira Costa (Associação Quilombola do Agricultores Familiares de Cruz dos Araújos), João Batista da Silva, Paulo Teixeira Filho, Thiago Salles Teixeira (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), Jhyfsom Rubem Oliveira Santos, Thayná Aparecida Oliveira Almeida, Getúlio Gomes Vieira (Federação Unicafe), Lucas Martins Ferreira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, Geraldo Magela da Silva (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais), Antonio Carlos Bagle (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Paulo César Gomes Amorim Júnior (Federação Unicafe), Cassiano Almeida Nolasco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Athos Felipe da Silva Santos, Neide Aparecida Santos (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Rui Pires Rabello (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Edileuza Miranda Jardim, Eli Dias Junior (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Adão Custódio dos Santos (Câmara Municipal de Porteirinha).

Proposta 13: Destinar R\$80.000,00 para a construção de uma estufa no Município de Palma para produção de mudas de hortaliças e legumes, com fornecimento de mudas pela Epamig.

Proposta 505: Programa 97

Novo objetivo: Fazer uso sustentável da água, considerando a convivência com a seca e a necessidade produtiva na agricultura familiar, por meio do cultivo através da hidroponia com energia solar, no Município de Cônego Marinho. Ação 4236.

Nova finalidade: Garantir às famílias afetadas pela seca uma autonomia alimentar.

Novo público-alvo: Famílias de baixa renda da zona rural

Proposta 568: Por meio da ação 4236, fomentar a implantação de “quintais produtivos”, ação destinada a mulheres residentes em áreas rurais, com ATER, implementos e tecnologias.

Acréscimo na meta física: 100 quintais/mulheres.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Proposta 713: Ação 4236

– Acréscimo na meta física de 1 e na meta financeira de R\$15.000,00 (quinze mil reais) para projeto de hortas orgânicas urbanas em escolas e em terrenos baldios embaixo das redes elétricas nas regiões de Montes Claros e Norte de Minas.

– Incluir as regiões intermediárias de Norte de Minas e Montes Claros.

Proposta 905: Na ação 4236, disponibilizar recursos de R\$1 milhão para aquisição de ferramentas, insumos e estufas para promover o cultivo de alimentos saudáveis e orgânicos, em 50 quilombos do Estado, promovendo segurança alimentar e geração de renda. Projeto: Quilombos Sustentáveis.

Proposta 929: Na ação 4236, garantir recursos de R\$800 mil, para financiar fundo de giro para apoiar a compra de insumos, impulsionando as atividades iniciais e a geração de renda coletiva, em 50 quilombos do Estado.

Proposta 930: Na ação 4236, garantir recursos de R\$1 milhão, para construção de Viveiros de Mudanças e Sementes locais, incentivando a autossuficiência e a diversidade de cultivos, em 50 quilombos do Estado.

Proposta 948: Na Ação 4236, fomentar quintais produtivos de mulheres e apoiar a organização de grupos de mulheres no Município de Pintópolis para comercializar sua produção em feiras, PAA e Pnae. Atender 50 famílias, com meta financeira de R\$100.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 13: Com a existência da estufa produzindo mudas de hortaliças e legumes, os pequenos agricultores do Município de Palma poderão participar dos programas governamentais como: PAA, Pnae e feiras livres na cidade. Esse benefício vai contemplar também os municípios vizinhos: Laranjal, Santana de Cataguases, Eugenópolis, Antônio Prado de Minas e Patrocínio do Muriaé, na Região de Juiz de Fora.

Proposta 505: Implementação de agricultura familiar através da hidroponia e energia renovável ao Município de Cônego Marinho com aquisição de equipamentos para projeto de hidroponia.

O Município de Cônego Marinho é pequeno com economia frágil voltada para agricultura, pecuária e artesanato. O município sofre constantemente com a seca, reduzindo e muito a qualidade de vida e alimentar dos munícipes, principalmente os de zona rural e de baixa renda. Com a falta de água, fomentar a agricultura familiar se torna um desafio. Pensando nisso, a implementação do cultivo de hortaliças por meio da hidroponia se torna solução para uma melhor capacidade de produção de alimentos para essas famílias. Para que a hidroponia funcione é necessário equipamentos como canos, caixas d'água e bomba d'água. Porém, o custo energético para funcionalidade seria alto, o que não é eficaz para uma família de baixa renda, por isso a necessidade de um fonte de energia renovável, como placa de luz solar. Dessa forma, o sistema funcionaria o tempo todo sem gasto financeiro às famílias por conta da eletricidade necessária. Portanto, o projeto de hidroponia com fonte de energia renovável pode ser a solução para amenizar os efeitos da seca e fome no país.

Proposta 568: Dar visibilidade à produção das mulheres que já produzem para seu consumo e da família, com o fomento e a assistência técnica. O apoio a essa proposta visa combater a pobreza rural, apoiar a agricultura sustentável e buscar a garantia de segurança alimentar e nutricional. Os quintais produtivos possibilitam a redução da vulnerabilidade social, elevando o acesso a direitos e aumentando a autonomia das mulheres, principalmente sob o ponto de vista financeiro. As experiências de mulheres que receberam esse apoio são favoráveis, com registros de melhorias da qualidade de vida, de alimentação adequada e redução das desigualdades. O empoderamento da mulher garante, concomitantemente, a ampliação de sua visão de mundo, da ampliação de seus projetos. A proposta visa garantir Kits de irrigação, Kit feira, Kit semente, Kit agricultura.

Proposta 713: Projeto de Horta urbana – escolas – redes elétricas

Criar projeto de hortas urbanas escolares e em terrenos em baixo das redes elétricas. Abastecer as escolas com aquicultura familiar. Liberar equipamentos e sementes para confecção dessas hortas.

Contratar mão de obra para confecção dos canteiros.

Projeto de ??? para manejo e cultivo das hortas.

Parcerias com Emater e UFMG.

Projeto de confecção de horta às pessoas advindas do êxodo rural onde não tem emprego e ficam perambulando pela cidade.

Proposta 905: O projeto Quilombos Sustentáveis viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

Proposta 929: O projeto Quilombos Sustentáveis viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

Proposta 930: O projeto Quilombos Sustentáveis viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

Proposta 948: A demanda visa gerar renda e qualidade de vida para as mulheres e deve beneficiar 50 famílias. Precisamos de apoiar e incentivar as famílias para que produzam alimentos de qualidade e também se organizem para comercializar através de grupos, ou mesmo através do cooperativismo.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 90/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 52 – Promoção de Defesa Civil –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Caique Gabriel Santos Vieira (Câmara Municipal de Araçuaí), Maria Ireni Neres Rocha (Secretaria Municipal de Educação), Hebert Marques da Cruz (Associação Papa João XXIII), Ingrid Natany Silva Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Genilson Pereira Dias (Casa da Juventude), Cleidiane Alves Oliveira Souza (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Rafael Soares Almeida (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais), Risvane Pereira Rocha (Associação dos Moradores Centro), Maurílio Barbosa dos Santos, Magno Newton Luiz Franco (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Raony Lopes Dias (Conselho Tutelar), Iolanda Meira, Cláudio Afonso Fernandes, Alexandre Rodrigues de Moraes (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Geraldo Aparecido Santos Paranhos (Câmara Municipal de Aricanduva), Gabriel de Fátima Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Carolina Paula Gonçalves Oliveira (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Ivan Gomes Bié (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), José do Carmo Gonçalves (Conselho Comunitario de Santana e Vizinhança), José Adilson Oliveira (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Willian Soares Damasceno (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Danielle de Souza Lima (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Herculano Campos Gusmão (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Mirian Ribeiro da Cruz (Secretaria Municipal de Saúde), Paulo Wellington Fernandes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Jean-Paul Freire Pavie (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Maria Aparecida Machado Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Pedro Afonso (Prefeitura Municipal de Itamarandiba),

Geraldo Aparecido do Prado Paula (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Gabriel Ferreira Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Edvania Paulo Silva, Edmilson Calista de Almeida, Rosimere Pereira Lima (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Milton de Campos Silva, Thatiane Aparecida Evangelista (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Juciele Rodrigues Costa (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Pedro Ivo Nogueira Pereira, Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Terezinha Oliveira da Rocha, Sidnei Eustaquio dos Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Filipe Delabrida de Souza (Defesa Civil de Itabirito), Carolina Nunes Dias, Cassiano Almeida Nolasco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Josiane Rodrigues de Aguiar (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Douglas Rocha Ramalho, Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Marlyn Aparecida Ribeiro Gomes (Secretaria Municipal de Educação), Josane Batista Soares (Escola Estadual Orlando Tavares), Dilca Costa Ferraz (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Paulo Ricardo Cabral Pinheiro, Junio Henrique Onofre Moreira.

Proposta 15: Recursos para a construção de uma piscina para o 3º Pelotão do CBMMG em Araçuaí para realização de programas sociais.

A sugestão promove as seguintes alterações:

Novo objetivo do programa: construir uma piscina para realização de programas sociais.

Nova finalidade da ação: realização de projetos sociais por meio de aulas de natação possibilitando a inclusão social na região.

Novo público-alvo: toda a população de Araçuaí e dos municípios circunvizinhos.

Acréscimo de quantidade na meta física: 01

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$500.000,00

Proposta 32: Captar recurso material para realizar treinamentos em escolas estaduais em Araçuaí e região.

Meta financeira: R\$12.000,00

Proposta 36: Recursos para a construção de uma piscina e vestiários para o 4º Pelotão da CBMMG em Itaobim, para a realização de programas sociais.

A sugestão promove as seguintes alterações:

Novo objetivo do programa: construir uma piscina para a realização de programas sociais.

Nova finalidade da ação: realização de projetos sociais por meio de aulas de natação, possibilitando a inclusão social na região.

Novo público-alvo: toda a população de Itaobim e dos municípios circunvizinhos.

Acréscimo de quantidade da meta física: 01

Acréscimo de valor da meta financeira: R\$830.000,00

Proposta 40: Construção de salas de aula para os projetos Bombeiro Mirim e Bombeiro Sênior, além de mobiliário e kit multimídia.

A sugestão promove as seguintes alterações:

Novo objetivo do programa: aumentar a resiliência e capacidade inicial de resposta em ações de primeiros socorros e defesa civil em geral.

Nova finalidade da ação: construção de salas e aquisição de mobiliário e kits multimídia para a implementação dos dois projetos sociais.

Novo público-alvo: crianças, adolescentes e idosos.

Acréscimo de quantidade na meta física: 02

Acréscimo de valor na meta financeira: 250.000,00

Proposta 43: Potencializar as ações de preparação e resposta para mitigação dos impactos ambientais, danos à propriedade e agravos à saúde humana.

A sugestão promove as seguintes alterações:

Novo objetivo do programa: custeio de materiais.

Nova finalidade da ação: preservar vidas e bens.

Acréscimo de quantidade na meta física: 01

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$22.000,00

Proposta 128: Elaboração e execução do projeto da sede física para instalação do Corpo de Bombeiros em Itamarandiba. O município é considerado prioritário para receber uma fração do CBMG, conforme o plano do comando estratégico do CBMG. A criação dessa fração se mostrou necessária devido à ocorrência de grandes incêndios florestais na região e à presença de unidades de conservação, além de Itamarandiba ser uma cidade em desenvolvimento e servir como ponto de atendimento para toda a região.

Região/alteração: incluir a região intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 137: Esta proposta tem como objetivo apresentar a necessidade e a importância da criação de um Corpo de Bombeiros em Itamarandiba. A segurança da população deve ser uma prioridade, e a ausência de uma unidade de bombeiros compromete a proteção e o atendimento a emergências.

Infraestrutura: propor a construção de um quartel com espaço adequado para equipamentos, veículos e pessoal.

Recursos Humanos: recrutar e treinar profissionais capacitados, garantindo que a unidade esteja sempre pronta para atender a população.

Parcerias: estabelecer parcerias com órgãos governamentais e a comunidade para apoiar a iniciativa, além do poder municipal disponibilizar local para a construção da sede (base).

Novo objetivo do programa: criar uma unidade do Corpo de Bombeiros em Itamarandiba – MG, garantindo atendimento rápido e eficiente em situações de emergência, de alta complexidade e resgate.

Novo público-alvo: população urbana e rural.

Proposta 378: Aquisição de um micro-ônibus e materiais destinados ao projeto social “Bombeiro nas Escolas”, a ser desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) na área do 4º Comando Operacional de Bombeiros (4º COB), com sede em Montes Claros.

Programa 052: Promoção de Defesa Civil

Ação: 4117: Bombeiro nas Escolas

Valor: R\$700.000,00

GND: 4 (Investimento)

Proposta 794: Aquisição de um ônibus para ser empregado no projeto social "Bombeiro nas Escolas" fortalecer a segurança e resiliência da população do Vale do Jequitinhonha e norte de Minas Gerais

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: R\$700.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 15: Devido ao clima quente e aos recursos hídricos presentes na região do Vale do Jequitinhonha, são inúmeros os casos de afogamentos. Somente pelo 3º Pelotão BM em Araçuaí foram atendidas centenas de ocorrências entre os anos de 2023 e 2024.

Diante do exposto, ressalta-se que a construção de uma piscina no 3º Pelotão de Araçuaí possibilitará a realização de programas sociais como: Prodinata, Bombeiro Mirim, Projeto Golfinho e Bombeiro Sênior que possibilitarão a inclusão social, bem como uma redução no número de afogamentos. Além disso, por meio desses projetos a serem realizados, utilizando a piscina será possível solidificar atitudes sociais positivas, tais como: disciplina, respeito ao próximo, ética e cidadania. Outrossim, a presença de uma piscina na unidade é de suma importância para garantir treinamento contínuo dos militares em um ambiente controlado e permitindo uma visualização dos diversos procedimentos que são feitos nas instruções que não seriam possíveis no rio devido a baixa transparência de suas águas.

Proposta 32: Sensibilizar, orientar e capacitar crianças matriculadas em escolas estaduais acerca dos riscos de desastres, primeiros socorros e acidentes em Araçuaí e região. Atualmente, o 3º pelotão encontra-se com carência de cordas, tendas, torsos adulto e infantil, retroprojetor e sacos de arremesso.

Proposta 36: A construção de uma piscina semiolímpica no Pelotão de Bombeiros em Itaobim representa um passo estratégico na ampliação da capacidade operacional dos bombeiros, particularmente no que se refere ao salvamento aquático.

Essa iniciativa não apenas aprimora o treinamento dos militares, assegurando um preparo adequado para situações de emergência relacionadas a água, mas também fortalece o compromisso do CBMMG com a comunidade local. A infraestrutura proposta será fundamental para a implementação de programas educacionais como o Prodinata, que visa a prevenção de afogamentos e a promoção da segurança aquática no Vale do Jequitinhonha.

Proposta 40: A implementação dos projetos sociais Bombeiro Mirim e Bombeiro Sênior em Itaobim, sob a coordenação do 4º Pelotão, justifica-se pela necessidade de fortalecer a cultura de prevenção e resiliência no município. O projeto Bombeiro Mirim, voltado para o público infantojuvenil, busca inserir desde cedo os valores da cidadania, disciplina e consciência sobre a importância da segurança e prevenção de acidentes. O projeto ensina as crianças e adolescentes o uso de técnicas básicas de primeiros socorros e prevenção a incêndios e também o desenvolvimento de futuros multiplicadores dessa cultura.

Por outro lado, o projeto Bombeiro Sênior, voltado para idosos, tem o objetivo de proporcionar qualidade de vida e segurança a esse grupo que, por sua vulnerabilidade, é mais suscetível a acidentes domésticos e de saúde. Além de instruí-los em técnicas de prevenção e autocuidado, o projeto visa integrá-los em atividades que promovem o bem-estar e o fortalecimento de laços comunitários, reduzindo o isolamento social.

Ambos os projetos contribuem diretamente para o aumento da resiliência do município na redução de ocorrências de sinistros, uma vez que criam uma rede de cidadãos mais conscientes e preparados para agir em situações de emergência, reforçando a segurança coletiva de Itaobim.

Proposta 43: O município de Araçuaí tem muitas construções com tombamento histórico, locais estes onde o combate a um possível incêndio urbano se torna sensível. Devido a isso, a aquisição de materiais operacionais de combate a incêndio urbano se torna essencial para que se possa ter um atendimento seguro e de qualidade.

Atualmente o 3º pelotão BM Araçuaí encontra-se com carência dos seguintes materiais: divisor de 02 e 03 bocas, proporcionador de espuma, esguicho gerador de espuma, líquido gerador de espuma e esguichos tipo pistola.

Proposta 128:

Proposta 137: Controle do aumento no número de incêndios, acidentes e desastres naturais, que têm crescido na região, evidenciando a necessidade urgente de um atendimento especializado.

Tempo de resposta: a falta de uma unidade local resulta em tempos de resposta prolongados, colocando em risco a vida e os bens da população.

Prevenção e educação: um corpo de bombeiros pode realizar atividades de prevenção e educação sobre segurança, contribuindo para uma comunidade mais informada e preparada.

Portanto, a criação de um Corpo de Bombeiros em Itamarandiba é uma necessidade urgente para a segurança e o bem-estar da população. Contamos com o apoio de todos para viabilizar esta proposta e garantir uma resposta adequada às emergências.

Proposta 378:

Com o intuito de fortalecer a segurança e a resiliência da população do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas Gerais, proponho a alocação de recursos para a aquisição de um micro-ônibus e materiais destinados ao projeto social “Bombeiro nas Escolas”, a ser desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) na área do 4º Comando Operacional de Bombeiros (4º COB), com sede em Montes Claros.

O projeto Bombeiro nas Escolas visa sensibilizar, orientar e capacitar crianças matriculadas em escolas estaduais sobre os riscos de desastres e acidentes. O 4º COB atende a 117 municípios, dentre eles, municípios de grande relevância no estado, como Diamantina, Capelinha, Carbonita, Janaúba, Januária, Salinas, Pirapora e Três Marias.

Para viabilizar a implementação do projeto e expandir seu alcance, a aquisição de um micro-ônibus é fundamental. Este veículo será empregado para o transporte da tropa do CBMMG até as escolas estaduais e, de forma complementar, para levar os alunos até as instalações do Corpo de Bombeiros, proporcionando uma experiência educativa imersiva. Além disso, o micro-ônibus também terá papel essencial durante o período de estiagem, sendo utilizado no deslocamento da tropa operacional para o combate a incêndios florestais. O modelo de micro-ônibus a ser adquirido deve ser robusto o suficiente para transitar com segurança nas estradas de terra que caracterizam grande parte da região, garantindo o acesso às comunidades mais remotas e vulneráveis. O projeto contempla tanto a aquisição do veículo quanto a aquisição de materiais de apoio, que contribuirão para o engajamento das crianças e para a efetivação das atividades didáticas.

O projeto Bombeiro nas Escolas tem o potencial de transformar vidas e comunidades, disseminando conhecimento que transcende as salas de aula e impacta diretamente as famílias, preparando-as para agir de forma segura diante de situações de emergência. Essa formação cidadã e preventiva que começa com as crianças contribui para uma sociedade mais consciente e apta a gerenciar riscos, alinhando-se às diretrizes de um estado mais resiliente. Seu impacto positivo será refletido em toda a região atendida pelo 4º COB, especialmente no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas, regiões que muitas vezes carecem de atenção em vários aspectos do desenvolvimento social. Investir na educação e na prevenção hoje é garantir a segurança de uma geração e prevenir acidentes que poderiam ocorrer no futuro.

Proposta 794: Com a aquisição do ônibus par a região do Vale do Jequitinhonha e norte de Minas Gerais para o projeto social "Bombeiro nas Escolas, o Corpo de Bombeiros visa orientar e capacitar crianças matriculadas em escolas estaduais sobre os riscos de desastres e acidentes. Para viabilizar a implementação dos projeto e expandir seu alcance, a aquisição de um ônibus é fundamental. Este veículo será empregado para o transporte da tropa do CBMMG para as escolas estaduais e de forma complementar para levar os alunos até a instalação do CBMMG, proporcionando uma experiência educativa e imersiva. Além disso o ônibus terá também papel essencial durante o período de estiagem, sendo utilizado no deslocamento dos militares para o combate aos incêndios florestais. Essa formação cidadã e preventiva contribui para uma sociedade mais resiliente e apta a gerenciar riscos, alinhando-se às diretrizes de um Estado mais resiliente.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 91/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 148 – Apoio às Políticas de Desenvolvimento Social –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Mario Ângelo Noe (Federação dos Moradores das Associações Comunitárias dos Bairros, Distritos e Zona Rural de Ubá), Jandira Valério Dias (Prefeitura Municipal de Divino), Fernanda Henrique Estevão (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar), Richardson Ricardo de Lima Castro, Jobi Ferreira (Associação Korion de Desportos), José Maria Fagundes (Movimento Cultural São José), Marcos Henriques Rosa (Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Santa Margarida), Sandra Aparecida Hottes Alves (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar), Dalgiza Rufino Marques (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Compir), Darci Santos de Freitas (Movimento Negro), Danilo Silva Rodrigues (Polícia Militar de Minas Gerais), Flávia Peixoto Ribeiro Viana (Apae Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), Pedro Euzebio Sobrinho, Letícia Tatiane Mendes Lourenço (Associação de Mulheres Pontenses), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Adriana Andreise Leão Gonçalves (Projetos de alto impacto social), Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Maria Lendina Santos Lalderci, Florisvaldo Gomes Costa Júnior (Instituto Cultural In-Cena), Nathan Ribeiro Cardoso (Câmara Municipal de Jequitinhonha), Forlan Souza Freitas (Instituto Válido Mucuri), Djenane Cassimara Abreu (Associação Renascer Mylena Vitória), Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII), Alisson Vander da Silva Gomes (Associação Cultural Ferroviários Bahia-Minas), Ramon Fernando Noronha de Moraes (Câmara Municipal de Bocaiuva), Ivanil Pereira de Souza (Prefeitura Municipal de Cristina), Miguel Canguçu Alves (Prefeitura Municipal de Fronteira), Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Andrízia Almeida Silva (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Vera Lúcia de Souza (Associação Beneficente Nosso Lar), Genilson Pereira Dias (Casa da Juventude), Valter Aparecido de Carvalho (Associação Defesa Famílias Fazendinha), Tamiris Aparecida de Aguiar Oliveira (Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales), Emerson Luan Ramos Oliveira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro), Lucas dos Reis Teixeira (Cooperativa dos Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas), Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara Albuquerque Costa), Leandro dos Santos (Fundação Dirce Figueiredo), Cristina Gonçalves de Aguiar (Centro de Referência de Assistência Social – Cras), Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Sandra Araújo, Maria do Socorro Pereira (Associação de Artesãos Mãos que Criam), Luiz Gustavo Alves Brandão (Prefeitura Municipal de Itaobim), Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea), Rodrigo Ferreira dos Santos, Geraldo Leão (Associação Beneficente Lar Irmã Cecília), Jéssica Gonçalves da Cruz Oliveira (Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim), Alexandre Thomé da Silva de Almeida (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas), Cleidiane Alves Oliveira Souza (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Jhonatan Fernandes de Oliveira (Associação Desportiva Portuguesa), Wladmir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais), Eliane Rodrigues dos Reis Almeida (Associação de Mulheres Pontenses), Angelica de Santana Rocha, Thaís Canguçu Galvão, Edite Andrade Monteiro (Centro de Convivência Casa da Sopa), Joelma Francini Carneiro Souza (Prefeitura Municipal de Cristina), Ernani Geovani de Sousa (Centro Social Mali Martin), Sueli Rodrigues Pereira (Pastoral da Criança), Alba Maria Silva Pereira, Adenizio Pereira de Siqueira (Escola Estadual Maria Beltrão de Almeida), Erica Cristina da Silva França (Instituto Ser Feliz), Deyse Roberta Santos Veloso (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola de Educação Especial Professor Nelson D'Ávilla Neves), Maurilio Salgado Santos, Vilma Pereira Santos (Associação dos Amigos de Camarinhas), Cliford Rosa e Silva, Jose Augusto Francisco Pereira (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Ianne Carvalho Nobre Moraes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae), Dora Dutra (Instituto

Ser Feliz), Wesley Pereira dos Santos, Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Natalice Alves de Almeida, Aparecida Célia de Melo Felizardo (Sociedade de Amparo ao Idoso), Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos), Nilton Ferraz Souza, Conrado Gomes de Souza (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Raquel dos Santos Oliveira, Zileide Alves Pereira (Associação de Mulheres Pontenses), Luzineth Rodrigues Vieira (Associação de Mulheres Pontenses), Helen Clesia Souza, Antônio Afonso de Oliveira, Valéria Cristina da Silva (Escola Estadual Elias Jorge Zenun), Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), José Naldo Anastácio Ribeiro, Maykon Vinícius Teixeira da Silva (Monte Azul Esporte Clube), Nilton César da Silva (Associação Cultural Casa do Beco), Daiane Ferreira Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Maria Fernanda Coelho Domingos (Sociedade Santo Antônio de Pádua), Dilca Costa Ferraz (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Jacilene Ribeiro (Instituto Cultural In-Cena), Maria Eduarda Neves de Almeida (Prefeitura Municipal de Pavão), Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros), Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Jandira Batista Cangussu (Prefeitura Municipal de Pavão), Franco Pereira Rodrigues (Instituto Cultural In-Cena), Danilo Fernandes Santos (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales).

Proposta 16: Aquisição de van adaptada para Apae de Divino.

Valor R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta mil)

Proposta 17: Criar uma biblioteca inclusiva, adaptada às necessidades de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, dentro da Apae de Divino. O projeto requer um investimento de R\$280.000 (duzentos e oitenta mil reais)

Proposta 95: Reforma do prédio da Associação Comunitária do Município de Medina, com um investimento de R\$50.000

Proposta 147: Aquisição de máquinas, utensílios e móveis para a lavanderia industrial do Asilo Lar Feliz, em Tocantins – MG totalizando R\$90.000.

Proposta 153: A reestruturação da Federação de Moradores das Associações Comunitárias dos Bairros e Distritos da Zona Rural de Ubá (Femac) tem como objetivo implementar e manter a sede, além de adquirir equipamentos essenciais. O investimento previsto é de R\$80.000.

Proposta 170: Ampliar a Casa de Acolhimento Lar Irmã Cecília, localizada em São Gonçalo do Rio Preto. O investimento necessário para essa ampliação é de R\$300.000.

Proposta 172: Aquisição de um veículo e bens permanentes para ampliar os serviços da Associação Renascer Mylena Vitória de Itamarandiba. O valor necessário para essa aquisição é de R\$100.000.

Proposta 347: AÇÃO: 2074 – Aprimoramento da Rede Socioassistencial Central da Solidariedade

A Central da Solidariedade é uma instituição privada, sem fins lucrativos, criada no ano de 1998, com o objetivo de congregar todas as entidades socioassistenciais do município de Conselheiro Lafaiete, que prestam serviços de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Os trabalhos são realizados de forma articulada, para que toda a população possa ser assistida com apoio a alimentação, vestuário, mobiliário, equipamentos de suporte a saúde, dentre outros. O trabalho consiste no recolhimento de doações junto a órgãos/entidades e o repasse às entidades que distribuem de forma organizada as pessoas cadastradas. Bem como, a Central da Solidariedade organiza o cadastramento de todos os atendidos pelas entidades envolvidas, visando minimizar situações de atendimento em duplicidade para mesma família, em detrimento de outra que possa vir a ficar desassistida. Bem como desenvolve programas e projetos de promoção destas famílias para que possam superar a situação de vulnerabilidade social. Para que possa melhorar e ampliar seus programas e projetos, são necessários equipamentos para renovar a estrutura administrativa, tais como Notebook, aparelho de telefone celular, cama hospitalar com duas manivelas, cadeira de Rodas e um veículo modelo igual ou similar a Picape Fiat Strada 1.0 Turbo 200 Flex Ultra CD CVT. Todos esses equipamentos têm valor aproximado de R\$200.000,00 (duzentos mil reais)

Proposta 407: Associação Nosso Mundo Autista – ANMA – promove anualmente, no mês de abril, ações de mobilização e conscientização sobre o autismo no Município de São Francisco/MG. A Organização das Nações Unidas – ONU, no fim de 2007, definiu o dia 02 de abril, como sendo o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Em consonância com as Nações Unidas, o Brasil celebra também, neste dia, o Dia Nacional de Conscientização Sobre o Autismo estabelecido pela Lei nº 13.652/2018. O Município de São Francisco foi mais além. Por meio da Lei nº 3.190, de 18 de junho de 2.019, instituiu no município de São Francisco, A Semana Municipal de Conscientização sobre o Autismo, a partir do dia 2 de abril, passando esta data, 2 de abril, a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município. O presente projeto busca promover o processo de Inclusão Social das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade, por meio de ações efetivas de mobilização, informação e conscientização das pessoas para as questões que envolvem os autistas. Para a realização do Semana Municipal de Conscientização sobre o Autismo, a ANMA necessita firmar parcerias e convênios para custeios de gastos com os eventos e atividades da semana, sendo necessário um valor estimado de R\$150.000 (cento e cinquenta mil reais para compra de materiais de publicidade, camisetas, contratação de serviços e mão de obra, alimentação, equipamentos de som dentre outros. Como a ANMA é uma instituição Filantrópica sem fins econômicos ou lucrativos, necessita de recursos via município, estado e governo para realização dos eventos propostos da semana.

Proposta 468: Projeto da Apae de mobilidade urbana para pessoas com deficiência física e autismo, que contempla a doação de cadeiras de rodas, cadeiras de banho e amuletos, visando melhorar a qualidade de vida e a inclusão social. O valor total do projeto é de R\$376.000.

Proposta 482: Compra de um veículo que visa proporcionar transporte de pessoas e materiais para atividades de trabalho voluntário, facilitando a logística e o desenvolvimento de projetos comunitários. Com um investimento de R\$200.000.

Proposta 484: A aquisição de um veículo que visará atender às demandas de locomoção dos moradores da comunidade, facilitando o acesso a serviços essenciais, como atendimento médico, escolas e outras necessidades diárias. Com um investimento de R\$75.000.

Proposta 487: Criar e implementar um espaço integrativo e acessível para atender todos os usuários da Apae-Monte Azul, proporcionando um ambiente adequado para ações de integração. O local será equipado para promover inclusão e participação plena de todos os indivíduos. O projeto tem um valor estimado de R\$200.000.

Proposta 680: A proposta é a aquisição de um ônibus adaptado para a Apae de Guapé. O valor estimado para a aquisição do ônibus é de R\$450.000

Proposta 644: Alterações nos seguintes atributos da Ação 2079, de modo a atender a população em situação de vulnerabilidade do Município de Contagem: – Meta Financeira para 2025: Acréscimo de R\$700.000,00 para a execução do projeto “Viver Feliz”, visando a manutenção das oficinas ofertadas e o pagamento das despesas com materiais e custeio dos espaços.

Proposta 683: A proposta é o encaminhamento de um ônibus escolar adaptado para pessoas com deficiência física para a cidade de Alfenas. O valor estimado para a aquisição do veículo é de R\$400.000.

Proposta 686: A proposta é a aquisição de um veículo adaptado com acessibilidade ou, alternativamente, a destinação de verba de custeio para a Sociedade Santo Antônio de Pádua, localizada em Guaranésia. O valor estimado para o investimento é de R\$100.000 a R\$200.000.

Proposta 691: A proposta visa à adequação do espaço físico e ao custeio da entidade, com o objetivo de melhorar e expandir o atendimento à pessoa idosa em situação de abandono e vulnerabilidade social. O projeto busca atender às normas da Política Nacional do Idoso, garantindo que a instituição ofereça um ambiente adequado, seguro e digno para os idosos assistidos. O valor solicitado para a execução dessas melhorias é de R\$150.000

Proposta 692: A proposta é a aquisição de um ônibus adaptado para o transporte de crianças com deficiência, com o objetivo de garantir um transporte seguro, acessível e adequado para os estudantes com necessidades especiais. O valor solicitado para a aquisição do ônibus é de R\$450.000 para a Apae de Santana da Vargem.

Proposta 696: A proposta é solicitar recursos para manter os serviços prestados pela instituição em Guaranésia, com foco na convivência e fortalecimento de vínculos sociais. O recurso será utilizado para:

1. Contratação de 2 monitores sociais, que serão responsáveis por coordenar atividades e apoiar os beneficiários nos programas oferecidos pela instituição.

2. Compra de materiais de consumo e expediente, necessários para o funcionamento diário da instituição, como papéis, canetas, materiais de escritório, entre outros.

3. Aquisição de materiais de higiene e limpeza, essenciais para garantir a manutenção da infraestrutura e o bem-estar dos assistidos. O valor solicitado é de R\$100.000,00.

Proposta 697: A proposta tem como objetivo a solicitação de recursos para a aquisição de um veículo de 7 lugares, que será destinado ao atendimento das seguintes unidades e conselhos vinculados ao Conselho Metropolitano de Porto Alegre, com sede em Varginha, Minas Gerais: 1. Conselho Central de Três Corações

2. Conselho Central de Guaxupé. 3. Conselho Central de Nossa Senhora da Graças. 4. Lar São Vicente de Paulo de Paraguaçu. 5. Lar São Vicente de Paulo de Conceição Aparecida. 6. Asilo Nossa Senhora Auxiliadora de Pouso Alegre. 7. Lar São Vicente de Paulo de Monte Santo. 8. Conselho Central de Alfenas. 9. Conselhos Metropolitanos de Pouso Alegre, Ouro Fino, Cruzília.

Proposta 703: A proposta apresentada busca garantir melhorias e recursos essenciais para o Conselho Central de Varginha, com foco em três áreas principais: 1. Aquisição de veículo: o veículo será utilizado para atividades do Conselho Central, facilitando o transporte e o deslocamento das equipes e assistidos. 2. Equipamentos para o escritório: a aquisição de equipamentos como notebooks, HD, ventilador e impressora. 3. Reforma do Salão São Vicente de Paulo: a reforma do salão irá beneficiar atividades institucionais e culturais, além de proporcionar um espaço adequado para a realização de eventos da comunidade. Sem valor especificado.

Proposta 705: A cidade de Extrema solicita apoio para os seguintes projetos: 1. Aquisição de um veículo adaptado com elevador para a Apae, visando melhorar o transporte de pessoas com deficiência, garantindo maior acessibilidade e segurança. 2. Aquisição de mobiliário, camas e colchões para o asilo, para proporcionar mais conforto e qualidade de vida aos idosos acolhidos. 3. Aquisição de trator e implementos agrícolas para o sindicato de produtores rurais.

Proposta 795: O objetivo é garantir apoio financeiro para ações de inclusão social de pessoas com deficiência e seus familiares em Contagem, por meio de uma parceria intersetorial com a OSC Amonp. Isso incluiria atendimentos clínicos, serviços socioeducativos e o fortalecimento de vínculos familiares. Valor de R\$400.000.

Proposta 812: O projeto visa desenvolver atendimentos para 150 crianças, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de promover a inclusão social e apoiar as famílias. Serão oferecidas atividades diversificadas, como aulas de reforço escolar, artes marciais, recreação com jogos pedagógicos e oficinas de artesanato, visando o desenvolvimento integral dos participantes. O investimento necessário para a execução do projeto é de R\$320.000,00, destinado à OSC Instituto Ser Feliz.

Proposta 814: O cofinanciamento pelo estado dos lares São Vicente de Paulo permite a alocação de recursos para o custeio de profissionais e equipes de apoio, podendo ser por meio de emendas parlamentares. O valor é de 204.000 por ano, o que corresponde a 17 mil por mês no município de Montes Claros.

Proposta 816: A proposta visa proporcionar aos municípios a oportunidade de se profissionalizar e oferecer geração de renda por meio de qualificações. A entidade Oscip Organização Vida Viva pretende utilizar o recurso de R\$150.000 para a aquisição de bens e materiais necessários à oferta dessas qualificações.

Proposta 817: Adquirir mobiliários e equipamentos para melhorar a capacidade de atendimento ao público nos cursos de capacitação voltados à geração de trabalho e renda, oferecidos pela OSC “Associação Cuidar Bem Contagem”, no valor de R\$350.000,00.

Proposta 824: A Associação Comunitária Missão Resgate Vida, por meio do PPAG, solicita a aquisição de um veículo para dar continuidade ao seu trabalho de arrecadação de alimentos e apoio à comunidade em Juiz de Fora. O valor solicitado é de R\$100.000.

Proposta 928: Território ancestral e formação antirracista focada nos saberes tradicionais. A ser realizado na região de Lagoa do Santo Antônio (Pedro Leopoldo) e Mocambeiro (Matozinhos). Com oficinas de artesanato, corte e costura, cerâmica, produtos a partir de ervas medicinais, noções básicas da cultura do candomblé, o sagrado presente no congado, contação de histórias, slam, teatro e danças.

Para Fundação Dirce Figueiredo. Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1. Acréscimo de valor na Meta Financeira: 390.000,00. Região/alteração: intermediária de Belo Horizonte.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 16: A Apae atende um número crescente de pessoas com deficiência, que enfrentam dificuldades de transporte. A falta de veículos adaptados limita sua participação em atividades externas, o acesso a serviços de saúde e a inclusão social. A aquisição de uma van é essencial para garantir a mobilidade e a autonomia dos usuários, fortalecendo a missão da Apae de Divino.

Proposta 17: O projeto para criar uma biblioteca inclusiva na Apae de Divino busca ter um impacto positivo no desenvolvimento pessoal, social e educacional dos usuários, além de fortalecer a missão da instituição de promover inclusão e autonomia. As atividades propostas incluem: 1. Montagem da biblioteca inclusiva. 2. Aquisição de livros e materiais adaptados. 3. Aquisição de computadores e instalação de tecnologia assistiva. 4. Capacitação de professores e cuidadores. 5. Rondas de leitura e contação de histórias inclusivas. 6. Oficinas de escrita criativa e expressão artística.

Proposta 95: Fundada em 1988, a Ascomed oferece atendimentos culturais, sociais e educacionais em seu prédio, promovendo oficinas, lazer, palestras e atividades esportivas. O espaço, que conta com uma biblioteca, sala de jogos, quadra esportiva e salas para oficinas, recebe mais de cem participantes diariamente de segunda a sexta.

Atualmente, o prédio necessita de reformas, especialmente nas áreas comuns e banheiros. A associação busca apoio do PPAG para melhorar as instalações e atender melhor crianças, adolescentes, jovens e famílias assistidas.

Proposta 147: Solicitamos a indicação de emenda parlamentar para a aquisição de maquinário de lavanderia industrial, incluindo secadora rotativa e calandra mural, além de móveis e utensílios. O objetivo é atender à demanda diária da instituição nas atividades de higienização e limpeza de vestuários, itens de cama, mesa e banho, entre outros, garantindo a qualidade dos cuidados prestados aos idosos institucionalizados, em conformidade com as normas da vigilância sanitária.

Proposta 153: A proposta visa reestruturar o trabalho da Federação de Moradores das Associações Comunitárias dos Bairros, Distritos e Zona Rural de Ubá, permitindo uma atuação mais eficiente, contínua e planejada. O foco é a assessoria e formação de lideranças Comunitárias, além de promover a participação popular.

Cerca de 130 associações de moradores serão beneficiadas com apoio nas áreas administrativa, jurídica e social. Também serão oferecidos cursos de capacitação para lideranças, formação profissional, geração de trabalho e renda, oficinas culturais e outras atividades, fortalecendo o desenvolvimento comunitário e a autonomia dos moradores.

Proposta 170: A proposta para a Casa de Acolhimento Lar Irmã Cecília, em São Gonçalo do Rio Preto, visa melhorar a infraestrutura interna. Seriam necessários: Criação de uma lavanderia; Salas para consultório médico e farmácia; Aquisição de uma máquina de lavar e um tanquinho; Aquisição de uma máquina para confecção de fraldas; Compra de fraldas; Essas melhorias são essenciais para oferecer um melhor atendimento e conforto aos internos.

Proposta 172: A Associação Renascer Mylena Vitoria atua na comunidade de Itamarandiba e região há cerca de 6 anos, tendo sido formalizada há 3 anos. Seu trabalho é voltado para atender mães, crianças com necessidades especiais e portadores de condições como PA, CA e insuficiência renal.

Proposta 347:

Proposta 407: O autismo está presente em todas as camadas da sociedade, não fazendo distinção entre classe social ou econômica, daí a necessidade de ações que promovam às pessoas com TEA, sentimentos de igualdade, de pertencimento e de reconhecimento de sua condição em meio a sociedade. Devemos educar as pessoas para que a inclusão de fato aconteça e que exista o respeito às diferenças, sejam elas quais forem. A Lei Brasileira de Inclusão – LBI, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, precisa de fato, ser conhecida e cumprida por todos. As garantias em leis, somente se farão realidade, se todas as pessoas as conhecerem e as respeitarem. Por isso a necessidade de promoções, eventos e mobilizações para que as informações, acerca do autismo cheguem a todos. A ANMA enquanto entidade voltada para a causa autista conhece de perto as dificuldades enfrentadas pelas famílias no que se refere à Educação, Saúde, respeito e inclusão. Nesse sentido, reconhece que é preciso ocupar os espaços e as oportunidades como a proposta pela Lei nº 3.190, para que se trabalhe e que se fale de autismo e sobre suas nuances. Buscando ampliar o atendimento às pessoas com deficiência e suas famílias, a ANMA propõe, através desta contribuição, ampliar o alcance desta proposta, incluindo os municípios circunvizinhos: Pintópolis, São Romão, Icarai de Minas, Luzilândia, Mirabela e Brasília de Minas. Todos esses municípios podem ser contemplados com as atividades da Semana Municipal de Conscientização do Autismo de São Francisco, haja vista que o objetivo da ANMA de São Francisco é estender seus atendimentos e serviços a esses municípios, se tornando uma instituição micro regional na assistência a pessoa com Autismo e suas famílias.

Proposta 468: Projeto de Inclusão Social e Acessibilidade para Pessoas com Deficiência. Objetivos principais: – Promover igualdade de oportunidades: Garantir acesso igualitário a todas as áreas da vida, criando condições para que pessoas com deficiência tenham as mesmas chances de participação e desenvolvimento; – Melhoria da qualidade de vida: Facilitar a conquista de independência e autonomia por meio de recursos e suporte adequados, permitindo que as pessoas com deficiência vivam de forma mais plena e integrada à sociedade; – Combate à discriminação e preconceito: Reduzir atitudes discriminatórias, promovendo respeito e inclusão social para pessoas com deficiência; – Melhoria da infraestrutura de acessibilidade: Adaptar espaços públicos e privados para garantir que sejam acessíveis a todos, com foco na mobilidade e segurança; – Aprimoramento de materiais didáticos adaptados: Desenvolver e disponibilizar materiais de aprendizagem que atendam às necessidades específicas de pessoas com deficiência, garantindo inclusão no processo educacional.

– Promoção de doações: Recolher e distribuir recursos, como cadeiras de rodas e outros equipamentos, para pessoas com deficiência que necessitam de apoio; – Desenvolvimento de programas de reabilitação: Criar espaços para terapia ocupacional, fisioterapia e atividades físicas adaptadas, visando o desenvolvimento físico e psicológico, e promovendo a reabilitação eficaz. Esse projeto visa garantir maior autonomia, acessibilidade e oportunidades para pessoas com deficiência, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Proposta 482: A entidade foi fundada com o objetivo de apoiar ações básicas de saúde, educação e cidadania, orientando famílias tanto na zona rural quanto urbana do município. Desde sua fundação, a entidade tem executado essas ações de forma voluntária, com o sonho de melhorar e ampliar sua missão. A compra de um carro, que pode ser realizada por meio da prefeitura, visa transportar colaboradores, crianças, gestantes, líderes e outras pessoas das comunidades, atendendo às demandas tanto nas áreas urbanas quanto rurais. O veículo permitirá maior alcance e eficiência no atendimento às necessidades das comunidades, facilitando a mobilidade das equipes e beneficiários.

Proposta 484: A aquisição de um carro é essencial para atender às necessidades de locomoção da população das comunidades quilombolas, que enfrentam dificuldades de acesso a serviços essenciais, como escolas, atendimento médico e outras atividades cotidianas e culturais. O quilombo está localizado em uma área afastada do perímetro urbano central, o que torna o deslocamento complicado. O veículo facilitará o acesso aos serviços e contribuirá para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, promovendo maior inclusão social e acesso a direitos básicos.

Proposta 487: O projeto Aquisição de Área Integrativa – Lazer e Terapias visa criar um espaço físico na Apae de Monte Azul, com o objetivo de promover o desenvolvimento de atividades integrativas que beneficiem os usuários. A proposta reconhece que muitas deficiências podem gerar limitações funcionais nas áreas motora, sensorial, perceptiva, cognitiva, comunicacional e comportamental. A saúde e o bem-estar, tanto físico quanto mental, estão profundamente conectados a ambientes que favorecem a convivência social, o lazer e terapias de apoio. O projeto busca atender à crescente necessidade de espaços que incentivem práticas saudáveis, descontração e socialização, proporcionando um ambiente mais inclusivo e terapêutico para as pessoas atendidas pela Apae.

Proposta 680: A Apae de Guapé é uma entidade filantrópica que presta serviços essenciais para pessoas com deficiência, oferecendo apoio educacional e social. No entanto, a instituição enfrenta grandes dificuldades no transporte dos alunos, pois o único veículo disponível não possui acessibilidade para atender adequadamente as necessidades dos usuários.

Proposta 644: Grupos de vulnerabilidade da regional industrial de Contagem precisam do apoio financeiro e material do Estado para o desenvolvimento do projeto “Viver Feliz”. As atividades desenvolvidas pelo projeto (como curso de inglês, formação profissional, oficina de balé, artes marciais, horta Comunitária, culinária e reforço escolar) foram interrompidas devido à falta de recursos. O projeto também captava vagas de emprego na região para o encaminhamento dos jovens para o primeiro emprego. O projeto anterior durou 10 meses, custeado com uma verba municipal de R\$686.000,00, porém, há necessidade de dar continuidade às ações por um período maior.

Proposta 683: Na cidade de Alfenas, não há ônibus escolares adaptados para atender pessoas com deficiência física. Diante dessa necessidade, solicitamos a aquisição de um ônibus adaptado, com o objetivo de atender a demanda municipal e garantir o transporte adequado para alunos com deficiência, tanto na área rural quanto urbana.

Proposta 686: A proposta é a aquisição de veículos adaptados com acessibilidade para o transporte de idosos cadeirantes e com dificuldades de locomoção, com a finalidade de garantir o deslocamento desses assistidos para consultas médicas, tratamentos, especialmente aqueles relacionados ao tratamento oncológico em outras cidades, incluindo atendimentos de urgência. Além disso, solicita-se verba de custeio para auxiliar na alimentação dos 38 idosos atendidos pela instituição. Diante dessa necessidade urgente, é solicitado que seja liberada uma emenda parlamentar para a solução desse problema, com foco na melhoria das condições de vida e no atendimento das demandas básicas dessa população, em conformidade com os ideais de justiça social e inclusão do governo.

Proposta 691: A Conferência São Vicente de Paula, uma entidade sem fins lucrativos fundada em 4/3/1912, localizada em Guaranésia, possui os certificados Cebas, CMI e Cnas. Dada a impossibilidade do poder executivo municipal de Guaranésia de atender diretamente à demanda crescente de acolhimento institucional para idosos, a entidade busca auxiliar o município, garantindo o cumprimento da Política Nacional do Idoso. O aumento na expectativa de vida dos brasileiros e o rompimento de vínculos familiares

têm gerado uma grande demanda por serviços de institucionalização. Nesse contexto, a proposta apresentada visa à adequação do espaço físico da instituição, com o objetivo de aumentar e melhorar a qualidade do serviço prestado. A adequação do espaço garantirá maior segurança, conforto e promoverá um atendimento mais eficiente, atendendo aos interesses coletivos da população idosa, que atualmente não é completamente atendida pelo poder público.

Proposta 692: A necessidade de um novo veículo adaptado para o transporte das crianças com deficiência se tornou urgente, pois o ônibus atual está muito velho e não oferece as condições adequadas para atender aos alunos com mobilidade reduzida, como os cadeirantes. Além de não garantir conforto aos estudantes, o veículo atual também dificulta a visão do motorista, comprometendo a segurança durante o trajeto.

Proposta 696: O Centro Educativo Social de Guaranésia atende quase 100 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O centro oferece serviços de contraturno escolar, promovendo a convivência e o fortalecimento de vínculos familiares para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Além de oferecer uniformes e duas refeições diárias, o centro proporciona apoio psicossocial e diversas oficinas, promovendo atividades culturais, esportivas e educacionais. Essas atividades visam estimular a interação, o diálogo e o desenvolvimento da cidadania, criando novas perspectivas de futuro para os atendidos. A solicitação de verba é de grande importância para garantir que os serviços continuem sendo prestados com qualidade e eficiência, contribuindo para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes atendidos.

Proposta 697: A proposta solicita a aquisição de veículos com 7 lugares para as unidades vinculadas ao Conselho Metropolitano de Porto Alegre, localizado em Varginha, Minas Gerais, com o objetivo de melhorar o atendimento à população assistida. A demanda se justifica pela necessidade de transporte adequado para os moradores dos lares, principalmente para consultas médicas, passeios curtos e atendimentos regulares. O atendimento regionalizado, que abrange diversas cidades, exige uma estrutura de transporte eficiente e segura para garantir o deslocamento das pessoas assistidas. Além disso, é mencionado que as 60 unidades do CNPA (Centro de Apoio e Proteção ao Idoso) precisarão de veículos adequados para prestar um serviço de qualidade e eficiência aos idosos, proporcionando uma melhor logística para os cuidados diários. A proposta também inclui a renovação de equipamentos essenciais, como mobiliário e cantinas, para oferecer um ambiente mais moderno e confortável para os idosos. O mobiliário atual já está desgastado, o que compromete a qualidade do atendimento.

Portanto, a aquisição dos veículos de 7 lugares e a renovação de equipamentos e mobiliário são medidas necessárias para garantir o conforto, a segurança e o bem-estar dos assistidos, especialmente os idosos, que dependem desses serviços para ter uma vida digna e saudável.

Proposta 703: A proposta apresentada busca atender a necessidades essenciais do Conselho Central de Varginha e das instituições vinculadas, com foco em três áreas prioritárias:

1. Aquisição de veículo: O conselho atualmente possui um veículo em condições precárias, sem *airbag*, o que coloca a segurança dos voluntários e assistidos em risco. A aquisição de um novo veículo seria fundamental para melhorar a segurança e eficiência nas atividades institucionais, além de facilitar o transporte de crianças, adolescentes e idosos para eventos, reuniões e outras atividades.

2. Equipamentos para o escritório: A solicitação de equipamentos como notebooks, HD, ventiladores e impressoras visa melhorar a infraestrutura administrativa e operacional do Conselho. Com esses recursos, será possível otimizar as atividades culturais, administrativas e de apoio às famílias, como a organização de festas, palestras e eventos que visam o bem-estar dos assistidos, principalmente os idosos e as famílias em situação de vulnerabilidade social.

3. Reforma do Salão São Vicente de Paulo: O salão desempenha um papel fundamental nas atividades institucionais e culturais do Conselho, do Lar de Varginha, do Conselho Metropolitano e da Igreja de São Vicente. A reforma do espaço permitirá a realização de eventos mais adequados e proporcionará um ambiente seguro e acolhedor para as atividades sociais, culturais e

religiosas. Além disso, o salão é utilizado para locação, o que gera receita para manter as atividades institucionais e fortalecer a assistência às pessoas carentes da região.

Proposta 705: A justificativa para o pedido de recursos é ampliar o atendimento das entidades e associações, permitindo que elas possam alcançar um número maior de pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Proposta 795: A justificativa baseia-se na garantia dos direitos humanos fundamentais, com foco na inclusão social e na participação ativa da pessoa com deficiência e seus familiares na sociedade. O objetivo é assegurar o acesso a uma variedade de serviços essenciais, como atendimento clínico (fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional, musicoterapia, terapia sensorial, entre outros), além de oficinas socioeducativas (artesanato, corte e costura, percussão, etc.). Essas ações são fundamentais para promover a qualidade de vida das pessoas com deficiência e para o apoio aos familiares e cuidadores, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade. Com o pleno funcionamento desses atendimentos, estima-se que cerca de 500 pessoas sejam beneficiadas diretamente.

Proposta 812: O projeto tem como objetivo fortalecer a rede de proteção social da família, atendendo 150 crianças, jovens e adolescentes, de 7 a 14 anos, em situação de vulnerabilidade. Serão oferecidas atividades recreativas, aulas de reforço escolar, artes marciais, oficinas de empreendedorismo, além de oficinas de artesanato, estética e cabeleireiro para mulheres em situação de vulnerabilidade. Essas oficinas visam proporcionar uma alternativa de renda complementar para as famílias atendidas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a autonomia econômica das mulheres.

O projeto contará com a atuação de 5 oficinairos, com um custo mensal de R\$2.000,00 para cada um, para garantir a execução das atividades. Além disso, haverá investimentos em manutenção e aquisição de materiais, bem como a adequação do espaço onde as oficinas serão realizadas, garantindo um ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades. O investimento total visa atender tanto o público infantojuvenil quanto as mulheres em situação de vulnerabilidade, criando oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

Proposta 814: Os Lares São Vicente de Paulo em Minas Gerais recebem recursos provenientes de ações voluntárias, eventos, rifas, doações da comunidade, comerciantes e voluntários. Esses recursos são usados para custear parte dos medicamentos, fraldas, alimentação específica, assistência médica não coberta pelo SUS e o BPC de alguns residentes. No entanto, devido ao aumento da presença de pessoas com deficiência (PCD), o custo com equipes de profissionais é elevado. Muitos lares enfrentam dificuldades financeiras, com alguns chegando ao fim do mês no negativo. Cada lar tem equipes trabalhando em três turnos, apoio administrativo, mas as emendas destinadas não podem ser usadas para custear as equipes. Se essa permissão fosse dada, poderia melhorar significativamente a oferta de serviços especializados, como fisioterapeutas, enfermeiros, educadores físicos, oficinairos e psicólogos, serviços que nem sempre são fornecidos de forma regular pelos municípios. A proposta apresentada visa melhorar o funcionamento do Lar São Vicente de Paulo de Bocaiuva, que opera 24 horas por dia.

Proposta 816: Nossa sociedade tem a necessidade urgente de se profissionalizar, e como entidade, não podemos fechar os olhos para as famílias em situação de vulnerabilidade. Essas famílias precisam de apoio e suporte para superar as dificuldades e garantir um futuro melhor. O município enfrenta um cenário preocupante, com crianças e jovens vivendo em meio à dependência química e à criminalidade, o que pode levar a uma crise social ainda mais profunda. Nesse contexto, as qualificações profissionais são uma ferramenta fundamental para reduzir a vulnerabilidade desses jovens, oferecendo alternativas de geração de renda, inclusão social e autonomia. Ao investir em capacitação, a entidade busca não apenas combater a criminalidade e a dependência química, mas também proporcionar a esses indivíduos uma oportunidade de construir um futuro mais digno e produtivo, afastando-os dos riscos sociais e promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Proposta 817: As regiões de Nova Contagem, Parque São João, Perobas e Jardim Industrial no município de Contagem têm uma demanda represada em relação à capacitação de jovens, adultos e mulheres. A missão da instituição é criar um espaço que

permita a realização dessas capacitações, com o objetivo de gerar trabalho e renda para a população dessas áreas. Para ampliar a oferta de cursos e atender um maior número de beneficiários, a instituição solicita à comissão a liberação de recursos no valor de R\$350.000,00 para a aquisição de equipamentos e mobiliários necessários ao atendimento das demandas.

Proposta 824: O projeto tem como objetivo promover a inclusão social e restaurar a dignidade das pessoas em situação de vulnerabilidade social na região do Bairro Ipiranga, em Juiz de Fora, com o apoio contínuo da comunidade. Com isso, busca-se transformar vidas e construir um futuro mais justo e solidário para todos.

Proposta 928: A Fundação Dirce Figueiredo, com sede em Matozinhos, observando a potência do nosso território (Pedro Leopoldo e Matozinhos), sua relação com períodos de resistência dos povos indígenas e africanos, e a Lei 10.639, pretende, com este projeto: a) valorizar os saberes tradicionais, afro-indígenas e direitos humanos; b) oportunizar um novo olhar para a cultura africana e suas raízes, valorizando a existência e continuidade das religiões de matrizes africanas; c) promover a educação ambiental com foco na agroecologia e reciclagem; e d) formações transversais que articulam outras manifestações artísticas, culturais e o cuidado com o território. Com oficinas de: artesanato, corte e costura, cerâmica, produções com ervas medicinais, capacitação através de agroecologia e reciclagem, o sagrado presente no congado, a história dos orixás, danças, toques de tambores, cantigas, comidas e noções básicas de ervas e outros rituais do candomblé e seus significados, poesia falada – slam, teatros negros, instrumentos de percussão, danças, cinema, direitos humanos, grafite e desenho. O conjunto dessas ações, à luz dos diagnósticos construídos pelas políticas públicas educacionais, tem condições de fortalecer os laços ancestrais que conectam a nossa região a um passado de resistência e aprendizados, contribuindo, assim, com o desenvolvimento social, cultural e econômico da região. Será realizado em instituições parceiras e terá como público-alvo mulheres, população LGBTQIAPN+ e povos de terreiros.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 92/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 69 – Fomento ao Esporte, à Atividade Física e ao Lazer –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Danilo Silva Rodrigues (Polícia Militar de Minas Gerais), Jobi Ferreira (Associação Korion de Desportos), Mario Ângelo Noe (Federação dos Moradores das Associações Comunitárias dos Bairros, Distritos e Zona Rural de Ubá), José Maria Fagundes (Movimento Cultural São José), Jandira Valério Dias (Prefeitura Municipal de Divino), Flávia Peixoto Ribeiro Viana (Apaec Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), Darci Santos de Freitas (Movimento Negro), Sandra Aparecida Hottes Alves (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar), Dalgiza Rufino Marques (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – compir), Fernanda Henrique Estevão (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar), Richardson Ricardo de Lima Castro, Pedro Euzebio Sobrinho, Marcos Henriques Rosa (Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Santa Margarida), Maurílio Barbosa dos Santos, Jhonatan Fernandes de Oliveira (Associação Desportiva Portuguesa), Valter Aparecido de Carvalho (Associação Defesa Famílias Fazendinha), Ernani Geovani de Sousa (Centro Social Mali Martin), Sandra Araújo, Ianne Carvalho Nobre Moraes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaec), Geraldo Leão (Associação Beneficente Lar Irmã Cecília), Jéssica Gonçalves da Cruz Oliveira (Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim), Djenane Cassimara Abreu (Associação Renascer Mylena Vitória), Maria do Socorro Lima Oliveira (Centro de Referência de Assistência Social – Cras Fazendinha), Ana Carolina Coimbra Kroger, Edson Carlos Trindade Silva, Poliana Aparecida da Silva, Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes, Letícia Henriques Soares Leal, Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz

Comunidade Quilombola Pena Branca), José Naldo Anastácio Ribeiro, Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Vilma Pereira Santos (Associação Dos Amigos De Camarinhas), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara Albuquerque Costa), Nadyla cristianny Gonçalves Silva, Angelica de Santana Rocha, Helen Clesia Souza, Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Evay Vilella Lisboa t (Associação Quilombola do Agricultores Familiares de Cruz dos Araújo), João Victor Araújo dos Santos (Associação Buritis de Esporte e Cultura), Daniel Rodrigues Barbosa (Associação de Desenvolvimento do Esporte Amador Pompeano), José Martins da Rocha (Associação Comunitária Morro do Pilar), Cristiano Teixeira Ribeiro, Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes (Capoeira Vídeos), Daniel Alves do Carmo (Fundação Dirce Figueiredo), Linda Crisley Pires (Gabinete Deputado Mauro Tramonte), Edson Carlos Trindade Silva (Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Pompeu – Adep), Giovana Lopes Mori de Resende (Sindicato dos Produtores Rurais de Candeias), Gilmar de Carvalho Marques (Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida), Marco Aurélio Sarrassini (Câmara Municipal de Guaxupé), Alessandro Moreira (Sindicato dos Produtores Rurais de Candeias), Leandro Marcelino da Silva (Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida), Silvana Fagundes e Andrade (Câmara Municipal de Josenópolis), Maykon Vinícius Teixeira da Silva (Monte Azul Esporte Clube), Amâncio Oliva Neto (Prefeitura Municipal de Varzelândia), Adenízio Pereira de Siqueira (Escola Estadual Maria Beltrão de Almeida), Flávio Mendes Ferreira (Câmara Municipal de Luislândia), Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Daniel Alexandre M. Domingos (Associação e Projeto Águia), Margarete Shinobu Shukuri, Osvaldo Henrique Teófilo (Associação Casa da Capoeira), Jose Augusto Francisco Pereira (Associação dos Grupos teatrais do Vale do Jequitinhonha), Thatiane Santos Ruas (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité), Gabriele Cristina Santana Alves (UFMG – Fafich – Departamento de Ciência Política – DCP), Juarez Ferreira (Cooperativa Trabalho Reforma Construção), Helio Luiz Junior de Sá (Polícia Militar de Minas Gerais), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Cristiane Sales Barbosa (Instituto Médico-Legal – IML), Jane Cristiane Pereira Campos (Instituto Elo), Mateus Ferreira de Almeida (Instituto Elo – Programa Mediação de Conflitos), Celso Nunes de Sousa (Instituto Elo – Programa de Mediação de Conflitos), Ana Paula Lamego Balbino, Raquel Ferreira da Silva (Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos – Unidade de Prevenção à Criminalidade Rosaneves), Francisco Uarles Targino da Costa, Daniella Rodrigues Caldas Leite, Davis Anderson de Oliveira, Francisco Carlos Barreto Neto (Polícia Militar de Minas Gerais), Maria Vitoria Oliveira Silva (Unidade de Prevenção à Criminalidade), Giselle Botelho Ribeiro (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), Marcelo Palhares Dutra.

Proposta 19: Apoio ao projeto Educando para a vida, por meio da compra de materiais esportivos, incluindo uniformes, bolas e equipamentos para preparo físico, destinados a crianças de 5 a 14 anos.

Valor: R\$45.000 (quarenta e cinco mil reais).

Proposta 20: Apoio ao projeto Caminho do Gerreiro para viabilizar contratação de treinador, aquisição de equipamentos de treino e locar um espaço para atividades físicas durante um ano.

Valor: R\$50.000,00.

Proposta 29: Apoio/verba financeira para continuidade do trabalho com a capoeira, que é realizado toda quinta-feira, de 06h30 às 07h30 no poliesportivo de Itaobim, com Mestre Salu e Graduado Negão Maurílio.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$80.000,00

Proposta 180: Criação de uma escola de futebol para a população de baixa renda, dando início através de nossa associação esportiva de Itamarandiba.

Objetivo do programa: Retirar crianças e adolescentes das ruas, garantindo mais saúde e segurança a toda população.

Público-alvo: Crianças e adolescentes.

Meta financeira: Entre R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e R\$90.000,00 (noventa mil reais).

Proposta 276: Propomos Projeto que se destina ao público idoso, de ambos os sexos, com a faixa etária a partir de 60 anos de idade, residentes na região de São João da Ponte e cidades Circunvizinhas como Varzelândia, Ibiracatu, Japonvar, Patis, entre outras. Com objetivo de promover prática esportiva, lazer, inclusão social e a melhoria da saúde da população, ofertando práticas de exercícios físicos coletivos de caráter aeróbico, voltados à promoção da saúde, por meio de aulas de atividades rítmicas, exercícios funcionais, dentre outros.

Proposta 316: O Esporte Social e de Participação é uma importante ferramenta de formação cidadã e educacional, oportunizando crianças e adolescentes a prática de atividade física regular e todos os benefícios do esporte.

Neste sentido, é necessário que o Estado aporte recursos em OSC que tenham a capacidade de atender crianças e adolescentes, com foco em originários do CADÚnico e vulneráveis, reduzindo assim os riscos sociais desta parte da sociedade.

Proposta 323: Promover prática esportiva, lazer, inclusão social e a melhoria da saúde da população e também o acesso ao desenvolvimento social e pessoal, ofertando práticas de exercícios físicos coletivos possibilitando a participação e execução de eventos e competições que podem até mesmo fazer com que os beneficiários tenham o direito de concorrer a bolsa atleta estadual e federal, ainda sabendo que a bolsa estadual é pouco vista. Projetos com coordenadores, professores, psicólogos, fisioterapeutas. Materiais esportivos, também projetos voltados ao paradesporto e assim por sequência social.

Proposta 325: Associação Desportiva Cultural e Lazer – ADCL Clube

Propor atividade referente a Ação 4514 – Promoção do Esporte de Participação e Rendimento como instrumento de Desenvolvimento Social. O crescimento populacional da pessoa no Brasil e no mundo, motivado pelo aumento da expectativa de vida é uma importante conquista, entretanto, representa um grande desafio tanto para a sociedade, quanto para o poder público, pois é fundamental associar longevidade com condições dignas e qualidade de vida no processo da primeira infância. Com objetivo de promover prática esportiva, lazer, inclusão social e a melhoria da saúde da população e também já o acesso ao desenvolvimento social e pessoal, ofertando práticas de exercícios físicos coletivos de caráter – Incluir atividades que estimulem a socialização e interação. – Manter um ambiente alegre e motivador.

Obter espaços esportivos, acesso ao esporte desde 6 a 18 anos de idade em ambos os sexos. Com modalidades esportivas individuais e coletivas. Participação e execução de eventos e competições que podem até mesmo fazer com que os beneficiários tenham o direito de concorrer a bolsa atleta estadual e federal, ainda sabendo que a bolsa estadual é pouco vista. Projetos com coordenadores, professores, psicólogos, fisioterapeutas. Materiais esportivos, também projetos voltados ao paradesporto e assim por sequência social.

Proposta 331: Realização dos Jogos Mineiros de Capoeira

Valor Solicitado 300.000 Trezentos Mil Reais

Proposta 333: Promover prática esportiva, lazer, inclusão social e a melhoria da saúde da população e também já o acesso ao desenvolvimento social e pessoal, ofertando práticas de exercícios físicos coletivos de caráter – Incluir atividades que estimulem a socialização e interação. – Manter um ambiente alegre e motivador.

Proposta 412: Realização do Campeonato de Capoeira do Sul de Minas em Alfenas

Logística e Infraestrutura: R\$50 mil

– \*\*Aluguel do Espaço (R\$20 mil):\*\* Reserva do espaço para o evento, incluindo taxas de utilização e infraestrutura.

– \*\*Montagem de Palco e Acessórios (R\$10 mil):\*\* Estrutura para as competições, incluindo tatames, som e iluminação.

– \*\*Materiais de Apoio (R\$5 mil):\*\* Compra de materiais para as oficinas e competições, como cordas, instrumentos musicais e vestuário.

– \*\*Transporte (R\$15 mil):\*\* Custos com transporte para mestres convidados e grupos de capoeira que virão de outras cidades.

### 3. Formação e Capacitação – R\$20 mil

– \*\*Oficinas e Palestras (R\$15 mil):\*\* Realização de oficinas de capoeira e palestras sobre a história e aspectos culturais, com a participação de mestres renomados.

– \*\*Treinamento de Voluntários (R\$5 mil):\*\* Capacitação de voluntários que ajudarão na organização do evento, abordando logística e atendimento ao público.

### 4. Divulgação e Marketing – R\$10 mil

– \*\*Campanha de Divulgação (R\$5 mil):\*\* Criação de materiais promocionais (cartazes, *banners*, redes sociais) para divulgar o campeonato em escolas, academias e redes sociais.

– \*\*Cobertura do Evento (R\$5 mil):\*\* Registro fotográfico e em vídeo do campeonato, para utilização nas redes sociais e futuras promoções.

### 5. Premiação e Reconhecimento – R\$20 mil

– \*\*Troféus e Medalhas (R\$10 mil):\*\* Confeccionamento de troféus e medalhas para os vencedores de cada categoria.

– \*\*Certificados de Participação (R\$5 mil):\*\* Emissão de certificados para todos os participantes e voluntários.

– \*\*Eventos de Encerramento (R\$5 mil):\*\* Realização de uma festa de encerramento para celebrar a participação de todos e fortalecer os laços entre os capoeiristas.

Proposta 416: Promoção de Aulas de Muay Thai para Mulheres e Pessoas não binárias em Belo Horizonte

Proposta 551: Compra de kits esportivos para os jogadores da Comunidade Porções na Cidade de Francisco Sá. Essa comunidade é muito carente.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$10.000,00 (dez reais).

Proposta 556: Aglutinar à proposta 19.

Realização de um evento denominado Jogos da Diversidade Quilombola no município de Cônego Marinho.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$203.000,00

Proposta 570: Reforma e viabilização de um equipamento cedido pela Fundação João Pinheiro à Abesc para realização de atividade esportiva

Valor: R\$500.000,00

Proposta 572: Projeto Cidadania através do Esporte para fomento de atividades esportivas na região de Matozinhos, Capim Branco e Pedro Leopoldo

Valor: R\$250.000,00

Proposta 573: Apoio ao Projeto Incluir: Esporte, Lazer e Educação para implantação de 3 núcleos de esportes em áreas vulneráveis, atendendo a crianças e adolescentes de 6 a 17 anos em Pompéu.

Valor: R\$244.000,00

Proposta 575: Apoio à Associação Comunitária de desenvolvimento urbano e rural do município de Morro do Pilar para acompanhar o desenvolvimento integral de crianças e jovens na área esportiva.

Valor: R\$36.000,00

Proposta 576: Aquisição de 25 kits de material esportivo para oferta de atividades esportivas no município de Morro do Pilar, para aproximadamente 300 pessoas

Valor R\$37.500,00

Proposta 580: A proposta é realizar uma reforma completa no Estádio de Futebol Doméstico Abraão Chair, localizado na cidade de Conceição Aparecida. A reforma incluirá melhorias nas instalações do estádio, com foco na recuperação e aprimoramento do gramado, visando oferecer melhores condições para os jogos e eventos esportivos locais. O valor solicitado para a execução dessa reforma é de R\$500.000

Proposta 582: A proposta é a aquisição de um ônibus ou micro-ônibus para a Secretaria de Esportes de Conceição Aparecida, com o objetivo de proporcionar transporte adequado para os atletas e equipes esportivas da cidade. O valor solicitado para a aquisição de um ônibus é de R\$1.000.000, enquanto a opção por um micro-ônibus tem um custo estimado de R\$400.000.

Proposta 584: A verba solicitada, no valor de R\$150.000, será destinada à manutenção dos projetos esportivos da Secretaria de Esportes de Conceição Aparecida. O projeto tem como objetivo atender 250 crianças, oferecendo treinamento e atividades esportivas regulares, com o acompanhamento de dois profissionais de Educação Física.

Proposta 591: Academia especial para PCD e idosos.

Entidade: Centro de Reabilitação de Lourdes em Montes Claros

Valor: R\$100.000,00

Proposta 594: Sugiro que seja destinado kits esportivos e construção de espaços esportivos com quadras poliesportivas e áreas de lazer para atender a nossa população de Josenópolis/Porteirinha que possui parte da população que atua no esporte sendo Crianças jovens e veteranos.

Proposta 595: Apoio ao projeto Esporte É Vida, Criança Feliz, realizado pelo Monte Azul Esporte Clube.

Objetivo: trazer mais crianças e adolescentes a praticar esportes para formar humanos e mulheres de caráter e honra para nossa sociedade.

Finalidade: crianças e adolescentes de sete anos a 15 anos a finalidade a beneficiar crianças e adolescentes

público-alvo: crianças e adolescentes e sete a 15 anos

Acréscimo de valor R\$115.000,00.

Proposta 597: Recurso para a 1ª Copa Municipal do território Quilombo brejo dos crioulos e não Quilombolas destaca a importância de um evento esportivo voltando para a integração valorização e fortalecimento das comunidades quilombo de Varzelândia e em torno.

Novo objetivo: promover a integração e valorização das comunidades carambolas fortalecendo a identidade cultural e coesão social por meio do esporte.

Finalidade: a copa visa incentivar a prática esportiva como ferramenta de inclusão e desenvolvimento social. Proporcionar um espaço de colaboração das tradições e histórias Quilombolas.

Público – alvo: moradores das comunidades rurais de Várzea e das cidades vizinhas abrangendo território de São João da Ponte, Virgolândia e Varzelândia

Acréscimo de valor na meta financeira R\$300.000

Alteração intermediário Montes Claros Minas Gerais.

Proposta 601: Projeto tem por finalidade a instalação de gramado sintético em um campo *society* dentro da instalação da Associação Monte Azul Esporte Clube (Maec) para que tenha uma estrutura para receber esses atletas para a prática de Esporte.

Objetivo: objetivo é trazer esse público para a prática de esporte de forma decente para que seja formado homens e mulheres de caráter e honra para nossa cidade.

Finalidade: a finalidade é proporcionar um local adequado para a prática de futebol.

Novo público-alvo: crianças e adolescentes de sete a 15 anos.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$145.000,00.

Proposta 602: O projeto tem por finalidade a execução de uma quadra de futebol na comunidade do Riacho Seco em Monte Azul, Minas Gerais.

Esse projeto é um sonho para comunidade e será de grande valia.

Objetivo: o objetivo é trazer os atletas da comunidade à prática.

Finalidade: a finalidade é proporcionar um local para a prática esportiva na comunidade.

Público-alvo: jovens e adolescentes.

Meta financeira R\$100.000.

Proposta 603: Realização do 10º campeonato Nizo da Miguela 2025 no povoado de Salvinópolis, município de São João da Ponte.

Objetivo: o objetivo é promover o lazer cultura para nossa região que é apaixonada por futebol além desse lazer a comunidade faz girar a economia local.

Meta financeira R\$100.000.

Proposta 605: Criação do parque infantil – criar um espaço seguro e divertido para crianças promovendo a socialização e desenvolvimento infantil – Pedras de Maria da cruz.

Meta financeira R\$25.000.

Proposta 611: Aquisição de materiais esportivos. Associação do bairro Santo Preto.

Meta financeira: R\$50.000.

Proposta 612: Recurso para a realização da 3ª copa quilombola do estado de Minas Gerais, no município de Pedras de Maria da Cruz, realização Associal de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinha.

Meta financeira: R\$250.000,00.

Proposta 661: A proposta é realizar melhorias na drenagem do campo de futebol da associação em Candeias, Minas Gerais, devido à construção em um local doado, que causa o acúmulo de água e danifica o gramado. A intervenção visa melhorar as condições do campo, garantindo a qualidade do gramado e evitando danos causados pela água acumulada. O valor estimado para a execução das melhorias é de R\$350.000,00.

Proposta 663: A proposta é viabilizar a verba de custeio para a realização de festivais e campeonatos organizados pela Associação e Projeto Águia, na cidade de Guaranésia. O objetivo é garantir os recursos necessários para o desenvolvimento desses eventos, incentivando a prática esportiva e o envolvimento social na cidade. Valor de R\$100.000,00

Proposta 666: A proposta é investir na aquisição de um micro-ônibus ou van para a Associação Projeto Águia, na cidade de Guaranésia, com o objetivo de reduzir os custos com transportes terceirizados e ampliar o alcance dos atletas para a microrregião. O veículo será utilizado para transportar os atletas da associação a festivais e campeonatos esportivos, facilitando a participação em eventos e proporcionando maior mobilidade para a equipe. Valor de R\$600.000 ou R\$300.000.

Proposta 669: A proposta é a aquisição de um ônibus ou micro-ônibus para a Prefeitura Municipal de Guaxupé, destinado ao transporte de atletas da cidade para festivais e competições interestaduais. O valor estimado para a aquisição do veículo é de R\$1.000.000,00 ou R\$600.000,00

Proposta 670: A proposta é a reestruturação do campo Rio Branco, localizado na cidade de Candeias, devido a um problema no posicionamento de um dos lados do gol está fora do esquadro. O valor estimado para a execução desse projeto é de R\$300.000,00.

Proposta 763: Recurso para a realização das do 7º Encontro e Festival Interestadual de Capoeira, como parte do projeto “Agita Capoeira” do município de Jequitinhonha.

Meta Financeira R\$50.000.

Proposta 896: A ampliação da meta financeira da ação 4170 em R\$200.000 visa a criação de três espaços de prática de Muay Thai nas cidades de Belo Horizonte, Contagem e Santa Luzia, destinados a 200 mulheres e pessoas não binárias. O objetivo é proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para essas pessoas, promovendo a inclusão, o empoderamento e o bem-estar físico e mental por meio da prática esportiva.

Proposta 897: O projeto visa garantir atividades esportivas seguras e acessíveis, com o objetivo de fortalecer a saúde física e mental das participantes, além de estimular valores essenciais como cooperação, respeito e responsabilidade cívica por meio do esporte. Com um foco no desenvolvimento integral das crianças, o projeto busca impactar diretamente 150 crianças. A meta financeira para a execução do projeto é de R\$300.000.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 19: O projeto Educando p/ a Vida, que já existe há mais de 10 anos, tem sido fundamental para ajudar muitas crianças a se tornarem mais humanas e participativas na escola. No entanto, atualmente enfrenta grandes dificuldades devido à falta de apoio. As crianças não têm uniformes, sapatos ou materiais adequados para treinar, o que compromete a continuidade do trabalho.

O projeto atende mais de 45 crianças carentes que precisam de ajuda para se desenvolverem de forma saudável e construir uma mente melhor. Por isso, busco recursos para garantir que essa importante iniciativa não pare, permitindo que essas crianças continuem a ter acesso a oportunidades de crescimento e aprendizado.

Proposta 20: A Associação Kerion precisa de recursos para executar seus projetos sociais, pois não possui sede própria e enfrenta limitações financeiras para atender todas as demandas na região.

Proposta 29: O projeto é importante para retirar as crianças das ruas e ensinar a capoeira como esporte e forma de desenvolvimento do corpo e mente, ajudando-as a desenvolver um futuro melhor.

Proposta 180: Visando lazer e cultura para nossa cidade necessitamos de uma escola de futebol para nossas crianças e adolescentes. As crianças têm muita energia e pouco lazer, a escola viria para ocupá-las com uma atividade saudável, além de poder descobrir novos craques do futebol. Há grande dificuldade financeira e conseguir os materiais necessários, sendo assim, precisamos de um incentivo financeiro inicial para a criação da escolinha. A escola terá um fim social, para o bem-estar de todos, sem fins lucrativos.

Proposta 276: Propor atividade referente a Ação 4514 – Promoção do Esporte de Participação e Rendimento como instrumento de Desenvolvimento Social.

O crescimento populacional da pessoa idosa no Brasil e no mundo, motivado pelo aumento da expectativa de vida é uma importante conquista, entretanto, representa um grande desafio tanto para a sociedade, quanto para o poder público, pois é

fundamental associar longevidade com condições dignas e qualidade de vida no processo de envelhecimento. O processo de envelhecimento tem sido pensado de diferentes formas, a fim de aperfeiçoar a vida deste grupo de melhorar assim a qualidade de vida dos mesmos. O público específico é constituído em sua maioria por aposentados, assalariados, pertencentes a grupos com quadro de doenças crônicas, em situação de vulnerabilidade, que buscam socialização interacional, lazer, atividades de prevenção da saúde, atendimento social e melhoria na qualidade de vida, como forma de enfrentamento para tais problemáticas. A prática de atividade física é fundamental na vida das pessoas para a prevenção de doenças, controle de doenças crônicas e melhoria da autoestima. Propomos Projeto que se destina ao público idoso, de ambos os sexos, com a faixa etária a partir de 60 anos de idade, residentes na região de São João da Ponte e cidades Circunvizinhas como Varzelândia, Ibiracatu, Japonvar, Patis, entre outras. Com objetivo de promover prática esportiva, lazer, inclusão social e a melhoria da saúde da população, ofertando práticas de exercícios físicos coletivos de caráter aeróbico, voltados à promoção da saúde, por meio de aulas de atividades rítmicas, exercícios funcionais, dentre outros.

Duração das atividades entre 45 minutos e 1 hora, sendo 2 vezes por semana cada turma.

Equipamentos necessários:

- Música animada
- Cones ou marcas no chão
- Bolas leves
- Faixas elásticas
- Cadeiras
- Pesos leves (opcional)

Execução do Circuito:

Dividir o grupo em 8-10 estações, com 4-5 minutos em cada estação.

1. Alongamento
  2. Caminhada em lugar
  3. Exercícios com bolas (lançamento, recepção, etc.)
  4. Treinamento de força (com faixas elásticas ou pesos leves)
  5. Equilíbrio (em pé sobre um pé, etc.)
  6. Exercícios de flexibilidade (sentado ou em pé)
  7. Dança ou movimentos rítmicos
  8. Relaxamento e respiração profunda
- Aquecimento: 5 minutos de caminhada no próprio lugar ou alongamento.
  - Em cada estação, demonstrar o exercício e fornecer orientações claras.
  - Estimular a participação ativa, respeitando os limites físicos de cada idoso.
  - Fornecer pausas regulares para descanso e hidratação.
  - Realizar relaxamento guiado.
  - Certificar de que o espaço seja seguro e livre de obstáculos.
  - Verificar a saúde dos participantes antes de iniciar as atividades.
  - Implantar plano de emergência em caso de necessidade.

Observações:

- Personalizar as atividades de acordo com as necessidades e habilidades do grupo.
- Incluir atividades que estimulem a socialização e interação.
- Manter um ambiente alegre e motivador

Proposta 316:

Proposta 323: Associação Desportiva Cultural e Lazer – ADCL Clube

Propor atividade referente a Ação 4514 – Promoção do Esporte de Participação e Rendimento como instrumento de Desenvolvimento Social. O crescimento populacional da pessoa no Brasil e no mundo, motivado pelo aumento da expectativa de vida é uma importante conquista, entretanto, representa um grande desafio tanto para a sociedade, quanto para o poder público, pois é fundamental associar longevidade com condições dignas e qualidade de vida no processo da primeira infância. Com objetivo de promover prática esportiva, lazer, inclusão social e a melhoria da saúde da população e também já o acesso ao desenvolvimento social e pessoal, ofertando práticas de exercícios físicos coletivos de caráter – Incluir atividades que estimulem a socialização e interação. – Manter um ambiente alegre e motivador.

Obter espaços esportivos, acesso ao esporte desde 06 a 18 anos de idade em ambos os sexos. Com modalidades esportivas individuais e coletivas. Participação e execução de eventos e competições que podem até mesmo fazer com que os beneficiários tenham o direito de concorrer a bolsa atleta estadual e federal, ainda sabendo que a bolsa estadual é pouco vista. Projetos com coordenadores, professores, psicólogos, fisioterapeutas. Materiais esportivos, também projetos voltados ao paradesporto e assim por sequência social.

Proposta 325:

Proposta 331: Organizados pelo **Mestre Guiné** em parceria com o **Coletivo Capoeira Contagem Ofício do Mestre**, foram um marco importante para a capoeira em Minas Gerais, promovendo sua valorização cultural e impacto social. Realizado na cidade de Contagem, o evento reuniu aproximadamente **300 competidores** e mais de **mil capoeiristas** de várias regiões, tornando-se uma das maiores celebrações de capoeira no estado e fortalecendo os laços da comunidade capoeirística.

O evento teve como um dos principais objetivos promover a inclusão, ao proporcionar competições que vão além do aspecto técnico, criando um ambiente de interação, aprendizado e respeito entre capoeiristas de diferentes níveis, idades e experiências. Dividido em categorias para contemplar iniciantes, intermediários e mestres, o evento destacou a capoeira não só como um esporte, mas como uma prática cultural rica e ancestral. Esse ambiente de troca de conhecimento incentivou o fortalecimento de valores essenciais, como disciplina, comunidade e respeito à diversidade.

Além das competições, os Jogos Mineiros de Capoeira ofereceram oficinas técnicas, rodas de capoeira e palestras formativas, sendo realizadas também em espaços públicos da cidade, como praças e parques, promovendo uma interação direta entre capoeiristas e a população local. As rodas de capoeira ao ar livre foram especialmente importantes para envolver o público, despertando o interesse da comunidade pela capoeira e mostrando a força e beleza dessa arte, contribuindo para a valorização da cultura afro-brasileira e desmistificando preconceitos.

Um dos destaques foi o compromisso formativo dos Jogos, com palestras ministradas por mestres renomados que abordaram a história da capoeira, suas raízes africanas e sua importância na resistência cultural e identidade nacional. Essas atividades educativas ampliaram o conhecimento dos participantes sobre a capoeira, reforçando a relevância de manter suas tradições vivas e preservadas.

Com o apoio de instituições culturais e governamentais, os Jogos Mineiros de Capoeira, idealizados por Mestre Guiné e o Coletivo Capoeira Contagem Ofício do Mestre, reafirmaram a capoeira como uma ferramenta poderosa de transformação social e

cidadania. A iniciativa não apenas fortaleceu a prática local, mas também promoveu valores de inclusão, respeito e igualdade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e para a preservação desse patrimônio cultural brasileiro.

Proposta 333: Propor atividade referente a Ação 4514 – Promoção do Esporte de Participação e Rendimento como instrumento de Desenvolvimento Social. O crescimento populacional da pessoa no Brasil e no mundo, motivado pelo aumento da expectativa de vida é uma importante conquista, entretanto, representa um grande desafio tanto para a sociedade, quanto para o poder público, pois é fundamental associar longevidade com condições dignas e qualidade de vida no processo da primeira infância. Com objetivo de promover prática esportiva, lazer, inclusão social e a melhoria da saúde da população e também já o acesso ao desenvolvimento social e pessoal, ofertando práticas de exercícios físicos coletivos de caráter – Incluir atividades que estimulem a socialização e interação. – Manter um ambiente alegre e motivador.

Proposta 412: A capoeira é uma manifestação cultural rica, que combina luta, dança, música e tradição. Alfenas, com sua diversidade cultural e tradição na capoeira, é o local ideal para sediar um campeonato que reunirá capoeiristas do Sul de Minas Gerais. O evento não apenas incentivará a prática da capoeira, mas também fortalecerá os laços entre os praticantes, promovendo a cultura local e gerando um impacto positivo na economia da cidade.

**\*\*Objetivo Geral:\*\***

Promover o Campeonato de Capoeira do Sul de Minas em Alfenas, reunindo capoeiristas de diversas faixas etárias e grupos, visando valorizar a capoeira como expressão cultural, fortalecer a comunidade e proporcionar uma plataforma para o intercâmbio de experiências entre os praticantes.

**### 1. Estrutura do Evento**

– **\*\*Data e Local:\*\*** O campeonato será realizado em um espaço público de Alfenas, preferencialmente um ginásio ou praça, que possa acomodar um grande número de participantes e espectadores.

– **\*\*Programação:\*\*** O evento contará com competições em diferentes categorias (infantil, juvenil, adulto e *master*), além de apresentações culturais, oficinas de capoeira e rodas de capoeira com mestres da região.

– **\*\*Inscrições:\*\*** As inscrições estarão abertas para todos os grupos de capoeira do Sul de Minas, com uma taxa simbólica que ajudará na organização do evento.

**### 2. Logística e Infraestrutura – R\$50 mil**

– **\*\*Aluguel do Espaço (R\$20 mil):\*\*** Reserva do espaço para o evento, incluindo taxas de utilização e infraestrutura.

– **\*\*Montagem de Palco e Acessórios (R\$10 mil):\*\*** Estrutura para as competições, incluindo tatames, som e iluminação.

– **\*\*Materiais de Apoio (R\$5 mil):\*\*** Compra de materiais para as oficinas e competições, como cordas, instrumentos musicais e vestuário.

– **\*\*Transporte (R\$15 mil):\*\*** Custos com transporte para mestres convidados e grupos de capoeira que virão de outras cidades.

**### 3. Formação e Capacitação – R\$20 mil**

– **\*\*Oficinas e Palestras (R\$15 mil):\*\*** Realização de oficinas de capoeira e palestras sobre a história e aspectos culturais, com a participação de mestres renomados.

– **\*\*Treinamento de Voluntários (R\$5 mil):\*\*** Capacitação de voluntários que ajudarão na organização do evento, abordando logística e atendimento ao público.

**### 4. Divulgação e Marketing – R\$10 mil**

– **\*\*Campanha de Divulgação (R\$5 mil):\*\*** Criação de materiais promocionais (cartazes, banners, redes sociais) para divulgar o campeonato em escolas, academias e redes sociais.

– **\*\*Cobertura do Evento (R\$5 mil):\*\*** Registro fotográfico e em vídeo do campeonato, para utilização nas redes sociais e futuras promoções.

#### ### 5. Premiação e Reconhecimento – R\$20 mil

– **\*\*Troféus e Medalhas (R\$10 mil):\*\*** Confeccionamento de troféus e medalhas para os vencedores de cada categoria.

– **\*\*Certificados de Participação (R\$5 mil):\*\*** Emissão de certificados para todos os participantes e voluntários.

– **\*\*Eventos de Encerramento (R\$5 mil):\*\*** Realização de uma festa de encerramento para celebrar a participação de todos e fortalecer os laços entre os capoeiristas.

#### ### Impacto Esperado:

O Campeonato de Capoeira do Sul de Minas em Alfenas não apenas fomentará a prática da capoeira, mas também promoverá a integração social e cultural entre os participantes e a comunidade local. Espera-se que o evento atraia um grande público, proporcionando visibilidade à capoeira e gerando um impacto positivo na economia local, com o aumento do fluxo de pessoas na cidade.

Além disso, o evento servirá como uma plataforma para o intercâmbio de experiências entre capoeiristas de diferentes grupos, contribuindo para a formação de uma rede de apoio e amizade, essencial para a continuidade e valorização da capoeira como patrimônio cultural.

**\*\*Orçamento Total do Projeto:\*\*** R\$100 mil

**\*\*Prazo de Execução:\*\*** 3 meses antes da realização do evento.

Proposta 416: No contexto urbano de Belo Horizonte, tanto mulheres quanto pessoas não binárias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, enfrentam desafios significativos decorrentes de um mundo patriarcal que perpetua discriminações e desigualdades de gênero. Muitas dessas pessoas são marginalizadas e encontram barreiras que limitam suas oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal.

O projeto tem como objetivo promover a inclusão, o empoderamento e o bem-estar físico e mental de mulheres e pessoas não binárias em situação de vulnerabilidade social, utilizando o esporte como uma ferramenta transformadora. Tem também como objetivo empregar mulheres, professoras de *muay thai*, garantindo um ambiente mais igualitário e inspirador para as praticantes e gerando emprego para as professoras. Além de fornecer um espaço seguro para a prática esportiva, o projeto visa fortalecer a autoestima, a confiança e a resiliência dessas pessoas, contribuindo para a superação das discriminações sofridas.

Investir em um projeto esportivo voltado para mulheres e pessoas não binárias em situação de vulnerabilidade social em Belo Horizonte é uma estratégia eficaz para promover a inclusão social, a igualdade de gênero e a saúde. Este projeto não apenas melhora a qualidade de vida das participantes, mas também fortalece a comunidade como um todo, criando um ambiente mais justo e igualitário.

Proposta 551: A Comunidade de Porções na Cidade de Francisco Sã, não tem kit esportivo nenhum incentivo para os moradores praticarem esporte. A distribuição do kit promoverá a saúde e bem-estar, criando uma rotina ativa e saudável para toda a comunidade que é carente.

Proposta 556: Os jogos da diversidade quilombola de Cônego Marinho visa celebrar e valoriza a cultura quilombola, promovendo intercâmbio cultural e reconhecer a importância histórica dos quilombos. o evento incentiva o respeito, a inclusão e preservação das tradições, além de promover o turismo e valorizar a diversidade local.

Serão oito finais de semanas de evento com 8 comunidades do município e 4 comunidades locais.

O valor solicitado será investido em infraestrutura, divulgação, premiações, alimentação, logística, atrações artísticas, licenças e seguros. A estimativa de custo do evento é de R\$203.000,00 (duzentos e três mil reais).

Proposta 570: O Centro Esportivo e Cultural da Abesc foi implantado em um equipamento esportivo da Fundação João Pinheiro que foi cedido para a Abesc por um período de 20 anos. Se trata de um clube com excelente espaço físico, mas que ficou anos sem atividade, deteriorando parte dos equipamentos e a estrutura física.

Ao longo de mais de 15 anos esse espaço ficou em desuso, o que deteriorou parte da estrutura física e equipamentos esportivos. Como o campo de areia e o vestiário do Ginásio Poliesportivo.

A reforma e revitalização desses dois espaços (quadra de areia e vestiário do ginásio poliesportivo) possibilitará uma ampliação do número de atendimentos uma significativa melhora qualitativa para os já beneficiados das nossas atividades, e além de uma diversidade nas modalidades a serem oferecidas, ampliando para o futebol, voleibol, handebol e demais modalidades que são jogadas na areia. O vestiário está na mesma edificação do ginásio poliesportivo que já conseguimos revitalizar e utilizamos diariamente com a prática do futsal, voleibol, handebol e ginástica para terceira idade, porém não temos um vestiário que possa ser utilizado pelo público atendido nas proximidades do ginásio, o que gera um grande transtorno principalmente em períodos de chuvas e para atendimentos a PCD.

Proposta 572: Oferta de práticas esportivas de futebol, basquete, voleibol, artes marciais e funcional disponibilizando material esportivo, acompanhamento de assistente social e professores capacitados.

Proposta 573: Pompéu é uma cidade no Centro oeste Mineiro 32 mil habitantes. Um dos principais problemas é o alto índice de criminalidade entre adolescentes. Neste sentido o Projeto Incluir se justifica por oportunizar para mais de 180 crianças e adolescentes o acesso ao esporte, sendo mais de 15mil atendimentos anuais.

Proposta 575: Desenvolver programas de acompanhamento de jovens e adolescentes na área esportiva, criando ambiente saudável para seu desenvolvimento integral.

Proposta 576:

Proposta 580: A reforma no Estádio de Futebol Doméstico Abraão Chair visa promover uma prática esportiva de qualidade, oferecendo um ambiente mais adequado e moderno para atletas e torcedores. Com as melhorias nas instalações, especialmente no gramado, o estádio proporcionará melhores condições para a realização de jogos e competições, o que contribuirá para o aprimoramento do esporte local.

Além disso, a reforma tem o potencial de atrair mais adeptos do futebol, uma vez que as novas condições do estádio tornarão os eventos mais agradáveis e profissionais.

Proposta 582: O município de Conceição Aparecida participa de diversas competições esportivas ao longo do ano, mas atualmente não dispõe de um ônibus específico para a Secretaria de Esportes, o que dificulta o transporte adequado dos atletas para as competições. A aquisição de um ônibus ou micro-ônibus para a Secretaria de Esportes facilitará significativamente o traslado das equipes para eventos regionais e nacionais, proporcionando mais conforto, segurança e praticidade. Com esse novo meio de transporte, o município terá melhores condições para aumentar sua participação em competições, promovendo uma maior integração dos atletas e incentivando a prática esportiva.

Proposta 584: O projeto Bola pra Frente: Construindo uma Nova História é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Conceição Aparecida (MG) que tem como objetivo promover a prática de atividades físicas e esportivas para um público diversificado, composto por crianças, jovens, adultos e idosos. O projeto busca, por meio do esporte, proporcionar uma alternativa saudável e educativa para os participantes, especialmente para as crianças e jovens, incentivando-os a se afastarem das telas e dos caminhos ilícitos.

O projeto oferece treinamentos esportivos regulares, nos quais os participantes aprendem valores importantes, como disciplina, responsabilidade e trabalho em equipe. Além disso, o esporte é uma ferramenta fundamental para a melhoria da qualidade de vida, promovendo saúde física, mental e social aos envolvidos. Ao envolver diferentes faixas etárias, o projeto também contribui para a integração da comunidade, proporcionando um espaço de convivência, inclusão e fortalecimento dos vínculos sociais.

Proposta 591: Criar ou abrir uma academia especial em Montes Claros no centro de hortas e prótese de reabilitação de Montes Claros reabilitar as pessoas portadores de necessidades especiais com estrutura de uma academia especial adaptada com profissionais habilitados atendendo as pessoas individualmente reabilitando e trabalhando o fortalecimento dos MMSS e MM II. Melhorar a autoestima, aparelho cardiorrespiratório, fortalecimento de músculos e reabilitação. Aquisição dos equipamentos adaptados e contratação de professores de educação física e fisioterapia.

Proposta 594: Primeiramente quero parabenizar a equipe motivo de solicitar os kits esportivos surgiu devido a demanda dos jogadores tanto da área juvenil como os nossos veteranos de kits de esporte para atender as demandas solicitadas uma vez que quando vão jogar eles acabam jogando com o mesmo uniforme muitas vezes faltam uniforme Sabe que o esporte é o caminho para tornar a vida das pessoas que o praticam mais saudáveis e também faz com que os jovens se interessem uns com os outros por isso devemos apoiar esporte e também criar espaço para promover o esporte lazer.

Proposta 595: A associação Monte Azul Corte clube concede Social e administrativa na cidade de Monte Azul Minas Gerais é uma associação sem fins lucrativos que visa proporcionar esporte lazer aos cidadãos de Monte Azul e região, em especial, crianças e adolescentes que Desejam a práticas esportiva do futebol associação Trabalho com quase 100 crianças em sua grande maioria crianças carentes que necessitam de chuteiras, meias, uniformes, coletes, bolas, transportes alimentação e materiais esportivos.

Proposta 597: A Copa Municipal do território Quilombola Brejo dos crioulos abrange todo o território e é voltado para jovens e adultos lideranças Comunitárias e culturais Além de turistas e apoiadores da cultura carambola ao reunir essa comunidade a incentiva a participação ativa de diversos públicos na valorização da identidade e história do território quilombo. Além disso, buscar impulsionar o turismo cultural e o desenvolvimento econômico local estimulando a interação entre as comunidades e atraindo visitantes para a região.

Instituto Brasil Instituto Brasileiro Gestão e execução de serviços públicos e sociais e desenvolvimento urbano e rural.

Proposta 601: Associação Monte Azul Esporte Clube (Marc) com sede Social e administrativa na cidade de Monte Azul é uma associação civil sem fins educativos que visa proporcionar esporte lazer aos cidadãos de Monte Azul e, em especial, crianças e adolescentes que desejarem a prática do esporte do futebol. A Associação Marc trabalha com quase sem Crianças em sua grande maioria crianças carentes que utiliza do espaço físico da associação de forma gratuita seria de grande valia para nós associação marque receber esse recurso para podemos fazer o campo *society* para a prática do futebol.

Proposta 602: O projeto tem finalidade proporcionada a prática esportiva na comunidade seria de grande valia por ser uma grande necessidade da comunidade, necessidade essa que muitos atletas têm por precisar se locomover da comunidade para a cidade.

Proposta 603: O futebol é uma paixão nacional não apenas pela nossa seleção de clubes profissionais desde uma pequena pelada dos fins de semana com amigos até eventos em que comunidades competem umas com as outras nesse contexto amor pela sua equipe surge e deve ser celebrado nas competições existentes levando alegria e lazer as pessoas o campeonato liso da Miguel em Salinópolis município de São João da Ponte nasce para levar lazer emoção e uma tradição que envolve mais de 10 cidades, um público vibrante e engajado que todos os finais de semana lota o campo da comunidade em uma festa cada vez maior. Diante do crescimento de forma gradual, a organização hoje tem a oportunidade pedir por meio da do PPAG que sejam destinados recursos para apoiar o maior campeonato da região que atende a cidades de São João da Ponte lontra Varzelândia, Ibiracatu, Japonvar, Brasília de Minas, Montes Claros, Verdelandia, Mirabela e Patis. Com apoio ao evento esportivo futebol amador será reconhecido pois é em

muitas comunidades um fator econômico, social e cultural. Observação a associação está em troca de diretoria tendo a aprovação em entrar em contato.

Proposta 605: 1. consulta comunitária: realizar reuniões para entender as necessidades desejo da comunidade em relação ao parque

2. planejamento e *design*: um projeto que inclui equipamento de lazer área verde e espaços para atividades educativas.

3. construção: executar obra garantindo a possibilidade segurança dos equipamentos.

4. inauguração: organizar um evento de abertura com atividades recreativas e culturais para as crianças.

5. avaliação: coletar *feedback* comunidade sobre o parque e monitorar o uso do espaço.

Benefício: criação de um espaço seguro e acessível para lazer das crianças. Estímulo à socialização e ao desenvolvimento e aumento do envolvimento da comunidade em atividades culturais e recreativas.

Proposta 611: Buscar distribuição de materiais esportivos para o município de Luizlândia Minas Gerais. Para atender nossas crianças jovens e adultos na prática de esportes, vale ressaltar que a prática de esportes beneficia a saúde traz os cidadãos do mundo do crime e das drogas.

Proposta 612: A copa de integração dos povos quilombolas e uma ação realizada nos últimos dois anos e tem levado a valorização do esporte nas comunidades quilombolas. A competição e tanto masculina, como feminina, atendendo a mais de 10 mil pessoas em todo Norte de Minas.

Proposta 661: A Associação Esportiva Candense necessita de investimentos para realizar a drenagem do campo de futebol, pois a estrutura do gramado está localizada em uma área com grande acúmulo de água, sendo próxima a um córrego. A intervenção é essencial para evitar danos ao gramado e melhorar as condições de jogo.

Proposta 663: A Associação e Projeto Águia, localizados na Praça Doutor Getúlio Vargas, em Guaranésia, foi fundada por meio do voluntariado em 2014 e formalizados em 2017. Atualmente, atendem cerca de 600 pessoas em diversas modalidades esportivas, como futsal, futebol, basquete, vôlei, handebol, natação e hidroginástica, de forma gratuita. Diante da falta de organização de eventos esportivos na região, o projeto busca captar recursos para o custeio de festivais e campeonatos regionais, com o objetivo de fomentar e potencializar os atletas locais, além de promover hábitos saudáveis e práticas esportivas na comunidade. A iniciativa conta com o empenho e dedicação da equipe envolvida, e espera a contemplação de recursos para a realização dos eventos e contratações dos serviços necessários para a execução das atividades.

Proposta 666: A Associação Projeto Águia foi fundada por meio de voluntariado em 2014 e formalizada em 2017, com o objetivo de atender cerca de 600 pessoas nas diversas modalidades esportivas, como futsal, futebol, basquete, vôlei, handebol, natação, hidroginástica, entre outras. A associação enfrenta dificuldades devido à falta de apoio municipal, especialmente no que diz respeito aos custos com transporte terceirizado, e precisa de recursos para reduzir essas despesas.

Com a crescente força do projeto e a crescente demanda por suas atividades, tanto profissionais quanto voluntários têm se dedicado para melhorar a estrutura e oferta dos serviços, com convites para festivais e campeonatos regionais. A associação conta com o imenso apoio da população local, o que fortalece o trabalho social e esportivo, impactando positivamente a comunidade como um todo. Acreditamos que, além de formar atletas, o projeto contribui para o desenvolvimento educacional e social da região.

Proposta 669: Guaxupé é uma cidade que sempre obteve boas classificações no ranking dos Jogos Escolares, destacando-se em modalidades como xadrez, handebol, basquete e futsal. No entanto, o transporte tem sido um problema, já que o município precisa terceirizar o serviço, o que aumenta os custos e, muitas vezes, impede a participação em competições. Em 2020, Guaxupé alcançou o protocolo de 1.080 no ICMS Esportivo, ficando na 53ª posição no estado pelo AMG e em 1º lugar pelo Ameg. Com a conquista de

recursos para a aquisição de um ônibus ou micro-ônibus, o município fortalecerá ainda mais o esporte local, além de continuar incentivando os jovens atletas a participarem das competições e representarem a cidade com mais facilidade e menos custos.

Proposta 670: A proposta é incentivar o crescimento do esporte local em Candeias, beneficiando principalmente a população da cidade. Para isso, busca-se destinar recursos à Prefeitura de Candeias com o objetivo de melhorar a infraestrutura esportiva, incluindo serviços de terraplanagem, plantio de grama, instalação de gols e alambrados, para proporcionar melhores condições para a prática de esportes e o desenvolvimento de atletas locais.

Proposta 763: O programa “Agita Capoeira” é um projeto que existe desde 2015, atende jovens, crianças e adolescentes da cidade de Jequitinhonha, com aula de capoeira gratuita três vezes na semana. A iniciativa visa fomentar a capoeira no município ao mesmo tempo inserido as crianças, adolescentes e jovens. O Agita da Capoeira é um projeto cultural social e atende a todas as camadas sociais, sem distinção de raça, cor, convicção política e religião. Encontro e festival interestadual de capoeira, proposta da ação, é um evento que proporciona um espaço de intercâmbio entre os alunos do Agita Capoeira e os capoeiristas da região do Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas. A realização do evento significa o fortalecimento e manutenção do programa Agita Capoeira e acima de tudo a garantia do atendimento aos alunos do projeto.

Proposta 896: Este projeto visa criar três espaços de prática de Muay Thai nas periferias das cidades de Belo Horizonte, Contagem e Santa Luzia, com o objetivo de oferecer aulas gratuitas para mulheres e pessoas não binárias. O foco principal é o enfrentamento da violência contra as mulheres, uma vez que a prática do Muay Thai pode ser uma poderosa ferramenta de empoderamento, inclusão e fortalecimento físico e mental, além de proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para as participantes.

A violência contra as mulheres se manifesta de diversas formas física, psicológica e sexual e a prática esportiva, especialmente o Muay Thai, oferece não apenas os benefícios de melhora na saúde física, mas também auxilia na construção de confiança e autoestima. Além disso, o projeto assegura que as aulas sejam ministradas por professoras capacitadas, criando oportunidades de emprego e liderança para as mulheres, ao mesmo tempo que proporciona uma experiência de apoio mútuo entre as participantes. Cada unidade será equipada com materiais adequados, como tatames, luvas, caneleiras, bandagens, sacos de pancada, equipamentos de defesa (como operadores de chute e socos), espelhos de parede, roupas de treino e kits de primeiros socorros. Isso garantirá um ambiente de treino adequado e seguro para as participantes.

O projeto também prevê a manutenção das professoras, com aulas semanais durante um ano, sendo que nos anos subsequentes a manutenção será mais acessível, pois o ambiente de treino já estará estruturado, o que reduzirá os custos operacionais.

Proposta 897: Por meio desses projetos, há o fomento a competições, tanto profissionais quanto amadoras, que são realizadas em espaços que geram envolvimento e engajamento das comunidades locais. Essas competições proporcionam não apenas uma oportunidade para os atletas demonstrarem suas habilidades, mas também para fortalecer o senso de comunidade e pertencimento.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 93/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 132 – Minas Empreendedora: Estado Mais Simples e Livre para Se Empreender –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Lidiane de Oliveira (Rádio Jequitinhonha), Marcos Luiz Silveira, Lízian Maria Silva Martins (Gabinete Deputado Doutor Jean Freire), Maria Martinha Pereira dos Santos (Economia Solidária do Médio Jequitinhonha), Marlice Machado de Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Cleide Aparecida Santos Oliveira, Ivone Rodrigues de Oliveira, Marlete Ribeiro Silva, Leilany Batista Cardoso (Associação Papa João XXIII), Maguida Freitas Souza Botelho, Valdirene Souza Dias (Secretaria Municipal de Assistência Social), Eliene de Souza Silva (Grupo Folia de Reis Ebe Vieira), Maria Nazete Sousa Nepomuceno da Silva, Rosária Ribeiro da Rocha Costa (Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha), Leandro Nascimento da Cruz (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Vale do Jequitinhonha), Gabriela Ribeiro da Costa Silva (Canto Coral Tocoios de Minas), Maria Antônia Ferreira dos Santos (Coral Roda Viva), Jorge Yago dos Santos Nogueira (Companhia de Teatro Ícaros do Vale), Regiane Cristina Viana, Luciano de Souza Silveira (Instituto Sociocultural Bruta Flor), Silvano Alves dos Santos (Associação Beneficente de Itaporé), Alessandra da Silva Matos (Coral Araras Grandes), Keila Vieira Torres (Associação Beneficente de Itaporé), Maria José Guedes Souza (Coral Flor da Terra), José Ernane Ribeiro (Associação Quilombola Esperança), Jose Augusto Francisco Pereira (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Dilca Costa Ferraz (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Jacilene Ribeiro (Instituto Cultural In-Cena), Florisvaldo Gomes Costa Júnior (Instituto Cultural In-Cena), Nathan Ribeiro Cardoso (Câmara Municipal de Jequitinhonha), Luiz Gustavo Alves Brandão (Prefeitura Municipal de Itaobim), Maria Eduarda Neves de Almeida (Prefeitura Municipal de Pavão), Rodrigo Ferreira dos Santos, Jandira Batista Cangussu (Prefeitura Municipal de Pavão), Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Forlan Souza Freitas (Instituto Válido Mucuri), Wesley Pereira dos Santos, Franco Pereira Rodrigues (Instituto Cultural In-Cena), Cleidiane Alves Oliveira Souza (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII), Alisson Vander da Silva Gomes (Associação Cultural Ferroviários Bahia-Minas), Danilo Fernandes Santos (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Miguel Canguçu Alves (Prefeitura Municipal de Fronteira), Renato Paranhos dos Santos (Instituto Cultural Raizes), Nilton Ferraz Souza, Andreia Marques Souza (Associação Comunitária do Município de Medina), Thaís Canguçu Galvão, Andrízia Almeida Silva (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Genilson Pereira Dias (Casa da Juventude), Tamiris Aparecida de Aguiar Oliveira (Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales), Alba Maria Silva Pereira, Ingrid Natany Silva Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Cristina Gonçalves de Aguiar (Centro de Referência de Assistência Social – Cras), Daiane Ferreira Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Eulelia Garcez Quirino, Geralda Eliane de Sousa, Leidiane Aparecida Duarte, Maria Aparecida dos Santos, Ilda Aparecida Peirra Guendes, Franciele Aparecida Moreira (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Sandra Araújo, Valter Aparecido de Carvalho (Associação Defesa Famílias Fazendinha), Maria Vanda Alves Pereira (Associação das Mulheres Unidas por Capelinha), Frances Kelly Aparecida Moreira, José Paulo Alves Fernandes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Tiago Sebastião Moreira (Corporação Musical São João Batista), Elisângela Aparecida Carvalho (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Amanda Estephani Mota (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Nara Virgínia Moreira Miranda (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Tais Rayelle Alves Gomes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Sergio Luiz Ribeiro dos Santos (Grupo Cultural Sementes do Vale), Maria Aparecida Alves dos Santos (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Alberis Vinicius Cristiano Mafra (Prefeitura Municipal de Diamantina), Layla Amelia Meira Alves (Rotary Club), Letícia Meira Moreira (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), katia Victoria Lima (Secretaria Municipal de Educação), José de Jesus Morais (Grupo Cultural Sementes do Vale), Werlen Fonseca Vieira, Rayane Soares Santos, Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Maria do Socorro Pereira (Associação de Artesãos Mãos que Criam), Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Maria Lendina Santos Lalderci, Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros), Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea), Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Ramon Fernando Noronha de Morais (Câmara Municipal de

Bocaiuva), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Natalice Alves de Almeida, Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos), Angelica de Santana Rocha, Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Francisco Wander da Silva.

Proposta 21: Construção de Pontos Fixos Solidários, sendo um em Almenara e outro em Itaobim na BR-116. Esses pontos darão oportunidades de expor e comercializar os produtos artesanais e agricultura familiar.

Acréscimo de quantidade na meta física: 02

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$750.000,00

Inclusão da região intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 24: Capacitar os empreendimentos econômicos solidários (artesãos, agricultores familiares) que participam dos Fóruns de Economia Popular Solidária e das Redes de Artesanato do Baixo e Médio Jequitinhonha para ampliar a comercialização e aperfeiçoar a produção artesanal.

Alteração da finalidade da ação: Capacitar segmentos do artesanato e da Economia Popular Solidária com objetivo de estimular o cooperativismo e o empreendedorismo fortalecendo a produção e a comercialização dos produtos locais regionais.

Acréscimo da quantidade na meta física: 130

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$150.000,00

Inclusão da região intermediária de Teófilo Otoni (Regional do Baixo e Médio Jequitinhonha).

Proposta 33: caminhão-baú para transportes de peças artesanais para feiras.

Acréscimo de quantidade na meta física: 700

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$370.000,00

Inclusão da região intermediária de Teófilo Otoni

Proposta 68: Oficinas artesanais, gastronômicas e outras, para adolescentes, adultos e pessoas da terceira idade, na cidade de Francisco Badaró.

Meta física: 01

Meta financeira: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)

Região: Intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 98: Necessidade de uma sede para os artesãos, com finalidade de apará-los em seus trabalhos. Seu espaço físico é impossível aos artesãos fazerem suas peças de barro e não tem espaço para exposição, para secagem e não terem forno. Também servirá para outros segmentos, para oficinas diversas e para ensaio de coral já existente.

Acréscimo de quantidade na meta física: 1

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$400.000,00

Região intermediária de Teófilo Otoni

Proposta 159: Destinação de recursos para a estruturação da Associação Aaita – Associação dos Artesãos de Itamarandiba. Incentivo para compra de materiais permanentes, como computadores, etc, e para aquisição de matéria prima.

Acréscimo de quantidade na meta física: 35 artesãos

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$50.000,00

Proposta 205: Oficinas artesanais, gastronômicas ou outras, para adolescentes, adultos e pessoas da terceira idade, da cidade de Francisco Badaró.

Acréscimo de quantidade na meta física: 1

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$300.000,00

Região intermediária de Teófilo Otoni

Proposta 320: Valor solicitado R\$300.000,00. Programa de Capacitação de Artesãos e Gestores do Artesanato do Jequitinhonha.

A Proposição consiste em realizar durante dez meses, dez palestras, dez oficinas de capacitação em cadeia produtiva do artesanato e dez em gestão e administração de associações, grupos e cooperativas de artesanato e artesãos e do Vale do Jequitinhonha para até 500 artesãos e 50 lideranças de entidades coletivas do artesanato de forma gratuita, com o intuito de organizar a produção, divulgação e escoamento do artesanato regional com práticas tecnológicas e eficientes para fortalecer a geração de trabalho e renda, aquecimento da economia, revitalização do meio ambiente, cultura, turismo e do social no Vale do Jequitinhonha, reduto ainda muito carente de políticas públicas que promovam o desenvolvimento da classe artesanal e sua sustentabilidade e contribua com o aquecimento da economia do Estado, pois, o artesanato é um dos grandes movimentadores do PIB e fatores de geração de trabalho e renda para a região, aonde segundo dados do PAB MG são pouco mais de 1.000 artesãos cadastrados no Sicab.

Acredita-se da importância de urgência desse apoio, para que consigamos alcançar resultados importantes a médio prazo, promovendo assim uma restituição da autoestima do artesão do Jequitinhonha em sua maioria vivendo do seu ofício, porém, sem estímulo ou mecanismos que proporcionem esse fortalecimento da produção, divulgação e comercialização do artesanato para incidir em demais resultados positivos e dependentes dessas ações que por fim são o impulsionamento do turismo, aquecimento econômico da região e do estado em busca da sustentabilidade.

Proposta 321: Valor solicitado R\$300.000,00. Reforma e manutenção de espaço cultural do Cajé (Centro do Artesanato do Jequitinhonha)

Finalidade: A proposição consiste na reforma e manutenção por dois anos do futuro espaço do Centro do Artesanato do Vale do Jequitinhonha em Diamantina – MG, espaço que abrigará os produtos de arte e artesanato cultural do Vale do Jequitinhonha para comercialização, fomentando o turismo, a geração de renda e de trabalho, a cultura artesanal peculiar, o aquecimento da economia da região através dos artesãos, associações, grupos e cooperativas situadas nos 52 municípios do Vale do Jequitinhonha e beneficiará seus mais de 5.000 artistas estimados dentre as instituições citadas. O espaço pertencente ao Governo de Minas necessita de recursos para material e mão de obra da reforma e ao abrigar o projeto necessitará de recursos para sua manutenção como: despesas de insumos, pessoal, material de escritório, embalagens, mobiliário, custeio para oficinas, palestras, loja virtual e participação em feiras e eventos de cunho artesanal para o desenvolvimento e sustentabilidade do Espaço a médio prazo. O investimento neste setor é imprescindível devido os resultados impactantes que ele pode provocar no turismo, cultura, meio ambiente, economia e no social, contribuindo com o desenvolvimento dessas áreas e por fim a região do Jequitinhonha proporcionando uma integração e interação entre artistas e instituições apoiadoras do artesanato, setor tão importante para o estado de Minas Gerais e sua gente.

Proposta 342: Feira do Artesanato, Gastronomia e Cultura Mineira em BH. Valor solicitado: R\$500.000,00 Finalidade: O projeto propõe a realização da feira de artesanato e Belo Horizonte durante sete dias com exposição de arte, artesanato, comidas e bebida típicas (queijos, cervejas, cachaças todos artesanais produzidos no Estado), praça de alimentação, espaço Kids, palestras, mesas redondas e oficinas de arte e artesanato gratuitos, shows musicais com artistas mineiros da cultura popular, desfile de grupos folclóricos mineiros.

Proposta 398: Artesanato

Proposta 452: Proposta de Criação de Programa no PPAG

Nome do Programa: Artesão por Minas – Valorização e Expansão do Artesanato Mineiro

Proposta 574: Construção da sede da Associação de Artesãos e Produtores Caseiros de Couto de Magalhães de Minas.

Acréscimo de quantidade na meta física: 1

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$180.000,00

Novo objetivo: Fomentar a economia local através da produção coletiva, uma vez que inúmeras famílias têm no artesanato e produção caseira sua única fonte de renda.

Nova finalidade: Dar aos artesãos e produtores caseiros a oportunidade de terem um espaço digno para trabalharem e escoarem os seus produtos.

Novo público-alvo: Artesãos e produtores caseiros.

Proposta 898: Realização de três feiras de artesanato do Vale do Jequitinhonha em três cidades diferentes

Acréscimo de quantidade na meta física: 1

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$600.000,00

Região Intermediária de Teófilo Otoni

Proposta 924: Aquisição de espaço em Feiras Nacionais e Regionais.

Acréscimo de quantidade na meta física: 3 (participação em eventos nacionais)

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$600.000,00

Novo objetivo: Ampliar o número de artesãos e associações atendidos, aumentando o aporte financeiro para aquisição de espaço em feiras regionais e nacionais.

Nova finalidade: Promover e fomentar o artesanato mineiro nas principais feiras de artesanato regionais e nacionais, aumentando a visibilidade do artesanato.

Público-alvo: Associações e artesãos individuais.

Proposta 931: R\$600.000,00 de orçamento para apoiar e subsidiar entidades representativas do artesanato mineiro a participar das feiras nacionais de artesanato. Ao todo serão 4 feiras ao ano.

Proposta 962: Aquisição de 700 (setecentos) kits de barracas de feiras para fomento e desenvolvimento da comercialização do artesanato e fortalecimento das Associações de Artesãos de MG.

Acréscimo de quantidade na meta física: 47 associações

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$735.000,00

Novo objetivo: Gerar oportunidades para que as associações de artesãos possam comercializar seus produtos de forma autônoma em feiras regionais.

Nova finalidade: Aumentar e criar oportunidades de comercialização de produtos artesanais.

Novo público-alvo: Artesãos de Minas Gerais.

Região: Todo Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 21: A construção desses Pontos Fixos Solidários dará oportunidades a todos que não têm condições financeiras de montar uma loja.

Sugestões: Vitrine, banheiros, cozinha, balcão refrigerado para agricultura familiar, freezers, computador, impressora.

Expositores: balcões, araras

Funcionário cedido pelo poder público local.

Proposta 24: Na microrregião do Médio e Baixo Jequitinhonha temos muitas pessoas buscando empreender na esfera produtiva do artesanato (madeira/barro), da culinária (doces/quitandas/geleias), da agricultura familiar, porém com dificuldades para escoar a produção. Há necessidade para profissionalizar no ramo, de modo que possam ampliar a produção, construir estratégias de comercialização e estimular um consumo consciente e sustentável.

Compreendemos que para atingir esses objetivos é necessário investir em capacitação de forma permanente. Essas iniciativas são importantes e fundamentais em um contexto social de poucas oportunidades de trabalho e da constante necessidade de fomentar a geração de renda pautando a autonomia econômica.

Proposta 33: Há necessidade de um caminhão-baú para transportes de peças artesanais para feiras em capitais, pois o Vale do Jequitinhonha é muito rico em produtos artesanais, porém não tem como transportar para grandes capitais. Os artesãos não têm condições financeiras para transportar suas artes. O Vale do Jequitinhonha tem variedades de obras artesanais, esse recurso ajudaria muitas pessoas, daria qualidade de vida, reconhecimento, estima elevada, dignidade e geração de renda. Não só artesanato mas também economia solidária.

Proposta 68: Com o objetivo de tirar os adolescentes das ruas e do uso exagerado dos celulares, de integrar as pessoas da terceira idade, tirando-as da rotina, estas oficinas têm como objetivo despertar o interesse de interagir, sair da rotina, da depressão. É uma forma das pessoas se sentirem motivadas, úteis. A oficina servirá como uma terapia para todos, além de uma fonte de aprendizado e formação.

Proposta 98: Itambacuri é uma cidade com uma riqueza cultural incalculável, destacando-se por sua gastronomia, que inclui doces, sequilhos e salgadinhos, além de renomados bordados manuais. A famosa banda Lira Serafina, com mais de cem anos de história, é um símbolo da musicalidade local, assim como os trabalhos em *biscuit* e a cerâmica detalhada. No entanto, muitos artistas da cidade não têm acesso a um espaço adequado para desenvolver suas habilidades. A criação de uma sede própria para a cultura é essencial. Esse espaço poderia incluir um forno para a queima de cerâmica, áreas para ensaios do Coral Canta Cultura, que já existe há dois anos, e oficinas que valorizem diversas expressões artísticas, como culinária, música, capoeira e a cultura afro-brasileira. Sem esse espaço, a rica história e a diversidade cultural de Itambacuri correm o risco de se perder. A sede proporcionaria um ambiente de acolhimento e valorização dos artesãos, garantindo que a cultura local continue a prosperar e a ser celebrada.

Proposta 159: Necessidade de incentivar a produção dos artesãos da região, pois no início da produção a ausência de materiais prejudica o trabalho. Além disso, a associação carece de infraestrutura (computadores) para o controle e armazenamento da sua documentação.

Proposta 205: Vamos tirar os adolescentes das ruas e dos celulares, tirar as pessoas da terceira idade da rotina. Estas oficinas são um meio de despertar o interesse de interagir, sair da rotina, da depressão, temos que mostrá-los algo que desperte esse interesse, tenho certeza que vão gostar. Precisa-se investir nos adolescentes, adultos e pessoas da terceira idade, que estão precisando de algo para se sentir úteis, vivos. As mulheres precisam sair da sua rotina, estas oficinas são terapia, além de um aprendizado e uma formação.

Proposta 342: Justificativa: o artesanato é um dos setores que mais movimenta a economia do Estado, porém, são necessárias medidas que possibilitem o aumento dessa geração de trabalho e renda das famílias de artesãos que muito produzem mas possuem poucas oportunidades de escoamento do seu produto causando um atraso e travamentos no seu processo produtivo. As feiras são alternativas inteligentes e de resultados não apenas no processo de comercialização, mas também na divulgação e continuidade da cadeia produtiva, também um ambiente socializador, impulsionador do turismo e fortalecedor da cultura riquíssima do nosso Estado

de Minas Gerais. É de extrema necessidade o investimento público nesse setor tão promissor, mas, que através dessa alternativa pode mudar pra melhor a realidade dos profissionais do artesanato cultural. Segundo dados do PAB MG são mais de dez mil artesãos cadastrados mas ainda uma minoria é beneficiada através dos editais das feiras promovidos pelo Governo do Estado. Esse Projeto pretende gerar trabalho e renda a 200 profissionais do artesanato e da gastronomia mineira.

Proposta 452: Minas Gerais é um estado com uma das maiores variedades de artesanato do Brasil, com tradições que refletem a história e a cultura de cada região. No entanto, artesãos do Norte de Minas enfrentam dificuldades para exportar suas produções em outras regiões. Essas limitações impedem que o estado saiba mais sobre o que o Norte de Minas tem de melhor em artesanato e cultura. O programa Artesão por Minas visa facilitar o intercâmbio cultural, fornecer subsídios e apoio logístico para que artes, especialmente de regiões mais afastadas, possam circular pelo estado, participando de feiras e eventos culturais. Com isso, busca-se não só o aumento da renda das artes, mas também o fortalecimento da cultura local e o estímulo ao turismo cultural em Minas Gerais.

#### Objetivos do Programa:

Incentivar a Circulação Cultural – Facilitar a participação de artes em feiras, eventos e exposições em diversas regiões do estado.

Valorizar o Artesanato do Norte de Minas – Promover o reconhecimento e a valorização dos produtos artesanais, especialmente de localidades menos acessíveis como o Norte de Minas, preservando e inovando as técnicas tradicionais.

Fomentar a Economia Criativa – Contribuir para o desenvolvimento econômico de pequenos produtores locais, promovendo o artesanato como uma atividade sustentável.

Estabelecer Parcerias – Incentivar parcerias com entidades culturais, associações de artes e o setor de turismo, ampliando o impacto econômico e cultural do artesanato mineiro.

#### Proposta de Incentivo e Subsídio para Artesãos Organizados em Associações

##### Nome da Ação: Subsídio para Artesãos Associados – Mobilidade e Estrutura para Feiras e Exposições

Artesãos organizados em associações, enfrentam desafios para vender seus produtos em outras regiões. Essas dificuldades limitam a circulação e a visibilidade do artesanato do Norte de Minas, que é rico em tradição e talento, mas precisa de apoio para alcançar novos mercados. Esse apoio visa apoiar associações fornecendo recursos para que seus membros possam participar de feiras culturais, exposições e eventos em outras regiões do estado. A ação fortalece as associações, promove o artesanato como patrimônio cultural e gera oportunidades de renda para as famílias envolvidas.

#### Critérios de Participação:

Organização Formal – Ser uma associação ou entidade formalmente registrada, com ao menos um ano de atuação.

Intercâmbio Cultural – Priorizar associações que desenvolvam produtos representativos da cultura de suas regiões, promovendo a interculturalidade em novas áreas.

Contrapartida Social – As associações devem realizar ao menos um workshop, roda de conversa ou atividade cultural aberta ao público durante o evento.

Cota Regional – Para garantir a diversidade cultural, estabelece cotas para que associações de diversas regiões de Minas participem das feiras.

Custo Estimado: R\$200.000,00 cobrindo despesas de transporte, montagem de estande, hospedagem, atendendo cerca de 10 a 15 associações por evento, com possibilidade de realização de até 5 eventos anuais.

Proposta 574: A Associação de Artesãos e Produtores Caseiros de Couto de Magalhães de Minas existe desde 2003. É a única associação nessa modalidade. Desde a sua fundação, encontra dificuldades por não possuir uma sede própria. Inúmeras famílias

associadas têm a referida associação como sua única fonte de geração de emprego e renda. O atual prefeito foi reeleito e nos cedeu o espaço para a construção da sede, porém somos desprovidos de recursos para a construção da mesma. Vale ressaltar que a associação vive de favores para conseguir produzir e expor suas mercadorias, o que tem gerado muita tristeza nos associados por não poderem contar com o apoio do governo, o que faz com que muitos abandonem o trabalho artesanal e produção caseira, vivendo assim em situação de vulnerabilidade por não saberem fazer outras coisas.

Proposta 898: Cada feira terá cerca de 360 m<sup>2</sup> de área coberta para exposição do artesanato e participação de, aproximadamente, 120 artesãos provenientes de cidades do Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha. O projeto contempla, também, uma programação cultural, com apresentações musicais com artistas mineiros, locais e regionais, cujos trabalhos retratam o dia a dia das comunidades, o teatro, a literatura, palestras e debates, com temas referentes à produção, capacitação, escoamento da produção e preservação ambiental, entre outros.

A realização das feiras objetiva fomentar toda a cadeia produtiva do artesanato no Vale do Jequitinhonha e fora dele.

Ressalta-se ainda que a proposta, que se iniciou em 2017 e se consolidou como projeto, pretende trabalhar em consonância com o que o Governo do Estado vem discutindo, com a intenção de fomentar o setor e promover os artesãos como sujeitos do seu processo de desenvolvimento e organização social.

Proposta 924: Maior visibilidade para o artesanato mineiro;

Subsídio de despesas para os artesãos;

Fortalecimento da economia dos artesãos;

Valorização da cultura e identidade mineira.

Essas iniciativas representam um investimento direto no desenvolvimento econômico e cultural de Minas Gerais, promovendo o artesanato como uma atividade geradora de emprego e renda para milhares de pessoas. A FAAMinas solicita que o governo estadual considere a relevância dessas ações para o fortalecimento do setor artesanal, com impactos positivos na economia local e na preservação da identidade cultural mineira.

Proposta 931: A maior dificuldade das cooperativas, associações e núcleos produtivos tem ao se inscreverem para participar de uma feira é o custo, que às vezes inviabiliza a participação, então esse subsídio vem sanar essas dificuldades e já deixando claro que não tem como subsidiar o artesão individual. Sendo assim os subsídios às cooperativas, associações e núcleos produtivos se justifica por contribuir com o fortalecimento e as possibilidades de acesso ao mercado pelas entidades representativas.

Proposta 962: Inclusão dos 853 municípios mineiros;

Redução da dependência de outros programas;

Geração de trabalho e renda;

Apoio governamental essencial para o setor;

Desenvolvimento econômico e turismo local.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 94/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 172 – Programa Estadual de Cooperação Estado-município na Área Educacional –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Caique Gabriel Santos Vieira (Câmara Municipal de Araçuaí), Douglas Rocha Ramalho, Hebert Marques da Cruz (Associação Papa João XXIII), Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Ingrid Natany Silva Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Genilson Pereira Dias (Casa da Juventude), Marlyn Aparecida Ribeiro Gomes (Secretaria Municipal de Educação), Josane Batista Soares (Escola Estadual Orlando Tavares), Cleidiane Alves Oliveira Souza (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Dilca Costa Ferraz (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Maurílio Barbosa dos Santos, Magno Newton Luiz Franco (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Raony Lopes Dias (Conselho Tutelar), Josiane Rodrigues de Aguiar (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Maria Ireni Neres Rocha (Secretaria Municipal de Educação), Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Risvane Pereira Rocha (Associação dos Moradores Centro), Paulo Ricardo Cabral Pinheiro, Rafael Soares Almeida (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais), Junio Henrique Onofre Moreira, Joelma Francini Carneiro Souza (Prefeitura Municipal de Cristina).

Proposta 28: Construções de creches em Araçuaí, centro antigo.

Meta física: 1.000 (mil crianças)

Meta financeira: R\$500.000,00

Proposta 35: Apoio para implantação de projeto-piloto para criação de uma sala de suporte psicopedagógico para crianças especiais nas escolas da região intermediária de Teófilo Otoni, onde uma criança em crise possa receber suporte sem atrapalhar o andamento da aula. Meta financeira: R\$800.000,00

Proposta 650: O projeto propõe a transferência de recursos para a cidade de Cristina, no valor de R\$700.000,00, com o objetivo de adquirir um terreno de no mínimo 1.575 m<sup>2</sup>. Nesse terreno, será construída uma creche para atender 180 crianças menores de 4 anos em tempo integral.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 28: No bairro não há creches e as mães têm que levar os filhos em outras unidades muito distantes.

Proposta 35: Quando uma criança com necessidades especiais entra em crise, geralmente a aula é interrompida para que o professor acalme essa criança, deixando o restante da turma sem a continuidade da aula. Assim, proponho uma sala equipada com jogos e equipamentos que auxiliam a criança a se acalmar e conseguir se reequilibrar sem que interrompa a aula.

Proposta 650: A cidade de Cristina, com cerca de 11 mil habitantes, enfrenta uma grande carência de serviços educacionais para crianças pequenas, especialmente no que diz respeito à educação infantil em período integral. Atualmente, o município não conta com uma creche que atenda as crianças em tempo integral, o que representa uma necessidade urgente para a população, majoritariamente de baixa renda. Muitos pais, diante da necessidade de trabalhar, não têm onde deixar seus filhos com segurança e em um ambiente educativo adequado.

A construção de uma creche é, portanto, a maior prioridade para o município neste momento. Com o objetivo de atender 180 crianças menores de 4 anos, a creche proporcionaria um espaço seguro, com atividades educativas, recreativas e alimentação adequada, permitindo que as famílias trabalhassem com mais tranquilidade e seus filhos se desenvolvessem de forma saudável.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 95/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 86 – Política dos Direitos das Mulheres –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe

sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Marcos Luiz Silveira, Jandira Batista Cangussu (Prefeitura Municipal de Pavão), Wesley Pereira dos Santos, Franco Pereira Rodrigues (Instituto Cultural In-Cena), Ingrid Natany Silva Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Thelma Vilaça de Freitas Barcelos, Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Maria Lendina Santos Lalderci, Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros), Juarez Ferreira (Cooperativa Trabalho Reforma Construção), Helio Luiz Junior de Sá (Polícia Militar de Minas Gerais), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Cristiane Sales Barbosa (Instituto Médico-Legal – IML), Jane Cristiane Pereira Campos (Instituto Elo), Mateus Ferreira de Almeida (Instituto Elo – Programa Mediação de Conflitos), Celso Nunes de Sousa (Instituto Elo – Programa de Mediação de Conflitos), Ana Paula Lamego Balbino, Salcio Juliano de Moraes Del Duca, Raquel Ferreira da Silva (Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos – Unidade de Prevenção à Criminalidade Rosaneves), Francisco Uarles Targino da Costa, Daniella Rodrigues Caldas Leite, Leilany Batista Cardoso (Associação Papa João XXIII), Valdirene Souza Dias (Secretaria Municipal de Assistência Social), Maguida Freitas Souza Botelho, Rosária Ribeiro da Rocha Costa (Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha), Leandro Nascimento da Cruz (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Vale do Jequitinhonha), Jose Augusto Francisco Pereira (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Dilca Costa Ferraz (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Jacilene Ribeiro (Instituto Cultural In-Cena), Florisvaldo Gomes Costa Júnior (Instituto Cultural In-Cena), Nathan Ribeiro Cardoso (Câmara Municipal de Jequitinhonha), Luiz Gustavo Alves Brandão (Prefeitura Municipal de Itaobim), Maria Eduarda Neves de Almeida (Prefeitura Municipal de Pavão), Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Cristina Gonçalves de Aguiar, Forlan Souza Freitas (Instituto Válido Mucuri), Rodrigo Ferreira dos Santos, Cleidiane Alves Oliveira Souza (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII), Alisson Vander da Silva Gomes (Associação Cultural Ferroviários Bahia-Minas), Danilo Fernandes Santos (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Miguel Canguçu Alves (Prefeitura Municipal de Fronteira), Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Renato Paranhos dos Santos (Instituto Cultural Raizes), Andreia Marques Souza (Associação Comunitária do Município de Medina), Nilton Ferraz Souza, Thaís Canguçu Galvão, Genilson Pereira Dias (Casa da Juventude), Tamiris Aparecida de Aguiar Oliveira (Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales), Daiane Ferreira Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Cristina Gonçalves de Aguiar (Centro de Referência de Assistência Social – Cras), Janete Mariete Ribeiro Luiz, Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Maria do Socorro Pereira (Associação de Artesãos Mãos que Criam), Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea), Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Ramon Fernando Noronha de Moraes (Câmara Municipal de Bocaiuva), Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Natalice Alves de Almeida, Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Angelica de Santana Rocha, Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos), Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Vera Lúcia de Souza (Associação Beneficente Nosso Lar), Sueli Rodrigues Pereira (Pastoral da Criança), Adenízio Pereira de Siqueira (Escola Estadual Maria Beltrão de Almeida), Helen Clesia Souza, Emerson Luan Ramos Oliveira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro), Márcio Pereira Da Costa, Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Deyse Roberta Santos Veloso (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola de Educação Especial Professor Nelson D'Ávilla Neves), José Naldo Anastácio Ribeiro, Vilma Pereira Santos (Associação dos Amigos de Camarinhas), Maurilio Salgado Santos, Maykon Vinícius Teixeira da Silva (Monte Azul Esporte Clube), Lucas dos Reis Teixeira (Cooperativa dos Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas), Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara Albuquerque Costa),

Edite Andrade Monteiro (Centro de Convivência Casa da Sopa), Eliane Rodrigues dos Reis Almeida (Associação de Mulheres Pontenses), Letícia Tatiane Mendes Lourenço (Associação de Mulheres Pontenses), Andreia Aparecida Laura Silva (Associação Mulheres em ação), Zileide Alves Pereira (Associação de Mulheres Pontenses), Luzineth Rodrigues Vieira (Associação de Mulheres Pontenses), Lidiane de Oliveira (Rádio Jequitinhonha), Maria Nazete Sousa Nepomuceno da Silva, Lízian Maria Silva Martins (Gabinete Deputado Doutor Jean Freire), Maria Martinha Pereira dos Santos (Economia Solidária do Médio Jequitinhonha), Marlice Machado de Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Cleide Aparecida Santos Oliveira, Ivone Rodrigues de Oliveira, Marlete Ribeiro Silva, Eliene de Souza Silva (Grupo Folia de Reis Ebe Vieira).

Proposta 47: Garantir suporte para o funcionamento do ônibus lilás (Unidade Móvel de Acolhimento a Mulher) que está localizada em Araçuaí (regional Médio Jequitinhonha).

A sugestão promove as seguintes alterações:

Nova finalidade da ação: fortalecer ações preventivas de enfrentamento a violência contra as mulheres.

Novo público-alvo: mulheres em situação de violência doméstica.

Acréscimo de quantidade na meta física: 500

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$200.000,00

Região/ alteração: Médio e Baixo Jequitinhonha

Proposta 52: Projeto Viver Menina, apoio ao Coletivo de Mulheres em apoio a meninas e mulheres em situações de fragilidades e risco.

Acréscimo de quantidade na meta física: 01

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$100.000,00

Região/ alteração: Intermediária Teófilo Otoni

Proposta 58: Realização do XII Fórum da Mulher do Jequitinhonha, em Itaobim. Evento realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e parceiros.

Acréscimo de quantidade na meta física: 01

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$100.000,00

Região/alteração: Intermediária de Teófilo Otoni

Proposta 361: Desenvolvimento Social, 86, Política dos Direitos das Mulheres

A Associação Quilombolas Unidos Independentes (A.Q.U.I.) propõe o projeto Sala Digital: Empoderamento Social, Cultural e Educacional em Chapada do Norte – MG para promover o empoderamento social, cultural e educacional de mulheres negras, abrangendo tanto áreas rurais quanto urbanas, no Vale do Jequitinhonha, em Chapada do Norte, Minas Gerais.

A A.Q.U.I. surgiu para atuar na assistência social, profissionalização, geração de renda sustentável, saúde integral, acesso à cultura, educação e promoção da cidadania, especialmente para mulheres negras urbanas e rurais. Apesar de recentemente regularizada, a associação conta com 12 associadas com ampla experiência em diversas áreas do conhecimento e tem realizado atividades voluntárias.

O Vale do Jequitinhonha enfrenta desafios socioeconômicos, como alta pobreza e baixo desenvolvimento humano. A região é rica em cultura, mas sofre com desertificação e degradação ambiental. As mulheres negras, protagonistas em manifestações culturais, enfrentam barreiras como o racismo estrutural e a falta de representatividade.

O projeto visa combater a falta de empoderamento das mulheres negras, incluindo questões de letramento racial, violência doméstica e vulnerabilidade econômica. As origens desse problema remontam à discriminação histórica, resultando em desigualdades em áreas como educação, mercado de trabalho e saúde.

O objetivo geral é promover o empoderamento das mulheres negras, fortalecendo sua identidade e memória afro-brasileira. Os resultados esperados incluem o fortalecimento da autoestima, aumento do acesso à educação e capacitação, melhoria da saúde e bem-estar, promoção da participação feminina na liderança Comunitária, redução das desigualdades sociais, raciais e de gênero, e estímulo ao desenvolvimento econômico e cultural local.

O projeto envolve levantamento de demandas, planejamento de atividades, seleção de participantes e implementação de ações como oficinas, cursos, palestras, serviços de saúde e assistência social. Estratégias de sustentabilidade incluem parcerias locais e capacitação de lideranças Comunitárias.

A participação ativa da comunidade é essencial, envolvendo reuniões, grupos de discussão e identificação de demandas. A associação busca parcerias com governo, empresas e organizações da sociedade civil, além de participar de redes locais, regionais e nacionais. A comunicação constante e o cumprimento de compromissos são fundamentais para a manutenção das parcerias.

Objetivos:

O objetivo geral do projeto “Sala Digital: Empoderamento Social, Cultural e Educacional em Chapada do Norte – MG” é promover o empoderamento social, cultural e educacional de mulheres negras, tanto em áreas rurais quanto urbanas, disponibilizando um espaço seguro e acolhedor com infraestrutura digital, visando construir uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Através de oficinas, cursos, palestras, treinamentos, debates, mentorias e eventos culturais, almejamos fortalecer a autoestima, identidade e memória afro-brasileira das mulheres participantes.

Os objetivos específicos:

Acesso à Tecnologia: Garantir que as participantes tenham acesso a equipamentos e recursos tecnológicos necessários para a educação e o desenvolvimento pessoal.

Capacitação Digital: Oferecer cursos de habilidades digitais, incluindo informática básica, uso de ferramentas online e segurança digital.

Inclusão Digital: Promover a inclusão digital de mulheres negras nas áreas urbanas e rurais, facilitando o acesso à informação e oportunidades online.

Desenvolvimento de Competências: Fortalecer as competências digitais das participantes para melhorar suas oportunidades de emprego e geração de renda.

Criação de Conteúdos: Incentivar a criação de conteúdos digitais que valorizem e promovam a cultura afro-brasileira.

Proposta 410: A Associação de Apoio às Mulheres Pitanguenses – AAMP –, fundada no dia 30 de outubro de 2024 com o objetivo de:

Artigo 3º – das finalidades da Associação:

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com as seguintes prerrogativas:

- I. Programa de atendimento a Mulher vítima de maus-tratos, físico, psicológico, sexuais e patrimoniais.
- II. Realização de Palestras orientativas contra maus-tratos com finalidade de orientar as mulheres.
- III. Criar canais de atendimento a mulher vítima de maus-tratos.
- IV. Proporcionar meios empregatícios as mulheres.

V. Criar oficinas de costura, cozinha, faxinas, artesanato, língua estrangeira entre outras, estabelecidas pela Assembleia Geral, possibilitando o ingresso da mulher maltratada no mercado de trabalho.

VI. Apoio Jurídico à mulher vítima de maus-tratos.

Proposta 508: Fortalecimento das mulheres vítimas de violência doméstica.

Novo objetivo do programa: fortalecer mulheres vítimas de violência doméstica, com cursos profissionalizantes de crochê, bordados e corte e costura.

Nova finalidade da ação: incentivo e formação de mulheres vítimas de violência doméstica.

Novo público-alvo: mulheres vítimas de violência e de baixa renda.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 60 mulheres

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$100.000,00

Região/alteração: Bocaiuva

Proposta 513: Casa de acolhimento e apoio à mulher vítima de violência doméstica.

Novo objetivo do programa: beneficiar as mulheres vítimas de violência doméstica e saúde da mulher, com casa de acolhimento e apoio à mulher.

Nova finalidade da ação: proteger e promover a segurança, integridade física e psicológica da mulher vítima de violência, com tratamento psicológico, apoio jurídico, entre outros.

Novo público-alvo: mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência e abuso sexual.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 300 mulheres.

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$300.000,00.

Região/alteração: São João da Ponte –MG.

Proposta 623: Criação de um projeto de Lei que possibilite estruturar a instalação de um centro de apoio e acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica, com equipe de profissionais e técnicos capacitados, como advogados, médicos, psicólogos e terapeutas.

Novo objetivo do programa: criar um centro de acolhimento multidisciplinar.

Nova finalidade da ação: suporte financeiro e estrutural para a implementação da estrutura nos municípios.

Novo público-alvo: mulheres e meninas vítimas de violência doméstica.

Acréscimo de quantidade na meta física: veículos e sede própria.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$5.000.000,00 para o período de 2025 a 2027.

Região/alteração: Norte de Minas, para as cidades que compõem o circuito Serra Geral.

Proposta 823: Formar mulheres residentes em áreas rurais para atuarem como promotoras legal popular.

Alterar a finalidade da ação para: formar mulheres residentes em áreas rurais para atuarem como promotoras legais popular

Novo público-alvo para: mulheres residentes em áreas rurais

Acréscimo de quantidade na meta física para 50

Acréscimo de valor na meta financeira para R\$200.000,00

Alterar a região para estadual.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 47: A Unidade Móvel de Acolhimento a Mulher (ônibus lilás) é uma conquista das trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas em 2011. Em 2013, esse equipamento veio para a regional do Vale do Jequitinhonha, localizada em Araçuaí. No entanto para viabilizar de forma permanente a utilização do equipamento, tem-se tido dificuldades com a manutenção do ônibus e para contratação de equipe. Considerando o cenário de violência doméstica e de aumento do feminicídio, torna-se extremamente necessário apoiar iniciativas como essa.

Proposta 52: O coletivo de apoio às meninas que se encontram em situações de risco, ou vítimas de violências, abusos ou outros tipos de opressão, realiza encontros de formação e acolhimento objetivando articular a garantia de direitos, seja encaminhando a órgãos competentes, seja orientando e providenciando por meios próprios garantir esses direitos.

O coletivo é formado por 10 mulheres (professoras, agentes culturais, enfermeiras, psicopedagoga, estudantes entre outras, que se incomodam e se preocupam com a situação das meninas vulneráveis.

O recurso viabilizado possibilitará a realização de oficinas, encontros literários temáticos, seminário temático sobre direitos e acolhimentos das meninas, palestras e provimento de urgências em saúde e cuidados pessoais.

Proposta 58: O Fórum da Mulher do Jequitinhonha é um espaço de importante relevância para as mulheres. Espaço de criação de redes de enfrentamento à violência contra a mulher, a gestão das águas pelas mulheres, a mulher na agricultura, impactos dos grandes projetos da região do Jequitinhonha, criação de conselhos da mulher. Esses e outros temas de interesse para a mulher do Vale do Jequitinhonha serão discutidos no fórum.

Esse fórum é uma realização da UFMG e do Movimento de Mulheres do Vale do Jequitinhonha, essa ação justifica-se pois busca dar voz e empoderar as mulheres do Jequitinhonha para transformar suas realidades e potencializar a cultura do Vale do Jequitinhonha.

Proposta 508: Mulheres vítimas de violência que não conseguem sair de uma relação abusiva devido à falta de emprego, pois não têm nenhuma formação. As capacitações podem gerar uma renda que ajude nas despesas dos filhos. Os cursos serão fornecidos pela Associação de Artesãos Mãos que Cria de Bocaiuva.

Proposta 513: Atualmente no Brasil, 54% das mulheres são mães solo, 40% são chefes de família. Não só no Brasil, mas em Minas Gerais e, especialmente, em São João da Ponte, muitas mulheres e adolescentes são vítimas de violência doméstica e psicológica, sendo que a maioria delas permanece no relacionamento por falta de apoio familiar, financeiro e psicológico.

Precisamos de apoio e de uma casa de acolhimento, onde as mulheres possam começar uma nova vida, para que o índice de violência contra a mulher possa diminuir.

A casa de acolhimento precisa de fundos para oferecer tratamento psicológico, apoio à saúde, assistência financeira e jurídica.

A casa de acolhimento também será um lugar onde receberemos pessoas que fazem tratamento fora da cidade.

Proposta 623: O respectivo projeto se traduz no suporte financeiro para a instalação de centros de apoio nas cidades do circuito Serra Geral, no Norte de Minas, voltados para mulheres e meninas vítimas de violência doméstica. Nesses centros, profissionais técnicos poderão acolher, orientar e tratar emocionalmente essas mulheres. Além disso, nesses espaços serão realizados encontros de empreendedorismo e oficinas profissionalizantes.

O município ficaria responsável pela parte do aluguel da sede, caso não haja uma sede própria. Os profissionais envolvidos seriam: atendentes, profissionais de limpeza, advogados, médicos, psicólogos, terapeutas e oficinairos, todos atuando no acolhimento e no funcionamento do centro em regime de plantão 24 horas.

Ressalta-se que, nesse centro, também haveria uma sala lilás e um espaço para oficinas culturais, valorizando as raízes locais, com as mulheres resgatando as origens de cada uma de suas localidades.

Proposta 823: Valores sociais ofertam ao homem mais poder nas relações e naturalizam as desigualdades entre homens e mulheres, justificando muitas vezes a submissão e opressão da mulher. É essa assimetria de poder na sociedade que acaba sendo determinante na violência de gênero.

A mulher rural tem agravada a sua situação por diversos fatores, dentre eles destacamos: a falta de informação dada inclusive pela carência/insuficiência de meios de comunicação (internet e sinal de telefone, por exemplo), bem como a distância do local de residência dos equipamentos das políticas públicas, afastando-a da rede de atenção dos serviços de polícia, saúde, justiça, e ainda a distância entre as residências e pedidos de socorro.

É sabido que as políticas preventivas de violência contra mulheres não conseguem atender e efetivamente inibir crimes. Também sabemos que as diferenças de atuação do sistema público pouco conversam entre si. Ao final, as vítimas de violência doméstica (em especial) são vítimas também da ineficácia do poder público. A realidade regional ou local pode ser objeto um olhar mais apurado de mulheres que também vivem nessas localidades. As experiências das promotoras legais populares funcionam como agentes multiplicadoras de cidadania, a partir de processos de formação de lideranças Comunitárias que escutam, orientam, aconselham e auxiliam outras mulheres a ter acesso à justiça e serviços que devem ser acessados ao menor sinal de violência.

Dada a complexidade da situação vivenciada pela mulher em situação de risco, residente em área rural, é fundamental que a proposta seja acolhida e desenvolvida por órgãos e entidades como o poder judiciário, ministério público, academias, por exemplo.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 96/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 105 – Formação e Capacitação Técnico-Cultural –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Marcos Luiz Silveira, Rosária Ribeiro da Rocha Costa (Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha), Leandro Nascimento da Cruz (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Vale do Jequitinhonha), Leilany Batista Cardoso (Associação Papa João XXIII), Maguida Freitas Souza Botelho, Valdirene Souza Dias (Secretaria Municipal de Assistência Social), Eliene de Souza Silva (Grupo Folia de Reis Ebe Vieira), Lidiane de Oliveira (Rádio Jequitinhonha), Maria Nazete Sousa Nepomuceno da Silva, Lízian Maria Silva Martins (Gabinete Deputado Doutor Jean Freire), Maria Martinha Pereira dos Santos (Economia Solidária do Médio Jequitinhonha), Marlice Machado de Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Cleide Aparecida Santos Oliveira, Ivone Rodrigues de Oliveira, Marlete Ribeiro Silva, Lucas Cristian de Oliveira, Rodrigo dos Reis (Instituto Social de Capacitação e Qualificação Profissional – Incamp), Juliana Campolina Belo (Fundação Dirce Figueiredo), Domitila Assis Chaves dos Santos (Coletivo Das Mulheres Pretas em prol de todas as mulheres), Luciana Eliza Motta de Paula (Coletivo Das Mulheres Pretas em prol de todas as mulheres), Adriana Sirqueira Rodrigues, Vicente Mendonça da Costa.

Proposta 50: Capacitação para gestores e lideranças quilombolas sobre empreendedorismo e geração de rendas, produção cultural, educação quilombola, busca de parcerias, religiosidade e etnias e gêneros, na região intermediária de Teófilo Otoni.

Meta física: 200

Meta financeira: R\$300.000,00

Proposta 559: Implementação de centro de formação técnica e artística e de produção cultural, aproveitando instituições públicas e privadas do município, de acordo com o Plano Estadual de Cultura.

Proposta 562: Fortalecer o setor cultural e criativo através de atividades formativas, fomento e iniciativas populares e apoio à gestão dos municípios.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 50: Queremos empoderar nosso povo em busca da sua própria identidade para dar condições de gerir suas próprias comunidades dentro das suas possibilidades e fazer com que as comunidades desenvolvam projetos em busca da própria independência. Essa capacitação levará todas as lideranças quilombolas a se comprometerem com suas respectivas comunidades.

Proposta 559: Ampliar o acesso às diferentes formas de trabalho cultural em todas as regiões

Aprimorar e auxiliar na manutenção dos espaços voltados para a formação profissional.

Proposta 562: Programa de formação profissional voltado para as diferentes expressões culturais; Apoio financeiro a diferentes iniciativas populares, em especial dos municípios abaixo de 50mil habitantes;

Apoio econômico e institucional para gestores municipais com menos de 50mil habitantes.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 97/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 108 – Acesso a Mercados –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Juseleno Anacleto da Silva (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar), Fernando Souza Santos, José Jumidai de Farias, João Lopes dos Santos Neto (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Ivanilva Lopes Silva (Associação Comunitária de Marambainha), Erik Guilherme de Souza, Glécia Silva Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social), Leandro Muniz Botelho (Associação Comunitária do Município de Medina), Evany Andrade do Nascimento (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Ataídes Vieira, Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Maria Emília Lopes de Barros, Wesley Pereira dos Santos, Cleide Aparecida Santos Oliveira, Renato Paranhos dos Santos (Instituto Cultural Raizes), Ayann Neres Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Carine Alves Dias, Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Maria Íris dos Santos Ferreira (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Joseph Coelho Rodrigues (Carambola Filmes), Maria Martinha Pereira dos Santos (Economia Solidária do Médio Jequitinhonha), José Marlon Lopes Sobrinho (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Rubiany Rodrigues Barbosa, Marcelo Pereira de Jesus (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg – Delegacia Regional), Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Alaide Lopes de Barros Oliveira, Silvano Alves dos Santos (Associação Beneficente de Itaporé), Leilany Batista Cardoso (Associação Papa João XXIII), Farley Moreira de Jesus (Associação dos Produtores de Mel e Derivados do Município de Jequitinhonha – Apis do Jequi), Rafael Soares Almeida (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais), Paula Laviola Pedrosa (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Rosemeri de Castro, Felipe de Castro Oliveira, Regina Aparecida de Castro, Geraldo Gomes Boroto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores

Familiares de Palma, Laranjal e Santana de Cataguases), Paulo César Gomes Amorim Júnior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Iara Laia Ellis (Federação Unicafe), Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer), Rainério Vitor Batista de Oliveira, Getúlio Gomes Vieira (Federação Unicafe), Wesley José Miranda de Paula (Prefeitura Municipal de Carai), Amani Chironda, Paula Laviola Pedrosa (Federação Unicafe), Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), João Batista dos Santos (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais), Rodrigo Ferreira dos Santos, Vilma Alves Caldeira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Marileno Rodrigues Alves (Secretaria Municipal de Agricultura), Nilton Ferraz Souza, Neuler Fernandes Pereira, Luiz Roberto Andrade Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Adriana Dias Almeida (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Leonel de Oliveira Pinheiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Ananias Teixeira Batista (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Robélia Maria de Jesus Gomes, Dermeval Moreira de Souza (Associação do Campo das Flores), José Geraldo Neves (Prefeitura Municipal de Senador Modestino Gonçalves), Robson Gustavo Borges (Cooperativa dos Agricultores Familiares do Município de Diamantina), José Arlindo Pereira (Associação Comunitária de Pedra Menina), José Amauri Ventura, Marinete Vaz Neves (Associação de Artesãos), Emilene Rodrigues de Souza Pereira, José Maria Ribeiro (Cooperativa dos Agricultores Familiares e Economia Solidária de Carbonita), Iara Laia Ellis (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), João Paulo Dias, Franklin Alves Moraes, Vlader Olímpio Fernandes (Prefeitura Municipal de Monte Azul), João Paulo Dias (Federação Unicafe), Josivaldo da Silva (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Adelço Clarindo de Souza, Marcos Gobira Damasceno, Maria Gomes dos Santos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Felisburgo), Américo Tadeu de Oliveira (Câmara Municipal de Carbonita), André Machado Azevedo (Câmara Municipal de Carbonita), Iolanda Meira, João Marques de Oliveira, Ianne Carvalho Nobre Moraes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae), José Jacinto de Souza, Sergio Luiz Ribeiro dos Santos (Grupo Cultural Sementes do Vale), Djenane Cassimara Abreu (Associação Renascer Mylena Vitória), Manuel Guimarães de Sousa (Associação Comunitária de Mendonça), Maria Inês Alves Cordeiro (Secretaria Municipal da Educação), Joysiene Sanguinete Coelho (Prefeitura Municipal de Diamantina), Jhonatan Fernandes de Oliveira (Associação Desportiva Portuguesa), Gleiciane Meira Gomes Alves, Willian Soares Damasceno (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Danielle de Souza Lima (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), José de Jesus Moraes (Grupo Cultural Sementes do Vale), Allan Flavio Rocha Guimarães (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Paulo César Gomes Amorim Júnior, Maria Alice Ribeiro, Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Edeilde Machado Leal, Vanuza Gonçalves Dias, Shirley Lúcia Salema Almeida Gomes (Associação dos Agricultores Familiares dos Pias e Adjacências), Ciro Roberto Viana (Associação Comunitária de Pedra Menina), Valnei Caetano Nunes.

Proposta 80: Na Ação 4359, ampliar a meta física em 45 iniciativas e a meta financeira em R\$5.317.504,00, com o objetivo de ampliar e dar continuidade o projeto Minas Cooperativa, executado pela Unicafe-MG em parceria com a Seapa, que fomenta o desenvolvimento agropecuário, promovendo condições para geração de trabalho e renda no campo. Ampliar também a equipe técnica que atua nos empreendimentos oferecendo formação e capacitações nas áreas temáticas: produção, processamento, gestão, contábil e jurídica.

Proposta 146: Na Ação 4359, continuar promovendo o acesso dos agricultores familiares e seus empreendimentos (cooperativas e associações), por meio da estruturação e organização da produção aos mercados formais.

Meta física: acréscimo de 45

Meta financeira: acréscimo de R\$5.317.504,00 (cinco milhões, trezentos e dezessete mil e quinhentos e quatro reais).

Regiões: ampliação para atuação em 9 regiões do Estado.

Proposta 189: No âmbito da ação 4359, solicitamos a aquisição de um caminhão-baú refrigerado/congelado para a Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar de MG – Fecafes Minas –, visando facilitar o escoamento de alimentos perecíveis, como derivados do leite, polpa de fruta congelada, entre outros, que necessitam de condições específicas para manutenção da qualidade e segurança dos alimentos, para viabilizar o acesso a mercados por organizações da agricultura familiar. Dessa forma, julgamos necessário prever no orçamento R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) a mais nessa ação.

Meta física da ação: 45; Meta financeira: R\$5.3173504,00.

Atuação em todo o Estado de Minas Gerais. Sede da instituição: Carangola/Fecafes Minas.

Proposta 196: Por meio da ação 4358, construir centro de comercialização e distribuição da agricultura familiar, a exemplo de um "miniCeasa" no município de Caraiá, podendo atender também os municípios de Catuji e de Padre Paraíso, com vistas a desenvolver a economia da agricultura familiar e propiciar o escoamento da produção, evitando assim o êxodo rural da juventude. Tal medida beneficia trabalhadores rurais, consumidores e comerciantes.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Proposta 207: Na Ação 4359, destinar recursos para aquisição de um caminhão-baú refrigerado para facilitar o escoamento de alimentos perecíveis como derivados do leite, polpa de frutas, entre outros, para a Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais, sede do Município de Carangola.

Acréscimo de 45 na meta física e de R\$5317504,00 na meta financeira.

Proposta 210: Ação 4359. Aquisição de um veículo furgão para transporte de produtos do Pnae e PAA para a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Diamantina – Coopafamid.

Acréscimo na meta física de 2 e na meta financeira de R\$600.000,00

Proposta 219: Ação 2045

Acréscimo na meta financeira de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para aquisição de veículo caminhonete/furgão para escoamento de produção rural destinado à Coopfasc – Cooperativa dos Produtores Rurais e Economia Solidária de Carbonita.

Proposta 232: Ação 4359, acréscimo na meta física de 45 unidades, e na meta financeira de R\$5.317.504,00 (cinco milhões, trezentos e dezessete mil e quinhentos e quatro reais).

Incluir as regiões: Zona da Mata, Norte, Noroeste, Vale do Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Central e Mucuri.

Proposta 256: Acréscimo de metas física e financeira na Ação 4359 para, no mínimo, 45 iniciativas e R\$5.317.504,00 de forma a continuar promovendo o acesso dos agricultores familiares e seus empreendimentos (cooperativas e associações) aos mercados formais (públicos e privados) por meio da estruturação e organização da produção, da regularização das agroindústrias, do aprimoramento dos processos logísticos (armazenamento, circulação e distribuição) e de comercialização.

Proposta 257: Acréscimo de metas física e financeira na Ação 4359 para, no mínimo 45 iniciativas e R\$5.317.504,00, de forma a ampliar o investimento no Cooperaf, permitindo assim a aquisição de um caminhão-baú refrigerado/congelado. Este veículo facilitará o escoamento de alimentos derivados do leite, que tem necessidade de resfriamento e também de polpas de fruta, que necessitam de congelamento para serem transportadas.

Proposta 375: Na Ação 4361, incluir na merenda escolar os produtos de cada região do Estado. Desta forma fortalecerá os vínculos tradicionais para a vida. A melhor forma de criar boas memórias e valores.

Proposta 440: Acréscimo de metas física e financeira na Ação 4359 para atender a Cooperativa dos Agricultores Familiares da Fazenda Santa Maria (Coopersam). A Cooperativa dos Agricultores Familiares da Fazenda Santa Maria (Coopersam) tem a produção de farinha de mandioca como a atividade principal, sendo uma importante fonte de renda para agricultores familiares. No

entanto, para assegurar a qualidade e segurança do produto final, é fundamental que as instalações e os equipamentos utilizados atendam aos requisitos técnicos e sanitários estabelecidos pela legislação vigente.

Município: Rio Pardo de Minas

A Cooperativa possui um prédio que necessita de pequenas alterações que podem ser feita como contrapartida da entidade, no entanto solicita um conjunto de equipamentos no valor de R\$152.250,00, sendo eles:

- 1 LAVADOR E DESCASCADOR DE MANDIOCA EM TELA DE INOX 600;
- 2 RALADORES AUTOMÁTICOS DE MANDIOCA EM INOX;
- 1 EXTRATOR DE FÉCULA EM INOX;
- 1 ESFARELADOR DE MASSA Prensada DE INOX;
- 1PRENSA HIDRÁULICA.;
- 2 FORNOS MECANIZADOS AUTOMÁTICOS EM INOX P/ TORRAGEM DE FARINHA 2.00 MT;
- 1 PENEIRA ELÉTRICA VIBRATÓRIA AUTOMÁTICA DE INOX;
- 1 MESA INOX COM ABAS DE 5CM;
- 1 COCHO DE INOX.

A cooperativa necessita de alguns equipamentos para transportar a matéria prima (mandioca) da lavoura do produtor até a fábrica, o ideal seria um caminhão *munck* no valor de R\$560.000,00, mas caso não seja possível esse valor, um conjunto formado por um guincho hidráulico e uma carreta basculante no valor de R\$100.000,00 atende parcialmente a necessidade da cooperativa.

Resumo dos valores solicitados:

Equipamentos Casa de Farinha R\$152.250,00

Caminhão Munck R\$560.000,00 ou Conjunto guincho Hidráulico e carreta basculante para trator R\$100.000,00. (observação: a cooperativa não solicita o caminhão e o conjunto, seria um ou outro)

Proposta 454: Na Ação 4361, promover as seguintes alterações:

- acréscimo de 12.200 na meta física e de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) na meta financeira;
- aumentar número de municípios participantes;
- desenvolver melhor os pré-requisitos para participação no PAA, não usar IDH como pré-requisito.

Proposta 456: Na Ação 4359, destinar equipamentos para agroindústria de farinha de mandioca, carreta basculante e guincho hidráulico para trator a 90 agricultores familiares baixa renda do semiárido mineiro, da Fazenda Santa Maria no Município de Rio Pardo de Minas.

Acréscimo na meta física de 13 equipamentos e a meta financeira de R\$252.250,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e duzentos e cinquenta reais).

Incluir região Norte de Minas

Proposta 491: Na Ação 4359:

- acrescentar 45 unidades na meta física, R\$5.317.504 na meta financeira e atender 9 regiões do Estado;
- destinação de um caminhão-baú refrigerado/congelado para a Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar de Minas Gerais – Fecafes Minas, que facilitará o escoamento de alimentos perecíveis.

Proposta 492: Ação 4359. Acréscimo na meta física de 14 e na meta financeira de R\$950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) para aquisição de caminhão pequeno, equipamentos para fabricação de polpas de frutas (tritador, despoupadeira e

embaladora automática), equipamentos para agroindústria dos derivados da mandioca (descascador, forno, ralador de mandioca, ralador de massa, prensa, forno de biscoito) e equipamentos agrícolas: trator equipado com grade, arado e carreta. Investimentos financeiros para construção de prédio agroindustrial da cooperativa.

Coopersar – Cooperativa das Famílias Agricultoras do Município de Santo Antônio do Retiro.

Proposta 537: Na Ação 4359, ampliação da área atendida pelo projeto Minas Cooperativa, desenvolvido pela Seapa e Unicafes. Aumento para 15 técnicos agrícolas no projeto e de um caminhão refrigerado para melhorar a logística.

Meta física: 45

Meta financeira: R\$5.317.504,00

Proposta 552: Na Ação 4359, apoio financeiro e estrutural para impulsionar o desenvolvimento da Cooperativa Sul Mineira de Apicultores – Coapsul – e da Associação Sul Mineira de Apicultores – Apisul –. Ajuda na parte burocrática para conseguir algum certificado, de preferência SIF, um veículo para transporte e equipamentos necessários para mel e própolis.

Proposta 560: Na ação 4359, viabilizar a aplicação de recursos para a contratação de equipe técnica especializada na assistência técnica e extensão rural para cooperativas da agricultura familiar e suporte e apoio técnico às agroindústrias familiares.

Acréscimo de meta física: 25 cooperativas.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

Proposta 563: Viabilizar, por meio da ação 4359, investimento na logística de escoamento da produção, com destaque para a aquisição de caminhão refrigerado, para atender agricultores familiares associados a cooperativas de Minas Gerais integrantes da Unicafes.

Acréscimo de meta física: uma unidade.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Proposta 604: Por meio da ação 4359, viabilizar assistência técnica agrônômica, gerencial e agroindustrial para agricultores familiares associados a cooperativas filiadas à Unicafes.

Acréscimo de meta física: quatro mil agricultores.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Proposta 676: Ação 4359

Acréscimo na meta física de 1 e na meta financeira de R\$924,048,00 (novecentos e vinte e quatro mil e quarenta e oito reais) para construção de galpão para depósito e armazenamento de tambores de mel para o entreposto da Associação dos Apicultores de Porteirinha – Apiport –, onde no mesmo espaço funcionará a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Apicultores do Norte de Minas – Coapinorte.

Proposta 755: Na Ação 4359, acréscimo de dois técnicos para atender os agricultores da Coopersar, do Município de Santo Antônio do Retiro, por meio da Unicafes.

Meta física: acréscimo 1 cooperativa atendida

Meta financeira: R\$120.000,00 por ano.

Proposta 920: Na ação 4358, desenvolver Projeto de Qualificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase, em Ibitiré, que contemple a instalação de um espaço (ponto de venda) para a comercialização de produtos orgânicos, fomentando a economia solidária, gerando melhoria nas condições econômicas dos agricultores e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Proposta 925: Na ação 4359, disponibilizar recursos de R\$400 mil, para apoiar a criação legal das cooperativas quilombolas, com suporte para organização financeira e governança Comunitária, em 50 quilombos do Estado.

Proposta 926: Ação 4358 – Inclusão de nova ação, semelhante à ação 4086 que constava no PPAG de 2015, destinada a apoiar a realização da feira anual da agricultura familiar de Minas Gerais, realizada pela Fetaemg em Belo Horizonte/MG. A feira viabiliza a apresentação e a comercialização de produtos, assim como ações educativas durante o evento, a troca de experiências e saberes e a formação de redes e parcerias entre agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais. Acréscimo na meta física: uma unidade de feira por ano.

Proposta 951: Na Ação 4358, realização de um evento denominado Feira da Reforma Agrária e Agricultura Familiar do Semiárido Mineiro, no Município de Montes Claros. Promover um espaço de mostra da produção camponesa, troca de experiências entre agricultores familiares e espaço para comercialização e realização de mesa de negócios com os produtos da agricultura familiar, beneficiando agricultores e assentados das regiões Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Vale do Rio Doce. Meta financeira estimada: R\$200.000,00.

Proposta 953: Na Ação 4358, realização da 1ª feira gastronômica, cultural e da agricultura familiar geraizeira, em Montes Claros, trazendo para a cidade representantes da agricultura familiar, do artesanato e artistas regionais para que possam comercializar seus produtos e serviços nesse grande evento.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 80: Segundo o Censo Agropecuário de 2017, mais de 60% dos empreendimentos no campo em Minas Gerais são de agricultores familiares, e apenas 20% recebem assistência técnica. Compreendendo a importância da agricultura familiar e de suas organizações, é necessário criar medidas para levar conhecimento e tecnologias sustentáveis para a agricultura familiar. Nesse sentido, a revisão aqui proposta tem o objetivo de solicitar apoio para a continuidade do trabalho que vem sendo realizado pelo projeto Minas Cooperativa. Com a ampliação da equipe técnica, conseguiremos ampliar nosso campo de atuação e atender diretamente 25 cooperativas da agricultura familiar com formações e capacitações nas seguintes áreas temáticas: produção, processamento, gestão, contábil, jurídica, financeira e comercial.

Proposta 146: Segundo o Censo Agropecuário de 2017, apenas 20% dos agricultores familiares mineiros recebem assistência técnica. Compreendendo a importância da agricultura familiar e de suas organizações solicitamos a revisão e reedição do projeto Minas Cooperativa quem vêm sendo executado pela Unicafes-MG em parceria com a Seapa. Para dar continuidade ao trabalho, que busca fomentar o desenvolvimento econômico, gerando oportunidades de trabalho e renda no campo a partir da consolidação das cooperativas e associações. Logo, vislumbramos continuidade e ampliação da equipe técnica.

Proposta 189: Em 2003, com a criação do PAA, e, em 2009, com o Pnae, inúmeras oportunidades foram apresentadas as agricultoras e aos agricultores familiares do Brasil, tais como: inclusão econômica, segurança e soberania alimentar, estímulo ao associativismo e cooperativismo, fortalecimento dos circuitos locais, regionais e redes de comercialização, participação social e a produção orgânica e agroecológica de alimentos. No entanto, dentre os principais desafios enfrentados pelos agricultores e as organizações, visando novos mercados, estão a falta de capacidade para atender as exigências sanitárias e de regularidade de fornecimento, além da logística dos produtos. Sendo assim, nós da Fecafes Minas, acreditamos que a aquisição do caminhão-baú refrigerado/congelado vai de encontro aos investimentos viabilizados pelo Estado na agricultura familiar, como a construção e a estruturação do Centro de Distribuição de Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Assim, esta aquisição será fundamental para facilitar a logística para que alimentos produzidos por agricultores familiares mineiros possam ser comercializados na região metropolitana, contribuindo tanto para o abastecimento da região, como também gerando desenvolvimento e melhoria na

qualidade de vida no campo. Dessa forma, julgamos necessário prever no orçamento R\$1.000.000, 00 (um milhão de reais) a mais nessa ação.

Proposta 196: O município de Carai tem cerca de 70% de sua população na zona rural: povo trabalhador e insistente. Parte da produção atualmente fica para a subsistência, alegando falta de comercialização. O município já está trabalhando com o fornecimento das CAFs e assistência técnica. Tem o projeto frutificar, que é para a produção da fruticultura, entre outros. Tem 10 associações Comunitárias que estão na zona rural. O município é cortado pela BR 116, a qual fornece muito essa comercialização. O Senar, o Sebrae e a Emater também atuam no município.

Proposta 207: Nós da Fecafes Minas acreditamos que a aquisição de caminhão-baú refrigerado/congelado vai ao encontro aos demais investimentos realizados pelo Estado na agricultura familiar que são: construção e estruturação do Centro de Distribuição da Agricultura Familiar na região metropolitana de Belo Horizonte. Logo esta aquisição será fundamental para facilitar a logística dos alimentos perecíveis produzidos pela agricultura familiar e comercialização na região metropolitana, contribuindo tanto para o abastecimento da região como também gerando desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida no campo. Para tanto, julgamos necessário prever no orçamento R\$1000000,00 a mais nessa ação.

Proposta 210: A Coopafamid foi criada em 2019 com o objetivo de ajudar os agricultores da região. Hoje além de Diamantina, a cooperativa atende mais de 7 cidades e, por falta de veículos (furgão refrigerado), a cooperativa vem rejeitando pedidos de vendas. Isso influencia de forma negativa o crescimento da cooperativa e dos cooperados. Através da aquisição do furgão, a cooperativa irá comercializar mais produtos e com maior responsabilidade ao seu destino. Hoje a cooperativa tem um gasto muito grande no aluguel de veículos para conseguir cumprir com seus contratos. Diante disso, solicitamos o apoio da ALMG para esta conquista.

Proposta 219: Sou de Carbonita. Sou cooperado desde 2017 da Coopfasc – Cooperativa dos Produtores Rurais e Economia Solidária de Carbonita. No ano de 2023 fui indicado a fazer parte da diretoria, à qual hoje faço parte. Sou diretor presidente. A partir daí comecei os meus trabalhos visitando os cooperados para ouvir suas necessidades. Por falta de veículo, não conseguem levar a produção da zona rural para a cidade. Hoje faço voluntariamente com meu carro particular, pois não temos recursos para comprar. Gostaria muito, em nome de 24 famílias cooperadas que conseguíssemos uma caminhonete para pegar os produtos na zona rural e levá-los para a cidade.

Proposta 232: Continuar promovendo o acesso dos agricultores familiares e seus empreendimentos (cooperativas e associações) aos mercados formais (públicos e privados) por meio da estruturação e organização da produção, da regularização das agroindústrias, do aprimoramento dos processos logísticos e de comercialização.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, mais de 60% dos empreendimentos no campo em Minas Gerais são de agricultores familiares. Estes empreendimentos em sua maioria compostos por agricultores de cooperativas e associações sendo fundamental gerar trabalho, renda, inclusão socioproductiva de jovens e mulheres, produção de alimentos, abastecimento e permanência no campo.

Nesse sentido, a revisão aqui proposta tem o objetivo de solicitar e reeditar o projeto Minas Cooperativa que vem sendo executado pela Unicafes-MG em parceria com a Seapa. Logo, vislumbramos a ampliação da equipe técnica que atua junto aos empreendimentos com formações e capacitações nas seguintes áreas: produção, processamento, gestão, contábil, jurídica, financeira e comercial.

Proposta 256: Segundo o Censo Agropecuário de 2017, mais de 60% dos empreendimentos no campo em Minas Gerais são de agricultores familiares. Estes empreendimentos em sua maioria compostos por cooperativas e associações de agricultores familiares, sendo de fundamental importância para gerar trabalho, renda, inclusão socioproductiva de jovens e mulheres, produção de alimentos, abastecimento e permanência no campo (IBGE, 2006).

Compreendendo a importância da agricultura familiar e de suas organizações, ao final de 2023, foi celebrado o Termo de Fomento nº 1231001403/2023, entre a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – Seapa – e a Federação de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais – Fecafes Minas –, que instituiu o projeto – Minas Cooperativa – organizar, produzir e abastecer –, tendo como objeto fomentar o desenvolvimento agropecuário promovendo condições para geração de trabalho e renda no campo.

Neste período o projeto alcançou números e resultados expressivos, tais como: 3.463 pessoas envolvidas; 974 visitas técnicas a propriedades de agricultores e agricultoras familiares; 199 oficinas de capacitação em manejo; 11 agroindústrias atendidas; 55 projetos de créditos elaborados; 42 capacitações em gestão das cooperativas; participação em 18 chamadas públicas; 615 toneladas de alimentos da agricultura familiar comercializadas; 2,8 milhões de reais comercializados; 300 famílias comercializando; 4,9 milhões de reais contratados em projetos de crédito e muito mais.

Nesse sentido, a revisão aqui proposta tem o objetivo de solicitar apoio para a continuidade deste trabalho, que busca fomentar o desenvolvimento econômico, gerando oportunidades de trabalho e renda no campo a partir da consolidação das cooperativas e associações. Logo, vislumbramos continuidade e ampliação da equipe técnica que atua aos empreendimentos com formações e capacitações nas seguintes áreas temáticas: produção, processamento, gestão, contábil, jurídica, financeira e comercial.

Para a implementação dessa proposta, julgamos como necessário o investimento de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para contratação de profissionais especializados, aquisição de equipamentos e custeio das atividades.

Proposta 257: Em 2003, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, em 2009, com a Política Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), inúmeras oportunidades foram apresentadas aos agricultores e agricultoras familiares do Brasil, tais como: inclusão econômica, segurança e soberania alimentar, estímulo ao associativismo e ao cooperativismo, fortalecimento dos circuitos locais, regionais e redes de comercialização, participação social e promoção de biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos (CUNHA *et al*, 2017). No entanto, a cada novo passo dado pelos agricultores e suas organizações em direção aos novos mercados, novos desafios surgiam diante dos mesmos. Padilha (2018) identificou estes como os principais desafios: a) dificuldade de organização dos agricultores para atender a nova demanda; b) despreparo para lidar com questões burocráticas; c) falta de capacidade dos agricultores para atender as exigências sanitárias e de regularidade de fornecimento os principais desafios e d) logística dos produtos, ou seja, casos em que nem os agricultores conseguem realizar as entregas e nem tampouco o município ou estado possui um centro de recebimento dos produtos.

Desta forma, nós da Fecafes Minas acreditamos que a aquisição do caminhão-baú refrigerado/congelado vai de encontro aos demais investimentos realizados pelo Estado na agricultura familiar que são: construção e estruturação do Centro de Distribuição da Agricultura Familiar na região metropolitana de Belo Horizonte. Logo, esta aquisição será fundamental para facilitar a logística para que alimentos produzidos por agricultores familiares mineiros, possam ser comercializados na região metropolitana, contribuindo tanto para o abastecimento da região, como também gerando desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida no campo. Para tanto, julgamos necessário prever no orçamento R\$ R\$1.000.000,00 a mais nessa ação.

Proposta 440: A legislação sanitária exige que as unidades de processamento de alimentos utilizem equipamentos que assegurem a higiene e a proteção do produto contra contaminações, desde a recepção da matéria-prima até o armazenamento final da farinha de mandioca. Esses equipamentos devem ser construídos com materiais que facilitem a limpeza e desinfecção, sejam resistentes à corrosão e evitam o acúmulo de resíduos que possam comprometer a qualidade do produto.

Atualmente, a estrutura disponível na casa de farinha da Coopersam enfrenta limitações que dificultam o atendimento integral das normas sanitárias. Equipamentos inadequados ou em estado avançado de desgaste aumentam o risco de contaminação e de comprometer a durabilidade do produto final. Dada a importância da segurança alimentar, é essencial garantir que os equipamentos

sejam substituídos ou adquiridos conforme as especificações necessárias para evitar sanções regulatórias e proteger a saúde dos consumidores.

A adequação dos equipamentos contribui para a valorização do produto no mercado, agregando qualidade e permitindo que a farinha de mandioca seja comercializada em conformidade com os padrões exigidos para o consumo interno e externo.

Dessa forma, a aquisição de novos equipamentos representa não apenas um investimento em segurança e qualidade, mas também em fortalecimento econômico para os produtores e para a comunidade local.

Proposta 454: O edital lançado esse ano pela Seapa para o PAA tinha como um dos requisitos o IDH, sendo que esse índice não reflete a realidade do município, uma vez que para composição do item se considera a renda, e que municípios que possuem muitos setores públicos ficam com IDH mascarado.

Proposta 456: Solicitamos equipamentos para uma agroindústria da farinha de mandioca da cooperativa dos agricultores familiares da fazenda Santa Maria, Rio Pardo de Minas – MG. Para atender as normas sanitárias vigentes e oferecer alimentos de qualidade e seguro para o consumidor. Solicita-se também uma carreta basculante e um guincho hidráulico para trator.

A produção de farinha de mandioca é uma atividade essencial para o município de Rio Pardo de Minas – MG, especialmente para os sócios da cooperativa dos agricultores familiares da Fazenda Santa Maria. No entanto, para assegurar a qualidade e a segurança do produto final é fundamental que as instalações e equipamentos utilizados atendam aos requisitos técnicos e sanitários estabelecidos pela legislação vigente.

Atualmente, a estrutura disponível na casa de farinha enfrenta limitações quanto aos equipamentos, o atendimento integral das normas sanitárias.

A estrutura física parte de edificação é satisfatória, porém os equipamentos inadequados e em estado avançado de desgaste aumentam o risco de contaminação e compromete a segurança do produto quanto ao consumo. Dada a importância da segurança alimentar, é necessário substituir todos os equipamentos já existente na agroindústria, sendo um lavador e descascador de mandioca, 2 raladores automáticos, 1 peneira elétrica...

Proposta 491: Nós da Fecafes Minas acreditamos que a aquisição de caminhão-baú refrigerado/congelado vai ao encontro dos demais investimentos realizados pelo Estado na agricultura familiar que são: construção e estruturação do Centro de Distribuição da Agricultura Familiar na região metropolitana de Belo Horizonte.

Logo, esta aquisição será fundamental para facilitar a logística para que alimentos produzidos por agricultores familiares mineiros possam ser comercializados na região metropolitana, contribuindo tanto para o abastecimento da região, como também gerando desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida no campo. Para tanto, julgamos necessário prever no orçamento R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) a mais nessa ação.

Proposta 492: Somos uma Cooperativa de Agricultores Familiares do Município de Santo Antônio do Retiro. Precisamos do caminhão para realizar transporte de matéria prima da roça até os agroindustriais, bem como o deslocamento do produto processado até ao comércio. O triturador, a despoupadeira e a embaladora automática irão favorecer o beneficiamento dos produtos oriundos da lavoura de nossos agricultores familiares, os equipamentos para agroindústria familiar dos derivados da mandioca é de grande necessidade devido à demanda que temos na produção da matéria prima e pelo fato de estarmos construindo um prédio agroindustrial. Atualmente, nossa Cooperativa das Famílias Agricultoras do Município de Santo Antônio do Retiro tem 126 cooperados e estamos construindo nossa agroindústria com apenas a doação do rateio dos cooperados. O trator equipado com grade, arado e carreta irá nos ajudar muito no desenvolvimento da produção agrícola de nossos cooperados. Para tanto, solicitamos prever no orçamento o valor de R\$950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) para atender essas demandas.

Proposta 537: Continuar promovendo o acesso dos agricultores familiares (cooperativas e associações) aos mercados formais (públicos e privados) por meio da estruturação e organização da produção, da regularização das agroindústrias e aprimoramento dos processos logísticos, com a ampliação da equipe do projeto desenvolvido pela Seapa e Unicafes.

Continuar promovendo o acesso dos agricultores familiares (cooperativas e associações) aos mercados formais (públicos e privados) por meio da estruturação e organização da produção, da regularização das agroindústrias e aprimoramento dos processos logísticos, com a ampliação da equipe do projeto desenvolvido pela Seapa e Unicafes. Segundo o Censo Agropecuário 2017, mais de 60% dos empreendimentos no campo em Minas Gerais são de agricultores familiares e destes apenas 20% recebem assistência técnica na forma devida. Esses empreendimentos familiares possuem grande importância na geração de trabalho e renda no campo.

Compreendendo a importância da agricultura familiar e de suas organizações (cooperativas e associações), ao final de 2003 foi celebrado termo de fomento entre a Seapa e a Unicafes que instituiu o projeto Minas Cooperativa que atua em três pilares com cooperativas da agricultura familiar: organização produtiva, agregação de valor e acesso a mercados.

Nesse sentido, solicitamos a revisão deste projeto para ampliar a equipe técnica e área de atuação no Estado. Esse projeto realiza formações continuadas nas áreas: produção, gestão, agroindústria, contábil e jurídica.

Proposta 552: O recurso obtido através do programa será de extrema importância para o cooperativismo no setor apícola na região do Sul de Minas. A Coapsul está localizada em Santana da Vargem e abrange de 20 municípios e conta com mais de 100 famílias cooperadas. O objetivo desse apoio será para não dependermos de atravessadores, tendo nosso certificado para comercialização.

Proposta 560: Tendo em vista que a meta financeira do Cooperaf é apenas uma janela de abertura, faz-se necessário o acréscimo de recurso orçamentário da ordem de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) de modo a garantir a continuidade das atividades que já vem sendo executadas, resultantes do convênio Seapa-MG/Unicafes-MG, contidas no orçamento de 2024.

Proposta 563: O acesso a mercados para produtos da agricultura familiar, quando são de valor agregado, se torna muito complexo, principalmente quando se trata de alimentos que necessitam estarem refrigerados ou congelados. Logo, nossa demanda é a aquisição de caminhão refrigerado para escoar a produção dos agricultores filiados às cooperativas, aumentando a renda e a qualidade de vida no campo.

Proposta 604: Em 2024, com apoio da CPP, iniciamos o projeto Minas Cooperativa. Este projeto objetiva prestar assistência técnica a agricultores familiares. Em menos de um ano de projeto já alcançamos os seguintes resultados: 3.400 (três mil e quatrocentas) famílias beneficiárias, 5 (cinco) milhões em Pronaf, 5 (cinco) milhões comercializados, etc. Nesse sentido, solicitamos apoio para a continuidade deste importante trabalho prestado pela Unicafes, com apoio da Comissão de Participação Popular.

Proposta 676: A construção de um galpão é fundamental para garantir a qualidade e segurança do mel armazenado, uma vez que condições prejudiciais de armazenamento podem comprometer a qualidade e segurança do produto, fato que é muito exigido pela legislação e pelo mercado consumidor e afeta diretamente no valor do mesmo. A demanda do mel produzido hoje pela associação Apiport que futuramente passará pela Coapinorte e seus associados têm crescido muito, exigindo uma infraestrutura mais adequada que atenda ao aumento da capacidade de produção e facilite a comercialização. Além disso, o galpão permitirá a estocagem organizada e segura dos tambores, com um plano de controle adequado de rastreabilidade do mel atendendo as normas legislativas de acordo com os padrões exigidos pelos órgãos reguladores. Este projeto também ajuda a fortalecer a cooperativa no mercado, essencial para atender a grandes demandas de compra. Por meio da cessão de uso do entreposto da Apiport, a Coapinorte poderá contar com um espaço centralizado para armazenamento, reduzindo os custos de construção de uma estrutura própria e promovendo a integração das associações e cooperativas sociais em prol de um desenvolvimento sustentável da apicultura na região. (proposta detalhada em documento anexo)

Proposta 755: No Município de Santo Antônio do Retiro, em especial na cooperativa Coopersar, é necessária assistência técnica para auxiliar os cooperados na sua produção de frutos, em especial no plantio de frutas que futuramente serão minimamente processadas. O número atual de técnicos não atende a demanda.

Vista essa necessidade, apoiamos a Unicafes para a prestação do serviço para a Coopersar.

Proposta 920: A Roça Manzo Kilumino Kiamase, em Ibirité, é um espaço cultural vital que enfrenta desafios como degradação do solo e poluição hídrica. Este projeto tem como objetivo requalificar a área, promovendo a recuperação da biodiversidade e a valorização das práticas culturais locais. A preservação da Roca é crucial para garantir que futuras gerações usufruam dos benefícios ambientais e culturais, integrando ações de conservação, educação e promoção cultural.

Com um investimento de R\$100.000 ao todo, com todas as propostas que foram desmembradas] o \*Projeto de Requalificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase\* busca restaurar o equilíbrio ecológico, valorizar a cultura local e promover a sustentabilidade. A participação ativa da comunidade será fundamental para o sucesso do projeto, que pretende construir um futuro saudável e sustentável para todos, harmonizando natureza e cultura.

Proposta 925: O projeto Quilombos Sustentáveis viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

Proposta 926: A Feira Estadual de Agricultura Familiar de Minas Gerais – AgriMinas –, executada desde 2007, já tem local de destaque no calendário de eventos do Estado. A Feira visa promover a agricultura familiar e assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros, bem como contribuir para a abertura de novos canais de comercialização e distribuição dos seus produtos. A Feira propicia o intercâmbio de experiências entre os agricultores, a comercialização, a troca de tecnologias e o relacionamento com o consumidor final. A AgriMinas capacita agricultores durante a realização da Feira, em cursos rápidos de melhorias no processo de produção de alimentos, boas práticas de fabricação, legislação pertinente, inovações tecnológicas nos processos produtivos, embalagens, gestão de negócios, dentre outros. A Feira facilita e estimula a construção de parcerias institucionais para o desenvolvimento de projetos de fomento voltados para os trabalhadores e trabalhadoras rurais e oportuniza o fortalecimento da agricultura familiar enquanto modo de vida.

Proposta 951: Apesar das adversidades edafoclimáticas, a região do semiárido comporta uma significativa produção agropecuária e cultura, que representa uma parte significativa do PIB dos pequenos municípios que a compõe. O evento proposto tem como finalidade promover uma mostra dessa produção, além de realizar uma mesa de negócios e um espaço de formação e troca de experiências entre os agricultores envolvidos. O evento contará com atrações culturais e com “cozinha da roça”, onde a população de Montes Claros poderá apreciar a gastronomia camponesa.

Proposta 953: A demanda visa valorizar a produção agrícola familiar do Norte de Minas; estimular a economia local e regional e o desenvolvimento rural; promover práticas sustentáveis; dar visibilidade para o agricultor e seus empreendimentos de base Comunitária; valorização do cerrado e da caatinga e uso sustentável de seus recursos; promover e difundir a culinária local e regional; valorizar os ingredientes locais e produtos típicos; preservar e difundir tradições culturais; promover a identidade local e regional; estimular o intercâmbio cultural; estimular o turismo local e regional; gerar emprego e renda; e fortalecer a identidade e orgulho local.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 98/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 100 – Mais Turistas –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano

Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Rodrigo Ferreira dos Santos, Wesley Pereira dos Santos, Jacilene Ribeiro (Instituto Cultural In-Cena), Jandira Batista Cangussu (Prefeitura Municipal de Pavão), Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Danilo Fernandes Santos (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Alba Maria Silva Pereira, Maria Eduarda Neves de Almeida (Prefeitura Municipal de Pavão), Genilson Pereira Dias (Casa da Juventude), Cleidiane Alves Oliveira Souza (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Tamiris Aparecida de Aguiar Oliveira (Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales), Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Andreia Marques Souza (Associação Comunitária do Município de Medina), Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Andrízia Almeida Silva (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Daiane Ferreira Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Forlan Souza Freitas (Instituto Válido Mucuri), Nilton Ferraz Souza, Renato Paranhos dos Santos (Instituto Cultural Raizes), Dilca Costa Ferraz (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Ingrid Natany Silva Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Alisson Vander da Silva Gomes (Associação Cultural Ferroviários Bahia-Minas), Franco Pereira Rodrigues (Instituto Cultural In-Cena), Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII), Cristina Gonçalves de Aguiar (Centro de Referência de Assistência Social – Cras), Miguel Canguçu Alves (Prefeitura Municipal de Fronteira), Florivaldo Gomes Costa Júnior (Instituto Cultural In-Cena), Nathan Ribeiro Cardoso (Câmara Municipal de Jequitinhonha), Luiz Gustavo Alves Brandão (Prefeitura Municipal de Itaobim), Jose Augusto Francisco Pereira (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Thaís Canguçu Galvão, Alberis Vinicius Cristiano Mafra (Prefeitura Municipal de Diamantina), Alberis Vinicius Cristiano Mafra, Arilana Reis Barbosa, Bárbara de Paula Leite, Claudia Cristina Antunes Resende Figueiredo (Sociedade Musical Carlos Gomes), Amílcar Vianna Martins Filho (Instituto Cultural Amilcar Martins – Icam), Alisson Correia Dias (Fundação Dirce Figueiredo), Reginaldo Santos (Fundação Dirce Figueiredo), Lucilene da Silva Rodrigues (Instituto Cultural Amilcar Martins – Icam), Amanda Vasconcelos Araújo (Instituto Cultural Amilcar Martins – Icam), Welerson Rodrigues do Nascimento (Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas), Nilton César da Silva (Associação Cultural Casa do Beco), Dheneron Augusto Carneiro (Sociedade Musical Carlos Gomes), Bruna Maria da Silva Raposo (Fundação Dirce Figueiredo), Pedro Márcio Nascimento Pizelli (Conselho Estadual de Política Cultural – Consec), Cliford Rosa e Silva, Juarez Ferreira (Cooperativa Trabalho Reforma Construção).

Proposta 96: Apoio e desenvolvimento da Rota dos Caminhos Franciscanos-Turismo e sustentabilidade, com um investimento de R\$250.000,00

Proposta 103: Realização da Expedição Gastronômica dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, com um investimento de R\$30.000,00

Proposta 166: Reforma e implantação de equipamento cultural no Grande Hotel, na cidade de Diamantina-MG, buscando aproveitar o espaço histórico para capacitar profissionais nas áreas de produção cultural, hospitalidade e gastronomia.

Objetivo do programa: Transformar o Grande Hotel em um centro de capacitação técnico cultural para os Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Finalidade da ação: Preservar o valor histórico do edifício e promover seu uso de maneira funcional para beneficiar diretamente a população.

Público-alvo: Comunidade local, adolescentes e jovens adultos em base de capacitação para o primeiro emprego.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Proposta 279: 2. Reforma e Implantação de equipamento cultural no Grande Hotel

– Área temática: Cultura e Turismo – Código do programa: 105 – Formação e Capacitação Técnico-Cultural

– Descrição: A proposta de transformação do Grande Hotel em uma escola de formação cultural e turística busca aproveitar o espaço histórico para capacitar profissionais nas áreas de produção cultural, hospitalidade e gastronomia. O hotel, que carrega valor histórico e arquitetônico significativo, será reformado e adaptado para abrigar salas de aula, laboratórios e cozinhas industriais, tornando-se um centro de excelência na formação de mão de obra qualificada. Os cursos oferecidos visam formar profissionais capazes de atuar nos setores de turismo e cultura, com especialização em organização de eventos, recepção de turistas e práticas de hotelaria. Além disso, serão oferecidos cursos técnicos em gastronomia, capacitando cozinheiros e *chefs* para a criação de pratos que valorizem a culinária regional.

Proposta de orçamento: R\$6.000.000,00

Componentes:

– Reforma completa do hotel para criação de salas de aula, laboratórios e áreas pedagógicas: R\$2.500.000,00

– Instalação de cozinhas industriais e laboratórios de hotelaria para formação profissional: R\$1.500.000,00

– Contratação de equipe técnica e professores especialistas: R\$1.000.000,00

Desenvolvimento de programas de capacitação e cursos de extensão: R\$1.000.000,00

Proposta 349: Por Arilana Reis Barbosa – Quilombo Organização Social das Comunidades negras e Afrodescendentes do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Formoso faz parte de umas das maiores riquezas de Minas Gerais – o nosso amado Parque Nacional Grande Sertão Veredas – porém não temos usufruído desse bem. Solicitamos através desse apoio para iniciarmos aqui na região quilombola o turismo de base Comunitária. Para essa ação solicitamos recursos no valor estimado a 5 milhões de reais.

Proposta 423: \*PROJETO: TURISMO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO VALE DE FURNAS\*

### 1. Finalidade da Ação

O projeto visa promover o turismo sustentável no Vale de Furnas, abrangendo 34 municípios. O objetivo é criar oportunidades de emprego e renda, valorizando a riqueza natural e cultural local, além de estimular a economia de forma sustentável e inclusiva.

### 2. Descrição da Ação

As ações incluem o desenvolvimento de roteiros turísticos, capacitação da população local, melhorias na infraestrutura turística e campanhas de divulgação. O foco é transformar o Vale de Furnas em um destino atrativo e bem estruturado.

\*Principais Ações:\*

– \*Roteiros Turísticos Temáticos:\* Criação de roteiros de ecoturismo, turismo cultural e gastronômico, destacando o Lago de Furnas, cachoeiras e feiras locais.

– \*Capacitação Profissional:\* Cursos para a população em hospitalidade, atendimento ao cliente, gestão de negócios e práticas sustentáveis.

– \*Melhorias na Infraestrutura:\* Instalações sanitárias, sinalização e áreas de descanso em pontos turísticos.

– \*Campanhas de Divulgação:\* Marketing digital e materiais promocionais para atrair visitantes à região.

### 3.

Proposta 797: Sinalização turística e urbana de Couto de Magalhães de Minas.

Acréscimo de 1 na meta física

Acréscimo de R\$100 mil na meta financeira. RI Diamantina.

Proposta 850: Acréscimo de sete nas metas físicas

Proposta 855: Aumento das atividades existentes e maior divulgação e comercialização das rotas. Acréscimo em 70 nas metas físicas.

Proposta 166: Reforma e implantação de equipamento cultural no Grande Hotel, na cidade de Diamantina, buscando aproveitar o espaço histórico para capacitar profissionais nas áreas de produção cultural, hospitalidade e gastronomia.

Objetivo do programa: Transformar o Grande Hotel em um centro de capacitação técnico cultural para os Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Finalidade da ação: Preservar o valor histórico do edifício e promover seu uso de maneira funcional para beneficiar diretamente a população.

Público-alvo: Comunidade local, adolescentes e jovens adultos em base de capacitação para o primeiro emprego.

Meta física: 1

Meta financeira: R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 96: O projeto da Rota dos Caminhos Franciscanos se tornou uma realidade, ligando Teófilo Otoni a Itambacuri em um percurso de 42 km. Essa peregrinação leva os visitantes até o Santuário de Nossa Senhora dos Anjos, padroeira de Itambacuri, um importante berço cultural e religioso. Desenvolvido em parceria com o SEBRAE e os prefeitos das duas cidades, o projeto também conta com a participação de Frei Gaspar.

O percurso oferece aos turistas a oportunidade de conhecer comunidades rurais de beleza natural, onde são recebidos com simplicidade e carinho. Para continuar o desenvolvimento da rota, é necessário investir na manutenção das estradas, sinalização do percurso e da BR 116, além de criar espaços de apoio para os peregrinos, como cafés e áreas culturais em Itambacuri. Também é fundamental oferecer infraestrutura para alimentação e hospedagem aos colaboradores ao longo do caminho, garantindo uma experiência acolhedora e sustentável.

Proposta 103: A Expedição Gastronômica dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha visa destacar a riqueza da região, repleta de frutas típicas, ervas e outros produtos locais. O foco será na elaboração de pratos doces e salgados que valorizem esses ingredientes, com ênfase no reaproveitamento de cascas e sementes.

Durante a expedição, serão realizadas degustações abertas ao público nas cidades visitadas, permitindo que os participantes experimentem as delícias regionais. Além disso, as rodas de conversa com cozinheiros, quitandeiras e produtores locais proporcionarão um espaço para troca de experiências e saberes, fortalecendo a comunidade e incentivando a valorização da gastronomia local.

Essa iniciativa não só promoverá a culinária da região, mas também contribuirá para a conscientização sobre a sustentabilidade e o aproveitamento integral dos alimentos, celebrando a identidade cultural dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha.

Proposta 166: A transformação do Grande Hotel em um centro de capacitação técnico cultural será um marco para o desenvolvimento educacional e econômico da região. A proposta visa não apenas preservar o valor histórico do edifício, mas também utilizá-lo de maneira funcional para beneficiar diretamente a população. A escola formará profissionais altamente qualificados, contribuindo para o fortalecimento das atividades turísticas e culturais locais. Com isso, pretende-se impulsionar a economia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, uma vez que a mão de obra especializada eleva o nível de prestação de serviços, atrai mais turistas e gera oportunidades de emprego. Além disso, a proposta garante a perpetuação das tradições culinárias e culturais da região, fomentando uma identidade cultural robusta e sustentável.

Proposta 279: A transformação do Grande Hotel em um centro de capacitação técnico-cultural será um marco para o desenvolvimento educacional e econômico da região. A proposta visa não apenas preservar o valor histórico do edifício, mas também utilizá-lo de maneira funcional para beneficiar diretamente a população. A escola formará profissionais altamente qualificados, contribuindo para o fortalecimento das atividades turísticas e culturais locais. Com isso, pretende-se impulsionar a economia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, uma vez que a formação de mão de obra especializada eleva o nível de prestação de serviços, atrai mais turistas e gera novas oportunidades de emprego. Além disso, a proposta garante a perpetuação das tradições culinárias e culturais da região, fomentando uma identidade cultural robusta e sustentável.

Proposta 349:

Proposta 423: Justificativa

O Vale de Furnas possui grande potencial turístico, mas enfrenta desafios em infraestrutura e qualificação profissional. Investir em capacitação, infraestrutura e divulgação é essencial para transformar a região em um polo turístico, promover inclusão social e evitar o êxodo rural.

#### 4. Produto da Ação

- \*Roteiros Turísticos Estruturados:\* Roteiros integrados que exploram ecoturismo, cultura e gastronomia.
- \*Capacitação da Comunidade Local:\* Cursos e oficinas focados na geração de emprego e incentivo ao empreendedorismo.

– \*Infraestrutura Melhorada:\* Sinalização e áreas de descanso em pontos turísticos.

– \*Divulgação Regional:\* Ações de marketing para aumentar a visibilidade do Vale de Furnas.

#### 5. Público-alvo

- \*Turistas:\* Visitantes brasileiros e estrangeiros interessados em turismo ecológico e cultural.
- \*Comunidade Local:\* Jovens, artesãos e comerciantes locais interessados no setor turístico.
- \*Empreendedores Locais:\* Pequenos empresários do setor de turismo.

#### 6. Metodologia

1. \*Diagnóstico:\* Levantamento das condições dos atrativos turísticos e necessidades de infraestrutura.

2. \*Desenvolvimento de Capacitações e Roteiros:\* Parcerias com entidades para realizar oficinas e cursos, além da criação de roteiros turísticos.

3. \*Monitoramento e Avaliação:\* Acompanhamento dos resultados e análise do aumento do fluxo turístico e impacto econômico.

#### 7. Avaliação do Impacto

A avaliação será realizada por meio de relatórios periódicos sobre o aumento do turismo e geração de renda, questionários de satisfação para turistas e participantes das capacitações, e análise das mudanças nas organizações envolvidas.

8. Orçamento Total: R\$900.000,00

Item	Custo (R\$)
Desenvolvimento de Roteiros	R\$180.000,00
Capacitação e Qualificação	R\$310.000,00
Melhoria de Infraestrutura	R\$280.000,00

Divulgação e Marketing	R\$100.000,00
Monitoramento e Avaliação	R\$30.000,00
*Total*	*R\$900.000,00*

#### 9. Municípios Abrangidos

Os 34 municípios do Vale de Furnas incluem Alfenas, Alterosa, Areado, Boa Esperança, Campos do Jordão, e outros.

#### 10. Considerações Finais

O projeto Turismo e Geração de Emprego e Renda no Vale de Furnas é uma oportunidade valiosa para consolidar a região como um destino turístico atrativo, promovendo desenvolvimento social e econômico, e valorizando a riqueza cultural e natural do Vale.

Proposta 797: Couto de Magalhães de Minas possui potencial turístico e patrimônios culturais maravilhosos. Porém a falta de sinalização dificulta o acesso a estes bens e pontos turísticos. Busca-se com esta proposta promover uma sinalização urbana e dos pontos turísticos de maneira a casar com a identidade do município. Essa sinalização muito contribuiria para a realização de caminhadas, *trekkings*, pedal e trilhas tradicionalmente realizadas no município.

Proposta 850: Estado está em baixa por ser mínimo o investimento e o incentivo em rotas.

Proposta 855: Devem ser aumentadas as ações nas rotas já existentes.

Proposta 166: A transformação do Grande Hotel em um centro de capacitação técnico cultural será um marco para o desenvolvimento educacional e econômico da região. A proposta visa não apenas preservar o valor histórico do edifício, mas também utilizá-lo de maneira funcional para beneficiar diretamente a população. A escola formará profissionais altamente qualificados, contribuindo para o fortalecimento das atividades turísticas e culturais locais. Com isso, pretende-se impulsionar a economia dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, uma vez que a mão de obra especializada eleva o nível de prestação de serviços, atrai mais turistas e gera oportunidades de emprego. Além disso, a proposta garante a perpetuação das tradições culinárias e culturais da região, fomentando uma identidade cultural robusta e sustentável.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 99/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 90 – Assistência Técnica e Extensão Rural para o Estado de Minas Gerais –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Ivone Rodrigues de Oliveira, Marlete Ribeiro Silva, Maguida Freitas Souza Botelho, Lízian Maria Silva Martins (Gabinete Deputado Doutor Jean Freire), Valdirene Souza Dias (Secretaria Municipal de Assistência Social), Eliene de Souza Silva (Grupo Folia de Reis Ebe Vieira), Lidiane de Oliveira (Rádio Jequitinhonha), Leandro Nascimento da Cruz (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Vale do Jequitinhonha), Rosária Ribeiro da Rocha Costa (Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha), Cleide Aparecida Santos Oliveira, Leilany Batista Cardoso (Associação Papa João XXIII), Maria Martinha Pereira dos Santos (Economia Solidária do Médio Jequitinhonha), Marlice Machado de Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Maria Nazete Sousa Nepomuceno da Silva, Bárbara de Paula Leite, Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Marcos Gobira Damasceno, Josivaldo da Silva (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra), Maria Gomes dos Santos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Felisburgo), Vanuza Gonçalves Dias, Evay Vilella Lisboa t, Vlader Olímpio Fernandes (Prefeitura Municipal de Monte Azul), Regina Sélia de Andrade, José Maurício Gonçalves, Nayara A. Fernandes Magalhães, Alexandre Souza Burque, Guilherme Soares Pereira (Grupo de Ação em Saúde Animal), Cláudio Lúcio da Silva (Rede de Tecnologia Agro Ambiental Esperança), Maria Rosa Lúcia Pereira, Eduardo Perillo (Instituto Escola Viva), Alexandre Thomé da Silva de Almeida (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas), Maria José Lúcia Pereira, Maria José Lúcia Pereira, Rivaildo Benedito de Souza Santos (Câmara Municipal de Camanducaia), João Mauro Bernardo (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), José Leandro de Freitas, Helio Carlos de Oliveira (Câmara Municipal de Pouso Alegre), Francisco Wander da Silva, Grazielle Carolina da Cunha, Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes, Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer), Rainério Vitor Batista de Oliveira, Iara Laia Ellis (Federação Unicafe), Getúlio Gomes Vieira (Federação Unicafe), Leandro Muniz Botelho (Associação Comunitária do Município de Medina), Wesley José Miranda de Paula (Prefeitura Municipal de Carai), Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Edeilde Machado Leal, Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Ataídes Vieira, Maria Emilia Lopes de Barros, Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Alaide Lopes de Barros Oliveira, Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Paula Laviola Pedrosa (Federação Unicafe), Paulo César Gomes Amorim Júnior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Adelço Clarindo de Souza, Jesulino Munis Botelho (Associação Comunitária das Comunidades Tombo Pedra do Bolo e Bido), João Batista dos Santos (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais), João Lopes dos Santos Neto (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), Deiviane Barbosa de Almeida (Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas), Glêcia Silva Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social), Evany Andrade do Nascimento (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Juliana Rodrigues Ribeiro (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Wesley Pereira dos Santos, Maria Íris dos Santos Ferreira (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Marta Aparecida Gomes Pereira (Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas), Marileno Rodrigues Alves (Secretaria Municipal de Agricultura), Neuler Fernandes Pereira, Greta Lucia Petrulli (Associação Papa João XXIII no Brasil), Carlos Antônio Sena Lopes (Secretaria Municipal de Educação), Luiz Roberto Andrade Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Hebert Marques da Cruz (Associação Papa João XXIII), Leonel de Oliveira Pinheiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Marcelo Pereira de Jesus (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg – Delegacia Regional), Roberta Soares Cerqueira (Prefeitura Municipal de Itaobim), Rubiany Rodrigues Barbosa, Mayra Rodrigues Guimarães Lopes (Secretaria Municipal de Assistência Social), Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Robélia Maria de Jesus Gomes, Gabriel Ferreira Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Edvania Paulo Silva, Edmilson Calista de Almeida, Rosimere Pereira Lima (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Wanderlei Pimenta Lopes (Instituto Estadual de Floresta), Juciele Rodrigues Costa (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Milton de Campos Silva, Thatiane Aparecida Evangelista (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Simone de Sá Neves.

Proposta 97: Na ação 4236, viabilizar o projeto Plantação de Algodão Orgânico com a finalidade de alavancar a tecelagem no Baixo e Médio Jequitinhonha, por meio do apoio à Associação dos Artesãos de Jequitinhonha, sediada no município de Jequitinhonha, e à Associação dos Sabores e Saberes de Rubim, sediada em Rubim.

Proposta 157: Ação 4235

Promover orientação às famílias agrícolas sobre combate de pragas, em especial na região do Município de Virgem da Lapa, Associação Quilombolas Esperança dos moradores e trabalhadores da comunidade Pega (Quilombo do Pega).

Proposta 158: Ação Nova – Otimização da Assistência Técnica em financiamentos públicos e Pronaf

Objetivo: otimizar a aplicação dos recursos do Pronaf pelo produtor, com contratação de Assistência Técnica.

Finalidade: maior produção na agricultura familiar e empregabilidade de técnicos.

Público-alvo: produtor rural (agricultor familiar) e técnicos.

Sugestão: Tornar obrigatória a contratação de Assistência Técnica após a captação de crédito rural, tornando mais eficiente os projetos em sua aplicação prática e execução, eliminando o risco dos recursos serem mal empregados ou desviados.

Proposta 162: Ação 4235 –

Incentivo a contratação de técnicos recém-formados para dar assistência para agricultores familiares, para ampliação da produção de alimentos.

Proposta 191: Ação 4235 – A contratação de técnicos para auxiliar os pequenos agricultores do Município de Medina, onde irá melhorar a produção e a execução dos projetos e também fazendo uma produção correta e mais saudável sem agredir o solo e a água.

Proposta 202: Ação 4235

Assistência técnica rural às práticas agrícolas sustentáveis. Fortalecimento dos agricultores com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas não degradante ao meio ambiente. Trabalhar práticas de restauração de solos, visando o aumento da produção, no Município de Ponto dos Volantes.

Proposta 223: Na ação 4019, realizar eventos técnico-científicos para promover e facilitar a adoção de tecnologias agropecuárias.

Município de Machacalis

Público-alvo: produtores rurais, agricultores familiares, técnicos de assistência, agentes públicos e privados do município de Machacalis.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$100.000,00

Proposta 231: Ação 4235

Município: Itamarandiba

Realização de amplo programa de conscientização/orientação aos pequenos agricultores rurais do município de Itamarandiba quanto às penalidades aplicadas pelos órgãos de fiscalização (IEF/Incrá/PM Ambiental), a fim de que saibam dos padrões exigidos pelos órgãos ambientais, principalmente a polícia militar ambiental, e, assim, não infrinjam a legislação ambiental, mantendo boas práticas agrícolas, evitando multas e prejuízos.

Proposta 511: Programa 97

Novo objetivo: Autonomia alimentar de qualidade, geração de renda e hortaliças de preço acessível potencializando o comércio na feira agroecológica, promovendo a economia Comunitária.

Ação 4236

Implementação de horta Comunitária voltada para agricultura familiar na comunidade quilombola de Cruz dos Araújo, município de Cônego Marinho, fortalecendo a feira agroecológica existente no local, conforme documento anexo, no total de R\$241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais).

Proposta 736: Criação de programa de horta Comunitária no Município de Toledo, com participação de escolas de educação infantil, de forma a desenvolver o conhecimento desde criança.

Proposta 912: Na ação 4235 disponibilizar recursos de R\$1 milhão, para oficinas para manejo de peixes e de práticas agrícolas orgânicas, com apoio técnico contínuo, em 50 quilombos do Estado.

Proposta 916: Projeto de Requalificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase, em Ibirité

Objetivos

4. \*Desenvolvimento Sustentável\*: Criar oportunidades de geração de renda para a comunidade local.

Estrutura do Projeto

4. \*Desenvolvimento Sustentável (R\$10.000)\*

– \*Capacitação em Agroecologia\*: Realizar oficinas de capacitação para agricultores em práticas agroecológicas, promovendo a produção sustentável.

– \*Oficinas de Saberes Ancestrais\*: Promover oficinas sobre práticas tradicionais de manejo, envolvendo a comunidade na transmissão de conhecimentos.

Resultados Esperados

– \*Geração de Renda\*: Melhoria nas condições econômicas dos agricultores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Proposta 941: Na ação 4235, disponibilizar recursos de R\$2 milhões para assessoramento técnico contínuo em 50 comunidades quilombolas do Estado, incluindo a realização de ações de capacitação nas temáticas de aquicultura e agroecologia, com oficinas para manejo de peixes e práticas agrícolas orgânicas, e de gestão cooperativa, com formação em administração e finanças, além de orientação e apoio para a criação de cooperativas quilombolas, com suporte para organização financeira e governança Comunitária.(Proposta desmembrada da 402).

Proposta 374: Acréscimo de metas física e financeira na ação 4383 de forma a acrescentar 1 atividade apoiada e R\$500.000,00.

Projeto de fortalecimento da produção de café na comunidade Mata de São João, no município de Santo Antônio do Retiro.

Objetivos: melhorar a infraestrutura de produção e beneficiamento; implementar tecnologias agrícolas avançadas e sustentáveis; capacitar os produtores em boas práticas agrícolas e gestão empresarial; facilitar o acesso a mercados nacionais e internacionais; promover a inclusão de mulheres e jovens em todas as etapas da cadeia produtiva; evitar o êxodo rural através da criação de oportunidades de emprego e desenvolvimento local; fomentar o desenvolvimento econômico do município; adquirir equipamentos modernos para plantio, manejo e colheita; introduzir técnicas de agricultura sustentável; melhorar as condições de trabalho e suporte aos agricultores; desenvolver programas específicos de inclusão para mulheres e jovens.

Valor total estimado para execução do projeto: R\$500.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 97: Projeto de sustentabilidade Plantação de Algodão Orgânico. Com este projeto estaremos fazendo o resgate do algodão, pois é um ofício ancestral e sustentável.

Sugestões: Emater, Embrapa técnicos agrícolas para darem todo suporte técnico.

Onde plantar: MST, Escolas Famílias Agrícolas, propriedades privadas de agricultores familiares.

Comprar: Sementes, arames, lascas de madeira para cercar terreno, adubos, irrigação.

Tratorar a terra, ou seja, preparo do solo.

Proposta 157: É para atender as famílias que trabalham na área da agricultura para dar atenção, pois existem muitas pragas que destroem as plantações. Não é possível saber o tipo de produto que pode ser aplicado em cada hortaliça para que tenha uma boa qualidade.

Proposta 158: Os produtores rurais acessam o crédito rural com ajuda de Assistência Técnica, porém depois que captam os recursos são abandonados e sem uma assistência continuada, desviam recursos ou investem de forma errada e ineficiente, continuando na pobreza enquanto a maioria dos técnicos muitas vezes formados com recursos públicos partem para outras áreas, abandonando a profissão ou indo para o desemprego. Sem movimentar muito recurso, proponho que mudanças nas formas ou mesmo na divulgação e comunicação, elencar sempre a importância da contratação e assistência técnica.

Proposta 162: Fortalecimento da agricultura familiar e da qualidade de vida dos agricultores familiares, comunidades quilombolas e ribeirinhas. A assistência técnica potencializa também a organização da produção e incentivando a essas famílias a se manter no campo, uma vez que tendo uma renda ampliada naturalmente melhora a qualidade de vida, gerando mais consumo e fortalecendo também o comércio local que por sua vez vai gerar mais emprego.

Proposta 191: Terá um melhoramento nas produções dos pequenos produtores. O apoio aos novos técnicos que estão formando recente para apoiá-lo no mercado. Onde também poderá oferecer um acompanhamento sobre execução dos projetos onde irá diminuir a probabilidade de erro na produção, não trazendo prejuízo aos pequenos produtores.

Proposta 202: A região do Vale do Jequitinhonha vem se destacando por alto índice de desmatamento. Seja por meio das práticas de monocultura e agropecuária, a prática de sustentabilidade fortalece a agricultura familiar e ajuda com a convivência hídrica que impede a escala de produção da região.

Proposta 223: Agronegócio, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar.

Proposta 231: É sabido de todos que a aplicação de multas de alto valor, principalmente a pequenos agricultores rurais, tem prejudicado todo produtor, visto que o mesmo, na grande maioria das vezes, vive do cultivo de subsistência e não possui condições financeiras para pagamento.

O que mais impacta é que o produtor sequer tem ciência que está infringindo uma penalidade e só a conhece quando é aplicada a multa.

Portanto, é urgente a criação de mecanismos para conscientização e orientação ao produtor, para que ele não venha infringir a legislação e sofrer a penalidade legal. Essas penalidades são aplicadas pro vários órgãos fiscalizatórios, como Polícia Militar Ambiental, IEF e Incra.

Proposta 511: O Projeto Horta Comunitária Agroquilombola visa criar uma horta coletiva de 3000 m<sup>2</sup> na comunidade quilombola de Cruz dos Araújo, promovendo a produção sustentável de hortaliças, ervas e legumes para fortalecer a Feira Agroecológica local. Além de incentivar a comercialização, o projeto valoriza saberes quilombolas e busca ser replicado por agricultores familiares, difundindo boas práticas agrícolas e promovendo a economia Comunitária.

Proposta 736: A Emater é um órgão de suma importância para os produtores rurais.

Proposta 912: O projeto Quilombos Sustentáveis viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

Proposta 916: A Roça Manzo Kilumino Kiamase, em Ibirité, é um espaço cultural vital que enfrenta desafios como degradação do solo e poluição hídrica. Este projeto tem como objetivo requalificar a área, promovendo a recuperação da biodiversidade e a valorização das práticas culturais locais. A preservação da Roca é crucial para garantir que futuras gerações usufruam dos benefícios ambientais e culturais, integrando ações de conservação, educação e promoção cultural.

Conclusão

Com um investimento de R\$10.000,00 [R\$100.000,00 ao todo, com todas as propostas que foram desmembradas] o \*Projeto de Qualificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase\* busca restaurar o equilíbrio ecológico, valorizar a cultura local e promover a sustentabilidade. A participação ativa da comunidade será fundamental para o sucesso do projeto, que pretende construir um futuro saudável e sustentável para todos, harmonizando natureza e cultura.

Proposta 941: O projeto Quilombos Sustentáveis viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

Proposta 374: A produção de café é uma das atividades mais importantes para a economia da comunidade Mata de São João, Santo Antônio do Retiro/MG. No entanto, os produtores locais enfrentam desafios como falta de infraestrutura, acesso limitado a tecnologias modernas e dificuldades na comercialização. Este projeto visa fortalecer a cadeia produtiva do café, desde o cultivo até a venda, promovendo desenvolvimento sustentável e melhorando a qualidade de vida dos produtores. Nos últimos anos, os agricultores da região têm se destacado e recebido prêmios referentes à produção de café, evidenciando a qualidade e o potencial da produção local. Além disso, busca evitar o êxodo rural e fomentar o desenvolvimento econômico do município, beneficiando mulheres e jovens da comunidade com oportunidades de emprego e crescimento pessoal.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 100/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 21 – Saneamento e Resíduos Especiais –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Bárbara de Paula Leite, Ivaneide da Silva Souza (Redesol), Fabiana de Oliveira Gama (Associação Comunitária Cultural, Social, Ambiental e Desportiva de Quartel Geral – MG), Rodrigo Martins Souza e Silva, Cecília Aparecida do Carmo, Eronides Pereira Duarte (Fundação Nacional de Saúde), Neuler Fernandes Pereira, José Marlon Lopes Sobrinho (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), João Lopes dos Santos Neto (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), Maria Íris dos Santos Ferreira (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Leidiane Aparecida Duarte, Geralda Eliane de Sousa, Franciele Aparecida Moreira (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Ilda Aparecida Peirra Guendes, Maria Aparecida dos Santos, Janaína Fernandes Pereira (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), José Paulo Alves Fernandes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Ianne Carvalho Nobre Moraes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae), Frances Kelly Aparecida Moreira, Maria Vanda Alves Pereira (Associação das Mulheres Unidas por Capelinha), Jéssica Gonçalves da Cruz Oliveira (Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim), Danilo Correia Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Maria Aparecida Alves dos Santos (Associação de Artesãos de Itamarandiba), Bruna Cristina dos Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Maria Rosa dos Santos (Associação Mulheres Unidas por Capelinha), Jhonatan Fernandes de Oliveira (Associação Desportiva Portuguesa), Gabriella Gandra Bié Costa (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), José da Silva Alves (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Katia Victoria Lima (Secretaria Municipal de Educação), Maria do Socorro Lima Oliveira (Centro de Referência de Assistência Social – Cras Fazendinha), Danylo Jarbas Soares de Oliveira, Andreia Silva Alves (Secretaria de Cultura), Simone de Sá Neves, Rogério Delamare Coutinho Ruas, Daniela Silva Alfredo Costa (Conselho Central de Varginha), Adonias Martins de Souza (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Maria Fernanda Coelho Domingos (Sociedade Santo Antônio de Pádua), Renata Castro Dias de Souza (Centro Educativo e Social de

Guaranésia), Helena Cristina de Souza Paula, Helena Cristina de Souza Paula, Luciana Aparecida Vieira (Conferência São Vicente de Paulo), Cleber Clauson Oliveira Pedreira (Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida), Roselange dos Santos Galdino (Conselho Metropolitano de Pouso Alegre), Artur Fernandes Gonçalves Filho (Fundação Educacional Professor José Gonela), Antônio Afonso de Oliveira, Regina Sélia de Andrade, José Maurício Gonçalves, Guilherme Soares Pereira (Grupo de Ação em Saúde Animal), Nayara A. Fernandes Magalhães, Alexandre Souza Burque, Cláudio Lúcio da Silva (Rede de Tecnologia Agro Ambiental Esperança), Maria Rosa Lúcia Pereira, Eduardo Perillo (Instituto Escola Viva), Alexandre Thomé da Silva de Almeida (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas), Maria José Lúcia Pereira, Rivaildo Benedito de Souza Santos (Câmara Municipal de Camanducaia), João Mauro Bernardo (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Helio Carlos de Oliveira (Câmara Municipal de Pouso Alegre), Francisco Wander da Silva, José Leandro de Freitas, Grazielle Carolina da Cunha, Leiliane Pereira dos Santos Soares (Câmara Municipal de Jaíba), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), José Rogério Viana Prates (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Carlos Antônio Sena Lopes (Secretaria Municipal de Educação), José Jumidai de Farias, Fernando Souza Santos, Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer), Ivanilva Lopes Silva (Associação Comunitária de Marambainha), Magno Newton Luiz Franco (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Edeilde Machado Leal, Ataídes Vieira, Leonel de Oliveira Pinheiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Jorge Yago dos Santos Nogueira (Companhia de Teatro Ícaros do Vale), Vilma Alves Caldeira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Marileno Rodrigues Alves (Secretaria Municipal de Agricultura), Robélia Maria de Jesus Gomes, Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Farley Moreira de Jesus (Associação dos Produtores de Mel e Derivados do Município de Jequitinhonha – Apis do Jequi), Marcos Gobira Damasceno, Afonso Pelli, Ana Dias da Silva, Marcelo Pereira de Jesus (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg – Delegacia Regional), Ananias Teixeira Batista (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), João Batista dos Santos (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais), Adriana Dias Almeida (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Maria Gomes dos Santos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Felisburgo), Josivaldo da Silva (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Evany Andrade do Nascimento (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Priscila Barbosa dos Santos (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Vanuza Gonçalves Dias, Maria Rosa Jané I Pujol (Comunidade Beira-Rio), Marlete Ribeiro Silva, Ladislandia Rodrigues de Andrade, Luiz Roberto Andrade Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG).

Proposta 102: Abastecimento de água potável nas comunidades rurais do baixo e médio Jequitinhonha, contemplando os 32 municípios assistidos pela Fetaemg, Polo Regional de Itaobim.

Nome da Ação: Captação, tratamento e distribuição de água potável

Objetivo: Acesso à água potável com projetos de captação, tratamento e distribuição nas comunidades rurais

Finalidade: Garantir o direito constitucional ao acesso à água

Publico alvo: Comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária, povos tradicionais e indígenas

Meta física: 1.000 famílias

meta financeira: (não sugerido)

Região: baixo e médio Jequitinhonha

Proposta 123: Acréscimo de R\$700.000,00 na ação 4028, para disseminar e implantar um mínimo de 100 tecnologias sociais para tratamento de esgotos (tanque de evapotranspiração, fossa séptica biodigestora de placas, fossa séptica biodigestora de

bombonas, círculo de bananeiras, banheiro seco, conforme seja mais adequado), em pelo menos 5 comunidades rurais dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri, para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades e povos tradicionais.

Proposta 140: Na ação 4028, implementar fossa séptica no município de Catuji, para atender a Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz.

Acréscimo de meta física de 50 unidades.

Proposta 149: Acréscimo de R\$800.000 na Ação 8012, para que a Copanor implante uma estação de tratamento de esgotos em Catuji, no Vale do Mucuri.

Proposta 140: Na ação 4028, implementar fossa séptica no município de Catuji, para atender a Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz.

Acréscimo de meta física de 50 unidades.

Proposta 151: Acrescentar R\$700.000,00, na Ação 4037, para implantação de coleta seletiva em 10 comunidades rurais, do Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

Proposta 188: Na ação 8008, canalização e saneamento do Córrego Gonçaleiro em Almenara, a fim de promover higienização e prevenção de doenças tropicais, especialmente entre a população ribeirinha de baixa renda.

Proposta 222: No âmbito da ação 4037, carimbar recursos de R\$80.000,00 para implantar um Ecoponto do Projeto de Reciclagem da Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim), para atender os cerca de 400 moradores do Bairro Cidade Jardim, em Itamarandiba.

Proposta 252: Retomada das obras de construção da barragem da Prainha, em Uberaba, aliada a uma boa gestão, controlando o assoreamento e prologando a vida média útil do empreendimento.

Proposta 253: Retomada das obras de construção da barragem da Prainha, em Uberaba, aliada a uma boa gestão, controlando o assoreamento e prologando a vida média útil do empreendimento.

Proposta 254: Retomada das obras de construção da barragem da Prainha, em Uberaba, aliada a uma boa gestão, controlando o assoreamento e prologando a vida média útil do empreendimento.

Proposta 255: Retomada das obras de construção da barragem da Prainha, em Uberaba, aliada a uma boa gestão, controlando o assoreamento e prologando a vida média útil do empreendimento.

Proposta 379: No âmbito da Ação 4028, carimbar recursos de R\$250 mil, para a implantação de fossas sépticas biodigestoras para 30 famílias na comunidade de XXX XXXX, bem como reutilizar o efluente tratado para irrigar quintais, uma vez que comunidade está localizada no semiárido.

Tentar localizar a comunidade da proponente (Simone de Sá Neves)

Proposta 383: Na Ação 4028, carimbar recursos de R\$5.000,00/ família, para implementar 40 fossas sépticas em 1 etapa e 40 em 2 etapas, para o Assentamento Mãe Esperança/Fazenda Itamunhueque/Teófilo Otoni– Vale do Mucuri.

Reaproveitamento do efluente tratado para uso em quintais, além, de educar para o uso adequado dos recursos naturais e a melhoria na saúde das Famílias.

Proposta 396: Proposta: obrigatoriedade em todos os municípios da coleta seletiva, melhorias nos aterros sanitários e ações que diminuam o risco de poluição ambiental e disseminação de doenças.

Proposta 437: Proposta para Instalação de Fossa Séptica na Roça Manzo Kilumino Kiamase, Ibirité

Estrutura do Projeto

1. \*Levantamento e Planejamento (R\$10.000)\*:

- Realizar um estudo de solo para identificar o local mais adequado para a instalação da fossa séptica.
- Planejamento do projeto, incluindo o dimensionamento da fossa e a definição dos materiais a serem utilizados.

2. \*Instalação da Fossa Séptica (R\$40.000)\*:

- Aquisição dos materiais necessários, como tubos, tanques sépticos e outros componentes do sistema.
- Execução da obra por profissionais qualificados, garantindo a correta instalação e funcionamento do sistema.

3. \*Educação e Capacitação (R\$15.000)\*:

- Desenvolvimento de oficinas e palestras para a comunidade sobre o uso e a manutenção da fossa séptica.
- Produção de materiais informativos que expliquem a importância do saneamento básico e as práticas de higiene.

4. \*Monitoramento e Avaliação (R\$10.000)\*:

- Implementação de um programa de monitoramento do sistema após a instalação, garantindo que a fossa séptica funcione de forma adequada.
- Avaliação do impacto do projeto na saúde e bem-estar da comunidade, com relatórios periódicos sobre os resultados obtidos.

#### Objetivos

1. \*Promover a Saúde Pública\*: Garantir que a comunidade tenha acesso a um sistema de saneamento básico eficiente, reduzindo a incidência de doenças relacionadas à falta de higiene.
2. \*Preservar o Meio Ambiente\*: Implementar uma solução que minimize a contaminação do solo e das fontes de água da região.
3. \*Conscientizar a Comunidade\*: Realizar campanhas educativas sobre a importância do saneamento básico e o uso correto da fossa séptica.
4. \*Fortalecer a Estrutura Comunitária\*: Proporcionar uma infraestrutura básica que contribua para a qualidade de vida da comunidade.

Proposta 564: Necessidade de tratamento de esgoto para os distritos de Macuco de Minas e Rosário do Rio Grande, localizados no município de Itumirim.

Além disso, calçamento das ruas e realização de ações socioeducativas, com formações para grupos de crianças, jovens e idosos em casas de repouso.

#### Proposta 600: Ação 4044

Acréscimo na meta financeira de R\$4.000.000,00 (quatro milhões), por ano, no Programa Bolsa Reciclagem para ampliação do valor da bolsa e aumentar o número de cooperativas e associações contempladas, conseqüentemente, a renda dos catadores, aumentando a capacidade de recuperação de resíduos em 25 mil toneladas.

Proposta 606: Implantação de entreposto de resíduos para comercialização associação/cooperativa e as indústrias recicladoras. Para estruturar a unidade é necessário o valor de R\$10.000.000,00 (10 milhões de reais) para compra de equipamentos e equipe de operação, garantindo assessoria e formação para operação da unidade.

#### Proposta 615: Ação 4028

Acrescentar recursos para repasses aos municípios na calha das comunidades ao longo do rio Doce para implementação de captação e tratamento de água, com repasses via Copasa e SAE.

#### Proposta 738: Ação 4258 (saneamento)

Acrescentar recursos para criação de ecobarreiras nas bacias hidrográficas dos municípios de Boa Esperança, Santa Rita do Sapucaí e Carmo da Cachoeira.

Destinação dos recursos: Grupo de Ação em Saúde Animal – Gasa. CNPJ: 49.463.496/0001-04.

Custo unitário: R\$10.000,00

Custo total: R\$60.000,00

Proposta 782: Por meio da ação 4258, viabilizar fossas sépticas para tratamento de esgoto rural para famílias carentes no município de Montes Claros. Serão beneficiadas 285 (duzentas e oitenta e cinco) comunidades rurais e 24.000 (vinte e quatro mil) famílias rurais.

Proposta 879: Destinação de recursos para a ONG Voluntários da Pata CNPJ 184 (93) 4100 0146 para que possa adquirir equipamentos de coleta de tampinhas de plástico distribuídos nos pontos comerciais de Pouso Alegre e um veículo para recolher as tampinhas periodicamente.

Meta financeira:

50 equipamentos de coleta: R\$75.000,00

1 veículo: R\$110.000,00

Total: R\$185.000,00

Preço estimado da unidade de coleta R\$1.500,00

Proposta 880: Aquisição de um caminhão para atender os catadores da Associação Preservação do Meio Ambiente de Conceição dos Ouros, Minas Gerais.

Meta física: 1

Meta financeira: ?

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 102: A ação sugerida contemplará as comunidades rurais com menor renda per capita e maior distanciamento dos recursos hídricos e maior número de pessoas por famílias, abrangendo os assentamentos de reforma agrária, povos tradicionais e indígenas.

Proposta 123: A área rural continua não contemplada pelo saneamento básico, impactando em vários aspectos, o primeiro do qual é a saúde, além de impactar diretamente a poluição dos solos e águas. Com a implantação dessas tecnologias será possível inclusive tratar os resíduos e reaproveitá-los novamente.

Proposta 140: As casas da comunidade não têm fossa séptica, necessárias para a garantia do saneamento básico.

Proposta 149: O município de Catuji não possui sistema de tratamento de esgotos o que causa contaminação constante do rio e, por consequência, afeta diretamente a saúde da população.

Proposta 140: As casas da comunidade não têm fossa séptica, necessárias para a garantia do saneamento básico.

Proposta 151: O lixo nas comunidades rurais não tem nenhum tratamento. Na maioria das vezes, é queimado, jogado a céu aberto ou raramente enterrado, poluindo o solo, água e prejudicando a fauna local. É preciso criar uma cultura de cuidado do nosso ambiente para preservá-lo. A instalação da coleta seletiva em algumas comunidades rurais pode ajudar a multiplicar e expandir novos estilos de vida, mais consoantes com o cuidado do nosso planeta.

Proposta 188: Combater doenças tropicais endêmicas.

Proposta 222: Pensando em promover a educação ambiental, incentivar as práticas de conservação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, sensibilizar e despertar nos moradores a importância da preservação dos recursos naturais, estimulando-os a terem hábitos e práticas de reservar o meio ambiente, a Associação dos Moradores do bairro Cidade jardim, propôs a criação de um Ecoponto no bairro, e o mesmo foi aprovado por todos. Essa é uma forma de incentivar a limpeza do bairro, contribuir com o meio ambiente e promover oficina de recicláveis.

Proposta 252: Em Uberaba, no Triângulo Mineiro, a gestão dos recursos hídricos é literalmente esquecida. A cidade sofre com escassez de água já há várias décadas.

Quando teve o acidente da Ferrovia Centro Atlântico, e um trem descarrilhou, o município ganhou recursos na justiça. Com parte desse recurso fez transposição de águas da Bacia do Rio Claro, que salva a cidade nas secas.

A concessionária de Uberaba, a Codau começou a obra da Barragem da Prainha em 2019. Paralisou e retomou em 2024. Após concluir a terraplanagem, que é parte significativa do custo, abandonaram novamente a obra. A nova proposta se baseia em captar água do Rio Grande. Entretanto, a água do Rio Grande não pode ser consumida, em especial no período de seca.

A tendência da qualidade de água do Rio Grande é só piorar. O Rio Grande já apresenta florescimento de algas azuis já há mais de vinte anos. E está em processo de eutrofização, com aumento dos valores de condutividade elétrica e fósforo. O florescimento é mais intenso no inverno, por causa da circulação das massas de água. E é justo no inverno que iremos mais precisar de volume maior de água.

As algas azuis produzem cianotoxinas e, não existe tratamento, a baixo custo para retirar moléculas pequenas. Nesse quesito estamos muito mal servidos. O tratamento que é feito é o convencional. Se o projeto se concretizar, teremos que comprar água para a cozinha. A única explicação é a influência de interesse econômicos.

Proposta 253: Em Uberaba, no Triângulo Mineiro, a gestão dos recursos hídricos é literalmente esquecida. A cidade sofre com escassez de água já há várias décadas.

Quando teve o acidente da Ferrovia Centro Atlântico, e um trem descarrilhou, o município ganhou recursos na justiça. Com parte desse recurso fez transposição de águas da Bacia do Rio Claro, que salva a cidade nas secas.

A concessionária de Uberaba, a Codau começou a obra da Barragem da Prainha em 2019. Paralisou e retomou em 2024. Após concluir a terraplanagem, que é parte significativa do custo, abandonaram novamente a obra. A nova proposta se baseia em captar água do Rio Grande. Entretanto, a água do Rio Grande não pode ser consumida, em especial no período de seca.

A tendência da qualidade de água do Rio Grande é só piorar. O Rio Grande já apresenta florescimento de algas azuis já há mais de vinte anos. E está em processo de eutrofização, com aumento dos valores de condutividade elétrica e fósforo. O florescimento é mais intenso no inverno, por causa da circulação das massas de água. E é justo no inverno que iremos mais precisar de volume maior de água.

As algas azuis produzem cianotoxinas e, não existe tratamento, a baixo custo para retirar moléculas pequenas. Nesse quesito estamos muito mal servidos. O tratamento que é feito é o convencional. Se o projeto se concretizar, teremos que comprar água para a cozinha. A única explicação é a influência de interesse econômicos.

Proposta 254: Em Uberaba, no Triângulo Mineiro, a gestão dos recursos hídricos é literalmente esquecida. A cidade sofre com escassez de água já há várias décadas.

Quando teve o acidente da Ferrovia Centro Atlântico, e um trem descarrilhou, o município ganhou recursos na justiça. Com parte desse recurso fez transposição de águas da Bacia do Rio Claro, que salva a cidade nas secas.

A concessionária de Uberaba, a Codau começou a obra da Barragem da Prainha em 2019. Paralisou e retomou em 2024. Após concluir a terraplanagem, que é parte significativa do custo, abandonaram novamente a obra. A nova proposta se baseia em captar água do Rio Grande. Entretanto, a água do Rio Grande não pode ser consumida, em especial no período de seca.

A tendência da qualidade de água do Rio Grande é só piorar. O Rio Grande já apresenta florescimento de algas azuis já há mais de vinte anos. E está em processo de eutrofização, com aumento dos valores de condutividade elétrica e fósforo. O florescimento é mais intenso no inverno, por causa da circulação das massas de água. E é justo no inverno que iremos mais precisar de volume maior de água.

As algas azuis produzem cianotoxinas e, não existe tratamento, a baixo custo para retirar moléculas pequenas. Nesse quesito estamos muito mal servidos. O tratamento que é feito é o convencional. Se o projeto se concretizar, teremos que comprar água para a cozinha. A única explicação é a influência de interesse econômicos.

Proposta 255: Em Uberaba, no Triângulo Mineiro, a gestão dos recursos hídricos é literalmente esquecida. A cidade sofre com escassez de água já há várias décadas.

Quando teve o acidente da Ferrovia Centro Atlântico, e um trem descarrilhou, o município ganhou recursos na justiça. Com parte desse recurso fez transposição de águas da Bacia do Rio Claro, que salva a cidade nas secas.

A concessionária de Uberaba, a Codau começou a obra da Barragem da Prainha em 2019. Paralisou e retomou em 2024. Após concluir a terraplanagem, que é parte significativa do custo, abandonaram novamente a obra. A nova proposta se baseia em captar água do Rio Grande. Entretanto, a água do Rio Grande não pode ser consumida, em especial no período de seca.

A tendência da qualidade de água do Rio Grande é só piorar. O Rio Grande já apresenta florescimento de algas azuis já há mais de vinte anos. E está em processo de eutrofização, com aumento dos valores de condutividade elétrica e fósforo. O florescimento é mais intenso no inverno, por causa da circulação das massas de água. E é justo no inverno que iremos mais precisar de volume maior de água.

As algas azuis produzem cianotoxinas e, não existe tratamento, a baixo custo para retirar moléculas pequenas. Nesse quesito estamos muito mal servidos. O tratamento que é feito é o convencional. Se o projeto se concretizar, teremos que comprar água para a cozinha. A única explicação é a influência de interesse econômicos.

Proposta 379: O tratamento de águas residuais é crucial para garantir a saúde pública e a sustentabilidade ambiental, especialmente em áreas rurais. A falta de um sistema adequado de tratamento de esgoto pode causar contaminação de solos e fontes de água, impactando negativamente a qualidade de vida das famílias. A implementação de fossas sépticas biodigestoras é uma solução eficiente e sustentável para o tratamento de esgoto, beneficiando diretamente 30 famílias na comunidade.

Garantir o tratamento adequado das águas residuais na comunidade; Reduzir a contaminação do solo e das fontes de água; Melhorar a qualidade de vida e a saúde pública das famílias; Promover práticas sustentáveis de saneamento na área rural.

Valor total estimado para execução do projeto: R\$250.000,00

Para além, reutilizar a água tratada para irrigar quintais, contribuindo para a soberania alimentar, ainda a instalação de sistemas de irrigação para utilizar a água tratada na irrigação de quintais, se tratando que a comunidade está localizada no semiárido, o projeto alinhar várias temáticas.

Proposta 383: Proposta da Associação Mãe Esperança: Implementar o Saneamento Básico Rural por meio de Tecnologia Social apropriada no Assentamento Mãe Esperança/Fazenda Itamunhueque/Teófilo Otoni. Vale do Mucuri. Pelas características do Córrego Itamunhueque, de ser um Córrego Intermitente – as fossas sépticas apropriadas, proporcionaria a cada família beneficiada o aproveitamento da água para uso em quintais, além, de educar para o uso adequado dos recursos naturais e a melhoria na saúde das famílias. Com um custo estimado em R\$5.000,00 por família, os benefícios na solução de problemas com a saúde da população

reverteria em ganhos ampliados aos beneficiados. Estimamos a necessidade de 40 fossas na primeira etapa e 40 na segunda etapa de implementação da proposta de Saneamento Rural.

As Famílias assentadas na área não possuem tratamento de esgoto doméstico, contribuindo assim, para a disseminação de doenças e agravos de saúde por contaminação da água ao redor, lençol freático, bem como o desperdício do seu bem mais precioso hoje que é a água. Com impacto direto na Saúde Humana, o saneamento rural e neste caso por meio de fossas sépticas apropriadas vai melhorar a qualidade de vida da população na Comunidade Itamunheque.

Proposta 396: Proposta: obrigatoriedade em todos os municípios da coleta seletiva, melhorias nos aterros sanitários e ações que diminuam o risco de poluição ambiental e disseminação de doenças.

Proposta 437: Com um investimento total de R\$75.000, a instalação de uma fossa séptica na Roça Manzo Kilumino Kiamase será um passo importante para a promoção da saúde pública e a preservação do meio ambiente. Este projeto não apenas atenderá a uma necessidade imediata de infraestrutura, mas também fortalecerá a comunidade através da educação e conscientização, contribuindo para um futuro mais sustentável e saudável para todos os moradores.

A instalação de uma fossa séptica na Roça Manzo Kilumino Kiamase é uma medida fundamental para a melhoria da saúde pública e da qualidade ambiental da comunidade. Com o crescimento populacional e a necessidade de infraestrutura básica, é imprescindível implementar sistemas de saneamento adequados que garantam o tratamento adequado de esgoto, prevenindo contaminações e doenças.

As fossas sépticas são soluções eficazes para o tratamento de águas residuais, permitindo que os efluentes sejam processados de forma segura e higiênica, minimizando os impactos negativos no meio ambiente. Além disso, a instalação desse sistema contribuirá para a valorização e preservação do espaço comunitário, promovendo um ambiente mais saudável para todos os moradores.

#### Resultados Esperados

– \*Melhoria na Saúde da Comunidade\*: A instalação da fossa séptica deverá reduzir os casos de doenças relacionadas à falta de saneamento, promovendo um ambiente mais saudável.

– \*Preservação Ambiental\*: O tratamento adequado do esgoto contribuirá para a proteção das fontes de água e do solo, prevenindo a contaminação.

– \*Conscientização e Educação\*: Através das campanhas educativas, a comunidade se tornará mais consciente sobre a importância do saneamento e das boas práticas de higiene.

– \*Fortalecimento da Estrutura Comunitária\*: A melhoria das condições de saneamento básico contribuirá para a valorização do espaço comunitário, promovendo a qualidade de vida.

Proposta 564: Importante para a saúde pública da população e melhores condições de vida. Levar para as famílias uma maneira melhor de se viver, com saúde, educação e qualidade de vida.

Proposta 600: Devido ao valor muito baixo, os empreendimentos com uma menor capacidade e apoio para a reciclagem não participam, sendo que o programa tem por objetivo o fortalecimento e melhoria na renda dos catadores.

Proposta 606: Com a garantia de comercialização dos recicláveis direto com a indústria, garante valor agregado aos materiais e aumentando a renda dos catadores, evitando que o material caia nas mãos dos atravessadores que exploram o trabalho árduo dos catadores.

Proposta 615: Contaminação e perda da qualidade da água devido ao rompimento da barragem, que causou contaminação das águas e regiões ribeirinhas ao longo do rio Doce, causando problemas de saúde e perda na produção da agricultura familiar.

Proposta 738: Os rios são importantes fontes de recursos hídricos, desempenham um papel crucial na sustentabilidade ambiental e no bem-estar da comunidade local. A poluição dos rios é preocupação crescente, afetando a biodiversidade e a qualidade da água.

Este projeto é medida importantíssima e eficaz para conter a poluição e também promover a conscientização ambiental.

O nosso objetivo é coletar o lixo represado pelas ecobarreiras, promover a economia local com os catadores de materiais recicláveis (fonte de renda), palestras ambientais nas escolas levando a consciência ambiental e preservação dos rios.

Iremos mapear as áreas problemáticas e propor soluções para resolver os problemas. Beneficiar a vida dos animais e peixes que vivem nos rios. Melhorar a qualidade das águas para uso da população em geral.

Proposta 782: Se uma boa parte da população tem a oportunidade de ter nas suas residências uma fossa de tratamento de esgoto, o nosso município tem mais água potável e mais saúde e o meio ambiente vai responder sucessivamente para os próximos anos. Hoje nesse município (...) é onde os dejetos são depositados a 15.000 (quinze mil) residências com uma quantidade de 10 (dez) litros de água com dejetos cai no meio ambiente (...) de 100 (cem) a 150 (cento e cinquenta) toneladas por dia.

Proposta 879: Obter recursos a partir da reciclagem de tampinhas de plástico com a venda das tampinhas os recursos serão destinados para criação de cães e gatos em situação de risco.

Proposta 880: Essa associação já presta esse serviço no município de Conceição dos Ouros e com este caminhão facilitará e muito para o melhor desempenho do trabalho o aumento dos materiais recicláveis.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 101/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 56 – Desenvolvimento da Infraestrutura do Norte e Nordeste de Minas Gerais –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Carine Alves Dias, Erik Guilherme de Souza, Maria Rosa Jané I Pujol (Comunidade Beira-Rio), Carlos Antônio Sena Lopes (Secretaria Municipal de Educação), Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Leonel de Oliveira Pinheiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Mariana Avelar Hamadé (Prefeitura Municipal de Itaobim), Greta Lucia Petrulli (Associação Papa João XXIII no Brasil), Glécia Silva Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social), Rubiany Rodrigues Barbosa, Ivanilva Lopes Silva (Associação Comunitária de Marambainha), Priscila Barbosa dos Santos (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Luciano de Souza Silveira (Instituto Sociocultural Bruta Flor), Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Amani Chirona, Rafael Soares Almeida (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais), Raony Lopes Dias (Conselho Tutelar), Adelço Clarindo de Souza, Vanuza Gonçalves Dias, Ataídes Vieira, Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Josane Batista Soares (Escola Estadual Orlando Tavares), Marileno Rodrigues Alves (Secretaria Municipal de Agricultura), Marta Amélia Moreira Santos Lima (Instituto Social Acreditar e Lutar), Luan Santos Guimarães (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), João Lopes dos Santos Neto (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), Maria Íris dos Santos Ferreira (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Wladimir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais), Antônio Claret de Assis Junior (Instituto Social Acreditar e Lutar), José

Marlon Lopes Sobrinho (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Wagner de Almeida Bacelar, Geisiane Rodrigues da Costa, Eronides Pereira Duarte (Fundação Nacional de Saúde), May Anne Antunes Ferreira Souza (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Michelle Aparecida Oliveira da Cruz (Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável), Fábiana Viana Gusmão (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Edgard Francisco Silva Neto (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Ludmila Chaves Alves Melo (Secretaria Municipal de Assistência Social), Marisa Moreira Araújo Novais (Prefeitura Municipal de Itaobim), Robimar Batista Alves (Prefeitura Municipal de Itaobim), Noélia Aparecida Freire Andrade (Secretaria Municipal de Assistência Social), Ezequiel da Silva Cajá (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Mayra Rodrigues Guimarães Lopes (Secretaria Municipal de Assistência Social), Juliana Rodrigues Ribeiro (Centro de Referência da Assistência Social – Cras), Samuel Matos Oliveira (Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável), Cláudio Afonso Fernandes, Alexandre Rodrigues de Moraes (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Geraldo Aparecido Santos Paranhos (Câmara Municipal de Aricanduva), Iolanda Meira, Gabriel Ferreira Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Carolina Paula Gonçalves Oliveira (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Ivan Gomes Bié (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), José do Carmo Gonçalves (Conselho Comunitario de Santana e Vizinhança), José Adilson Oliveira (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Willian Soares Damasceno (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Mirian Ribeiro da Cruz (Secretaria Municipal de Saúde), Danielle de Souza Lima (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Herculano Campos Gusmão (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Geraldo Aparecido do Prado Paula (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Paulo Wellington Fernandes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Maria Aparecida Machado Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Jean-Paul Freire Pavie (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Laylee Patrick Rodrigues Batista, Rayane Soares Santos, Neide Aparecida Santos (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Athon Felipe da Silva Santos, Alexandre Gabriel Borges da Silva, Adão Custódio dos Santos (Câmara Municipal de Porteirinha), Edileuza Miranda Jardim, Edileuza Miranda Jardim, Shirley Lúcia Salema Almeida Gomes (Associação dos Agricultores Familiares dos Piaús e Adjacências), Ciro Roberto Viana (Associação Comunitária de Pedra Menina), Valnei Caetano Nunes, Robson Gustavo Borges (Cooperativa dos Agricultores Familiares do Município de Diamantina), Pedro Afonso (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Dermeval Moreira de Souza (Associação do Campo das Flores), José Geraldo Neves (Prefeitura Municipal de Senador Modestino Gonçalves), José Arlindo Pereira (Associação Comunitária de Pedra Menina), José Amauri Ventura, Paulo César Gomes Amorim Júnior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Emilene Rodrigues de Souza Pereira, Marinete Vaz Neves (Associação de Artesãos), José Maria Ribeiro (Cooperativa dos Agricultores Familiares e Economia Solidária de Carbonita), Iara Laia Ellis (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Rainério Vítor Batista de Oliveira, Willianvaldo Francisco Rosa (Associação Papa João XXIII), Hebert Marques da Cruz (Associação Papa João XXIII), Leandro Muniz Botelho (Associação Comunitária do Município de Medina), Edeilde Machado Leal, Wesley Pereira dos Santos, Robélia Maria de Jesus Gomes, Danilo Marinho Lamêgo Borges, Neuler Fernandes Pereira, Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica).

Proposta 108: Elaboração de estudos hídricos e projetos executivos para a construção de estruturas de contenção de grande porte nos rios Araçuai, Piauí e Itiguinha, localizados na bacia hidrográfica do Jequitinhonha, no Médio Vale do Jequitinhonha, priorizando o rio Piauí.

Proposta 134: Na ação 1028, garantir abastecimento de água – placa solar, bomba e tubulação – no município de Catuji.

Acréscimo de meta física de 20 placas.

Proposta 861: Sugiro uma formação maior e capacitação mais ampla dos policiais penais.

Nova finalidade da ação: formar e qualificar profissionais do sistema de justiça e segurança pública para o desempenho de suas funções, dando ênfase aos policiais penais.

Proposta 163: No âmbito da Ação 1025, implantar miniestações de tratamento de água (ETAs), ou pequenos sistemas de abastecimento de água (oferta de kits contendo caixas d'água, tubulações, registros e afins), nas comunidades rurais que margeiam o Rio Jequitinhonha (uma mini ETA em cada comunidade), no Médio Jequitinhonha

Proposta 198: Na ação 4396, elaboração de projeto técnico para a construção de barragem no Rio Itamarandiba, no Município de Itamarandiba, na região do distrito de Santa Luzia de Minas, com a finalidade de perenizar o rio e assegurar o abastecimento público das principais cidades da microbacia do Rio Araçuaí (JQ2) nas próximas décadas.

Acréscimo de meta física: uma unidade.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Proposta 199: Por meio da ação 4396, viabilizar a elaboração e a execução de projeto técnico de barragem no Ribeirão de Mandiocuçu, no município de Itamarandiba, sendo barragem destinada a perenizar o referido manancial, que é tributário do Rio Itacarambi/Araçuaí, contribuindo para a segurança hídrica no Alto e Médio Jequitinhonha.

Acréscimo de meta física: uma unidade.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Proposta 200: Por meio da ação 1028, viabilizar aquisição de kits de abastecimento alternativo de água, contendo reservatórios (caixas d'água e tubulações) e poços artesianos para atendimento a comunidades rurais nos municípios de Chapada do Norte, Carbonita, Aricanduva e Sabinópolis, incluindo também a região intermediária de Teófilo Otoni.

Acréscimo na meta física de 20 (vinte) unidades.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em: R\$1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais).

Proposta 217: Ação 1028

Acréscimo na meta financeira de R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) para execução de poço artesiano e rede de água com cerca de 30 quilômetros de extensão destinados à Associação Comunitária Pedra Meninas (Acopema) no Município de Rio Vermelho.

Proposta 221: Ação 4398

Município: Itaobim

Canalização da água do Rio Jequitinhonha, no município de Itaobim, visando atender a produção de hortaliças em especial as 30 famílias do projeto Casa da Juventude, bem como os produtores de orgânicos da Comunidade Cilindro.

O objetivo é garantir o acesso à água, visando a autonomia e o suporte às famílias que têm a produção orgânica de hortaliças como atividade produtiva. Além disso, geração de emprego e renda às famílias que moram às margens do córrego São Roque e sobrevivem do cultivo de hortaliças.

Público-alvo: famílias do projeto Casa da Juventude que tiram seu sustento da horta Comunitária e também os produtores da comunidade Cilindro.

Proposta 227: Ação 4396

Município: Padre Paraíso

Contribuição para construir pequenas barragens de médio porte, também poços artesianos para fortalecer os recursos hídricos nas comunidades rurais do município de Padre Paraíso, de modo a permitir o acesso à água potável e saneamento e a utilização da água com quantidade e qualidade satisfatórias.

Público-alvo: Pequenos produtores rurais e agricultores familiares.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 238: Proposta oriunda da Consulta Pública. No âmbito da ação 1028, município de Monte Azul. Conforme é do conhecimento de todos, o norte de Minas sofre há décadas com a escassez hídrica recorrente devido baixa precipitação de chuvas, com isso se dá necessidade da Perfuração de um Poço Artesiano na localidade do Furado das Pedras.

Proposta 338: Realizar estudos técnicos e ambientais, junto com projetos executivos, para a construção de uma barragem no Rio Piauí, visando à perenização do rio e à segurança hídrica nos municípios de Caraiá, Itinga e Araçuaí. Coordenada pela Seapa, a ação prevê avaliação de impacto, consultas públicas e planejamento financeiro, promovendo o desenvolvimento agrícola e econômico sustentável da região, com benefícios diretos para a subsistência das comunidades locais e o fortalecimento das atividades agropecuárias.

Proposta 380: No âmbito da Ação 1028, perfurar um Poço Subterrâneo na localidade do Furado das Pedras, em Monte Azul-MG.

Proposta 381: No âmbito da Ação 1028, perfurar um Poço Subterrâneo na localidade de Barreiro, em Monte Azul-MG.

Proposta 382: No âmbito da Ação 1028, perfurar um Poço Subterrâneo na localidade de Roça de Baixo e Barreiro Grande, em Monte Azul-MG.

Proposta 415: Na ação 1095, carimbar recursos de R\$300 mil, para implantação de 20 barragens subterrâneas em São Francisco –MG, para a Escola Família Agrícola Tabocal

Proposta 667: Na Ação 1025, acréscimo na meta física de 2 e na meta financeira de R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) para aquisição de caixas d'água para captação e armazenamento de água das chuvas destinados à Associação dos Moradores da Comunidade Guará de Baixo no Município de Fruta de Leite e agricultores familiares do Município de Bocaiuva da Associação Quilombola Macaúbas Palmito e da Comunidade São José Pedregulho e Curral Varas.

Proposta 724: Ação 1025

Acréscimo na meta física de 200 e na meta financeira de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para aquisição de kits de reservatórios e tubos para acesso e armazenamento de água potável para as famílias residentes na área rural do Município de Francisco Sá.

Proposta 740: Por meio da ação 1028, garantir kit solar abastecimento de água de forma sustentável para toda a comunidade de São Gonçalo, da Associação dos Trabalhadores Rurais de Arinos – Astra 2 – que compreende 3 famílias e cerca de 120 pessoas, as quais vivem de forma precária.

Acréscimo de meta física: dois kits de água de forma solar.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Proposta 753: Por meio da ação 1028, viabilizar placa solar para energizar poço que atende a comunidade e a Associação de Bom Jesus, no município de Luislândia

Proposta 756: Por meio da ação 1028, viabilizar a perfuração de três poços tubulares para atender 90 (noventa) famílias, aproximadamente 380 (trezentas e oitenta pessoas) para abastecimento para consumo humano e dos animais, no município de Pintópolis, e atender as comunidades de Vieira, Porteira, na localidade de Atoleiro, e Xacareiras.

Acréscimo na meta física: três unidades.

Proposta 767: Por meio da ação 1028, garantir acesso aos recursos hídricos e fornecer poços artesianos, com sistemas de abastecimento de água e energização dos mesmos, para famílias de comunidades rurais do município de Francisco Sá.

Acréscimo de meta física: 250 unidades.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Proposta 777: Por meio da ação 1028, viabilizar sistemas de placas solares articuladas a poços artesianos em Montes Claros. A proposta tem o objetivo de desenvolver as comunidades e diminuir a conta abusivas que as comunidades e moradores pagam pelos poços. Assim as comunidades terão mais renda para suas possibilidades de crescimento econômico e de pagar uma conta de luz mais enxuta! Serão beneficiadas aproximadamente 24.000 (vinte e quatro mil) moradores do município, com água para humanos, plantas e animais.

Acréscimo na meta física: 1.500 (mil e quinhentas) unidades.

Proposta 785: Por meio da ação 1028, viabilizar a perfuração de poços artesianos nas comunidades rurais: Jacuba Baixinha, Mulungú do Boqueirão, Distrito de Vila Fátima, Comunidade de Atoleiro e Comunidade de Mimoso, no município de Montes Claros.

A ação irá apoiar o abastecimento humano e de animais domésticos, fauna e flores. Água para consumo é questão de sobrevivência.

Não há programas específicos e Codevasf e Dnocs estão sem executar as ações.

Proposta 787: Por meio da ação 1025, viabilizar a liberação de cisternas e caixas d'água para captação de água de chuva para atendimento doméstico.

Proposta 789: Por meio da ação 1028, viabilizar poços artesianos na comunidade da Ilha, em Luislândia. A Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade da Ilha não tem poço e utiliza o poço da comunidade vizinha.

Acréscimo na meta física: uma unidade.

Proposta 790: Por meio da ação 1028, viabilizar energia solar para poços artesianos para 12 associações rurais do município de Luislândia:

Campos Gerais, Lagoa, Barbosa, Curral Novo, Brejão, Fazenda Jacu, Fazenda Macacos, Água Nova, Ilha, Panelas, São Pedro e Vargem Grande.

Acréscimo de meta física: doze unidades.

Proposta 792: Por meio da ação 1025, viabilizar caixas d'água para famílias das Associações de Pequenos Produtores de: Fazenda Jacu, Campos gerais, Lagoa e Barbosa

Proposta 835: Na Ação 4396, construir três barragens no Rio Ipueira, em Januária, para viabilizar a produção da agricultura familiar e a pesca, beneficiando 1.500 pessoas.

Proposta 842: Construção de dois poços tubulares, sendo um para a Comunidades Bom Jesus e outro para a Comunidade São João, no Município de Luislândia.

Proposta 853: Na Ação 1028, construção de um poço tubular na Comunidade Quilombola Pena Branca, no Município São Francisco, para atender famílias de comunidade de Matriz Africana. (Rua Navegantes, 1505, Bairro Sagrado)

Proposta 857: Na Ação 1025, destinar caixas para captação de água das chuvas para o Município de Bocaiuva.

Proposta 860: Na Ação 1028, promover a instalação de poços tubulares para atender as comunidades do Poço, do Lote 1, 2, Terra de Israel, Serra Azul e demais comunidades que sofrem com a falta de água. Associação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar e Acampados da Fazenda Serra Azul (Município de Jaíba).

Proposta 862: Na Ação 1028, instalar poços tubulares em comunidades rurais do Município de Jaíba, atendendo a Associação Grupo União 2 de Trabalhadores Rurais de Jaíba e Associação dos Remanescentes de Quilombo da Comunidade Canudos de Jaíba.

Proposta 863: Tubulação para atender os moradores de Josenópolis que sofrem com a seca prolongada onde irá encanar a água de rios e poço artesiano. Necessidade de bombas e caixas.

Proposta 865: Construção de dois poços para abastecimento dos moradores que dependem de caminhões-pipa nas Comunidades de Capivara e São Bernardo, em Japonvar.

Proposta 866: Destinar 20 kits de energia solar para energização dos postos artesanais já existentes no Município de Japonvar.

Proposta 874: Construção de barragens subterrâneas em comunidades rurais onde se encontra a escola familiar rural de Tabocal em São Francisco.

Meta física: 20

Proposta 917: Acréscimo de metas física e financeira de R\$600.000,00 para fornecimento de kits fotovoltaicos para 6 poços artesanais já perfurados na Comunidade Gado Bravo, no município de Arinos, organizados pela Oscip Agência de Desenvolvimento do Vale do Urucuia.

Proposta 167: Destinar recursos de R\$800.000,00, com meta física de 4 assentamentos rurais: Franco Duarte, Campo Novo, Boa Vista e Transval; para captação de água no Rio Jequitinhonha, com o bombeamento feito por meio da energia fotovoltaica, para irrigação dos referidos assentamentos rurais, que se localizam às margens do Rio Jequitinhonha. (200 mil por assentamento atendido)

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 108: A proposta de elaboração de estudos hídricos e projetos executivos para a construção de contenção de água nos rios Araçuaí, Piauí e Itiguinha é essencial para enfrentar a baixa vazão desses cursos d'água que tem dificultado o acesso à água potável para a produção agrícola. Essa situação afeta diretamente inúmeras famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais, que dependem de água para sustentar suas atividades e qualidade de vida. Além disso, a escassez hídrica impacta negativamente a economia regional, reduzindo a produtividade agrícola e colocando em risco o desenvolvimento socioeconômico da região. Assim, essa iniciativa visa garantir a segurança hídrica e fomentar o crescimento sustentável das comunidades locais.

Proposta 134: As placas serão destinadas para o abastecimento de água dos agricultores familiares.

Proposta 861: Solicito uma maior oferta de qualificação e formação para os policiais penais.

Proposta 163: Com esse programa, será possível levar água de qualidade e diminuir a demanda por caminhão-pipa nas comunidades da zona rural que margeiam o Rio Jequitinhonha.

Proposta 198: O Rio Itamarandiba é o principal manancial utilizado para o abastecimento público na microbacia do Rio Araçuaí (JQ2). Cidades como Itamarandiba, Capelinha, Turmalina, Veredinha e Araçuaí se beneficiam das águas do Rio Itamarandiba. A ausência de barragem próximo à região de suas nascentes comprometem o abastecimento futuro de toda a região. A obra possui orçamento relevante, por isso é preciso assegurar recursos necessários, ao menos para a elaboração do projeto técnico. A localização proposta é próxima ao distrito de Santa Luzia de Minas, nas imediações da rodovia MG-117. Assim, para a construção da referida barragem, requer medida vigente, digo, urgente, que é a elaboração de seu projeto técnico, sendo este o objetivo do pedido dos municípios da região.

Proposta 199: A região enfrenta grande estresse hídrico, comprometendo o abastecimento público e as práticas agrícolas. É necessária a construção de barragens de médio porte para garantir o acesso à água em região com grandes vulnerabilidades sociais e climáticas.

Proposta 200: Estas cidades pertencem à região crítica afetada pelas mudanças climáticas, sofrendo com alto stress hídrico e comprometendo a produção local da agricultura familiar e a fixação do homem ao campo, contribuindo para o êxodo rural.

Proposta 217: Sofremos muito com falta de água e não há como viver sem água.

Proposta 221: Para atender a demanda da produção de hortaliças orgânicas e garantir a manutenção da horta Comunitária do Projeto Casa da Juventude, o principal problema é a falta de água no córrego São Roque, que afeta diretamente os pequenos produtores que vivem em suas margens. Para atendê-los, faz-se necessário o fornecimento de água oriunda do rio Jequitinhonha. Assim sendo, a canalização da água irá favorecer mais de 100 famílias diretamente, em especial as 30 famílias responsáveis pela horta Comunitária do Projeto Casa da Juventude. Com isso, gera-se emprego e renda e possibilita-se a autonomia e o suporte às famílias que moram às margens do córrego São Roque e sobrevivem do cultivo de hortaliças e frutas, melhorando sua qualidade de vida e garantindo seu sustento, oferecendo dignidade e reconhecimento do trabalho, bem como melhorando a autoestima e a produtividade.

Outra situação é que com essa canalização e distribuição em caixas de 10 ou 20 mil litros de água, poderão fazer uso de irrigação dos canteiros, hoje feito através de buracos na areia do córrego ou do poço artesiano através de baldes e regadores.

Lembrando que agora, no período da seca, diminuiu a vazão do poço e o leito seco do córrego já não fornece água nos buracos na areia.

Proposta 227: Proteger e recuperar o uso da água para combater a escassez na nossa região, principalmente no período da seca.

Atendimento prioritário às comunidades rurais mais carentes do município de Padre Paraíso.

Garantir recursos hídricos para comunidades rurais localizadas em regiões distantes da sede do município

Proposta 238: Na localidade do Furado das Pedras, município de Monte Azul, residem várias famílias, sobretudo produtores rurais que há muito tempo clamam por um abastecimento de água para que possam ter uma vida mais digna.

A Perfuração de um Poço Artesiano visa, sobretudo, o abastecimento humano, animal e será de grande valia para evitar o êxodo rural e fomentar a agricultura familiar subsidiando a geração de emprego e renda.

Proposta 338:

Proposta 380: Em Monte Azul-MG; conforme é do conhecimento de todos, o norte de Minas sofre há décadas com a escassez hídrica recorrente devido baixa precipitação de chuvas, com isso se dá necessidade da Perfuração de um Poço Artesiano na localidade do Furado das Pedras, na localidade em questão residem várias famílias, sobretudo produtores rurais que há muito tempo clamam por um abastecimento de água para que possam ter uma vida mais digna. A Perfuração de um Poço Artesiano visa, sobretudo, o abastecimento humano, animal e será de grande valia para evitar o êxodo rural e fomentar a agricultura familiar subsidiando a geração de emprego e renda.

Proposta 381: Em Monte Azul-MG; conforme é do conhecimento de todos, o norte de Minas sofre há décadas com a escassez hídrica recorrente devido baixa precipitação de chuvas, com isso se dá necessidade da Perfuração de um Poço Artesiano na localidade de BARREIRO, na localidade em questão residem várias famílias, sobretudo produtores rurais que há muito tempo clamam por um abastecimento de água para que possam ter uma vida mais digna. A Perfuração de um Poço Artesiano visa, sobretudo, o abastecimento humano, animal e será de grande valia para evitar o êxodo rural e fomentar a agricultura familiar subsidiando a geração de emprego e renda.

Proposta 382: Em Monte Azul-MG; conforme é do conhecimento de todos, o norte de Minas sofre há décadas com a escassez hídrica recorrente devido baixa precipitação de chuvas, com isso se dá necessidade da Perfuração de um Poço Artesiano na localidade de Roça de Baixo e Barreiro Grande, localidade em questão residem várias famílias, sobretudo produtores rurais que há muito tempo clamam por um abastecimento de água para que possam ter uma vida mais digna. A Perfuração de um Poço Artesiano visa, sobretudo, o abastecimento humano, animal e será de grande valia para evitar o êxodo rural e fomentar a agricultura familiar subsidiando a geração de emprego e renda.

Proposta 415: PROGRAMA 040 – RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE BARRAGENS PROGRAMA UNISSETORIAL ÁREA TEMÁTICA: MEIO AMBIENTE

UNIDADE RESPONSÁVEL: 2091 – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO: SÃO FRANCISCO-MG

Valor estimado: 300.000,00 reais

RESPONSÁVEL: Escola Família Agrícola Tabocal

Pedido de providências para que, através da melhoria da qualidade ambiental no município de São Francisco, com a recuperação ambiental de áreas historicamente degradadas pela indústria do carvão no Norte de Minas Gerais, o Estado disponibilize recursos para a construção de 20 barragens subterrâneas em São Francisco –MG, favorecendo a recuperação do lençol freático, bem como áreas de mata ciliar próximas de afluentes do rio São Francisco que estão secando ao longo dos anos. Essas barragens são fundamentais para a saúde dos ecossistemas fluviais, bem como um papel crucial na regulação do fluxo de água e na preservação da degradação. Ações práticas para 2025, 2026 e 2027: Construção de 20 barragens subterrâneas, tendo como meta a preservação ambiental nas áreas rurais com déficit pluviométrico anual e vulnerabilidade à desertificação do solo; Cursos de capacitação para o homem do campo na difusão do conhecimento das barragens subterrâneas; Formação dos alunos da Escola Família Agrícola Tabocal, capacitando alunos de mais de vinte municípios de toda região norte que ali estudam; Formação e capacitação de mulheres, homens e a juventude dessas comunidades rurais para maior e melhor aproveitamento das barragens subterrâneas, impactando com certeza tanto na preservação ambiental do cerrado como na criação de uma economia local com a comercialização dos produtos recebidos das barragens subterrâneas.

Proposta 667: Todas essas aquisições de maquinários e implementos agrícolas, além das execuções das ações na área rural, irá dar condições para que o agricultor familiar produza alimentos para a sua subsistência, bem como realizar a comercialização no mercado institucionais e privado gerando emprego e renda na sua família e comunidade.

Proposta 724: O nosso município passa por crise hídrica há mais de 10 anos. Em período de seca, as famílias da área rural carecem de água potável. Esses kits que iremos receber, servirão para armazenar a água captada pela família. Os carros-pipas que distribuem a água, não conseguem fazer abastecimentos regulares, pois a área rural municipal é extensa e poucos pipas para atenderem a demanda, ficando as famílias sem água para consumo e muito menos para produção.

Proposta 740: A presente proposta de solicitação do kit solar para captação de água de poço artesiano para produtores rurais que são beneficiários de terras no programa (...?). A comunidade usa de forma precária e onerosa a água hoje, insustentável para a produção agrícola. Os resultados esperados são a diminuição da evasão de jovens rurais para a cidade e o aumento da produção agrícola.

Atendendo assim 30 famílias, em média 120 beneficiários diretos e 200 indiretos, em toda a região do Piratinga.

Proposta 753: Hoje as comunidades rurais sofrem com o preço absurdo das contas de energia nos poços artesanais e essa placa ajudaria bastante essa comunidade.

Proposta 756: Estes poços atenderão as famílias que têm água de pipa e outras comunidades que têm poços com grande demanda de muitas famílias. É preciso mais poços para melhor atender uma vez que está faltando água na torneira de muitas famílias etc. Têm poços existentes de vazão pequena que não dá para atender toda a comunidade. É importante fazer mais poços e atender água de consumo humano de todas as famílias.

Proposta 767: Auxiliar as famílias rurais do município de Francisco Sá a obterem poços comunitários ou individuais, para terem acesso à água, tanto para consumo quanto para produção. As vezes as famílias perfuram os poços, mas não têm como equipá-los.

Proposta 777: O nosso município tem muito gasto de água nos 24.000 (vinte e quatro mil) empreendimentos rurais. Parte da população em pequenos e médios empreendimentos, nesse caso as contas de energia ficam muito altas, mesmo com o projeto do município de Montes Claros. Uma grande parte da população consome para produção e comercialização e nesse caso todos têm a poços tubulares ou artesianos.

Proposta 785: É uma questão de abastecimento para atendimento humano e de animais. Existem inúmeros moradores que além de serem atendidos por carros-pipa, não têm os depósitos para receber a água. Carros-pipa particulares cobram caro para famílias numerosas. Os carros-pipa não chegam em tempo hábil.

Os poços perfurados não perfuram acima de 150m (cento e cinquenta metros) e a região não têm água a menos de 280m (duzentos e oitenta metros) e 300m (trezentos metros) no mínimo.

As estradas sem manutenção, a prefeitura as vezes recuperam onde é de linha de transporte escolar, a maioria das vezes nas estradas vicinais. O município justifica que não existem verbas para manutenção das estradas.

Proposta 787: Existem inúmeras famílias urbanas e rurais que não conseguem adquirir caixas d'água para colocar nos banheiros ou cozinha, ainda usando descartáveis e tambores sem tampa.

Proposta 789: A Associação de Produtores Rurais de Ilha, em Luislândia, sofre com a falta de água. Eles usam água de outra comunidade vizinha, que é muito longe e sempre tem problemas pela distância.

Proposta 790: A cidade de Luislândia tem 12 associações rurais que vem sofrendo com as contas de energia do abastecimento de suas comunidades. Hoje sofremos para pagar essas contas que cada vez ficam mais cara. Essas placas solares serão muito importantes para amenizar esse consumo e assim ajudaria essas associações.

Associações de produtores rurais: Campos Gerais, Lagoa, Barbosa, Curral Novo, Brejão, Fazenda Jacu, Fazenda Macacos, Água Nova, Ilha, Panelas, São Pedro e Vargem Grande.

Proposta 792: Essas caixas d'água são para atender as famílias, que muitas não têm reservatórios para armazenar água. Hoje a grande necessidade nossa é a demanda de água. Essas comunidades precisam muito dessas caixas para o armazenamento de água,

Proposta 835: A implantação das barragens no Rio Ipueira fomentará várias famílias que vivem de pesca e agricultura familiar, além de revitalizar as lagoas que são afluentes e subafluentes do Rio São Francisco e Rio Panoleiros.

Proposta 842: Essas comunidades têm grande necessidade desses poços. Hoje em Luislândia ainda a falta de água. Com a construção do poço várias famílias serão beneficiadas.

Proposta 853: A demanda é crucial para o desenvolvimento social, econômico, cultural e religioso da comunidade pois precisamos cultivar nossas plantas, ervas e animais, tanto para o sagrado quanto para o consumo humano.

Proposta 857: Os reservatórios de água aproveitam a captação das chuvas e raramente há uma reserva no período da seca.

Proposta 860: As comunidades citadas sofrem com a falta de água e dependem de caminhões-pipa para o abastecimento. Ocorre que muitas vezes as famílias ficam desassistidas com falta de água, gerando transtornos, tendo inclusive que acionar o Ministério Público.

Proposta 862: Proposta visa resolver o problema de falta de água nas comunidades supracitadas, uma vez que falta poço artesiano suficiente para suprir as necessidades básicas de água. Visa atender os moradores em suas mais diversas demandas, como consumo humano animal e plantio de hortaliças.

Proposta 863: Atender as pessoas que vivem nas comunidades rurais onde são abastecidas com caminhão-pipa.

Proposta 865: O sofrimento do homem do campo com a falta d'água.

Proposta 866: Ajudaria muito a agricultura rural porque na nossa região o agricultor não tem condição financeira para instalar esse kit.

Proposta 874: A ação se justifica porque nesta comunidade existe uma escola familiar agrícola. Ela se faz necessária para o aprendizado dos alunos e compartilhamento dessa tecnologia com os agricultores que são também familiares desses alunos.

Proposta 917: A Comunidade Gado Bravo, em Arinos, foram perfurados 6 poços para atender 150 famílias de trabalhadores rurais. Eles não estão em funcionamento devido à falta de energia.

Proposta 167: O Jequitinhonha possui 50 comunidades rurais, entre essas 17 são assentamentos rurais e um quilombola. Os assentamentos abastecem as feiras livres e tem uma associação de feirantes. Porém, no período de estiagem a água para irrigar as plantações diminui ou acaba, comprometendo a economia local. Parte desses assentamentos, situam-se às margens do Rio Jequitinhonha, porém, não existem investimentos para captar as águas do rio.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 102/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 65 – Fortalecimento da Política Estadual de Recursos Hídricos –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Erik Guilherme de Souza, Evany Andrade do Nascimento (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Amani Chirona, Glêcia Silva Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social), Rubiany Rodrigues Barbosa, Ataídes Vieira, Robélia Maria de Jesus Gomes, Rafael Soares Almeida (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais), Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Adelço Clarindo de Souza, Adriana Dias Almeida (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Ivanilva Lopes Silva (Associação Comunitária de Marambainha), Carine Alves Dias, Farley Moreira de Jesus (Associação dos Produtores de Mel e Derivados do Município de Jequitinhonha – Apis do Jequi), Wesley José Miranda de Paula (Prefeitura Municipal de Caraiá), Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Raony Lopes Dias (Conselho Tutelar), Josane Batista Soares (Escola Estadual Orlando Tavares), Joseph Coelho Rodrigues (Carambola Filmes), Marcio Pereira Silva (Câmara Municipal de Medina), Claudeci Pereira Lina, José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Maria Vanda da Costa Pardinho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira de Pajeú), Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Tarcísio Petter Luiz Franco, Ivaneide da Silva Souza (Redesol), Fabiana de Oliveira Gama (Associação Comunitária Cultural, Social, Ambiental e Desportiva de Quartel Geral – MG), Rodrigo Martins Souza e Silva, Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes, Edeilde Machado Leal.

Proposta 117: Desenvolvimento de estudos ambientais e hídricos juntamente com projetos executivos, para a melhoria da qualidade da água na barragem do rio Setúbal, no município de Jenipapo de Minas.

Proposta 132: Ações de mobilização e sensibilização de famílias de comunidades rurais do médio e baixo Jequitinhonha no acesso à água em qualidade e quantidade.

Novo objetivo: Levar conhecimento às famílias sobre direitos de acesso à água de qualidade e quais políticas estão em desenvolvimento

Nova finalidade: Levar conhecimento sobre a importância de ter acesso à água de qualidade em nossas comunidades rurais.

Novo público-alvo: Famílias de agricultores e agricultoras do meio rural do Médio e Baixo Jequitinhonha.

Regiões: Médio e baixo Jequitinhonha

Proposta 224: Ação 4195.

Município: Machacalis.

Contribuir para melhoria da qualidade e quantidade das águas do rio Norte / Água Branca e córrego Seco e das nascentes dos rios que circundam o município de Machacalis, de modo a garantir a oferta adequada de água em quantidade e qualidade para garantir a segurança hídrica nas bacias hidrográficas que abastecem a localidade, bem como promover a proteção dos ecossistemas.

Público-alvo: usuários de recursos hídricos, poder público municipal e estadual e sociedade civil.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$300.000,00

Proposta 443: Ação 4194

Estado todo.

Investir em ações que apoiem os comitês de bacias hidrográficas a mapear os recursos naturais e hídricos nas bacias hidrográficas, objetivando o conhecimento das regiões hidrográficas com a obtenção de dados geoespaciais estruturados e sistematizados permitindo a gestão dessas regiões, bem como a comunicação com outras bases de dados como os dos governos federal, estadual e municipais de forma interoperável.

Proposta 444: Ação 4194

Estado todo.

Mapear bacias hidrográficas em apoio a obtenção dos instrumentos de gestão. Mas que seja feita de forma padronizada com dados geoespaciais estruturados, sistematizados e que permitam publicação e compartilhamento bem como comunicação com outras bases como Governo Federal (INDE), estaduais (IDE) e municipais.

Proposta 640: Ação 4195

Acrescentar recursos para executar o eixo 2 – Produção Sustentável e uso racional dos recursos hídricos na SF2 prevista no banco de projetos do Plano Mineiro de Segurança Hídrica – Prioridade 4 na Região 13.

Proposta 923: Na ação 4194, disponibilizar recursos de R\$500 mil para realização de oficinas de conservação de recursos naturais, promovendo práticas sustentáveis e valorização ambiental, em 50 quilombos do Estado.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 117: A proposta de elaboração de estudos ambientais e hídricos para a melhoria da qualidade da água na barragem do rio Setúbal justifica-se pela necessidade de enfrentar problemas recorrentes de contaminação e alterações na qualidade da água. Após a construção da barragem observou-se um impacto negativo em parâmetros físico-químicos e biológicos, incluindo altos níveis de turbidez, ferro e coliformes que comprometem o uso seguro da água para consumo humano e atividades agrícolas. A melhoria na gestão e na qualidade da água é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável da região, prevenindo riscos à saúde pública e apoiando a economia local.

Proposta 132: O Governo de Minas vem desenvolvendo ações de mapeamento quanto ao uso e qualidade da água. A ideia proposta é de ter uma ação mais direta por parte da ONG Itavale – Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – ou outra de abrangência regional que tenha foco no trabalho de agricultura familiar para mobilizar e sensibilizar as comunidades rurais quanto ao direito de acesso à água de qualidade, contribuindo para maior efetividade de uma intervenção local.

Proposta 224: Por ser uma região de seca no 2º semestre anual, faz-se necessário avaliação, conservação das nascentes citadas (que circundam o município de Machacalis), para que tenhamos melhor abastecimento hídrico durante todo o ano e em toda extensão do município, trabalhando educação ambiental nessas comunidades.

Proposta 443: Isso otimiza o uso de recursos, grande parte públicos e ainda facilita a comunicação e o compartilhamento de dados facilitando diagnósticos e prognósticos.

Proposta 444: Necessidade de padronização dos dados geoespaciais de forma a facilitar diagnósticos e prognósticos e apoiar a obtenção dos instrumentos de gestão territorial e ambiental.

Proposta 640: O programa ainda não tem recurso para execução do projeto.

Proposta 923: **\*\*Objetivo Geral:\*\***

Fortalecer 50 quilombos no estado, promovendo sustentabilidade econômica, preservação ambiental e geração de emprego e renda, com foco em aquicultura, agricultura orgânica e manejo de recursos hídricos.

**\*\*1. Infraestrutura e Equipamentos – R\$5 milhões\*\***

– **\*\*Aquicultura\*\*** (R\$1,5 milhão): Instalação de tanques e sistemas de filtragem para criação de peixes sustentáveis em cada quilombo, promovendo segurança alimentar e geração de renda.

– **\*\*Agricultura Orgânica\*\*** (R\$1 milhão): Ferramentas, insumos e estufas onde necessário, promovendo o cultivo de alimentos saudáveis e orgânicos.

– **\*\*Captação e Tratamento de Água\*\*** (R\$1,5 milhão): Sistemas de captação de água de chuva e filtragem, garantindo água limpa e sustentável para as atividades produtivas e consumo.

– **\*\*Viveiros de Mudas e Sementes\*\*** (R\$1 milhão): Estruturas para produção de mudas e sementes locais, incentivando a autossuficiência e a diversidade de cultivos.

**\*\*2. Capacitação e Formação – R\$2 milhões\*\***

– **\*\*Aquicultura e Agroecologia\*\*** (R\$1 milhão): Oficinas para manejo de peixes e práticas agrícolas orgânicas, com apoio técnico contínuo.

– **\*\*Gestão Cooperativa\*\*** (R\$500 mil): Capacitação em administração e finanças para as lideranças quilombolas, fortalecendo a autonomia e a sustentabilidade financeira das cooperativas.

– **\*\*Educação Ambiental\*\*** (R\$500 mil): Oficinas de conservação de recursos naturais, promovendo práticas sustentáveis e valorização ambiental.

**\*\*3. Formação e Operação das Cooperativas – R\$1,2 milhão\*\***

– **\*\*Formalização de Cooperativas\*\*** (R\$400 mil): Apoio para criação legal das cooperativas quilombolas, com suporte para organização financeira e governança Comunitária.

– **\*\*Fundo de Operação Inicial\*\*** (R\$800 mil): Fundo de giro para apoiar a compra de insumos, impulsionando as atividades iniciais e a geração de renda coletiva.

**\*\*4. Plataforma e Rede de Quilombos Sustentáveis – R\$500 mil\*\***

– **\*\*Plataforma de Monitoramento e Conhecimento\*\*** (R\$300 mil): Plataforma online para troca de conhecimentos e monitoramento das ações.

– **\*\*Encontros Regionais\*\*** (R\$200 mil): Apoio logístico para encontros entre quilombos, fortalecendo o intercâmbio de saberes e experiências.

**\*\*5. Monitoramento e Acompanhamento Técnico – R\$1 milhão\*\***

– **\*\*Equipe Técnica e Extensionistas Locais\*\*** (R\$800 mil): Especialistas em aquicultura, agricultura e gestão cooperativa, acompanhando as comunidades quilombolas.

– **\*\*Avaliação de Impacto\*\*** (R\$200 mil): Monitoramento dos resultados socioeconômicos e ambientais, com relatórios de impacto para ajustes e otimização do projeto.

**\*\*6. Administração e Gestão Operacional – R\$300 mil\*\***

– **\*\*Coordenação do Projeto\*\*** (R\$200 mil): Equipe central para gestão e supervisão, garantindo cumprimento de metas e prazos.

– **\*\*Comunicação\*\*** (R\$100 mil): Divulgação de resultados e ações do projeto, promovendo visibilidade e transparência.

**\*\*Impacto Esperado:\*\***

Com R\$10 milhões, este projeto viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 103/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 48 – Proteção e Defesa Civil –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Cláudio Afonso Fernandes, Alexandre Rodrigues de Moraes (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Geraldo Aparecido Santos Paranhos (Câmara Municipal de Aricanduva), Iolanda Meira, Gabriel de Fátima Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Carolina Paula Gonçalves Oliveira (Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Ivan Gomes Bié (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), José do Carmo Gonçalves (Conselho Comunitário de Santana e Vizinhança), José Adilson Oliveira (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Willian Soares Damasceno (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Mirian Ribeiro da Cruz (Secretaria Municipal de Saúde), Danielle de Souza Lima (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Herculano Campos Gusmão (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Geraldo Aparecido do Prado Paula (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Paulo Wellington Fernandes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Jean-Paul Freire Pavie (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Maria Aparecida Machado Silva (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Adelço Clarindo de Souza, Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Terezinha Oliveira da Rocha, Sidnei Eustáquio dos Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Filipe Delabrida de Souza (Defesa Civil de Itabirito), Carolina Nunes Dias, Cassiano Almeida Nolasco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes, Paula Laviola Pedrosa (Federação Unicafe), Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Leandro Muniz Botelho (Associação Comunitária do Município de Medina), Vanuza Gonçalves Dias, Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer).

Proposta 122: Apoio a tecnologias de convivência com o semiárido para captação de água de chuva.

Captar e armazenar a água da chuva para consumo humano e a produção de alimentos, para os agricultores familiares cadastrados no CadÚnico, na região intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 197: Por meio da ação 1089, viabilizar a aquisição e destinação de cisternas de 16 mil litros de polietileno, com calhas de captação de água, para o enfrentamento e convivência com a seca nos municípios de Carbonita, Aricanduva, Itamarandiba, Chapada do Norte e Sabinópolis, incluindo a região intermediária de Teófilo Otoni.

Acréscimo de meta física: 150 unidades.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Proposta 230: Ação 1089.

Município: Medina

Implantação de cisterna de placas para armazenar água de forma eficiente e segura para atender às necessidades do consumo humano das famílias com problema de abastecimento de água, em especial da comunidade Bidó, no município de Medina, e em comunidades ao redor.

Acrescimento de valor na Meta Financeira: R\$150.000,00

Proposta 845: Aparelhamento e fortalecimento das coordenadorias municipais de defesa civil, por meio de capacitação e treinamentos aos coordenadores municipais e seus agentes.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: 150.000,00

Proposta 907: Na ação 4383, disponibilizar recursos de R\$1,5 milhão, para instalação de sistemas de captação de água de chuva e filtragem, garantindo água limpa e sustentável para as atividades produtivas e consumo, em 50 quilombos do Estado, promovendo segurança alimentar e geração de renda.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 122: O Vale do Jequitinhonha encontra-se na região semiárida, com o período de chuva concentrado em poucos meses do ano. A alternativa de melhorar a vida dos agricultores dessa região é captar e armazenar a água da chuva no período chuvoso, para garantir água para consumo e a produção de alimentos no período da seca. Com a construção de tecnologias sociais como cisternas de placa, barraginhas e outras tecnologias que vem sendo desenvolvidas pelos agricultores na região. Outra opção é a construção de tecnologias para o reúso da água e o saneamento rua, como as fossas sépticas e ciclo de bananeira.

Proposta 197: Os municípios da região sofrem com a escassez hídrica de forma recorrente. A destinação de reservatórios minimiza os efeitos da seca e garante bem-estar aos moradores. A destinação de reservatórios para as coordenadorias municipais da defesa civil vão fortalecer as ações municipais de apoio às comunidades.

Proposta 230: Armazenamento de água: a primeira função é armazenar água para ser utilizada em períodos de escassez.

Fornecimento de água potável; economia de água; captação de água da chuva.

A cisterna de placa desempenha um papel crucial no armazenamento de água, sendo fundamental na região do Vale do Jequitinhonha, onde ocorre escassez hídrica.

A cisterna oferecerá uma solução acessível e eficiente, permitindo às comunidades manterem reservas de água para consumo doméstico, irrigação e outras necessidades essenciais.

Proposta 845: Considerando que o Estado de Minas Gerais é o Estado nos últimos 10 anos que mais decretou situação de anormalidade (estado de emergência e calamidade) no Brasil; considerando que os maiores desastres humano e ambiental ocorreram em Minas Gerais nos últimos 9 anos; considerando que o principal ator para fazer frente a prevenção e resposta ao desastre é o município; considerando que é por meio dos agentes municipais de defesa civil que são feitos planos, mapeamentos de riscos,

socorros e recuperação dos danos causados por desastres; considerando que neste pleito eleitoral renovou-se 53% dos prefeitos e que é de conhecimento diversas alterações do efetivo da defesa civil municipal; considerando que a coordenadoria estadual de defesa civil de MG tem como função apoiar o município e atuar em formação, cursos e treinamentos para os agentes municipais. Diante desse contexto, sugeriu-se que seja indicado recurso para que a coordenadoria estadual de defesa civil ministre treinamento e cursos para os coordenadores municipais e seus agentes contemplando o máximo de municípios mineiros. A proposta é que ocorra 1 curso de formação de agentes municipais com 16 encontros regionalizados em MG.

Proposta 907: O projeto Quilombos Sustentáveis viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 104/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 66 – Políticas de Trabalho e Emprego –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Leandro Nascimento da Cruz (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Vale do Jequitinhonha), Valdirene Souza Dias (Secretaria Municipal de Assistência Social), Lidiane de Oliveira (Rádio Jequitinhonha), Eliene de Souza Silva (Grupo Folia de Reis Ebe Vieira), Rosária Ribeiro da Rocha Costa (Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha), Lízian Maria Silva Martins (Gabinete Deputado Doutor Jean Freire), Ivone Rodrigues de Oliveira, Marlete Ribeiro Silva, Samuel da Silva, Paulo César Gomes Amorim Júnior, Ana Paula Rodrigues Pereira, Clarice Helen Lemos de Sousa, Associação de Desenvolvimento Sustentável Rural e Cultural de Minas Ge, Lucas Cristian de Oliveira, Rodrigo dos Reis (Instituto Social de Capacitação e Qualificação Profissional – Incamp), Adriana Sirqueira Rodrigues, Maguida Freitas Souza Botelho, Bárbara de Paula Leite, Maicon Douglas dos Santos Silva (Secretaria Municipal de Cultura e Turismo), José Ricardo Simões Silva (Associação Comunitária Trupe de Brasília de Minas), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Helena Rosmaninho Alves Moreira Gonçalves (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Maria Aparecida Rosário Oliveira, Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros), Silvana Fagundes e Andrade (Câmara Municipal de Josenópolis), Renato Antônio Amaral Oliveira (Centro de Referência dos Cultos Afro Brasileiros do Norte de Minas), Igor Anezio Ramos Oliveira (Prefeitura Municipal de Campo Azul), Sivaldo Ribeiro dos Santos (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Gilvanita Alves Serpa Dantas (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), Evay Vilella Lisboa t, Rafael Moreira Gonçalves (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Stefanny Oliva (Prefeitura Municipal de Varzelândia), Patrícia Santos Melo, Ismenia Aparecida de Oliveira (Associação Bocaiuvense de Artesãos), Maria Assis Santos Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), José Batista Junior (Roça Boiadeiro Volta Grande), Elis Medrado Viana (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), Elcione Oliveira Niza (Associação Comunitária dos Artesãos e Artistas de Monte Azul), Maria Aparecida Ferreira Paz Souza (Associação Quilombola de Lapinha), Flávio Mendes Ferreira (Câmara Municipal de Luislândia), Nadyla cristianny Gonçalves Silva, Agmar Pereira Lima, Amâncio Oliva Neto, Anelito Pereira de Oliveira (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Eliane Rodrigues dos Reis Almeida (Associação de Mulheres Pontenses), Letícia Tatiane Mendes Lourenço (Associação de Mulheres Pontenses), Edite Andrade Monteiro (Centro de Convivência Casa da Sopa),

Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Zileide Alves Pereira (Associação de Mulheres Pontenses), Luzineth Rodrigues Vieira (Associação de Mulheres Pontenses), Andreia Aparecida Laura Silva (Associação Mulheres em ação), Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Maria do Socorro Pereira (Associação de Artesãos Mãos que Criam), Maria Lendina Santos Lalderci, Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea), Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Ramon Fernando Noronha de Moraes (Câmara Municipal de Bocaiuva), Natalice Alves de Almeida, Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos), Angelica de Santana Rocha, Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Vera Lúcia de Souza (Associação Beneficente Nosso Lar), Sueli Rodrigues Pereira (Pastoral da Criança), Adenízio Pereira de Siqueira (Escola Estadual Maria Beltrão de Almeida), Helen Clesia Souza, Márcio Pereira Da Costa, Emerson Luan Ramos Oliveira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro), José Naldo Anastácio Ribeiro, Deyse Roberta Santos Veloso (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola de Educação Especial Professor Nelson D'Ávilla Neves), Vilma Pereira Santos (Associação Dos Amigos De Camarinhas), Maurilio Salgado Santos, Maykon Vinícius Teixeira da Silva (Monte Azul Esporte Clube), Lucas dos Reis Teixeira (Cooperativa dos Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas), Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara Albuquerque Costa), Maria Carolina Santos Caldeira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro), João Novais T. de Sousa, Gislene Teixeira dos Santos, Bruna Adriele Nunes Barbosa (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Aelson Pereira dos Santos (Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte), Marcela Luiza Arcaño Pereira Domiciano (Cáritas Brasileira – Regional de Minas Gerais), Juarez Ferreira (Cooperativa Trabalho Reforma Construção), Sidnei Eustaquio dos Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Márcio Bernardo de Oliveira Ramos (Providens – Ação Social Arquidiocesana), Elizabete Rosa Soares (Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte), Francisca Paulina da Silva (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Samuel da Silva (Cáritas Brasileira – Regional de Minas Gerais), Antônia Aparecida Nestor (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Leilany Batista Cardoso (Associação Papa João XXIII), Maria Nazete Sousa Nepomuceno da Silva, Marcos Luiz Silveira, Maria Martinha Pereira dos Santos (Economia Solidária do Médio Jequitinhonha), Marlice Machado de Oliveira (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Cleide Aparecida Santos Oliveira.

Proposta 124: Realização de duas Feiras de Economia Popular Solidária – uma no bairro Jequitinhonha (Almenara) e outra no Médio Jequitinhonha (Araçuaí), com um orçamento de R\$500.000,00

Acréscimo na meta física: 500.

Incluir as regiões Baixo e Médio Jequitinhonha.

Proposta 284: Criar duas ações no PROGRAMA 066-POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO. Ação 4155 criação de uma política de crédito com linhas específicas para beneficiar os empreendimentos econômicos solidários em minas gerais. Produto: empreendimentos econômicos solidários. público alvo: indivíduos e famílias participantes de EES no estado e que se encontram em vulnerabilidade social, regiões Intermediárias: Almenara, Araçuaí, Diamantina, Teófilo Otoni, Montes Claros, Januária, Buritizeiro, Paracatu, Uberlândia, Varginha, Poços de Calda, Juiz de Fora, Ouro Preto, São João Del Rey, Belo Horizonte, Governador Valares, Juiz de Fora. Valor R\$1.000.000,00 (recursos provenientes da Loteria Mineira e o Fundo Estadual do Trabalho de Minas Gerais) e parceria BDMG.

Ação 4156 promoção de jornada de formação em Economia Popular Solidária m Minas Gerais, com foco em processo de capacitação para melhoria da produção e comercialização e para organização das unidades produtivas. Produto: EES, Público alvo: indivíduos e famílias participantes de EES no estado e que se encontram em vulnerabilidade social, regiões Intermediárias: Almenara,

Araçuaí, Diamantina, Teófilo Otoni, Montes Claros, Januária, Buritizeiro, Paracatu, Uberlândia, Varginha, Poços de Calda, Juiz de Fora, Ouro Preto, São João Del Rey, Belo Horizonte, Governador Valares, Juiz de Fora. Valor \$500.000,00 (recursos captados junto a loteria mineira, Fundo Estadual do Trabalho de Minas Gerais) parceria Uemg e Fundação João Pinheiro.

Proposta 285: Programa 066 – Política de trabalho e Emprego

Ação 5155:

Unidade responsável: Sedese

Finalidade: criar uma política de microcrédito orientado destinado aos empreendimentos econômicos solidários no Estado com condições adequadas às especificidades previstas na Lei Estadual 15028.

Produto: empreendimentos solidários

público-alvo: indivíduos e famílias que compõe os ees no estado

Regiões: Região Intermediária de Diamantina, Almenara, Araçuaí, Montes Claros, Buritizeiro, Januária, Paracatu, Uberlândia, Belo Horizonte, Governador Valadares, Teófilo Otoni, João Monlevade, Juiz de Fora, Ouro Preto, São João del-Rei, Varginha, Poços de Caldas

Valor: R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais)

Proposta 336: Proposta

Programa 66 – Políticas de trabalho e emprego. Ação 4157 – fomento à inclusão produtiva de mulheres.

– fábrica e roupas íntimas – Proponente Instituto Sapucaia, Cidade Jordânia mg. Valor do projeto 500 mil reais.

Resumo do projeto

O Instituto Sapucaia surgiu entre as comunidades do Lodo e Barra d Ribeira e com forte predominância de retos da mata atlântica resistência da árvore Sapucaia onde nos inspira por sua característica de força. Criado em abril de 1997 exerceu vários trabalhos de apoio comunitário. Hoje propomos mais um trabalho de ação coletiva criando uma fábrica de roupas sendo que Jordânia está localizada no Nordeste de Minas Gerais e Sul da Bahia e os estados do Nordeste que nos favorece escoar a produção desse projeto. Com o apoio solicitado pretendemos adquirir: equipamentos; material de consumo; mão de obra e capital de apoio. Com o projeto, pretendemos gerar 100 empregos diretos proporcionando a inclusão produtiva de jovens e mulheres, proporcionando por sua vez melhorando a economia do município.

Proposta 343: AÇÃO: 070

PROPONENTE: Associação Remanescente Quilombo Mato Dentro

Breve Definição Das Comunidades Quilombolas: São comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade.

As comunidades remanescentes de quilombo se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis, porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente.

Os quilombolas têm uma rica cultura que combina influências africanas e brasileiras. Isso inclui música, dança, culinária e práticas espirituais únicas que foram transmitidas de geração em geração através de uma educação com características próprias.

O Quilombo Mato Dentro está localizado em Conselheiro Lafaiete e foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares.

Atualmente é composto por aproximadamente 41 famílias quilombolas.

Já em funcionamento e com grande expressão, a comunidade conta com o projeto Mato Dentro Mundo a Fora que tem como objetivo formar um coletivo de produção sustentável com produtos naturais e originários do Quilombo, frutos da técnica agroflorestal, artesanato e culinária local. A iniciativa consiste em otimizar o plantio nas casas e quintais dos quilombolas para que eles possam, além de diversificar o fornecimento alimentício da comunidade, organizar e promover a venda do excedente. Com isso, ampliar as possibilidades de geração de renda.

Com aproximadamente 40 mulheres, a Comunidade Quilombola pleiteia recursos para a compra de 10 máquinas de costura para, juntas, através expressão da identidade e modos de vida da comunidade, fortalecerem a economia local, gerando renda para as famílias e elevando a autoestima e independência das mulheres quilombolas, bem como móveis, e equipamentos para fortalecimento das ações já existentes.

Para criação, expansão e adequação dos projetos sociais da comunidade, são necessários móveis, equipamentos e materiais permanentes, dentre eles, freezer, geladeira, forno e fogão industrial, notebook, data show, armários, jogos de mesa e máquinas de costuras, que totalizam aproximadamente 40.000,00 (quarenta mil reais)

Proposta 364: Desenvolvimento Social, PROGRAMA 66 – POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO, 177-181

#### Introdução

A situação-problema que buscamos resolver com os recursos do projeto Capacitação Digital Rural é a ausência de infraestrutura digital, logística e financeira para que os jovens atualmente isolados nas comunidades quilombolas ou rurais possam desenvolver habilidades de autoconhecimento, sociais, profissionais e digitais. As origens de tais problemas são datadas de muitos séculos atrás. A exploração a qual o Vale do Jequitinhonha e essas comunidades foram expostas, pode ser indicada como principal motivo da baixa infraestrutura digital, logística e financeira. Os maiores investimentos que podemos observar são direcionados à produção de eucalipto, o qual não gera renda e oportunidades para moradores da região e é levado para indústrias de fora do estado. Isso reforça a prática de extração e exploração das riquezas e recursos locais, sem trazer grandes benefícios e desenvolvimento para o território. O projeto Capacitação Digital Rural tem como objetivo principal capacitar jovens de comunidades quilombolas ou rurais para que adquiram habilidades essenciais em áreas tecnológicas e de comunicação, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado de trabalho contemporâneo por meio da capacitação e formação empreendedora para desenvolvimento e manutenção da cultura popular e tradições locais. Através de treinamentos específicos em inglês, robótica, habilidades digitais e comunicação interpessoal, o projeto visa integrar esses jovens ao ambiente digital e profissional, ampliando suas oportunidades de crescimento pessoal e desenvolvimento sustentável.

#### Objetivos

Capacitar Jovens em Habilidades Digitais: Serão realizados cursos de informática e habilidades digitais utilizando ferramentas como Microsoft Office e Google Workspace. Oficinas de robótica e programação complementarão o aprendizado, oferecendo experiências práticas em inteligência artificial e desenvolvimento de projetos robóticos. As atividades serão realizadas online e em salas digitais rurais, com instrutores especializados que conduzirão as aulas teóricas e práticas.

Ensinar Inglês como Segunda Língua: O projeto oferecerá cursos de inglês básico e inglês para negócios, visando o desenvolvimento das habilidades linguísticas necessárias para o mercado de trabalho global. As aulas serão realizadas online e em salas digitais rurais, com atividades complementares para prática de conversação.

Promover o Desenvolvimento de Habilidades Interpessoais: Os alunos participarão de projetos práticos durante os cursos e oficinas, no qual desenvolverão habilidades como comunicação interpessoal, trabalho em equipe e liderança. Esses projetos serão apresentados no Encontro Regional de Alunos.

**Integrar Tecnologias Sustentáveis nas Comunidades:** Serão organizadas atividades de recolhimento de materiais tecnológicos descartáveis e coleta seletiva, além de oficinas de reciclagem, onde os participantes aprenderão sobre a reutilização de materiais em projetos de robótica.

**Aumentar a Geração de Renda Local e Fomentar a Cultura Local:** O projeto identificará oportunidades de geração de renda nas comunidades e organizará encontros mensais com apresentações culturais, onde os jovens poderão exhibir seus talentos e reforçar a identidade cultural local.

**Reduzir a Exclusão Digital em Áreas Rurais:** Será instalada infraestrutura digital em comunidades quilombolas ou rurais, ampliando o acesso a recursos educacionais online e reduzindo a exclusão digital.

**Desenvolver a Autonomia dos Participantes e Engajamento Comunitário:** O projeto promoverá treinamentos em liderança para voluntários e organizará eventos comunitários onde os participantes poderão apresentar seus projetos e compartilhar resultados com a comunidade. As atividades foram planejadas para incentivar a autonomia dos jovens, com apoio contínuo dos mentores e a participação ativa dos membros da comunidade em todas as etapas do projeto.

**Proposta 368: Proposta Programa 66 – Políticas de trabalho e emprego. Ação 4157 – projeto Costurando o Futuro** visa capacitar mulheres agricultoras de Ervália, Minas Gerais, proponente Associação de Desenvolvimento Sustentável Rural e Cultural de Minas Gerais, Cidade Ervália. Valor do projeto 250 mil reais para que aprendam a profissão de costureiras, criando novas oportunidades de renda durante a entressafra agrícola. Com formação técnica, essas mulheres poderão costurar em casa, por facção, para o tradicional polo de confecções da Zona da Mata quanto também criar suas próprias marcas e produtos, promovendo o empreendedorismo rural e a sustentabilidade econômica familiar. Assim, a Comissão de Participação Popular, via o PPAG, terá uma oportunidade de impactar positivamente a economia local e o mercado de confecção regional, ao transformar essas mulheres em protagonistas do desenvolvimento de suas comunidades e no fortalecimento da indústria têxtil mineira.

**Proposta 439: Projeto Mulheres de Axé: Costura e Desfile**

**Introdução**

O projeto Mulheres de Axé visa empoderar mulheres da região metropolitana através de aulas de costura e a realização de um desfile que celebra a cultura afro-brasileira. O curso proporcionará habilidades práticas e promoverá a autonomia financeira, além de valorizar a identidade cultural das participantes.

**Proposta 459: Valorização da produção cultural independente.**

**Objetivo:** criação de espaços públicos de divulgação e comercialização de produtos culturais produzidos por empreendimentos da economia popular solidária.

**Finalidade:** Incentivar a circulação de espetáculos, exposições e outros produtos culturais alternativos, garantindo que a produção cultural tenha visibilidade.

**Novo público-alvo:** empreendimentos econômicos solidários, artistas, fazedores de cultura, educadores populares, população em geral.

**Meta física:** Espaço público

**Meta financeira:** R\$200.000(duzentos mil reais)

**Região:** Montes Claros

**Proposta 471:** O projeto Crochê com Amor Tecendo Vidas tem como objetivo oferecer um curso de capacitação em empreendedorismo para mulheres de baixa renda.

Além da capacitação, o projeto busca oferecer kits completos de artesanato, que incluem agulhas, linhas, tesouras e outros materiais essenciais para a produção de peças de crochê.

Com um investimento anual de R\$800.000, o projeto visa empoderar mulheres de baixa renda.

Aumento na meta física: 700 mulheres.

Proposta 473: Implantação de um curso de doces pela associação Aarsonorte, localizada na cidade de Montes Claros, tem como objetivo gerar emprego e renda para a comunidade local. O curso ensinará produção de doces, capacitando os participantes a transformar o aprendizado em uma fonte de renda. Com um investimento de R\$200.000,00, o projeto visa fomentar a geração de emprego e promover a capacitação profissional.

Proposta 476: O Projeto Salão Solidário tem como objetivo gerar emprego e renda por meio da oferta de capacitação profissional nas áreas de cabeleireiro, maquiagem, design de sobrancelhas, massagem e estética africana e geral. Investimento de R\$160.000,00.

Aumentar a meta física em 200 mulheres.

Associação Beneficente Nosso Lar – Montes Claros

Proposta 477: Implantação de um curso de doces na comunidade de Camarinhas, em Francisco de Sá, que visa gerar emprego e renda, oferecendo capacitação em confeitaria. Com um investimento de R\$200.000,00.

Proposta 478: A implantação de uma padaria na comunidade de Camarinhas, no município de Francisco Sá, tem como objetivo gerar emprego e renda para os moradores da região, que enfrenta sérios desafios sociais e econômicos. Com um investimento de R\$200.000,00.

Proposta 479: O projeto de fomento à produção de roupas quilombolas tem como objetivo apoiar 40 costureiras da Comunidade Quilombola de Palmeirinha, em Pedras de Maria da Cruz, promovendo a geração de renda e valorização da cultura local. Com um investimento total de R\$900.000,00 (R\$300.000,00 por ano, de 2025 a 2027)

Proposta 480: Estabelecer política de compras públicas para produtos culturais da economia popular solidária. Visa incluir produtos e serviços de empreendimentos solidários nas compras realizadas pelos governos municipais e estaduais.

Proposta 481: O projeto de revitalização da feira livre tem como objetivo assegurar que o local continue oferecendo um ambiente seguro, organizado e atrativo, promovendo o desenvolvimento econômico e social dos feirantes e proporcionando uma experiência de qualidade para os consumidores. A iniciativa prevê a aquisição de 80 barracas para substituir as antigas, melhorando a infraestrutura da feira. Com um investimento de R\$280.000,00.

Associação de Produtores Hortigranjeiros da Região Pentáurea (Asprohpen)

Proposta 488: O projeto visa a valorização de empreendimentos femininos e grupos marginalizados (indígenas, quilombolas, LGBTQIA+), criando políticas de apoio a festivais e eventos culturais voltados para o empreendedorismo solidário. O objetivo é promover a inclusão e o fortalecimento de iniciativas locais, com um investimento de R\$200.000 e aumento da meta física em 500).

Público-alvo: empreendimentos solidários (grupo artesanato itinerário).

Região Intermediária de Montes Claros

Proposta 489: A aquisição da fabriqueta de velas é urgente para a Comunidade Quilombola Pena Branca e para a Associação Mylla Tomaz, pois permitirá o desenvolvimento de um empreendimento artesanal que contribui para a autonomia econômica dos moradores e o fortalecimento das práticas culturais locais, especialmente no contexto do culto ao sagrado da matriz africana. Com um investimento de R\$40.000. E aumento na meta física em 150.

Proposta 539: Criar novo programa

Nome do programa: Política de Fortalecimento da Economia Popular Solidária em Minas Gerais.

Unidade responsável: 1481 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Objetivo do programa: fortalecer a economia popular solidária através do apoio às atividades associativas e cooperativas reduzindo a exclusão e vulnerabilidades regionais e dependências de modelos econômicos concentradores de renda e agressores da natureza.

Valor do Programa/ano:

2025: R\$10 milhões (dez milhões de reais)

2026: R\$15 milhões (quinze milhões de reais)

2027: R\$20 milhões (vinte milhões de reais)

Proposta 545: O Empório ABA será montado durante os festejos do padroeiro da cidade, quando recebe milhares de romeiros e visitantes durante a Festa do Senhor do Bonfim de Bocaiuva, onde se misturam as mais variadas manifestações culturais e religiosas com o canto e a alegria de todos os povos.

Acréscimo de quantidade na meta física: 1

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$400.000,00

Novo objetivo: Criar meios para a comercialização da produção do artesanato e movimentar o comércio local, gerar emprego, renda e estreitar as relações, experiências e conhecimento.

Nova finalidade: Montar um espaço para fomentar a produção artesanal dando uma vida à cultura sertaneja, seus costumes, indumentária e música representativa da vida no campo.

Novo público-alvo: Moradores da cidade, turistas, visitantes romeiros e pessoas que trafegam pela BR-135.

Proposta 588: Ação nova

– Qualificar profissionais

– Criar cooperativas de trabalhadores

– Projetos sustentáveis para os quilombos

– Fazer projetos de viveiros de sementes e mudas nativas para serem comercializadas.

Proposta 589: 1 – Alterar a meta física da região metropolitana e das demais regiões, trocando a unidade de medida de pessoa para empreendimento.

2 – Caso a unidade de medida permaneça “pessoa”, ampliar o quantitativo da região metropolitana de Belo Horizonte para 5.000 pessoas nos quatro anos indicados.

3 – Caso a unidade de medida seja alterada para “empreendimentos”, a meta física passaria a ser 1500 visto que esta é a quantidade de empreendimentos da região nos quais estão distribuídas essas 5.000 pessoas.

4 – Tendo em vista que a realidade apresentada também é vivida em outras regiões, avaliar a possibilidade de aumento dos recursos da ação.

Proposta 599: – Criação de pontos fixos em espaços do governo que se encontram ociosos na região metropolitana.

– Criação de pontos fixos de administração do Estado como aeroporto.

Proposta 607: Instituto Social de Capacitação e Qualificação Profissional necessita de um veículo como um a caminhonete com valor estimado de R\$150 mil para atender um projeto de geração e criação de renda com feira solidária onde hoje tem 30 feirantes que participam de 15 em 15 dias. Gostaríamos de expandir este projeto para outros bairros como uma feira itinerante bairro a bairro.

Proposta 613: – Desenvolvimento de programa similar à Ação 4157 com foco na população LGBTQIA+.

– Incidência nos diferentes programas e ações de maneira ampliada, com objetivo de reserv de vagas para pessoas LGBTQIA+.

Proposta 617: público-alvo: 60 mulheres em situação de vulnerabilidade social, sendo 30 participantes de Projeto Musa que já foram contempladas com aulas de corte e costura e acompanhamento com assistente social e psicóloga e empreendedorismo e 30 novas alunas com todo o atendimento do curso prático, liderança, associativismo, cooperativismo, gestão financeira.

O valor estimado para custear essas duas turmas é de R\$300 mil, sendo R\$200 mil para as 30 novas alunas com curso completo e R\$100 mil para complementar o aprendizado para as 30 contempladas no Projeto Mus.

Proposta 618: Recurso para a criação de espaços culturais comunitários.

Objetivo: Propor a criação ou revitalização de centros culturais comunitários e cooperativos geridos por associações e coletivos de economia solidária para cursos, oficinas e exposições.

Finalidade: Garantir que esses espaços recebam apoio contínuo, com infraestrutura adequada e acesso a recursos para promoverem a comunidade local.

Meta financeira: R\$400.000,00.

Proposta 622: Ampliação da Ação 4157 para atendimento amplo a mulheres vulneráveis em Belo Horizonte e Região Metropolitana, Lafaiete e cidades próximas, com atendimento psicológico com: terapias, assessoria jurídica, cursos profissionalizantes como corte e costura, culinária, empreendedorismo e educação financeira.

Entendemos que o público-alvo do atendimento pelo programa do Coletivo das Mulheres Pretas em Prol de Todas as Mulheres em Belo Horizonte seja bem maior que 105 mulheres. Estimamos um atendimento entre 150 a 300 mulheres com estimativa de gastos entre R\$120 mil a R\$300 mil.

O Coletivo das Mulheres Pretas em Prol de Todas as Mulheres tem sede em Belo Horizonte mas atende as mulheres também na região metropolitana.

Proposta 918: Gestão Cooperativa\*\* (R\$500 mil): Capacitação em administração e finanças para as lideranças quilombolas, fortalecendo a autonomia e a sustentabilidade financeira das cooperativas.

Proposta desmembrada da 402

Proposta 914: O projeto visa promover a educação e a cidadania para mulheres em territórios de vulnerabilidade, com foco na preparação para o mundo do trabalho. Valor de 1.200.000

Acréscimo na meta física em 900.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 124: O projeto contemplará um atendimento direto à agricultura familiar, ao artesanato e à cultura popular, envolvendo grupos folclóricos, corais e iniciativas de reciclagem. O objetivo é promover uma comercialização justa e solidária, garantindo dignidade a todos os envolvidos.

Para isso, será necessária uma infraestrutura adequada, que incluirá banheiros químicos para garantir conforto e higiene aos participantes, um palco para apresentações culturais e artísticas, e tendas expositoras onde os produtores e artesãos poderão exibir e vender seus produtos. Além disso, será importante estabelecer parcerias com hotéis locais para acomodar expositores e visitantes, bem como disponibilizar alimentação típica e saudável. A logística de transporte será fundamental para levar as peças e feirantes, além dos produtores da agricultura familiar. Também serão necessários freezers e iluminação para assegurar a conservação dos alimentos e a

visibilidade do evento, além de uma equipe de segurança para garantir a tranquilidade durante toda a feira. Esse projeto visa fortalecer a economia local, promovendo a inclusão social e valorizando a cultura regional.

Proposta 439: As mulheres afro-brasileiras têm um papel fundamental na preservação de tradições culturais, mas enfrentam desafios socioeconômicos que limitam suas oportunidades. Este projeto busca combater a desigualdade, oferecendo capacitação em costura, uma habilidade que pode gerar renda e promover inclusão social. O desfile, como culminância do projeto, não apenas destaca as criações das participantes, mas também promove a autoestima e a valorização da cultura afro-brasileira.

#### Objetivos

1. \*Capacitar Mulheres em Costura\*: Oferecer aulas práticas de costura, desde a confecção de roupas até o design de trajes típicos.
2. \*Promover a Autonomia Financeira\*: Ensinar habilidades que permitam às participantes gerar sua própria renda.
3. \*Valorizar a Cultura Afro-Brasileira\*: Utilizar a moda como meio de expressão cultural e resistência.
4. \*Realizar um Desfile\*: Organizar um desfile que apresente as criações das participantes e celebre a diversidade cultural.
5. \*Criar Rede de Apoio\*: Formar uma rede de mulheres que compartilham conhecimentos e experiências.

#### ### Estrutura do Projeto

1. \*Aulas de Costura (R\$60.000)\*: Serão realizadas oficinas semanais de costura, com materiais e equipamentos disponíveis, abrangendo desde o básico até técnicas avançadas.
2. \*Mentoria e Acompanhamento (R\$30.000)\*: Especialistas em moda orientarão as alunas, oferecendo suporte e acompanhamento durante o curso.
3. \*Desfile de Moda (R\$50.000)\*: Um desfile será organizado para apresentar as criações das alunas, promovendo um espaço de visibilidade e celebração da cultura afro-brasileira.
4. \*Campanha de Divulgação (R\$20.000)\*: Serão criados materiais de divulgação para atrair participantes e público ao desfile.
5. \*Logística e Infraestrutura (R\$40.000)\*: Aluguel de espaço para as aulas e o desfile, além de custos com segurança e transporte.

#### ### Resultados Esperados

- \*Empoderamento Feminino\*: Aumento da autoestima e autonomia financeira das participantes.
- \*Valorização Cultural\*: Reconhecimento e celebração da moda afro-brasileira.
- \*Integração Comunitária\*: Criação de uma rede de apoio entre as participantes, promovendo o fortalecimento da comunidade.

#### ### Conclusão

Com um investimento total estimado de R\$200.000,00, o projeto Mulheres de Axé pretende transformar a vida de mulheres na região metropolitana, oferecendo habilidades práticas e celebrando a cultura afro-brasileira. Por meio da costura e do desfile, buscamos promover inclusão, empoderamento e valorização cultural, criando um espaço de expressão e resistência.

Proposta 459: \_Incentivar a cultura e o turismo regional

- Incentivar o empreendedorismo econômico solidário.
- apoiar os artistas e fazedores de cultura locais
- Incentivar a educação popular.

Proposta 471: Muitas mulheres vítimas de violência vivem dependentes financeiramente de seus companheiros, o que contribui para o ciclo de abuso. O artesanato empreendedor oferece a essas mulheres a oportunidade de conquistar autonomia financeira, permitindo-lhes gerar sua própria renda e se libertar da dependência, o que contribui para a quebra do ciclo de violência.

Proposta 473: O projeto de criação de um curso de doces no bairro José Carlos de Lima, em Montes Claros, tem como objetivo gerar emprego e renda para moradores em situação de vulnerabilidade. Executado pela Associação Aarsonorte, o curso ensinará técnicas de confeitaria, capacitando os participantes a empreender ou conseguir emprego na área. O projeto visa melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social na comunidade.

Proposta 476: O Salão Solidário visa gerar emprego e renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social, oferecendo cursos de capacitação em áreas como cabeleireiro, maquiagem, design de sobrancelhas, massagem e estética. As participantes serão preparadas para trabalhar no salão, promovendo dignidade, crescimento profissional e autonomia. O projeto, em parceria com a Roça Boiadeiro Volta Grande e a Associação Beneficente Nosso Lar, busca melhorar a qualidade de vida das mulheres e beneficiar a comunidade. É necessário um investimento de R\$160.000,00.

Proposta 477: O projeto de criação de um curso de doces na comunidade de Camarinhas, solicitado pela Associação dos Amigos de Camarinhas, visa gerar emprego e renda para a região, que enfrenta sérios problemas como pobreza extrema, falta de água e infraestrutura precária. Cerca de 100 famílias vivem em condições difíceis, com escassez de recursos e poucas oportunidades de trabalho.

A implantação do curso tem como objetivo qualificar os moradores para a produção e venda de doces, uma tradição local, especialmente na BR, e oferecer a essas famílias a chance de melhorar sua situação financeira e qualidade de vida. A qualificação não só ajudará na geração de renda, mas também contribuirá para a diminuição de problemas sociais na região.

O projeto será executado pelas Associações Assentamento Sol Nascente, Assentamento de Araras e Associação dos Amigos de Camarinhas, no distrito de Francisco de Sá, com o intuito de fortalecer a economia local e proporcionar novas oportunidades para as famílias da comunidade.

Proposta 478: O projeto de implantação de uma padaria em Camarinhas, Francisco Sá, visa gerar emprego e renda para as cerca de 100 famílias da região, que enfrenta extrema pobreza e falta de oportunidades. Com o apoio da Associação dos Amigos de Camarinhas, a padaria buscará melhorar a qualidade de vida local, oferecendo trabalho e capacitação.

Proposta 479: A Comunidade Quilombola de Palmeirinha, em Pedras de Maria da Cruz, conta com 40 costureiras, todas mulheres, que produzem roupas com características culturais quilombolas usando 14 máquinas de costura doadas pela Codevasf. No entanto, enfrentam dificuldades devido à falta de capital de giro para adquirir materiais, como tecidos e linhas, e à necessidade de capacitação para aprimorar o design e a comercialização dos produtos. O projeto visa gerar renda e emprego para as 40 famílias da comunidade, promovendo o crescimento da produção e a sustentabilidade econômica local.

Proposta 480: A política de compras públicas para produtos culturais da economia popular solidária busca valorizar os produtos regionais, promover a economia local e incentivar a sustentabilidade.

Proposta 481: A Feira de Carolina é um importante centro cultural e gastronômico em Montes Claros, reunindo pequenos produtores rurais, artesãos e empresários locais que dependem dessa estrutura para sustentar seus negócios e famílias. No entanto, as barracas atuais estão desgastadas pelo tempo, o que afeta negativamente tanto a apresentação dos produtos quanto a experiência dos visitantes.

A renovação da estrutura da feira, com a aquisição de novas barracas, visa criar um ambiente mais seguro, confortável e atrativo, tanto para os feirantes quanto para os consumidores. Isso fortalecerá a economia local, incentivará o crescimento do comércio de produtos locais e promoverá a preservação e o desenvolvimento sustentável da feira como um ponto de encontro cultural

e comercial. O projeto, portanto, busca melhorar a infraestrutura e proporcionar uma experiência de qualidade, impulsionando a sustentabilidade dos negócios e o fomento ao turismo e à cultura local.

Proposta 488: O projeto busca valorizar expressões culturais, criar políticas públicas participativas de forma equitativa, e garantir visibilidade para grupos excluídos dos circuitos convencionais. Também tem como objetivo promover a valorização do empreendedorismo feminino, proporcionando oportunidades e reconhecimento para mulheres e comunidades marginalizadas.

Proposta 489: A aquisição de uma fabriqueta de velas é urgente e necessária para permitir que os moradores da comunidade quilombola possam empreender e, ao mesmo tempo, utilizar a produção de velas para o culto do nosso Sagrado (matriz africana). A manutenção da juventude e da população quilombola em território tradicional é de suma importância para fortalecer a territorialidade e das tradições vivas da comunidade, portanto o empreendimento da produção artesanal de velas viabilizaria a autonomia socioeconômica dos seus moradores, garantindo o sustento e reprodução de práticas culturais, em razão do quilombo fundar-se na experiência do Sagrado afro-sertanejo.

Proposta 539: A Economia Popular Solidária virou lei estadual em 2004 a partir da Lei 15028. Desde então ela deve orientar e acompanhar a ação do Estado de Minas andando junto com seu crescimento. É evidente a ampliação dessa nova forma de fazer a atividade econômica no Estado. Cada vez mais pessoas se juntam em grupos para exercer o trabalho associado. Nesse sentido é mais justo e necessário a criação de um programa específico para o fortalecimento da EPS em seus diversos eixos: produção, comercialização solidária, finanças e crédito solidários, formação e assessoramento.

Proposta 545: Um dos grandes desafios do setor artesanal em Minas, e principalmente na Região Norte, é como potencializar as práticas tradicionais de comercialização do artesanato incrementando suas feiras, de forma a manter viva uma tradição milenar.

Pretende-se que o Empório ABA durante os festejos da Festa do Santuário Senhor do Bonfim seja de grande concentração pelos visitantes, moradores da cidade, turistas, romeiros, pessoas que trafegam pela BR-135, etc. Neste local, será montado uma estrutura nos moldes das moradas sertanejas, buscando promover a divulgação e a comercialização de produtos artesanais do uso sustentável da biodiversidade presente em nossa região, além de todo um processo de valorização da cultura sertaneja, com momentos musicais com artistas da região, contação de “causos” (histórias orais), exposição de fotografias, encontro de bocaiuenses ausentes, vídeos e materiais utilizados nos processos de trabalho, comidas típicas, quitandas, mel e produtos caseiros em geral.

A expectativa é que a montagem da feira neste espaço traga mais visibilidade de nossos produtos, resgate da cultura sertaneja e inclusão socioeconômica de artesãs e artesãos familiares.

A Feira de Artesanato no Empório ABA será realizada pela Associação Bocaiuvense de Artesãos.

Proposta 588: – Criar fórmulas de gerar renda para as comunidades quilombolas de Belo Horizonte e região metropolitana, gerando possibilidade de sobrevivência com autonomia destas comunidades.

– apoio também a cooperativas de trabalhadores da construção civil, pedreiros, serventes, eletricitas, bombeiros hidráulicos, etc. Mão de obra esta que está cada vez mais escassa no mercado de trabalho. Investir na qualificação deste segmento.

Proposta 589: A Economia Popular Solidária é um movimento coletivo que tem crescido muito. Após a pandemia, com os desafios do mercado de trabalho formal, muitas pessoas têm procurado os fóruns de Economia Solidária no intuito de participar das feiras e outros espaços de comercialização.

Nesse sentido, o público da ação cresceu vertiginosamente. A meta física estipulada no PPAG está muito defasada e não atende minimamente o público atual.

Além disso, o movimento é organizado por empreendimento, então a unidade de medida “pessoa” não representa a organização do movimento.

Proposta 599: A Economia Popular solidária trabalha com produção e comercialização de produtos desde alimentação, confecção, artesanato, serviços, higiene e limpeza. Entretanto, a comercialização ocorre através de feiras que acontecem uma ou duas vezes no mês, não comportando o número de empreendimentos. Por isso se faz necessário a criação de pontos fixos na região metropolitana, utilizando espaços ociosos do governo, garantindo a participação dos empreendimentos da região metropolitana que compreende as cidades de BH, Ribeirão das Neves, Lagoa Santa, Contagem, Betim e Esmeraldas, totalizando 1.500 empreendimentos, atingindo 5.000 pessoas. Com a criação permanente dos pontos fixos, garantimos aos empreendimentos um local fixo para escoar a produção, permitindo maior visibilidade aos trabalhadores, retirando do anonimato e potencializando o aumento da renda.

Proposta 607: Geração de renda e trabalho oferece alternativa ao capitalismo tradicional e promove a justiça social e a inclusão no mercado de trabalho com isto. Hoje a instituição necessita de um veículo para facilitar o transporte de mercadoria e barracas dos feirantes para desenvolver uma feira itinerante em vários bairros de 15 em 15 dias para facilitar o transporte e logística das mercadorias.

Proposta 613: Atuar para minimizar os altos índices de desemprego da população LGBTQIA+, em especial das pessoas trans e travestis.

Proposta 617: Ampliar atendimento do Programa / Ação Trajeto Moda no município de Matozinhos com o objetivo de capacitar profissionalmente na área de corte e costura mulheres em situação de vulnerabilidade social para assim terem independência financeira e autonomia.

Dando continuidade ao Projeto Musa que a Fundação Dirce executou atendendo 30 mulheres com aprimoramento na inserção ao mercado de trabalho, gestão financeira, associativismo, cooperativismo e atender 30 novas alunas com todas as abordagens supracitadas.

A Fundação Dirce já possui 11 máquinas de costura para a realização do curso.

Proposta 618: – incentivo ao turismo;

– apoio a economia local

– desenvolvimento socioeconômico

Proposta 622: Fortalecer os programas já existentes em prol de mulheres periféricas, capacitando as mesmas para o mercado de trabalho visando a independência econômica com autonomia.

Proposta 918: O projeto Quilombos Sustentáveis viabiliza a sustentabilidade e o fortalecimento econômico em 50 quilombos do Estado, promovendo autossuficiência e geração de emprego por meio de aquicultura, agricultura orgânica e cooperativas. A infraestrutura e a capacitação ofertadas incentivam a preservação ambiental, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, assegurando a cada quilombo acesso a alimentos, água limpa e autonomia financeira.

Proposta 914: Como um coletivo de mulheres, propomos o fomento de ações públicas direcionadas ao público feminino, com foco na capacitação e empoderamento. A meta física do projeto é atender 100 mulheres por regional, com atuação em cada uma das nove regionais de Belo Horizonte.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 105/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 61 – Atenção Especializada à Saúde –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe

sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente), Hebert Marques da Cruz (Associação Papa João XXIII), Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Caique Gabriel Santos Vieira (Câmara Municipal de Araçuaí), Marlyn Aparecida Ribeiro Gomes (Secretaria Municipal de Educação), Cleidiane Alves Oliveira Souza (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Rafael Soares Almeida (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais), Paulo Ricardo Cabral Pinheiro, Jose Augusto Francisco Pereira (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Jacilene Ribeiro (Instituto Cultural In-Cena), Lisa Faria Pereira, Florisvaldo Gomes Costa Júnior (Instituto Cultural In-Cena), Nathan Ribeiro Cardoso (Câmara Municipal de Jequitinhonha), Luiz Gustavo Alves Brandão (Prefeitura Municipal de Itaobim), Maria Eduarda Neves de Almeida (Prefeitura Municipal de Pavão), Rodrigo Ferreira dos Santos, Jandira Batista Cangussu (Prefeitura Municipal de Pavão), Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Forlan Souza Freitas (Instituto Válido Mucuri), Alisson Vander da Silva Gomes (Associação Cultural Ferroviários Bahia-Minas), Wesley Pereira dos Santos, Franco Pereira Rodrigues (Instituto Cultural In-Cena), Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII), Andrézia Almeida Sha, Danilo Fernandes Santos (Câmara Municipal de Fronteira dos Vales), Miguel Canguçu Alves (Prefeitura Municipal de Fronteira), Renato Paranhos dos Santos (Instituto Cultural Raizes), Nilton Ferraz Souza, Andreia Marques Souza (Associação Comunitária do Município de Medina), Thaís Canguçu Galvão, Tamiris Aparecida de Aguiar Oliveira (Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales), Cristina Gonçalves de Aguiar (Centro de Referência de Assistência Social – Cras), Daiane Ferreira Mota (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Edmilson Calista de Almeida, Gabriel Ferreira Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Edvania Paulo Silva, Rosimere Pereira Lima (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Juciele Rodrigues Costa (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Thatiane Aparecida Evangelista (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Sebastião Fortunato de Faria Filho, Rayane Soares Santos, Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Maria do Socorro Pereira (Associação de Artesãos Mãos que Criam), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Natalice Alves de Almeida, Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos), Angelica de Santana Rocha, Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Márcio Pereira Da Costa, Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Deyse Roberta Santos Veloso (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola de Educação Especial Professor Nelson D'Ávilla Neves), Maurilio Salgado Santos, Vilma Pereira Santos (Associação Dos Amigos De Camarinhas), Melina Velloso Ferreira Ribeiro, Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Maria Lendina Santos Lalderci, Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros), Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea), Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Ramon Fernando Noronha de Moraes (Câmara Municipal de Bocaiuva), João Novais T. de Sousa, Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Vera Lúcia de Souza (Associação Beneficente Nosso Lar), Sueli Rodrigues Pereira (Pastoral da Criança), Adenízio Pereira de Siqueira (Escola Estadual Maria Beltrão de Almeida), Helen Clesia Souza, Emerson Luan Ramos Oliveira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro), José Naldo Anastácio Ribeiro, Maykon Vinícius Teixeira da Silva (Monte Azul Esporte Clube), Lucas dos Reis Teixeira (Cooperativa dos Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas), Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara Albuquerque Costa), Junio Henrique Onofre Moreira, Maurílio Barbosa dos Santos, Ingrid Natany Silva Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Raony Lopes Dias (Conselho Tutelar), Josiane Rodrigues de Aguiar (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura), Maria Ireni Neres Rocha (Secretaria Municipal de Educação), Douglas Rocha Ramalho, Genilson Pereira Dias (Casa da Juventude), Josane Batista Soares (Escola

Estadual Orlando Tavares), Dilca Costa Ferraz (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), Risvane Pereira Rocha (Associação dos Moradores Centro), Magno Newton Luiz Franco (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé).

Proposta 125: Repasse de recursos financeiros para o Município de Itaobim para instalação de um centro de atendimento especializado para crianças e adolescentes com necessidades especiais no Vale do Jequitinhonha.

ACRÉSCIMO DE META FÍSICA: 1

ACRÉSCIMO DE META FINANCEIRA: R\$1.500.000,00

REGIÃO: Intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 148: Realização do evento de saúde mental Tudo Junto e Misturado, promovendo inclusão e bem-estar, em parceria com diversas secretarias e órgãos.

ACRÉSCIMOS:

META FÍSICA: 1

META FINANCEIRA: R\$100.000

REGIÃO: intermediária de Teófilo Otoni

Proposta 165: Proposta para a criação de um centro regional de hemodiálise que atenda as cidades vizinhas, como São José do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, Coluna, Frei Lagonegro, São João Evangelista, José Raydan, Santa Maria do Suaçuí, Itamarandiba, entre outras. Não há um valor específico.

PROGRAMA NOVO – AÇÃO NOVA

PROGRAMA:

Finalidade: Reduzir o sofrimento dos pacientes que precisam se deslocar por até 250 km, três vezes por semana, para realizar a hemodiálise.

AÇÃO

Finalidade: Aumentar a qualidade de vida dos pacientes em hemodiálise

REGIÃO: Região Intermediária de Governador Valadares; Região Intermediária de Ipatinga (Vale do Rio Doce).

Proposta 297: PROMOVER A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO E CUIDAR DOS QUE SOFREM POR DOENÇAS MENTAIS, PRIVILEGIANDO O TRATAMENTO EM LIBERDADE, OS ASPECTOS SINGULARES, A CONQUISTA DA CIDADANIA E A REINSERÇÃO SOCIAL.

Proposta 298: AMPLIAR A OFERTA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL NOS TRÊS NÍVEIS DE ATENÇÃO, PARA TODAS AS FAIXA ETÁRIAS, COM PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DAS DOENÇAS BUCAIS, COM O DEVIDO ENCAMINHAMENTO PARA O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO QUANDO FOR O CASO, COM GARANTIA DOS MEDICAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS.

Proposta 356: 1. OBJETIVOS DO PROJETO

Construção da sede definitiva da Clínica Solidária Nossa Senhora Rosa Mística, de Montes Claros/MG, localizada no bairro Ibituruna.

Proposta 449: Proposta de Criação de Programa no PPAGNome do Programa: Saúde e Conscientização sobre Doenças Raras

Proposta 483: Ajuda e manutenção ao Instituto Plus, para garantir a continuidade e expansão do tratamento para o transtorno do espectro autista (TEA) em Montes Claros.

ACRÉSCIMOS

META FÍSICA: 1

META FINANCEIRA: R\$500.000,00.

REGIÃO INTERMEDIÁRIA: Montes Claros

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 125: Pretende-se instalar um espaço em Itaobim específico para atendimento de crianças e adolescentes com autismo e TDAH, oferecendo assistência médica especializada, atendimento com profissionais da educação e das artes, bem como infraestrutura com equipamentos médicos, instrumentos musicais, brinquedoteca e piscinas de hidromassagem adaptadas para o público.

Em Itaobim há várias crianças e adolescentes com deficiência e não há um local adequado para atendê-los, sendo necessário se deslocar até as cidades vizinhas para receber atendimento especializado.

Proposta 148: O evento Tudo Junto e Misturado visa assegurar acesso e tratamento a pessoas com sofrimento mental, promovendo a integração social e melhor qualidade de vida para os usuários. A iniciativa busca evitar a segregação dos usuários, reduzindo o número de hospitalizações e oferecendo um espaço para o cuidado em saúde mental. O foco é possibilitar a participação, reinserção e construção de autonomia para os usuários e suas famílias.

O evento contará com a participação dos municípios referenciados: Itinga, Medina, Comercinho e Ponta dos Volantes. Essa ação é de grande relevância, pois tira a pessoa do sofrimento mental, que passa a ser vista como um sujeito de direito, munido de emoções, que deseja ser respeitada dentro das suas singularidades.

Proposta 165: Os pacientes que realizam hemodiálise em nossa região enfrentam grandes dificuldades devido à falta de um centro especializado nas proximidades. Atualmente, eles precisam se deslocar entre 150 km e 250 km três vezes por semana, o que gera um desgaste significativo. As viagens muitas vezes são feitas em veículos que não são adequados, por estradas em péssimas condições e, em períodos de chuva, enfrentam barreiras e mudanças de trajeto, aumentando ainda mais o sofrimento e o desconforto.

A criação de um centro regional de hemodiálise próximo ao domicílio desses pacientes traria diversos benefícios. Além de melhorar a qualidade de vida e a interação social com suas famílias, essa iniciativa reduziria o cansaço e o estresse causados pelas longas viagens. Também haveria uma diminuição nos gastos dos municípios com diárias de motoristas, combustível e outros custos relacionados ao transporte.

Proposta 356: JUSTIFICATIVA: A Clínica Solidária Rosa Mística é uma obra social que nasceu na Paróquia Nossa Senhora Rosa Mística, fruto do esforço de centenas de voluntários e apoio de religiosos Premonstratenses. É um projeto social que oferece assistência à saúde da população de baixa renda de todo o município de Montes Claros (MG) e cidades vizinhas, através de atendimento com consultas e exames feitos por profissionais da saúde, voluntários de diversas especialidades. O local oferece também a distribuição gratuita de medicamentos que são doados por parceiros, tudo regulamentado pela Vigilância Sanitária e Conselho Regional de Medicina – CRM e Conselho Regional de Farmácia – CRF. É de extrema importância que este projeto seja executado, já que o setor da saúde na cidade é bem precário e a atuação da Clínica tem contribuído para minimizar esse problema social, além disso, os serviços prestados pelos voluntários, colabora com o setor da saúde pública, acolhendo esse público que não tem acesso à saúde, já que são pessoas em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza. 3. PÚBLICO-ALVO DO PROJETO Atualmente a Clínica possui 7 mil pessoas cadastradas, além disso são mais de 10 mil pessoas atingidas indiretamente. O público são pessoas em situação de extrema pobreza e risco social. 4. ORÇAMENTO DO PROJETO A estimativa é de R\$3.000.000,00 (Três milhões de reais), para finalizar a obra. Mas qualquer valor aprovado será bem-vindo para dar continuidade na edificação da clínica.

Proposta 449: No Brasil, estima-se que milhões de pessoas convivem com doenças raras, que são condições de saúde de baixa incidência, mas que desativam a atenção especial devido à complexidade dos sintomas e ao difícil diagnóstico. Embora existam leis e políticas que garantam alguns direitos para esses pacientes, ainda há uma grande necessidade de fortalecer a conscientização, a identificação precoce e o tratamento adequado das doenças raras. A criação de um programa específico dentro do PPAG voltado para doenças raras é essencial para garantir recursos e esportes voltados para este público, promovendo conscientização, capacitação de profissionais de saúde, apoio a diagnósticos e tratamento, além de oferecer suporte às famílias. Esse programa atuará em parceria com organizações de pacientes, profissionais de saúde e a comunidade em geral, criando uma rede de apoio e conhecimento. Objetivos do Programa: Conscientização e Educação – Implementar campanhas informativas para aumentar o conhecimento sobre doenças raras na sociedade e reduzir o estigma e o preconceito. Capacitação Profissional – Promover treinamentos para profissionais de saúde melhorar a identificação precoce e o encaminhamento adequado para o tratamento de doenças raras. Apoio a Pacientes e Famílias – Disponibilizar recursos e suporte emocional e informativo para pacientes e familiares. Parcerias e Pesquisa – Incentivar parcerias com universidades, centros de pesquisa e ONGs para desenvolver estudos sobre doenças raras e melhorar as políticas públicas de saúde externas para essa população. Proposta de Alocação de Recursos para Campanha de Conscientização sobre Doenças Raras em Coimbra, MG Embora Coimbra possuísse uma legislação municipal para o tratamento e suporte a pessoas com doenças raras, ainda há uma lacuna em relação à conscientização da população sobre o tema. Muitas vezes, o diagnóstico de doenças raras é tardio ou inadequado devido ao desconhecimento dos sintomas e características dessas condições. Uma campanha de conscientização ajudará a promover o entendimento sobre a importância da detecção precoce e do tratamento adequado, além de apoiar as famílias e reduzir o estigma enfrentado por esses pacientes. A conscientização é um passo essencial para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com doenças raras na cidade. Ações Propostas: Semana Municipal de Conscientização sobre Doenças Raras: Realização de palestras, rodas de conversa e oficinas em escolas, centros comunitários e unidades de saúde, abordando o tema de forma didática e acessível. Distribuição de Materiais Educativos: Criação e distribuição de cartelas, *folders* e *banners* informativos sobre as principais doenças raras, como identificá-las e onde buscar ajuda. Capacitação de Profissionais de Saúde: Promover treinamentos para médicos, enfermeiros e agentes de saúde, melhorando a identificação e o encaminhamento de casos de doenças raras. Campanha de Mídia e Redes Sociais: Utilização de rádio, televisão e redes sociais para alcançar um público mais amplo e conscientizar a população sobre a realidade e os desafios das pessoas com doenças raras. Custo Estimado: R\$20.000, cobertura de custos com materiais informativos, contratação de palestrantes especializados, divulgação e logística para os eventos ao longo da semana.

Proposta 483: O Instituto Plus é uma instituição sem fins lucrativos dedicada ao tratamento do transtorno do espectro autista (TEA). Oferece uma abordagem multidisciplinar para crianças e adolescentes, com triagem inicial feita por psicopedagoga, fonoaudióloga, psicóloga, psiquiatra, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e neurologista.

Além do tratamento do paciente, o instituto também oferece suporte para os pais, reconhecendo a alta carga emocional que enfrentam. Criado por Márcio Costa, pai de um adolescente autista, o instituto visa proporcionar tratamento de qualidade para todos, atendendo Montes Claros e região.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 106/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 141 – Políticas Sobre Drogas –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Douglas Rocha Ramalho, Dayane Soares Barbosa, Ana Paula Rodrigues Pereira, Juarez Ferreira (Cooperativa Trabalho Reforma Construção), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Helio Luiz Junior de Sá (Polícia Militar de Minas Gerais), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Cristiane Sales Barbosa (Instituto Médico-Legal – IML), Sofia Chacon Furletti, Jane Cristiane Pereira Campos (Instituto Elo), Mateus Ferreira de Almeida (Instituto Elo – Programa Mediação de Conflitos), Celso Nunes de Sousa (Instituto Elo – Programa de Mediação de Conflitos), Raquel Ferreira da Silva (Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos – Unidade de Prevenção à Criminalidade Rosaneves), Francisco Uarles Targino da Costa, Daniella Rodrigues Caldas Leite, Cynthia Macedo, Davis Anderson de Oliveira, Francisco Carlos Barreto Neto (Polícia Militar de Minas Gerais), Maria Vitoria Oliveira Silva (Unidade de Prevenção à Criminalidade), Giselle Botelho Ribeiro (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), Marcelo Palhares Dutra, Wagner de Almeida Bacelar, Luan Santos Guimarães (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Marta Amélia Moreira Santos Lima (Instituto Social Acreditar e Lutar), Wladimir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais), Geisiane Rodrigues da Costa, Antônio Claret de Assis Junior (Instituto Social Acreditar e Lutar), Iris de Souza Almeida (Conselho Estadual de Saúde), Terezinha Oliveira da Rocha, Lourdes Machado (Conselho Estadual de Saúde), Consuelo Aparecida Gonzaga, Renan Santiago Faria (Hospital Nossa Senhora da Saúde), Danilo Bretas de Oliveira (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Faculdade de Medicina), Juliana Marques Resende, Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Proposta 126: Repasse de R\$1.500.000 para a Associação Salva Vidas com Cristo, em Itaobim, que visa a construção de um centro de recuperação para dependentes químicos e um centro de acolhimento para pessoas em situação de rua. A associação já está registrada, possui um imóvel adequado e um projeto estruturado para implementar essas iniciativas.

Proposta 322: Proposta – O Instituto Saída de Ação Social trata-se de entidade privada, sem fins lucrativos, com objetivos voltados para a promoção de ações de relevância pública e social, organizando-se em rede com diversas unidades de atendimento.

Para darmos continuidade em prestar nosso serviço com qualidade para sociedade, propomos um valor estimado de \$200.000,00 (duzentos mil reais), para aquisição de bens e maquinário para realização de oficinas profissionalizantes, com a proposta de inserir o acolhido na sociedade com mão de obra qualificada, facilitando o acesso ao mercado de trabalho e reinserção social.

Proposta 341: Proponente: COMUNIDADE TERAPÊUTICA BOM PASTOR

Objetivo Geral: Desenvolver atividades para o tratamento, recuperação e reinserção social do dependente de álcool e drogas, bem como apoio e orientação à família afetada pelo problema.

Por se tratar de entidade filantrópica, a obtenção de recursos para a compra de móveis e materiais permanentes para equipar a sede administrativa e alojamentos para melhor organização dentro das normas sanitárias será fundamental para o melhor funcionamento da entidade.

O custo estimado para concretização é de aproximadamente R\$30.000,00 (trinta mil reais)

Proposta 821: O programa de atividades para usuários de drogas e pessoas propensas ao uso, incluindo crianças e adolescentes, oferecerá atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos. As atividades, como encontros terapêuticos, palestras e oficinas de arte e cultura, serão acompanhadas e ministradas por profissionais capacitados. O projeto será realizado pelo Instituto Social Acreditar em Lutar. Para tanto, solicita acréscimo de R\$500.000 na ação 4437 e acréscimo na meta física de 200 pessoas por ano.

Proposta 903: Os proponentes fizeram 4 propostas, descritas na íntegra abaixo, que representam, em linhas gerais, manifestação contrária ao repasse de recursos da função saúde para as comunidades terapêuticas:

Pedido 1: Pedido de providências ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais para investigação referente ao repasse de recursos para as comunidades terapêuticas no âmbito da ação 4437, considerando a Resolução nº 10/08/20216 do CES, que estabelece espaços de cuidado e tratamento em saúde mental, álcool e outras drogas de Minas Gerais sejam 100% públicos e estatais,

abertos de base territorial, dentro das diretrizes da Política de redução de dano, da Reforma psiquiátrica e antimanicomial e do SUS. Tal resolução foi homologada pelo Conselho Estadual de Saúde, conforme registrado e assinado pelo seu presidente e secretário geral.

Pedido 2: Pedido de providências às Seplag para que não permita a transferência de recurso no valor de R\$11.729.968,00, de despesa empenhada no valor de R\$3.713.500,57 e despesa realizada de R\$3.593.417,57 do Fundo Estadual de Saúde (Função 10) para 41 entidades privadas – comunidades terapêuticas, via convênio dessas com a Sejusp.

Pedido 3: suspensão imediata do repasse desses recursos para a Sejusp e conseqüentemente para as 41 comunidades terapêuticas e 5 ONGs para atendimento a crianças e adolescentes.

Pedido 4: solicitar vistorias e fiscalização nessas 41 comunidades terapêuticas e nos espaços de atendimento a crianças e adolescentes dessas 5 ONGs.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 126: Minha sugestão é a criação de um centro de convivência para dependentes químicos, com período de internação de seis meses, e um centro de acolhimento para pessoas em situação de rua. Sou presidente da Associação Salva Vidas com Cristo, que já iniciou a obra do centro de convivência, tendo finalizado toda a base do projeto. Estamos amparados por um engenheiro que elaborou o projeto e a planilha de gastos.

A associação possui o certificado do Conselho Municipal de Assistência Social e a utilidade pública municipal, com a utilidade pública estadual protocolada através do deputado estadual Jean Freire. O terreno onde estamos construindo pertence à Associação Salva Vidas com Cristo, com documentação registrada em cartório.

Acredito no poder das políticas públicas e no valor de cada vida, e este projeto visa proporcionar recuperação e acolhimento de forma digna e estruturada.

Proposta 322: Dentre suas frentes de atendimento, o Instituto Saída de Ação Social possui uma instituição de acolhimento, tem como atividade principal o desenvolvimento de ações que versam sobre a recuperação dos sujeitos em situação de uso nocivo de substâncias psicoativas, do sexo masculino, maiores de 18 anos, em caráter exclusivamente voluntário, com vistas a contribuir para o resgate da cidadania e possibilidades de reabilitação psicossocial, através do afastamento temporário destas substâncias, no modelo de acolhimento residencial, tecnicamente orientado, sendo resguardada a diversidade religiosa, étnica e orientação sexual de seus acolhidos.

O processo de recuperação dos acolhidos perpassa por uma proposta terapêutica de 09 meses, com etapas gradativas de responsabilização pessoal e Comunitária, através de intervenções individuais, em grupo e junto às famílias, realizadas pela equipe técnica (Assistente Social, Psicólogo, Fisioterapeuta, monitor e etc)

Como fundamentação legal, suas ações são desenvolvidas sob as seguintes normativas: Lei nº 13.840/2019; Lei nº 8.080/90, Lei 8.742/93, Lei Estadual 22.460/16, e em consonância com a RDC Anvisa 29/2011 e Resolução 001/2015 do Conad.

Proposta 341: Breve histórico: A Comunidade Terapêutica Bom Pastor é uma entidade sem fins lucrativos que oferece tratamento gratuito para a recuperação de pessoas portadoras de dependência química (álcool e drogas).

Com sede administrativa na cidade de Ouro Branco, a instituição mantém uma Unidade de Tratamento e Recuperação na área rural de Conselheiro Lafaiete, onde recebe indivíduos que queiram se recuperar em um modelo de tratamento residencial e em regime de abrigo voluntário e temporário.

A Bom Pastor tem capacidade para atender 30 pessoas do sexo masculino e 12 do sexo feminino, acima de 18 anos, que tenham sido previamente diagnosticadas com algum tipo de dependência química.

Contando com profissionais qualificados e um ambiente amoroso, o objetivo da Bom Pastor é ajudar o dependente químico a se tornar uma pessoa livre através da mudança do estilo de vida, ser capaz de realizar um projeto pessoal construtivo e de aprender a estar bem consigo mesmo e com a sociedade. A Bom Pastor oferece ainda apoio às famílias, que também sofrem com o vício.

Objetivo Geral: Desenvolver atividades para o tratamento, recuperação e reinserção social do dependente de álcool e drogas, bem como apoio e orientação à família afetada pelo problema.

Objetivo Específico: Promover a transformação e o crescimento pessoal de indivíduos dependentes químicos, através da mudança do estilo de vida, levando-o a vencer suas próprias dificuldades para possibilitar sua reinserção à comunidade.

A entidade é inscrita ainda no Certificado Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES) e registrada na Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social (SETAS). Mantém convênio com a Prefeitura Municipal de Ouro Branco, com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Secretaria Estadual de Segurança Pública/Subsecretaria de Políticas sobre Drogas, através da Rede Complementar de Suporte Social de Atenção ao Dependente Químico, no programa SOS Drogas.

#### OBJETIVO: SUSTENTABILIDADE E GARANTIA DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A prestação de serviço na atenção ao dependente químico requer cuidados especiais principalmente em relação à segurança devido à complexidade da questão do consumo de drogas lícitas e ilícitas na atualidade.

A entidade segue as normas regulamentadas pelas RDC 101/2001 e 29/2011 da Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que estabelece as condições para seu funcionamento devendo garantir a segurança e integridade de seus internos e funcionários.

Os móveis de escritório da entidade, sala de medicamentos, sala de treinamento e quartos dos acolhidos estão em estado precário de utilização, necessitando de reposição para atender as legislações sanitárias.

Proposta 821: O combate ao uso de drogas e a prevenção ao acesso às substâncias, tanto lícitas quanto ilícitas, depende principalmente da participação da população e das OSCs (Organizações da Sociedade Civil) nas áreas mais afetadas, especialmente nas regiões de alta vulnerabilidade social e econômica. O fato de várias OSCs, como o ISAL, já estarem inseridas nesses contextos sociais traz a garantia de que os cidadãos serão atendidos por quem conhece a realidade local, incentivando a participação de todos nas atividades de prevenção e repressão à dependência, com foco em crianças, jovens e adolescentes, que frequentemente têm acesso a locais onde tais atividades acontecem.

A proposta apresentada visa que o ISAL alcance pelo menos 12 bairros, vilas e favelas de Belo Horizonte e Contagem, com o projeto sendo realizado na Casa Solidária do ISAL, localizada na Rua Congonhal, 217, no Bairro Santa Terezinha. O ISAL já atua nessas regiões, onde a criminalidade, alimentada pelo tráfico de drogas, tem se intensificado. O Instituto Social Acreditar e Lutar busca, assim, fortalecer suas ações de prevenção e apoio à comunidade local.

Proposta 903: O repasse de recursos públicos para as Comunidades Terapêuticas não deve ser espaço para cuidado e tratamento em saúde mental, álcool e outras drogas, uma vez que a Resolução do Conselho Estadual de Saúde – nº 10/08/20216 restringe.

Atualmente o recurso do fundo estadual de saúde está sendo direcionado para 41 entidades/comunidades terapêuticas parceiras da Sejusp e 5 ONGS. Valor R\$11.727.968,00. Despesa empenhada: R\$3.713.500,57 – Despesa realizada: R\$3.593.417,57.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 107/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 133 – Minas Geração de Valor –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a

revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Adelço Clarindo de Souza, João Lopes dos Santos Neto (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Neuler Fernandes Pereira, Robélia Maria de Jesus Gomes, José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), Edeilde Machado Leal, Ivanilva Lopes Silva (Associação Comunitária de Marambainha), Claudeci Pereira Lina, Maria Vanda da Costa Pardinho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira de Pajeú), Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Maria Íris dos Santos Ferreira (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Rubiany Rodrigues Barbosa, Glêcia Silva Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social), Magno Newton Luiz Franco (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Atáides Vieira, Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Francisco Wander da Silva, Ana Dias da Silva, Magno Newton Luiz Franco, Paulo Henrique Lopes de Amorim (Laboratório TREM (Transportation Research & Environmental Modeling) – UFMG), Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega (Instituto de Geociências da UFMG).

Proposta 127: Promover a implantação e desenvolvimento de micro e pequenas usinas para a fabricação de álcool combustível para o distrito de Marambainha, no município de Carai.

Acréscimo de meta física de 20 mil litros/mês.

Valor estimado: R\$500 mil.

Proposta 358: Projeto Solar – Projeto de construção de usina solar para geração de energia para suportar a demanda por energia elétrica nas escolas estaduais situadas em Alfenas-MG

Objetivos: Avaliar os sistemas fotovoltaicos e implantar na cidade de Alfenas uma usina com a finalidade de redução de custos na fatura de energia elétrica das escolas estaduais através da modalidade de autoconsumo remoto. Para a simulação da energia gerada é necessário qualificar a cidade quanto localização e índices de irradiação. Cidade: Alfenas, MG. Lat: 21°25'28"S Long: 45°56'44"O

Proposta 393: Proposta: financiamentos destinados a implantação de sistemas de energia solares e aquecedores solares nas residências e microempresas. Com juros acessíveis e incentivo as fontes de energia renováveis.

Proposta 433: Solicitamos apoio financeiro para construção de usina de fabricação de álcool combustível para o distrito de Marambainha, Município de Carai MG. Esta iniciativa busca autossuficiência e comercialização, contribuindo de forma significativa para desenvolvimento econômico e sustentável do distrito. A produção do combustível impulsionará a agricultura familiar no plantio de cana-de-açúcar entre produtores rurais, mas também no perímetro urbano, tanto na transformação assim como na comercialização do mesmo. Mesmo sabendo que grande parte será para o consumo próprio dos participantes do projeto. Há anos estamos tentando autossuficiência, o que reduzirá no consumo de combustíveis fósseis, possibilitando menor emissão de gases poluentes causadores do efeito estufa, além de mantermos trabalhadores do campo e podermos transformar nossas terras mais produtivas. Ademais, estaremos em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Proposta 966: Fomento à pesquisa de cenários preditivos da mineração do lítio sem a implementação de uma infraestrutura necessária, observando o crescimento econômico pontual e o declínio posterior a desativação das minas.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 127: A usina de produção de álcool combustível para a comunidade de Marambainha, no município de Carai, será desenvolvida pela Associação Comunitária de Marambainha – Acomar – em parceria com instituições públicas de base tecnológica. O objetivo é produzir combustível para o próprio consumo, assim como para a comercialização das sobras, possibilitando

aos agricultores encontrarem fins para suas terras e gerarem emprego e renda no distrito. A produção de álcool combustível contribui de forma significativa no combate ao aquecimento global e à fixação do homem e da mulher no campo. No último Censo do IBGE, a população de Carai reduziu em mais de 6 (seis) mil habitantes, por não ter capacidade de garantir emprego e renda para sua gente. O projeto da usina fortalece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, para sua implantação, a Associação necessita de aporte de recursos de aproximadamente R\$500 mil (quinhentos mil reais) para a produção de mais de 20 mil litros de combustível por mês, e cultivo de cerca de 50 hectares de terras.

Proposta 358: O retorno mensal com a redução da conta de energia elétrica vai refletir não apenas a economia imediata mas também a preocupação com a redução do impacto ambiental e na conscientização da população para consumo de energia de baixo impacto. Considerando as necessidades energéticas das escolas estaduais do município de Alfenas, são instalados sistemas fotovoltaicos, cada um caracterizado por sua potência nominal. Estes sistemas são projetados para atender a diferentes escalas de demanda energética, oferecendo soluções versáteis e escaláveis.

O projeto poderá ser replicado facilmente para outros municípios.

Valor: R\$500 mil

público-alvo: Escolas Estaduais do Município de Alfenas

Proposta 966: Trabalho em rede entre a UFMG e instituições de ensino da região. Defesa da implementação de uma infraestrutura que garanta um legado de desenvolvimento da região. Proposta para reparar danos de uma cultura de nulo emprego.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 108/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 31 – Proteção das Áreas Ambientalmente Conservadas, da Fauna e da Biodiversidade Florestal –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Carine Alves Dias, José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Claudeci Pereira Lina, Maria Vanda da Costa Pardinho (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira de Pajeú), Marcio Pereira Silva (Câmara Municipal de Medina), Ivanilva Lopes Silva (Associação Comunitária de Marambainha), Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Bárbara de Paula Leite, Ivaneide da Silva Souza (Redesol), Fabiana de Oliveira Gama (Associação Comunitária Cultural, Social, Ambiental e Desportiva de Quartel Geral – MG), Rodrigo Martins Souza e Silva, Cecília Aparecida do Carmo, José Maurício Gonçalves, Regina Sélia de Andrade, Nayara A. Fernandes Magalhães, Alexandre Souza Burque, Guilherme Soares Pereira (Grupo de Ação em Saúde Animal), Rivaldo Benedito de Souza Santos (Câmara Municipal de Camanducaia), João Mauro Bernardo (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Helio Carlos de Oliveira (Câmara Municipal de Pouso Alegre), Cláudio Lúcio da Silva (Rede de Tecnologia Agro Ambiental Esperança), Francisco Wander da Silva, Maria Rosa Lúcia Pereira, Eduardo Perillo (Instituto Escola Viva), Grazielle Carolina da Cunha, Alexandre Thomé da Silva de Almeida (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas), Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Jorge Yago dos Santos Nogueira (Companhia de Teatro Ícaros do Vale), Marileno Rodrigues Alves (Secretaria Municipal de Agricultura), Robélia Maria de Jesus Gomes, Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Farley Moreira de Jesus (Associação dos Produtores de Mel e Derivados do Município de Jequitinhonha – Apis do Jequi), Marcos Gobira Damasceno, Josivaldo da Silva (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Silvana Fagundes e Andrade (Câmara Municipal de Josenópolis), Carlos Teixeira Batista (Câmara

Municipal de Josenópolis), Vania Renee Almeida (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), José Nilson Fidelis Pereira (Câmara Municipal de Josenópolis), Maurilio Salgado Santos, Maurício Ribeiro Dos Santos (Associação dos apicultores de Porterinha A), Gilvanita Alves Serpa Dantas (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), Simarly Moreira Faria Santos (Associação Comunitária de Tabocal), Leiliane Pereira dos Santos Soares (Câmara Municipal de Jaíba), Adenilson Ferreira de Aquino (Câmara Municipal de Japonvar), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Maria do Rosário Oliveira Costa, Bruna Adriele Nunes Barbosa (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Ediran Pereira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), João Medeiros Neves (Prefeitura Municipal de Francisco Dumont), Thiago Salles Teixeira (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), Edmar Araújo Cravo (Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho), Ênio da Paixão Ferreira da Cruz (Câmara Municipal de Luislândia), Bárbara Poliana Duarte Fonseca (Prefeitura Municipal de Francisco Dumont), Marcos Alexander Arruda Campos, João Batista da Silva, Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira, José Aidson Alves Rodrigues, Patrícia Junia Ribeiro (Câmara Municipal de Luislândia), Maria Assis Santos Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), Paulo Luiz Queiroz De Andrade (Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia), José Idelbrando Ferreira de Souza (Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia), Vera Lúcia Gonçalves Dias Moreira (Sindicato dos Produtores Rurais de Brasília de Minas), José Naldo Anastácio Ribeiro, Nilson Pereira de Souza (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Gilvaney Jackson da Silva Oliveira, Geraldo Elcio do Socorro (Associação Artesanal e Social do Norte de Minas), Ronei Pereira da Silva, Reginaldo Ferreira de Oliveira (Câmara Municipal de Jaíba), Thayná Aparecida Oliveira Almeida, João Batista dos Santos (Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais), Carlos Antônio Sena Lopes (Secretaria Municipal de Educação), José Jumidai de Farias, José Rogério Viana Prates (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Fernando Souza Santos, Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer), Luiz Roberto Andrade Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), José Marlon Lopes Sobrinho (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Adriana Dias Almeida (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg), Edeilde Machado Leal, Ataídes Vieira, Magno Newton Luiz Franco (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Marcelo Pereira de Jesus (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg – Delegacia Regional), Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Leonel de Oliveira Pinheiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Ananias Teixeira Batista (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Wanderlei Pimenta Lopes (Instituto Estadual de Floresta), Edvânia Paulo Silva, Edmilson Calista de Almeida, Rosimere Pereira Lima (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Gabriel Ferreira Santos (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Milton de Campos Silva, Juciele Rodrigues Costa (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Thatiane Aparecida Evangelista (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Sebastião Fortunato de Faria Filho.

Proposta 135: Na ação 4056, fazer o cercamento de 30 nascentes no Município de Cachoeira de Pajeú.

Acréscimo de 30 na meta física.

Proposta 186: Recriação do Projeto Plantando o Futuro (criado pelo Decreto 46.974, de 21/3/2016). Por meio da ação 4056, viabilizar a produção e a distribuição de 30 (trinta) milhões de mudas de árvores de diversas espécies, a fim de recuperar áreas degradadas em extensão equivalente a 20.000 (vinte mil) hectares de terras nas regiões dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e no Norte de Minas Gerais.

Proposta 237: Na Ação 4059, construir portaria de acesso ao Parque Estadual Serra Negra, no município de Itamarandiba. Integração da Unidade de Conservação às outras da região.

Proposta 305: Na Ação 4059, aumentar o investimento em áreas protegidas no Estado, com aumento dos recursos para a gestão destas áreas.

Proposta 306: Proposta oriunda da consulta pública.

No âmbito da ação 4056, aumentar os investimentos em áreas protegidas, incluindo Áreas de Proteção Ambiental – APAs – Áreas de Preservação Permanente – APPs.

Proposta 431: Ação 4056. Município de Ibitité.

Projeto de Requalificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase

\*Valor Total: R\$100.000\*

Objetivos

1. \*Restaurar Ecossistemas\*: Recuperar áreas degradadas e proteger a biodiversidade local.

Estrutura do Projeto

1. \*Revegetação e Recuperação (R\$50.000)\*

– \*Plantio de Mudanças Nativas\*: Reflorestar 2 hectares com mudas nativas, contribuindo para a recuperação do solo e da fauna.

– \*Proteção de Áreas Ribeirinhas\*: Implementar faixas de proteção em áreas ribeirinhas, melhorando a qualidade da água.

Resultados Esperados

– \*Recuperação da Biodiversidade\*: Melhoria na qualidade ambiental da Roça, com aumento da fauna e flora nativas.

Proposta 553: Acréscimo na meta financeira de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para promover a segurança e evitar o ressecamento dos olhos d'água de nascente, bem como promover o reflorestamento com espécie natural da região, destinados à Associação Comunitária dos pequenos produtores rurais de cruzeiro. A nascente atende a 92 famílias.

Proposta 638: No âmbito da ação 4056, acrescentar R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para recuperar áreas degradadas do bioma Mata Atlântica na região da Zona da Mata, no Município de Barbacena.

Proposta 745: Na ação 4151, promover a inclusão ambiental de pequenos agropecuaristas da bacia do rio Grande, no município de Carmo da Cachoeira, que resguardam reservas ambientais nas áreas de preservação permanente, produtores de água, além de sequestrar toneladas de carbono da atmosfera. A contrapartida será a redução proporcional na conta de energia elétrica, bem como financiamentos bancários.

Instituto Escola Viva, Carmo da Cachoeira.

Valor: R\$200.000,00.

Proposta 788: Por meio da ação 4056, promover o cercamento e a recuperação de nascentes no município de Brasília de Minas.

Proposta 834: Na Ação 4056, promover a revitalização da nascente localizada na Comunidade de Campos Gerais, no Município de Luislândia, que está seca há muitos anos.

Associação dos Pequenos Produtores de Campos Gerais.

Proposta 868: Na Ação 4056, recuperação das 20 nascentes hídricas na região do Norte de Minas, onde água é vida para o homem do campo.

Meta financeira R\$400.000,00.

Proposta 869: Na ação 4056, revitalizar uma barragem do município e recuperar nascentes no município de Lagoa dos Patos.

Proposta 873: Na Ação 4056, revitalização do Rio Salobro, na cidade de São João da Ponte, e recuperação da nascente do mesmo rio.

Proposta 875: No âmbito da ação 4056, revitalizar os córregos Olhos d'Água e Gaviniã na comunidade de Catarina e na sede do município de Bocaiuva. Proteção de todas as nascentes às margens da BR-135 que estão sendo assoreadas com as obras da duplicação das obras da ECO 135 no município de Bocaiuva.

Proposta 878: Na Ação 4058, implementar um projeto para resgate, atendimento e reabilitação de animais silvestres vítimas de acidentes, especialmente aqueles ocorridos na malha viária e zona urbana da região de Pouso Alegre. O projeto deve envolver o resgate e os cuidados médicos veterinários necessários à reabilitação dos animais.

Proposta 882: Na ação 4056, acrescentar recursos para recuperação das nascentes dos municípios de Boa Esperança, Alfenas, Camanducaia, Carmo da Cachoeira, Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí.

Destinação aos recursos: Rede de Tecnologia Agroambiental Esperança.

Meta física: mínimo 60 nascentes.

Meta Financeira R\$500.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 135:

Proposta 186: Viabilizar a agricultura familiar na produção de alimentos para geração de renda e riquezas de pequenos e médios agricultores.

Proposta 237: A portaria é de extrema necessidade para otimização dos atendimentos ao público visitante. Atualmente, para que seja realizada visita no parque é necessário agendamento e em sua maior parte não consegue atender as necessidades pontuais dos visitantes. Assim, com a construção de uma portaria seria possível atender demandas pontuais e principalmente em dias de menor movimento. Também com acesso controlado, seriam reduzidos os focos de incêndios criminosos na área do Parque. Um problema atual que ocorreu em 2024 foram incêndios na área do parque, o que demandou deslocamento de bombeiros de duas bases de fora do município, que não possui uma base na organização.

O parque é área de recarga e possui nascentes que abastecem e dão origem a contribuintes da bacia do rio Itamarandiba e por consequência do rio Araçuaí, principal corpo hídrico do JQ2.

Existe estudo preliminar com informações populacionais de visitantes, previsão de construção e benefícios ambientais advindos com a intervenção. O projeto foi assinado e é apoiado por servidores da Unidade de Conservação e de outros órgãos estaduais.

Proposta 305:

Proposta 306:

Proposta 431: A Roça Manzo Kilumino Kiamase, em Ibirité, é um espaço cultural vital que enfrenta desafios como degradação do solo e poluição hídrica. Este projeto tem como objetivo requalificar a área, promovendo a recuperação da biodiversidade e a valorização das práticas culturais locais. A preservação da Roca é crucial para garantir que futuras gerações usufruam dos benefícios ambientais e culturais, integrando ações de conservação, educação e promoção cultural.

Conclusão

Com um investimento de R\$50.000,00 [R\$100.000,00 ao todo, com todas as propostas que foram desmembradas], o \*Projeto de Requalificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase\* busca restaurar o equilíbrio ecológico, valorizar a cultura

local e promover a sustentabilidade. A participação ativa da comunidade será fundamental para o sucesso do projeto, que pretende construir um futuro saudável e sustentável para todos, harmonizando natureza e cultura.

Proposta 553: Na comunidade da Associação Comunitária dos pequenos produtores rurais de Cruzeiro já foram abertos vários poços artesianos e não houve sucesso. A água consumida pelas famílias depende da mesma.

Proposta 638:

Proposta 745: Pequenos produtores que se enquadram como "agricultura familiar" que resguardam reservas de 20% de área da propriedade mais áreas de preservação permanente, às margens de cursos d'água, ou seja, são produtores de água. Esta água, que está no sul das Gerais, irá abastecer reservatórios de hidrelétricas, além de sequestrar toneladas de CO<sub>2</sub>, gerando créditos de carbono. Incrementar ações de recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas de preservação permanente.

Proposta 788: No município de Brasília de Minas existem mais de 90 (noventa) córregos, riachos e nascentes que não contêm água mais, são intermitentes e secos. É necessário a implementação de política pública que já exista ou criar programa para esta finalidade.

Proposta 834: Essa nascente abastece a Associação de Produtores Ruais de Campos Gerais, para o consumo animal e para plantio.

Proposta 868: Muitas das nascentes estão secas e demandam ações de recuperação para atender as demandas da população que mora nas suas proximidades. Esse projeto beneficiará principalmente produtores rurais que vivem e dependem da agricultura familiar.

Proposta 869: Nossa barragem, que também é nosso cartão-postal, está quase seca e as queimadas acabaram com quase toda a vegetação próxima à lagoa. Revitalizar traria muitos benefícios para o lençol freático e para as nascentes, aumentando também as vazões dos postos artesanais do município.

Proposta 873: O Rio Salobro era o principal rio da nossa cidade onde podíamos contar com turismo e vida nas comunidades em volta dele. Hoje o rio se encontra 100% morto pois foram destruídas as principais nascentes.

Proposta 875: Na manutenção da estrada BR-135, os resíduos estão soterrando as nascentes e matando o bem mais precioso que é o nosso rio, o que foi demonstrado agora no período chuvoso que causou danos ao meio ambiente.

Proposta 878: A região de Pouso Alegre e cidades vizinhas possui extensa malha viária que cruza áreas naturais e leva a frequentes atropelamentos e acidentes envolvendo a fauna local. Esses acidentes representam uma ameaça significativa à biodiversidade da região, afetando não apenas animais adultos mas também filhotes que dependem deles.

Proposta 882: A recuperação de nascentes é essencial para garantir a disponibilidade e a qualidade da água, recurso vital para vida e economia. Este projeto visa restaurar áreas degradadas e proteger nascentes prevenindo erosão e aumento da infiltração hídrica. Com esses recursos, poderemos conservar a biodiversidade local, assegurar o abastecimento para comunidade e reduzir impacto da seca, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e social. Nascentes garantem água potável, controlam enchentes, preservavam biodiversidade, melhoram o clima, atraem turismo e elevam a qualidade de vida.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 109/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 153 – Vigilância Laboratorial em Saúde Pública –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Leonel de Oliveira Pinheiro (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Rainério Vitor Batista de Oliveira.

Texto: Fortalecimento da Vigilância Ambiental da água nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, com foco na vigilância laboratorial da água destinada ao consumo humano e à produção. O valor do investimento ainda não foi decidido.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Há uma necessidade imperativa de interiorizar e fortalecer os territórios por meio da instalação de laboratórios públicos operados pelas universidades federais, como a UFVJM. Esses laboratórios terão um papel fundamental na vigilância laboratorial, realizando análises de água, arboviroses, entomologia e doenças negligenciadas. O objetivo é fortalecer as ações de vigilância em saúde, promovendo a saúde pública, segurança hídrica, produção sustentável e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida nas comunidades.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 110/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 74 – Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para Todos os Povos do Território Mineiro –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Maria Íris dos Santos Ferreira (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Neuler Fernandes Pereira, Nilson Fernandes de Sousa (Associação Comunitária de Marambainha), José Lourenço Ribeiro Santos (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), José Marlon Lopes Sobrinho (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), Eronides Pereira Duarte (Fundação Nacional de Saúde), João Lopes dos Santos Neto (Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz), João Paulo de Paiva Ramos (Rede Leste de Bancos de Alimentos), Onofra Ferreira dos Santos, Dayone Cezar Rocha Miranda (Associação dos Produtores Rurais de Vai Volta e Bananal), José Geraldo Margues (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), José Roberto Gomes, Juliana Alice Chaves da Silva (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae), Fabiane Pereira Vargens Gobira (Associação Apascentai Esporte Cultura e Lazer), Rainério Vitor Batista de Oliveira, Iara Laia Ellis (Federação Unicafe), Getúlio Gomes Vieira (Federação Unicafe), Leandro Muniz Botelho (Associação Comunitária do Município de Medina), Wesley José Miranda de Paula (Prefeitura Municipal de Carai), Juliano Gonçalves Freire (Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica), Edeilde Machado Leal, Weverton Gonçalves Moreira Lopes (Associação Papa João XXIII), Ataídes Vieira, Maria Emilia Lopes de Barros, Thiago de Carvalho Passos (Polícia Civil de Minas Gerais), Alaide Lopes de Barros Oliveira, Carlos Alberto Pinheiro Carmona (Associação da Criança e do Adolescente), Amani Chironda, Paula Laviola Pedrosa (Federação Unicafe), Paulo César Gomes Amorim Júnior (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Adelço Clarindo de Souza, Karina Batista dos Santos (Associação Papa João XXIII no Brasil), Marcos Gobira Damasceno, Josivaldo da Silva (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Maria Gomes dos Santos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Felisburgo), Vanuza Gonçalves Dias, Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes, Bárbara de Paula Leite, Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Athos Felipe da Silva Santos, Rui Pires Rabello (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Neide Aparecida Santos (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Franklin Alves Moraes, Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Heitor Schiavon Cougo (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – Coordenadoria Regional Varginha), Alexandre Francisco Amaral Arantes (Instituto Mineiro de Agropecuária –

IMA – Coordenadoria Regional Varginha), Aroldo Souza Arcanjo (Polícia Civil de Minas Gerais), Camila de Oliveira Vieiras (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais), Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, Marta Amélia Moreira Santos Lima (Instituto Social Acreditar e Lutar), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Cassiano Almeida Nolasco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Gladis Freitas Oliveira (Instituto Humanitário Causas Sociais), Osmar de Freitas Santos (Associação dos Moradores de Aluguel de Minas Gerais), Dora Dutra (Instituto Ser Feliz), Cecília Aparecida do Carmo, Ronaldo Cardoso de Lima (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – CONSEA), Fernando Augusto Bettio (Polícia Civil de Minas Gerais), Vanessa Maria Martins (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Julio Cesar de Carvalho e Almeida (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – Coordenadoria Regional Varginha), Joao Paulo Calori Gomes, Erica Cristina da Silva França (Instituto Ser Feliz), Rita de Cássia Moreira (Conselho de Alimentação Escolar), Luciana Caldeira de Paula Ricardo (Conselho Estadual de Alimentação Escolar), Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Edileuza Miranda Jardim, José Idelbrando Ferreira de Souza (Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia), Joana Irene Carreiro do Nascimento, Mauricio Lopes de Gros (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf – Superintendência Regional em Minas Gerais), Elcia Divina Dias Fernandes, Rafael Cardoso Santos, Daniel Mendes Vieira (Núcleo do Pequi do Norte de Minas Gerais), Bruna Santos Soares (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil), Maurilio Salgado Santos, João Paulo Dias (Federação Unicafe), Vlader Olímpio Fernandes (Prefeitura Municipal de Monte Azul), Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira, Leandro Gabriel Moura Teixeira Mota.

Proposta 152: Aquisição de kits para a cozinha Comunitária no município de Catuji destinados à Associação Comunitária da Comunidade de Santa Cruz e à Associação dos Agricultores Familiares. O valor do investimento ainda não foi definido.

Acréscimo de meta física: 2

Proposta 156: A proposta é a aquisição de 10 veículos para os bancos de alimentos do Relba, com um investimento total de R\$1.500.000,00.

Proposta 193: Apoio à agroindústria familiar coletiva com a criação da Padaria Comunitária, visando o desenvolvimento de técnicas simplificadas dentro das normas legais sanitárias de cunho social (a produção dos alimentos será direcionada a programas sociais) e educativo (ensinar o ofício a pessoas em situação de vulnerabilidade social) no Município de Teófilo Otoni.

Alterar a finalidade: Gerar emprego e renda via organização produtiva na agroindústria familiar com ação social nos vínculos de destinação das produções e capacitação para o trabalho às pessoas adultas desempregadas e necessitadas. Fornecer alimentos e oportunidades para as famílias de baixa renda, fomentando o empreendedorismo e a capacitação profissional.

Alterar público-alvo: Na produção será público adulto em vulnerabilidade social, confirmado pelo município via CadÚnico e no beneficiamento serão crianças, jovens e adultos de programas sociais, como creches, Cras, entre outros a estabelecer vínculos.

Meta física: a definir

Meta financeira: R\$500.000,00

Acrescentar região intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 411: Na ação 4383 carimbar R\$500 mil para implantar 20 Cozinhas Conga– Comunitárias em Casas de Matriz Africana em Minas Gerais.

### 1. Infraestrutura das Cozinhas – R\$200 mil

– **\*\*Construção e Reformas (R\$100 mil):\*\*** Adequação de espaços nas casas de matriz africana para funcionamento das cozinhas, garantindo normas sanitárias e um ambiente acolhedor.

– **\*\*Equipamentos e Utensílios (R\$80 mil):\*\*** Aquisição de equipamentos essenciais, como fogões, geladeiras e utensílios de cozinha, para produção de refeições em escala.

– **\*\*Espaço de Convivência (R\$20 mil):\*\*** Criação de áreas para refeições e atividades Comunitárias, promovendo a integração social.

#### ### 2. Formação e Capacitação – R\$150 mil

– **\*\*Cursos de Culinária Afro-Brasileira (R\$70 mil):\*\*** Oferta de cursos voltados à culinária afro-brasileira, valorizando ingredientes locais e tradições culinárias.

– **\*\*Capacitação em Gestão de Cozinhas (R\$50 mil):\*\*** Treinamento para líderes comunitários em gestão de cozinhas, incluindo planejamento de cardápios e controle de estoque.

– **\*\*Educação Nutricional (R\$30 mil):\*\*** Realização de palestras sobre alimentação saudável e aproveitamento integral dos alimentos.

#### ### 3. Parcerias e Rede de Apoio – R\$80 mil

– **\*\*Colaboração com Produtores Locais (R\$40 mil):\*\*** Estabelecimento de parcerias com agricultores locais para garantir fornecimento de alimentos frescos e de qualidade.

– **\*\*Construção de Redes Comunitárias (R\$40 mil):\*\*** Fomento à colaboração entre as casas de matriz africana, facilitando troca de experiências e fortalecimento cultural.

#### ### 4. Monitoramento e Avaliação – R\$50 mil

– **\*\*Sistema de Acompanhamento (R\$30 mil):\*\*** Plataforma para monitorar utilização e impacto das cozinhas, registrando dados sobre atendimento e satisfação.

– **\*\*Relatórios de Impacto (R\$20 mil):\*\*** Produção de relatórios anuais avaliando o impacto social e nutricional das cozinhas.

#### ### 5. Gestão e Administração – R\$20 mil

– **\*\*Coordenação do Projeto (R\$10 mil):\*\*** Formação de equipe para garantir a implementação eficaz do projeto e suporte contínuo.

– **\*\*Comunicação e Divulgação (R\$10 mil):\*\*** Desenvolvimento de campanhas de divulgação das atividades, promovendo participação Comunitária.

**\*\*Projeto: Cozinhas Conga – 20 Cozinhas Comunitárias em Casas de Matriz Africana em Minas Gerais\*\***

**\*\*Orçamento Total: R\$500 mil\*\***

**\*\*Objetivo Geral:\*\***

Implantar 20 cozinhas Comunitárias em casas de matriz africana em Minas Gerais, promovendo segurança alimentar, valorização cultural e geração de emprego e renda nas comunidades.

Proposta 426: Projeto: Segurança Alimentar dos Povos Tradicionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte

\*Valor Total: R\$300.000,00\*

Proposta 469: No âmbito da ação 4196, acrescentar meta física de 1 projeto apoiado, para implantação de uma padaria para a produção de pães, salgados e doces, direcionado à Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca (Rua dos Navegantes, 1505) no município de São Francisco/MG.

Proposta 652: Reforçar a execução da Ação 4196, com acréscimo de meta financeira de R\$50.000,00, destinados para o município de Campestre, com fortalecimento do agricultor familiar local, aumentando a disponibilidade de alimentos frescos, educação alimentar e nutricional, controle de qualidade, fiscalização de alimentos, desenvolvimento de hortas urbanas, etc.

Proposta 711: A proposta visa reformar e equipar uma cozinha Comunitária na região leste de Belo Horizonte, por meio da associação de moradores, com um investimento de R\$120.000,00.

Proposta 712: Curso de formação para representantes da sociedade civil e gestores municipais para fortalecer e ampliar a implementação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional nos municípios.

Meta física: 01 curso, atendendo a 850 peças.

Meta financeira: R\$235.000,00

Proposta 714: A proposta visa formar cidadãos para atuarem de forma qualificada em conselhos de direito, com foco no conselho de segurança alimentar e nutricional. A formação será presencial, pois a modalidade a distância não atende adequadamente moradores de áreas rurais. Após a capacitação, será produzido material audiovisual para ser replicado e ampliar o alcance da formação. Valor de R\$400.000,00

Proposta 715: A proposta visa fomentar cursos específicos para gestores municipais, com o objetivo de fortalecer e implementar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Valor de R\$300.000,00

Proposta 717: A proposta visa fomentar recursos para o programa PAA, executado pela Seapa, com o objetivo de comprar alimentos para as famílias atendidas nas 24 creches conveniadas de Contagem. O valor necessário é de R\$1.200.000,00, para atender a cada creche R\$50.000 por ano, durante 12 meses.

Proposta 720: A proposta visa capacitar jovens e adolescentes na temática nutricional e de segurança alimentar e promover a conscientização sobre os valores nutritivos dos alimentos consumidos, com o objetivo de formar multiplicadores para atuar nas suas comunidades. A capacitação proposta seria ofertada pelo Instituto Social Acreditar e Lutar a 100 jovens de 10 vilas e favelas da Regional Pampulha de Belo Horizonte e de bairros próximos. Valor de R\$100.000,00

Proposta 906: Implementação de programa de alimentação durante as férias para crianças em vulnerabilidade social cadastradas com cadastro no CadÚnico.

Meta física: 1

Meta financeira: 600.000,00

Proposta 717: A proposta visa fomentar recursos para o programa PAA, executado pela Seapa, com o objetivo de comprar alimentos para as famílias atendidas nas 24 creches conveniadas de Contagem. O valor necessário é de R\$1.200.000,00, para atender a cada creche R\$50.000 por ano, durante 12 meses.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 152: A aquisição de kits para cozinha Comunitária visa abastecer a comunidade, proporcionando os utensílios e equipamentos necessários para preparar refeições saudáveis.

Proposta 156: A proposta é a doação de veículos destinados aos bancos de alimentos membros do Relba, que não dispõem ainda de automóveis, como os municípios de Manhuaçu, São João do Oriente e Córrego Novo. Serão adquiridos 10 veículos, com valor total de R\$1.500.000,00

Proposta 193: A ação se justifica pela grandeza da eficácia social, com desenvolvimento de parcerias no município e futuramente a região pelo potencial de crescimento em sua sustentabilidade. Em meio à falta de empregos para o público em

vulnerabilidade social a situação do desemprego é mais complicada e difícil, o que torna essa ação relevante para a mudança na vida dos envolvidos direta e indiretamente (os trabalhadores que aprenderão o ofício da padaria Comunitária, com técnicas de alimentação saudável e valorização da cultura alimentar local, como o pão, o biscoito, entre outros, e os beneficiados dos programas sociais que receberão os alimentos em parceria construída para melhorar ainda mais a alimentação oferecida). As parcerias com a comunidade, com a ação social municipal, com os órgãos protetores e promotores da ação social fazem dessa proposta – ação, um projeto viável, sustentável e necessário com urgência, somado à eficácia e seriedade da Associação Apascentai para a gestão da ação. O Município de Teófilo Otoni é merecedor desta ação e não há ainda este investimento nem similar e que transformará a vida das pessoas e será uma referência para o nosso Estado e País.

Proposta 411: As casas de matriz africana são essenciais na preservação da cultura e identidade afro-brasileira. No entanto, muitas comunidades enfrentam insegurança alimentar e falta de recursos. O projeto Cozinhas Conga busca atender a essas necessidades, implementando cozinhas que oferecerão refeições saudáveis, promoverão a cultura alimentar africana e gerarão oportunidades de trabalho.

#### ### Impacto Esperado:

O projeto Cozinhas Conga beneficiará diretamente 20 casas de matriz africana, proporcionando refeições saudáveis e promovendo a valorização da cultura afro-brasileira. Com um investimento de R\$500 mil, o projeto visa não apenas combater a insegurança alimentar, mas também fortalecer a economia local e empoderar a comunidade.

As cozinhas atuarão como centros de convivência e aprendizado, reforçando a identidade afro-brasileira e fortalecendo o tecido social. Através da educação, trabalho colaborativo e promoção de hábitos alimentares saudáveis, espera-se criar um legado de solidariedade, inclusão e desenvolvimento sustentável, contribuindo para a coesão social e a preservação das tradições afro-brasileiras. O impacto se estenderá à saúde da comunidade, ao fortalecimento da cultura e à geração de renda, tornando as cozinhas um ponto de resistência e celebração das tradições.

Valor Solicitado 500.000,00

#### Proposta 426: Justificativa

A segurança alimentar é um direito humano fundamental, essencial para o bem-estar dos povos tradicionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Essas comunidades enfrentam desafios como a degradação de terras, a desvalorização de práticas culturais e o acesso restrito a alimentos saudáveis. Este projeto visa fortalecer a segurança alimentar, promovendo práticas sustentáveis que respeitem e valorizem saberes ancestrais.

#### Objetivos

1. \*Aumentar a capacidade produtiva das comunidades tradicionais.\*
2. \*Preservar e valorizar os saberes e práticas alimentares ancestrais.\*
3. \*Fortalecer a rede de comercialização de produtos locais.\*
4. \*Promover a educação alimentar e a conscientização sobre saúde.\*

#### ### Estrutura do Projeto

1. \*Capacitação e Formação (R\$100.000,00)\*

– \*Oficinas de Agroecologia\*: Realização de 10 oficinas sobre cultivo sustentável, envolvendo 200 participantes.

– \*Treinamento em Segurança Alimentar\*: Capacitar 50 líderes comunitários para disseminar práticas de segurança alimentar.

2. \*Infraestrutura para Produção (R\$80.000,00)\*

- \*Aquisição de Insumos\*: Compra de sementes, mudas e ferramentas para 100 agricultores, garantindo acesso a recursos.
- \*Criação de Hortas Comunitárias\*: Estabelecer 15 hortas em áreas Comunitárias e escolas, envolvendo crianças e jovens.

### 3. \*Feiras de Produtos Locais (R\$40.000,00)\*

– \*Organização de Feiras\*: Realizar 5 feiras Comunitárias para a venda de produtos tradicionais, com meta de 1.000 visitantes por evento.

- \*Capacitação em Gestão de Feiras\*: Treinamento de 50 produtores para a gestão adequada das feiras.

### 4. \*Educação Alimentar (R\$30.000,00)\*

- \*Desenvolvimento de Material Didático\*: Criar folhetos sobre alimentação saudável, distribuindo 5.000 cópias.

- \*Workshops de Culinária\*: Promover 10 oficinas de culinária saudável utilizando ingredientes locais.

### 5. \*Pesquisa e Documentação (R\$25.000,00)\*

- \*Levantamento de Dados\*: Realizar pesquisa sobre práticas alimentares e segurança alimentar nas comunidades.

- \*Relatório e Recomendações\*: Produzir um relatório final com resultados da pesquisa e sugestões para políticas públicas.

### 6. \*Rede de Apoio e Articulação (R\$25.000,00)\*

- \*Formação de Rede de Colaboração\*: Criar uma rede entre comunidades, ONGs e órgãos governamentais.

– \*Mobilização Comunitária\*: Envolver voluntários e líderes na execução das atividades, garantindo que reflitam as necessidades locais.

### ### Resultados Esperados

- \*Aumento da Produção de Alimentos\*: Melhoria na autossuficiência alimentar, com aumento de 30% na produção local.

– \*Valorização dos Saberes Locais\*: Reconhecimento e preservação das práticas alimentares ancestrais, fortalecendo a identidade cultural.

– \*Fortalecimento da Economia Local\*: Aumento da renda em 20% para os agricultores participantes, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável.

– \*Educação Alimentar\*: Aumento da conscientização sobre saúde e alimentação saudável, promovendo hábitos alimentares mais nutritivos.

### ### Conclusão

Com um investimento de R\$300.000,00, este projeto visa transformar a realidade alimentar dos povos tradicionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte, promovendo práticas sustentáveis que respeitam suas culturas. A colaboração entre comunidades, organizações e o poder público é fundamental para garantir um futuro mais justo e seguro para todos, valorizando a cultura e a tradição como pilares de uma sociedade mais equitativa e sustentável.

Proposta 469: Em território tradicional, a cozinha é um local sacralizado, de produção das identidades e da circulação de comidas de Santo, ou alimentação cotidiana. Os sabores e saberes são fundamentais para que haja a renovação de laços e das forças que possibilitem o crescimento e aprendizado dos filhos de Santo dentro do terreiro. A alimentação conecta o adepto e seu ancestral. Esse empreendimento nos dará a possibilidade de fazermos cursos profissionalizantes, para a formação de padeiros e confeitores.

Proposta 711: A proposta é implantar uma cozinha Comunitária para atender aproximadamente 2.500 pessoas das comunidades Conjunto Taquaril, Granja de Feitas e Alto Vera Cruz, com prioridade para famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social. Para garantir o funcionamento da cozinha, será necessário um investimento de R\$60.000,00 para custeio, além de R\$60.000,00 para a aquisição de equipamentos. O valor total será destinado à Associação de Moradores de Aluguel de Belo Horizonte, fundada em 14 de março de 1986, com sede provisória na Avenida dos Andradas, 367 – Sala 217C.

A associação, ao longo dos anos, tem criado núcleos de ação Comunitária nas áreas de saúde, educação, habitação e atendimento a famílias vulneráveis, e agora busca expandir sua atuação com a cozinha Comunitária, contribuindo para melhorar a segurança alimentar e as condições de vida das famílias atendidas.

Proposta 712: A proposta tem como objetivo captar recursos para a realização de um curso de formação voltado para representantes da sociedade civil e gestores municipais, com o intuito de fortalecer e expandir a implementação das políticas públicas de segurança alimentar em nível municipal. O curso visa capacitar esses profissionais para atuar de forma eficaz nas 17 comissões regionais de segurança alimentar e em todo o município, promovendo uma abordagem integrada e coordenada na implementação das ações de segurança alimentar. Com essa formação, espera-se melhorar a gestão das políticas públicas de segurança alimentar, aumentando a efetividade das ações de combate à fome e a promoção de uma alimentação saudável no município.

Proposta 714: O controle social é uma etapa fundamental nas políticas públicas, especialmente no que diz respeito à atuação dos conselhos de direito. A participação qualificada da sociedade civil é essencial para que as demandas sejam apresentadas e discutidas nos conselhos consultivos e deliberativos. Para garantir essa participação, é necessário que os envolvidos compreendam os ciclos orçamentários, as legislações e normativas dos conselhos, além de conhecer a rede de proteção e fiscalização, incluindo o poder legislativo e o Ministério Público.

A proposta é capacitar um grupo de multiplicadores a nível regional, por meio de formação presencial, para que possam replicar o conhecimento em suas respectivas microrregiões e municípios. O objetivo inicial é capacitar 10 municípios por região intermediária, formando um total de cerca de 130 multiplicadores. Durante a formação, serão produzidos materiais escritos e audiovisuais que poderão ser usados posteriormente pelos multiplicadores, tanto em capacitações presenciais quanto EAD. O processo de multiplicação visa expandir o conhecimento e fortalecer o controle social nas regiões.

Proposta 715: A estratégia se baseia em uma abordagem que envolve a capacitação de multiplicadores em cada município, para que possam atuar como agentes de transformação local. Além disso, busca-se incentivar campanhas de conscientização sobre a importância da segurança alimentar, visando engajar a população e os gestores na construção de políticas públicas mais eficazes.

Proposta 717: A proposta visa contribuir para amenizar as dificuldades familiares, promovendo uma vida mais saudável, por meio da aquisição de frutas, legumes, verduras e cereais. Esses alimentos serão destinados às famílias das crianças matriculadas nas 24 creches conveniadas do município de Contagem, com o objetivo de garantir uma alimentação mais nutritiva e melhorar as condições de saúde e bem-estar dessas famílias.

Proposta 720: Atualmente, a população em situação de vulnerabilidade social e econômica carece de informações sobre o valor nutricional dos alimentos adquiridos com sua renda. Como resultado, crianças, adolescentes e jovens ficam sem nutrientes essenciais, apresentando déficit de vitaminas e minerais em seus organismos devido à falta de conhecimento sobre alimentação saudável.

Proposta 906: A alimentação tem um impacto na saúde, desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos. Durante o período letivo os alunos recebem a alimentação escolar, no entanto, durante as férias essas crianças perdem a alimentação recebida. Dessa forma, a sugestão é que kits ou marmitas sejam distribuídos para suprir a necessidade nutricional de crianças em vulnerabilidade social no cadÚnico.

Proposta 717: A proposta visa contribuir para amenizar as dificuldades familiares, promovendo uma vida mais saudável, por meio da aquisição de frutas, legumes, verduras e cereais. Esses alimentos serão destinados às famílias das crianças matriculadas nas 24 creches conveniadas do município de Contagem, com o objetivo de garantir uma alimentação mais nutritiva e melhorar as condições de saúde e bem-estar dessas famílias.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 111/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 67 – Rede de Desenvolvimento da Educação Profissional –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Raynislei Dailler Augusto Meirelles (Instituto Cidadania de Belo Oriente), Igor Assis Medeiros, Beatriz dos Santos Ferreira, Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea), Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Ramon Fernando Noronha de Moraes (Câmara Municipal de Bocaiuva), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Natalice Alves de Almeida, Gilvanita Alves Serpa Dantas (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), Simarly Moreira Faria Santos (Associação Comunitária de Tabocal), Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos), Angelica de Santana Rocha, Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Carlos Teixeira Batista (Câmara Municipal de Josenópolis), Sueli Rodrigues Pereira (Pastoral da Criança), Helen Clesia Souza, Márcio Pereira Da Costa, Emerson Luan Ramos Oliveira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro), José Naldo Anastácio Ribeiro, Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Deyse Roberta Santos Veloso (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola de Educação Especial Professor Nelson D'Ávilla Neves), Vilma Pereira Santos (Associação Dos Amigos De Camarinhas), Lucas dos Reis Teixeira (Cooperativa dos Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas), Maurilio Salgado Santos, Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara Albuquerque Costa), Erica Cristina da Silva França (Instituto Ser Feliz), Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Adriana Andreise Leão Gonçalves (Projetos de alto impacto social), Leandro dos Santos (Fundação Dirce Figueiredo), Wladimir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais), Dora Dutra (Instituto Ser Feliz), Cliford Rosa e Silva, Nilton César da Silva (Associação Cultural Casa do Beco), Francisco Wander da Silva, Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Vania Renee Almeida (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Maria do Socorro Pereira (Associação de Artesãos Mãos que Criam), Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Maria Lendina Santos Lalderci, Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros).

Proposta 154: Projeto de qualificação profissional para jovens de baixa renda, no município de Belo Oriente, com um investimento de R\$300.000,

Acréscimo na meta física: 150.

Entidade: Instituto Comunitário Belo Oriente

Região Intermediária de Ipatinga

Proposta 357: Projeto Domínio da Arte

Projeto de capacitação, ressocialização e geração de emprego e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social, recuperandos da APAC, para que eles possam criar e desenvolver móveis de cana-da-índia e assim facilitar a sua reinserção no mercado de trabalho como trabalhador ou empreendedor quando deixarem o presídio.

O projeto é realizado na APAC Alfenas e o objetivo é reaplicá-lo em mais 3 unidades da APAC no Sul de Minas.

Valor do Projeto:

500 mil reais para realizar o projeto em até 03 cidades no Sul de Minas que tenha APAC. Cidades a serem indicadas pela FEBAC.

#### Objetivo Geral

Capacitar recuperandos da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), por meio do projeto Domínio da Arte, para desenvolvimento de artigos e móveis de cana-da-índia, apresentando oportunidade de geração de renda própria contribuindo para a sua reinserção na sociedade.

#### Objetivos Específicos

Habilitar o indivíduo a enxergar novos caminhos com a fabricação artesanal de móveis e artigos de cana-da-índia

Fazer que o indivíduo tenha possibilidade de enxergar oportunidades de geração de renda

Obs.: Toda forma de conhecimento e elevação da autoestima deve ser considerado no que diz respeito à humanização da pessoa. Esse projeto Domínio da Arte fomentará metodologia ambiental e social.

#### Público-alvo

100 Pessoas, por ano, em situação de vulnerabilidade social, recuperandos do Sistema Apac

#### Estratégia Metodológica

Serão ministradas aulas teóricas e práticas na fabricação de móveis e artigos de cana da índia.

Serão realizadas rodas de conversas sobre meio ambiente e igualdade social.

Serão utilizadas várias formas de abordagem aos temas elencados, buscando proporcionar uma maneira clara e eficaz de transmissão de conhecimentos.

Os materiais pedagógicos utilizados serão: *datashow*, apostilas, pesquisas de campo e laboratórios.

Os materiais didáticos utilizados serão: cana da índia, fibra sintética, parafusos, pregos, verniz, agarras.

#### Equipes

Pedagógica

Administrativa

Coordenação

#### Resultados Esperados

Fabricação de móveis de cana da índia, com objetivo de profissionalização dos atendidos, apresentando aos mesmos oportunidade de qualificação e de se sentirem úteis na vida em sociedade. Além de geração de renda. Conscientização da importância da capacitação para geração de renda e elevação da autoestima.

Proposta 363: Desenvolvimento Social, PROGRAMA 66 – POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO, 177-181

#### Introdução

O Fundo Social Vale do Jequitinhonha (F.S.V.J.) busca enfrentar os desafios socioeconômicos encontrados pelas comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, através do projeto Empreender na Prática – Jovens Rurais. Esta iniciativa visa capacitar jovens, fornecendo treinamento técnico, aulas, oficinas e feiras para desenvolver e fortalecer negócios existentes ou novos. O projeto também promove a conscientização sobre o empreendedorismo como ferramenta de empoderamento e

combate ao racismo e violência doméstica, identifica oportunidades econômicas, melhora técnicas agrícolas e promove a segurança alimentar. A entidade proponente, F.S.V.J., é uma instituição ativa desde 2020, oferecendo projetos de formação social e profissional para crianças, adolescentes e jovens adultos na região. Com 15 associados voluntários, sendo a maioria mulheres, e

colaboradores dedicados, a organização possui parcerias com escolas, instituições de ensino superior e outras entidades locais. O território de desenvolvimento do projeto abrange os municípios de José Gonçalves de Minas, Chapada do Norte e Leme do Prado, onde a economia é baseada na produção de carvão vegetal, pecuária e agricultura de subsistência. O projeto visa criar oportunidades econômicas para jovens rurais, enfrentando desafios como a cultura machista, a falta de infraestrutura digital e a dependência de programas assistenciais. Para alcançar seus objetivos, o projeto utilizará uma metodologia prática que combina teoria e prática, promovendo o aprendizado cognitivo, técnico e socioemocional das participantes. Além disso, serão estabelecidas parcerias com instituições locais, comerciantes e líderes comunitários para fortalecer o impacto do projeto e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Os resultados esperados incluem a capacitação dos jovens rurais em empreendedorismo, a criação e fortalecimento de empreendimentos liderados por jovens rurais, a geração de emprego e renda, o incremento da produção local e o fortalecimento do protagonismo dos jovens rurais na promoção do desenvolvimento sustentável.

Em resumo, o projeto Empreender na Prática – Jovens Rurais busca não apenas capacitar e fortalecer economicamente os jovens rurais, mas também promover a igualdade de gênero, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social nas comunidades do Vale do Jequitinhonha.

#### Objetivo Geral

O objetivo geral do projeto “Empreender na Prática – Jovens Rurais” é promover o empreendedorismo como uma opção de geração de renda para as jovens das comunidades rurais, proporcionando oportunidades de aprendizagem para que desenvolvam habilidades cognitivas, técnicas e socioemocionais, preparando-os para a sociedade digital e para os desafios de gestão do próprio negócio. Além de desenvolverem habilidades de autoconhecimento do saber, fazer e ser com uma formação integral focada no bem-estar e autonomia das participantes.

#### Objetivos Específicos

Capacitação das jovens rurais em empreendedorismo e gestão de negócios.

Criação e fortalecimento pelo menos de empreendimentos individuais ou solidários liderados por jovens, com foco na produção, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade.

Geração de emprego e renda para as participantes, contribuindo para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais.

Incremento da produção local e da oferta de produtos sustentáveis nos mercados regionais.

Fortalecimento do protagonismo das jovens rurais na promoção do desenvolvimento sustentável e na luta por seus direitos.

Proposta 527: Projeto Jovens Nota Azul: Transformando Conhecimento em Oportunidade, tem como objetivo oferecer estágios remunerados para alunos da rede pública. O valor total do projeto é de R\$234.000.

Pedras de Maria da Cruz enfrenta a migração de jovens em busca de oportunidades.

Objetivo: oferecer estágios remunerados a alunos da rede pública, reconhecendo seu potencial e ampliando suas perspectivas de crescimento pessoal e profissional.

Região: Pedras de Maria da Cruz (Região Intermediária de Montes Claros)

Prefeitura de Pedras de Maria da Cruz

Proposta 608: CRIAR PROGRAMA NOVO: Incubadora Empreendedora do Morro do Papagaio

OBJETIVO: Qualificar jovens e adultos do Morro do Papagaio, como projeto-piloto, para empregabilidade e empreendedorismo, por meio de mapeamento das demandas e qualificação para inserção no mundo do trabalho e fornecimento de

apoio financeiro para sua permanência nos cursos, visando gerar oportunidades aos jovens e fortalecimento da economia local (a ser desenvolvido pela entidade Casa do Beco).

AÇÕES:

AÇÃO 1: NOME: Formação Profissional de Jovens.

FINALIDADE: Garantir ações de formação profissional fornecendo apoio financeiro, mapeando as oportunidades de empreendedorismo local e os interesses de formação dos jovens.

PÚBLICO-ALVO: Adolescentes e jovens da Comunidade do Morro do Papagaio – Aglomerado Santa Lúcia em Belo Horizonte.

META FÍSICA: 20

META FINANCEIRA: R\$400.000,00 (bolsa para 20 jovens por 10 meses = R\$200 mil; contratação de equipe: R\$120 mil; equipamentos e custeio: R\$80 mil)

Obs.: tem espaço próprio.

REGIÃO: Belo Horizonte

PRODUTOS: Jovens formados

AÇÃO 2: NOME: Incubadora de Empreendedorismo Local

FINALIDADE: A partir das ações de qualificação, desenvolver com os jovens mapeamento dos empreendimentos locais para potencializá-los e desenvolver novos empreendimentos dos jovens. Realizar evento para comercialização e divulgação dos serviços.

PÚBLICO-ALVO: Adolescentes e jovens da Comunidade do Morro do Papagaio e empreendedores locais.

PRODUTO: feiras (realização de feiras – barracas, transporte, insumos, contratação)

META FÍSICA: 2

META FINANCEIRA: R\$50.000,00

REGIÃO: Belo Horizonte

Proposta 642: Alterar os seguintes atributos da Ação 4159:

FINALIDADE: “Potencializar (...), com foco naqueles em situação de vulnerabilidade social”, incluindo as pessoas com deficiência, “de forma integrada com os serviços da Rede de Atendimento do Sine”.

PÚBLICO-ALVO: Acrescentar, ao final, o trecho “E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”.

META FÍSICA: Ampliação da meta física para 2025 em 30%, totalizando 3.250 pessoas atendidas (acréscimo de 750 pessoas com deficiência).

META FINANCEIRA: Ampliação da meta financeira para 2025 em 30%, totalizando R\$11.721.619,00 (acréscimo de R\$2.704.989,00 para atendimento a pessoas com deficiência).

Obs.: sugerir também requerimento para ampliar o atendimento às pessoas com deficiência nos demais cursos de formação e qualificação profissional promovidos pela Sedese.

Proposta 643: Por meio da Fundação Dirce da Silveira Figueiredo, serão ofertados os seguintes cursos: gestão de pequenos empreendimentos, assistente administrativo, recepcionista, vendas internas e externas, instalador de fibra óptica, internet e redes, instalador de sistema fotovoltaico, *design* de sobancelha de *henna*, manicure, maquiador, panificação, *workshops* temáticos/palestras, atendendo o total de 200 alunos.

O valor estimado para custear o projeto é de R\$200.000,00.

Proposta 359: Desenvolvimento Econômico

132

MINAS EMPREENDEDORA: ESTADO MAIS SIMPLES E LIVRE PARA SE EMPREENDER Ação 1073 – Fomento aos Pequenos Negócios Ação 4474 – Artesanato Empreendedor

Projeto Domínio da Arte

Projeto de capacitação, ressocialização e geração de emprego e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social, recuperandos da Apac, para que eles possam criar e desenvolver móveis de cana-da-índia e assim facilitar a sua reinserção no mercado de trabalho como trabalhador ou empreendedor quando deixarem o presídio.

O projeto é realizado na Apac Alfenas e o objetivo é replicá-lo em mais 3 unidades da Apac no Sul de Minas.

Valor do Projeto:

500 mil reais para realizar o projeto em até 03 cidades no Sul de Minas que tenha Apac. Cidades a serem indicadas pela Febac.

Objetivo Geral

Capacitar recuperandos da Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), por meio do projeto Domínio da Arte, para desenvolvimento de artigos e móveis de cana-da-índia, apresentando oportunidade de geração de renda própria contribuindo para a sua reinserção na sociedade.

Objetivos Específicos

Habilitar o indivíduo a enxergar novos caminhos com a fabricação artesanal de móveis e artigos de cana-da-índia

Fazer que o indivíduo tenha possibilidade de enxergar oportunidades de geração de renda

Obs.: Toda forma de conhecimento e elevação da autoestima deve ser considerado no que diz respeito à humanização da pessoa. Esse projeto Domínio da Arte fomentará metodologia ambiental e social.

Público-alvo

100 Pessoas, por ano, em situação de vulnerabilidade social, recuperandos do Sistema Apac

Estratégia Metodológica

Serão ministradas aulas teóricas e práticas na fabricação de móveis e artigos de cana da índia.

Serão realizadas rodas de conversas sobre meio ambiente e igualdade social.

Serão utilizadas várias formas de abordagem aos temas elencados, buscando proporcionar uma maneira clara e eficaz de transmissão de conhecimentos.

Os materiais pedagógicos utilizados serão: *datashow*, apostilas, pesquisas de campo e laboratórios.

Os materiais didáticos utilizados serão: cana da índia, fibra sintética, parafusos, pregos, verniz, agarras.

Equipes Pedagógica, Administrativa, Coordenação

Resultados Esperados

Fabricação de móveis de cana da índia, com objetivo de profissionalização dos atendidos, apresentando aos mesmos oportunidade de qualificação e de se sentirem úteis na vida em sociedade. Além de geração de renda.

Conscientização da importância da capacitação para geração de renda e elevação da autoestima.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 154: O projeto visa promover cursos profissionalizantes para jovens de baixa renda por meio da nossa associação ICBO (Instituto Comunitário Belo Oriente). A iniciativa busca capacitar esses jovens, proporcionando habilidades e conhecimentos que aumentem suas oportunidades de emprego e contribuam para sua inserção no mercado de trabalho.

Proposta 527: O Projeto Jovens Nota Azul visa proporcionar a jovens e adolescentes da rede pública a oportunidade de desenvolvimento profissional por meio de estágios remunerados. O projeto tem como objetivo reconhecer e valorizar os alunos que se destacam academicamente, oferecendo-lhes experiências práticas para ampliar suas perspectivas de crescimento econômico e pessoal.

Funcionamento: Os alunos que se destacam nas escolas terão a chance de participar do programa, após uma análise de suas habilidades acadêmicas e comportamentais. A seleção permitirá que esses jovens adquiram experiência prática no mercado de trabalho.

Proposta 608: Há nas comunidades de favelas e periféricas várias instituições capacitadas e profissionais formados em universidades e cursos livres que podem ser as multiplicadoras das ações em seu próprio território, a partir de sua realidade e com metodologias próprias.

Quem não mora nessas comunidades sempre acha que é preciso levar, de fora para dentro, ações formativas (como se a favela não tivesse profissionais educadores e multiplicadores).

Proponho que a Casa do Beco, ou a Associação Comunitária do Morro do Papagaio/Barragem Santa Lúcia implante, em rede, um projeto-piloto em sua comunidade destinado à formação profissional de jovens e adultos. Mas o processo pedagógico, o mapeamento do conteúdo, a implantação das ações e o processo docente deve ser composto por, no mínimo, 70% de pessoas do local, contribuindo, então, com a formação da favela e com a economia local.

Sugestões para o projeto-piloto:

- Estabelecer uma parceria com a Casa do Beco ou a Associação Morro do Papagaio/BH para ser a proponente e coordenadora da ação;
- Mapear um espaço físico local que seja referência de cadastro de empregabilidade (esse espaço poderá ser o local em que as formações presenciais vão acontecer, a referência de cadastramento dos interessados em se inserir no mercado de trabalho e também o ponto de cadastro de potenciais empregadores);
- Garantir uma bolsa de estudos financeira para que os jovens e adultos possam participar dos processos de formação e não ter que competir seu aprendizado com as necessidades de sobrevivência;
- Garantir o emprego e a renda dos profissionais capacitados da favela, com seleção de profissionais por meio de inscrição em formulários, currículos e entrevistas;
- Realizar um mapeamento na comunidade sobre as formações e (ilegível) que a comunidade almeja aprender para se inserir nos mercados disponíveis (marketing digital, informática, economia criativa, economia solidária, tecnologia e inovação, arte e cultura, agronegócio sustentável, gestão financeira, empreendedorismo, etc.);
- Construir no processo formativo uma incubadora de negócios, garantindo, a cada trimestre, uma feira que valorize os profissionais, produtos, artistas e o turismo local;
- Construir conteúdos que apontem outras oportunidades de financiamento (leis de incentivo, parcerias com empresas, parcerias com o Estado/secretarias, ministérios, etc.).

Para que essa ação piloto possa acontecer, valorizando os profissionais da favela do Morro do Papagaio, é preciso garantir recursos que cubram gastos com a equipe pedagógica, administrativa, assistentes, multiplicadores, palestrantes, bolsas dos jovens aprendizes, faxina, manutenção estrutural, material pedagógico e de escritório, cachê de artistas para as feiras de empreendedorismo,

gastos com água, luz, telefone, internet, taxas e todas as outras demandas que houver na execução da ação proposta. Esta ação será um contraponto direto à criminalidade que assola mais fortemente nas favelas da capital mineira e oferecerá outros caminhos e oportunidades para os jovens e adultos locais e também apresentar uma oportunidade de longevidade.

Proposta 642: Para que as pessoas com deficiência sejam capacitadas de acordo com suas características, para que de fato elas tenham uma inclusão social no mercado de trabalho, haja vista que, culturalmente, esse grupo de vulneráveis são incluídos de forma precária, sem uma capacitação adequada.

Proposta 643: Ampliar o atendimento da Ação Minas Forma nos municípios de Matozinhos e Pedro Leopoldo, com cursos de capacitação profissional para jovens até 19 anos e mulheres acima de 40 anos em situação de vulnerabilidade social.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 112/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 60 – Atenção Primária à Saúde –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Dalgiza Rufino Marques (Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Compir), Marcos Henriques Rosa (Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Santa Margarida), Jobi Ferreira (Associação Korion de Desportos), Mario Ângelo Noé (Federação dos Moradores das Associações Comunitárias dos Bairros, Distritos e Zona Rural de Ubá), Sandra Aparecida Hottes Alves (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar), Jandira Valério Dias (Prefeitura Municipal de Divino), Pedro Euzebio Sobrinho, Darci Santos de Freitas (Movimento Negro), Danilo Silva Rodrigues (Polícia Militar de Minas Gerais), Richardson Ricardo de Lima Castro, José Maria Fagundes (Movimento Cultural São José), Flávia Peixoto Ribeiro Viana (Apae Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), Fernanda Henrique Estevão (Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar), Ianne Carvalho Nobre Moraes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Ape), Geraldo Leão (Associação Beneficente Lar Irmã Cecília), ValterR Aparecido de Carvalho (Associação Defesa Famílias Fazendinha), Sandra Araújo, Jhonatan Fernandes de Oliveira (Associação Desportiva Portuguesa), Djenane Cassimara Abreu (Associação Renascer Mylena Vitória), Maria do Socorro Lima Oliveira (Centro de Referência de Assistência Social – Cras Fazendinha), Ernani Geovani de Sousa (Centro Social Mali Martin), Sebastião Fortunato de Faria Filho, Heron Ataíde Martins, Francisco Wander da Silva, Bárbara de Paula Leite, Iris de Souza Almeida (Conselho Estadual de Saúde), Terezinha Oliveira da Rocha, Lourdes Machado (Conselho Estadual de Saúde), Consuelo Aparecida Gonzaga, Renan Santiago Faria (Hospital Nossa Senhora da Saúde), Danilo Bretas de Oliveira (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Faculdade de Medicina), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Juliana Marques Resende, Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes.

Proposta 164: Fomentar a Roda de Terapia Comunitária Integrativa Sistêmica, para trabalhadores da saúde.

O proponente sugere a criação de nova ação denominada “Roda de Terapia Comunitária”. Como objetivo do programa, inclui a recuperação de sofrimento emocional, físico, social e mental. A finalidade seria de reforçar a rede de apoio solidária, estimular que as pessoas cuidem mais de si e valorizar os recursos culturais locais. Propõe que o público-alvo da ação seja os trabalhadores da área da saúde.

Proposta 173: Fomentar o projeto que visa promover a proteção à maternidade em Itamarandiba e região por meio da disseminação de conhecimentos sobre cuidados maternos, doações de recursos essenciais e apoio nutricional. Valor não especificado.

Proposta 300: Garantir a Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente, tendo como referência a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança.

Proposta 301: Garantir Atenção Integral à Saúde da Mulher, Gestante, Puérpera e Recém-nascido, com a Captação Precoce da Gestante, em Todos os Tipos de Situação, Incluindo Aquelas em Situação de Vulnerabilidade Social.

Proposta 326: Expandir a cobertura das Equipes de Saúde Bucal – eSB – em áreas urbanas e rurais, com prioridade para municípios de menor acesso e maior vulnerabilidade, assegurando uma proporção de uma (01) Equipe de Saúde Bucal para cada Equipe de Saúde da Família – eSF – para cobertura universal. Inclui a criação de incentivos financeiros estaduais para estimular a implantação de novas equipes em áreas de baixo IDH, além de oferecer capacitação contínua aos profissionais da eSB em técnicas avançadas de prevenção, diagnóstico precoce e manejo de casos complexos, alinhados aos princípios da Atenção Primária à Saúde.

Proposta 327: Financiamento estadual garantido no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG –, para as políticas de saúde bucal da população, com prioridade para ações de promoção da saúde e prevenção das crianças, adolescentes e gestantes e cumprimento de leis estaduais relacionadas a saúde bucal, a saber:

a. 12.080, de 1996, que obriga o Estado a adotar medidas de prevenção da cárie, da doença periodontal e do câncer bucal;

b. 13.444, de 2.000, que trata do atendimento odontológico preventivo nas escolas estaduais;

c. 13.802, de 2.000, com o Programa Higiene Bucal na rede de ensino fundamental;

d. 15.677, de 2005, a qual assegura que a gestante em acompanhamento pré-natal tenha o encaminhamento à consulta odontológica com avaliação periodontal.

Proposta 328: Implementar um programa de incentivos financeiros baseados em metas e indicadores de desempenho, como taxas de cobertura, consultas preventivas, tratamentos contínuos e redução de encaminhamentos para especialidades de saúde bucal. Estabelecer indicadores específicos para monitoramento e avaliação das ações de saúde bucal nos municípios, com foco em redução de cárie infantil, edentulismo em adultos e taxas de consulta preventiva anual. Institui um programa estadual de premiação para ESBs e municípios que atinjam altos níveis de desempenho e implementem práticas inovadoras em saúde bucal.

Proposta 329: Recurso estadual de custeio para eSB/APS no mínimo 60% do valor do recurso federal custeio e garantir a infraestrutura para a Atenção Primária à Saúde – APS –, considerando o benefício econômico de prevenir doenças odontológicas que são custosamente tratadas no nível secundário ou terciário. Destinar recursos para compra de aparelhos de radiografia odontológica e câmaras intraorais em Unidades Básicas de Saúde – UBS –, com foco em municípios que ainda não dispõem desses equipamentos essenciais.

Proposta 360: Área Temática: Saúde Pública

Código do Programa 166

Execução Descentralizada e Autônoma das Ações e Serviços de Saúde

Projeto: Cuidado Integral da Saúde de Idosos de Asilos e População em situação de vulnerabilidade social.

Localização de Realização Lar São Vicente de Paula – Boa Esperança – MG

O Projeto: Proporcionar visa atendimento ortomolecular, nutricional e psicológico aos idosos do Lar São Vicente de Paula de Boa Esperança e idosos em situação de vulnerabilidade social. Como o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população assistida.

Objetivo: Melhoria da qualidade de vida e oferta de atendimento integral à população assistida

Público Alvo: 100 idosos do Lar São Vicente de Paula do Município de Boa Esperança-MG

O envelhecimento populacional é um fenômeno global, e a promoção da saúde e bem-estar dos idosos é essencial para garantir qualidade de vida nesta fase. Este projeto visa oferecer serviços de cuidado integral para idosos, abordando tanto a saúde física quanto mental, através de uma rede de apoio multidisciplinar.

Metodologia: Consulta, atendimento e acompanhamento por equipe multidisciplinar que conta com a presença de médico ortomolecular, nutricionista, psicólogo durante o período de realização do projeto.

Período de Realização do projeto: 12 meses

Investimento: R\$350mil

Proposta 428: \*Projeto: Valorização da Saúde Tradicional e Práticas Populares na Região Metropolitana de Belo Horizonte\*

### ### 1. Finalidade da Ação

Este projeto visa promover e valorizar as práticas de saúde tradicional na Região Metropolitana de Belo Horizonte, integrando saberes ancestrais às práticas contemporâneas de saúde. A iniciativa busca fortalecer o bem-estar da população e resgatar saberes que contribuam para uma saúde mais holística e acessível.

### ### 2. Descrição da Ação

As ações envolverão a realização de oficinas, capacitação de agentes comunitários de saúde e a criação de espaços de troca de experiências entre praticantes de saúde tradicional e profissionais da saúde.

#### \*Principais Ações:\*

– \*Oficinas de Saberes Tradicionais:\*

 Realização de oficinas sobre o uso de ervas medicinais, práticas de cura e saberes de benzedeadas e parteiras da região.

– \*Capacitação de Agentes Comunitários:\*

 Formação de agentes de saúde que integrem práticas tradicionais ao atendimento médico formal.

– \*Espaço de Trocas:\*

 Criação de um ambiente físico e virtual para promover o intercâmbio de experiências entre praticantes de saúde tradicional e profissionais.

### ### 3.

Proposta 435: Aqui está uma proposta sobre a saúde da população negra do Sul de Minas, com foco na prevenção de glaucoma e infarto, ajustada para aproximadamente 3.000 caracteres:

## Saúde da População Negra do Sul de Minas: Prevenção de Glaucoma e Infarto

###

Proposta 902: Qualificação das equipes de saúde para atendimento especializado às vítimas de violência em parceria com o Ministério Público – Centro de Apoio às Vítimas Casa Lilian.

Pede acréscimo de R\$100.000,00 (cem mil reais) que financiar a qualificação das equipes de saúde que atuam junto às vítimas de violência.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 164: Refletir sobre a saúde emocional, física e mental vai além da consulta médica; a utilização da roda de terapia se apresenta como uma alternativa eficaz para promoção e proteção a saúde.

Proposta 173: Promover a proteção à maternidade em Itamarandiba e região por meio da disseminação de conhecimentos sobre cuidados maternos, doações de recursos essenciais e apoio nutricional. O objetivo é garantir segurança e assistência a gestantes e recém-nascidos em situação de vulnerabilidade, favorecendo um nascimento saudável.

As ações incluem:

- Qualificação do atendimento às gestantes e suas famílias.
- Orientações preventivas para gestantes.
- Ampliação do atendimento a crianças com necessidades especiais.
- Assistência às famílias de pacientes com câncer, doenças autoimunes, neurológicas e renais.

Essas iniciativas visam assegurar um suporte integral para a saúde materna e infantil na região.

Proposta 360: Justificativa: O atendimento convencionado à saúde dos idosos acarreta a sobrecarga de medicamentos e visão segmentada. O gasto com saúde para pessoas acima de 60 anos tende a ser significativamente maior em comparação com outras faixas etárias, especialmente devido ao aumento na frequência de utilização de serviços médicos e tratamentos mais complexos. Estudos apontam que a despesa com saúde para essa população pode ser até cinco vezes maior do que a de pessoas mais jovens. No Brasil, idosos com mais de 60 anos utilizam mais serviços de internação, medicamentos e exames, impactando os custos dos sistemas de saúde público e privado. Além disso, o aumento da longevidade e o crescimento da população idosa pressionam o sistema de saúde. Projeções indicam que os gastos com saúde para esse grupo podem aumentar em até 76% nas próximas décadas, refletindo um maior consumo de serviços médicos, especialmente em áreas como internação e tratamentos crônicos, como doenças cardíacas, diabetes e Alzheimer.

Porém com atendimento integral usando medicina ortomolecular com o auxílio de uma abordagem multidisciplinar esses custos tendem a cair significativamente e ainda proporcionar melhor qualidade de vida para a população assistida.

Proposta 428: Justificativa: A Região Metropolitana de Belo Horizonte abriga uma diversidade cultural rica, mas as práticas de saúde tradicionais são frequentemente subvalorizadas. Este projeto visa integrar esses saberes ao sistema de saúde, oferecendo um cuidado mais abrangente e respeitando as tradições locais, ao mesmo tempo que promove a saúde da comunidade.

#### ### 4. Produto da Ação

- \*Materiais Educativos:\* Produção de cartilhas e vídeos que documentem e divulguem saberes tradicionais e práticas de saúde.
- \*Rede de Saberes:\* Estabelecimento de uma rede entre praticantes de saúde tradicional e profissionais de saúde, facilitando a troca de conhecimento.
- \*Espaço de Diálogo:\* Criação de um espaço contínuo para diálogo entre saúde tradicional e moderna.

#### ### 5. Público-alvo

- \*Comunidade Local:\* Moradores da Região Metropolitana interessados em saúde e bem-estar.
- \*Praticantes de Saúde Tradicional:\* Benzedeiras, parteiras e outros especialistas em medicina tradicional.
- \*Profissionais de Saúde:\* Médicos e enfermeiros que desejam integrar saberes tradicionais em suas práticas.

#### ### 6. Metodologia

1. \*Levantamento de Saberes:\* Mapeamento das práticas de saúde tradicionais na região.
2. \*Desenvolvimento das Oficinas:\* Colaboração com praticantes locais para a realização das oficinas e capacitações.
3. \*Avaliação e Acompanhamento:\* Monitoramento das atividades e avaliação do impacto nas comunidades.

#### ### 7. Avaliação do Impacto

A avaliação será feita por meio de relatórios sobre a participação nas oficinas, *feedback* dos participantes e monitoramento de melhorias na saúde comunitária.

#### ### 8. Orçamento Total: R\$400.000,00

Item	Custo(R\$)
Oficinas de Saberes	R\$120.000,00
Capacitação de Agentes	R\$150.000,00
Materiais Educativos	R\$80.000,00
Espaço de Diálogo	R\$50.000,00
*Total*	*R\$400.000,00*

### ### 9. Municípios Abrangidos

O projeto atenderá municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, incluindo:

- Belo Horizonte
- Contagem
- Betim
- Ribeirão das Neves
- Sabará
- Ibité
- Lagoa Santa
- Nova Lima
- Santa Luzia
- Sarzedo
- Vespasiano

### ### 10. Considerações Finais

O projeto “Valorização da Saúde Tradicional e Práticas Populares na Região Metropolitana de Belo Horizonte” representa uma oportunidade de fortalecer a identidade cultural da região, promovendo saúde e bem-estar por meio da integração de saberes tradicionais com a medicina contemporânea. Busca-se beneficiar a comunidade, promovendo um cuidado mais inclusivo e respeitoso às práticas locais.

Proposta 435: Justificativa: A saúde da população negra no Sul de Minas apresenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito a doenças crônicas como glaucoma e infarto. Estudos mostram que a população negra tem maior predisposição a condições de saúde que podem levar à cegueira e problemas cardiovasculares. No entanto, a prevenção e o diagnóstico precoce são ferramentas fundamentais para reduzir essas taxas e melhorar a qualidade de vida.

O glaucoma, uma das principais causas de cegueira no Brasil, é uma doença que muitas vezes avança sem sintomas. O diagnóstico precoce e o tratamento adequado são essenciais para preservar a visão. Por outro lado, o infarto é uma condição que pode ser prevenida com mudanças no estilo de vida e acompanhamento médico regular. A falta de acesso a cuidados de saúde adequados e informações sobre a importância da prevenção são fatores que contribuem para a alta incidência dessas doenças na população negra.

#### ### Objetivos

1. **\*\*Conscientizar a População\*\***: Promover campanhas de educação sobre os riscos do glaucoma e do infarto, com ênfase nas especificidades que afetam a população negra.
2. **\*\*Realizar Exames de Triagem\*\***: Oferecer exames de triagem gratuitos para detecção precoce de glaucoma e avaliação cardiovascular em comunidades de maior vulnerabilidade.
3. **\*\*Fomentar Hábitos Saudáveis\*\***: Incentivar a adoção de estilos de vida saudáveis por meio de palestras, oficinas e atividades físicas.

4. **Capacitar Profissionais de Saúde**: Treinar profissionais da saúde para abordar as particularidades da saúde da população negra, promovendo um atendimento mais inclusivo e eficaz.

#### ### Estrutura do Projeto

1. **Campanhas de Conscientização (R\$50.000,00)**:

- Criação de materiais informativos (*folders*, cartazes e vídeos) abordando a prevenção de glaucoma e infarto.
- Realização de palestras em escolas, centros comunitários e igrejas.

2. **Exames de Triagem (R\$80.000,00)**:

- Organização de mutirões de saúde em áreas com alta concentração da população negra.
- Parceria com profissionais de oftalmologia e cardiologia para realização de exames.

3. **Programas de Estilo de Vida Saudável (R\$70.000,00)**:

- Desenvolvimento de oficinas sobre alimentação saudável, atividade física e manejo do estresse.
- Implementação de grupos de caminhada e atividades físicas regulares.

4. **Capacitação de Profissionais de Saúde (R\$30.000,00)**:

– Treinamentos e *workshops* para médicos e agentes comunitários de saúde sobre as particularidades das doenças que afetam a população negra.

- Formação de uma rede de apoio e referência para a saúde da população negra.

5. **Monitoramento e Avaliação (R\$20.000,00)**:

- Criação de um sistema de monitoramento para avaliar a eficácia das ações implementadas.
- Relatórios periódicos para a comunidade sobre os resultados obtidos.

#### ### Resultados Esperados

– **Aumento da Conscientização**: Melhora do conhecimento sobre glaucoma e infarto na população negra, resultando em um maior número de diagnósticos precoces.

– **Acesso a Cuidados de Saúde**: Maior acesso a exames e informações, contribuindo para a redução das taxas de cegueira e mortalidade por infarto.

– **Estilo de Vida Saudável**: Adoção de hábitos mais saudáveis pela comunidade, promovendo bem-estar geral e prevenção de doenças.

#### ### Conclusão

O projeto voltado para a saúde da população negra do Sul de Minas busca enfrentar as desigualdades em saúde, focando na prevenção de doenças como glaucoma e infarto. Com um investimento de R\$300.000,00, será possível realizar ações significativas que promovam a saúde e a qualidade de vida dessa população, contribuindo para um futuro mais saudável e equivo.

Proposta 902: As vítimas de violência são constantemente vitimizadas pela rede de atendimento em saúde, o que agrava os impactos na saúde física e mental, interferindo no acesso integral à saúde.

É notório que não há qualificações (cursos, seminários e outros) que tratem especificamente os danos à saúde mental causados pela violência.

Desta forma, a qualificação das equipes previne novas revitimizações e resulta em efetividade no acesso e tratamento ofertado a estas pessoas.

O Ministério Público de Minas Gerais implantou o Centro Estadual de Apoio às Vítimas – Casa Lilian, que atua diretamente no atendimento às vítimas e tem também como atribuição o fortalecer as redes e políticas públicas, sendo potencial parceiro na ação.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 113/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 71 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – Suas –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Maria do Socorro Lima Oliveira (Centro de Referência de Assistência Social – Cras Fazendinha), Ianne Carvalho Nobre Moraes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae), Ernani Geovani de Sousa (Centro Social Mali Martin), Geraldo Leão (Associação Beneficente Lar Irmã Cecília), Valter Aparecido de Carvalho (Associação Defesa Famílias Fazendinha), Sandra Araújo, Djenane Cassimara Abreu (Associação Renascer Mylena Vitória), Jéssica Gonçalves da Cruz Oliveira (Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim), Jhonatan Fernandes de Oliveira (Associação Desportiva Portuguesa), Laís Alexandre da Silva, Maria Elena de Oliveira Faria, Clauder Vianini Cesar, Cleber Clauson Oliveira Pedreira (Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida), Artur Fernandes Gonçalves Filho (Fundação Educacional Professor José Gonela), Ruth Dias Pacheco, Juliana Marques Resende, Flávia Cândida Alves (Organização Vida Viva), Marisa de Souza Alves, Patricia Pinto Valadares, Erica Cristina da Silva França (Instituto Ser Feliz), Francisca Lilian Macena Ribeiro (Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores), Antônio Claret de Assis Junior (Instituto Social Acreditar e Lutar).

Proposta 171: Destinação de recursos que ofereçam flexibilidade para uso conforme as necessidades de cada associação, com foco especial no custeio da Apae Centro-Dia em Itamarandiba. O valor solicitado é de R\$180.000, que ajudará a cobrir principalmente o pagamento de pessoal, a maior dificuldade e gasto institucional.

Proposta 291: É fundamental garantir recursos para a implantação de centros-dia voltados para pessoas com deficiência e idosos. Recentemente, a Sedese apresentou uma proposta no Ceas para apoiar esses centros, mas é necessário um investimento mais robusto. A população brasileira está envelhecendo, e a assistência social deve criar alternativas que promovam a convivência Comunitária para essas pessoas."

Proposta 292: Ação 4431: É necessário aumentar o piso mineiro, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelos municípios na prestação dos serviços da proteção social básica, especialmente nos municípios de pequeno porte. Nesses locais, o Cras muitas vezes é o único equipamento público de assistência social, e a equipe é reduzida, sendo demandada a atender a todas as complexidades da assistência social. Portanto, é essencial considerar a formação de equipes de acordo com as necessidades específicas de cada município

Proposta 293: Precisamos assegurar um piso mínimo de financiamento de 1% da receita corrente líquida do orçamento do Estado para a área da Assistência Social. Nossa função na sociedade é fundamental: garantir direitos e dar visibilidade às minorias. No entanto, enfrentamos a falta de recursos adequados para desempenhar esse papel. Portanto, é imprescindível garantir um mínimo de financiamento para a política de assistência social.

Proposta 334: No município de Itaú de Minas necessita da instalação do Creas, o município está disposto a auxiliar e ser parceiro no custeio deste equipamento, porém é necessário que o estado também entenda a necessidade. Atendimento comprovado no lançamento dos RMAs e em conferências.

Proposta 399: A assistência social aos mais pobres é uma dinâmica que deve ser seguida por todos os gestores municipais, governantes Estaduais e Federais. A Qualidade de Vida deve ser total, plena e ampla a todos aqueles que recorrem a ajudas sociais. Nos municípios, de forma especial em Pitangui, ainda existem bairros com praticamente ZERO de assistência social, zero de assistência ao esporte para os jovens, zero saúde. Zero, quando se trata de dar espaço e encaminhar o jovem para o esporte de bairro, quando se trata de dar saúde aos enfermos zero quando os jovens deveriam trocar as ruas pelas quadras esportivas. É preciso refazer a política de interação dos jovens no meio social, a falta de empatia tem sido alarmante, uma vez que os gestores públicos, passam uma nata sobre as ruas esburacadas da cidade e deixam de permear a mudança interior e tão necessária. Não podemos ver isto como utopia, penso que cabe aos parlamentares, interagir na execução de recursos que são destinados a obras, o bem social, é preciso uma interação gigante dos parlamentares junto a sociedade, a corrupção dentro dos municípios tem sido alarmante, a justiça se cala diante das indicações políticas, talvez esteja na hora de repensarmos outro sistema de governo, um governo que tenha olhos para o social, para o menos favorecido.

Proposta 403: A assistência social deve ser um meio para aproximar as pessoas.

As associações sociais têm relevante papel na vida dos mais necessitados.

A liberação de emendas por parte dos Deputados frente a esta batalha de igualdade social é extremamente relevante.

Proposta 693: A proposta visa o aumento do valor de repasse e a garantia de pontualidade nos pagamentos dos projetos já existentes. O valor solicitado é de R\$120.000.

Proposta 695: A proposta busca prestar serviços e executar programas voltados para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, com foco na formação e capacitação de lideranças, conforme a Resolução Cnas nº 27/2011. O objetivo é capacitar membros dos conselhos municipais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos de liderança para que possam atuar de forma mais eficiente na participação e fiscalização de políticas públicas, além de fortalecer a defesa e garantia dos direitos sociais.

Meta física: ampliar em 550 pessoas capacitadas

Meta financeira: R\$96.000

Proposta 706: Proposta de implantação de equipe volante no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) Zilah Sposito, da região de Belo Horizonte que visa ampliar o acesso e a cobertura de serviços sociais essenciais. Com um valor de R\$100.000,00

Proposta 811: A proposta visa à ampliação da meta física e financeira da ação 4429, com o objetivo de qualificar e expandir a oferta de proteção social especial média complexidade, atendendo às necessidades dos usuários de forma flexível e complexa. A expansão incluirá a ampliação, manutenção e execução de unidades do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

O investimento necessário para essa expansão é de R\$2 milhões e aumento na meta física de 15 unidades.

Proposta 813: A proposta refere-se à manutenção e execução do Centro Dia da Pessoa com Deficiência, um projeto executado pelas Apaes do Estado de Minas Gerais e por outras OSCs.

O valor total necessário para a execução e manutenção do Centro Dia, com o acréscimo de 10 unidades, é de R\$2.400.000. Para a ampliação de 5 unidades, o valor será de R\$1.200.000, e para o acréscimo de 1 unidade, o investimento será de R\$240.000.

Proposta 815: A proposta visa à ampliação do acolhimento institucional para pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças, adolescentes, mulheres vítimas de violência e pessoas com dependência química. A expansão prevê a criação de 10 novas unidades, além das unidades já existentes, para atender a crescente demanda por serviços de acolhimento especializado.

O valor estimado para a implementação e ampliação desse acolhimento institucional é de R\$4.000.000.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 171: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Itamarandiba já possui sede e estrutura, mas enfrenta a necessidade de um transporte exclusivo, adaptado com rampa de acesso para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, a manutenção de profissionais para a execução dos serviços gera um custo elevado, que a associação não consegue arcar sozinha, mesmo contando com doações de pessoas físicas e jurídicas. É fundamental um olhar atento às necessidades das pessoas com deficiência.

Proposta 693: Com esse ajuste no aumento do valor de repasse e a garantia de pontualidade nos pagamentos, acredita-se que haverá uma significativa melhoria na execução dos programas. Isso proporcionará maior tranquilidade ao gestor, permitindo um melhor planejamento e a capacidade de cumprir com os compromissos assumidos. Com os recursos disponíveis de forma pontual e adequada, será possível entregar resultados mais eficientes à população.

Proposta 695: A proposta visa capacitar membros e lideranças dos conselhos de defesa e garantia de direitos, que muitas vezes não recebem orientação ou treinamento adequado sobre suas atribuições e responsabilidades. O objetivo é fortalecer a atuação desses conselhos, promovendo um melhor desempenho no exercício da cidadania e na implementação de políticas públicas. As capacitações irão abranger os seguintes pontos principais:

1. Assessoria política, técnica e financeira para os membros dos conselhos.
2. Disseminação de iniciativas e projetos inovadores voltados para a inclusão cidadã, com foco no enfrentamento da pobreza.
3. Estímulo ao desenvolvimento integral e sustentável das comunidades, com a organização de cadeias produtivas e ações voltadas para a geração de renda.
4. Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre seus direitos políticos e sociais.
5. Defesa de direitos já estabelecidos, garantindo que sejam respeitados e cumpridos.
6. Reivindicação pela construção de novos direitos, com base nas necessidades da população.
7. Formação político-cidadã dos grupos populares, para fortalecer a participação nas decisões políticas.
8. Desenvolvimento de ações de monitoramento e controle popular, com o objetivo de acompanhar o alcance de direitos socioassistenciais e identificar violações, exigindo do poder público a implementação de serviços e programas sociais.

Proposta 706: O Cras Zilah Sposito, que atende cerca de 12.000 famílias em quatro ocupações urbanas de Belo Horizonte, enfrenta dificuldades devido à limitada equipe de referência, o que compromete a eficiência da assistência social básica. A proposta de implantação de uma equipe volante visa expandir o atendimento e identificar famílias em extrema pobreza, muitas das quais não estão no Cadastro Único (CAD Único). Alinhada às normativas técnicas, essa equipe ampliará a cobertura e garantirá o acesso a direitos sociais, melhorando a efetividade do atendimento.

Proposta 811: Atualmente, existem diversas situações de vulnerabilidade social que exigem a atuação da proteção social especial de média complexidade, como os serviços oferecidos pelo Creas e pelo PAEFI (Programa de Atenção Integral à Família). Esses serviços são fundamentais para ampliar os atendimentos, aproximando os usuários e garantindo os seus direitos, com foco em reduzir as vulnerabilidades e fortalecer as famílias e indivíduos atendidos.

Dessa forma, há uma necessidade urgente de ampliação do cofinanciamento dos Creas existentes. Esse aumento de recursos é essencial para garantir o pagamento de funcionários, equipes e a manutenção dos equipamentos necessários, além de assegurar a

continuidade e a qualidade dos serviços prestados. A ampliação do cofinanciamento também contribuirá para o fortalecimento da estrutura de atendimento e a expansão da capacidade de atender mais usuários de forma eficaz.

Proposta 813: O Centro Dia, as Apaes e outras instituições correlatas nos municípios normalmente operam com financiamento próprio. Em 2024, houve um pequeno financiamento pontual, mas para 2025, é crucial garantir um recurso contínuo de manutenção. Esse financiamento contínuo é essencial para assegurar o pagamento dos custos operacionais, a oferta dos serviços e o atendimento adequado às pessoas com deficiência em diversas situações de vulnerabilidade.

A manutenção contínua do financiamento permitirá que essas instituições garantam os direitos das pessoas com deficiência, promovam sua inclusão social, e as ajudem a sair do isolamento. Com isso, será possível melhorar sua qualidade de vida e, a médio e longo prazo, prevenir a necessidade de acolhimento institucional. A ação preventiva, focada na inclusão, no cuidado e na autonomia, é fundamental para evitar que essas pessoas sejam encaminhadas para instituições de longa permanência, além de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Proposta 815: As ações dos CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) são essenciais para atender pessoas em vulnerabilidade, como crianças, adolescentes, mulheres vítimas de violência e pessoas com deficiência, oferecendo acolhimento, proteção e reintegração social. Dada a crescente demanda nos municípios, há uma necessidade de ampliar a capacidade física e financeira dos CREAS, com mais vagas, novos serviços e melhorias nos existentes.

A judicialização é uma questão recorrente, pois muitos casos de violência e negligência são encaminhados ao sistema judiciário, o que pode agravar as situações devido à demora nos processos e à sobrecarga do sistema. Por isso, é crucial ampliar o número de vagas e fortalecer os serviços de acolhimento e apoio, incluindo atendimentos psicológicos, jurídicos e sociais, para garantir a proteção integral dos direitos das pessoas atendidas.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 114/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 124 – Promoção do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Priscila Barbosa dos Santos (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus Avançado do Mucuri), Maria Rosa Jané I Pujol (Comunidade Beira-Rio), Vanuza Gonçalves Dias, Marcelo Pereira de Jesus (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg – Delegacia Regional), Evany Andrade do Nascimento (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), Luiz Roberto Andrade Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Maria do Carmo da Silva, Leiliane Pereira dos Santos Soares (Câmara Municipal de Jaíba), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Adenilson Ferreira de Aquino (Câmara Municipal de Japonvar), Maria do Rosário Oliveira Costa, Bruna Adrielle Nunes Barbosa (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Ediran Pereira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Thiago Salles Teixeira (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), João Medeiros Neves (Prefeitura Municipal de Francisco Dumont), Edmar Araújo Cravo (Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho), Ênio da Paixão Ferreira da Cruz (Câmara Municipal de Luislândia), Bárbara Poliana Duarte Fonseca (Prefeitura Municipal de Francisco Dumont), Marcos Alexander Arruda Campos, João Batista da Silva, Ramon Rodrigo Teixeira Oliveira, José Aídson Alves Rodrigues, Patrícia Junia Ribeiro (Câmara Municipal de

Luislândia), Maria Assis Santos Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), Paulo Luiz Queiroz De Andrade (Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia), José Idelbrando Ferreira de Souza (Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia), Vera Lúcia Gonçalves Dias Moreira (Sindicato dos Produtores Rurais de Brasília de Minas), José Naldo Anastácio Ribeiro, Gilvaney Jackson da Silva Oliveira, Geraldo Elcio do Socorro (Associação Artesanal e Social do Norte de Minas), Ronei Pereira da Silva, Reginaldo Ferreira de Oliveira (Câmara Municipal de Jaíba), Thayná Aparecida Oliveira Almeida.

Proposta 183: Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar do município de Almenara, com atenção às comunidades quilombolas e ribeirinhas, visando garantir a permanência da população nas áreas rurais. Apoio à mecanização de agricultura familiar, com aquisição de tratores, kits de irrigação e com a oferta de assistência técnica.

Acréscimo na meta financeira estimado em R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Proposta 376: Carimbar R\$150mil para reforma e adequação sanitária e mecanização agrícola da casa de produção coletiva utilizada para a produzir rapadura da Comunidade Tradicional Geraizeira do Moreira.

Proposta 844: Implantação de tecnologias sociais de reaproveitamento das águas residuais descartadas nas residências, por meio do tratamento e armazenamento para pequenas irrigações. A água passa por três estágios de tratamento e, em seguida, é bombeada por uma bomba hidráulica de pequeno porte, alimentada por energia fotovoltaica. "Sistema de tratamento de água residual e utilização na agricultura. Público-alvo: Povos indígenas e comunidades tradicionais (zona rural)

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 183: A ideia do programa é o fortalecimento da agricultura familiar e também das comunidades ribeirinhas e quilombolas. É preciso dar condições para manter o homem e a mulher e os jovens no campo. Os agricultores hoje têm dificuldades de produzir para manter as entregas para os programas Pnae e PAA. Não falta vontade de trabalhar, mas falta incentivo, afinal não se produz mais na enxada e no enxadão.

Proposta 376: Programa 124, ação 4516. Proposta de reforma e adequação sanitária para melhoria de casa de produção coletiva utilizada para a produzir rapadura da Comunidade Tradicional Geraizeira do Moreira, visando o desenvolvimento socioeconômico regional, comunitário e a produção sustentável, e também a contribuição para a permanência de jovens e famílias na comunidade, evitando o êxodo rural. Diante do exposto, a proposta vem de encontro com o desejo da comunidade de produzir e agregar valores sustentáveis à sua forma de produção e de garantir o sustento das famílias que aqui vivem, fortalecendo o espírito coletivo que aqui já existe. A proposta também surge da necessidade da comunidade de se adequar à realidade da escassez hídrica e é importante ressaltar que essa atividade exige pouco consumo de água. Visando a melhoria, se faz necessário o requerimento de 150.000,00 para a reforma, adequação e mecanização agrícola.

Proposta 844: Experiências recentes do centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, têm demonstrado a potências da reutilização de águas residuais residenciais, para uso na agricultura. Considerando a situação hídrica crítica no Norte de Minas, as experiências prática de uso de tal tecnologia social vêm demonstrando que o volume de água descartada é significativo e o suficiente para enriquecimento da produção em quintais, incluindo frutíferas, hortaliças e pequenos animais.

De tal maneira, a tecnologia contribui para a não contaminação dos lençóis freáticos, utilização de pequenos sistemas de irrigação com uso racional otimizado, emprego de energia limpa (fotovoltaica), perspectiva de manutenção da segurança alimentar e geração de renda.

A tecnologia possui valor unitário médio de R\$8.000,00, ao qual pode ter o valor ajustado conforme a realidade de cada família.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 115/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 81 – Desenvolvimento Sustentável da Infraestrutura Rodoviária –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Junior José da Silva, Maicon Douglas dos Santos Silva (Secretaria Municipal de Cultura e Turismo), Helena Rosmaninho Alves Moreira Gonçalves (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Renato Antônio Amaral Oliveira (Centro de Referência dos Cultos Afro Brasileiros do Norte de Minas), Igor Anezio Ramos Oliveira (Prefeitura Municipal de Campo Azul), Sivaldo Ribeiro dos Santos (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Gilvanita Alves Serpa Dantas (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Evay Vilella Lisboa t, Rafael Moreira Gonçalves (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Stefanny Oliva (Prefeitura Municipal de Varzelândia), Patrícia Santos Melo, Ismenia Aparecida de Oliveira (Associação Bocaiuvense de Artesãos), Maria Assis Santos Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), José Batista Junior (Roça Boiadeiro Volta Grande), Elis Medrado Viana (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), Elcione Oliveira Niza (Associação Comunitária dos Artesãos e Artistas de Monte Azul), Maria Aparecida Ferreira Paz Souza (Associação Quilombola de Lapinha), Flávio Mendes Ferreira (Câmara Municipal de Luislândia), Nadyla cristianny Gonçalves Silva, Anelito Pereira de Oliveira (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Amâncio Oliva Neto (Prefeitura Municipal de Varzelândia), José Leandro de Freitas, Matheus Dessimoni Salgado (Associação Sul Mineira de Apicultores), Joaquim Borges Filho (Associação Sul Mineira de Apicultores), Carlos Cesar Teodoro de Azevedo (Câmara Municipal de Camanducaia), Conrado Gomes de Souza (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Ana Luiza Guimarães de Oliveira, Marina Gomes dos Santos (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Jose Adão Rodrigues Pereira, Maria Aparecida Gomes, Agostinho Genesco Leão (Associação Beneficente Lar Irmã Cecília), Gleiciane Meira Gomes Alves, João Marques de Oliveira, Euripdes Victor Mendes (Prefeitura Municipal de Itamarandiba), Leandro Jesus Maia, José Ricardo Simões Silva (Associação Comunitária Trupe de Brasília de Minas), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros), Silvana Fagundes e Andrade (Câmara Municipal de Josenópolis), Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Maria do Socorro Pereira (Associação de Artesãos Mãos que Criam), Maria Lendina Santos Lalderci, Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea), Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Ramon Fernando Noronha de Moraes (Câmara Municipal de Bocaiuva), Natalice Alves de Almeida, Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos), Angelica de Santana Rocha, Vera Lúcia de Souza (Associação Beneficente Nosso Lar), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Sueli Rodrigues Pereira (Pastoral da Criança), Adenízio Pereira de Siqueira (Escola Estadual Maria Beltrão de Almeida), Helen Clesia Souza, Márcio Pereira Da Costa, Emerson Luan Ramos Oliveira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro), José Naldo Anastácio Ribeiro, Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Deyse Roberta Santos Veloso (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola de Educação Especial Professor Nelson D'Ávilla Neves), Maurilio Salgado Santos, Vilma Pereira Santos (Associação dos Amigos De Camarinhas), Maykon Vinícius Teixeira da Silva (Monte Azul Esporte Clube), Lucas dos Reis Teixeira (Cooperativa dos Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas), Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara

Albuquerque Costa), Valdirene Alves Pimenta (Secretaria Municipal da Educação), Maria do Rosário Oliveira Costa, Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Sergio Hirle de Souza, Sérgio Alves Cordeiro (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte).

Proposta 208: Projeto de pavimentação da MG-214. Importante estrada que liga os municípios de Capelinha, Itamarandiba e Senador Modestino Gonçalves, além de comunidade e distritos.

- Acréscimo de meta física: 100km de projeto
- Acréscimo de meta financeira: R\$5.000.000,00
- Regionalização: Senador Modestino Gonçalves/Itamarandiba/Capelinha

Proposta 209: Pavimentação asfáltica que interliga as cidades de Itamarandiba e Aricanduva.

- Acréscimo de meta física: 18km
- Acréscimo de meta financeira: R\$27.000.000,00

Proposta 241: PROGRAMA 081 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA: AÇÃO: 4530 – OPERAÇÃO VIÁRIA E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO. Unidade Responsável: Seplag. A inclusão nesta ação, a destinação de pelo menos (50) Servidores de outras Secretarias, Fundações, Autarquias do Poder Executivo Estadual, para trabalhar como Fiscal de Transporte do DER-MG, exclusivamente na RMBH. Uma solução emergencial, até a realização do Concurso Público e nomeação dos aprovados para Fiscal de Transporte.

Proposta 242: PROGRAMA 081 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA. AÇÃO NOVA: MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DO DER-MG Unidade responsável: DER-MG Finalidade: Promover a modernização da Fiscalização do DER-MG, através do desenvolvimento de um aplicativo exclusivo para o trabalho dos Fiscais de Transporte que atuam exclusivamente na RMBH Produto: O desenvolvimento do aplicativo Público-Alvo: Servidores ou Usuários do Transporte Público. Estou na dúvida. Território: RMBH Meta física: 01/2025 (primeiro semestre do ano). Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e do DER-MG. O desenvolvimento de um aplicativo exclusivo para o trabalho dos Fiscais de Transporte que atuam na RMBH, com a fiscalização do transporte público metropolitano.

Proposta 243: PROGRAMA 081 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA AÇÃO NOVA: CONCURSO PÚBLICO DO DER-MG Unidade responsável: DER-MG e Seplag. Finalidade: Atender a uma demanda antiga e histórica com relação ao baixíssimo número de Fiscais de Transporte do DER em todo o Estado, mais principalmente na RMBH Produto: A realização do Concurso Público Público-Alvo: Servidores ou Usuários do Transporte Público. Estou na dúvida. Território: Todas as regiões do Estado de Minas Gerais Meta física: 01/2025 (primeiro semestre do ano). Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da Seinfra. É mais que urgente, eu diria que é extremamente URGENTE, que o DER-MG, faça a realização do Concurso Público para Fiscal de Transporte, para atuar em todas as regiões do Estado de Minas Gerais. Pois a situação é bastante caótica. Concurso Público para (200) vagas no mínimo para atuar exclusivamente na RMBH. Com relação as demais regiões do Estado que também necessita de novos Fiscais de Transporte, eu não tenho ideia de quantos Fiscais de Transporte sejam necessário para cada região. Neste caso deixo a cargo dos Técnicos da ALMG e do DER-MG. Mas gostaria de enfatizar, para que na proposta da nova ação, que deixem separado o número de vagas de Fiscais de Transporte para cada região do Estado. Exemplo: RMBH (200) vagas. Triângulo: (XX) vagas. Governador Valadares e região (XX) vagas, etc....

Proposta 250: PROGRAMA 081 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA AÇÃO NOVA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA ESTRADA ESTADUAL SABARÁ– BR 381. Finalidade: pavimentação desta importante estrada estadual, inclusive será essencial como rota alternativa para a caótica BR 381 MG, ainda mais quando se iniciar as

obras de duplicação, previstas para o primeiro semestre de 2025. Produto: Estrada pavimentada. público-alvo: População Mineira. Meta física: 01/2025. 01/2026. Meta financeira de 2025 e 2026: Deixo a cargo dos técnicos da ALMG e do DER-MG. A conclusão do projeto, e principalmente da pavimentação dos cerca de (12) KM da Estrada Estadual que liga a Sede do Município de Sabará a BR 381 na região do Distrito de Ravena/Sabará. A conclusão do projeto, e principalmente da pavimentação asfáltica com recursos próprios do Governo de Minas Gerais, ou com os recursos do acordo do rompimento da Barragem de Mariana de 2015.

Proposta 330: AÇÃO: 4268 – AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA MALHA VIÁRIA.

UNIDADE RESPONSÁVEL: 2301 – DER-MG.

RODOVIA MG-424: Recentemente o Deputado Douglas Melo (PSD-MG) propôs a inclusão da duplicação da rodovia MG-424 no Acordo de Mariana assinado em 2024. Dessa forma solicito a ALMG e ao Governo do Estado de Minas Gerais a inclusão da rodovia MG-424 no PPAG 2025 e a destinação de recursos públicos para a duplicação total de todo o trecho da rodovia. A MG-424 é uma importante rodovia que integra cidades da região metropolitana ao aeroporto de Confins e também serve como trajeto para acesso à BR-040 e as cidades das outras regiões do estado como por exemplo o Norte de Minas. O trânsito atual na rodovia é muito intenso e além dos riscos de acidentes aumenta bastante o tempo de viagem. Dessa forma a duplicação da rodovia é muito necessária para a região metropolitana de BH.

Proposta 445: 114 – INFRAESTRUTURA RURAL E AGRICULTURA

SUSTENTÁVEL

Unidade responsável: 1231 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Ação 4419 – Estradas e Infraestrutura Rural:

Gostaria de propor que a estrada rural de acesso ao distrito Aristides Batista – Coração de Jesus / MG fosse asfaltada. Essa estrada liga o distrito Nova Esperança – Montes Claros / MG ao distrito Aristides Batista em Coração de Jesus – MG e é muito utilizada pelos moradores desse distrito em Coração de Jesus e dos demais distritos da cidade para chegar até Montes Claros – MG. A área rural de Coração de Jesus – MG possui mais de 8.000 habitantes e não recebe investimentos do estado há muitos anos. O trecho a ser asfaltado tem aproximadamente 25km e necessita apenas de adequações na terraplanagem e asfalto o que torna a obra de baixo custo para o governo.

Coordenada geográfica do local: -16.618992682538327, -44.0551693494094

Proposta 486: Asfaltamento da MG-308. Início município de Itacambira, passando por Bocaiuva, finalizando no município de Turmalina. Essa obra tem uma relevância enorme, pois irá ligar o norte de Minas ao médio e baixo Jequitinhonha, bem como ao sul da Bahia. Além disso, vai potencializar o desenvolvimento do turismo. É preciso de imediato garantir recursos para a elaboração do projeto pelo DER.

Acréscimo de meta física: 1

Acréscimo de meta financeira: R\$5.000.000,00

Proposta 936: Que o estado conceda um apoio aos municípios para a pavimentação de todas as estradas rurais. Como fazer isso: o município levanta o que gastou nos últimos anos com manutenção e organize uma licitação, privatizando a manutenção com 20 anos, solicitando da licitante um asfaltamento de parte das estradas.

Novo objetivo: Conceder processo licitatório por 20 ou 30 anos para asfaltamento e melhorias das estradas rurais.

Nova finalidade: Já existe o gasto anual com manutenção das estradas rurais, conceder um processo mais barato e viável para o município.

Novo público-alvo: Produtores rurais

Região: Sul de Minas Gerais e demais regiões.

Proposta 939: Cascalhamento de estradas vicinais (estradas de rodagem) em especial estradas onde trafegam o transporte escolar em Josenópolis

Acréscimo de meta física: a definir

Acréscimo de meta financeira: a definir

Região: Montes Claros (Josenópolis)

Proposta 942: Construção de ponte de acesso às comunidades quilombolas de Pedras de Maria da Cruz, sendo 3 pontes no córrego do São Pedro. Realização Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz.

Público-alvo: Quilombolas de Maria da Cruz

Acréscimo de meta física: 03

Acréscimo de meta financeira: R\$600.000,00

Região: Intermediária Montes Claros

Proposta 945: Desenvolvimento do aplicativo de fiscalização do DER-MG, voltado para os fiscais do DER-MG, para agilizar, facilitar e ampliar o trabalho da fiscalização do DER-MG, no transporte público metropolitano e intermunicipal.

Acréscimo de meta física: 01

Acréscimo de meta financeira: o DER-MG vai definir.

Proposta 957: Pavimentação de via no município de Sabará, na Av. Country Clube, trecho de 3 km de terra. A via faz ligação do município de BH a Sabará. Neste trecho tem atendimento da linha 9030 – Castanheira.

Público-Alvo: Moradores do bairro Castanheira, no município de Sabará.

Proposta 958: Pavimentação da rua Sete, próximo à Av. Tocantins, no município de Ribeirão das Neves. A via é itinerário de linha de ônibus, linha 3502B. Bairro Trevo.

Público-Alvo: Moradores da região citada.

Proposta 933: Pavimentação asfáltica para a BR-214, ligando o norte de Minas ao Vale do Jequitinhonha.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 208: O projeto é o primeiro passo para o tão sonhado asfaltamento da MG-214. Essa importante estrada de responsabilidade do Estado encontra-se em péssimas condições. Não há um cronograma concreto de manutenção, tampouco expectativa de asfaltamento.

As terríveis condições da MG-214, além de gerarem inúmeros prejuízos aos cidadãos que a utilizam, impedem o desenvolvimento de uma região com inúmeros potenciais econômicos.

As péssimas condições prejudicam inclusive o escoamento da produção agrícola da região. Os produtores rurais seguem sofrendo prejuízos incontáveis devido à condição precária das estradas.

É impossível pensar o crescimento e a potencialização dos nossos produtores sem estradas dignas que permitam o acesso e a ligação entre quem produz e quem consome. Sejam os produtores da agricultura familiar, os produtores de leite ou as madeiras, todos sofrem com a terrível condição da MG-214.

A MG-214 é fundamental para a nossa existência. Nos negar estradas em condições transitáveis é, também, nos negar saúde e atendimentos de urgência e emergência nas cidades de referência regional. Logo, além da agricultura, queremos e precisamos exigir e ter garantido nosso acesso à saúde.

Proposta 209: Levando em consideração que já se tem pavimentação asfáltica de Itamarandiba até Contrato, falta apenas 18 km para a interligação do distrito de Contrato até a comunidade Brejão no município de Aricanduva. Visto que nesta estrada trafegam caminhões de madeira e transporte de leite, sendo grande economia do município. Mas os produtores rurais estão cada vez mais desmotivados diante do grande prejuízo que estão tendo, por dificuldade de acesso. Toda a população da zona rural tem sérias dificuldades para acessar o sistema do município como um todo. Como Aricanduva é uma cidade que não tem hospital, o acesso ao tratamento de saúde é na cidade de Itamarandiba.

Em resumo, o asfaltamento que em termos financeiros ocupa menor porte, consolida uma dinâmica de melhoria aos agricultores familiares no escoamento de seus produtos. Na mesma forma tem fundamental importância para o município em virtude de interligação em cidades estratégicas na área de saúde que são consideradas centros de referência, como por exemplo Diamantina e Montes Claros, etc.

Proposta 241: O baixo número de Fiscais de Transporte do DER-MG na RMBH, é um problema que não pode esperar mais. É preciso que o Governo de MG tome medidas a curto prazo para amenizar este problema. Neste sentido, a destinação destes (50) Servidores no mínimo será de grande importância para o trabalho da Fiscalização do DER-MG na RMBH. Inclusive a uns 3 anos atrás o próprio Governo de MG destinou cerca de 15 Servidores da MGS para atuar como Fiscal de Transporte do DER-MG, ou seja, essa proposta já ocorreu cerca de 3 anos atrás. E agora novamente precisa ser feita, até a realização do Concurso Público e nomeação dos aprovados para Fiscal de Transporte.

Proposta 242: Ainda hoje, os Fiscais de Transporte quando realizam o registro da autuação com relação ao transporte público metropolitano, utilizam-se de folhas em papel. Algo que atrasa, dificulta e burocratiza demais o trabalho dos Fiscais de Transporte. É preciso desenvolver um aplicativo, para dar maior agilidade ao trabalho dos Fiscais de Transporte no registro e lançamento dos registros de autuação do transporte público metropolitano. Inclusive ter um sistema que permite o complemento as informações do registro da autuação mediante gravação de áudio, que no aplicativo se transforma em texto. Facilitando e proporcionando maior rapidez e eficiência ao trabalho dos Fiscais de Transporte. Com tanta tecnologia disponível, é mais do que necessário modernizar a Fiscalização do DER-MG.

Proposta 243: É o Concurso Público mais importante a ser realizado pelo Governo de MG dos últimos anos, tendo em vista o baixo número de Fiscais de Transporte em todas as regiões do Estado de MG, principalmente na RMBH, onde a um tempo atrás eram apenas (13) Fiscais de Transporte para fiscalizar o transporte público metropolitano, o transporte público intermunicipal, o transporte clandestino, o táxi metropolitano, as rodovias estaduais que cortam a RMBH, a Rodoviária de BH, o ponto de apoio no Aeroporto de Confins. Ou seja, é humanamente impossível que este baixo número de Fiscais de Transporte na RMBH deem conta de todo esse volume de trabalho. O projeto do Estado em resolver o problema, a partir do Programa RMBH Fiscaliza, não deu certo, porque não resolveu estruturalmente os problemas da fiscalização do transporte público metropolitano. E basta verificar a realidade para comprovar. O Programa não pode ser visto como solução estrutural, e sim como solução complementar. A solução estrutural sempre foi e continua sendo, o aumento permanente do número de Fiscais de Transporte do DER-MG, para atuar exclusivamente na RMBH, através da realização do Concurso Público em caráter de urgência.

Proposta 250: Desde 2015 venho solicitando, e reiterando a solicitação no PPAG Estadual, da pavimentação asfáltica dos cerca de 12,9 KM da Estrada Estadual que liga a Sede do Município de Sabará a BR 381 na região do Distrito de Ravena/Sabará. Trata-se de uma estrada extremamente importante, como desvio alternativo à caótica BR 381 no trecho entre Ravena/Sabará até BH, que sempre está congestionada. E até mesmo para o futuro com a concessão e principalmente duplicação do lote 8 da BR 381 MG

(Caeté a BH), que sem a existência de um desvio será um caos ainda maior. Destaco ainda a importância da pavimentação asfáltica desta Estrada Estadual para uma maior eficiência operacional das linhas dos sistemas de transporte público metropolitano, municipal, intermunicipal e interestadual, que trafega diariamente por esse trecho caótico de trânsito da BR 381 MG, e que devido à ausência de uma rota de desvio ficam cada vez mais presos nesses congestionamentos quilométricos. Ou seja, a pavimentação desta Estrada Estadual têm inúmeras vantagens e benefícios a Sociedade, inclusive consta no Plano de Mobilidade da RMBH (ainda em andamento), como de grande relevância a sua pavimentação asfáltica. Vejo que é o momento do Governo do Estado de Minas Gerais, promover a pavimentação asfáltica desta Estrada Estadual, que como justifiquei acima tem inúmeras justificativas e necessidades. É um sonho antigo ver essa estrada estadual pavimentada. Observação: A Estrada Estadual que liga a Sede do Município de Sabará a BR 381 na região do Distrito de Ravena/Sabará, não é a mesma Estrada Estadual MGC 262 que liga os Municípios de Caeté/Sabará/BH. São Estradas Estaduais diferentes.

Proposta 486: Essa estrada é uma importante via de acesso para interligar vários municípios do norte de Minas ao Vale do Jequitinhonha. Irá solucionar grandes gargalos na área da saúde para a locomoção de pacientes. Além disso, vai desenvolver o turismo local e regional. Como, também, irá atrair o investimento privado na geração de emprego e renda. Uma obra dessa natureza irá impactar diretamente na vida de seis municípios, com uma população estimada em mais de um milhão de pessoas.

Proposta 936: 1) Redução de custos para o município

2) Melhoramento dos serviços

3) Processo limpo e transparente

4) Não faltará maquinário ou matéria prima

Proposta 939: Os cascalhamentos serão para as rotas do transporte escolar em todo município, pois onde há transporte escolar, as estradas de rodagem são muito ladeiras (declive alto). Por isso, na época das chuvas, o transporte escolar fica interditado e até mesmo os moradores não conseguem trafegar.

Os valores quanto à meta física e financeira são a definir, pois a quilometragem das estradas é bem extensa.

Cidade de Josenópolis.

Proposta 942: As pontes de acesso que leva os moradores das comunidades são de péssima qualidade e sem condição de uso.

Proposta 945: A inovação tecnológica avança cada vez mais em todas as áreas, inclusive no transporte público. É inegável que em pleno 2024, o trabalho de fiscalização manual, ainda com a utilização de papel do DER-MG, no transporte público metropolitano e rodoviário intermunicipal, tornou-se de uns anos para cá, ineficiente, burocrático, pouco produtivo. Basta analisar a realidade vivenciada pelos usuários destes serviços públicos, diariamente noticiados na mídia tradicional, além das redes sociais, dos inúmeros problemas que os passageiros passam diariamente. A realidade mostra e comprova todos os dias, que é preciso que o governo de Minas Gerais, através do DER-MG modernize todo o trabalho de fiscalização do DER-MG, através do desenvolvimento do aplicativo voltado para os fiscais e fiscais assistentes, para a realização do trabalho de fiscalização do transporte público metropolitano, e rodoviário intermunicipal, inclusive para geração das notificações e autos de infração. Esse aplicativo já era para ter sido criado já a alguns anos. É preciso tirar o atraso e avançar na modernização da fiscalização do transporte público municipal e rodoviário intermunicipal.

Proposta 933: Essa pavimentação vai ligar seis municípios: Montes Claros, Juramento, Itacambira, Bocaiuva, Turmalina e Guaraciama.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 116/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 117 – Mobilidade, Transportes e Logística –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega, Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Maria do Socorro Pereira (Associação de Artesãos Mãos que Criam), Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Maria Lendina Santos Lalderci, Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros), Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea), Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Ramon Fernando Noronha de Moraes (Câmara Municipal de Bocaiuva), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Natalice Alves de Almeida, Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos), Angelica de Santana Rocha, Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Vera Lúcia de Souza (Associação Beneficente Nosso Lar), Sueli Rodrigues Pereira (Pastoral da Criança), Adenízio Pereira de Siqueira (Escola Estadual Maria Beltrão de Almeida), Helen Clesia Souza, Márcio Pereira Da Costa, Emerson Luan Ramos Oliveira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro), José Naldo Anastácio Ribeiro, Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Deyse Roberta Santos Veloso (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola de Educação Especial Professor Nelson D'Ávilla Neves), Maurilio Salgado Santos, Vilma Pereira Santos (Associação dos Amigos de Camarinhas), Maykon Vinícius Teixeira da Silva (Monte Azul Esporte Clube), Lucas dos Reis Teixeira (Cooperativa dos Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas), Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara Albuquerque Costa), Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Sergio Hirle de Souza, Sérgio Alves Cordeiro (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte), Paulo Henrique Lopes de Amorim (Laboratório TREM (Transportation Research & Environmental Modeling) – UFMG), Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega (Instituto de Geociências da UFMG), Junior José da Silva.

Proposta 239: PROGRAMA 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA.

AÇÃO NOVA: SUBSÍDIO DO TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO

Unidade responsável: Seinfra e Seplag.

Finalidade: Proporcionar um melhor equilíbrio econômico dos contratos do transporte público metropolitano, concretização do Bilhete Único Metropolitano com integrações tarifárias entre os sistemas de transporte público gerenciados pela CBTU-BH, Seinfra, BHTrans/Sumob.

Produto: Estou na dúvida, peço ajuda dos técnicos da ALMG

Público-Alvo: Usuários do Transporte Público Metropolitano

Território: RMBH

Meta física: 02/2025. Meta física: 02/2026. Meta física: 02/2027. Meta física: 02/2028. Meta financeira: R\$  
\_\_\_\_\_ 2025. R\$ \_\_\_\_\_ 2026. R\$ \_\_\_\_\_ 2027. R\$ \_\_\_\_\_ 2028.

Deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da Seinfra os valores referentes à meta financeira desta nova ação.

Proposta 240: PROGRAMA 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

AÇÃO: 4290 – MELHORIA DA MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM MINAS GERAIS.

Incluir na ação, a instituição da Governança Metropolitana da Mobilidade Urbana da RMBH por níveis: Primeiro nível: Seinfra, CBTU, BHTrans; Segundo nível: Seinfra, CBTU, BHTrans, Prefeitura de Sabará, Prefeitura de Contagem, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Santa Luzia, Prefeitura de Ribeirão das Neves, Prefeitura de Ibirité; Seinfra, CBTU, BHTrans, Prefeitura de Sabará, Prefeitura de Contagem, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Santa Luzia, Prefeitura de Ribeirão das Neves, Prefeitura de Ibirité, demais Prefeituras que possuem sistemas de transporte público.

Proposta 244: PROGRAMA 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

AÇÃO NOVA; CONCURSO PÚBLICO Seinfra

Unidade responsável: Seinfra e Seplag.

Finalidade: Atender a uma demanda da Secretaria com relação ao baixo número de Servidores, que atuam com a Gestão do Transporte Público Metropolitano

Produto: A realização do Concurso Público

Público-Alvo: Servidores ou Usuários do Transporte Público. Estou na dúvida.

Território: RMBH Meta física: 01/2025

Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da Seinfra A realização do Concurso Público com (20) vagas para Técnico em Transporte Público, e (05) auxiliar de escritório. Para atuar exclusivamente na Superintendência de Transporte Intermunicipal e Metropolitano, especialmente na Diretoria de Gestão do Transporte Metropolitano da RMBH.

Proposta 245: PROGRAMA 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

AÇÃO: 4290 – MELHORIA DA MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM MINAS GERAIS.

Unidade Responsável: ALMG, mais precisamente Comissões de Participação População e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

A inclusão de (02) dois Representantes titulares, e (02) dois Suplentes dos Usuários do transporte público metropolitano e intermunicipal, no Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano da Seinfra, mediante a elaboração de uma nova Resolução, sob responsabilidade da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mais precisamente das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Participação Popular.

Proposta 246: PROGRAMA 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA.

AÇÃO: 4290 – MELHORIA DA MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM MINAS GERAIS.

Incluir na ação, a maximização dos pontos de recarga em todos os Municípios da RMBH, com foco nos diversos bairros, por onde circulam as linhas do transporte público metropolitano. Ainda dentro do tema, é fundamental dar sequência na realização dos estudos técnicos, e posteriormente nos testes operacionais, visando a variação e modernização na forma de pagamento das tarifas nos validadores dos ônibus do transporte público metropolitano, nas estações e terminais do Move Metropolitano, através do pagamento via cartões de débito e crédito por aproximação, PIX, QR code, Smartphone.

Proposta 247: PROGRAMA 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA.

AÇÃO: 4290 – MELHORIA DA MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM MINAS GERAIS.

Região Intermediária de Belo Horizonte

O aumento da meta financeira: Em (2025) de R\$128.112.451 para R\$130.200.200; Em (2026) de R\$37.440 para R\$2.000.000; Em (2027) de R\$38.938 para R\$2.500.000; Em (2028) de R\$40.495 para R\$3.000.000.

Alterar o nome da AÇÃO, proposta: GESTÃO DO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS

Proposta 248: PROGRAMA 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA.

AÇÃO NOVA: Bilhete Único Metropolitano.

Unidade Responsável: Seinfra.

Finalidade: Melhoria efetiva no transporte público na RMBH, mediante o aumento na qualidade, além de materializar o direito constitucional ao transporte. E tirar do papel uma proposta que consta no PlanMOB-RMBH. Finalidade: Bilhete Único Metropolitano implantado.

público-alvo: População da RMBH.

Meta física: 01/2025.

Meta financeira: Deixo a cargo dos técnicos da ALMG e da Seinfra.

Região Intermediária de Belo Horizonte.

A implementação do Bilhete Único Metropolitano, com integrações tarifárias, em todos os sistemas de transporte público da RMBH, principalmente do transporte público metropolitano gerenciado pela Seinfra, o transporte público municipal gerenciado pela BHTRANS, e o Metrô gerenciado pela CBTU.

Proposta 286: Programa 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTE E LOGÍSTICA

AÇÃO 4290 – MELHORIA DA MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM MINAS GERAIS;

Incluir na ação a retomada da emissão dos cartões de gratuidade dos Idosos e Pessoas com Deficiência no Transporte Público Rodoviário Intermunicipal.

Proposta 287: Programa 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTE E LOGÍSTICA

AÇÃO 4290 – MELHORIA DA MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM MINAS GERAIS

Incluir na ação, que haja a reserva da passagem (gratuidades) no site oficial das Concessionárias do Transporte Público Rodoviário Intermunicipal, para os Idosos e Pessoas com Deficiência.

Proposta 288: Programa 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTE E LOGÍSTICA

AÇÃO 4290 – MELHORIA DA MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM MINAS GERAIS;

Incluir na ação que o DER-MG realize a fiscalização e o monitoramento contínuo, inclusive com publicação de relatórios semestralmente no site oficial da Seinfra, para que a Lei Estadual que garante aos Idosos e Pessoas com Deficiência a gratuidade, seja cumprida integralmente pelas Concessionárias do Transporte Público Rodoviário Intermunicipal.

Proposta 367: Com relação a chegada dos 850 novos ônibus do transporte público metropolitano, sendo 600 adquiridos pelo Governo de Minas e 250 pelos Consórcios, é fundamental além desta renovação da frota, que tenhamos investimentos prioritários na melhoria do pavimento por onde circulam os ônibus Metropolitano. Dessa forma torna-se necessário que a ALMG encaminhe um pedido de providências endereçado as 34 Prefeituras da RMBH, para que priorizem a pavimentação e principalmente a manutenção do pavimento por onde circulam os ônibus do Transporte Público Metropolitano.

Proposta 417: A inclusão de representantes dos Usuários dos sistemas de transporte público metropolitano e rodoviário intermunicipal, Projeto de Lei Nº 2967/2024, e no próprio CT – Conselho de Transporte da Seinfra, é essencial e necessário. Como falar em transporte público sem a participação de representantes dos Usuários?

Os Usuários dos serviços públicos de transporte público coletivo além de registrem as sugestões e reclamações, é essencial que tenham espaços fixos no Governo de Minas, na construção dos sistemas de transporte público que tenham qualidade, eficiência e segurança, atendendo assim às necessidades da População do Estado.

Dessa forma encaminho essa demanda para a análise da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, além da Consulta Pública de revisão da PPAG da ALMG.

É necessário incluir no art. 74 do referido Projeto de Lei Nº 2967/2024, o inciso VIII – dois conselheiros, Usuários do Transporte Público Metropolitano e Rodoviário Intermunicipal.

Art. 74 – O art. 5º da Lei Delegada nº 128, de 25 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º – O CT, órgão colegiado de natureza deliberativa, normativa e consultiva da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra, tem a seguinte composição:

Proposta 419: Programa 56 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

A Estrada de Ferro Bahia-Minas (EFBM), com 550Km interligando Caravelas no litoral sul da Bahia ao norte de Minas Gerais, foi o principal modo de transporte de pessoas e de cargas nos vales do Jequitinhonha e Mucuri desde sua construção no século XIX. Sua extinção em 1966 suprimiu a capacidade de comunicação da região e acentuou seu isolamento geográfico, agravando o déficit econômico em comparação a outras regiões. Hoje, as poucas rodovias existentes na região não possuem capacidade para operacionalizar a logística dos produtos e o deslocamento das pessoas com qualidade e segurança. A intensificação da silvicultura no alto e médio Jequitinhonha tem colocado em prova a escassez de alternativas de transporte, e o volume de cargas embarcado nos caminhões biarticulados tem saturado a capacidade das vias.

Não obstante, a descoberta de grandes reservas de lítio no Vale do Jequitinhonha-MG e a escassez de infraestrutura de transporte para o seu escoamento apontam para a urgência de investimento estratégico e logístico na região. Como o transporte do lítio iniciou em 2023, tal commodity não foi considerada na matriz Origem-Destino de cargas do governo federal (IPEA), portanto não está no radar de nenhum projeto estruturante do Ministério da Infraestrutura, cabendo a Minas Gerais a iniciativa de trazer o problema à tona.

As recentes discussões sobre a reconstrução da EFBM têm sido motivadas pela prospecção de lítio, atividade que vem alterando pontualmente os padrões socioeconômicos da região. Contudo, a viabilidade econômica, técnica e ambiental da construção da EFBM ou de qualquer outra solução para apoiar a logística regional ainda esbarra em questões como a falta de transparência sobre a dimensão de volume e tempo estimado de operação das jazidas, a natureza da operação logística da via, as condicionantes ambientais e principalmente sobre a inserção social e econômica dessa “nova” infraestrutura no contexto regional.

Diante do exposto, é esta pesquisa tem como proposta subsidiar com embasamento científico a discussão sobre a crescente deficiência do transporte de commodities agrícolas e minerais no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, propondo analisar a viabilidade da implementação de novos modais rodoviários e ferroviário e o restabelecimento do legado que estas infraestruturas poderão deixar para a sociedade na região.

O estudo deverá ter como base o emprego de modelagem geográfica preditiva para criação de cenários (mapas futuros produzidos a partir de simulações de dinâmicas de uso e cobertura do solo e operações macrologísticas de transporte em rede), partindo da hipótese de que os aspectos sociais, culturais e ambientais, se devidamente equalizados e balanceados aos aspectos tradicionais de logística e de engenharia, proverão uma solução sustentável à região.

Um piloto do projeto vem sendo desenvolvido no Instituto de Geociências da UFMG que, embora com recursos limitados, tem alcançado resultados preliminares bastante promissores. Tais resultados instigam a ampliação do projeto à sociedade através do

apoio da ALMG e do Governo de Minas Gerais. O aporte de recursos para o projeto possibilitará expandir a pesquisa e efetivar a parceria entre a UFMG e o IFNMG (campus Araçuaí) para a mobilidade e capacitação profissional. As atividades em campo serão coordenadas pelo IFNMG e demandarão intensas e frequentes reuniões com a sociedade e seus representantes, tanto para alimentação da pesquisa quanto para a divulgação dos resultados.

Estima-se um horizonte de 18 a 24 meses para o desenvolvimento da pesquisa, e um montante de R\$850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) a ser empenhado em aquisição e material permanente, aquisição de material de consumo, bolsas de pesquisa e taxas de gestão.

Proposta 466: PROGRAMA 117 – MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

AÇÃO: 4290 – MELHORIA DA MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM MINAS GERAIS.

Território: RMBH

Meta física: 01/2025.

Incluir na ação, a disponibilização no site oficial da Seinfra, com as atualizações mensais diárias, e de forma permanente, da disponibilização do número de reclamações de cada linha do transporte público metropolitano, de forma separada.

Proposta 943: Construção de um ponto de apoio ao transporte intermunicipal, terminal rodoviário de Pedras de Maria da Cruz. Realização da Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz.

Acréscimo de meta física: 01

Acréscimo de meta financeira: R\$500.000,00

Região Intermediária de Montes Claros

Proposta 949: Retomada do cartão de gratuidade dos idosos e das pessoas com deficiência no transporte rodoviário intermunicipal, reserva da gratuidade no site oficial das concessionárias, fiscalização e monitoramento do cumprimento da lei da gratuidade.

Acréscimo de meta física: 01

Acréscimo de meta financeira: R\$ 0,00

Proposta 952: Implantação do bilhete único metropolitano nos sistemas de transporte público da RMBH.

Acréscimo de meta física: 01

Acréscimo de meta financeira: verificar com a Seinfra

Proposta 954: Qualificação dos terminais metropolitanos, com atividades de cultura, lazer, saúde, educação, agricultura familiar, etc... para o ano de 2026.

Acréscimo de meta física: 01

Acréscimo de meta financeira: R\$200.000,00

Proposta 956: Construção de aeródromo regional na região do vale do Mucuri na localidade paralela à BR-116 (Rio-Bahia) na entrada da cidade de Itambacuri. Porque o aeródromo da cidade de Teófilo Otoni não oferece condições para receber aeronaves de grande porte, o que contribui para o atraso econômico da região.

Acréscimo de meta física: 01

Região: Vale do Mucuri – Região intermediária de Teófilo Otoni – MG

Proposta 959: Visando a mobilidade e fluidez dos ônibus municipais de Belo Horizonte, assim como o tráfego dos ônibus metropolitanos, sugerimos a ampliação dos corredores exclusivos e preferenciais. A implantação irá gerar velocidade e, com isso,

ganho de tempo, ou seja, menos tempo de viagem, beneficiando a população com menos tempo dentro dos ônibus e redimensionamento das viagens, possibilitando melhorar o atendimento.

Público-alvo: população e moradores das cidades da grande BH.

Proposta 961: Garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ao transporte coletivo intermunicipal e metropolitano, melhorando as tecnologias, as edificações e os veículos.

Proposta 963: Fomento ao desenvolvimento de mapas e cenários de viabilidade para a instalação de portos secos distribuídos na malha viária de Minas Gerais para promoção macrologística e do desenvolvimento econômico do Estado.

Acréscimo de quantidade na meta física: 1

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$100.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 239: O cenário de queda na demanda pagante transportada no transporte público Metropolitano, vem se intensificando desde alguns anos, e se agravou muito em 2020 e 2021, somada pela alta dos custos, destaco as seguidas altas dos combustíveis, principalmente do diesel. A alta da taxa de desemprego, que está em 12% no país. O peso das tarifas na renda das Pessoas. Tudo isso, vem agravar a crise do transporte público metropolitano. A discussão com apresentação de propostas do subsídio é necessária, eu diria urgente!!! Já que para 2025, como podem perceber, o cenário seguirá desafiador, assim como foi em 2020 e 2021, e como está sendo em 2022, 2023, 2024. Os sistemas de transporte público da RMBH operam a muitos anos de forma totalmente desintegradas, seja a Gestão, seja a Operação, com isso os Usuários Metropolitanos são muito prejudicados no acesso às oportunidades de trabalho e estudo por exemplo. Pois as tarifas são muito elevadas para a renda das Pessoas, por isso é necessário que o Governo de MG elabore propostas no sentido de viabilizar o subsídio público, e viabilizar o nosso Bilhete Único Metropolitano com interações tarifárias entre os três maiores sistemas de transporte público da RMBH: TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO – METRO –TRANSPORTE PÚBLICO DE BH. Beneficiando milhares de Usuários que dependem destes sistemas de transporte público

Proposta 240: A fragmentação histórica dos sistemas de transporte público persiste em nossa RMBH. Um modelo que não tem tido resultados positivos, e que necessita urgentemente ser alterado. É fato que sem a instituição da Governança Metropolitana da Mobilidade Urbana, não vamos conseguir avançar concretamente na melhoria da Mobilidade Urbana, especialmente dos sistemas de transporte público. Como todos sabem, grande parte dos deslocamentos na RMBH, ocorre entre dois ou mais municípios, ou seja, são deslocamentos metropolitanos. Neste sentido torna-se totalmente inviável seguir com o modelo da fragmentação dos órgãos gestores, a instituição da Governança é o caminho a ser trilhado na RMBH. Cabe ao Governo de MG a iniciativa das ações, e os demais municípios que possuem sistemas de transporte público, de aderirem voluntariamente a esta importantíssima Governança Metropolitana da Mobilidade Urbana.-

Proposta 244: É urgente a realização deste Concurso Público por iniciativa da Seinfra, dos cargos mencionados para atender as necessidades do trabalho de Gestão, Planejamento e responder as demandas do Transporte Público Metropolitano. A Sociedade cobra e com razão que haja melhorias nos serviços de transporte público, e uma das medidas principais a serem feitas é da promoção deste importantíssimo Concurso Público, visando um maior atendimento as demandas dos Usuários do transporte público metropolitano, situado em uma grande RMBH, seja pelo grande número de habitantes, a 3º maior do país, quanto pela grande área territorial. Com o atual número de Servidores a Seinfra, não é possível dar conta do grande volume de trabalho que envolve gerir, planejar e responder as demandas do transporte público metropolitano, por isso é urgente a realização deste Concurso Público.

Proposta 245: O tema do Transporte Público Metropolitano e Intermunicipal tem muita relação com os Usuários, pois são as Pessoas que utilizam e muitas das vezes dependem destes serviços públicos essenciais para se locomover. Neste sentido não faz muito sentido o Governo de MG ter um Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano da Seinfra, que discute pautas de total interesse dos Usuários, e os próprios interessados que são os Usuários tanto do transporte público metropolitano quanto do intermunicipal não tem o direito de participar de forma permanente. Isso contraria inclusive a Lei Federal nº12.587/12, da Política Nacional de Mobilidade Urbana. É preciso mudar este cenário e incluir a participação de (02) dois Representantes titulares, e (02) dois Suplentes dos Usuários do transporte público metropolitano e intermunicipal, no Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano da Seinfra.

Proposta 246: O transporte público metropolitano necessita de modernização e maior eficiência operacional, o que passa obrigatoriamente pela maximização dos pontos de recarga em todos os Municípios da RMBH e posteriormente bairros por onde circulam as linhas do transporte público metropolitano, juntamente da modernização da forma de pagamento das tarifas. Atualmente o que não falta é tecnologia para tornar realidade este avanço tecnológico. Tornando o transporte público mais moderno, com mais qualidade, e mais atrativo para os Usuários.

Proposta 247: A finalidade desta ação: melhorar as condições de operação e mobilidade do serviço de transporte público e individual de passageiros do estado de Minas Gerais, com o atual recurso proposto no PPAG é muito difícil alcançar os objetivos da finalidade, já que o recurso para os anos de 2026, 2027, 2028 está muito aquém das necessidades de gerir o Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano. Por isso se torna essencial a revisão dos recursos da ação, visando o aumento dos mesmos. A mudança no nome da ação visa completar a abrangência do tema de Gestão do Transporte Coletivo, através da inclusão do Transporte Coletivo Metropolitano nesta ação que tem grande importância na construção do transporte público de qualidade. E neste sentido o transporte público metropolitano não pode ficar de fora. Ele precisa ser incluído nessa ação, e receber recursos públicos contínuos.

Proposta 248: Um dos grandes problemas do transporte público na RMBH, é ter sistemas de TP fragmentados, com isso surgiu ao longo dos anos os (06) cartões de bilhetagem eletrônica, que não se integram entre si. São eles: Cartão BHBUS, Cartão Ótimo, Cartão Vinscol Card, Cartão Via Ouro, Cartão Betim Card, Cartão MTZ Prático. A unificação destes cartões em um único cartão chamado Bilhete Único Metropolitano, é demanda antiga na RMBH, porém sem avanços na RMBH. O Bilhete Único Metropolitano visa diminuir as desigualdades com relação ao acesso das Pessoas as cidades, principalmente com relação ao emprego, estudo, cultura, lazer, saúde, etc. A falta do Bilhete Único Metropolitano com integrações tarifárias deixa os sistemas de transporte público pouco atrativo, fazendo com que as Pessoas busquem outras formas para se locomover, algo que impacta direto na redução da demanda

Proposta 286: Desde 2020 não é mais emitido os cartões de gratuidade dos Idosos e Pessoas com Deficiência no Transporte Público Rodoviário Intermunicipal, o que tem gerado transtornos aos Usuários que tem o direito a essa gratuidade, pois toda vez que estes Usuários vão realizar a reserva da passagem, é necessário levar vários documentos pessoais, além do comprovante de renda para os aposentados, chamado de crédito de demonstrativo de pagamento, um documento que é muito difícil de conseguir encontrar no caixa eletrônico, de cada um dos bancos. Toda vez que estes Usuários forem viajar é essa dificuldade. Por isso a retomada dos cartões de gratuidade é essencial e urgente, pois vai facilitar demais a vida destas Pessoas que têm direito legal de viajar com 100% de desconto, sendo reservado 2 assentos por viagem, e a partir do 2 assento, com 50% de desconto.

Proposta 287: É preciso facilitar a vida dos Passageiros que possuem direito legal à gratuidade no Transporte Público Rodoviário Intermunicipal, a partir da possibilidade de realizar a reserva da passagem nos sites oficiais das Concessionárias. Vamos pensar. Quem deseja realizar a compra de uma passagem no Transporte Público Rodoviário Intermunicipal, tem a opção de fazer a compra direto no *site* das Concessionárias, e porque não incluir nos sites oficiais das Concessionárias a reserva da passagem das Pessoas que possuem gratuidades. Após a reserva ser realizada no site oficial, basta o Passageiros que têm direito a gratuidade, se

dirigir ao guichê da Concessionária acompanhado de um documento oficial com foto + o cartão de gratuidade (que precisa voltar a ser emitido), e pronto. Atualmente estas Pessoas para fazer a reserva precisam obrigatoriamente se dirigir a um guichê de uma das rodoviárias do Estado, para conseguir fazer a reserva, e depois voltar para viajar. Com a reserva sendo realizada no site oficial das Concessionárias vai facilitar demais a logística destas Pessoas.

Proposta 466: A solicitação se baseia na Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação. A LAI é resultado de um esforço da Administração Pública de trazer mais transparência ao Governo e de disponibilizar ao cidadão as informações de caráter público, instituindo obrigações, prazos e procedimentos para a divulgação de dados, prevista pela Constituição Federal de 1988 no art. 5º, inc. XXXIII; art. 37, §3º, inc. II; e art. 216, § 2º. E baseando ainda na Lei Federal 12.587/2012, Política Nacional de Mobilidade Urbana. A disponibilização com atualizações mensais do número de reclamações registradas na Ouvidoria Geral do Estado de MG, do transporte público metropolitano, vai de encontro com os interesses dos Usuários. Destaco que o aumento da transparência pública é essencial para maior conhecimento das informações por parte da Sociedade, estimulando a participação no planejamento do transporte público metropolitano, gerenciado pelo Governo de MG.

Proposta 943: Devido a nosso município não ter uma rodoviária para embarque e desembarque para a população, tem-se a necessidade da construção do ponto de apoio à população do nosso município.

Proposta 949: Desde 2020 não são mais emitidos os cartões de gratuidade dos Idosos e Pessoas com Deficiência no Transporte Público Rodoviário intermunicipal, o que tem gerado transtornos aos Usuários que tem o direito a essa gratuidade, pois toda vez que estes Usuários vão realizar a reserva da passagem, é necessário levar vários documentos pessoais, além do comprovante de renda para os aposentados, chamado de crédito de demonstrativo de pagamento, um documento que é muito difícil de conseguir encontrar no caixa eletrônico, de cada um dos bancos.

Toda vez que estes usuários forem viajar é essa dificuldade. Por isso a retomada dos cartões de gratuidade é essencial e urgente, pois vai facilitar demais a vida destas Pessoas que têm direito legal de viajar com 100% de desconto, sendo reservado 2 assentos por viagem, e a partir do 2 assento, com 50% de desconto.

É preciso facilitar a vida dos passageiros que possuem direito legal à gratuidade no Transporte Público Rodoviário Intermunicipal, a partir da possibilidade de realizar a reserva da passagem nos sites oficiais das Concessionárias.

Vamos pensar.

Quem deseja realizar a compra de uma passagem no Transporte Público Rodoviário Intermunicipal, tem a opção de fazer a compra direto no site das Concessionárias, e porque não incluir nos sites oficiais das Concessionárias a reserva da passagem das Pessoas que possuem gratuidades.

Após a reserva ser realizada no site oficial, basta o Passageiros que têm direito a gratuidade, se dirigir ao guichê da Concessionária acompanhado de um documento oficial com foto + o cartão de gratuidade (que precisa voltar a ser emitido), e pronto. Atualmente estas Pessoas para fazer a reserva precisam obrigatoriamente se dirigir a um guichê de uma das rodoviárias do Estado, para conseguir fazer a reserva, e depois voltar para viajar.

Com a reserva sendo realizada no site oficial das Concessionárias vai facilitar demais a logística destas Pessoas.

Proposta 952: Desde 2003 está sendo discutida a integração tarifária dos sistemas de transporte público da RMBH. Promoção do direito constitucional ao transporte, propiciando maior acesso às cidades.

Proposta 954: Qualificar os terminais metropolitanos, com atividades diversas de cultura, lazer, agricultura familiar (feira nos terminais), saúde, educação, do interesse dos usuários, melhorando a qualidade do transporte público para os usuários, que utilizam estes terminais que não tem nada para fazer para os usuários.

Estas atividades vão melhorar a qualidade do transporte público na RMBH.

O responsável pela ação será a Seinfra.

Proposta 959: A implantação reduzirá as manutenções devido às condições precárias das vias de Belo Horizonte. Além disso, necessidade de recapeamento de todas as vias.

Proposta 961: Os veículos atuais, as estações existentes e as tecnologias aplicadas ao transporte coletivo no Estado não estão ainda totalmente adaptadas de forma a atender plenamente as pessoas com deficiência. Merece destaque a dificuldade no embarque e desembarque para pessoas com dificuldade de locomoção, visto a pouca prevalência de veículos com plataforma e assentos adaptados.

Proposta 963: O estudo de viabilidade de portos secos é importante para a promoção e sustentabilidade do setor de transporte em Minas Gerais, Estado que conta com apenas 5 portos secos, quando comparado a outros estados com malhas rodoviárias menores. O tema já foi apresentado à Comissão de Ferrovias Mineiras da ALMG em 2022 (salvo engano) e agrega a intermodalidade rodoviária/ferroviária no Estado.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 117/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 77 – Caminhos para o Desenvolvimento Integrado Metropolitano –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponente: Junior José da Silva.

Texto: A realização do II Seminário de Regiões Metropolitanas. Organizado pela ALMG, através das Comissões de Participação Popular, e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Com foco total na Mobilidade Urbana. O Seminário tem a finalidade de discutir, e construir soluções para os imensos desafios relacionados a Governança Metropolitana da Mobilidade Urbana, especialmente dos sistemas de transporte público da RMBH. A organização deste importantíssimo Seminário a cargo da ALMG, mais especificamente das Comissões de Transporte, Comunicação, e Obras, e de Assuntos Municipais de Regionalização. Convidados: Seinfra, Agência-RMBH, BHTrans, Sumob-BH, CBTU, Representantes dos Usuários

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Foi realizado em 2003, o primeiro Seminário Legislativo de Regiões Metropolitanas, promovido pela ALMG. Houve vários debates e construção de soluções para a Mobilidade Urbana da RMBH, porém se passaram (19) anos e nenhuma proposta saiu do papel. Com o passar das décadas a questão da Mobilidade Urbana, especialmente do transporte público tem se agravado muito em nossa RMBH, especialmente em 2020 e 2021 com a pandemia. É urgente a discussão/construção de soluções, e a implementação das mesmas, para que tenhamos os sistemas de transporte público, equilibrados financeiramente, totalmente integrados (física e tarifária), e que tenhamos a Gestão Integrada dos sistemas de Transporte Público na RMBH, a cargo dos órgãos gestores do transporte público na RMBH, permitindo assim, a mudança da atual fragmentação dos órgãos gestores, para a construção do Planejamento, Gestão, Monitoramento, Fiscalização, e Operação dos sistemas de transporte público, de forma totalmente integrada. Enfim, são inúmeros temas e problemas, que precisam ser debatidos e principalmente construirmos soluções, como podem perceber, assim como foi em 2003, é necessário que este importantíssimo Seminário, seja realizado em dois a três dias. Inclusive me coloco a disposição da ALMG, e das Comissões para ajudar na escolha dos temas, e claro para participar deste importante Seminário. Os sistemas de Transporte Público no país, vivem um período muito difícil, que se agravou muito a partir da pandemia em 2020, na

RMBH não é diferente. Este tema tem grande relevância metropolitana, já que impacta a vida de praticamente todos os habitantes metropolitanos, por isso é mais do que necessário que a ALMG promova este II Seminário de Regiões Metropolitanas.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 118/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 137 – Polícia Ostensiva –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Junior José da Silva, Cristiano de Lima Aguiar, Rayane Soares Santos, Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Terezinha Oliveira da Rocha, Sidnei Eustaquio dos Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Filipe Delabrida de Souza (Defesa Civil de Itabirito), Carolina Nunes Dias, Cassiano Almeida Nolasco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Juarez Ferreira (Cooperativa Trabalho Reforma Construção), Helio Luiz Junior de Sá (Polícia Militar de Minas Gerais), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Cristiane Sales Barbosa (Instituto Médico-Legal – IML), Jane Cristiane Pereira Campos (Instituto Elo), Mateus Ferreira de Almeida (Instituto Elo – Programa Mediação de Conflitos), Celso Nunes de Sousa (Instituto Elo – Programa de Mediação de Conflitos), Ana Paula Lamego Balbino, Salcio Juliano de Moraes Del Duca, Raquel Ferreira da Silva (Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos – Unidade de Prevenção à Criminalidade Rosaneves), Francisco Uarles Targino da Costa, Daniella Rodrigues Caldas Leite, Davis Anderson de Oliveira, Francisco Carlos Barreto Neto (Polícia Militar de Minas Gerais), Maria Vitoria Oliveira Silva (Unidade de Prevenção à Criminalidade), Giselle Botelho Ribeiro (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), Marcelo Palhares Dutra.

Proposta 251: Pedido de Providências para, no âmbito da Ação 4365 – Policiamento Ostensivo Geral –, do Programa 137 – Polícia Ostensiva – do PPAG 2025-2028, intensificar o policiamento ostensivo e principalmente preventivo, nas ciclorrotas utilizadas pelos ciclistas em todo o Estado, principalmente aos finais de semana e feriados.

Proposta 261: Elaboração de um cronograma para apresentação da banda de música da PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais, para o ano de 2025, nos Terminais Metropolitanos: São Gabriel, Vilarinho, Eldorado, Morro Alto, Justinópolis, São Benedito, tendo em vista a importância desses terminais para a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e a relevância dessa importante instituição musical. Pois segurança pública também se faz com música.

Proposta 262: Pedido de providências para, no âmbito do Programa 137 – Polícia Ostensiva – Ação 4365 Policiamento Ostensivo Geral, intensificar o policiamento ostensivo voltado para a garantia da segurança dos Usuários e profissionais do transporte público (ônibus coletivos, terminais e estações do Move da RMBH, taxistas, motoristas e entregadores de aplicativos), bem como daqueles que fazem o transporte de mercadorias, na RMBH, inclusive com o emprego de policiais em formação, visando reduzir os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa e, dessa forma, aumentar a sensação de segurança dos Usuários e dos profissionais que prestam serviços nesses setores, publicizando os resultados.

Proposta 264: Programa: 137 Polícia Ostensiva – Ação: 2061 Educação Profissional de Segurança Pública. A incluir na meta física da Região Intermediária de Belo Horizonte. Meta física (9.875+01), capacitar policiais militares para atuarem como multiplicadores na temática Prevenção à Violência Doméstica. Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e do Estado. Para o ano de 2025.

Proposta 265: Programa: 137 Polícia Ostensiva – Ação: 2061 Educação Profissional de Segurança Pública. A incluir na meta física da Região Intermediária de Belo Horizonte. Meta física (9.875+01), capacitar policiais militares para atuarem como multiplicadores na temática Meio Ambiente. Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e do Estado. Para o ano de 2025.

Proposta 266: Programa: 137 Polícia Ostensiva – Ação: 2061 Educação Profissional de Segurança Pública. A incluir na meta física da Região Intermediária de Belo Horizonte. Meta física (9.875+01), capacitar policiais militares para atuarem como multiplicadores na temática Prevenção a Crimes Rurais. Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e do Estado. Para o ano de 2025.

Proposta 267: Programa: 137 Polícia Ostensiva – Ação: 2061 Educação Profissional de Segurança Pública. A incluir na meta física da Região Intermediária de Belo Horizonte. Meta física (9.875+01), capacitar policiais militares para atuarem como multiplicadores na temática Gepar. Meta financeira: deixo a cargo dos técnicos da ALMG e do Estado. Para o ano de 2025.

Proposta 366: Programa 0032 – Ação: 4060. Construção de sede própria para o 42º Batalhão da Polícia Militar em Corinto MG. O município já dispõe da área e já tem um projeto para construção das novas instalações. Faltam os recursos financeiros para construção do imóvel adequado para a corporação. Hoje a PM em Corinto está instalada em um imóvel antigo e adaptado, que não pode ser reformado por questões patrimoniais, pertence a antiga RFFSA. Essa demanda é muito importante. Valor aproximado: R\$800.000,00

Proposta 447: SEGURANÇA PÚBLICA – PREVENÇÃO AO CRIME E JUSTIÇA CRIMINAL  
129 PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

2. Aquisição de *Drones* para a Polícia Militar de São Francisco

Proposta 799: A formação de policiais militares para integrarem a carreira de músicos na instituição polícia militar

Acréscimo meta física: 200

Acréscimo meta financeira: 200.000,00

Proposta 802: Aquisição de 257 novos computadores para as bases de segurança Comunitárias da polícia militar

Acréscimo meta física: 257

Acréscimo meta financeira: 592.000,00

Proposta 805: A estruturação e manutenção dos instrumentos da banda de música do 3º BPM da polícia militar da cidade de Diamantina.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: 350.000,00

Proposta 807: Capacitar policiais militares para atuarem como multiplicadores nas temáticas: violência doméstica, meio ambiente, segurança rural

Acréscimo meta física: 300

Acréscimo meta financeira: 900.000,00

Proposta 809: Disponibilizar nova viatura para patrulhamento ostensivo nos bairros Ribeiro de Abreu e Paulo VI na cidade de Belo Horizonte – 24ª Cia/16º Batalhão da PMMG.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: 190.000,00

Proposta 818: Disponibilizar viatura para patrulhamento rural, principalmente nos períodos de colheita de café no município de Manhuaçu, especialmente na região da comunidade rural córrego Taquara Preta.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: 300.000,00

Proposta 822: Capacitação para a polícia militar para a abordagem de pessoas com problemas mentais.

Acréscimo meta física: a definir

Acréscimo meta financeira: 200.000,00

Proposta 827: Aquisição de coletes de proteção balística.

Região/Alteração: Aplicação de recurso de custeio no valor total de R\$200.000,00 para 100 coletes.

Proposta 840: Ampliação do Destacamento Policial de Couto de Magalhães de Minas.

Novo público-alvo: Couto de Magalhães de Minas

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$350.000,00

Para: ampliação e reforma do prédio do destacamento, aquisição de uma nova viatura, aquisição de equipamentos de monitoramento (câmeras), aquisição de armas longas e, por fim, aquisição de rádio comunicação, mesas novas, armários novos e colchões novos..

Região/Alteração: RI Diamantina

Proposta 884: Reestruturação das Bases de Segurança Comunitária (BSC), com renovação do espaço adequado para atendimento à comunidade, incluindo notebooks, câmeras de vigilância e internet. O projeto visa à reforma do espaço com a renovação da plotagem, aquisição de toldos, cones, mesas, cavaletes e cadeiras. Valor: R\$360.000,00 em custeio.

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$360.000,00 para renovar as bases recurso em despesa corrente/custeio.

Proposta 885: Aquisição de rádios transeptores portáteis (HTs).

Valor: recurso de investimento/capital no total de R\$225.000,00 para 50 rádios transeptores digitais.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

#### **Justificação:**

Proposta 447: A utilização de *drones* pela Polícia Militar de São Francisco permitirá um monitoramento mais abrangente, especialmente em áreas extensas e de difícil acesso. Os *drones* possibilitam uma resposta mais rápida e eficiente em operações, o que é fundamental para garantir a segurança pública e o controle de áreas de risco.

Custo Estimado: O valor dos *drones* com tecnologia avançada para uso em operações policiais varia entre R\$8.000 e R\$15.000. A compra inicial de dois *drones* resulta em um custo estimado de R\$26.000.

Proposta 799: É essencial a formação de novos policiais militares para integrarem a carreira de músicos nas diversas bandas de músicas da polícia militar existentes nas diversas regiões do Estado. As bandas de música da Polícia Militar foram incluídas como parte do patrimônio cultural do Estado. Destaco ainda a relação das bandas de músicas como o programa Proerd da polícia militar que tem relação com políticas públicas voltada para as crianças e adolescentes.

O 3º BPM de Diamantina da polícia militar possui uma banda de músicas onde os adolescentes das escolas municipais e estadual fazem parte dessa importante banda de música

Proposta 802: Esta ação importante foi apresentada no PPAG de 2023, porém não foi implantada a aquisição de novos computadores para facilitar e viabilizar o atendimento do cidadão nas bases de segurança Comunitária da polícia militar.

Proposta 805: Realizar a estruturação e manutenção e compra dos instrumentos para seguir com os trabalhos da tradicional banda de música do 3º PPM da polícia militar da cidade de Diamantina, garantindo assim a continuidade dos trabalhos dessa importantíssima banda de música do Estado de Minas Gerais, inclusive como parte do patrimônio cultural do Estado.

Proposta 807: Essa proposta é essencial pois aborda a importância da capacitação de policiais militares em temáticas extremamente relevantes, como a violência doméstica, meio ambiente, segurança rural. A polícia militar cada vez mais capacitada é um ganho enorme para a população mineira. Capacitar sempre, pois representa um ganho enorme frente aos desafios atuais que envolvem as temáticas apresentadas.

Proposta 809: O crescimento desordenado da cidade na região nordeste de Belo Horizonte tem elevado o número de ocorrências policiais, assim os bairros Ribeiro de Abreu e Paulo VI também sofrem com o aumento da violência, por isso, é imperativo a destinação de uma nova viatura para a execução dos trabalhos por parte dos militares da 14ª Cia do 16º Batalhão da PMMG.

Proposta 818: O aumento dos índices de violência nos últimos tempos no município de Manhuaçu combinado com histórico de roubos de sacas de café na região aumentaram a sensação de insegurança dos agricultores familiares da cultura de café. Por isso, é basilar o incremento de 1 (uma) viatura para a referida região. Dado que uma família desprotegida por ter toda a sua colheita roubada.

Proposta 822: Necessidade de tratamento humanizado nas abordagens policiais

Proposta 827: Os coletes de proteção balística, utilizados pela Polícia Militar de Minas Gerais, são equipamentos de segurança projetados para proteger os agentes contra projéteis de armas de fogo e outros tipos de ameaças.

Assim, a aquisição de tais coletes trata-se de uma ação estratégica para garantir a execução da atividade de policiamento e, claro, fornecer significativa segurança pessoal ao policial militar que realiza o policiamento. Além dos benefícios operacionais, o uso de um bom equipamento resulta em economia de custos a longo prazo, como os relacionados ao tratamento de lesões ou à morte de agentes.

Proposta 840: O município de Couto de Magalhães de Minas, pequena e pacata cidade, vem sofrendo há longos anos com a criminalidade. Por mais que haja parcerias do município com o destacamento, nota-se a precariedade na infraestrutura ofertada aos policiais. O prédio onde atualmente está alocado o destacamento é um espaço cedido pelo município; embora já tenha sido adquirido um lote, nosso destacamento sofre com a falta de infraestrutura adequada, pelo menos para desenvolver um bom trabalho. Existe um monitoramento de câmeras na frente do destacamento que não funciona; a internet e os computadores são cedidos pelo município, entre outras coisas. Um espaço decente é o mínimo que podemos oferecer, buscando melhorar as ações de combate à criminalidade. Outro aspecto a se destacar são as viaturas e armamentos: a única viatura que funciona é uma que foi adquirida recentemente. Ou seja, caso precise deslocar para Diamantina, o destacamento fica sem veículo na cidade. Portanto, justifica-se esta proposta buscando uma melhor qualidade no combate à criminalidade. Para isso, é necessário: ampliação e reforma do prédio do destacamento, aquisição de uma nova viatura, aquisição de equipamentos de monitoramento (câmeras), aquisição de armas longas e, por fim, aquisição de rádio comunicação, mesas novas, armários novos e colchões novos.

Proposta 884: As bases Comunitárias tornaram-se referências para a população mineira no atendimento imediato de ocorrências e apoio policial. Os veículos (vans) são equipados com computadores, internet e outros acessórios. A reestruturação visa proporcionar um melhor ambiente tanto para o cidadão quanto para o policial militar durante o atendimento diário. Por questões de tempo e clima, as estruturas se deterioram e necessitam ser reformadas e substituídas.

A proposta visa reformar 8 bases, com a troca das cadeiras para o cidadão, toldos para proteção contra o sol, cones, cavaletes e nova plotagem dos veículos. Para financiar o projeto, solicita-se o recurso de R\$360.000,00 para reformar as bases, recurso este em custeio.

Proposta 885: Os rádios transeptores portáteis, comumente chamados de HTs, são ferramentas essenciais para as comunicações nas atividades da PMMG. Esses dispositivos permitem uma comunicação instantânea e segura entre as equipes, nos locais de atuação, facilitando a coordenação das ações no exato momento em que ocorrem.

Os rádios transeptores portáteis digitais têm como principal vantagem a capacidade de criptografar as comunicações, o que significa que as conversas operacionais se tornam seguras, dada a enorme dificuldade de quebra da criptografia.

Assim, tais equipamentos irão contribuir para uma maior e melhor eficiência das ações e operações da Polícia Militar de Minas Gerais.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 119/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 32 – Investigação –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Rita Adriana de Cássia Martins Soares, Rosilene Alves de Souza, Ana Paula Lamego Balbino, Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiuva), Maria do Socorro Pereira (Associação de Artesãos Mãos que Criam), Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Maria Lendina Santos Lalderci, Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros), Emiliano José Gregori (Associação Prod Hortigranjeiros Pentaurea), Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Junio Henrique Onofre Moreira, Ramon Fernando Noronha de Moraes (Câmara Municipal de Bocaiuva), Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artístico Viola dos Gerais), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Natalice Alves de Almeida, Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Domingas Sofia Pereira Santos (Associação Solidária Vencer Juntos), Angelica de Santana Rocha, Agmar Pereira Lima (Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinhas), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Vera Lúcia de Souza (Associação Beneficente Nosso Lar), Sueli Rodrigues Pereira (Pastoral da Criança), Adenízio Pereira de Siqueira (Escola Estadual Maria Beltrão de Almeida), Helen Clesia Souza, Emerson Luan Ramos Oliveira (Universidade Estadual de Montes Claros – Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro), Márcio Pereira Da Costa, José Naldo Anastácio Ribeiro, Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Deyse Roberta Santos Veloso (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola de Educação Especial Professor Nelson D'Ávilla Neves), Vilma Pereira Santos (Associação dos Amigos de Camarinhas), Maurilio Salgado Santos, Maykon Vinícius Teixeira da Silva (Monte Azul Esporte Clube), Lucas dos Reis Teixeira (Cooperativa dos Apicultores e Agricultores Familiares do Norte de Minas), Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara Albuquerque Costa), Juarez Ferreira (Cooperativa Trabalho Reforma Construção), Helio Luiz Junior de Sá (Polícia Militar de Minas Gerais), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Cristiane Sales Barbosa (Instituto Médico-Legal – IML), Jane Cristiane Pereira Campos (Instituto Elo), Mateus Ferreira de Almeida (Instituto Elo – Programa Mediação de Conflitos), Celso Nunes de Sousa (Instituto Elo – Programa de Mediação de Conflitos), Salcio Juliano de Moraes Del Duca, Raquel Ferreira da Silva (Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos – Unidade de Prevenção à Criminalidade Rosaneves), Francisco Uarles Targino da Costa, Davis Anderson de Oliveira, Francisco Carlos Barreto Neto (Polícia Militar de Minas Gerais), Maria Vitoria Oliveira Silva (Unidade de Prevenção à Criminalidade), Giselle Botelho Ribeiro (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), Marcelo Palhares Dutra, Daniella Rodrigues Caldas Leite.

Proposta 259: Contribuição para a Ação: 1051 – IMPLEMENTAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA EM MINAS GERAIS. Considerando a extrema falta de estrutura e sistematização dos processos de cadeia de custódia no âmbito de Minas Gerais a proposta é no sentido de fomentar ações integradas que respeitem os ditames da Lei Federal 13.964, de 2019, e permitam a criação de protocolos a serem seguidos por todos os agentes do sistema de justiça e garantam a idoneidade e rastreabilidade dos vestígios com a finalidade de preservar sua confiabilidade e transparência durante toda persecução penal.

Proposta 294: Programa 0032 – Ação: 4060 – Adquirir caminhonetes descaracterizadas 4X4 visando o incremento das atividades de Polícia Judiciária e de investigação criminal em áreas rurais e de crimes ambientais na circunscrição do 11º Departamento de Polícia Civil, com sede em Montes Claros.

Proposta 296: Programa 0032 – Ação: 4060 – Adotar as medidas cabíveis com vistas à conclusão das obras de reforma das Delegacias de Polícia Civil de Brasília de Minas, Francisco Sá e de Coração de Jesus, a fim de oferecer melhores condições de trabalho aos servidores, bem como atendimento mais humanizado e acolhedor às vítimas de crimes e usuários que buscam pela prestação de serviços de Polícia Judiciária oferecida nas Unidades Policiais mencionadas.

Proposta 299: Programa 0032 – Ação: 4060 – Adotar as medidas cabíveis com vistas à construção de novas sedes para as Delegacias de Polícia Civil de Manga e São Francisco, com a finalidade de elevar a qualidade dos trabalhos investigativos e dos serviços prestados à população dos municípios mencionados, sobretudo pela possibilidade de construção de novos espaços de atendimento de grande importância para a população e mais adequados ao trabalho de Polícia Judiciária.

Proposta 313: Programa 0032 – Ação: 4060 – Adotar as medidas cabíveis para realização das obras de reforma das Delegacias de Polícia Civil de Rio Pardo de Minas, São João da Ponte, Jaíba, Grão Mogol e da 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Janaúba. As referidas obras de reforma contemplarão a modernização dos sistemas elétricos, hidrossanitárias e da rede lógica dos imóveis existentes e a realização de adequações estruturais para atendimento às necessidades da Polícia Judiciária local. Assim, com estrutura física mais apropriada e uma arquitetura mais inclusiva, haverá aperfeiçoamento dos serviços prestados e as Delegacias terão um ambiente mais seguro e de acolhimento mais humanizado a oferecer para a população usuária.

Proposta 317: Programa 0032 – Ação: 1007

Adquirir armas (fuzil, submetralhadora, pistola e espingarda) visando melhorar a qualidade das ações policiais, as condições de trabalho dos policiais civis, aumentando a quantidade de treinamentos e capacitação técnica profissional com acesso a equipamentos mais modernos, proporcionando maior confiabilidade e segurança no exercício das operações policiais realizadas pelo 11º Departamento de Polícia Civil e Unidades Policiais subordinadas.

A proposta objetiva substituir armas que apresentam falhas de funcionamento e as que estão obsoletas, possibilitando assim, aumentar o número de operações e cursos de aperfeiçoamento, a fim de potencializar as apurações de crimes, melhorar a eficiência da Polícia Civil e atuar de forma mais expressiva na redução dos índices de criminalidade, na Região Norte do Estado de Minas Gerais.

Proposta 352: Humanização das revistas pessoais realizadas na Casa de Custódia da Polícia Civil de Minas Gerais

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) possui a atribuição de exercer, em âmbito estadual, a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, em ressalva àquelas que ocorrem na esfera militar e as de competências da União. Encarregando-se, em sobremaneira, da apuração de crimes e contravenções, sempre objetivando a segurança pública, a promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da democracia.

Compõem sua a estrutura diversas unidades administrativas, especializadas e territoriais, nas quais são alocados servidores (policiais e administrativos), devidamente capacitados para atender as demandas institucionais e sociais. Dentre elas, a Casa de Custódia da Polícia Civil, unidade subordinada à Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária (SIPJ), responsável por

recolher e custodiar o policial civil da ativa ou aposentado, mesmo aquele que tenha sido demitido do cargo ou tenha cassada a aposentadoria em virtude de condenação, submetido a procedimento de natureza judicial ou contingenciamento de ordem legal.

Considerando tais atribuições, verifica-se que a Casa de Custódia da Polícia Civil desempenha relevante papel no sistema de justiça criminal e, portanto, almeja-se que sua estrutura apresente condições mínimas de segurança e humanização para o desenvolvimento humanizado de suas atividades. Para tanto, são demandados melhores equipamentos de scanner corporal, com vistas a extinguir as revistas vexatórias, utilizados na prevenção de entrada de itens ilícitos, como aparelhos celulares e tecnológicos afins, além de substâncias entorpecentes etc.

Nesse sentido, este projeto apresenta como objetivo fortalecer as atividades de prevenção e enfrentamento à criminalidade desenvolvidos pela PCMG, mediante humanização da vistoria pessoal de custodiados e do público em geral, realizadas na Casa de Custódia da Polícia Civil. Não obstante, visa: contribuir com o aprimoramento das condições de segurança aos servidores no desenvolvimento de suas atividades laborais; promover maior dignidade e segurança à pessoa privada de liberdade; e agenciar maior eficiência, dignidade e segurança aos custodiados e ao público, por meio da utilização de equipamentos de inspeção, a fim de eliminar a revista vexatória.

Tal proposta fundamenta-se nas políticas federais e estaduais para a área da Segurança Pública, que preconizam, dentre outros pontos, a redução da criminalidade, a seguridade dos profissionais de segurança pública e a percepção de segurança e proteção social pela população. Não obstante, corrobora com o Planejamento Estratégico da PCMG que, dentre suas diretrizes, propõe-se em “aprimorar integralmente os mecanismos de investigação criminal com ênfase na excelência dos serviços prestados à população, garantindo-se o fortalecimento da imagem institucional por meio da entrega de resultados.”

Como público-alvo direto, tem-se os servidores da PCMG

Proposta 406: A violência de gênero trata-se de fenômeno relacionado à construção e reprodução de papéis sociais, histórico e culturalmente instituídos que, no contexto das relações, por vezes, se desdobra em formas degradantes de discriminação/segregação, materializando em vulnerabilidades, impactando na integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral de meninas e mulheres.

Nesse sentido, são demandadas do Estado a implementação de políticas públicas específicas para seu enfrentamento.

Dentre os aparatos estabelecidos, visando um atendimento mais eficiente e humanizado às vítimas de violência doméstica e familiar, a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), aos 30/03/2022, inaugurou a Casa da Mulher Mineira (CMM), uma Unidade Policial adaptada nas instalações da antiga fábrica de Cigarros Souza Cruz, voltada para o atendimento de demandas espontâneas de mulheres vítimas de violência sexual, doméstica e familiar, em situação de vulnerabilidade.

Assim, torna-se necessário a apresentação do projeto de adequação das instalações e aparelhamento da Casa da Mulher tendo como objeto, o fortalecimento das políticas de segurança pública voltadas à prevenção/enfrentamento à violência contra a mulher, via adequação das instalações e aparelhamento desta Unidade. Como objetivo, o fortalecimento das políticas de prevenção e enfrentamento à violência/criminalidade, com foco na promoção da segurança pública cidadã, humanizada e integrada, com atenção especial às mulheres vítimas de violência e, como objetivos específicos, aprimoramento das condições logísticas e operacionais para o acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violência que são encaminhadas ou procuram os serviços ofertados pela CMM, além de buscar ofertar melhores condições laborais aos servidores da PCMG, lotados nesta Unidade, a fim de contribuir com a melhoria da qualidade e eficiência do atendimento ofertado às vítimas de violência contra a mulher.

Os objetivos almejados neste projeto fundamentam-se na Lei nº 13.675/2018 e consonância ao programa “5116 – Segurança Pública com Cidadania. A reforma e os equipamentos solicitados, atendem ao escopo da Ação Orçamentária 21BM, além de corroborar com a Lei nº 14.316/2022.

Sua relevância justifica-se pelo acréscimo no número de atendimentos registrados entre os anos de 2023/2024.

Nesse sentido, esta proposta de adequação das instalações e aparelhamento da Casa da Mulher Mineira, localizada em Belo Horizonte, configura-se como suporte fundamental para a garantia da qualidade dos serviços prestados pela PCMG. Uma vez que, os itens adquiridos e manutenções realizadas irão contribuir para a melhoria do atendimento e suporte destinados às vítimas. Não obstante, pretende ainda promover o fortalecimento das políticas de segurança pública voltadas à prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, além de contribuir para a proteção dos direitos humanos, preservação da ordem pública, prevenção de danos futuros, fortalecimento do Estado de Direito e preservação de vidas.

O problema a ser resolvido consiste na ineficiência das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, tendo em vista a inadequação dos espaços, insuficiência e obsolescência de equipamentos, materiais e recursos operacionais, logísticos e tecnológicos, utilizados no desenvolvimento das atividades de polícia judiciária.

Tem-se como público-alvo direto: população do Estado de Minas Gerais, especialmente mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente da violência de gênero; público-alvo indireto: servidores da PCMG, através das melhorias da infraestrutura institucional e condições laborais e, como resultados esperados: melhoria na prestação dos serviços ofertados à sociedade e aumento da sensação de proteção e segurança pelas mulheres atendidas neste espaço; aprimoramento das atividades de polícia judiciária, como consequência das ações voltadas à adequação de espaços e equipamentos de trabalho.

VALOR ESTIMADO: R\$300.000,00 (trezentos mil reais)

Proposta 457: Modernização do 11º Departamento de Polícia Civil, por meio da aquisição de armas. A proposta é fortalecer as ações policiais, melhorando a qualidade e as condições de trabalho dos policiais civis. Também se propõe aumentar a quantidade de treinamentos e capacitações com acesso a equipamentos mais modernos.

Novo público-alvo: toda a área de atuação do 11º Departamento de Polícia Civil, composta por 77 municípios do norte de Minas, equipando 24 cidades que possuam delegacias.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$400.000,00

Proposta 461: Reforma e revitalização da Delegacia de Polícia Civil de Jaíba. O objetivo é realizar a reforma e revitalização das instalações físicas existentes, implantando melhorias e adequações no espaço físico para a criação de novos ambientes de trabalho e melhores condições de atendimento à população.

Novo público-alvo: 8 servidores e a população de Jaíba e Matias Cardoso.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$400.000,00

Proposta 464: Realizar a reforma e revitalização da 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Janaúba, incluindo a modernização das instalações físicas, elétricas, hidrossanitárias e de rede lógica. A obra também contempla a ampliação para construção de novos espaços e a implementação de uma arquitetura inclusiva.

Novo público-alvo: 82 servidores, a população de 15 municípios do norte de Minas e a sede, que é Janaúba.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$2.530.000,00

Proposta 465: Conclusão das obras de reforma da Delegacia de Polícia Civil de Coração de Jesus. A proposta é executar serviços de reforma e adequação dos ambientes internos e externos da construção antiga, que não foram contemplados na última reforma e ampliação.

Novo público-alvo: 8 servidores e a população de Coração de Jesus e dos municípios de São João da Lagoa, Ibiaí, Lagoa dos Patos e São João do Pacuí.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$400.000,00

Proposta 496: Construção da nova sede da Delegacia de Polícia de Manga. A proposta objetiva captar recursos financeiros para construção de uma nova sede, mais moderna e funcional, com vistas a atender às necessidades de melhorias estruturais e oferecer uma Polícia Judiciária de qualidade.

Novo público-alvo: 10 servidores e a população de São João das Missões e Miravânia. Além da população da sede, que fica em Manga.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$465.693,28

Proposta 503: Reforma e ampliação da Delegacia de Polícia Civil de Brasília de Minas visa reformar as instalações físicas existentes, incluindo a modernização das instalações físicas, elétricas, hidrossanitárias e de rede lógica, além de construir novos espaços para atendimento à população.

Novo público-alvo: 21 servidores e a população de Brasília de Minas e dos municípios de Campo Azul, Japonvar, Luizlândia, Ponto Chique e Ubaí.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 1

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$1.818.834,77

Proposta 820: Ampliar os recursos de todos os programas de suporte da polícia judiciária, MP e corpo de bombeiros para fortalecer a investigação e redução do crime e droga, valor maior por uma entidade de maior curso e trabalho.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$30.000.000,00

Proposta 828: Projeto de aquisição de equipamentos de Flatscan para postos médicos legais (PML de Betim e PMLs de cidades do interior – Uberaba, Uberlândia, Passos, Pouso Alegre, Varginha, Três Corações, Patos de Minas, Montes Claros, Juiz de Fora, Poços de Caldas).

Acréscimo de R\$1.700.000,00 para aquisição e instalação de cada equipamento.

Proposta 829: Projeto de reforma do telhado do Instituto Médico Legal André Roquette (IML – BH) e de modernização do sistema de refrigeração do IML-BH.

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$920.000,00, sendo R\$400.000,00 para reforma do telhado e R\$520.000,00 para modernização do sistema de refrigeração..

Proposta 831: A implementação de um projeto para equipar a perícia oficial de Minas Gerais, incluindo as áreas de medicina legal e perícia criminal, com tecnologias avançadas é essencial para aprimorar a eficácia das investigações e fortalecer a justiça. Equipamentos modernos e tecnologias aprimoram a prova técnica.

Acréscimo de quantidade na Meta Física: meta física mantida (nº laudos)

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$200.000,00 (recurso de capital)

Proposta 833: No estado de MG, há 63 Seções Técnicas Regionais de Criminalística, que atualmente são responsáveis pela custódia das provas coletadas nos locais de crime. Porém, é necessário recurso para a implementação de 63 Unidades Regionais de Custódia (URC) no interior do estado.

O valor aproximado para a implementação de cada URC é de R\$320.000,00, não considerando o imóvel (observando questões de segurança, organização, pesquisa e auditoria – equipamentos e materiais).

Aumentar a meta financeira em R\$320.000,00 (para cada URC).

Proposta 836: Estruturar na capital a Central Estadual de Custódia do Vestígio em atendimento a Lei federal 13.964 de dezembro de 2019.

O valor aproximado para a implantação da Central de Custódia na capital é de um milhão, oitocentos e cinquenta mil reais. (é necessária a aquisição da infraestrutura).

Proposta 838: A proposta visa a adequação das instalações e o aparelhamento da Casa da Mulher Mineira, unidade policial voltada ao atendimento de demandas espontâneas de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, em Belo Horizonte. Esta medida se torna necessária considerando o aumento no número de atendimentos registrados nos anos de 2023 e 2024, embora a unidade tenha sido inaugurada em 2022, nas instalações da antiga fábrica de cigarros Souza Cruz.

Valor estimado: R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Proposta 883: Ampliar o maior valor de investimento para as entidades Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Ministério Público.

Novo objetivo do programa: apoio e maior verba.

Nova finalidade da ação: investimento.

Novo público-alvo: todo o estado.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$300.000,00.

Região/alteração: em todo o estado.

Outros/alteração: que o órgão militar consolide recursos aos demais.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 259:

Proposta 457: A proposta objetiva substituir armas que apresentam falhas de funcionamento e aumentar o número de operações e cursos de aperfeiçoamento, a fim de potencializar as apurações de crimes, melhorar a eficiência da Polícia Civil e atuar de forma mais expressiva na redução dos índices de criminalidade na região norte do estado de Minas Gerais.

Entre as justificativas para a aquisição de novo armamento estão: melhores condições de trabalho no combate à criminalidade, maior segurança para os policiais, maior agilidade e eficiência nas ações operacionais, necessidade de treinamento constante para aprimorar o desempenho profissional e ampliação da percepção de segurança da população atendida por esse departamento.

Essa aquisição possibilita o trabalho com equipamentos de melhor precisão e qualidade de tiros para disparos de longa distância, recarga rápida, melhor ergonomia e mais dispositivos de segurança, além de reaparelhar as unidades policiais do 11º Departamento de Polícia Civil.

Proposta 461: A cidade de Jaíba possui uma extensa e complexa zona rural devido à implementação do Perímetro de Irrigação do Jaíba, ou Projeto Jaíba. Esse projeto é considerado o maior perímetro irrigado em área contínua da América Latina e o segundo maior do mundo, o que, naturalmente, gera uma maior demanda de Polícia Judiciária.

Instalada em um imóvel pertencente ao Estado de Minas Gerais, a delegacia de Jaíba enfrenta problemas decorrentes de instalações físicas antigas, dificultando a implantação de melhorias para o atendimento à população e para o trabalho dos servidores, tornando necessária uma reforma e revitalização ampla do imóvel.

A reforma do imóvel favorecerá a criação de melhores condições de trabalho, permitindo um acolhimento mais eficaz para aqueles que buscam atendimento na Unidade Policial de Jaíba. Além disso, possibilitará o cumprimento das normas de acessibilidade e regulamentações de construção e segurança, promovendo uma arquitetura mais inclusiva. Com uma estrutura mais apropriada, os serviços prestados serão aperfeiçoados, e o atendimento à população será mais humanizado.

Proposta 464: A reforma e revitalização da 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Janaúba visa reformar e revitalizar as instalações físicas do prédio com a finalidade de melhorar as condições físicas do imóvel já existente e readequá-lo para uso da Polícia Judiciária, uma vez que o prédio possui espaço favorável para atendimento a todas as necessidades da delegacia.

Instalada em um imóvel que pertence ao Estado de Minas Gerais, a 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil apresenta problemas relacionados às condições físicas e estruturais do imóvel e à falta de adequação do espaço interno para abrigar todos os setores e criar novos ambientes de trabalho, de atendimento à população e de trabalho para os servidores.

Com a reforma e revitalização de mais salas, que serão utilizadas como auditórios para oitivas, haverá ampliação de espaço interno para atendimento à população, melhorando as condições de recepção do público externo e de trabalho para os servidores.

Proposta 465: O imóvel que abriga a Delegacia de Polícia Civil de Coração de Jesus foi ergido há vários anos e não passou por intervenções significativas ao longo do tempo. Em vista disso, é necessário o aporte de novos recursos financeiros para a execução de obras de reformas e adequação dos ambientes internos e externos da construção antiga, que não foram contemplados na última reforma e ampliação.

A estrutura atual não atende mais às necessidades da corporação, já que a concepção do imóvel está em desacordo com as novas funcionalidades e com a dinâmica de trabalho da Polícia Civil. Além disso, as instalações físicas encontram-se desgastadas e obsoletas.

A conclusão das obras de reforma e revitalização da Delegacia é importante porque trará melhorias para a estrutura física que favorecerão a realização de um atendimento com mais comodidade, mais humanizado e acolhedor à população.

Proposta 496: O imóvel no qual se encontra instalada a Delegacia de Polícia Civil de Manga é um imóvel alugado que não possui estrutura adequada para a prestação de serviços de Polícia Judiciária, impedindo uma melhor divisão entre os setores, criação de novos espaços de trabalho e de atendimento mais humanizado e acolhedor, o que dificulta a implantação de melhorias para o atendimento à população e de trabalho para os servidores.

A nova sede contemplará a construção de uma edificação com recepção mais ampla, com sala de espera, espaço de atendimento para os setores de identificação e trânsito, cartórios para oitivas, gabinete para delegados, inspetores, banheiros com adaptações para pessoas com deficiência física e/ou com mobilidade reduzida.

O desejo é aumentar a relação de confiança da comunidade no trabalho da instituição, proporcionando um ambiente mais humanizado, onde as pessoas possam ser recebidas de forma digna, com atendimento rápido e eficaz no momento em que passam por situações delicadas em suas vidas.

Proposta 503: Instalada em um imóvel que pertence ao Estado de Minas Gerais, a Delegacia de Polícia Civil de Brasília de Minas apresenta problemas relacionados à estrutura física e à falta de espaço para alocar os setores e criar novos espaços de trabalho e de atendimento mais humanizado e acolhedor, o que dificulta a implantação de melhorias para o atendimento à população e de trabalho para os servidores.

Com a construção de mais salas, que serão utilizadas como cartórios para oitivas, haverá ampliação do espaço interno para atendimento à população. A delegacia recebe vítimas de diversos crimes, sendo importante que as mesmas encontrem um ambiente mais estruturado e humanizado. Porém, esse atendimento diferenciado sofre limitações no imóvel atual e não tem a maior amplitude na unidade policial devido aos problemas estruturais e à falta de espaço apropriado.

Desse modo, com a execução do projeto, haverá a reorganização dos setores da Delegacia, ou seja, cada espaço será utilizado adequadamente, proporcionando uma maior qualidade nos serviços prestados e melhor acolhimento à população.

Proposta 820: A toda segurança, Polícia Civil, corpo de bombeiros e ministério público que tem maior curso divigente e articulador estadual que possa atuar em todo o Estado e pequenas cidades com investimento sustentável.

Proposta 828: Os aparelhos de Flatscan são equipamentos de escaneamento corporal que são utilizados para identificação de lesões e notadamente para localização dos projetis de arma de fogo durante as perícias de necropsia (para elucidação dos crimes).

São equipamentos que possuem blindagem e podem ser operados pelos auxiliares de necropsia e médicos legistas e não necessitam de mão de obra especializada de técnicos de radiologia e não precisam de monitoramento de exposição de raio-x através de dosímetros. Sendo assim, são de fácil implementação.

Postos médicos legais como PML de Uberaba, Betim, Uberlândia, Passos, Pouso Alegre, Varginha, Três Corações, Patos de Minas, Montes Claros, Juiz de Fora, Poços de Caldas e outros podem ser imensamente beneficiados com a instalação de aparelhos Flatscan.

O custo médio estimado para aquisição com instalação é de cerca de R\$1.700.000,00.

Proposta 829: O Instituto Médico Legal André Roquette (IML – BH) possui laboratórios especializados, a saber, o laboratório de toxicologia e o laboratório de anatomia patológica. O laboratório de toxicologia possui modernos equipamentos, os cromatógrafos, que realizam exames para detecção de drogas, medicamentos e outras substâncias, em amostras biológicas (sangue e urina, por exemplo) coletadas dos periciados de todo o estado, durante as perícias de necropsia e no vivo. O laboratório de anatomia patológica também possui importantes equipamentos, como processador de tecidos, central de inclusão em parafina, micrótomos, microscópios, estufas, etc, que são utilizados para realização de exames anátomo-patológicos em amostras teciduais coletadas dos periciados para ajudar a causa da morte e, portanto, contribuindo com esclarecimento de crimes. Atualmente, o IML-BH sofre com infiltrações que deterioram a estrutura predial e ameaçam a integridade desses importantes equipamentos e de outros, como um aparelho de tomografia. O projeto de reforma do telhado é estimado em R\$400.000,00. O Instituto Médico Legal realiza a maioria das perícias de necropsias da região metropolitana de BH. O sistema de refrigeração necessita de modernização. O projeto prevê modernização do sistema de refrigeração, tratamento do ar e controle de qualidade do ar interno do necrotério do Instituto Médico Legal André Roquette (Imlar) e tem valor estimado para sua execução de R\$520.000,00.

Proposta 831: Nos últimos anos, a perícia oficial da Polícia Civil de Minas Gerais tem enfrentado grandes desafios devido à limitação de recursos financeiros destinados exclusivamente ao custeio de atividades rotineiras, como manutenção de equipamentos e despesas operacionais. Apesar de essenciais, esses recursos não contemplam investimentos em modernização tecnológica, fator indispensável para a evolução e eficiência dos exames periciais. Esse cenário de restrições orçamentárias tem comprometido a capacidade da perícia de acompanhar os avanços científicos e tecnológicos para enfrentar a crescente complexidade dos crimes. A perícia é, por sua natureza, baseada em tecnologia; equipamentos de ponta, softwares especializados e técnicas modernas são ferramentas imprescindíveis para garantir exames precisos e confiáveis. Investir em tecnologia para a perícia é investir na credibilidade das provas técnicas e no fortalecimento do sistema judicial como um todo.

O valor estimado do projeto é R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Proposta 833: Desde a publicação da Lei 13.965/2019, conhecida como pacote anticrime, a custódia dos vestígios ficou sob a responsabilidade da perícia criminal. No estado de MG, há 63 Seções Técnicas Regionais de Criminalística que atendem todo o

estado. Cada uma destas STRCs deve possuir uma Unidade Regional de Custódia (URC) para a devida custódia dos vestígios. As URCs devem ser implementadas observando questões de segurança, organização, pesquisa e auditoria. Para tanto, são necessários, além de um imóvel adequado, equipamentos e materiais.

Em relação à segurança, devem ser equipadas com fechaduras biométricas, câmeras de segurança, portas maciças, grades nas janelas, entre outros. Para a organização dos itens, são necessários armários, cofres, estantes, prateleiras, entre outros. Também são necessários computadores, mesas, cadeiras, *softwares* de controle de entrada e saída dos materiais, entre outros.

Todas as necessidades precisam de recurso orçamentário para serem atendidas. Desde 2016, não recebemos recurso permanente ordinário, o que dificulta a aquisição dos itens necessários. Precisamos de recurso extraordinário, e emenda parlamentar é um ótimo instrumento para a solução do problema.

O valor aproximado para a implementação de cada URC é de R\$320.000,00, não considerando o imóvel.

Proposta 836: Considerando que, mesmo após 5 anos de vigência da Lei 13.964, não foi implementada uma estrutura, mesmo que provisória, para abrigar adequadamente os vestígios criminais e tratar, com a celeridade que o caso requer, dos protocolos de entrada e destinação dos materiais para aplicação em todo o estado, esta proposta pretende chamar a atenção para a situação e buscar recurso para a ação 1051 – Implementação da Cadeia de Custódia da Prova em Minas Gerais. Essa ação consta do orçamento da Polícia Civil há alguns anos, porém nenhum recurso orçamentário foi para ela direcionado ou suplementado.

Para a estruturação da Central de Custódia na capital, é necessária a aquisição da infraestrutura apresentada no Plano de Ação desenvolvido pelo grupo de trabalho da Polícia Civil. A Central de Custódia possui uma estrutura semelhante a um grande almoxarifado, com uma área administrativa capaz de supervisionar as 63 Unidades de Custódia do interior, e uma área específica para o descarte dos vestígios criminais após a autorização judicial.

O valor aproximado para a implantação da Central de Custódia na capital é de um milhão, oitocentos e cinquenta mil reais.

Proposta 838: A violência de gênero trata-se de um projeto complexo, de raízes sociais profundas, que fere os direitos fundamentais e indisponíveis do ser humano. Nesse sentido, a implementação de políticas públicas por parte do Estado torna-se necessária. Dentre os aparatos estatais, visando um atendimento mais humanizado e eficiente, a Polícia Civil de MG, em 30/03/2022, inaugurou a Casa da Mulher Mineira (CMM), unidade policial voltada ao atendimento de demandas espontâneas de mulheres vítimas de violência doméstica, familiar e sexual em situação de vulnerabilidade.

Assim, torna-se imprescindível a apresentação do presente projeto de adequação das instalações e aparelhamento da CMM, tendo como objeto o fortalecimento das políticas de segurança pública voltadas à prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, por meio da adequação das instalações e aparelhamento. O objetivo é fortalecer as políticas de prevenção e enfrentamento à violência e criminalidade, com foco na promoção de uma segurança pública cidadã, humanizada e integrada, com atenção especial às mulheres vítimas de violências.

Os objetivos almejados neste projeto fundamentam-se na Lei 13.675/2018. A reforma e os equipamentos atendem ao escopo da ação orçamentária 4BM, além de corroborarem com a Lei 14.316/2022. Sua relevância justifica-se pelo acréscimo no número de atendimentos registrados entre os anos de 2023 e 2024. Tem-se como público-alvo direto a população do estado de MG, especialmente mulheres em situação de vulnerabilidade; e como público-alvo indireto os servidores da PCMG, por meio da melhoria da infraestrutura institucional e das condições laborais, o que se traduz em uma melhor prestação de serviços à sociedade.

Valor estimado: R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Proposta 883: Nos autos, entendemos que a entidade seja uma fonte de estágio contingente em todo o estado e não apenas nas cidades maiores e de renda mais alta, citando cidades como Santa Luzia, Conselheiro Lafaiete e Alfenas.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 120/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 729 – Processo Legislativo –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponente: Junior José da Silva.

Proposta 269: Alteração da ação 4239 para possibilitar o empréstimo de livros na Biblioteca da ALMG, para a População externa.

Proposta 272: Disponibilização no formato EAD do Curso Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas, e das disciplinas isoladas desta mesma especialização.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 269: PROGRAMA 729 – PROCESSO LEGISLATIVO. AÇÃO: 4239 – ELABORAÇÃO LEGISLATIVA E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. Incluir na ação, a instalação de sistema de empréstimo de livros na Biblioteca da ALMG, para a População externa. Responsável: ALMG. Motivo: A ALMG dispõe de uma ótima biblioteca, porém a População externa não tem acesso a sistema de empréstimo de livros, como normalmente existem em outras bibliotecas da cidade. A implantação deste sistema, visa facilitar a População o acesso aos livros, e principalmente da possibilidade de levar o livro dentro de determinado tempo, e posteriormente realizar a entrega do livro na biblioteca.

Proposta 272: PROGRAMA 729 – PROCESSO LEGISLATIVO. AÇÃO: 4239 – ELABORAÇÃO LEGISLATIVA E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. Incluir na ação, a disponibilização no formato EAD do Curso Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas, e das disciplinas isoladas desta mesma especialização. Curso este promovido pela ALMG, através da Escola do Legislativo.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 121/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 149 – Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponente: Leandro Jesus Maia.

Texto: Ação 5003 – Alô, Minas! – Implantação de Sinal de Telefonia Celular nas Localidades e Distritos dos Municípios Mineiros: considero este projeto do Governo do Estado essencial para a população mineira pois leva o acesso a tecnologia as pessoas que mais precisam, beneficiando milhares de mineiros que residem em áreas rurais ou afastadas das cidades. Recentemente tivemos a seleção pública do Alô! Minas – Fase II onde tivemos a participação de apenas uma operadora e várias localidades do edital não tiveram propostas (+ 50% das localidades). Gostaria de sugerir que o projeto fosse acompanhado pelos deputados estaduais com mais empenho, gostaria que a Seplag ouvisse mais as justificativas das operadoras em relação a não participação na seleção pública e dessa forma implementasse alterações para que a maioria das localidades no edital recebam propostas nas futuras seleções públicas do programa. Ao Governo do Estado de Minas Gerais e a ALMG gostaria de solicitar para o ano de 2025 a realização de uma nova Seleção Pública do Alô! Minas, aumentar o orçamento público destinado ao projeto para que uma quantidade maior de localidades

possam ser beneficiadas (sugiro 400 ou mais localidades na próxima seleção pública) número maior do que o proposto no PPAG 2025 para o projeto. E principalmente alterar os requisitos mínimos em relação a quantidade de eleitores ou alunos matriculados para que uma localidade ou distrito seja selecionado no programa. Atualmente esses requisitos são 500 eleitores ou 200 alunos matriculados em escolas. Sugiro uma redução para 300 eleitores ou 80 alunos matriculados. Com essa alteração nos requisitos localidades que mais tem dificuldades para receber investimentos através do interesse das próprias operadoras poderão ser beneficiadas. Além disso as localidades que tiverem maior quantidade populacional inscritas nos programas sociais do Governo Federal ou do Governo Estadual devem ter mais prioridade no momento de seleção das localidades pela Seplag. Outra alteração muito importante para não prejudicar os municípios seria a aceitação por parte da Seplag a inscrição de localidades próximas como uma inscrição única de localidade pois em vários municípios temos conjuntos de localidades próximas que juntas atendem aos requisitos do projeto e em algumas situações a construção de uma ERB (torre de celular) pode atender duas ou mais localidades. Dessa forma podemos aumentar as localidades beneficiadas com a utilização de menos recursos públicos.

Para finalizar peço a ALMG a aceitação das minhas sugestões e que fosse aumentado o orçamento do estado destinado a esse importante projeto para os mineiros.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 122/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 64 – Assistência Farmacêutica –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponente: Sebastião Fortunato de Faria Filho.

Texto: ESTRUTURAR O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE FORMA A SER INSERIDA EM TODOS NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE DE FORMA INTEGRADA, COM A INSERÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA FARMÁCIA, COM O OBJETIVO DO CUIDADO INTEGRAL DO USUÁRIO.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 123/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 63 – Vigilância em Saúde –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Ana Dias da Silva, Sebastião Fortunato de Faria Filho.

Proposta 302: ATUAR NA ESTRATÉGIA DA REDE NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DOS TRABALHADORES COM O PROPÓSITO DE IMPLEMENTAR A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES DO SUS.

Proposta 389: Proposta: possibilidade de vacinação de crianças e adolescentes diretamente nas escolas públicas, conforme autorização dos pais. Sabe-se da dificuldade de levar os filhos para se vacinar durante o horário de expediente e em dias úteis. A regulamentação da vacinação nas escolas seria uma alternativa para maior alcance da imunização das crianças.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 302:

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 124/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 62 – Acesso a Serviços de Saúde –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponente: Sebastião Fortunato de Faria Filho.

Texto: QUALIFICAR O TRANSPORTE SANITÁRIO QUE PROMOVA PROTEÇÃO E SEGURANÇA DOS USUÁRIOS DO SUS EM PARCERIA COM O COPE.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 125/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 37 – Valorização e Saúde do Servidor –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Aci Alves dos Santos, Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Terezinha Oliveira da Rocha, Filipe Delabrida de Souza (Defesa Civil de Itabirito), Sidnei Eustáquio dos Santos (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Carolina Nunes Dias, Cassiano Almeida Nolasco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Gerson Coelho Cavalcante Junior.

Proposta 315: Diante da necessidade de promover ações de valorização profissional e atenção à saúde com foco nos servidores da Polícia Civil de Minas Gerais e seus familiares, apresenta-se o Projeto Saúde Móvel, que versa sobre a ampliação da oferta e acesso aos serviços pelo Hospital da Polícia Civil (HPC), por meio da aquisição de veículo e equipamentos destinados ao transporte e atendimento à pacientes. Assim, será possível ampliar a oferta e acesso aos serviços de saúde prestados pelo HPC aos servidores da PCMG e seus familiares, sobretudo àqueles que se encontram no interior do estado; além de fomentar a melhoria da qualidade de vida dos servidores e seus familiares, no que tange à percepção bem-estar e satisfação.

Segundo estimativas da Diretoria de Transportes da PCMG, o custo aproximado de aquisição do veículo em tela é de R\$680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais).

Proposta 337: A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), conforme previsto na Constituição Federal de 1988, possui a atribuição de exercer, em âmbito estadual, a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais. Encarregando-se, em

sobremaneira, da apuração de crimes e contravenções, sempre objetivando a segurança pública, a promoção de direitos e o fortalecimento da democracia.

A PCMG possui em sua estrutura diversas unidades, nas quais são alocados servidores (policiais e administrativos), devidamente capacitados para atender as demandas institucionais e sociais. No âmbito da formação profissional, a PCMG conta com a Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, unidade responsável pelo desenvolvimento profissional e técnico-científico dos servidores, sob a qual se encontra subordinada a Escola Estadual Ordem e Progresso (EEOP) destinada a oferta de ensino regular, de níveis fundamental e médio.

Desde sua fundação, na década de 1960, a EEOP possui um importante papel social, visto que se propunha, a princípio, suprir a necessidade de escolarização de funcionários e seus dependentes. Atualmente, seus serviços se estendem aos filhos de policiais e das famílias de comunidades ao entorno.

O EEOP tem como missão oferecer aos seus educandos uma educação escolar de qualidade, visando o seu desenvolvimento e seu preparo para o exercício consciente e crítico da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996). Para tal, necessita ofertar aos seus alunos contextos favoráveis, que potencializem o aprendizado e socialização.

Nesse sentido, o presente projeto que visa a aquisição de sistema de climatização para as salas de aula da EEOP, a fim de proporcionar ambientes de ensino e aprendizagem mais saudáveis e profícuos para alunos e professores. Almeja contribuir para a melhoria do rendimento escolar e das condições laborais ofertadas aos docentes, bem como, para a prevenção de problemas de saúde resultantes da falta de ventilação e calor extremo.

Tal demanda baseia-se na necessidade de adequação das salas de aula, visto que contam somente com janelas tipo basculantes para entrada de ventilação e refrigeração. As altas temperaturas, além do desconforto térmico, tem resultado em prejuízos à qualidade do ensino e a saúde de professores e alunos. Situação que se agrava frente às ondas de calor e aumento da temperatura decorrente das mudanças climáticas.

Cabe destacar que, atualmente, a escola atende o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio Regular (1º ao 3º ano). Possui, aproximadamente, 1.300 alunos e divididos em três turnos (manhã, tarde e noite), em turmas compostas por, em média, 37 alunos.

A PCMG compreende que investimentos na saúde e bem-estar são necessários para o bom funcionamento de qualquer instituição e, da mesma maneira, para a garantia de uma educação de qualidade. Também reitera que os processos de ensino e aprendizagem dependem de ambientes salubres, devidamente ventilados e climatizados, para que professores e alunos possam desenvolver todo seu potencial. Ademais, ressalta o compromisso institucional com promoção e garantia dos direitos humanos e da cidadania, o qual se estabelece com a aproximação com a comunidade e em processos formativos de cidadãos críticos, éticos, conscientes, capazes de cumprir com a responsabilidade social, sempre respeitando as diferenças.

Os objetivos almejados neste projeto fundamentam-se na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que estabelece como diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e encontram-se em consonância e ao programa – 5116 – Segurança Pública Cidadania.

Os equipamentos solicitados convergem com o escopo da Ação Orçamentária 21BM, que prioriza, dentre outros aspectos, o desenvolvimento de ações que visem à saúde no trabalho e qualidade de vida para os profissionais da segurança pública e de defesa civil.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$1.000.000,00

Proposta 793: Climatização das salas de aula e setores administrativos

Acréscimo meta financeira: R\$800.000,00

Proposta 826: Projeto saúde móvel consiste na ampliação do atendimento biopsicossocial prestado pelo Hospital da Polícia Civil – HPC – estendido aos 19 departamentos do Estado com equipe de médicos, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais, deslocando-se em veículo móvel adaptado para atendimento aos servidores policiais ativos, inativos e dependentes.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: 680.000,00

Proposta 830: Promoção da saúde física e mental dos servidores da polícia civil. Palestras saúde mental e nutricional. Capacitação para as equipes que prestam os atendimentos.

Acréscimo meta física: 1

Acréscimo meta financeira: 200.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 315:

Proposta 337:

Proposta 793: A escola estadual Ordem e Progresso atende aproximadamente 1.300 alunos dependentes de servidores da Polícia Civil e famílias da comunidade externa. O presente projeto visa a aquisição de sistema de climatização para as salas de aula e setores administrativos a fim de proporcionar ambiente de ensino e aprendizagem mais saudáveis e profícuos para alunos e professores contribuindo para a melhoria do rendimento escolar e das condições laborais ofertadas aos alunos, professores e servidores administrativos, refletindo na prevenção de problemas de saúde resultantes da precariedade de ventilação e calor externo.

O valor orçado visa atender o objetivo principal que é a climatização, sendo necessário a adequação da rede elétrica para o devido fim.

A climatização visa assegurar ambiente saudável que impactará na melhoria do rendimento escolar e condições favoráveis para que o profissional desenvolva suas atividades da melhor maneira possível aumentando a satisfação e o desempenho profissional da mesma forma que previne possíveis malefícios associados ao calor extremo e à ventilação precária.

Insta salientar que o aprimoramento do conforto térmico das salas de aula e setores administrativos impactará certamente no desenvolvimento e aproveitamento das atividades de ensino e aprendizagem.

Proposta 826: Este projeto tem como objetivo a valorização e melhoria constante da saúde do servidor da polícia civil e dos demais usuários do hospital da polícia civil, proporcionando um trabalho mais produtivo e saudável. Considerando o cenário atual onde a chefia da polícia visa um melhor atendimento dos servidores do Estado, considerando que o HPC está localizado na capital do Estado, com a aquisição deste veículo terá uma abrangência maior de servidores, que não conseguem muitas vezes se deslocar para a capital para atendimento médico e psicológico.

Proposta 830: Considerando o estresse e as condições de trabalho dos servidores da polícia civil.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 126/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 168 – Gestão da Rede Física Estadual de Ensino –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que

dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Ana Dias da Silva, Cassiano Almeida Nolasco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Francis Maurice Hubert Mouton (Conselho Municipal de Habitação de Conselheiro Lafaiete), João Vicente Gomes (Associação Regional Escolas Famílias Agrícolas Dom Luciano de Catas Altas da Noruega), Luciana Eliza Motta de Paula (Coletivo Das Mulheres Pretas em prol de todas as mulheres), Viviane Roberta dos Santos (Coletivo Das Mulheres Pretas em prol de todas as mulheres), Erica Cristina da Silva França (Instituto Ser Feliz), Rita de Cássia Moreira (Conselho de Alimentação Escolar), Luciana Caldeira de Paula Ricardo (Conselho Estadual de Alimentação Escolar), Dora Dutra (Instituto Ser Feliz), Daudet De Oliveira Junior, Conceicao Lima Lopes (Associação Comunitária Lagoa de Santo Antônio), Alisson Correia Dias (Fundação Dirce Figueiredo), Cristiana Marques Fernandes (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité), Fernanda Moreira Izidoro Silva (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité).

Proposta 385: Proposta: Em todos os municípios onde não há Teatro Público (edifício específico para apresentações teatrais) que seja construído em ao menos em uma escola estadual (que disponha de espaço ocioso) a estrutura arquitetônica para esta finalidade. Sendo de acesso às demais escolas e à comunidade. Há muita carência de espaços voltados à cultura, especialmente em municípios menores, com esta ação haverá ampliação de acesso e fomento à cultura, além de incentivar aos jovens à prática cultural cênica e ampliação das possibilidades pedagógicas nas escolas estaduais.

Proposta 387: Proposta: ampliação e adequação dos banheiros escolares com chuveiros para banho, atender demanda dos alunos do tempo integral que ficam na escola por mais de dez horas diárias.

Proposta 677: A proposta é a reforma e manutenção da quadra poliesportiva e da academia do *campus* Pouso Alegre do IFSULDEMINAS. O valor estimado para a execução desse projeto é de R\$282.000.

Proposta 678: A proposta é a construção de rampas cobertas, pavimentação acessível e a instalação de piso tátil em locais estratégicos no Campus Pouso Alegre do IFSULMINAS. O valor estimado para a execução desse projeto é de R\$215.000.

Proposta 679: A proposta visa o fomento ao projeto "Educação em Clima Ideal", com o objetivo de garantir conforto para o aprendizado e inovação no Campus Pouso Alegre do IFSULMINAS. O projeto prevê a instalação de novos sistemas de climatização nos laboratórios e salas de aula. O valor estimado para a execução deste projeto é de R\$149.000.

Proposta 886: O repasse de R\$2.072.000 será destinado à EFA Dom Luciano, na região intermediária de Barbacena, localizada em Boa Vista. O valor será utilizado para cobrir despesas como salários de monitores e funcionários, transporte, reforma e outros custos.

Proposta 887: Será destinado um valor de R\$300.000 para a reforma do prédio da Escola Família Agrícola (EFA) Chico Mendes, localizada no município de Conselheiro Pena.

Proposta 888: Será destinado o valor de R\$300.000 para a reforma do prédio da Escola Família Agrícola (EFA) Padre Adolfo Kalping, localizada no município de Formiga. A reforma visa adequar as instalações da escola, garantindo um ambiente mais seguro e adequado para os alunos e a comunidade escolar.

Proposta 889: Será destinada a quantia de R\$1.000.000 para a construção de um anexo da EFA Dom Luciano, destinado aos alunos do sexto ao nono ano da comunidade Rancho Novo, em Conselheiro Lafaiete.

Proposta 891: Será destinado um valor de R\$292.514.713 para a reforma das cozinhas, despensas e refeitórios das escolas estaduais de Minas Gerais.

Proposta 913: O Projeto Biblioteca Resistência visa criar uma biblioteca com temática antirracista na Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Ibirité. O objetivo é disponibilizar obras de autores negros e publicações sobre questões étnico-

raciais, proporcionando um espaço de acesso à literatura que contribua para a reflexão e o fortalecimento de uma educação antirracista. O valor previsto para o projeto é de R\$250.000

Proposta 891: Será destinado um valor de R\$292.514.713 para a reforma das cozinhas, despensas e refeitórios das escolas estaduais de Minas Gerais.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 385: Proposta 387:

Proposta 677: A prática do esporte é um elemento crucial no ambiente educacional, oferecendo aos jovens a oportunidade de desenvolver competências que vão além da sala de aula. O projeto "Crescer em Movimento" visa proporcionar um ambiente adequado e seguro para diversas atividades esportivas, por meio da reforma e manutenção da quadra poliesportiva e da academia. Com esse recurso, será possível executar etapas fundamentais para a melhoria das condições esportivas no campus, beneficiando diretamente os estudantes e a comunidade local.

Proposta 678: Esta proposta busca adequar o Campus Pouso Alegre do IFSULMINAS às normas de acessibilidade, com a construção de rampas cobertas, pavimentação acessível e piso tátil em locais estratégicos, criando um ambiente inclusivo e seguro. A cobertura das rampas é essencial para proteger os usuários contra intempéries, aumentando o conforto e a segurança. Essas melhorias são fundamentais para garantir o direito à acessibilidade para todos os estudantes e visitantes, promovendo igualdade de acesso e autonomia para todas as pessoas.

Proposta 679: O projeto "Educação em Clima Ideal" busca otimizar as condições de ensino e aprendizado no campus, impactando diretamente as iniciativas de estudantes e docentes. Ambientes climatizados têm um efeito positivo na concentração, produtividade e bem-estar dos alunos, criando condições ideais para práticas educativas inovadoras e, conseqüentemente, melhorando a qualidade do ensino. A instalação de novos sistemas de ar condicionado é essencial para alcançar esse conforto, alinhando-se às melhores práticas de eficiência energética e segurança, garantindo um ambiente propício ao aprendizado.

Proposta 886: A EFA Dom Luciano, ao introduzir um novo curso, não pode apresentar alunos na base de cálculo para este ano. No entanto, conforme a legislação de Minas Gerais, é possível garantir os recursos no PPAG (Plano Plurianual de Ação Governamental) se aprovado. O curso planejado é o técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, o qual terá um custo per capita de R\$15.500, e o EJA (Educação de Jovens e Adultos) terá um custo per capita de R\$14.600. Para 2025, o valor previsto para o curso técnico em Agropecuária é de R\$1.050.000 e para o EJA é de R\$1.022.000. As EFAs, conforme a Lei 14.614 de 2023, estão habilitadas a receber recursos públicos e podem acessar recursos do fundo por meio da Secretaria Estadual de Educação.

Proposta 887: A EFA Chico Mendes iniciou suas atividades em 1990 e foi encerrada em 2007. No entanto, as comunidades ao redor mobilizaram a base para o retorno das atividades da escola, previsto para fevereiro de 2026. O prédio, que é antigo, necessita de adequações para atender às normas da Resolução CEE-1468/2024, incluindo acessibilidade e segurança. Assim, é fundamental realizar a restauração e adaptação de toda a infraestrutura da escola para garantir um ambiente adequado e seguro para os estudantes.

Proposta 888: A EFA Padre Adolfo Kalping iniciou suas atividades em 1990 e foi encerrada em 2001. Felizmente, as comunidades ao redor decidiram mobilizar a base para o retorno das atividades escolares, com previsão para fevereiro de 2026. O prédio, que é antigo, necessita de uma restauração completa, incluindo a adaptação da pintura, telhado e outras partes da estrutura. Além disso, será necessário adequar o prédio às normas da Resolução CEE-1468/2024, garantindo acessibilidade e conformidade com as normas de segurança.

Proposta 889: Muitas famílias que conhecem a metodologia e o desenvolvimento integral oferecido pelos educadores da EFA Dom Luciano solicitam a mesma oportunidade para os alunos do sexto ao nono ano do ensino fundamental regular. A grande

maioria das escolas rurais da região já atende até o quinto ano, e essa ampliação é vista como essencial para evitar o êxodo rural e garantir a permanência dos jovens na área rural, proporcionando uma educação de qualidade. Além disso, a construção do anexo permitirá a oferta de alimentação saudável para os estudantes, contribuindo para o bem-estar da população da região. O terreno para a construção já está disponível, e o investimento de R\$1.000.000 será destinado a essa obra, ampliando o acesso à educação na localidade.

Proposta 891: Muitas escolas estaduais de Minas Gerais enfrentam sérias dificuldades em relação às suas cozinhas, despensas e refeitórios, com algumas sequer possuindo essas estruturas básicas. Quando essas áreas estão em péssimas condições, a qualidade da alimentação escolar fica comprometida, o que pode afetar negativamente a aceitação da comida pelos alunos e, conseqüentemente, seu desenvolvimento físico e cognitivo. A falta de uma infraestrutura adequada prejudica a segurança alimentar, o que é essencial para o bem-estar dos estudantes. Por isso, o investimento de R\$292.514.713 visa reformar essas áreas, proporcionando melhores condições para a preparação e distribuição de refeições, garantindo não só a qualidade da alimentação, mas também o impacto positivo no desenvolvimento dos alunos.

Proposta 913: A Uemg/Ibirité, voltada exclusivamente para cursos de licenciatura, desempenha um papel crucial na formação de futuros professores que atuarão na educação básica. Dado o contexto social e as desigualdades predominantes, é essencial que esses docentes estejam preparados para abordar a diversidade e combater o racismo nas salas de aula. A criação de uma biblioteca antirracista na universidade visa fornecer aos estudantes acesso a uma literatura que representa vozes e experiências muitas vezes marginalizadas. A inclusão de uma seleção de obras infantis é uma estratégia importante para capacitar os licenciados a trabalhar com crianças desde cedo, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

Esse projeto contribui para a formação de professores mais conscientes e preparados para atuar de maneira inclusiva, promovendo uma educação igualitária e antirracista. Além disso, incentiva o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas, alinhadas aos princípios de justiça social e direitos humanos, reforçando o compromisso da universidade com a formação cidadã e socialmente responsável.

Proposta 891: Muitas escolas estaduais de Minas Gerais enfrentam sérias dificuldades em relação às suas cozinhas, despensas e refeitórios, com algumas sequer possuindo essas estruturas básicas. Quando essas áreas estão em péssimas condições, a qualidade da alimentação escolar fica comprometida, o que pode afetar negativamente a aceitação da comida pelos alunos e, conseqüentemente, seu desenvolvimento físico e cognitivo. A falta de uma infraestrutura adequada prejudica a segurança alimentar, o que é essencial para o bem-estar dos estudantes. Por isso, o investimento de R\$292.514.713 visa reformar essas áreas, proporcionando melhores condições para a preparação e distribuição de refeições, garantindo não só a qualidade da alimentação, mas também o impacto positivo no desenvolvimento dos alunos.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 127/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 167 – Programa Estadual de Desenvolvimento da Educação Básica –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Ana Dias da Silva, Joelma Francini Carneiro Souza (Prefeitura Municipal de Cristina), Maria do Carmo Pereira de Castro (Escola Estadual Elias Jorge Zenun), Valéria Cristina da Silva (Escola Estadual Elias Jorge Zenun), Ivanil Pereira de Souza (Prefeitura Municipal de Cristina), Conrado Gomes de Souza (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Valéria Aparecida Vieira (Instituto Escola Viva), Alexandre Thomé da Silva de Almeida (Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Sul de Minas), Antônio Afonso de Oliveira, Margarete Shinobu Shukuri, Isabella Carolina Ferreira Filaretti e Silva, Glenda Manoela de Oliveira Dias Timóteo, Daudet De Oliveira Junior, Conceição Lima Lopes (Associação Comunitária Lagoa de Santo Antônio), Alisson Correia Dias (Fundação Dirce Figueiredo), Cristiana Marques Fernandes (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité), Fernanda Moreira Izidoro Silva (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité), Bárbara de Paula Leite.

Proposta 386: Proposta: recursos financeiros às escolas estaduais, via termos de compromisso, destinados à compra de uniformes escolares para os alunos. A necessidade de padronização e identificação dos discentes durante o período escolar, bem como a proporcionalização de um ambiente igualitário. Regulamentação da obrigatoriedade do uso de uniformes escolares e benefícios às famílias de baixa renda.

Proposta 648: Projeto de implementação do programa de produção de cultura nas escolas, a ser realizado no município de Carmo da Cachoeira. Através de oficinas e salões de ideias, o projeto promoverá o diálogo sobre temas relevantes para os jovens, estimulando a reflexão e a criação de ações que atendam às suas necessidades e demandas sociais. O programa incentivará a gestão da juventude, criando espaços de participação ativa onde os jovens poderão propor soluções criativas e mobilizar ações que impactem positivamente suas comunidades. Contará com um investimento de R\$200.000,00.

Proposta 702: Levar aos alunos das escolas estaduais do 5º ao 9º ano sobre seus direitos e deveres perante a sociedade. As crianças e os adolescentes, além de ter amparo na Constituição Federal, contam com o ECA (Estatuto da criança e do adolescente). Meta financeira: R\$750.000,00.

Proposta 908: Este projeto visa implementar uma metodologia prática e interativa de educação financeira nas escolas de Minas Gerais, com o objetivo de preencher uma lacuna importante no currículo escolar, já que muitas escolas ainda não oferecem conteúdos relacionados a finanças pessoais. A proposta é promover o aprendizado sobre temas essenciais, como finanças pessoais, orçamento doméstico, consumo consciente, planejamento financeiro e investimentos, de forma adaptada à realidade dos estudantes e suas famílias. O valor destinado ao projeto é de R\$50.000

Proposta 915: Projeto de Requalificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase, em Ibirité.

3. \*Educação Ambiental\*: Sensibilizar a comunidade sobre a importância da preservação ambiental.

Estrutura do Projeto

3. \*Educação Ambiental (R\$20.000,00)\*

– \*Programa Educativo\*: Desenvolver um programa de educação ambiental para escolas, focando na preservação da biodiversidade.

– \*Material Didático\*: Produzir materiais informativos sobre fauna e flora nativas, distribuindo em escolas e centros comunitários.

Resultados Esperados

– \*Educação e Conscientização\*: Aumento da conscientização ambiental entre os moradores, promovendo práticas sustentáveis.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 386: Proposta 648: Primeiramente, é importante destacar a carência de políticas públicas eficazes para a juventude e a falta de espaços de participação que atendam às suas necessidades. Atualmente, o ensino médio não tem conseguido motivar os jovens em relação aos seus objetivos profissionais e à preparação para o mercado de trabalho. Muitos jovens se sentem desmotivados em uma fase crucial de suas vidas, com poucas opções de inovação e sem perspectivas de futuro. Isso resulta em

uma grande evasão, especialmente nas pequenas cidades, onde os jovens se veem obrigados a se mudar para outros municípios em busca de oportunidades de estudo e trabalho.

Além disso, há uma carência de espaços em que os próprios jovens possam ser protagonistas, gerindo suas iniciativas, debatendo ideias e propondo soluções para os problemas de suas comunidades.

O Instituto Escola Viva propõe ações inovadoras para despertar o interesse e engajamento dos jovens, utilizando metodologias e abordagens modernas para fomentar o progresso e a participação ativa. O projeto visa criar, ao final, espaços de debate onde os jovens possam discutir temas relevantes e executar pequenos projetos desenvolvidos por eles mesmos.

Proposta 702: As crianças e os adolescentes são membros da sociedade civil e são dignas de direitos e deveres. Além da Constituição Federal, o ECA é também o regime de leis que garante os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes. A importância de familiarizar estudantes com conceitos de cidadania e direitos e mostrá-los que são parte ativa da sociedade. Ao terem conhecimento de seus direitos e deveres, as crianças e adolescentes conseguem ter consciência se estão sendo resguardados pelo ECA, é fundamental nesse combate também no encorajamento da denúncia, além de fortalecer e levar ao conhecimento das crianças a importância dos Conselhos Tutelares.

Proposta 908: A educação financeira é uma habilidade essencial para o desenvolvimento de indivíduos capazes de tomar decisões mais conscientes e responsáveis ao longo da vida. Incluir esse tema no currículo escolar contribui diretamente para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios econômicos e tomar decisões que impactem positivamente suas vidas pessoais e sua atuação na sociedade. Em Minas Gerais, muitas escolas estaduais ainda não oferecem conteúdo relacionado à educação financeira. Para enfrentar essa lacuna, este projeto visa implementar uma metodologia prática e interativa que promova o aprendizado sobre finanças pessoais, orçamento doméstico, consumo consciente, planejamento financeiro e investimentos, de forma adaptada à realidade dos estudantes e suas famílias. A metodologia será baseada em atividades práticas, jogos educativos, *workshops* e oficinas, que permitirão aos estudantes e professores aplicar os conceitos aprendidos no cotidiano. Essas atividades também fomentarão um ambiente de aprendizado ativo, onde o envolvimento e a interação são incentivados.

Resultados Esperados: 1. Aumento da conscientização financeira: Espera-se que os alunos desenvolvam um comportamento mais responsável em relação ao consumo e à gestão do dinheiro, aplicando os conceitos de forma prática. 2. Melhora na compreensão do planejamento financeiro: Alunos e professores terão uma compreensão mais aprofundada sobre a importância do planejamento financeiro, da poupança e dos investimentos como ferramentas para alcançar objetivos pessoais e familiares. 3. Formação de uma rede de professores capacitados: O projeto visa capacitar um grupo de professores para disseminar os conceitos de educação financeira de forma interdisciplinar. 4. Engajamento em ações de empreendedorismo: Os estudantes serão incentivados a aplicar os conceitos financeiros em ações práticas, como iniciativas de empreendedorismo. 5. Aplicação dos conceitos financeiros no dia a dia: Os alunos aprenderão a integrar os conhecimentos adquiridos ao seu cotidiano.

Proposta 915: A Roça Manzo Kilumino Kiamase, em Ibirité, é um espaço cultural vital que enfrenta desafios como degradação do solo e poluição hídrica. Este projeto tem como objetivo requalificar a área, promovendo a recuperação da biodiversidade e a valorização das práticas culturais locais. A preservação da Roca é crucial para garantir que futuras gerações usufruam dos benefícios ambientais e culturais, integrando ações de conservação, educação e promoção cultural. Conclusão: Com um investimento de R\$20.000,00 [R\$100.000 ao todo, com todas as propostas que foram desmembradas] o \*Projeto de Requalificação Ambiental da Roça Manzo Kilumino Kiamase\* busca restaurar o equilíbrio ecológico, valorizar a cultura local e promover a sustentabilidade. A participação ativa da comunidade será fundamental para o sucesso do projeto, que pretende construir um futuro saudável e sustentável para todos, harmonizando natureza e cultura.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 128/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 162 – Programa de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da Rede Estadual de Ensino –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Ana Dias da Silva, Erica Cristina da Silva França (Instituto Ser Feliz), Rita de Cássia Moreira (Conselho de Alimentação Escolar), Dora Dutra (Instituto Ser Feliz), Luciana Caldeira de Paula Ricardo (Conselho Estadual de Alimentação Escolar).

Proposta 388: Ampliação de professores eventuais para atender demandas dos anos finais do ensino fundamental e médio. Hoje, só é permitido a contratação de professores eventuais para os anos iniciais do ensino fundamental, com a finalidade de substituição imediata do professor regente de turma. No entanto, essa demanda também é necessária nas demais turmas do ensino fundamental anos finais e médio, para substituição imediata do regente de aulas. Função essa que fica a cargo do professor de uso de biblioteca e/ou especialista da educação básica, que ficam em desvio de função. Sendo, que muitas escolas, acaba que a biblioteca fica fechada, pois o professor que deveria estar lá em suas funções, vai para a sala de aula em substituição imediata ao regente de aulas que se ausentou naquele momento e até que a escola realize nova contratação em substituição e/ou cargo vago.

Proposta 395: aumento no número de ASBs (Auxiliar de Serviços Básicos) nas escolas estaduais, observando o tamanho da estrutura da unidade escolar, não somente o número de alunos e turmas. Há várias escolas com espaços amplos e, no entanto, o número de servidores para a realização da limpeza e manutenção não são suficientes para a demanda.

Proposta 893: Aumentar o número de auxiliares de serviço básico responsáveis pela elaboração da alimentação escolar no ensino fundamental e no ensino médio nas escolas estaduais de Minas Gerais. Sem valor específico.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 388: Proposta 395:

Proposta 893: Com as recentes mudanças nas resoluções do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a alimentação escolar nas escolas estaduais de Minas Gerais passou a ser mais saudável e completa, incluindo refeições balanceadas com arroz, feijão, carne, salada e suco. No entanto, apesar da melhoria na qualidade das refeições, o número de profissionais responsáveis pela execução da alimentação escolar permanece o mesmo de quando a merenda era basicamente um mingau, o que tem sobrecarregado esses trabalhadores. Essa carga de trabalho excessiva tem gerado um aumento no número de atestados médicos e piora nas condições de saúde dos profissionais, que não estão conseguindo dar conta da demanda crescente de preparação e distribuição de refeições, que agora exige mais tempo e esforço.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 129/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 138 – Concessão de Auxílio Financeiro, Seguro e Pecúlio –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponente: Ana Dias da Silva.

Texto: Proposta: auxílio financeiro aos servidores estaduais, com filhos atípicos (TEA) que não conseguem custear as terapias, que não são atendidos por entidades públicas com esta finalidade, mediante comprovação.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 130/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 169 – Gestão do Sistema Estadual de Educação –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Ana Dias da Silva, Erica Cristina da Silva França (Instituto Ser Feliz), Dora Dutra (Instituto Ser Feliz), Rita de Cássia Moreira (Conselho de Alimentação Escolar), Luciana Caldeira de Paula Ricardo (Conselho Estadual de Alimentação Escolar).

Proposta 394: Criação do portal da transparência da educação mineira, com todos os recursos e gastos com a educação (Fundeb, Qese, etc), com informações claras e precisas, inclusive com acesso a todas as informações de cada prefeitura municipal. Obrigatoriedade de lançamento e alimentação desse portal da transparência, por todos os entes envolvidos.

Proposta 892: Será destinado o valor de R\$204.662,00 para realizar capacitações para conselheiros de alimentação escolar, fornecendo materiais para a realização das visitas, além de materiais para a divulgação do Caemg (Conselho de Alimentação Escolar de Minas Gerais) nas escolas e nas regionais de ensino. Também será disponibilizado recursos humanos para apoiar essas ações.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 394:

Proposta 892: Os conselheiros de alimentação escolar (CAE) do estado de Minas Gerais frequentemente precisam de capacitação para estarem aptos a fiscalizar adequadamente a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Além disso, quando organizam visitas às escolas, os conselheiros devem usar toucas e jalecos, mas esses materiais precisam ser adquiridos com recursos próprios, já que o estado não fornece. O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) também recebe denúncias sobre o programa, mas o canal de denúncia não é amplamente divulgado, devido à falta de materiais para divulgação.

Além disso, o secretário executivo do CAE é responsável por dois conselhos (CAE e Fundeb), além de lidar com as demandas da própria Secretaria de Educação de Minas Gerais.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 131/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 73 – Moradas Gerais –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Clauder Vianini Cesar, Joao Antonio Valle Diniz, Joao Antonio Valle Diniz (João Diniz Arquitetura Ltda), Edilberto Fernandes Pinto (Associação dos Moradores de Aluguel de Minas Gerais).

Proposta 404: 73 a assistência as pessoas carentes que não tem moradia deve ser ampliada pelo governo federal e governo estadual. Muitas são as famílias que não tem onde morar. O Aluguel come na mesa das crianças, pais e responsáveis. Quando se tem uma casa, o dinheiro do aluguel chega até o prato da família. É preciso ampliar o projeto de casas populares para famílias carentes Pitangui

Proposta 408: Habitat-gerais é a proposição que visa a elaboração de projetos de urbanismo e arquitetura que atendam às demandas habitacionais das diferentes regiões do estado de Minas Gerais. A proposta não visa criar um padrão específico e repetível em todo o estado, mas interagir com as diversidades culturais e tecnológicas de cada região a partir das formas de morar e dos sistemas construtivos desenvolvidos e disponíveis em cada parte do estado. A questão habitacional neste caso não vem integrada com a escala urbana respondendo ao mesmo tempo às escala privadas e pública. As unidades de vizinhança a serem propostas não se limitam aos espaços da casa, ou do apartamento, mas à criação dos ambientes de fruição coletiva e de serviços imediatos, propondo mais um bairro integrado e de certa forma autônomo, que um conjunto habitacional carente e distante de interações com o convívio e os serviços essenciais da cidade. Os sistemas a serem propostos considerarão, em cada caso específico e de acordo com aspectos locais, as tecnologias ofertadas pelo parque industrial de MG, tais como as estruturas metálicas, os pré-moldados em concreto, as construções em alvenaria armada ou portante, e o uso da madeira industrializado. Serão considerados também, quando for o caso, os sistemas tradicionais e artesanais como as arquiteturas de terra, e as edificações em eucalipto ou bambu. Os espaços habitacionais propriamente ditos não se restringirão a unidades com áreas padronizadas, levando em conta aspectos de flexibilidade e adaptação dos espaços, considerando as diversas conformações exigidas, pelos diversos modelos familiares da atualidade e às mudanças pelas quais estes grupos passam durante a vida, sugerindo mudanças constantes no espaço da moradia. Além desta abrangência tecnológica pretende-se também interagir com as formas existentes de produção de espaços de moradias coletivas e econômicas. Assim serão levados em conta as políticas governamentais ligadas à habitação, bem como os sistemas de financiamento e produção por parte do setor privado de tais espaços imobiliários. Eventualmente poderão ser estudados sistemas de concepções provisórios como locações, permutas, e ocupações de médio prazo. Todos estes sistemas terão como linha mestra a questão ecológica visando minimizar todos os tipos de impactos ambientais dos empreendimentos no que diz respeito à produção dos materiais utilizados, à escolha das locações, à operação dos espaços construídos, à sua capacidade e absorver mudanças, à promoção de densidades populacionais adequadas, à interação com os recursos hídricos e com a vegetação natural e proposta, ao consumo energético das unidades e à acessibilidade universal, física e social de seus espaços.

Proposta 791: Capacitação sobre o Projeto de Lei nº 195/2023, que trata da moradia social por meio de autogestão.

Nova finalidade para a ação 4184: Capacitar os gestores e técnicos e a sociedade civil (OSs, ONGs, OSCIPs) nas regiões intermediárias sobre o Projeto de Lei nº 195/2023.

Público-alvo: gestores e técnicos municipais e gestores da sociedade civil.

Acréscimo na meta física: 13

Acréscimo na meta financeira: R\$300 mil

Proposta 837: Realização de Estudo em âmbito estadual para investigar novas maneiras de planejamento urbano e arquitetônico para unidades de vizinhanças integradas pelos espaços da moradia e de serviços imediatos, bem como áreas de fruição, lazer e cultura, em parceria com o instituto Daghobe de Montes Claros. Proposta denominada “Habitat-gerais”.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:**

Proposta 837: A proposta visa contribuir com os estudos existentes na área de urbanismo e arquitetura voltados às populações carentes. Proposta denominada “Habitat Gerais”.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 132/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 130 – Infraestrutura do Sistema Prisional –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Wagner de Almeida Bacelar, Luan Santos Guimarães (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Marta Amélia Moreira Santos Lima (Instituto Social Acreditar e Lutar), Wladimir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais), Geisiane Rodrigues da Costa, Antônio Claret de Assis Junior (Instituto Social Acreditar e Lutar), Rayane Soares Santos.

Proposta 446: Programa: Segurança Pública – Sistemas Socioeducativo e Prisional

130 Infraestrutura do Sistema Prisional

1. Aquisição de Ar-Condicionado para o Presídio de São Francisco

Proposta 843: Tornar o sistema prisional mais acessível e humanizado para pessoas com deficiência nele custodiadas. Propõe-se a reestruturação do presídio Professor Jacy de Assis (Uberlândia/MG), para que o mesmo se torne acessível, de acordo com a NBR 9050 – norma técnica de acessibilidade.

Nova finalidade da ação: Suprir as unidades prisionais de tecnologias, equipamentos e espaços que otimizem a custódia, incluindo a pessoa com deficiência custodiada, e os procedimentos de segurança.

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$5.000.000,00

Região/alteração: Incluir a região intermediária de Uberlândia.

Proposta 854: Para assegurar a manutenção das vagas dispostas nas Apacs, bem como expandi-las, é necessário recursos para construção e ampliação estrutural, na ordem mínima, se possível, de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais). A FBAC, como guardião do método Apac, responsável pela congregação e fiscalização, é proponente e requer o montante para as Apacs de MG que possuem propriedade própria.

Novo objetivo do programa: Ampliação do número de vagas, aumentando a meta física, com mais vagas nas Apacs, permitindo e custeando a construção de novos prédios ou ampliação dos existentes.

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$3.000.000,00.

Região/alteração: Estadual.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 446: Justificativa: O Presídio de São Francisco enfrenta temperaturas altas e condições de ventilação atmosféricas, o que prejudica a saúde e o bem-estar tanto dos detentos quanto dos funcionários. A instalação de ar-condicionado nas enfermarias e setores administrativos ajudará a criar um ambiente interno mais saudável e adequado, essencial para a manutenção da qualidade de vida e das condições de trabalho. Custo Estimado: Ar-condicionado de alta capacidade para uso

institucional custam entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00 cada. Com a necessidade de três unidades, o orçamento total previsto é de R\$15.000,00.

Proposta 843: A finalidade da proposta é tornar o presídio Professor Jacy de Assis mais acessível e humanizado para as pessoas com deficiência custodiadas. No referido ambiente, existem várias barreiras arquitetônicas que prejudicam a locomoção, o uso do espaço coletivo, a comunicação, o transporte, dentre outros.

Proposta 854: As Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – Apacs – que possuem terrenos próprios e/ou têm a titularidade de suas propriedades, situadas no estado de Minas Gerais, demandam recursos destinados à construção e/ou ampliação das estruturas de seus Centros de Reintegração Social. Em nome dessas Apacs, a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) é a entidade responsável pela solicitação dos recursos, em razão de sua finalidade social e institucional de congregar e assessorar as Apacs, além de sua condição de guardião do Método Apac. Assim, a FBAC atua para assegurar as condições necessárias ao adequado processo de reintegração social dos recuperandos. Outrossim, é importante frisar os altos resultados positivos do método Apac e o baixo custo operacional. Isso se confirma pelo estudo realizado pelo TJMG, que aponta a taxa de recuperação superior a 86%, ou seja, a reincidência é de 13,9% e o custo de manutenção de vaga na média de R\$1.500,00. Para expandir essa política pública, a quantia requerida de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) é para a construção e/ou ampliação dos Centros de Reintegração Social. Por fim, a FBAC, como guardião do método Apac, esclarece que o recurso financeiro será para as unidades do estado de Minas Gerais, que atendem aos requisitos legais.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 133/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 7 – Educação Superior –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: José Naldo Anastácio Ribeiro, Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Fernando Augusto Freitas Dias (Fundação Sara Albuquerque Costa), Vilma Pereira Santos (Associação dos Amigos de Camarinhas), Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Silvana Soares de Oliveira Amorim (Fundação Sara Albuquerque Costa), Helen Clesia Souza, Angelica de Santana Rocha, Luiz Matheus Nunes de Queiroz (Associação Cultural Pontense), Rita Adriana de Cássia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Iara Maria Teixeira de Sousa (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz), Adenizio Pereira de Siqueira, Iara Maria Teixeira de Sousa, Antônio Roberto da Silva (Câmara Municipal de Bocaiúva), Rita Adriana de Cassia Martins Soares (11º Departamento de Polícia Civil), Agmar Pereira Lima, Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas).

Proposta 533: Destinação de recursos para moradia estudantil na Unimontes

Valor: R\$600.000,00

Proposta 535: Destinar recursos para políticas públicas de apoio à moradia Estudantil para os estudantes da Unimontes. Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).

Proposta 596: Destinação de recursos para que a incubadora tecnológica de cooperativa popular ITCP da Universidade Estadual de Montes Claros Unimontes de continuidade às ações de incubação de empreendimentos locais de economia popular solidária contemplando as atividades de artesãos e artistas organizados em associações cooperativas e grupos informais.

Objetivo do programa: fomento as atividades da incubadora tecnológica das cooperativas populares da Universidade Estadual de Montes Claros um ITCP Unimontes

Público alvo: produtores e produtores dos diversos ramos da economia popular solidária interessados na formação cultural técnica promovida pela incubadora tecnológica de cooperativas populares – ITCP inter Unimontes.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$300.000,00

Proposta 769: Criar condições adequadas para garantir a permanência e o acesso ao ensino superior aos estudantes da cidade de São João da Ponte Minas Gerais que necessitam deslocar até a cidades mais próximas que ofertam os cursos superiores, bem como atender as mães solteiras de baixa renda com auxílio babá para poder estudar.

Meta financeira R\$150.000,00.

Proposta 780: Criar condições adequadas para garantir a permanência e o acesso ao ensino superior aos estudantes da cidade de São João da Ponte Minas Gerais que necessitam deslocar até a cidades mais próximas que ofertam os cursos superiores, bem como atender as mães solteiras de baixa renda com auxílio babá para poder estudar.

Meta financeira R\$150.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 533:

Proposta 535: O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Estadual Montes Claros (Unimontes), entidade máxima da representação estudantil recebe diariamente relatos de alunos que estão como a graduação sob risco devido à falta de uma moradia estudantil que garante segurança habitacional. O campus Darcy Ribeiro está localizado no município que é a capital do Norte e Minas, fazendo com que diariamente milhares de alunos precisem se deslocar de suas cidades para desenvolverem as atividades do curso, inclusive colocando sob risco a vida dessas pessoas que se arriscam dia a dia. No ano de 2022, o estudante do curso de Direito faleceu em um acidente quando retornava de Montes Claros a Bocaiuva. Afrânio Bitencourt estava no 10º período do curso e já havia passado no mestrado da Universidade. Além dos matriculados que trafegam toda semana, também há centenas de estudantes que se encontram em condição de vulnerabilidade social devido ao alto valor dos alugueis na cidade, especialmente no bairro próximos ao campus universitário. Faz-se de grande urgência que a política pública de acesso à moradia estudantil seja ampliada a fim de assistir mais estudantes, além do reajuste no valor das bolsas. O atual valor de R\$312,00 (trezentos e doze reais) por mês é incompatível com a realidade montes-clarenses. No intuito de frear a evasão estudantil que acomete a nossa instituição e garantir dignidade para que os alunos possam desenvolver o ensino, pesquisa e extensão, o DCE reivindica que sejam aplicados recursos públicos para melhorar as políticas existentes e impulsionar a construção da primeira moradia estudantil, ao todo, cerca de 1.100 (mil e cem) estudantes necessitam desse direito para continuarem a contribuir com o desenvolvimento social de Montes Claros.

Proposta 596: A solicitação se justifica pelo fato de que uma incubadora tecnológica de cooperativas populares é o local de referência para a formação cultural ética e técnica dos empreendimentos da economia popular solidária mas, no momento a incubadora encontra-se em situação de desfinanciamento não contando com orçamento em qualquer instância do governo que contém a continuidade de suas atividades.

Proposta 769: Associação cultural e estudantil Pontense vem abaixo requerer:

Considerando que existem projetos de leis de assistência estudantil em tramitação na Câmara bem como Programa estadual de assistência estudantil mas que não contemplam as necessidades dos estudantes de ensino superior que vivem em cidades do interior e que demandam do transporte universitário suportado pelos próprios estudantes da Unimontes e beneficiários do Fies. Considerando ainda que os estudantes de baixa renda do município não conseguem pagar o valor da mensalidade tendo em vista que o ensino

superior já é demasiadamente superior. Considerando ainda que a democratização do curso de ensino superior por si só não garante aos estudantes o acesso de uma forma geral se os estudantes pequenas cidades não possuírem as condições de transporte e permanecem nesses cursos. Considerando que para as mães solteiras esse problema é ainda maior pois precisam deixar os filhos em casa para pegar o transporte para outro município voltando somente na madrugada do outro dia necessitando assim de maior atenção para evitar a evasão do ensino superior. Dessa forma, busca-se a concessão de benefícios aos estudantes da Asap que abarca estudantes de várias localidades do município e região a fim de garantir pleno acesso ao ensino superior e demais cursos e evitar evasão motivada pela desigualdade regional e econômica.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 134/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 27 – Gestão Ambiental.  
–, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Jessica Cristina Rodrigues (Associação Mantenedora dos Animais), Paulo Cesar de Aguiar (Paulinho Aguiar Promoções), Ivaneide da Silva Souza (Redesol), Fabiana de Oliveira Gama (Associação Comunitária Cultural, Social, Ambiental e Desportiva de Quartel Geral – MG), Rodrigo Martins Souza e Silva, Cecília Aparecida do Carmo, Daudet de Oliveira Júnior, Conceição Lima Lopes (Associação Comunitária Lagoa de Santo Antônio), Alisson Correia Dias (Fundação Dirce Figueiredo), Cristiana Marques Fernandes (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibité), Fernanda Moreira Izidoro Silva (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibité), Rafael Moreira da Silva (Associação Mantenedora dos Animais), Giovana Aparecida Ribeiro Dias (Associação Mantenedora dos Animais).

Proposta 541: Acréscimo de meta financeira no valor de R\$65.000,00 para aquisição de veículo para Associação Mantenedora dos Animais de Guaranésia.

Proposta 543: Ação 4047

Repasse de recursos para custeio de ração e medicamentos para os animais da Associação Mantenedora dos Animais em Guaranésia, no valor de R\$100.000,00.

Proposta 619: Ação 4047

– Carimbar recursos de R\$215.000,00 (duzentos e quinze mil reais) para formalização de dois instrumentos para a Associação de Proteção aos Animais de Tiros – Aspat –, em especial, contemplando convênio para aquisição de veículo adaptado para resgate animal.

Carimbar recursos de R\$215.000,00 (duzentos e quinze mil reais) para o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Paranaíba – Cispar.

Proposta 627: Ação 4045

Carimbar recurso de R\$2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais) para contemplar 29 municípios do Alto São Francisco para implantar o programa Jovens Mineiros Sustentáveis no Município de Quartel Geral com inclusão de ações em Parques.

Proposta 631: Ação 4045

Carimbar recurso de R\$100.000,00 (cem mil reais) para implantar o Programa Jovens Mineiros Sustentáveis no Município de Quartel Geral com inclusão de ações dentro do Parque Municipal de Quartel Geral.

Proposta 901: Ação 4045

Acréscimo na meta física de 1 e na meta financeira de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), para fortalecer o projeto Rede Comunitária em Ação – Recoa – de Pedro Leopoldo, em especial o projeto de educação socioambiental que envolve crianças e jovens, “Guardiões da Reciclagem” para fomentar o uso da tecnologia social “Muros Inteligentes”.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 541: A Associação Mantenedora dos Animais de Guaranésia atua há 10 anos nos resgates de animais em situação de vulnerabilidade, sendo animais de rua e de famílias de baixa renda. Todo resgate e atendimento em clínicas são feitos por voluntários que utilizam os próprios carros, dificultando, assim, os resgates e atendimentos. Recebemos inúmeros pedidos e denúncias contra maus-tratos. Um veículo para a entidade viria beneficiar ainda mais animais e mais famílias a serem atendidas.

Proposta 543: A Associação Mantenedora dos Animais de Guaranésia atua de forma voluntária e incansável na proteção e assistência dos animais de rua. Nosso trabalho envolve diversas frentes, tais como resgate de animais em situação de risco, assistência veterinária, fornecimento de alimentação adequada, castrações, acompanhamento de denúncias de maus-tratos, conscientização da sociedade, etc.

Hoje, nosso centro de proteção é responsável por mais de 60 vidas animais, gerando custos mensais com alimentação em média R\$3.200,00 por mês, manutenção como limpeza e produtos, em média R\$1.800,00 e custos com médico veterinário, sempre acima de R\$5.000,00.

Contamos com a ajuda de voluntários para execução de todas as atividades, inclusive no empréstimo dos próprios veículos para atender às chamadas de denúncias e resgates.

O repasse de recursos para custeio destas atividades visa diminuir o número de dívidas tomadas pela Associação, a fim de poder aumentar os animais beneficiados.

Proposta 619: A proteção da fauna doméstica é uma questão vigente que impacta diretamente a saúde pública e o bem-estar das comunidades mineiras. Muitos municípios, especialmente de pequeno porte e áreas rurais, enfrentam limitações financeiras e estruturais para implementar políticas de controle e cuidado dos animais domésticos. A ausência mencionada impede ações fundamentais como resgate, atendimento médico-veterinário, castrações, vacinação e campanha de conscientização, aumentando o risco de proliferação de zoonoses e abandono. Com recursos ampliados, a Semad poderá oferecer maior suporte técnico e material para que os municípios e sociedade civil possam realizar ações preventivas e assistenciais com eficácia, incluindo aquisição de veículos para resgate, insumos para tratamento veterinário, campanhas de adoção e castração. Essa parceria contribuirá para a formação de uma rede de proteção solidária e duradoura, promovendo não apenas o bem-estar animal, mas também a segurança e saúde da comunidade.

Proposta 627: Fomentar a educação ambiental nos municípios do Alto São Francisco, contribuindo com a reflexão e conscientização, diante das mudanças climáticas.

O programa Jovens Mineiros Sustentáveis é da Semad.

Proposta 631: Fomentar a educação ambiental no Município de Quartel Geral, aproveitando que a escola municipal se encontra ao lado do Parque. Mobilização social para trabalho de conscientização ambiental, principalmente as consequências das mudanças climáticas.

Proposta 901: De acordo com a política nacional de recursos sólidos (Lei nº 12.305, de 2010), desde o ano de 2014 todos os municípios brasileiros tiveram que dispor adequadamente seus rejeitos. Os materiais recicláveis deveriam ser coletados, encaminhados pelos municípios com apoio das associações ou cooperativas de catadores para destinação correta no ciclo de vida dos produtos. Para implementar esta ação cada município deveria estabelecer a coleta seletiva. Em 2013, com objetivo de fortalecer a

participação comunitária por meio de ações coletivas, foi criada uma rede para fortalecer as associações, entre elas a Associação Comunitária de Lagoa de Santo Antônio e bairros adjacentes – Unicom – e Associação Movimento Lagoa Viva – SOS Lagoa de Santo Antônio –, com foco ambiental de uma região inserida num território de significativa vulnerabilidade social e grande importância porém frágeis características ambientais. Esse projeto Recoa culminou na implantação da tecnologia social “Muros Inteligentes” instalados nas escolas parques, posto de saúde da cidade. Para fomentar o uso correto desta tecnologia social com a temática voltada para a questão ambiental, coleta seletiva e fortalecimento institucional das ODBs (Organizações de base, associações) surge o projeto “Guardiões da reciclagem”. Considerando que o caminho mais sólido para atingir objetivos tão importantes, tão ousados é a educação. Os atores para esta transformação são crianças e jovens capazes de absorver ensinamentos valiosos e serem multiplicadores desses ensinamentos em suas famílias, no entorno de suas residências, suas ruas, quarteirões, bairro. Essa formação envolve aulas de teatro, de escrevivência, de formação socioambiental, de visitas de campo no território, blitz educativa, ações de mobilização ambiental, exemplos de como alimentar os muros e outras ações afins.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 135/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 118 – Educação e Sucessão Rural –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Paulo Cesar Gomes Amorim Junior (Federação Unicafe), Geraldo Magela da Silva (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais), Getúlio Gomes Vieira (Federação Unicafe), Antonio Carlos Bagle (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Alaíde Lúcia Bagetto Moraes, Lucas Martins Ferreira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Cassiano Almeida Nolasco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Julio Cesar de Carvalho e Almeida (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – Coordenadoria Regional Varginha), Fernando Augusto Bettio (Polícia Civil de Minas Gerais), Vanessa Maria Martins (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Heitor Schiavon Cougo (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – Coordenadoria Regional Varginha), Aroldo Souza Arcanjo (Polícia Civil de Minas Gerais), Alexandre Francisco Amaral Arantes (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – Coordenadoria Regional Varginha), João Paulo Calori Gomes.

Proposta 567: Por meio da ação 4405, ampliar as vagas para jovens agricultores familiares atendidos pelo programa “Futuro no campo”, lançado recentemente pela Emater.

Acréscimo na meta física: 1.500 (mil e quinhentos) jovens.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em R\$8.000,00 (oito milhões de reais).

Proposta 665: Acréscimo de metas física e financeira da Ação 4405 na Região Intermediária de Varginha com o objetivo de estender o programa “Apoio ao Jovem Rural” através da ação, atendendo a juventude rural proveniente da agricultura familiar, por ser a que mais sofre em relação à estrutura de apoio para dar continuidade à vida e à atividade no campo.

Meta física: 20 cursos e capacitações realizadas.

Meta Financeira: R\$60.000,00

Proposta 675: Pedido de providências à Seplag e ao IMA para que os recursos destinados à educação sanitária possam ser utilizados de forma mais livre, acrescentando, no planejamento das políticas, os recursos podem ser utilizados com maior liberdade, com aquisição de materiais para realização de metodologias ativas educacionais, inclusive lanche, panfletos, etc.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 567: Após o anúncio do programa “Futuro no campo”, houve um grande interesse por parte dos jovens agricultores. Entretanto, o número de vagas ofertadas é muito pequeno.

Proposta 665: No que diz respeito à sucessão rural, a agricultura familiar é a mais impactada, em função da falta de estrutura financeira. Alguns jovens chegam até a desistir. Se houver mais estrutura e condições, a sucessão rural poderia ser aumentada.

Proposta 675: O IMA desenvolve um excelente trabalho de educação sanitária em todo o Estado. Atualmente vem mudando a forma como faz a educação sanitária, garantindo maior envolvimento dos atores, e consequentemente melhorando o status sanitário do Estado de Minas Gerais, a saúde pública e a fixação do homem no campo.

Um fator muito limitante para a execução da educação sanitária mais eficiente é a forma como os recursos podem ser utilizados.

Sugiro, então, que o recurso destinado à educação sanitária possa ser feito de forma mais livre, com a possibilidade de adquirir materiais para a realização de metodologias ativas educacionais, inclusive lanches e brindes.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 136/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 131 – Articulação Interfederativa, Atração de Investimentos, Captação e Transferência de Recursos e Parcerias –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Anael Salomão Alvarenga (Associação Cultural Ile Axé Iemanjá), Giovana Lopes Mori de Resende (Sindicato dos Produtores Rurais de Candeias), Lucas Gazzinelli Guimarães (Prefeitura Municipal de Monte Sião), João Batista Miguel, Cassiano Alves Maçaneiro (Núcleos Pedagógicos de Orquestra do Sul de Minas), Marcelo Silva (Associação Cultural Ile Axé Iemanjá), Evandro Antônio de Oliveira (Associação dos Moçambiqueiros de Guape), Eliz Regina Florencio (Secretaria Municipal de Cultura), Ravizio Augusto Bento (Congado Guapé), Leandro Marcelino da Silva (Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida), Marilaine Rabelo Rodrigues, Aryanne Ribeiro (Conselho Estadual de Política Cultural – Consec), Andre Evangelista da Silva Neto (Câmara Municipal de Guaranésia), Marco Aurélio Sarrassini (Câmara Municipal de Guaxupé), Nilda Aparecida Silva, Gilmar de Carvalho Marques (Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida), Daniel Alexandre M. Domingos (Associação e Projeto Águia).

Texto: Criação do Parque Municipal do Café em Candeias, com o objetivo de incentivar e preservar as tradições culturais locais relacionadas à produção de café, além de oferecer um espaço coletivo e preparado para a promoção da cultura e o desenvolvimento econômico do município. O valor solicitado para a criação do Parque Municipal do Café é de R\$1.500.000

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** A proposta é criar o Parque do Café em Candeias, um espaço destinado à preservação ambiental, promoção cultural e desenvolvimento econômico, com foco na valorização da história e da cultura cafeeira da região. O café é uma das commodities mais importantes do Brasil, com grande relevância histórica, econômica e cultural, e a criação deste parque visa destacar

a importância dessa tradição. O parque não só promoverá o turismo, como também será um ponto de referência para visitantes, pesquisadores e amantes do café, tornando-se um centro de aprendizado e valorização da cultura cafeeira.

Dentro do parque, serão construídas diversas estruturas com objetivos específicos, como um museu do café, um centro esportivo, um centro de artes plásticas e teatro, e um centro de apoio à terceira idade. A realização de um estudo de viabilidade será essencial para identificar as áreas mais adequadas para a criação do parque, considerando os aspectos sociais, ambientais e econômicos, além de avaliar o potencial turístico e a possibilidade de integração com a feira local.

Serão desenvolvidos programas educativos sobre a história do café e práticas de conservação ambiental, em parceria com escolas e universidades. O parque também será palco para a realização de festivais do café, feiras gastronômicas e outros eventos que celebrem a cultura cafeeira.

Dentre as justificativas para a criação do Parque do Café estão a estimulação ao empreendedorismo local, o incentivo à parceria com produtores locais para a venda de café e produtos relacionados, o fomento à exportação e o fortalecimento da cadeia produtiva, com especial atenção ao pequeno produtor rural. Dentro do parque, serão implantadas técnicas para a qualificação do café local e oferecidos cursos e feiras para capacitar os produtores e aumentar a visibilidade do café de Candeias em mercados regionais e internacionais.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 137/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 58 – Políticas de Atenção Hospitalar –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Consuelo Aparecida Gonzaga, Terezinha Oliveira da Rocha, Lourdes Machado (Conselho Estadual de Saúde), Renan Santiago Faria (Hospital Nossa Senhora da Saúde), Danilo Bretas de Oliveira (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Faculdade de Medicina), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Juliana Marques Resende, Iris de Souza Almeida (Conselho Estadual de Saúde).

Proposta 590: A proposta é construir o primeiro hospital oncopediátrico do Norte de Minas, com foco no tratamento de câncer infantojuvenil. O projeto visa garantir um padrão de excelência e qualidade no atendimento, visando melhorar os índices de cura dessa doença entre crianças e adolescentes da região. O investimento necessário para a construção e implementação do hospital é de R\$513.659,86.

Alteração da Ação 4123:

Público: Crianças e adolescentes com diagnóstico de câncer e que realizam tratamento onco-hematológico em Montes Claros.

Região:

Intermediária de Montes Claros

Acréscimo de 1 unidade na meta física, e de R\$513.659,86 na meta financeira.

Proposta 4134: Ação nova para ampliação do Conecta Vale no Hospital Nossa Senhora da Saúde, em Diamantina, com o fim de expandir o serviço para o atendimento pediátrico.

Ação Nova: Conecta Vale Urgência e Emergência Pediátrica

Objetivo: Expansão da plataforma interativa em saúde Conecta Vale para atendimentos no formato de teleinterconsulta e educação continuada para atendimentos em urgência e emergência pediátrica.

Finalidade: diminuir a morbimortalidade infantil nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri através do apoio do especialista via teleinterconsulta associado à capacitação contínua em urgência e emergência pediátrica para os profissionais de saúde.

Público-Alvo: população pediátrica e profissionais das equipes multidisciplinares envolvidas no atendimento em urgência e emergência pediátrica (médicos, fisioterapeutas e profissionais da enfermagem).

Meta Física: 31 municípios

Meta Financeira: R\$1.500.000,00

Região: Intermediária de Teófilo Otoni

Proposta 4134: Ação nova para ampliação do Conecta Vale no Hospital Nossa Senhora da Saúde, em Diamantina, com o fim de expandir o serviço para o atendimento pediátrico.

Ação Nova: Conecta Vale Urgência e Emergência Pediátrica

Objetivo: Expansão da plataforma interativa em saúde Conecta Vale para atendimentos no formato de teleinterconsulta e educação continuada para atendimentos em urgência e emergência pediátrica.

Finalidade: diminuir a morbimortalidade infantil nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri através do apoio do especialista via teleinterconsulta associado à capacitação contínua em urgência e emergência pediátrica para os profissionais de saúde.

Público-Alvo: população pediátrica e profissionais das equipes multidisciplinares envolvidas no atendimento em urgência e emergência pediátrica (médicos, fisioterapeutas e profissionais da enfermagem).

Meta Física: 31 municípios

Meta Financeira: R\$1.500.000,00

Região: Intermediária de Teófilo Otoni

Proposta 899: Ação nova para ampliação do Conecta Vale no Hospital Nossa Senhora da Saúde, em Diamantina, com o fim de expandir o serviço para o atendimento pediátrico.

Ação Nova: Conecta Vale Urgência e Emergência Pediátrica

Objetivo: Expansão da plataforma interativa em saúde Conecta Vale para atendimentos no formato de teleinterconsulta e educação continuada para atendimentos em urgência e emergência pediátrica.

Finalidade: diminuir a morbimortalidade infantil nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri através do apoio do especialista via teleinterconsulta associado à capacitação contínua em urgência e emergência pediátrica para os profissionais de saúde.

Público-Alvo: população pediátrica e profissionais das equipes multidisciplinares envolvidas no atendimento em urgência e emergência pediátrica (médicos, fisioterapeutas e profissionais da enfermagem).

Meta Física: 31 municípios

Meta Financeira: R\$1.500.000,00

Região: Intermediária de Teófilo Otoni

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 590: O Hospital de Câncer Sara Albuquerque, atualmente em construção em Montes Claros, terá uma estrutura voltada exclusivamente para o atendimento de crianças e adolescentes com câncer. O terreno de aproximadamente

1.200m<sup>2</sup> foi cedido pela Santa Casa de Misericórdia de Montes Claros, e a localização será na Rua Tiradentes, 770, no Centro da cidade.

Com a construção, o hospital pretende beneficiar cerca de 150 crianças e adolescentes, aumentando em quatro vezes a capacidade de atendimento, oferecendo até 300 quimioterapias mensais, 85 procedimentos por mês, como curativos, implantes de cateter, punções de medula e 200 consultas especializadas mensais. A ampliação da capacidade ocorrerá conforme a demanda, para garantir que o hospital possa atender a todos os pacientes com eficiência.

Além de aumentar a capacidade de atendimento, o projeto propõe um novo conceito de gestão e tratamento, focado na desburocratização, agilidade e melhoria na comunicação entre os diferentes profissionais envolvidos no tratamento. O objetivo é aperfeiçoar a assistência ao paciente e à sua família, diminuindo o tempo necessário para a tomada de decisões, algo fundamental no tratamento do câncer infantojuvenil. Essa abordagem visa também a integração dos serviços de forma horizontal e transversal, proporcionando um atendimento mais fluido e eficiente.

Com esse novo modelo, espera-se alcançar um índice de cura de 80%, reduzir as mutilações físicas e os comprometimentos emocionais dos pacientes, além de promover diagnóstico precoce e mais preciso. A ampliação da capacidade ambulatorial, a implantação do conceito de cuidado integral e a disponibilidade de uma equipe especializada em oncologia pediátrica serão fundamentais para alcançar esses objetivos.

Proposta 4134: O Conecta Vale é uma plataforma de telessaúde que tem como objetivo dar apoio especializado via prontuário eletrônico, no formato de teleinterconsulta, disponível por 24 horas por dia, no atendimento em urgência e emergência. Associado a isso fornece educação continuada para capacitação dos profissionais da rede de saúde das mesorregiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

A mortalidade infantil geral nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri ainda é considerada alta e, segundo os critérios de evitabilidade, apresentou 70% de óbitos classificados como evitáveis. O alto percentual de morte evitável sugere problemas no acesso e na qualidade da assistência prestada pelos serviços de saúde na região. Atualmente o Hospital Nossa Senhora da Saúde, referência no atendimento pediátrico da mesorregião, apresenta dificuldades de redução de indicadores, como o de mortalidade, devido à carência de consultas especializadas no atendimento em urgência e emergência em pediatria.

Devido à extensão geográfica e dificuldade de transporte, aliado às condições das estradas, o paciente necessita de estabilização clínica no município de origem e, para isso, é necessário o apoio do especialista 24 horas associado a treinamento e capacitação dos profissionais.

Proposta 4134: O Conecta Vale é uma plataforma de telessaúde que tem como objetivo dar apoio especializado via prontuário eletrônico, no formato de teleinterconsulta, disponível por 24 horas por dia, no atendimento em urgência e emergência. Associado a isso fornece educação continuada para capacitação dos profissionais da rede de saúde das mesorregiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

A mortalidade infantil geral nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri ainda é considerada alta e, segundo os critérios de evitabilidade, apresentou 70% de óbitos classificados como evitáveis. O alto percentual de morte evitável sugere problemas no acesso e na qualidade da assistência prestada pelos serviços de saúde na região. Atualmente o Hospital Nossa Senhora da Saúde, referência no atendimento pediátrico da mesorregião, apresenta dificuldades de redução de indicadores, como o de mortalidade, devido à carência de consultas especializadas no atendimento em urgência e emergência em pediatria.

Devido à extensão geográfica e dificuldade de transporte, aliado às condições das estradas, o paciente necessita de estabilização clínica no município de origem e, para isso, é necessário o apoio do especialista 24 horas associado a treinamento e capacitação dos profissionais.

Proposta 899: O Conecta Vale é uma plataforma de telessaúde que tem como objetivo dar apoio especializado via prontuário eletrônico, no formato de teleinterconsulta, disponível por 24 horas por dia, no atendimento em urgência e emergência. Associado a isso fornece educação continuada para capacitação dos profissionais da rede de saúde das mesorregiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

A mortalidade infantil geral nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri ainda é considerada alta e, segundo os critérios de evitabilidade, apresentou 70% de óbitos classificados como evitáveis. O alto percentual de morte evitável sugere problemas no acesso e na qualidade da assistência prestada pelos serviços de saúde na região. Atualmente o Hospital Nossa Senhora da Saúde, referência no atendimento pediátrico da mesorregião, apresenta dificuldades de redução de indicadores, como o de mortalidade, devido à carência de consultas especializadas no atendimento em urgência e emergência em pediatria.

Devido à extensão geográfica e dificuldade de transporte, aliado às condições das estradas, o paciente necessita de estabilização clínica no município de origem e, para isso, é necessário o apoio do especialista 24 horas associado a treinamento e capacitação dos profissionais.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 138/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 16 – Inovações e Soluções Tecnológicas para a Agropecuária e a Agroindústria –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Nilce Heloísa Campos de Araújo, Cassiano Almeida Nolasco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Getúlio Gomes Vieira (Federação Unicafe), Paulo Cesar Gomes Amorim Junior (Federação Unicafe), Geraldo Magela da Silva (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais), Lucas Martins Ferreira (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Antonio Carlos Bagle (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais), Alaíde Lúcia Bagetto Moraes.

Texto: Por meio da ação 4018, promover melhoria na infraestrutura da pesquisa e transferência de tecnologia agropecuária no Estado de Minas Gerais, com a realização de obras para atendimento das demandas de pesquisa, aquisição de equipamentos e insumos.

Acréscimo de valor na meta financeira estimado em: R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** A Epamig está há 50 anos sendo referência mineira e nacional na geração de tecnologias voltadas ao aperfeiçoamento, com valiosas contribuições para o fortalecimento de diversos segmentos agropecuários, incluindo a agricultura familiar. A Empresa atua em 10 (dez) programas de pesquisa do setor agropecuário, citando a agroecologia, cafeicultura, recursos hídricos e piscicultura, bovinocultura, flores, hortaliças e plantas medicinais, fruticultura, grãos, leite e derivados, olevinocultura e viticultura. Tem tecnologias que contribuíram para o avanço da agropecuária, com tecnologias como dupla poda, metodologia da extração do azeite extravirgem e a utilização da palma forrageira para alimentação do gado no norte mineiro, dentre outros. Além disso, desde 2002, a Epamig fornece dois cursos superiores: Tecnologia em Laticínios e Agropecuária de Precisão, que fornecerão à MG profissionais qualificados para o mercado de trabalho. Diante dos avanços expostos e demais, a Epamig vem encontrando dificuldade de receber recursos para melhoria da infraestrutura da Empresa, em especial, para os laboratórios responsáveis pelo

desenvolvimento da pesquisa. Assim, solicitamos a presente sugestão de inclusão no PPAG 2024-2027, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para investimento em obras de melhorias da infraestrutura de pesquisa e de transferência de tecnologias.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 139/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 103 – Espaços Culturais, Corpos Artísticos e Órgãos Colegiados –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Albano Silveira Machado (Veredas Assessoria de Políticas Públicas), Maria Assis Santos Silva (Associação do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas), Evay Vilella Lisboa t, Patrícia Santos Melo, Helena Rosmaninho Alves Moreira Gonçalves (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Maria Aparecida Rosário Oliveira, Maicon Douglas dos Santos Silva (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Agmar Pereira Lima, Renato Antônio Amaral Oliveira (Centro de Referência dos Cultos Afro Brasileiros do Norte de Minas), José Batista Junior (Roça Boiadeiro Volta Grande), Elis Medrado Viana (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), Elcione Oliveira Niza (Associação Comunitária dos Artesãos e Artistas de Monte Azul), Igor Anezio Ramos Oliveira (Prefeitura Municipal de Campo Azul), Anelito Pereira de Oliveira (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Margareth Bruno Serikawa (Associação de Artesãos e Produtores Caseiros), Ismenia Aparecida de Oliveira (Associação Bocaiuvense de Artesãos), Flávio Mendes Ferreira (Câmara Municipal de Luislândia), José Ricardo Simões Silva (Associação Comunitária Trupe de Brasília de Minas), Sivaldo Ribeiro dos Santos (Instituto de Desenvolvimento Humano Daghobé), Stefanny Oliva (Prefeitura Municipal de Varzelândia), Nadyla Cristianny Gonçalves Silva, Djalma Gonzaga da Silva (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinprominas), Silvana Fagundes e Andrade (Câmara Municipal de Josenópolis), Gilvanita Alves Serpa Dantas (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), Janete Cardoso dos Santos (Associação Mylla Tomaz Comunidade Quilombola Pena Branca), Maria Aparecida Ferreira Paz Souza (Associação Quilombola de Lapinha), Rafael Moreira Gonçalves (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Andreia Marques Souza (Associação Comunitária do Município de Medina), Cristina Gonçalves de Aguilar (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Renato Paranhos dos Santos (Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha), Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural Valemals), Thales Frederico de Paula Santos, Welerson Rodrigues do Nascimento (Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas), Rodrigo Martins Souza e Silva, Manoel Mendes Jardim, Lorena Vieira Rodrigues, Anderson Martins Ferreira, Mariana Kuymjian , Leonardo Alves dos Santos (Associação Comunitária do Município de Medina), Fábio Rodrigo Pinto Leite, Maria Soares da Silva Figueiredo (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Vilmar Oliveira de Jesus (Instituto Sociocultural Valemals), Wilson Nativo de Jesus, Beatriz Farias Marques, Alvimar Neri Pinto (Grêmio Recreativo Escola de Samba Triunfo Barroco), Luiz Gonzaga Medeiros (Instituto Sociocultural Valemals), Guilardo Veloso de Andrade Filho (Fundação de Educação Artística), Otavio Muniz da Silva Filho, Nilce Gomes de Jesus Pinho, Reinaldo Gil Gomes (Prefeitura Municipal de Medina), Lucas Cristian de Oliveira, Carlos Augusto de Farias (Instituto Coral Lavadeiras de Almenara), Helder Fontes Ribeiro , Jose Augusto Francisco Pereira (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Renata Gonçalves Mota (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária), Lorenza Vieira Rodrigues, Pilatos Gusmão Leal, Paulo Ricardo Neres Meireles, Gabriela Ribeiro da Costa Silva (Canto Coral Tocoíós de Minas), Maria Antônia Ferreira dos Santos (Coral Roda Viva), Jorge Yago dos Santos Nogueira (Companhia de Teatro Ícaros do Vale), Regiane Cristina Viana, Luciano de Souza Silveira (Instituto Sociocultural Bruta Flor), Silvano Alves dos Santos (Associação Beneficente de Itaporé), Alessandra da Silva Matos (Coral Araras Grandes), Keila Vieira Torres (Associação Beneficente de Itaporé), Maria José Guedes Souza (Coral Flor da Terra), José Ernane Ribeiro (Associação Quilombola Esperança).

Proposta 620: Reforma, manutenção e restauração do primeiro memorial de história afro dos povos de matriz africana de Montes Claros no centro de referência dos cultos afro-brasileiros do Norte de Minas Memorial história viva na cidade de Montes Claros.

Meta financeira: R\$150.000,00.

Proposta 633: Restauração da estrutura física do casarão Solar dos Sertões, com reforma de paredes, piso e pintura. O casarão solar dos sertões está no centro histórico de Montes Claros, um casarão tombado pelo patrimônio histórico e cultural que valoriza a identidade de povos e comunidades tradicionais.

Meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 704: Recurso para a reforma da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Couto de Magalhães de Minas.

Meta financeira: R\$300.000,00.

Proposta 708: Recurso para o Consec possa desenvolver o fórum mineiro de Conselhos de Cultura, fortalecendo o setor cultural e a participação popular nos espaços de tomadas de decisões.

Objetivo: fortalecer os concelhos municipais de cultura, além de fomentar a regionalização da política pública cultural.

Finalidade: Identificar as demandas setoriais e regionais de cultura e ampliar a atuação dos Conselhos de Cultura.

Proposta 51: Reforma parcial da antiga estação ferroviária de Araçuaí, onde se situa o Centro Cultural de Araçuaí Nagô, que agrega os grupos de coral e grupos de folia.

Meta física: 160 pessoas

Meta financeira: R\$150.000,00

Proposta 73: Apoio à reforma de um bem tombado do nosso município, para criar o museu centro cultural. O bem é um sobrado localizado na rua Direita, no centro da cidade de Francisco Badaró-MG.

Meta física: 01

Meta financeira: R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)

Região: Região intermediária de Teófilo Otoni.

Proposta 636: Restauração da casa histórica da comunidade tradicional Gerazeira de Baixa Grande em Rio Pardo de Minas, a ser realizada pela Associação Comunitária.

Meta financeira R\$50.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 620: O centro de referência dos cultos afro-brasileiros do norte de Minas, localizado em Montes Claros, oferece cursos profissionalizantes de corte e costura Bordados e artesanatos em geral em espaço dividido com o memorial História Viva que visa preservar um grande acervo que conta a história do candomblé e umbanda de Montes Claros. Em nosso acervo temos roupas, fotos, imagens sacras, colares e objetos litúrgicos variados que datam dos anos 50. O espaço encontra-se hoje com piso e telhado danificados colocando em risco principalmente o acervo e como consequência impossibilitando as atividades no local durante o período de chuva. Temos ainda como meta formar para o mercado de trabalho jovens e adolescentes tendo como prioridade LGBT, negros e famílias em vulnerabilidade social, dando formação no corte e costura, comidas típicas afro e artesanato gerando renda para os nossos alunos e suas famílias. Todos os cursos e oficinas são gratuitos.

Proposta 633: O casarão do Solar do Sertões é patrimônio histórico artístico e cultural situado no centro histórico de Montes Claros. O casarão foi comprado a partir de um conjunto de esforços coletivos da sociedade civil organizada e serve hoje como escritório onde a equipe técnica e diretoria se esforçam de amente para buscar estratégias que contribuam para o desenvolvimento de povos de comunidades tradicionais através da agroecologia, defesa dos territórios e preservação dos ecossistemas. Para garantir a qualidade dos serviços prestados à comunidade e a preservação da estrutura original, o casarão precisa passar por uma reforma geral e especializada de melhoria das Paredes, pisos e pinturas, inclusive por questões de segurança de todos os associados, colaboradores e visitantes. O local também abriu o Museu vivo de povos e comunidades tradicionais e serve de espaço para reuniões e informações essenciais para a luta dos povos e comunidades tradicionais. Casarão está sobre as possibilidades do Centro de agricultura alternativa do Norte de Minas CAA/NM.

Proposta 704: A capela de Nossa Senhora da Conceição na cidade de Couto de Magalhães de Minas vem sofrendo com os sinais do tempo. Com grandes deteriorações na sua estrutura pede socorro. O município não consegue custear apenas com o ICMS o patrimônio cultura que recebe.

É preciso preservar esse bem tão importante para nossa cidade. Algumas ações já foram feitas, mas muito ainda precisa ser feito, uma vez que após as chuvas a tendência é só piorar.

Proposta 708: Promover uma ação ligada ao Consec, com objetivo de fortalecer a participação da sociedade civil é extremamente urgente, pensando na gestão compartilhada e com a integração das demandas regionais.

Proposta 51: Faz-se necessário reformar parcialmente a estação, pois o centro cultural possui forte relevância para a interação dos grupos culturais e para o artesanato. Existe dificuldade em organizar encontros e eventos, pois o prédio apresenta problemas na iluminação, banheiros, janelas, sendo alvo de depredação. Costuma-se realizar anualmente no centro cultural eventos como o Chá com a Vovó, cantata de natal, seminário cultural, reuniões periódicas de grupos itinerantes do centro cultural.

Proposta 73: O bem imaterial tombado do patrimônio histórico-cultural, o prédio da rua Direita, precisa ser reformado na intenção de criar um museu ou centro cultural do nosso município, Faremos toda a nossa cultura em um só lugar. Literatura, artesanato, peças históricas e quem sabe uma biblioteca cultural. Iremos resgatar a nossa cultura desde os nossos antepassados, até as novas gerações, brincadeiras e brinquedos, saberes e dizeres do nosso povo.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 140/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 129 – Prevenção à Criminalidade –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Wladimir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais), Erica Cristina da Silva França (Instituto Ser Feliz), Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Clifford Rosa e Silva, Nilton César da Silva (Associação Cultural Casa do Beco), Adriana Andreise Leão Gonçalves (Projetos de alto impacto social), Leandro dos Santos (Fundação Dirce Figueiredo), Juarez Ferreira (Cooperativa Trabalho Reforma Construção), Helio Luiz Junior de Sá (Polícia Militar de Minas Gerais), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Cristiane Sales Barbosa (Instituto Médico-Legal – IML), Jane Cristiane Pereira Campos (Instituto Elo), Mateus Ferreira de Almeida (Instituto Elo – Programa Mediação de Conflitos), Celso Nunes de Sousa (Instituto Elo – Programa de Mediação de Conflitos), Ana Paula Lamego Balbino, Salcio Juliano de Moraes Del Duca, Raquel Ferreira da Silva (Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos – Unidade de Prevenção à Criminalidade Rosaneves), Francisco Uarles Targino da Costa, Daniella Rodrigues Caldas Leite, Davis Anderson de Oliveira, Francisco Carlos

Barreto Neto (Polícia Militar de Minas Gerais), Maria Vitoria Oliveira Silva (Unidade de Prevenção à Criminalidade), Giselle Botelho Ribeiro (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), Marcelo Palhares Dutra, Marisa de Souza Alves, Flávia Cândida Alves (Organização Vida Viva), Antônio Claret de Assis Junior (Instituto Social Acreditar e Lutar), Patricia Pinto Valadares, Francisca Lilian Macena Ribeiro (Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores), Marta Amélia Moreira Santos Lima (Instituto Social Acreditar e Lutar), Wagner de Almeida Bacelar, Luan Santos Guimarães (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Geisiane Rodrigues da Costa.

Proposta 646: Fazer palestras, expandir a divulgação do que é cada órgão, melhorando junto à sociedade, através das mídias, para que tais ações e trabalhos possam refletir positivamente. projeto-piloto Proerd da Polícia Militar iniciando pela capital e região metropolitana.

Plano Piloto – Polícia Penal (Sejusp)

Trabalho social para todos.

Incluir mais um programa na ação 4344.

Incluir uma nova ação.

Solicito recursos para aquisição de materiais diversos para a execução do projeto nas escolas de Belo Horizonte e nas regiões metropolitanas.

R\$300.000,00 a serem direcionados para a polícia penal com sede em Belo Horizonte (Cidade Administrativa).

Proposta 800: Fortalecer o Programa Fica Vivo!, que atua na prevenção e redução de homicídios dolosos, possuindo como público-alvo jovens de 12 a 24 anos, tendo 8.274 destes atendidos em 33 unidades de Prevenção à Criminalidade, focando essas intervenções no retorno dos projetos institucionais envolvendo o Graffiti, trazendo luz ao que o território produz enquanto arte.

Acréscimo de R\$200.000,00 na Meta Financeira

Proposta 801: Acréscimo de valor na meta financeira para viabilizar a execução do Projeto é na base! Prevenção na Escola às violências contra mulheres e meninas / Prevenção Social às violências e criminalidades. Acréscimo na quantidade na meta física de 850, e de valor na meta financeira de R\$100.000,00.

Proposta 803: Ampliação da meta física para 1.400 e da meta financeira para R\$400.000,00 para viabilizar o aumento do número de oficinas executadas pelo Programa Mediação de Conflitos.

Proposta 804: Ampliar a meta física e financeira, com intuito de viabilizar o atendimento qualificado dos Programas PrEsp e Ceapa, de acordo com as demandas apresentadas pelo público relacionadas a empregabilidade e renda, nesse sentido, com intuito de permanência e conclusão do curso, estima-se o orçamento para custeio de passagem e alimentação.

Acréscimo na meta física de 120 pessoas (9 turmas)

Acréscimo na meta financeira de R\$250.000,00

Região: Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Contagem, Santa Luzia e Ibirité.

Proposta 806: Ampliar a meta física para 170 e financeira para R\$150.000,00 a fim de viabilizar que o Programa Mediação de Conflitos execute um projeto de comunicação comunitária para o enfrentamento às violências – “comunica-ção”, capacitando moradores de territórios para o uso de ferramentas de comunicação e de mediação.

Proposta 808: A sugestão se propõe a ampliar as metas físicas e financeiras, nos anos de 2025 a 2027, para a 4ª, 10ª e 15ª Região Integrada de Segurança Pública, de modo a viabilizar ações e projetos de prevenção à nível local, a partir de atividades formativas e capacitações aos agentes públicos e sociedade civil, no âmbito do programa Selo Prevenção Minas.

Acréscimo de R\$300.000,00 na meta financeira.

Proposta 810: A proposta visa à ampliação das oficinas de trabalho voltadas para a qualificação profissional de pessoas egressas do sistema prisional e do socioeducativo, tanto em cumprimento de pena como não. O objetivo é reduzir a reincidência penal e o descumprimento das medidas cautelares impostas, proporcionando uma reintegração social efetiva desses indivíduos.

O projeto será executado pelo Instituto Social Acreditar e Lutar, que já atua na área, e conta com um valor estimado de R\$ 300.000,00 para a sua implementação, visando alcançar 30 pessoas.

Proposta 825: Acréscimo de meta financeira para viabilizar a execução do Curso Agentes Comunitários de Segurança Cidadã: Prevenção Social à Criminalidade/MG pelo Programa Mediação de Conflito.

Acréscimo de meta física de 163 e meta financeira de R\$200.000,00

Proposta 846: Adequação do Sistema Prisional e pós-prisional (progressão do egresso) ao programa Pena Justa, previsto na ADPF 347 do STF, com atendimento psicológico, social e capacitação profissional continuada, ou seja, dentro do sistema e na progressão de regime, tudo visando a reintegração social do cidadão apenado em conformidade com a legislação e a Constituição. Executado pelo Instituto Social Acreditar e Lutar – Isal.

Novo objetivo do programa: Completando o objetivo do programa 129, a abrangência na presença e segurança torna indispensável a participação dessa secretaria nas regras a serem aplicadas aos egressos, sem desprezar os mais vulneráveis.

Nova finalidade da ação: Tratar o egresso como cidadão que necessita de reintegração social, evitando que o mesmo se sinta abandonado e tente voltar à criminalidade, ofertando tratamento psicológico e oportunidades autônomas de trabalho. (Diminuição e combate à reincidência.)

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 200 pessoas/ano

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$500.000,00

Região/alteração: Metropolitana – intermediária de Belo Horizonte.

Proposta 825: Acréscimo de meta financeira para viabilizar a execução do Curso Agentes Comunitários de Segurança Cidadã: Prevenção Social à Criminalidade/MG pelo Programa Mediação de Conflito.

Acréscimo de meta física de 163 e meta financeira de R\$ 200.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 646: Capacitação dos operadores da segurança pública junto à sociedade, dando apoio, suporte e amparo. O sistema prisional e socioeducativo, onde se encontram esses públicos, precisa de apoio e investimento para diminuir o retorno destes ao cárcere. Os policiais penais e agentes socioeducativos podem somar juntos para isso.

Proposta 800: Considerando os altos índices de violência e letalidade que tem acometido os jovens moradores de áreas extremamente atravessadas pelo cenário da vulnerabilidade social, o Programa Fica Vivo! atua no enfrentamento a estes fenômenos, em especial, na superação da letalidade juvenil, através de oficinas para se aproximar e acessar o público a partir de práticas e oficinas que façam sentido no território.

A presente solicitação preconiza o retorno de projetos institucionais envolvendo a prática do Graffiti, oportunizando a aproximação das equipes com os jovens, favorecendo intervenções estratégicas, bem como busca ampliar as perspectivas destes quanto à circulação e acesso à cidade e a práticas culturais.

Portanto, pra tornar essa execução crível nas mais diversas unidades onde o programa atua, faz-se necessário um investimento material que viabilize a prática do Graffiti, como *sprays*, rolos de tinta, telas, etc., produzindo artes que possam dizer do

território e a valorização da cultura. Como produto final, retomaremos as exposições do programa enudecendo este ofício, como ocorreu na intitulada “Juventude, Lei e Liberdade” que foi exposta no Museu de Artes e Ofícios e no Palácio das Artes.

Proposta 801: Sugere-se alteração de acréscimo de valor na meta financeira para a execução do Projeto é na Base!, pois este como objetivo realizar intervenções com meninas, em escolas de cada uma das 34 áreas de abrangência do Programa Mediação de conflitos, atuando na prevenção e no enfrentamento às violências contra meninas e mulheres, com a pluralidade do público da comunidade escolar, a partir de 14 anos, baseando nos parâmetros da Lei nº 14.164/2021.

Justifica-se a proposta diante do alto índice de criminalidades e violências contra as mulheres, existentes em áreas de grandes vulnerabilidades socioeconômicas e precariedades no acesso a direitos. O projeto é na base! já é executado, sempre em março, desde 2021, atendendo em 2023 a mais de 30 escolas da área de abrangência. O projeto tem como metodologia uma intervenção em formato de roda de conversa com os alunos, com o objetivo de apresentar direitos, leis, dados, e também ser um espaço de diálogo, que gere participação e troca. É uma intervenção de construção do produto a ser exposto ou apresentado (quadros, poesias, *podcasts*, revistas, desenhos, entre outros).

Proposta 803: Alto índice de criminalidade e violência contra as mulheres, existentes em áreas de grande vulnerabilidade socioeconômica e precariedade no acesso a direitos, a fim de promover a participação social e aumento da sensação de segurança, ampliando a atuação do Programa Mediação de Conflitos. O público-alvo são mulheres, moradoras das áreas de abrangência onde o programa atua. As oficinas visam fortalecer o protagonismo comunitário de mulheres através da construção e execução das ações e estratégias pautadas na segurança cidadã e mediação comunitária que resultam na prevenção e no enfrentamento às diversas violências. O recurso solicitado prevê a execução de 25 oficinas durante o período de 12 meses, um ano.

Proposta 804: Os programas PrEsp e Ceapa possuem enquanto público pessoas com trajetória prisional e em cumprimento de penas alternativas penais à prisão, respectivamente. Durante o acompanhamento qualificado é possível observar o desejo de inserção no mercado de trabalho, o que é impossibilitado, em alguns casos, pela ausência de qualificação profissional e baixa escolaridade.

Desta forma, pensando na empregabilidade e acesso à renda enquanto um fator de proteção, para não reincidência e assim, prevenção à criminalidade, estimamos através de intervenções grupais promover a oferta de cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp e Ceapa.

Na atual conjuntura, os programas possuem parceiros para a oferta de algumas áreas de formação, entretanto, faz-se necessário a ampliação dessa rede e isso requer maiores investimentos.

Compreendendo que os recursos das entidades que os ofertam, dos programas da Política e do público atendido, é insuficiente para alcance efetivo das demandas oriundas dos sujeitos, com relação as vulnerabilidades econômicas, pleiteia-se o custeio de transporte e alimentação para acesso e permanência no curso de qualificação profissional.

Proposta 806: O Programa Mediação de Conflitos atua em territórios com alto índice de vulnerabilidades sociais e de violências. O Programa atua realizando atendimentos diversos e fomentando práticas de mediação comunitária e de mediação de conflitos, de modo a criar uma cultura de paz e de resolução pacífica de conflitos. A sugestão é de que o Programa execute oficinas de comunicação, com cinco encontros por território onde o programa atua, trabalhando teoria e prática de técnicas de comunicação comunitária para o enfrentamento às violências sendo dois encontros com abordagem das temáticas de mobilização comunitária, segurança cidadã e estratégias de prevenção. Outros dois encontros de comunicação comunitária, recursos audiovisuais e mídia, e um último encontro para a produção de um produto. Deve-se realizar, ainda, um momento final com palestra de encerramento, exposição do produto e *coffe-break*. Objetiva-se, bem como se espera como resultado, capacitar moradores de áreas vulneráveis para o uso de ferramentas, recursos e estratégias de comunicação comunitária e mediação, potencializadores de uma cultura não violenta para o

impacto na redução da violência letal, fruto de relacionamentos interpessoais e comunitários, estimulando a organização comunitária, aplicando e disseminando princípios e técnicas de mediação.

Proposta 808: Considerando que os espaços de capacitação e formação visam aprimorar as competências dos agentes públicas, garantir maior endurecimento e responsabilidades relacionados à segurança pública, promover a integração e o nivelamento dos profissionais envolvidos, visando a qualificação contínua das políticas pública, tais recursos se destinam à execução de espaços diferenciados de formação para as RISPs 4, 10 e 15, com abrangência de 169 municípios evidenciando-se pela inovação a partir da execução de 3 seminários regionalizados; entrega que se destaca como marco para as agendas dos municípios vinculados a cada RISP sobre o compromisso com a temática de segurança pública. Segurança cidadã e prevenção à criminalidade.

Historicamente, os municípios enfrentam dificuldades para atuarem em segurança pública, especialmente na prevenção social à criminalidade. O objetivo das ações de capacitação direcionado às administrações públicas municipais no formato de seminário, é de auxiliá-los nessa dificuldade histórica, uma vez que os municípios são os entes federativos mais próximos da população, e sua atuação, frente aos fenômenos de violência e criminalidade, mostra-se bastante estratégica.

Ao analisarmos os dados relacionados aos números de crimes violentos nas 3 RISPs supracitados, nota-se que nos últimos anos esses números têm mantido um padrão preocupante, apesar de uma ligeira queda neste sentido, munir os municípios de conhecimento em prevenção à criminalidade é uma importante estratégia, visando a redução dos índices de violência e criminalidade nas 3 regiões citadas. (Dados abertos Sejusp – Observatório de Segurança Pública). Portanto, estima-se a contratação de espaço para realização de cada evento, impressão de material gráfico (guia orientador, diagnósticos e material de apoio), contratação de palestrante/facilitadores e cerimonialistas, incluindo almoço e *coffe-breaks* (considerando o deslocamento dos representantes de cada município). As atividades podem ser viabilizadas tanto diretamente pelo estado, quanto por meio de parcerias com Organizações Sociais.

Proposta 810: A sociedade deve priorizar a reintegração de pessoas que, devido à sua condição social, foram marginalizadas após passagens pelo sistema prisional ou socioeducativo. O conceito de “vigiar e punir” deve ser acompanhado pelo “reconhecer e incluir”, pois é fundamental atacar as causas da vulnerabilidade social para evitar que indivíduos se tornem reféns da criminalidade por falta de alternativas. A distinção entre “criminoso” e “bandido” é uma bandeira desse projeto, defendendo que a punição deve existir, mas que a ressocialização é possível e essencial.

O Instituto Social Acreditar e Lutar propõe a criação de um projeto-piloto na Regional Pampulha, em Belo Horizonte, no bairro Santa Terezinha, com foco na reintegração de pessoas em situação de vulnerabilidade social. O instituto já atua com esse objetivo e busca ampliar sua atuação para fortalecer as oportunidades de inclusão e diminuir a reincidência criminal.

Proposta 825: O programa Mediação de Conflito (PMC) atua em áreas de grandes vulnerabilidades socioeconômicas, precariedade no acesso a direitos e alto índice de criminalidade e violências. Desta forma, a fim de promover o fortalecimento da participação social e aumento da sensação de segurança, ampliando a atuação do PMC propõe-se o acréscimo de valor na meta financeira para execução do Curso Agentes Comunitários de Segurança Cidadã: Prevenção Social às Violências e Criminalidades/MG.

Com a proposta, objetiva-se formar e capacitar referências comunitárias para atuação como Agente de Segurança Cidadã, a fim de que estes contribuam para a prevenção de homicídios oriundos da violência contra a mulher, dos conflitos de vizinhança, da violência doméstica e familiar e da violação de direitos a partir da promoção de meios pacíficos de solução de conflitos, estimulando a organização comunitária, aplicando e disseminando princípios e técnicas de mediação, bem como promovendo a cultura de paz em sua comunidade.

O curso será composto de 8 módulos com videoaulas, dinâmicas presenciais e lanche pedagógico, além de atividades complementares e uma formatura com lançamento de uma revista contendo os resultados do curso e do programa.

Proposta 846: Tratamento humanizado é essencial ao longo de toda a pena, ou seja, o egresso também precisa ser beneficiado com políticas públicas de reintegração social de qualidade e eficazes. Para tanto, a qualificação profissional, o atendimento psicológico, social e jurídico, e o acesso a novas oportunidades de trabalho devem ser fomentados também, através da participação de OSCs credenciadas para tal.

O projeto aqui descrito visa preparar 200 egressos e/ou pessoas em cumprimento de regime aberto para essa nova realidade. A legislação simbólica de reintegração social, tal como descreve o relator da ADPF, tem se mostrado ineficaz e, através de iniciativas do estado nas áreas de sua competência, a diminuição da reincidência pode partir até mesmo da implantação de planos de incentivos em substituição à desnecessária alteração legislativa. Em que pese a preocupação em todas as esferas do governo na diminuição da reincidência, os programas realizados têm se mostrado menos eficazes do que os necessários, talvez porque não ultrapassaram os limites dos muros prisionais, muitas vezes deixando o egresso à mercê.

O Isal vem desenvolvendo projetos e relacionamentos junto aos familiares e egressos do sistema, o que nos leva a essa demanda da reconstrução do cidadão egresso como parte da sociedade. Esse projeto descrito permeia não só a ressocialização/reintegração, como também o resgate de vínculos familiares e sociais. Projeto a ser executado pelo Instituto Social Acreditar e Lutar – Isal.

Proposta 825: O programa Mediação de Conflito (PMC) atua em áreas de grandes vulnerabilidades socioeconômicas, precariedade no acesso a direitos e alto índice de criminalidade e violências. Desta forma,, a fim de promover o fortalecimento da participação social e aumento da sensação de segurança, ampliando a atuação do PMC propõe-se o acréscimo de valor na meta financeira para execução do Curso Agentes Comunitários de Segurança Cidadã: Prevenção Social às Violências e Criminalidades/MG.

Com a proposta, objetiva-se formar e capacitar referências comunitárias para atuação como Agente de Segurança Cidadã, a fim de que estes contribuam para a prevenção de homicídios oriundos da violência contra a mulher, dos conflitos de vizinhança, da violência doméstica e familiar e da violação de direitos a partir da promoção de meios pacíficos de solução de conflitos, estimulando a organização comunitária, aplicando e disseminando princípios e técnicas de mediação, bem como promovendo a cultura de paz em sua comunidade.

O curso será composto de 8 módulos com videoaulas, dinâmicas presenciais e lanche pedagógico, além de atividades complementares e uma formatura com lançamento de uma revista contendo os resultados do curso e do programa.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 141/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 163 – Alimentação Escolar –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponente: Maria do Carmo Pereira de Castro (Escola Estadual Elias Jorge Zenun).

Texto: O projeto visa incluir alimentos como café, leite, chocolate e outros itens nutritivos na merenda escolar, garantindo que os alunos tenham uma refeição adequada e saudável pela manhã. O valor estimado para essa melhoria é de R\$600.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** A escola estadual Elias George Zenun atende, em sua maioria, alunos carentes que residem na zona rural. Muitos desses estudantes enfrentam dificuldades alimentares, não tendo acesso a uma refeição adequada, como o jantar. Além disso,

eles passam mais de 2 horas no transporte escolar, o que compromete sua condição física, psicológica e, conseqüentemente, seu desempenho escolar e social.

O recurso de R\$600.000,00 seria destinado a fornecer alimentação adequada para esses 250 alunos durante o ano letivo, garantindo que cheguem à escola com a refeição necessária para se sentirem saciados e, assim, possam ter um melhor aproveitamento no aprendizado, além de promover uma melhora em seu bem-estar físico e emocional.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 142/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 78 – Defesa Sanitária –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Heitor Schiavon Cougo (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – Coordenadoria Regional Varginha), Fernando Augusto Bettio (Polícia Civil de Minas Gerais), Vanessa Maria Martins (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Julio Cesar de Carvalho e Almeida (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – Coordenadoria Regional Varginha), Joao Paulo Calori Gomes, Aroldo Souza Arcanjo (Polícia Civil de Minas Gerais), Alexandre Francisco Amaral Arantes (Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – Coordenadoria Regional Varginha).

Proposta 653: Aumentar o aporte financeiro em 20% na Ação 4203 – Aprimoramento de Defesa Sanitária – Vigilância Sanitária Vegetal – para o cumprimento das metas anuais da Região Intermediária de Varginha para o período de 2026 a 2028.

Valor de acréscimo na meta financeira: R\$46.224,80.

Proposta 658: Aumento de meta financeira da Ação 4202 de R\$ 400.000,00 anual para execução das atividades de fiscalização, compra de equipamentos e veículos para uso nos municípios abrangidos pela Coordenadoria Regional do IMA de Varginha.

Proposta 660: Aumento da meta financeira da Ação 4203 em R\$ 58.500,00 por ano para realização das fiscalizações (vigilância sanitária vegetal), compra de equipamentos e veículos nos municípios da Coordenadoria Regional do IMA de Varginha.

Proposta 662: Aumento de metas física e financeira da Ação 4206 para realização eficiente das fiscalizações nos municípios abrangidos pela Coordenadoria Regional de Varginha.

Meta física: 500

Meta Financeira: R\$125.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 653: Falta de estrutura, material e pessoal para execuções das atividades afins do Instituto Mineiro de Agropecuária (defesa sanitária vegetal e animal) como preservar a sanidade dos animais e vegetais através do monitoramento, controle e fiscalização das propriedades. Fiscalização do comércio, uso e prestador de serviços de agrotóxicos, fiscalização do comércio de sementes e de mudas, fiscalização de produtos de uso veterinário, inspeção de produtos de origem animal e vegetal. Tudo isso objetivando a proteção da saúde pública e sustentabilidade do meio ambiente.

Proposta 658: Aumento da eficiência da defesa sanitária animal, contribuindo para aumento da rentabilidade do agronegócio e saúde pública.

Proposta 660: Aumentar a eficiência da defesa sanitária vegetal, permitindo o aumento da rentabilidade do agronegócio e protegendo a saúde da coletividade.

Proposta 662: Aumento da eficiência das agroindústrias permitindo alimentos seguros à população.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 143/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 121 – Acesso e Alcance à Comunicação de Interesse Público –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Vilmar Oliveira de Jesus (Instituto Sociocultural Valemais), Andreia Marques Souza (Associação Comunitária do Município de Medina), Cristina Gonçalves de Aguilar (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Nilce Gomes de Jesus Pinho, Renato Paranhos dos Santos (Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha), Jose Augusto Francisco Pereira (Associação dos Grupos Teatrais do Vale do Jequitinhonha), Beatriz Farias Marques, Carlos Augusto de Farias (Instituto Coral Lavadeiras de Almenara), Rodrigo Martins Souza e Silva, Leonardo Alves dos Santos (Associação Comunitária do Município de Medina), Pilatos Gusmão Leal, Paulo Ricardo Neres Meireles, Lorenza Vieira Rodrigues, Lorena Vieira Rodrigues, Reinaldo Gil Gomes (Prefeitura Municipal de Medina), Alvimar Neri Pinto (Grêmio Recreativo Escola de Samba Triunfo Barroco), Luiz Gonzaga Medeiros (Instituto Sociocultural Valemais), Francisco Pereira Damasceno (Instituto Sociocultural Valemais), Guilardo Veloso de Andrade Filho (Fundação de Educação Artística), Otavio Muniz da Silva Filho, Mariana Kuymjian, Helder Fontes Ribeiro, Anderson Martins Ferreira, Lucas Cristian de Oliveira, Manoel Mendes Jardim, Maria Soares da Silva Figueiredo (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG), Thales Frederico de Paula Santos, Felipe Wang Silva (Empresa Mineira de Comunicação).

Texto: As ações 4316 e 433, da Empresa Mineira de Comunicação, deveriam revisar o método de cálculo do produto, de forma a refletir a realidade da EMC. Entende-se hoje que o cálculo não reflete a realidade, pois precisa ser adaptado ao PPAG, para o alcance das metas.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Adaptar o produto para não haver confusão no cálculo das metas físicas. Entende-se que hoje, a meta é acima da capacidade da EMC cumpri-la.

– À Comissão de Participação Popular.

#### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 144/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 112 – Certificações e Habilitações de Produtos Agropecuários e Agroindustriais –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponente: Vlader Olímpio Fernandes (Prefeitura Municipal de Monte Azul).

Texto: Acréscimo na meta física de 30 e na meta financeira de R\$222.012,60 (duzentos e vinte e dois mil e doze reais e sessenta centavos) para regularização de queijaria com capacitação e processo de produção, bem como compra de equipamentos (objetos e adequação de normas e exigências sanitárias) no Município de Monte Azul e na Estrada da Produção em Montes Claros.

Meta física: 30

Meta financeira: R\$222.012,60

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** A Associação dos Produtores Rurais de Ramalhudo é formada por agricultores familiares que atuam na produção agrícola e na pecuária de leite, atender os anseios dos agricultores que é a segurança alimentar e a geração de emprego e renda.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 145/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 134 – Gestão Integrada de Segurança Pública –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Wladimir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais), Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Wagner de Almeida Bacelar, Luan Santos Guimarães (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Marta Amélia Moreira Santos Lima (Instituto Social Acreditar e Lutar), Antônio Claret de Assis Junior (Instituto Social Acreditar e Lutar), Geisiane Rodrigues da Costa.

Proposta 757: Criação de um programa habitacional para os policiais penais do Estado de Minas Gerais.

Nova finalidade da ação: conceder financiamento para aquisição e reforma de unidades habitacionais para os policiais penais do Estado de Minas Gerais.

Novo público-alvo: policiais penais

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 4 financiamentos concedidos em 2025.

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$1.000.000,00 (um milhão em 2025)

Região/alteração: Região Intermediária de Belo Horizonte.

Proposta 861: Sugiro uma formação maior e capacitação mais ampla dos policiais penais.

Nova finalidade da ação: formar e qualificar profissionais do sistema de justiça e segurança pública para o desempenho de suas funções, dando ênfase aos policiais penais.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 757: Sugiro um programa habitacional voltado para os policiais penais do estado de minas gerais. Estes recursos e ações seriam voltados para a aquisição de uma nova moradia ou reforma ou uma aquisição de móvel usado. Com isso a política de valorização e direitos humanos é voltada para os policiais.

Proposta 861: Solicito uma maior oferta de qualificação e formação para os policiais penais.

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 146/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 85 – Promoção de Concessões e Parcerias –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Iris de Souza Almeida (Conselho Estadual de Saúde), Terezinha Oliveira da Rocha, Lourdes Machado (Conselho Estadual de Saúde), Consuelo Aparecida Gonzaga, Renan Santiago Faria (Hospital Nossa Senhora da Saúde), Danilo Bretas de Oliveira (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Faculdade de Medicina), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Juliana Marques Resende, Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Sergio Hirle de Souza, Sérgio Alves Cordeiro (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte), Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência), Wladimir Batista Dantas (Sindicato dos Policiais Penais do Estado de Minas Gerais), Wagner de Almeida Bacelar, Geisiane Rodrigues da Costa, Luan Santos Guimarães (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), Antônio Claret de Assis Junior (Instituto Social Acreditar e Lutar), Marta Amélia Moreira Santos Lima (Instituto Social Acreditar e Lutar).

Proposta 858: Fomentar a expansão de novas unidades Apacs Juvenis (Centro Educacional Juvenil).

Novo objetivo do programa: Promoção de investimentos na infraestrutura e na disponibilização de serviços e utilidades públicas para as Apacs Juvenis (Centro Educacional Juvenil).

Nova finalidade da ação: Viabilizar a construção de novos Centros Educacionais Juvenis (Apacs Juvenis). (O trecho citado deve ser incluído na finalidade já existente a partir da palavra “manutenção de unidades”.)

Acréscimo de quantidade na Meta Física: 500

Acréscimo de valor na Meta Financeira: R\$2.000.000,00

Região/alteração: Estadual.

Proposta 922: Exclusão da ação 4226 do programa 85, visando garantir que a gestão dos hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) seja realizada de forma pública e estatal, sem repassar para a área privada competências governamentais.

Proposta 955: Integração tarifária de todas as linhas metropolitanas com metrô.

Acréscimo de meta física: 1

Acréscimo de meta financeira: verificar com Seinfra

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 858: Certo é que a criminalidade tem afastado jovens da escola e os conduzidos à prática de atos infracionais. Sendo assim, considerando a eficiência da metodologia APAC, essa política pública deve ser fomentada, por meio da construção de novos Centros Educacionais Juvenis, cuja finalidade é a pacificação social e o rompimento de ciclos de violência social.

Proposta 922: A terceirização dos serviços públicos pode apresentar diversos problemas e desafios, tanto para os servidores quanto para a qualidade dos serviços prestados à população e para a gestão pública como um todo. Entre os principais problemas estão:

1. Dificuldade de fiscalização: A fiscalização de contratos terceirizados, especialmente em serviços complexos e de grande escala, pode ser difícil. Isso pode levar à falta de transparência na gestão dos recursos públicos, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados.

2. Qualidade inadequada dos serviços: Empresas terceirizadas podem priorizar o lucro, o que pode resultar em serviços de menor qualidade ou insuficientes para atender à demanda da população. A falta de responsabilidade direta do Estado sobre os serviços prestados enfraquece o controle e o atendimento às necessidades da população.

3. Aumento de custos: A terceirização pode gerar custos mais elevados para o Estado, especialmente quando as empresas contratadas cobram preços elevados pelos serviços ou quando o governo precisa investir mais recursos na fiscalização e no acompanhamento dos contratos.

4. Descontinuidade dos serviços: A troca constante de empresas terceirizadas pode gerar descontinuidade nos serviços, o que afeta diretamente a qualidade e a confiança da população. A falta de continuidade também prejudica a experiência dos usuários e a formação de vínculos com os serviços prestados.

5. Redução do controle público e da participação social: A terceirização enfraquece o controle social, pois a responsabilidade pela prestação do serviço é transferida para empresas privadas, o que limita a participação da sociedade na gestão pública e a transparência na administração dos recursos.

6. Contratação irregular de pessoal: Em alguns casos, as contratações realizadas por empresas terceirizadas não seguem os princípios da publicidade e da impessoalidade, o que pode resultar em práticas como a contratação de “funcionários fantasmas” ou a falta de critérios claros e transparentes para a seleção de pessoal.

7. Precarização do trabalho: A terceirização muitas vezes resulta em salários mais baixos, condições de trabalho mais precárias e falta de perspectivas de progressão na carreira, o que prejudica os trabalhadores e vai contra os direitos estabelecidos pela legislação trabalhista e os acordos coletivos.

8. Transferência de responsabilidade para a iniciativa privada: A Constituição Federal garante o direito humano à saúde, estabelecendo a responsabilidade do Estado em garantir esse direito. Ao transferir essa responsabilidade para a iniciativa privada, o Estado pode enfraquecer sua obrigação de fornecer serviços públicos de saúde de qualidade e universalidade, comprometendo o acesso da população a cuidados essenciais.

Proposta 955: A última vez que o Estado aprovou este tipo de integração tarifária com o metrô foi em maio de 2010. De lá pra cá, a RMBH teve um grande quantitativo populacional, sendo urgente a aprovação do restante das linhas metropolitanas com o metrô.

– À Comissão de Participação Popular.

#### **PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 147/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 26 – Desenvolvimento do Ensino Superior na Uemg –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Gabriele Cristina Santana Alves (UFMG – Fafich – Departamento de Ciência Política – DCP), Thatiane Santos Ruas (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité), Letícia Henriques Soares Leal, Daudet de Oliveira Júnior, Conceição Lima Lopes (Associação Comunitária Lagoa de Santo Antônio), Alisson Correia Dias (Fundação Dirce Figueiredo),

Cristiana Marques Fernandes (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité), Fernanda Moreira Izidoro Silva (Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité).

Proposta 894: A ampliação da meta física da ação 4090 visa aumentar em mais de 100 o número de estudantes atendidos e, conseqüentemente, ampliar a meta financeira em mais de R\$433.547,00. O objetivo dessa ampliação é destinar esses recursos adicionais à Uemg (Universidade do Estado de Minas Gerais), unidade Ibirité, para promover a assistência a mães e pais, permitindo que permaneçam na graduação após a maternidade ou paternidade.

Proposta 895: A ampliação da meta financeira da ação 4090 visa possibilitar o atendimento psicológico aos estudantes da Uemg, com a contratação de pelo menos um psicólogo nos núcleos de atendimento ao estudante. Esse apoio profissional será essencial para oferecer suporte emocional e psicológico, especialmente considerando os desafios enfrentados pelos estudantes, como pressão acadêmica, dificuldades financeiras, problemas de saúde mental e questões pessoais.

Proposta 911: O projeto “Formação em Letramento Racial – Resistência Negra” visa promover uma formação inicial sobre relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura. O objetivo é sensibilizar e estimular a reflexão crítica nos futuros docentes sobre identidade racial, desconstrução de estereótipos e o papel da resistência negra na educação. A proposta busca preparar os educadores para atuarem de forma antirracista, reconhecendo e valorizando a cultura negra, além de combater práticas discriminatórias nas escolas. O investimento previsto é de R\$500.000,00.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 894: A Uemg, unidade Ibirité, é um espaço acadêmico que oferece 10 cursos de graduação, sendo 9 licenciaturas, e atende principalmente estudantes da classe trabalhadora, muitas vezes provenientes de regiões periféricas e em situação de vulnerabilidade social. Para esses estudantes, a educação superior representa uma importante oportunidade de mobilidade social.

Historicamente, as licenciaturas são predominantemente frequentadas por mulheres, que enfrentam desafios adicionais ao ingressarem no ensino superior. Um dos maiores obstáculos é a conciliação entre os cuidados com os filhos e as exigências da vida acadêmica. Esse cenário tem levado a um alto índice de trancamento de matrícula e até abandono dos cursos, já que muitas dessas estudantes não têm suporte suficiente para equilibrar as responsabilidades familiares e os estudos.

Proposta 895: A assistência psicológica aos estudantes universitários é essencial no contexto atual, dado o impacto dos desafios emocionais, sociais e acadêmicos que esse público enfrenta. A vida universitária é um período de transição significativa, onde os estudantes lidam com a pressão para atender às expectativas acadêmicas e profissionais, ao mesmo tempo em que se ajustam a uma nova fase de vida. Esses desafios podem desencadear condições como depressão, ansiedade e outros transtornos mentais.

O atendimento psicológico oferece aos estudantes um espaço seguro e confidencial para explorar suas dificuldades emocionais, proporcionando suporte para lidar com os estressores do ambiente acadêmico e da vida pessoal. Esse apoio contribui diretamente para o bem-estar mental e emocional dos estudantes, favorecendo não apenas a saúde mental, mas também a permanência deles na universidade, ao prevenir a evasão e promover um ambiente mais saudável e acolhedor.

Com a ampliação da meta financeira da ação 4090, será possível contratar ao menos um psicólogo especializado para atender no núcleo de apoio aos estudantes da Uemg.

Proposta 911: A Uemg, unidade Ibirité, oferece principalmente cursos de licenciatura e atende um público estudantil em sua maioria autodeclarado negro. Diante disso, a implementação de uma formação em letramento racial no ensino superior, especialmente nos cursos de licenciatura, se torna urgente para atender às exigências das Leis nºs 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.

Recentemente, durante o Enem, muitos estudantes demonstraram dificuldades em abordar questões relacionadas a temas étnico-raciais, o que reforça a necessidade de uma educação antirracista desde a formação inicial dos professores. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 já preveem a inclusão dessas questões, que foram fortalecidas pelas leis citadas.

O objetivo do projeto é promover a compreensão das questões étnico-raciais, desenvolver habilidades de análise crítica e reflexiva sobre o tema e, principalmente, reconhecer e valorizar as contribuições da população negra para a sociedade.

– À Comissão de Participação Popular.

### PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 148/2024

Encaminha sugestão de alteração do Programa 22 – Construindo o Futuro Por Meio da Ciência, da Tecnologia e da Inovação –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Paulo Henrique Lopes de Amorim (Laboratório TREM (Transportation Research & Environmental Modeling) – UFMG), Rodrigo Affonso de Albuquerque Nóbrega (Instituto de Geociências da UFMG), Geraldo Magela da Silva (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais), Edilberto Fernandes Pinto (Associação dos Moradores de Aluguel de Minas Gerais).

Proposta 932: Ampliação de recursos destinados aos programas de incentivo à inovação destinados às MPEs, *startups* e cooperativas.

Acréscimo na meta financeira de R\$6 milhões.

Proposta 964: Desenvolvimento de uma chamada pública orientada ao fomento de pesquisa referente a cadeia de lítio em Minas Gerais. FAPEMIG.

Acréscimo de valor na meta financeira: R\$5.000.000,00

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 932: Os programas de incentivo à inovação, como por exemplo o Compete Minas, vem tendo significativo aumento de demanda por parte das MPEs, *startups* e cooperativas, e considerando que Minas Gerais ainda está na 6ª posição nacional no quesito inovação, faz-se necessário aumentar os recursos alocados nestes programas.

Proposta 964: A chamada pública a ser induzida pela Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado, especificamente sobre a cadeia do lítio é urgente e deve ter como objetivo fomentar pesquisas que promovam o desenvolvimento de conhecimento no tema. A chamada poderia ter um olhar voltado a preparação de ações e de políticas públicas que otimizem a promoção de investimentos financeiros derivados da produção/extração de lítio para benefício da sociedade, como investimentos em infraestrutura de transporte na região.

Seria importante que a chamada incluísse a obrigatoriedade de:

- Proposta em rede de universidades
- Obrigatoriedade de inclusão de IES no NO-NE de MG
- Fomento a formação de recursos humanos nas IES envolvidas, em tema voltado a pesquisa.
- À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 149/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 59 – Apoio à Gestão do Sus –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Iris de Souza Almeida (Conselho Estadual de Saúde), Renan Santiago Faria (Hospital Nossa Senhora da Saúde), Terezinha Oliveira da Rocha, Lourdes Machado (Conselho Estadual de Saúde), Consuelo Aparecida Gonzaga, Danilo Bretas de Oliveira (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Faculdade de Medicina), Nilce Heloísa Campos de Araújo, Juliana Marques Resende, Igor Leonardo de Oliveira Ferreira Novaes.

Proposta 934: Aporte de recursos para a aquisição ou compra de veículos acessíveis para que os conselheiros possam se deslocar para as reuniões e visitas do Conselho Estadual de Saúde – CES.

ACRÉSCIMO

META FINANCEIRA: R\$300.000,00 (trezentos mil reais).

Proposta 935: Ampliar os valores de recursos destinados ao Conselho Estadual de Saúde – Ces – de Minas Gerais.

Propõe o acréscimo da meta financeira para o valor total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** Proposta 934: Temos pessoas com deficiência no Conselho Estadual de Saúde – CES – de Minas Gerais, com deficiência física e dificuldade de locomoção, para os eventos internos e externos.

Proposta 935: Os valores anualmente repassados ao Conselho Estadual de Saúde – CES – de Minas Gerais não têm sido suficientes para os gastos deste. No PPAG, a previsão para 2025 não será suficiente.

Precisamos que este valor seja aumentado para não gerar mais impacto negativo no fortalecimento do conselho, conforme a legislação vigente (Lei Federal nº 8.080/1990, Lei Federal nº 8.142/1990 e Resolução CNS nº 453/2012).

Interação necessária com o controle social e municipal (conselhos de saúde e monitoramento de saúde), necessários para acompanhar movimentos e ações prejudiciais à saúde em tempo real, como endemias, epidemias e pandemias, para agir e atuar com agilidade na internação, promoção, prevenção e na recuperação da saúde das pessoas (equipamentos, tecnologias para o bom funcionamento do conselho).

– À Comissão de Participação Popular.

**PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 150/2024**

Encaminha sugestão de alteração do Programa 161 – Gestão de Trânsito –, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025.

Proponentes: Junior José da Silva (Movimento Nacional pelo Direitos ao Transporte Público de Qualidade), Sérgio Alves Cordeiro (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte), Sergio Hirle de Souza, Roberto Carlos Pinto (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência).

Texto: Ampliar a quantidade de clínicas de exames especiais para habilitação de condutores com deficiência. Acréscimo de meta física: 06. Acréscimo de meta financeira: 3.600.000,00 (divididos igualmente entre os anos de 2025, 2026 e 2027). Região: Triângulo, Norte, Sul, Zona da Mata, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha, Vale do Rio Doce. Uberlândia, Montes Claros, Varginha, Juiz de Fora, Governador Valadares, Teófilo Otoni.

Sala de Reuniões, 13 de novembro de 2024.

Iniciativa Popular.

**Justificação:** As pessoas com deficiência do interior do estado têm que se deslocar a Belo Horizonte para fazer exame médico especial para pleitear documento de habilitação.

– À Comissão de Participação Popular.

## 2ª Fase (Grande Expediente)

### Apresentação de Proposições

O presidente (deputado Tadeu Leite) – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI Nº 2.997/2024

Dispõe sobre a criação do Livro dos Heróis e Heroínas de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Livro dos Heróis e Heroínas de Minas Gerais, com o objetivo de registrar e homenagear personalidades que tenham contribuído de forma significativa e relevante para o Estado.

Art. 2º – Art. 2º O Livro dos Heróis e Heroínas de Minas Gerais ficará sob a guarda e responsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que cuidará de sua preservação e disponibilização para consulta pública.

§ 1º – O Livro dos Heróis e Heroínas de Minas Gerais será mantido em formato físico e digital, para garantir sua preservação e amplo acesso.

§ 2º – O Livro dos Heróis e Heroínas de Minas Gerais constitui unidade indivisível em seu conteúdo, mas poderá ser organizado formalmente em subdivisões físicas, como volumes, seções ou tomos, a serem ordenadas sequencialmente e acondicionadas obrigatoriamente no mesmo recinto.

Art. 3º – A distinção será prestada mediante a edição de lei, decorridos 10 (dez) anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

Art. 4º – Poderão ser incluídos no Livro dos Heróis e Heroínas de Minas Gerais personalidades nascidas ou não em Minas Gerais, que se destaquem nas seguintes áreas:

I – Artes e Cultura;

II – Ciência e Tecnologia;

III – Educação;

IV – Esportes;

V – Saúde e Ação Social;

VI – Direitos Humanos;

VII – Luta pela Democracia e Liberdade;

VIII – Meio Ambiente e Sustentabilidade;

IX – Outras áreas relevantes para a sociedade mineira.

Art. 5º – A inclusão de personalidades no Livro dos Heróis e Heroínas de Minas Gerais será feita por meio de Lei.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor nos dados de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2024.

Lucas Lasmar, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Rede).

**Justificação:** O projeto de lei que cria o “Livro dos Heróis e Heroínas de Minas Gerais” visa reconhecer e eternizar a memória de indivíduos que, com ações de destaque e contribuições relevantes, ajudaram a moldar a história do Estado de Minas Gerais. A proposta busca valorizar a trajetória de pessoas que, em diversos campos, promovem resultados positivos, engrandecendo o Estado e fornecendo inspiração para as gerações futuras.

A criação de um registro formal de heróis e heroínas mineiros atende à necessidade de preservar a história e valorizar a identidade mineira. Minas Gerais é reconhecido por seu papel central na formação da história do Brasil, bem como por sua diversidade de talentos que despontaram nas artes, na cultura, nas ciências, e em muitos outros setores essenciais para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

A proposta de inclusão de personalidades nascidas ou não em Minas Gerais reflete a compreensão de que o pertencimento a um Estado não se limita ao local de nascimento, mas também ao impacto positivo gerado por ações realizadas no prol de sua sociedade. Assim, o Livro dos Heróis e Heroínas de Minas Gerais poderá abarcar não apenas mineiros de nascimento, mas também aqueles que escolheram Minas como lar e dedicaram seus esforços ao seu crescimento e desenvolvimento.

Ao instituir o Livro dos Heróis e Heroínas, o Estado de Minas Gerais demonstra seu compromisso com a preservação da memória de seus cidadãos notáveis, fortalecendo o sentimento de pertencimento e de valorização dos esforços que, ao longo dos anos, moldaram uma sociedade diversa, resiliente e solidária.

Este projeto de lei, além de homenagear o passado, oferece ao presente e ao futuro um legado de reconhecimento e gratidão, incentivando que cada cidadão, ao tomar conhecimento dessas trajetórias exemplares, possa ser inspirador a contribuir de forma positiva para Minas Gerais.

Assim, solicitamos apoio dos nobres Deputados na tramitação e aprovação do presente Projeto de Lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI 2.999/2024

Estabelece diretrizes para a participação dos pais de alunos no acompanhamento do conteúdo didático-pedagógico das escolas da rede pública do Estado de Minas Gerais, denominado Programa Transparência Curricular e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º – É facultado aos pais e responsáveis por alunos matriculados em escolas públicas estaduais a participação ativa do acompanhamento e monitoramento do currículo escolar, com o objetivo de garantir o acesso público ao conteúdo didático-pedagógico aplicado nos estabelecimentos de ensino e fortalecer na comunidade escolar a cultura de participação e transparência curricular.

Art. 2º – O Programa de Transparência Curricular será implementado em todas as instituições de ensino da rede pública estadual de Minas Gerais, assegurando o respeito aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III), da liberdade de ensino (CF, art. 206, II) e da pluralidade de ideias (CF, art. 206, III), consagrados na Constituição Federal e na Constituição do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – O programa deverá promover a transparência e a participação ativa das famílias e da comunidade escolar, em consonância com o princípio da gestão democrática do ensino público, previsto no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal e no art. 209 da Constituição do Estado de Minas Gerais, buscando fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade e assegurar um ambiente educativo inclusivo e participativo.

## **CAPÍTULO II**

### **DA TRANSPARÊNCIA CURRICULAR**

Art. 3º – Fica assegurado aos pais e responsáveis o direito de acesso ao conteúdo pedagógico, aos materiais didáticos e aos planos de aula empregados no processo educacional das instituições públicas de ensino, os quais deverão ser disponibilizados de forma pública e acessível pela Secretaria de Estado de Educação.

§ 1º – O conteúdo mencionado no caput deste artigo deverá ser disponibilizado em plataforma digital mantida pela Secretaria de Estado de Educação, organizada de forma a permitir o fácil acesso e consulta por qualquer cidadão interessado.

§ 2º – Os materiais deverão ser atualizados semestralmente, ou sempre que houver alterações significativas nos conteúdos ou nas diretrizes pedagógicas estabelecidas pelo órgão competente.

§ 3º – Os materiais pedagógicos e didáticos que compõem o currículo escolar deverão respeitar a laicidade do Estado, a pluralidade de ideias e a liberdade de cátedra, vedando-se a adoção de conteúdos de cunho doutrinário que possam ferir os princípios constitucionais de neutralidade ideológica.

Art. 4º – As escolas estaduais deverão dispor de um espaço físico, de fácil acesso, onde cópias dos materiais didáticos utilizados estejam disponíveis para consulta pelos pais e responsáveis que preferirem o acesso físico.

## **CAPÍTULO III**

### **DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E RESPONSÁVEIS NO MONITORAMENTO DO CONTEÚDO EDUCACIONAL**

Art. 5º – Fica instituído, em cada escola estadual, o Conselho Escolar de Transparência e Participação, formado por pais e responsáveis, docentes, representantes da direção escolar e membros da comunidade, com o objetivo de monitorar e colaborar para a adequação do conteúdo educacional às diretrizes legais, aos valores culturais, morais, sociais e princípios gerais que orientam o convívio social.

§ 1º – O Conselho Escolar de Transparência e Participação terá caráter consultivo e poderá sugerir adequações e melhorias nos conteúdos didáticos, respeitando a legislação educacional e os princípios constitucionais vigentes.

§ 2º – O Conselho deverá se reunir, no mínimo, uma vez por semestre, cabendo à direção escolar convocar reuniões extraordinárias sempre que necessário, com ampla publicidade a todos os membros da comunidade escolar.

Art. 6º – A Secretaria de Estado de Educação deverá promover anualmente audiências públicas regionais, com o intuito de ouvir as sugestões e as demandas das comunidades escolares acerca do conteúdo pedagógico e do material didático utilizado, garantindo a participação ativa dos pais e responsáveis e da sociedade em geral.

## CAPÍTULO V

### DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 7º – Compete à Secretaria de Estado de Educação do Estado de Minas Gerais a implementação, supervisão e fiscalização do cumprimento desta Lei, por meio da criação de um Comitê Estadual de Transparência Curricular, composto por representantes de órgãos públicos, da sociedade civil e das entidades de classe dos profissionais da educação.

§ 1º – O Comitê Estadual de Transparência Curricular deverá emitir relatórios semestrais sobre o cumprimento das diretrizes estabelecidas por esta Lei, a serem enviados à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e disponibilizados para consulta pública.

§ 2º – Eventuais denúncias de descumprimento das disposições desta Lei deverão ser encaminhadas ao Comitê Estadual de Transparência Curricular, que tomará as providências necessárias para a apuração e a correção das irregularidades.

## CAPÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º – A implementação do Programa de Transparência Curricular e Participação dos Pais será gradativa, com prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da publicação desta Lei para a completa adequação das escolas estaduais e da Secretaria de Estado de Educação às disposições nela contidas.

Art. 9º – As despesas decorrentes da execução desta Lei serão custeadas pelas dotações orçamentárias já previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), podendo ser suplementadas conforme a legislação vigente, observadas as normas de responsabilidade fiscal e os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Art. 10 – O Poder Executivo terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei, para regulamentar as disposições contidas nesta, garantindo sua implementação de forma eficaz e em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Art. 11 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2024.

Alê Portela (PL)

**Justificação:** A presente iniciativa propõe o Programa de Transparência Curricular e Participação dos Pais, fundamentado na crescente demanda por uma educação pública que se articule com os valores e expectativas da sociedade e garantindo que a educação nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais esteja alinhada aos princípios constitucionais de transparência, igualdade, liberdade de pensamento e participação democrática.

Nas últimas décadas, a relação entre escola e família vem sendo debatida globalmente, com muitos países reconhecendo que o engajamento ativo dos pais e responsáveis no ambiente escolar contribui de forma decisiva para o desenvolvimento integral dos alunos. Pesquisas como da Harvard Family Research Project e da National Education Association demonstram que a participação das

famílias no acompanhamento do conteúdo e das metodologias de ensino está diretamente ligada ao sucesso escolar dos alunos, à redução das taxas de abandono e à construção de um ambiente educacional mais inclusivo e atento às diversas realidades sociais. Nesse sentido, este projeto busca fortalecer o papel das famílias na educação de seus filhos, promovendo uma educação pública verdadeiramente democrática e pluralista.

Ao instituir a obrigatoriedade de que o conteúdo curricular esteja disponível e acessível aos pais e responsáveis, a proposta reforça o compromisso do Estado com a transparência e a responsabilidade pública. A abertura desse acesso é essencial para garantir que os cidadãos conheçam o que está sendo ensinado em sala de aula e, mais ainda, para que possam contribuir com sugestões e críticas que valorizem o diálogo entre a comunidade e a escola.

Esse direito de acesso ao conteúdo curricular se baseia na premissa de que a educação é um direito e um dever de todos, conforme consagrado pela Constituição Federal de 1988, que determina que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205 da CF).

Ao propor a criação dos Conselhos Escolares de Transparência e Participação, compostos por pais, responsáveis, professores e membros da comunidade, o projeto institucionaliza um espaço de diálogo construtivo e democrático no ambiente escolar. Esses Conselhos desempenharão um papel importante na promoção de um ensino que seja, ao mesmo tempo, acessível e respeitoso às diversas realidades culturais e familiares. Essa medida encontra respaldo em estudos que apontam que a integração entre escola e comunidade fortalece a confiança dos pais no sistema educacional, cria um ambiente de aprendizado mais acolhedor e aumenta o nível de comprometimento dos alunos com sua própria formação.

O projeto também estabelece mecanismos de fiscalização e supervisão, como o Comitê Estadual de Transparência Curricular. Esse órgão será responsável por monitorar a aplicação das diretrizes da lei e por atuar como um ponto de controle e prestação de contas ao Legislativo e à sociedade. Composto por representantes da sociedade civil, das entidades educacionais e dos órgãos públicos, o Comitê terá como uma de suas atribuições assegurar que o conteúdo curricular esteja em conformidade com os princípios constitucionais e com a diversidade cultural do Estado, evitando que conteúdos de caráter ideológico ou doutrinário sejam impostos aos alunos.

A criação de audiências públicas busca ampliar ainda mais o espaço de escuta da sociedade, permitindo que pais, professores, estudantes e demais cidadãos participem ativamente da construção e aprimoramento do currículo escolar. Através dessas audiências, pretende-se criar um espaço de diálogo onde todos possam expressar suas preocupações e expectativas em relação ao ensino público, garantindo que ele seja um reflexo fiel das necessidades e valores da sociedade mineira.

Em relação à neutralidade ideológica, este projeto não visa tolher a liberdade de ensino dos professores, mas assegurar que o currículo escolar seja guiado por uma abordagem neutra e imparcial, respeitando a pluralidade de perspectivas.

A Constituição Federal assegura a liberdade de cátedra (art. 206, II), mas também determina que a educação nacional deve ser pautada pelo respeito à liberdade e pelo apreço à tolerância (art. 206, III). Este projeto busca harmonizar esses princípios, preservando a autonomia pedagógica dos docentes e ao mesmo tempo garantindo que o currículo seja livre de imposições ideológicas que possam desrespeitar os valores familiares e culturais dos alunos.

Ademais, a proposta contribui para o fortalecimento do pacto federativo na educação, uma vez que incentiva um modelo de gestão compartilhada entre a Secretaria Estadual de Educação, as famílias e a comunidade. Esse modelo de gestão participativa e descentralizada está alinhado com as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/1996), que incentiva a participação dos pais na vida escolar e reconhece a importância da cooperação entre família e escola na formação integral dos alunos. Portanto, o Programa de Transparência Curricular e Participação dos Pais é uma proposta robusta e fundamentada, que visa garantir que a educação pública mineira seja plural, transparente e alinhada aos valores constitucionais de liberdade, igualdade e respeito às diversidades culturais e ideológicas.

Ao valorizar o papel das famílias e da comunidade na formação educacional, Minas Gerais promove uma educação mais democrática e próxima da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos críticos, informados e engajados com os valores democráticos e republicanos.

Posto isto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação da matéria.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.000/2024

Determina que a interrupção de gestação decorrente de estupro seja notificada à autoridade policial, bem como que materiais biológicos fetais ou embrionários sejam preservados para perícia genética e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – No Estado de Minas Gerais, quando um profissional de saúde realizar a interrupção de gestação em razão de estupro, deverá notificar a autoridade policial para a identificação e responsabilização do autor do crime, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único – Para viabilizar a perícia genética, materiais biológicos embrionários ou fetais devem ser preservados e disponibilizados à autoridade policial, seguindo as diretrizes estabelecidas para coleta e guarda de evidências.

Art. 2º – A mulher que for vítima de estupro não será pressionada a interromper ou a prosseguir com a gestação, sendo garantido o seu direito à informação e à autonomia.

Parágrafo único – A mulher deverá ser informada sobre os procedimentos, riscos e direitos, incluindo a possibilidade de entrega voluntária do bebê para adoção, caso opte por prosseguir com a gestação.

Art. 3º – A instauração de inquérito policial pelo estupro relatado não implicará, em caso de arquivamento por falta de provas, na responsabilização automática da mulher por aborto ilegal ou falsa comunicação de crime.

Parágrafo único – Da mesma forma, se houver absolvição em processo penal por ausência de provas de autoria ou materialidade do crime, não caberá responsabilizar a mulher por falsa comunicação ou prática de aborto ilegal.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2024.

Alê Portela (PL)

**Justificação:** Este projeto de lei busca assegurar que casos de interrupção de gestação decorrentes de estupro sejam notificados à autoridade policial, preservando elementos essenciais para a identificação do autor do crime e, simultaneamente, garantindo que a mulher vítima de violência sexual seja informada sobre seus direitos e opções, sem sofrer pressão indevida.

A legislação federal atual, como a Lei nº 13.718/18 e a Lei nº 13.931/19, estabelece a notificação compulsória de casos de violência contra a mulher. Entretanto, a implementação dessas leis em casos específicos de estupro com gestação ainda encontra barreiras práticas e éticas, especialmente quando se trata da preservação de materiais biológicos necessários para exames de DNA. Este projeto não inova no ordenamento, mas visa esclarecer e consolidar direitos e procedimentos já previstos, garantindo que o profissional de saúde cumpra seu papel sem prejudicar ou intimidar a vítima.

A proposta determina a notificação compulsória à polícia para investigação do crime de estupro e requer a preservação de tecidos embrionários ou fetais para futura perícia genética, uma medida essencial para facilitar a identificação do agressor. Essa

iniciativa vai ao encontro da orientação jurídica e da saúde pública, pois alinha o direito da mulher à assistência com o interesse público de responsabilização do autor do crime.

O projeto ainda prevê a proteção da vítima contra qualquer eventual penalização caso a investigação do estupro não encontre provas suficientes ou o autor não seja identificado. Crimes contra a dignidade sexual, especialmente o estupro, muitas vezes ocorrem em contextos de difícil comprovação material, sendo o relato da vítima um elemento crucial para o início da investigação. A ausência de provas ou de autoria, contudo, não pode implicar automaticamente em responsabilização da mulher, garantindo-se que a vítima seja acolhida e protegida pelo Estado em todas as fases do processo.

Cabe ressaltar que o projeto foi estruturado para respeitar a autonomia da mulher e assegurar que ela não seja pressionada a interromper ou a manter a gestação, sendo adequadamente informada sobre suas alternativas, inclusive o procedimento de entrega para adoção, caso deseje. Este cuidado visa amparar a mulher de forma humanizada e ética, respeitando suas escolhas pessoais e direitos fundamentais.

Portanto, esta proposta se alinha com as diretrizes federais e estaduais que objetivam a proteção dos direitos das vítimas de violência sexual, além de contribuir para a eficácia das investigações criminais. Trata-se de uma medida que reafirma o compromisso do Estado de Minas Gerais em defender a dignidade da mulher e a integridade dos processos de responsabilização criminal.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Coronel Sandro. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.183/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### **PROJETO DE LEI Nº 3.001/2024**

Institui o Programa de Voluntariado Intergeracional no Estado de Minas Gerais, com vistas à promoção da interação entre jovens e idosos, à troca de experiências e à valorização do envelhecimento ativo, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Programa de Voluntariado Intergeracional no Estado de Minas Gerais, com o objetivo de promover a interação entre jovens e idosos por meio de atividades que incentivem a troca de experiências, conhecimentos e habilidades.

Art. 2º – O Programa será desenvolvido em parceria com instituições de ensino, organizações não governamentais, associações de idosos e demais entidades que atuem na promoção e proteção dos direitos da população idosa, com o intuito de assegurar a abrangência e eficácia das atividades propostas.

Art. 3º – As atividades do Programa incluirão, mas não se limitarão a:

I – Oficinas de artesanato, música, culinária e outras atividades que promovam a troca de saberes entre as gerações, visando à valorização da cultura e das tradições locais.

II – Programas de leitura e contação de histórias, com o objetivo de resgatar e preservar a memória histórica e cultural da comunidade.

III – Atividades de jardinagem, caminhada e exercícios físicos, promovendo a saúde e o bem-estar físico e mental de todos os participantes, em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde.

Art. 4º – A execução do Programa será coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, que deverá:

I – Elaborar um calendário de atividades e eventos intergeracionais, com ampla divulgação nas comunidades, utilizando meios digitais e impressos para alcançar um público diversificado.

II – Promover campanhas de sensibilização sobre a importância da interação intergeracional e o fortalecimento dos vínculos comunitários, em parceria com a mídia local e redes sociais.

III – Realizar acompanhamento e avaliação do impacto das atividades do Programa na vida dos participantes, utilizando indicadores de qualidade de vida e bem-estar, visando à melhoria contínua das ações.

Art. 5º – As despesas decorrentes da execução deste Projeto de Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Desenvolvimento Social, podendo ser suplementadas conforme a disponibilidade financeira do Estado, em conformidade com o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a legislação orçamentária em vigor.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2024.

Alê Portela (PL)

**Justificação:** A população brasileira está passando por um significativo processo de envelhecimento, o que traz à tona a necessidade urgente de implementar políticas públicas que promovam a inclusão, a valorização e o respeito à experiência da população idosa. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, até 2030, o Brasil terá mais de 30 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa um aumento considerável em relação ao presente. Esse cenário exige ações efetivas que não apenas assegurem direitos, mas também promovam a interação social entre diferentes gerações, contribuindo para um envelhecimento saudável e ativo.

O Programa de Voluntariado Intergeracional propõe um espaço de convivência e troca de experiências entre jovens e idosos, em um contexto que valoriza a sabedoria dos mais velhos e a energia e inovação dos jovens. Através de atividades diversas, como oficinas culturais, programas de leitura e práticas de exercícios físicos, o Programa não só promoverá a inclusão social, mas também combaterá a solidão e o preconceito que muitas vezes cercam o envelhecimento. Além disso, essa interação mútua serve como um mecanismo para preservar a cultura local e fortalecer os vínculos comunitários, promovendo uma sociedade mais coesa e respeitosa.

A implementação do Programa de Voluntariado Intergeracional será realizada em parceria com instituições de ensino, organizações não governamentais e associações de idosos, assegurando que as atividades sejam adequadas às necessidades e características de cada comunidade. A ação conjunta entre diferentes setores da sociedade é fundamental para garantir a eficácia do Programa e para que ele se torne uma prática permanente e reconhecida em Minas Gerais.

Por fim, é essencial destacar que as atividades propostas não demandam grandes investimentos financeiros, uma vez que muitas delas poderão ser realizadas em espaços públicos e contarão com a colaboração de voluntários, o que reforça a viabilidade do Programa em tempos de restrições orçamentárias. As despesas relacionadas à execução das atividades serão cuidadosamente planejadas e inseridas nas dotações orçamentárias da Secretaria de Desenvolvimento Social, respeitando as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, a aprovação deste Projeto de Lei é uma medida necessária para promover um convívio mais harmonioso entre as gerações, fomentar o respeito à diversidade etária e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.002/2024

Institui o Programa de Implantação de Cidades Amigas do Idoso no Estado de Minas Gerais, estabelece diretrizes para a criação de

ambientes urbanos acessíveis e inclusivos, que promovam o envelhecimento ativo e a participação da população idosa na vida Comunitária, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Programa de Implantação de Cidades Amigas do Idoso no Estado de Minas Gerais, com a finalidade de promover ambientes urbanos que garantam acessibilidade, inclusão e valorização da experiência dos idosos, assegurando sua participação plena e ativa na sociedade.

Art. 2º – O Programa terá como diretrizes fundamentais:

I – **Acessibilidade Universal:** Garantir que todos os espaços públicos, incluindo transporte, calçadas, parques, praças e edificações, sejam projetados e mantidos de acordo com as normas de acessibilidade estabelecidas pela legislação federal e estadual, assegurando segurança e autonomia à população idosa.

II – **Promoção da Convivência e Cultura:** Incentivar a realização de atividades de convivência, culturais e recreativas que estimulem a interação social e o reconhecimento do papel dos idosos como protagonistas na construção de sua própria história e da comunidade.

III – **Infraestrutura Adequada:** Assegurar que a infraestrutura urbana seja adequada às necessidades dos idosos, priorizando a instalação de mobiliário urbano, sinalização e serviços públicos que respeitem os direitos e as especificidades dessa população.

Art. 3º – O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Transportes e Obras Públicas, deverá:

I – **Elaborar um Plano de Ação Integrado:** O plano deverá contemplar a implementação das diretrizes do Programa em colaboração com os municípios, incluindo ações específicas para a adequação dos espaços urbanos e a promoção de eventos intergeracionais.

II – **Criar um Sistema de Monitoramento:** Instituir um sistema de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do Programa, que considere a participação dos cidadãos e utilize indicadores de qualidade de vida e bem-estar dos idosos.

III – **Promover Campanhas Educativas:** Realizar campanhas de sensibilização sobre a importância da construção de cidades inclusivas e amigas dos idosos, visando a mobilização da sociedade civil e o engajamento da comunidade em iniciativas de apoio e valorização da população idosa.

Art. 4º – A participação da sociedade civil é essencial para o sucesso do Programa. Organizações representativas de idosos, conselhos municipais e outros atores da sociedade deverão ser incentivados a contribuir na definição de prioridades, ações e na fiscalização das políticas implementadas, garantindo transparência e corresponsabilidade.

Art. 5º – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas da Secretaria de Desenvolvimento Social, podendo ser suplementadas conforme a disponibilidade financeira do Estado, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e demais normativas pertinentes.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2024.

Alê Portela (PL)

**Justificação:** O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno significativo, que apresenta desafios complexos e exige respostas efetivas por parte do Estado. Neste contexto, a implantação do Programa de Cidades Amigas do Idoso no Estado de Minas Gerais surge como uma resposta inovadora e necessária. Este programa se alinha às diretrizes da Organização Mundial da

Saúde (OMS), que preconiza a criação de ambientes amigáveis para os idosos, priorizando a acessibilidade e a inclusão social. Ao promover a construção de espaços urbanos que respeitem e valorizem as especificidades da população idosa, o Programa visa não apenas a melhoria da infraestrutura, mas também o fortalecimento da convivência social e do envelhecimento ativo.

A proposta de Cidades Amigas do Idoso busca, primordialmente, transformar as cidades em ambientes que favoreçam a autonomia, a segurança e a dignidade dos idosos. Para tanto, são fundamentais diretrizes claras que garantam a acessibilidade universal a espaços públicos, o incentivo a atividades culturais e recreativas que promovam a interação social, e a melhoria contínua da infraestrutura urbana.

Além disso, a participação da sociedade civil no desenvolvimento e na implementação do Programa é crucial para garantir que as políticas adotadas atendam efetivamente às demandas da população idosa. A atuação de organizações representativas de idosos e a promoção de um diálogo constante com a comunidade permitirão identificar necessidades específicas e priorizar ações que realmente impactem a vida dos cidadãos.

Este Projeto de Lei não apenas responde a um compromisso ético e social do Estado em relação aos direitos dos idosos, mas também representa uma oportunidade de inovação social. Ao investir na construção de Cidades Amigas do Idoso, Minas Gerais se posiciona na vanguarda das políticas públicas inclusivas, reconhecendo e valorizando o papel ativo que os idosos desempenham em nossa sociedade.

Portanto, a aprovação deste Projeto de Lei é um passo decisivo para a construção de um Estado mais justo e inclusivo, onde todos os cidadãos, independentemente de sua idade, possam exercer plenamente seus direitos, viver com dignidade e contribuir ativamente para a sociedade. A proposta reflete a responsabilidade do poder público em garantir que o envelhecimento não seja encarado como um desafio, mas como uma oportunidade de enriquecer a diversidade cultural e social de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 3.003/2024**

Dispõe sobre a concessão de passagens gratuitas no sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros do Estado de Minas Gerais para mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de desabrigo e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta Lei estabelece a concessão de passagens gratuitas no transporte coletivo intermunicipal às mulheres que se encontrem em situação de violência doméstica e familiar, devidamente reconhecidas pelos órgãos competentes de proteção e atendimento à mulher no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – A concessão das passagens de que trata esta Lei tem como finalidade assegurar o direito de locomoção das mulheres que necessitam deixar locais onde estão em risco, garantindo o acesso a espaços seguros e de proteção.

Art. 3º – As empresas de transporte coletivo intermunicipal, autorizadas pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), deverão ceder gratuitamente passagens para mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de desabrigo que desejem sair ou retornar ao seu município de origem ou residência familiar.

Art. 4º – Para a obtenção do benefício previsto no artigo anterior, deverão ser observadas as seguintes disposições:

I – O benefício será concedido mediante a apresentação de documento oficial ou relatório emitido por órgãos ou entidades de atendimento à mulher, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Defensoria Pública, Ministério

Público, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) ou outras instituições reconhecidas que comprovem a situação de violência;

II – Caso a mulher vítima de violência esteja acompanhada de filhos ou filhas menores de idade, deverão ser cedidas passagens também para eles, de forma conjunta;

III – A beneficiária poderá utilizar o transporte para deslocar-se ao município onde tenha familiares, rede de apoio ou local que garanta sua segurança e a possibilidade de reintegração social.

Art. 5º – Na hipótese de não haver assentos disponíveis no ônibus, as mulheres vítimas de violência e seus filhos acompanhantes poderão optar por aguardar o próximo ônibus da linha que os conduza ao seu destino, assegurando assim sua locomoção.

Art. 6º – O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, em articulação com a Secretaria de Transportes e Obras Públicas, regulamentará esta Lei, estabelecendo procedimentos administrativos e criando mecanismos de incentivo e compensação para as empresas de transporte coletivo intermunicipal que aderirem a esta iniciativa.

Art. 7º – A implementação das disposições desta Lei ficará a cargo do Poder Executivo, que poderá utilizar recursos já previstos em orçamento para assistência social, de forma a não comprometer as demais políticas públicas estabelecidas.

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de novembro de 2024.

Alê Portela (PL)

**Justificação:** A concessão de passagens gratuitas no transporte coletivo intermunicipal para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar é uma medida necessária e urgente, que visa assegurar a proteção e a dignidade de um grupo vulnerável na sociedade. A violência contra a mulher, um fenômeno multifacetado e complexo, tem impactos devastadores na vida de milhões de brasileiras, afetando não apenas a saúde física e mental das vítimas, mas também sua capacidade de mobilização e reintegração social. Este Projeto de Lei surge como uma resposta contundente a essa realidade, oferecendo uma alternativa concreta para facilitar a locomoção das mulheres que necessitam se afastar de situações de risco.

A Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006) estabelece diretrizes claras para a proteção das mulheres em situação de violência, enfatizando a importância de criar mecanismos que assegurem a integridade física e emocional das vítimas. O nosso projeto está em consonância com os preceitos dessa lei, ampliando as medidas de apoio e assistência, e alinhando-se às políticas públicas que visam a prevenção da violência e a promoção dos direitos humanos.

A violência doméstica é uma questão de saúde pública que demanda a atenção imediata do Estado. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, foram registradas mais de 260 mil denúncias de violência contra a mulher em Minas Gerais. Muitas dessas mulheres enfrentam barreiras significativas para acessar os serviços de proteção e acolhimento, sendo a falta de recursos financeiros um dos principais obstáculos. Ao garantir a concessão de passagens gratuitas, estaremos não apenas facilitando a mobilidade dessas mulheres, mas também proporcionando-lhes um caminho seguro para a busca de apoio e proteção, essencial para sua recuperação e reintegração social.

Além dos benefícios sociais, é crucial destacar que a proposta foi elaborada em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal e a legislação vigente. O projeto não implicará em novas despesas para o Estado, uma vez que as passagens gratuitas serão concedidas por meio de parcerias com empresas de transporte coletivo intermunicipal, que poderão ser incentivadas a participar do programa. A Secretaria de Desenvolvimento Social, em conjunto com a Secretaria de Transportes e Obras Públicas, será responsável por regulamentar e operacionalizar a lei, garantindo a transparência e a eficiência na implementação das medidas.

Ademais, a inclusão da possibilidade de que mães acompanhadas de filhos menores tenham direito à passagem também é uma consideração essencial, pois reconhece a realidade dessas mulheres que, frequentemente, não podem se separar de seus filhos durante situações de vulnerabilidade. Isso demonstra uma abordagem holística e humanizada para a questão, reconhecendo a necessidade de proteção integral para as mulheres e suas famílias.

Por fim, ao aprovar este Projeto de Lei, o Estado de Minas Gerais reafirma seu compromisso com a promoção dos direitos humanos, a igualdade de gênero e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Este projeto não apenas irá transformar vidas, mas também enviará uma mensagem clara de que a violência contra a mulher não será tolerada e que o Estado está disposto a atuar ativamente na proteção e no acolhimento das vítimas.

Assim, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto, que representa uma mudança significativa na forma como tratamos a violência de gênero e a proteção das mulheres em nosso estado.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Charles Santos. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 45/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.014/2024

Declara de utilidade pública o Núcleo Gestor da Cadeia de Valor do Pequi e outros Frutos do Cerrado, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Núcleo Gestor da Cadeia de Valor do Pequi e outros Frutos do Cerrado, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de novembro de 2024.

Marquinho Lemos (PT)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 3.018/2024

Confere ao Município de Formoso o título de Capital Estadual da Laranja.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica conferido ao Município de Formoso o título de Capital Estadual da Laranja.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de novembro de 2024.

Marli Ribeiro (PL)

**Justificação:** O cultivo da Laranja no Cerrado mineiro tem se desenvolvido de forma muito dinâmica.

A ocorrência de doenças de citros, em especial do *greening*, também conhecido como *Huanglongbing* (HLB) ou Amarelão dos Citros, tem deslocado o plantio de cítricos de São Paulo, maior produtor nacional, para outros estados, em especial Minas Gerais.

O *greening* é uma doença que afeta plantas cítricas e não tem cura, sendo causada pela bactéria *Candidatus Liberibacter asiaticus* e transmitida pelo inseto *Diaphorina citri*, também conhecido como psílídeo.

A cidade de Formoso, no Noroeste de Minas, vem se destacando como importante polo produtor de laranja, gerando emprego e renda, especialmente aos agricultores familiares, e com grandes perspectivas de aumento de produtividade e de área cultivada.

A declaração do município de Formoso como a Capital Mineira da Laranja vem de encontro com os anseios daquela população, incentivando o plantio da frutífera, que para o ano de 2024, segundo dados da Emater, praticamente está duplicando a área de plantio, reconhecendo a importância da laranja no município.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Agropecuária para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.020/2024

Denomina de Viaduto Ivan Guedes o viaduto da alça lateral do trevo contorno, no Km 370 da BR-135, em Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Viaduto Ivan Guedes o viaduto da alça lateral do trevo contorno, no Km 370 da BR-135 – sentido exército, no município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de novembro de 2024.

Gil Pereira (PSD)

**Justificação:** Propomos a nomeação do o viaduto da alça lateral do trevo contorno, no Km 370 da BR-135, em Montes Claros, como Viaduto Ivan Guedes em reconhecimento à trajetória de Ivan Guedes, fundador da rede de farmácias Minas Brasil, que é hoje uma das mais importantes e tradicionais da região norte de Minas Gerais.

Ivan Guedes foi um empreendedor visionário, pioneiro no setor farmacêutico de Montes Claros, que, com sua dedicação e valores, contribuiu não apenas para o desenvolvimento econômico da cidade, mas também para o acesso à saúde e bem-estar da população. Desde a fundação da primeira unidade da Farmácia Minas Brasil, Ivan Guedes sempre buscou oferecer serviços acessíveis e de qualidade à comunidade, fortalecendo o comércio local e gerando centenas de empregos ao longo dos anos.

Além de seu papel como empresário, Ivan Guedes é lembrado por seu compromisso social, seu apoio a diversas iniciativas Comunitárias e pela proximidade com os cidadãos de Montes Claros, que sempre encontraram em sua rede de farmácias um atendimento humanizado e confiável. A homenagem com o nome Viaduto Ivan Guedes representa não apenas o legado de um empreendedor bem-sucedido, mas também o agradecimento da cidade a um cidadão que marcou profundamente a vida e o cotidiano de Montes Claros e toda a região.

Assim, solicitamos o apoio dos nobres deputados para aprovar esta denominação, que eterniza o legado de Ivan Guedes e simboliza o impacto positivo de sua vida e de sua obra no desenvolvimento de Montes Claros e região norte do Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

## PROJETO DE LEI Nº 3.021/2024

Fica denominado Viaduto Antônio Ernesto Werna de Salvo o viaduto localizado no Km 614 da BR-135, no município de Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Viaduto Antônio Ernesto Werna de Salvo o viaduto localizado no Km 614 da BR-135, no município de Curvelo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de novembro de 2024.

Gil Pereira (PSD)

**Justificação:** A presente proposta visa denominar o viaduto localizado no Km 614 da BR-135, no município de Curvelo, como Viaduto Antônio Ernesto Werna de Salvo em homenagem a um dos mais ilustres líderes do setor agropecuário brasileiro, cuja trajetória impactou profundamente o desenvolvimento rural e a representação dos produtores em Minas Gerais e no Brasil.

Nascido em Curvelo, Minas Gerais, em 6 de julho de 1933, Antônio Ernesto Werna de Salvo foi engenheiro-agrônomo e dedicou sua vida ao fortalecimento da agricultura e pecuária. Foi proprietário da Fazenda Canoas, onde se destacou pela excelência na criação de gado Guzerá, sendo reconhecido como referência no setor. Seu conhecimento e sua paixão pela pecuária levaram-no a atuar como membro do Colégio Brasileiro de Juízes e do Conselho Técnico do Serviço de Registro Genealógico da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ).

Como líder sindical e empresarial, foi fundador do Sindicato Rural de Curvelo e da Associação Mineira de Criadores de Zebu, além de vice-presidente e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG). Sua atuação o levou a ocupar o cargo de presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), onde exerceu cinco mandatos, e a liderar o Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Antônio Ernesto também presidiu a Confederação Interamericana de Ganaderos y Agricultores (CIAGA), que reúne as entidades representativas de produtores das três Américas, promovendo o intercâmbio de boas práticas e o fortalecimento do agronegócio em nível continental.

Reconhecido por sua capacidade de articulação e pela defesa incansável dos interesses dos produtores, ele ainda contribuiu para diversos conselhos e iniciativas nacionais, como o Conselho do Agronegócio (Consagro) e o Conselho Nacional de Política Agrícola. Seus trabalhos técnicos em zootecnia, incluindo publicações sobre a raça Guzerá, destacaram-no como especialista, com ampla influência no aprimoramento genético e na expansão da pecuária em Minas Gerais.

Por sua trajetória de compromisso com o desenvolvimento do campo, Antônio Ernesto foi condecorado com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e com a Comenda da Ordem do Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, em reconhecimento ao impacto de suas contribuições para o agronegócio e a economia nacional.

Diante do exposto, solicito respeitosamente o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei, que visa perpetuar a memória de Antônio Ernesto Werna de Salvo, um líder que elevou o nome de Curvelo e do agronegócio brasileiro, sendo um exemplo de dedicação, excelência e impacto positivo na vida de milhares de produtores rurais. Esta homenagem será um símbolo de gratidão de Minas Gerais a um de seus mais destacados filhos.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 3.022/2024**

Denomina de Viaduto Ministro Alysson Paolinelli o viaduto no Km 619 da BR-135, em Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Viaduto Ministro Alysson Paolinelli o viaduto localizado no Km 619 da BR-135, no município de Curvelo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de novembro de 2024.

Gil Pereira (PSD)

**Justificação:** A proposta de nomear o viaduto localizado no Km 619 da BR-135, em Curvelo, como Viaduto Ministro Alysson Paulinelli é uma homenagem póstuma a um dos mais ilustres mineiros, cuja contribuição para o desenvolvimento do Brasil é inestimável. Nascido em Bambuí, Minas Gerais, Alysson Paulinelli foi engenheiro agrônomo e ex-Ministro da Agricultura, sendo o responsável por transformar o Brasil em uma potência agrícola mundial. Sua atuação visionária no setor agropecuário deixou um legado de impacto duradouro na economia e na segurança alimentar do país e do mundo.

Como Ministro da Agricultura, Paulinelli implementou políticas públicas inovadoras que impulsionaram a ocupação produtiva do cerrado, desenvolvendo tecnologias agrícolas que permitiram o aproveitamento sustentável da região. Sua liderança foi crucial para que o Brasil se tornasse um dos maiores produtores e exportadores de alimentos, contribuindo significativamente para o combate à fome e para a geração de renda e emprego no país.

Além de seu trabalho no Brasil, Alysson Paulinelli foi amplamente reconhecido pela comunidade internacional, sendo indicado ao Prêmio Nobel da Paz, um reconhecimento pelo papel transformador de suas ações em favor da agricultura sustentável e da segurança alimentar global. Ele deixa um legado de inovação, sustentabilidade e compromisso com o desenvolvimento rural, que serve de inspiração para novas gerações de brasileiros.

Por esses motivos, solicitamos o apoio dos nobres deputados para que possamos homenagear a memória de Alysson Paulinelli, eternizando seu nome em uma importante estrutura de mobilidade em Minas Gerais, seu estado natal. A denominação Viaduto Ministro Alysson Paulinelli é um tributo à sua dedicação, aos seus feitos e ao impacto que seu trabalho continua a exercer no Brasil e no mundo.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 3.023/2024**

Denomina de Viaduto Governador Alberto Pinto Coelho o viaduto no Km 625 da BR-135, em Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Viaduto Governador Alberto Pinto Coelho o viaduto localizado no Km 625 da BR-135, no município de Curvelo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de novembro de 2024.

Gil Pereira (PSD)

**Justificação:** A presente proposta de denominar o viaduto no Km 625 da BR-135, em Curvelo, como Viaduto Governador Alberto Pinto Coelho é uma homenagem a um dos mais destacados políticos mineiros, cuja trajetória foi marcada por um profundo compromisso com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e pelo incansável trabalho em prol do bem-estar da população.

Nascido em Rio Verde, Goiás, em 1944, Alberto Pinto Coelho mudou-se para Minas Gerais ainda jovem e iniciou sua carreira política por meio da Assembleia Legislativa, onde começou como assessor parlamentar. Destacou-se pela dedicação e foi eleito deputado estadual em 1986, atuando com vigor em defesa dos interesses do estado e na busca constante por melhorias na infraestrutura e no desenvolvimento econômico. Sua trajetória o conduziu a cargos de grande importância, como a Presidência da Assembleia Legislativa, onde exerceu liderança exemplar, pautada pelo diálogo, ética e consenso entre os parlamentares. Durante sua gestão, a Assembleia consolidou-se como uma instituição democrática forte e representativa, com avanços legislativos que beneficiaram diretamente o povo mineiro.

Após seu êxito no Legislativo, Alberto Pinto Coelho assumiu o cargo de Vice-Governador de Minas Gerais e, posteriormente, o de Governador do Estado, entre 2014 e 2015. Em sua gestão como Governador, reafirmou seu compromisso com o progresso de Minas Gerais, implementando políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, modernização da infraestrutura e melhoria dos serviços essenciais. Sua administração foi marcada por uma gestão eficiente, sensível às necessidades dos municípios, especialmente do Norte de Minas.

Assim, denominar esse viaduto como Viaduto Governador Alberto Pinto Coelho é uma forma de reconhecer e eternizar a contribuição inestimável de um líder que dedicou sua vida ao serviço público e ao desenvolvimento de Minas Gerais. Essa homenagem é também um símbolo de gratidão da população de Montes Claros e do Norte de Minas, que sempre tiveram em Alberto Pinto Coelho um grande aliado e defensor.

Diante do exposto, solicito respeitosamente o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei, de modo a perpetuar a memória de um dos mais importantes líderes políticos da história recente de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.025/2024

Denomina de Viaduto Pedro dos Reis Souto o viaduto localizado no Km 580 da BR-135, em Corinto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Viaduto Pedro dos Reis Souto o viaduto localizado no Km 580 da BR-135, no município de Corinto.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de novembro de 2024.

Gil Pereira (PSD)

**Justificação:** A presente proposta visa denominar Viaduto Pedro dos Reis Souto o viaduto localizado no Km 580 da BR-135, no município de Corinto, em homenagem a um homem que dedicou sua vida ao trabalho árduo e à contribuição significativa para sua comunidade.

Pedro dos Reis nasceu na Fazenda Capão do Rocha, nas proximidades de Jaboticabas e Corredor, no município de Corinto, Minas Gerais. Filho de José dos Reis, um carpinteiro e ruralista natural de Diamantina, e de Francisca de Oliveira Reis, uma professora rural, Pedro cresceu em um ambiente onde o conhecimento e o trabalho duro eram valores centrais. Desde cedo, foi

alfabetizado por sua mãe, carinhosamente chamada de D. Chiquinha, que lhe transmitiu não só a leitura e a escrita, mas também valores de generosidade e solidariedade.

Em 1938, Pedro serviu ao Exército Brasileiro e foi convocado para a Segunda Guerra Mundial. Contudo, uma fratura durante o treinamento no Rio de Janeiro impediu que embarcasse para a Itália. Após seu retorno a Corinto, Pedro dedicou-se à vida rural, tornando-se vaqueiro e produtor de leite, atividades que o aproximaram da terra e das necessidades de sua comunidade.

Pedro se destacou não só como trabalhador, mas também como cidadão generoso. Contribuiu de forma significativa para a construção da Santa Casa e da Igreja Nossa Senhora da Aparecida em Corinto, doando cascalho e sempre ajudando aqueles que estavam em situação de vulnerabilidade social. Sua vida foi marcada pelo compromisso com o próximo, sendo um exemplo de dedicação e altruísmo.

Aos 42 anos, Pedro se casou com Zelita, com quem teve sete filhos: Elaina, Geralda, Ednei, Evaldo, Edlamar, Elisângela e Eduardo. Era um pai amoroso, sempre buscando proporcionar o melhor para sua família. Sua alegria e simplicidade o tornaram uma figura querida por todos, e suas expressões típicas, como “caboclo”, “caboclinho” e “primeira e meia”, se tornaram símbolos de sua personalidade.

Pedro dos Reis faleceu em 26 de junho de 2009, aos 89 anos, deixando um legado de bondade, trabalho árduo e amor à sua comunidade. Sua memória é uma verdadeira representação da cultura e dos valores de Corinto e de toda a região.

Diante da importância de sua trajetória e do impacto positivo de suas ações em nossa comunidade, é justo que o viaduto localizado no Km 580 da BR-135, no município de Corinto, seja denominado Viaduto Pedro dos Reis Souto. Esta homenagem perpetuará sua memória e reconhecerá sua contribuição significativa para o desenvolvimento local e regional.

Por estas razões, solicito respeitosamente o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei, que visa não apenas eternizar a memória de Pedro dos Reis, mas também simbolizar a gratidão e o reconhecimento de toda a população de Corinto e região.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.026/2024

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de São Gotardo – Consep –, com sede no Município de São Gotardo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de São Gotardo – Consep –, com sede no Município de São Gotardo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 7 de novembro de 2024.

Maria Clara Marra, vice-líder do Bloco Avança Minas, vice-líder da Bancada Feminina e vice-presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (PSDB).

**Justificação:** O Conselho Comunitário de Segurança Pública de São Gotardo – Consep – desempenha um papel essencial na promoção da segurança e da qualidade de vida da comunidade local, configurando-se como uma entidade de utilidade pública. Sua atuação é pautada pela integração entre a sociedade civil, as forças de segurança e o poder público, visando à construção de estratégias de segurança mais eficazes e ao atendimento das demandas da população.

O Consep contribui diretamente para a prevenção da criminalidade e para a promoção da paz social, por meio da realização de campanhas educativas, apoio a projetos de policiamento comunitário e incentivo à participação cidadã. A entidade atua na identificação de problemas locais e no desenvolvimento de soluções colaborativas, garantindo que as ações de segurança estejam alinhadas com as necessidades específicas do município de São Gotardo.

Além disso, o Consep facilita o acesso da população a informações e orientações sobre prevenção de crimes, estimulando uma cultura de cooperação e de vigilância Comunitária. Assim, ao fortalecer o vínculo entre a comunidade e as autoridades de segurança, o Consep contribui para a criação de um ambiente mais seguro e acolhedor, fundamentando-se em princípios de cidadania e responsabilidade social.

Por esses motivos, o reconhecimento do Consep como entidade de utilidade pública reforça a importância do seu trabalho na preservação da ordem e na construção de uma sociedade mais segura e participativa em São Gotardo.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.029/2024

Declara de utilidade pública o Barcelona Iapu Futebol Clube, com sede no Município de Iapu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Barcelona Iapu Futebol Clube, com sede no Município de Iapu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de novembro de 2024.

Zé Guilherme (PP)

**Justificação:** O Barcelona Iapu Futebol Clube, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos e seus diretores eleitos não são remunerados, conforme seu estatuto social e conforme atesta o presidente da Câmara Municipal de Iapu.

Os objetivos do Barcelona Iapu Futebol Clube são proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, principalmente o futebol, podendo ainda praticar ou competir em todas as modalidades esportivas amadoras especializadas, inclusive o futebol feminino, nos termos da legislação vigente. Outro objetivo do Barcelona Iapu Futebol Clube, é executar trabalhos socioeducativos com crianças, adolescentes e jovens; incentivar a prática do futebol como forma de lazer e promoção social; dentre outros.

A entidade não distribui lucros ou dividendos, nem concede remuneração ou parcela de seu patrimônio, vantagens ou benefícios, sob nenhuma forma, a dirigentes, conselheiros, associados ou instituidores, que exercerão suas funções gratuitamente, destinando a totalidade das rendas apuradas ao atendimento gratuito de suas finalidades estatutárias.

Pelo exposto, solicito o apoio dos meus nobres pares para a aprovação deste projeto que tem por finalidade declarar de utilidade pública essa entidade tão importante à comunidade de Iapu.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**REQUERIMENTOS**

Nº 8.486/2024, do deputado Professor Cleiton e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear a Embaixada da China no Brasil e o consulado desse país no Rio de Janeiro (RJ), nas pessoas do embaixador Zhu Qingqiao e da consulesa Tian Min, pelos 50 anos de relação diplomática entre Brasil e China.

Nº 8.604/2024, do deputado Betinho Pinto Coelho e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear os Srs. César Menotti da Silva e Fabiano José da Silva pelos títulos de Cidadãos Honorários do Estado de Minas Gerais, a eles concedidos em 2014, por meio do Decreto com Numeração Especial nº 728, de 26/12/2014, em reconhecimento a suas bem-sucedidas carreiras na música sertaneja.

Nº 8.611/2024, do deputado Neilando Pimenta, em que requer a interrupção dos trabalhos ordinários e a destinação da primeira parte da reunião para homenagear o Sr. Eduardo F. Távora pelo trabalho pioneiro no transplante renal e na hemodiálise no Estado.

Nº 8.662/2024, do deputado Cristiano Silveira e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro – pelos seus 60 anos de atuação como instituição de destaque na transformação digital do Estado brasileiro e como a maior empresa pública de tecnologia do mundo.

Nº 9.031/2024, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre a alteração na remuneração básica do Sr. Rodrigo Piassi do Nascimento, ex-comandante-geral da PMMG, que passou de R\$49.265,27 para R\$69.330,75 no último mês em que o militar esteve na ativa, especificando-se de forma detalhada quais os critérios utilizados para calcular a remuneração e qual foi a remuneração utilizada para calcular as férias-prêmio, de modo a se atingir o valor de R\$438.692,86. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 9.032/2024, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e ao Ministério dos Transportes pedido de providências para a revisão das regras de concessão de passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual do Estado.

Nº 9.033/2024, da Comissão de Justiça, em que requer seja realizada consulta pública referente ao Projeto de Lei nº 2.777/2024, que institui o Dia Estadual do Rim, do Paciente Transplantado Renal e do Combate à Doença Renal Crônica, para atender ao disposto na Lei nº 22.858, de 2018. (– À Mesa da Assembleia.)

**Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Segurança Pública, de Meio Ambiente, de Minas e Energia e de Direitos Humanos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

**Comunicação da Presidência**

A presidência informa que foi aprovado, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, o Requerimento nº 9.032/2024, da Comissão da Pessoa com Deficiência. Publique-se para fins do art. 104 do Regimento Interno.

### Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência das seguintes comunicações:

da Comissão de Desenvolvimento Econômico, informando que, na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 12/11/2024, foi aprovado o Projeto de Lei nº 2.249/2024, do deputado Doutor Paulo;

da Comissão de Segurança Pública, informando que, na 55ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/11/2024, foram aprovados os Requerimentos nºs 8.761 e 8.879/2024, do deputado Sargento Rodrigues, 8.797/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, e 8.881 a 8.884/2024, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas;

da Comissão de Meio Ambiente, informando que, na 25ª Reunião Ordinária, realizada em 13/11/2024, foram aprovados os Requerimentos nºs 8.794, 8.796, 8.798, 8.825 e 8.826/2024, da Comissão de Assuntos Municipais, e 8.885/2024, do deputado Duarte Bechir;

da Comissão de Minas e Energia, informando que, na 21ª Reunião Ordinária, realizada em 13/11/2024, foi aprovado o Requerimento nº 8.594/2024, da Comissão de Meio Ambiente; e

da Comissão de Direitos Humanos, informando que, na 23ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/11/2024, foi aprovado o Relatório de Evento Institucional nº 2/2024, do Comitê de Representação (Ciente. Publique-se.).

### 2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

### Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.238/2024 seja apreciado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Boa tarde. Boa tarde às servidoras e aos servidores públicos que estão nas galerias da Assembleia Legislativa. Quero cumprimentar todas as pessoas que estão aqui, os colegas deputados e deputadas e todo mundo.

Chegou o dia, não é? O governo está tentando desde março, abril, votar esse projeto. Aliás, o governo está tentando desde 2020 fazer alterações no Ipsemg. Se nós buscarmos na memória, nós, que somos parlamentares... Estou em meu segundo mandato, mas os colegas que estavam aqui em 2020 vão se lembrar de que a primeira vez que o governo tentou mexer no Ipsemg foi para acabar com ele, trazendo até a Assembleia o que era para ser uma reforma da Previdência e que virou uma reforma administrativa, uma reforma sindical e o fim do Ipsemg.

Foi um processo muito intenso de discussões naquela época de pandemia, marcado por uma série de restrições, incluindo o acesso ao Poder Legislativo. Eu me lembro de que nós votamos do lado de fora – foi do lado de fora –, já que ainda estávamos realizando sessões remotamente, fora do espaço físico da Assembleia. Naquele momento, nós – quero dizer, a Assembleia Legislativa – impedimos que o governo acabasse com o Ipsemg. O Ipsemg foi retirado da reforma que o governo queria fazer, e o que foi aprovado, no final, foram mudanças relacionadas à previdência dos servidores e das servidoras. É preciso também reconhecer que a reforma da previdência que saiu da Assembleia não foi tudo o que o governo queria. Nós fizemos uma redução de danos muito importante, muito significativa. Na época, houve mobilização dos servidores, houve empenho de diálogo internamente, na Assembleia Legislativa.

Eu queria começar destacando que não é a primeira vez que o governo Zema tenta alterar o nosso Instituto de Previdência. Eu também preciso lembrar um momento anterior, quando, como coordenadora-geral do Sind-UTE, lutamos e denunciemos o fim do Funpemp. Vocês se lembram disso? Nós tínhamos dois fundos de previdência, um superavitário, que vinha na relação de aporte de

recursos para os servidores concursados que ingressaram – eu não vou me lembrar o corte temporal, mas foi nos idos dos anos 2000 –, e o Funfip, um fundo previdenciário deficitário. Assim, ambos os fundos coexistiam. O governo acabou com o Funpempg, e nós ficamos só com o Funfip. Quando o governo acabou com o Funpempg, foram redirecionados para o déficit do Funfip.

Se recordarmos, em 2014, ao final do governo do PSDB, o governo pegou o dinheiro do Ipsemg, aquele dinheiro destinado à coparticipação, e colocou no caixa único para fechar as contas do governo. Vocês se lembram disso, imagino. Quem está no Ipsemg, quem está nas lutas vai se lembrar dessas trajetórias. Em 2019, nós apresentamos uma emenda ao projeto de lei de reestruturação do Estado e garantimos a autonomia administrativa e financeira do instituto. Foi uma emenda importante porque, naquela oportunidade, nós falávamos da necessidade de o instituto ter condições, de o Ipsemg ter condições de caminhar, cada vez mais, com as próprias pernas, considerando que era um patrimônio dos servidores.

Nesta minha primeira intervenção, eu quero relembrar um pouco todas as tentativas anteriores que governos fizeram em relação ao Ipsemg. Eu me lembro de que, entre 2010 e 2011, o governo mudou essa forma do financiamento do Ipsemg, introduzindo a coparticipação, com a ideia de aumentar a participação financeira dos contribuintes no custeio dos serviços ali prestados, com a discussão de que a coparticipação daria melhores condições ao Ipsemg. Então eu queria compartilhar uma lembrança recente com os colegas deputados e as colegas deputadas, assim como com a imprensa, que está acompanhando o que promete ser uma longa tarde de discussões. Eu digo "longa" porque, com um painel registrando 56 presenças, o projeto do Ipsemg será votado.

Nós já havíamos avaliado que, após o período eleitoral, o governo se esforçaria para aprovar esse projeto de lei. Então nós sabíamos que, depois das eleições, esse projeto de lei viria para a pauta, mas não pode ser votado sem que déssemos voz a milhares de pessoas que não podem estar presentes neste salão, que não conseguem se deslocar, num dia de semana, em horário de trabalho, para Belo Horizonte, e passar a tarde e a noite, ou um período indefinido, nas galerias da Casa. A gente está com uma representação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Agradeço a presença de vocês, mas nós não podemos deixar que o momento da votação chegue sem trazer à tona todo o conteúdo do Ipsemg e sem trazer a discussão do significado da possível aprovação desse projeto. Ninguém poderá ser pego desprevenido em janeiro, fevereiro ou março, quando estiver fazendo seus trabalhos em suas regiões e começar a ser questionado por uma idosa de 59 anos que estará com uma taxa extra no seu contracheque ou por um auxiliar de serviços da educação básica que vai ter tido mudança no seu teto de contribuição – no piso, perdão; no teto, também, no piso e no teto de contribuição. Vai se tornar insustentável para a pessoa continuar arcando com os descontos do Ipsemg, por ela estar recebendo menos de um salário mínimo. Então, depois ninguém poderá dizer que não conhecia o conteúdo desse projeto; ninguém poderá dizer que não sabia que há interesses econômicos privados apressando a tramitação desse projeto – há uma turma interessada em comprar os seis imóveis que o Ipsemg possui e precisa de autorização legislativa para que isso aconteça.

Então esse é o nosso objetivo. Esse é o primeiro requerimento que está sendo apresentado. Se eu não me engano, vai haver outro requerimento, e depois vamos passar para os encaminhamentos de votação. Eles vão cumprir o objetivo de trazer as informações e os debates, assim como nós fizemos desde março e abril deste ano – quando o projeto de lei foi protocolado pelo governo Zema aqui, na Assembleia –, nas audiências públicas e no debate público que fizemos e em todo o processo de discussão nas três comissões em que esse projeto tramitou. A última tramitação aconteceu ontem à noite; nós ficamos em discussão até quase 21 horas desta terça-feira, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Então, este é o nosso objetivo, considerando este painel – agora há 57 deputados e deputadas presentes, e essa importante presença nos diz que o projeto será votado: nós vamos disputar voto a voto, vamos disputar o pedido, vamos pedir aos colegas que rejeitem esse projeto do governo.

O Ipsemg precisa melhorar? Sim, ele precisa melhorar. Há situações em que os servidores aceitariam mudar valores de contribuição? Eu não tenho autorização para falar por eles, mas acredito que sim, acredito que os servidores aceitariam fazer uma

discussão acerca de outros valores, mas esse projeto não é sobre isso. Esse projeto do governo Zema não é sobre melhorar o Ipsemg, não é sobre dar uma devolutiva, com dignidade, aos servidores que trabalham no Ipsemg e a todos os servidores que são usuários do Ipsemg; esse projeto de lei tem outros objetivos.

Se o projeto fosse bom e trouxesse – conforme eu conversava com um colega deputado – a modernização que tanto se prega do instituto, eu não tenho dúvida de que os servidores e o sindicato que representa os servidores do Ipsemg seriam os primeiros a pressionar a Assembleia Legislativa pela sua aprovação, apresentando emendas para ajustes e melhorias no texto apresentado, o que já seria bom.

Se você tem todos os sindicatos... Hoje, não há um sindicato que representa os servidores do funcionalismo público estadual que seja favorável ao projeto. Não há um sindicato favorável. Se todos são contrários e não há uma associação de aposentados, de pensionistas do Ipsemg, se não há nenhuma instância de usuários do Ipsemg que tenha se manifestado favorável a esse projeto, nós é que vamos aprová-lo? Somos nós que vamos dizer "desconte mais do salário do servidor"? Gente, uma coisa é o debate e o embate sobre o reajuste. Se chega um reajuste de inflação, eu vou sempre defender o reajuste do piso; os deputados que defendem a segurança vão defender o acordo que o governo Zema firmou e não cumpriu. Todos nós vamos disputar a agenda do que significa esse reajuste. Essa é uma disputa positiva; essa é uma disputa que, ao final, nunca vai resultar em prejuízo para o servidor; é uma disputa que nunca vai resultar em descontos no salário do servidor. Já esse debate acerca do Ipsemg é diferente. Se nós votarmos esse projeto hoje e ele for aprovado, nós estaremos autorizando um desconto no contracheque de milhares de servidores e pensionistas, o que também refletirá nos seus dependentes e será contra o interesse dessas pessoas.

Então o debate precisa ser feito porque é preciso saber qual é o nosso limite de dizer sobre isso. Quando um projeto é aprovado... Se esse projeto for aprovado... Não dá para antecipar o placar. Se esse projeto for aprovado, a Assembleia se torna também responsável pelo resultado relativo ao Ipsemg, e não só o governador do Estado. Não se pode falar depois dessa votação: "Ah, o governo do Estado é que quis assim". Não. A Assembleia Legislativa também quis assim, porque ela aprovou. Ela aprovou uma punição para as pessoas com mais de 59 anos, que vão ter uma taxa extra descontada do seu contracheque logo depois que esse projeto for aprovado. Eu gostaria muito que quem defende esse projeto viesse fazer esse debate. Quanto aos valores, eu vou ter a oportunidade de debater isso.

Acabou o meu tempo? Desculpe-me, nem percebi. Eu me empolguei. Perdão, presidente. Se tocou o sininho, eu também não percebi. Presidente, eu quero então encaminhar favoravelmente ao requerimento para que o projeto de lei seja o primeiro na pauta, e a gente faça as discussões necessárias. Eu peço desculpas. O relóginho está apagado, e eu não vi que eu tinha excedido meu tempo.

O presidente – Não é problema algum, deputada Beatriz, muito obrigado. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu pedi para encaminhar também o requerimento do colega deputado Ulysses porque nós entendemos, presidente, que este é um projeto que nós podemos chamar de macabro para os servidores do Estado de Minas Gerais. Este projeto, mais uma vez, demonstra o quanto o governador é insensível, o quanto o governador parece nutrir um ódio pelos servidores do Estado de Minas Gerais. Neste projeto, faltou alguém ir lá e dizer para o governador, que não entende e que não conhece absolutamente nada de administração pública, mesmo passados seis anos que administra o Estado de Minas Gerais... Ele escolheu os servidores públicos, sejam eles civis, sejam militares, como bodes expiatórios; escolheu os servidores para que ele pudesse prejudicar exatamente quem entrega a política pública.

Nós fizemos obstrução a esse projeto por meses nas comissões e também aqui, em Plenário. Eu apresentei 17 emendas e farei aqui o destaque de 2 delas. Duas dessas emendas que apresentamos... Nós não podemos apenas obstruir e deixar de apresentar

também outra solução, e uma das soluções que eu apresentei, deputado Betão... Entre as 27 emendas, 2 são exatamente na faixa salarial, porque são exatamente os servidores que ganham menos que estão sendo mais sacrificados com os reajustes.

Eu destaco, por exemplo, que, dentro dessa lambança que o governador Romeu Zema faz para prejudicar mais ainda a carreira dos servidores, ele chamou de atualização – vejam a palavra usada. Em vez de dizer “eu estou aumentando”, ele fala “eu estou atualizando”. O piso passará de R\$34,55 para R\$60,00, um aumento de quase 100%. Aí eu pergunto aos senhores e às senhoras que estão nos acompanhando pela TV Assembleia, aos colegas deputados e às colegas deputadas, às galerias, àqueles que não estão prestando atenção ao orador da tribuna: é justo você ofertar quatro pontos – aliás, 3,62 pontos? Se não fosse a reação do Parlamento, capitaneada, liderada pelo presidente Tadeu, seriam apenas 3,62 pontos. E foi a Assembleia que pressionou o governo para chegar a pelo menos à inflação do ano de 2023. Mas da inflação de 2022 ele se esqueceu. Ele simplesmente fingiu que a inflação de 2022 não existia. E nós, aqui, na Assembleia, conseguimos, através do conjunto do Parlamento, de todos nós, emplacar aquele 1% a mais. Mas aí ele quer sair do teto de R\$281,86 para R\$500,00. Então, Betão, ele aumenta em quase 100% tanto o piso quanto o teto, mas com relação à revisão do salário dos servidores que aqui se encontram e de outras centenas de milhares que estão lá na rua, trabalhando neste momento dentro de hospitais, dentro de escolas, dentro de delegacias, dentro de penitenciárias, dentro do centro do menor infrator e de todas as áreas, entregando a política pública, suando a camisa, ele disse: “Eu vou corrigir a gestão do Ipsemg de tantas e tantas décadas para trás com o sacrifício do parco salário que você, servidor, recebe”. Eu disse ao deputado João Magalhães, que está aqui, no Plenário; disse ao presidente da Assembleia; disse aos demais líderes, ao Cassio, ao Carlos Henrique: os maiores prejudicados com esse projeto são os servidores cuja faixa salarial é de um a três salários mínimos. Esses são os mais prejudicados. E é isso que a gente tem.

Propõe ainda – olhe isso, deputado Cristiano Silveira – a extinção da isenção para filhos menores de 21 anos. Ou seja, eles passarão a pagar também. E o já combatido salário? A extinção da isenção indireta do cônjuge; e o pior, gente, do servidor. Para garantir a assistência dos beneficiários com 59 anos ou mais, será aplicada uma alíquota adicional de 1,2. Aí o servidor que atinge 59 anos ou mais entrará em outra faixa etária em que ele gasta mais. Gasta mais com quê? Se for num governo como o do Romeu Zema, ele gasta mais com Rivotril, gasta com uma série de remédios – eu não sou da área, mas a gente sabe que gasta –, com remédio para depressão. Por quê? Porque é raiva demais.

O alvo escolhido do governador Romeu Zema foram os servidores. E ontem o governador de Minas teve a cara de pau de postar, no seu Instagram, que estava garantindo o pagamento do 13º salário no dia 14 de dezembro. Eu fui lá e fiz um vídeo, que está nas minhas redes sociais; está no destaque: “Eu achei que era obrigação do governador pagar o 13º salário”. Depois que o Zema entrou, isso não é mais obrigação; é favor. Então o servidor passa raiva demais.

Olhe, gente, a pessoa idosa gasta três vezes mais. Com o quê? Com assistência médica, com remédio. E aí, o que o governador faz? “Vamos dar a ele uma tarifa a mais, porque ele tem 59 anos de idade ou mais.” É uma covardia o que a gente vê. Eu espero, presidente – eu espero –, que os deputados que compõem a base do governo... Eu não a componho, graças a Deus, não é? Graças a Deus, eu não componho a base do governo. Os deputados que compõem a base do governo, eu vou olhar aqui para ver se eles vão ter a coragem de fazer esse estrago na vida do servidor. E o que a gente percebe? Ao permitirmos isso, vamos ter um aumento de aproximadamente 73,66% no piso. No piso! Agora, vamos pegar o mesmo período que o governo trouxe como referência e vamos dar uma olhadinha na inflação, fazendo um comparativo com a reposição da perda inflacionária. Nós vamos ficar muito distantes. Muito! Nós vamos perder muito. Quanto a esse período, para não falarem as expressões “aumento do piso”, “aumento do teto”, pagando uma parcela maior, eles falaram que estão atualizando. Olhem, fica até suave a palavra. Só que é no bolso do servidor, é no bolso de quem ganha de um a três salários-mínimos. Eu destaquei duas – e é bom que todos os deputados saibam – das 17 emendas. Eu não poderia destacar mais. Destaquei duas emendas: as Emendas nºs 1 e 15. Esta ataca exatamente, presidente...

Então, eu já encerro, presidente, contando sempre com a benevolência democrática que V. Exa. sempre teve conosco. O que a gente espera é que os colegas deputados esqueçam o governador, esqueçam a vontade, a fúria, o desprezo ou simplesmente a postura que o governador adota em relação aos servidores, que é fria, porque ele ignora o servidor; ele esquece que é o servidor quem faz a máquina do Estado andar, porque não há viatura que ande sozinha, não há maca que ande sozinha no hospital, não há giz que vá para o quadro sozinho. Ele esquece que são essas pessoas que fazem o trabalho, e são exatamente as pessoas que ele mais prejudica.

Agora, só para lembrar aos servidores que estão nos acompanhando das galerias: quando ele foi fazer a sua atualização salarial, referente, na época, ao período de 2007 a 2022, cujo percentual era de 147%, ele falou: “Não, essa referência de IPCA não serve para mim. Eu quero 300%”. Então, mesmo ficando em 147%, ele deu a si mesmo, aos seus secretários, ao vice e aos adjuntos 151% a mais. Agora, ele fala para o servidor: “Olhe, você paga muito pouco pela sua saúde, pela sua assistência. Nós temos que aumentar, aumentar o piso, o teto, em mais 74%, tirar a isenção de quem tem filho de até 21 anos e aumentar a alíquota de mais um ponto ou dois para quem tem idade superior a 59 anos”. Eu vou lhe falar...

É uma covardia, presidente, o que o governador está fazendo. Eu espero que os deputados não votem essa matéria. Se for possível, que saiam do Plenário, mas essa matéria não deve ser votada.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Viva a luta dos servidores! Vocês têm que levantar a voz mesmo! Vocês têm que lutar! O cupim do Zema está acabando com tudo no Estado.

É preciso ligar o nosso alerta, porque era para estas galerias estarem com o triplo de gente que vemos hoje! Isso é muito importante. Eu não sou autoridade nenhuma sobre movimento e sobre sindicato, mas a gravidade do que está acontecendo aqui nos alerta para a questão do aumento de consciência dos servidores. O patrimônio de 1 milhão de servidores, que começou a ser construído em 1914, está sendo desmanchado nas linhas daquele que continua a achar que está administrando as lojas mequetrefes em tudo quanto é lugar no Estado. O Zema colocou o Estado à venda e a preço de banana. É essa a nossa conclusão já no início da fala.

O fim do Ipsemg tem a meta de tentar enganar os servidores. Aliás, ontem eu lembrei, durante o processo de obstrução, ao lado da deputada Beatriz, esta guerreira e companheira que tem nos alertado há meses, que essa desgraça que o Zema mandaria estaria aqui. A tentativa é fazer com que os servidores fiquem anestesiados. Ontem eu me lembrei daqueles canalhas que fecharam a Arcata, deixando o povo banguela, deixando o povo sem dente e tirando-lhes a possibilidade de sorrir.

O Zema é como os donos da Arcata, ele consegue retirar a possibilidade de vida, porque, quando ele diz que, acima dos 59 anos, as pessoas não terão direito a viver, ele faz o mesmo que fez a Arcata quando tirou os móveis daquele escritório, que era mais um lugar de horror, uma loja de horror. É o que Zema quer fazer. Foi em 1914 que servidores resolveram fazer uma caixinha para que as viúvas que não tinham direito tivessem, pelo menos, o amparo para não morrer de fome. Só depois o Ipsemg incorporou alguns dos serviços, incluindo a moradia, que depois deixou de ser também uma oferta do Ipsemg.

Agora o Zema tenta trazer um aumento da contribuição que vai até 81,72%, o que significa, conforme já dito aqui tanto pela Beatriz quanto pelo Sargento Rodrigues, que a sobretaxa aos idosos, aos acima dos 59 anos, não tem possibilidade alguma de ser assumida, porque o servidor da educação, que está na ativa ou fora da sala de aula, dependente do Ipsemg, não tem condição de bancar esse aumento. Haverá o absurdo de uma professora ou de um servidor ter que pagar R\$500,00. Quanto ao filho que, na atual legislação, o servidor não paga por ele, agora o servidor terá que pagar por ele e pelos outros dependentes, chegando ao absurdo de quase aportar metade do seu salário para dar conta de um Ipsemg que ele, o Zema, ajudou a quebrar.

Mas ele está achando que nós somos bobos. Qual a única coisa que o Zema sabe sobre Ipsemg? É que existe um hotel, uma casa que cuidava da saúde dos servidores em Araxá. Deve ser a única coisa que ele sabe sobre o Ipsemg, porque, infelizmente, o povo mineiro colocou no governo do Estado uma pessoa que, além de não ter sensibilidade, não tem conhecimento das estruturas do

Estado. Mas eu não sou bobo, e ninguém é. Quem está por trás desse projeto de lei é quem quer comprar um quarteirão inteiro, no hipercentro de Belo Horizonte, a preço de banana, assim como quer levar o hotel de Araxá. Deixa de ser besta, Zema! Aqui não tem besta, não!

Além disso tudo, nós temos o corte na cobertura de internação e procedimentos. Vejam só: atualmente o servidor tem direito ao apartamento quando em tratamento de saúde. O que ele faz? Ele corta a possibilidade e coloca todo mundo na enfermaria. É onde ele vai ver os becós que deixou de rastro de destruição das estruturas do Ipsemg. Além de fazer a maldade de incluir o jovem que não pagava, fazendo-o pagar, quer que aquele que atingiu 59 anos tenha uma sobretaxa. O idoso, aquele que já contribuiu, sabe para que ele serve para o Zema, gente? Para morrer. Zema quer a morte do servidor. Depois que ele já não presta mais, que já deu sua vida e dedicou-se ao serviço público, é bom que o servidor morra. É esse o conhecimento e o pensamento que Zema tem sobre o serviço público.

Não é à toa, gente... Olha o parágrafo aqui. Vou fazer aqui uma pausa, deputada Beatriz. Ontem o Zema teve a cara de pau de dizer que quem está lutando por essa jornada de seis dias trabalhados com um dia só de folga tem trazido pelo menos uma reflexão sobre o mundo do trabalho. O Zema teve a cara de pau de nem ser a favor nem contra, e sabemos que é contra. Para fingir que está num lugar diferente do senso comum, ele conseguiu negar até a própria opinião. Então o Zema nega a política para fazer política, gente. É o pior dos políticos. Acho que nem Bertholt Brecht consegue encaixar uma pessoa que, além de analfabeto político, gosta de ser quem nega a política.

E, por fim, a gente ainda tem esse desmonte do Ipsemg, como uma política que infelizmente vem sendo empreendida pelos governadores. E cabe ao Zema, este que há seis anos navega na propaganda do Estado eficiente, liquidar, a preço de banana, e colocar nas costas dos servidores mais esse peso. Não tenho dúvida de que essa é a tentativa dele quanto a estes deputados que vão votar. Agora nós queremos que eles votem, porque eles têm que colocar também a cara e o dedo para demonstrar como é que venderam a consciência. Os deputados que votam daqui a pouco a favor do projeto de Zema venderam a consciência e precisam ser colocados para a sociedade de Minas. São deputados que não têm escrúpulo os que vão votar aqui daqui a pouco, colocando o dedo na vida do servidor, acabando com o Ipsemg. Então eu peço e me somo a todos. Nós vamos levar, a cada canto do Estado de Minas Gerais, a cara desses deputados.

Oxalá que o povo nunca mais dedique um voto a quem entrou na vida pública para defender a coisa pública e agora quer transferi-la para o mercado privado. E quem vota com Zema tem que ser culpado por destruir o Ipsemg, por atacar de morte os servidores. E contem com o Bloco Democracia e Luta, contem com o Partido dos Trabalhadores, contem com os deputados que aqui também vão votar “não”.

Obrigado, presidente. Boa tarde aos servidores e gratidão aos que estão na luta.

O presidente – Obrigado, deputado Leleco. Com a palavra, para encaminhar a votação, deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Salve, salve! Primeiramente, boa tarde a todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui presentes em defesa do Ipsemg. Queria cumprimentar também a Casa, os deputados, as deputadas, os trabalhadores que fazem esta Casa Legislativa funcionar todos os dias. Também queria cumprimentar, de forma muito especial, a minha colega de Parlamento, deputada Beatriz Cerqueira, que fez uma defesa nessas comissões muito importante do direito dos servidores. Aliás, ela sempre faz uma defesa muito importante. Porque quando um projeto chega aqui no Plenário, às vezes, são meses, às vezes, quase um ano de trabalho, de tramitação nas comissões, em que o governo tenta acelerar, tenta tratorar, tenta passar de qualquer jeito, mas é a fiscalização que acontece nas comissões que garante a salvaguarda do projeto, a condição do povo de Minas Gerais discutir o projeto e também de acabar com suas falácias.

Mais uma vez, eu gostaria de falar sobre as *fake news* do governador Romeu Zema em relação ao projeto do Ipsemg. A primeira *fake news* é que o governador Zema teria dado o reajuste salarial aos servidores no início do ano. A gente sabe bem que, além

de minúsculo, o reajuste que ele deu aos servidores – lembrando que Zema deu 300% de aumento para ele e para os secretários – não acompanhava aquela inflação que se abate na vida dos trabalhadores. E também, já na época da discussão do reajuste, a gente tinha quase que um casamento entre o aumento da cobrança da alíquota do Ipsemg, correspondendo quase ao mesmo montante do que estava sendo considerado ali, reajuste fajuto, que nem recompunha a inflação. Em outras palavras, o salário, a capacidade de compra, a vida e o bem-estar do servidor público de Minas Gerais estão piorando ano após ano, tanto porque os reajustes não acompanham a inflação quanto pela tentativa agora de colocar uma alíquota draconiana sobre o salário dos servidores para, dessa forma, desmontar o Ipsemg.

Mas não é só isso que ele faz para desmontar o Ipsemg. A tentativa de privatizar, vender os imóveis públicos que são dos servidores também é outro absurdo. Nós temos visto como a valorização depreciada desses imóveis pode estar, na verdade, abrindo espaço, mais uma vez, para os amigos do rei. Por exemplo, o Salim Mattar, que ganhou aqui isenções fiscais bilionárias, está de olho no prédio do Ipsemg, que fica ali na Av. dos Andradas, querendo construir ali o que se chama de um cemitério vertical. Esse imóvel tem um valor enorme pela sua localização no centro de Belo Horizonte, na Av. dos Andradas, mas ele foi avaliado a preço de banana. E assim acompanharam os outros imóveis do Ipsemg que o governador quer colocar à venda a preço de banana, avaliação essa construída por uma empresa bastante suspeita do Sul de Minas, que também tem relações com o governador e sua equipe.

A alíquota aplicada para os servidores é mais prejudicial, como bem disse o Sargento Rodrigues, para os servidores que recebem menores salários, para as mulheres, em especial mães com filhos que dependem dos seus salários, e, de forma muito cruel, para os mais velhos. A ideia de aplicar um adicional para aqueles que já estão contribuindo há tantos anos dentro do sistema do Ipsemg, porque estão próximos de se aposentarem, inverte completamente a lógica da seguridade social que deveria ser aquela de ir aliviando a vida do trabalhador para que consiga chegar com dignidade à aposentadoria.

O debate sobre o Ipsemg é também o debate sobre a possibilidade de uma vida para além do trabalho. É possível que os servidores públicos tenham dignidade na sua aposentadoria depois de trabalharem toda a sua vida para o Estado de Minas Gerais? Que possam ter uma vida para além do trabalho se aposentando com dignidade? É possível que o salário que recebem os servidores estaduais da educação, da saúde, da segurança Pública permita trabalharem exclusivamente no serviço público, sem terem que fazer bicos por causa dos maus salários, sem terem que se sobrecarregar em jornadas de trabalho exaustivas?

Eu digo isso porque hoje o Brasil retomou um debate trabalhista, depois de muito tempo, que é o debate da redução da jornada de trabalho. Hoje, o Congresso Nacional, a nossa deputada Érica Hilton, do Psol, conseguiu mais de 200 assinaturas para começar a tramitar a PEC que coloca fim à escala 6x1 de trabalho. Uma conquista muito importante para todos nós, porque talvez, em muitos anos, seja a primeira vez que a gente sai da pauta defensiva, da pauta de quem quer defender direitos diante de um ataque neoliberal sobre as nossas vidas e as nossas carreiras e passa para uma pauta positiva.

Sim, a gente tem que ter o direito ao descanso. A gente tem que ter o direito à dignidade. A gente tem que ter o direito de viver. E por trás também do debate sobre a tentativa de acabar com o Ipsemg, sucatear o Ipsemg, de colocar o Ipsemg cada vez mais oneroso para os servidores também está o debate sobre uma vida para além do trabalho para os servidores estaduais.

Nós queremos que o salário que as professoras ganham permita-lhes ter direito ao descanso, ter direito a férias, ter direito a uma vida para além do trabalho. Nós queremos que os trabalhadores da segurança pública, Sargento Rodrigues, que se arriscam muitas vezes em várias funções não tenham que fazer bico para complementar os seus salários, não tenham que correr atrás de outras condições de vida para poder pagar a vida cada vez mais cara.

O governador do Estado é absolutamente hipócrita e inimigo dos trabalhadores. Enquanto aumenta o próprio salário e vive de *buffets* de luxo no governo do Estado, ele tem feito sistemáticos ataques também em nível simbólico contra os trabalhadores. Assustei-me com uma declaração que deu esta semana dizendo que as relações de trabalho deveriam ser relações mediadas como um acordo entre dois adultos, entre empregador e empregado, sem incidência de leis trabalhistas. E ele continua: “Deveriam ser como as

relações de casamento”. E eu pensei: tão abusivas como são as relações de casamento, em muitos casos mediadas pela violência e pela desigualdade das relações de gênero, também são as relações de trabalho nunca iguais entre empregadores e empregados. E é por isso que existem leis trabalhistas. É por isso que existe a Lei Maria da Penha.

Agora, as alegações do governador não me surpreendem. Hoje ele está à frente do Estado que está no ranking do trabalho análogo à escravidão e está no ranking do feminicídio. Esse tipo de ideia de que o Estado não deve intervir nas relações pessoais e não deve intervir nas relações trabalhistas, esse tipo de ideia neoliberal só fortalece a hegemonia de pessoas como o próprio governador.

Uma pessoa que diz que a violência doméstica faz quase que parte do instinto masculino é aquele próprio que diz que as relações trabalhistas não devem existir, que o empregador deve estabelecer um acordo individual com o seu empregado para decidir como que a jornada de trabalho vai ser, como que o salário vai ser, como que as férias vão ser. Isso é absolutamente abusivo, absolutamente próximo ao que se pode considerar um trabalho análogo à escravidão. A defesa da CLT é hoje mais viva do que nunca, e a defesa do Ipsemg é também uma parte importante da defesa dos direitos trabalhistas aqui, em Minas Gerais. Vamos firmes. Não à destruição do Ipsemg! Fora Zema!

O presidente – Obrigado, deputada Bella Gonçalves.

O presidente – Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Sargento Rodrigues – Verificação, presidente.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação por meio eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que registrem seu voto. A presidência informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 48 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está ratificada a aprovação do requerimento.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)  
Cristiano Silveira (PT)  
Delegada Sheila (PL)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PRD)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Elismar Prado (PSD)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Luizinho (PT)  
Marli Ribeiro (PL)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Noraldino Júnior (PSB)  
Oscar Teixeira (PP)  
Rafael Martins (PSD)  
Ricardo Campos (PT)  
Rodrigo Lopes (UNIÃO)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)  
– Registraram “não”:  
Alencar da Silveira Jr. (PDT)

## Sargento Rodrigues (PL)

O presidente –Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.238/2024, do governador do Estado, que dispõe sobre a prestação de assistência à saúde pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 a 15, 17 e 18. Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 2.238/2024. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputados; boa tarde aos servidores de luta que hoje estão aqui, na Casa, para defender o Ipsemg, que pertence a cada um e a cada uma de vocês.

Presidente, eu respeito muito cada colega deputado e deputada, mas ouvi uma coisa engraçada, quando estava subindo e o senhor me autorizou a vir para cá falar, de um colega deputado falando: “Para que isso?”. Gente, isso é porque a gente está mexendo com a vida das pessoas. É por isso que muita gente vai falar, é por isso que muita gente vai defender. E eu pergunto: por que quem vai votar a favor desse projeto não sobe aqui para explicar? É por isso. E a todo tempo aqui, na Casa, eu mantenho uma postura muito respeitosa com cada colega deputado e com cada colega deputada. Eu acho que o nosso voto é direito nosso e precisamos ser respeitados por isso. Mas até onde eu saiba, quando a gente vai discutir um assunto de tal seriedade, de tamanha seriedade, o nosso tempo não deveria estar sendo questionado nem o nosso uso da fala.

Presidente, sou uma das deputadas aqui presentes que precisa registrar a cada uma e a cada um dos servidores presentes a importância da luta, da obstrução e da liderança da deputada Beatriz Cerqueira nesse processo. Durante todo o momento, a deputada Beatriz fez a obstrução junto com outros amigos deputados, como o deputado Professor Cleiton, que é líder do nosso Partido Verde; o deputado Leleco; a deputada Bella; o deputado Ulysses, que é o nosso líder de bloco; e tantos outros colegas deputados. Eles lideraram esse processo de obstrução sobre a condução da deputada Beatriz. Eu, sob o risco de alguns amigos servidores ficarem magoados com o que vou dizer, sou uma das pessoas que acredita que a gente precisa mexer em alguma medida no Ipsemg sim e que acreditava que a gente precisava mexer na faixa, que a gente precisava mexer no valor de isenção, que a gente precisava mexer na idade máxima. Se o projeto tratasse disso, eu votaria favorável mesmo que eventualmente gerasse algum desconforto, porque sempre votei com a minha consciência e sempre arqueei com as consequências das decisões que tomei. A questão é que o projeto não trata disso. O projeto trata objetivamente do fim do Ipsemg. Quer dizer, o projeto trata objetivamente do fim de um patrimônio que os servidores de Minas Gerais construíram com o suor do seu trabalho e com o suor dos seus impostos e faz algo que nem os governos do Aécio Neves foram capazes de fazer. É isso que está proposto nesse projeto, que tem o nº 2.238, mas que poderia se chamar “Projeto do Fim do Ipsemg”.

Há questões aqui que, com muita clareza, poderiam ser judicializadas, como a cobrança do valor do Ipsemg sobre o 13º salário e a impossibilidade de excluir definitivamente do rol de atendimento a possibilidade da internação domiciliar. Ora, se o usuário do serviço precisar da internação domiciliar, o Ipsemg não vai prover isso para ele? Mas a necessidade da judicialização é também um artifício para enfraquecer o servidor, o servidor doente, assim como a sua família em dificuldade, com o cansaço colocado e posto. Excluir o fornecimento de órtese e prótese é coisa de quem não conhece o que viveu uma professora que trabalhou 30 anos de pé em sala de aula, acarretando o desgaste do quadril dela, o desgaste do joelho dela. Excluir isso é ignorar o que os nossos policiais civis e investigadores têm de desgaste ósseo e de necessidade de órtese, prótese e cadeira de rodas, assim como de tantas outras questões. Tratar o cônjuge como alguém que vai ter um teto individual colocando um valor absurdo para a família pagar, no fim das contas, não é coisa de quem fala que defende a família, não é coisa de quem fala que defende os mais vulneráveis.

Eu quero aproveitar para fazer coro à fala da deputada Bella Gonçalves, que falou com excelência aqui e trouxe junto para nós, presidente, a costura sobre como o que o governador defendeu ontem, que, na verdade, é um símbolo do que ele defende: a hegemonia de quem já tem poder. Por quê? Porque, sempre que dizemos que o Estado não deve se envolver em algum assunto, o que estamos defendendo é que quem já tem poder e já toma decisões sobre aquele assunto que continue tendo e que as continue tomando. O que estamos dizendo é que não vamos intervir mesmo quando a desigualdade ocorrer; é que não vamos intervir mesmo quando a falta da dignidade humana estiver colocada. O que estamos dizendo é que, quando houver a violência, é que, quando houver a privação de direitos, é que, quando houver ataques fundamentais a direitos fundamentais, não vamos intervir. Quem ganha quando o Estado não intervém nesse tipo de situação são só os poderosos.

E o texto proposto, presidente, não traz nenhuma garantia de que o projeto do Ipsemg vai, de fato, melhorar o serviço prestado – nenhuma, nenhuma garantia. Não traz nenhuma garantia para o povo do interior – eu sou do interior –, onde está havendo cota de atendimento, onde o povo está ficando na fila para ser atendido, Doutor Jean – o senhor é médico e representa os médicos com tanta excelência aqui, na Casa. O povo lá no interior – e o senhor sabe bem disso, porque também é um parlamentar do interior – está dependendo de cota, está dependendo de dormir em fila. Gente que trabalhou para o Estado a vida inteira, gente com 15 anos de Estado, gente com 10 anos de Estado está dormindo em fila para poder fazer um exame, está dormindo em fila para conseguir fazer uma cirurgia. Não há nenhuma garantia de que o que vai ser pago a mais vai ser devolvido para esses servidores e para essas servidoras, porque eu aposto que, se houvesse essa garantia, a aprovação não teria tanta mobilização contrária, a gente conseguiria aprovar o projeto de lei com mais facilidade.

E esse projeto me lembra, presidente, aquele projeto de lei que foi aprovado no Congresso. Ele atingia uma classe recortada da sociedade e dizia que não era mais obrigatório que as companhias aéreas carregassem as nossas bagagens. Disseram que isso iria baratear o preço das passagens, mas o que a gente observa é que as passagens aéreas estão mais altas do que jamais estiveram, estão mais caras do que jamais estiveram. O que o Zema quer fazer com o Ipsemg é pegar tudo o que vocês vão pagar a mais, para dilapidar o patrimônio do instituto e garantir que o Ipsemg seja esvaziado, porque cada vez menos servidores e servidoras vão poder contar com ele no momento de mais dificuldade. Ninguém recorre ao Ipsemg no momento de facilidade, no momento em que está bem, no momento em que a vida está boa, no momento em que tudo está fluindo bem – a gente recorre ao Ipsemg quando a vida não está boa.

A deputada Beatriz já me ouviu contar muito este caso. Todo mundo tem, na família, alguém que é aposentado pelo Estado e é bem mais velho – talvez essa pessoa já tenha até falecido –, alguém que se aposentou pelo Estado na época em que se podia contar com o Ipsemg, na época em que o salário era minimamente digno, e havia muita luta, mesmo assim, não é, Bia? Eu fico imaginando o que essas pessoas pensariam vendo o que a gente está discutindo hoje, vendo o tamanho da dilapidação dos direitos, o tamanho da perda que está colocada nesse projeto e a tranquilidade com que alguns colegas deputados demonstram estar para poderem votar favoravelmente porque o governador pediu. É o governador que fala tanto em meritocracia, que fala tanto em livre mercado, que fala tanto em negociações livres entre patrões e empregados, mas que quer impor, goela abaixo – sob a força de um Parlamento que ele mantém com uma base grande, sabe Deus como –, uma perda desse tamanho para todos os servidores e para todas as servidoras.

Eu repito, presidente: quem está falando aqui é alguém que poderia votar alterações no Ipsemg, quem está falando aqui é alguém que entende que precisam ser feitas alterações no Ipsemg. Mas o que está sendo proposto não melhora o Ipsemg, o que está sendo proposto dilapida o Ipsemg e desrespeita profundamente cada servidor e cada servidora que dedica sua vida para garantir que Minas Gerais atenda os que mais precisam todos os dias. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Lohanna. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, eu quero encaminhar favoravelmente à aprovação do requerimento de adiamento da votação do projeto por um conjunto de motivos. Eu tenho certeza absoluta de que a maioria dos colegas parlamentares... Vou pedir aos nossos operadores da Mesa para ajudarem com o som. Eu tenho certeza de que a grande maioria dos

colegas parlamentares não tem consciência absoluta dos impactos que a possível aprovação desse projeto vai causar no conjunto de servidores, porque a discussão fala um pouco sobre o que vai acontecer de maneira geral.

O nosso bloco preparou algumas informações, e é importante que os colegas deputados tomem conhecimento delas. Vejam: se esse projeto for aprovado, vocês sabiam que o piso de contribuição do servidor, que atualmente está em R\$33,02, passará para R\$60,00? Vocês têm consciência de que o teto de contribuição do servidor, que hoje gira em torno de R\$275,00, vai chegar a R\$500,00? Os colegas parlamentares, especialmente os da base do governo, têm a informação de que hoje os dependentes menores de 21 anos não pagam e que, caso o projeto seja aprovado, vão passar a pagar R\$60,00? Eles, não, o servidor é que vai honrar essa despesa. Os colegas sabem que os filhos com idade entre 21 e 35 anos pagam hoje a contribuição de R\$30,00, e os filhos com idade de 21 a 39 anos vão passar a pagar R\$90,00? Os colegas parlamentares que aqui estão se preparando para votar têm informação de que a alíquota para pessoas com 59 anos ou mais é de 3,2% e que será criada, caso seja aprovada, uma alíquota adicional de 1,2%, totalizando 4,4%? Os colegas têm consciência de que hoje é facultado ao assegurado optar por apartamento e, caso o PL seja aprovado, o limite do serviço será padrão enfermária?

Estou fazendo um conjunto de perguntas para que os colegas parlamentares possam refletir e também possam, antes de se submeterem a uma votação em que estarão retirando direitos de servidores, aprovar o requerimento do deputado Ulysses para o adiamento da votação. Neste momento, ainda nem estou fazendo o pedido para que os colegas votem conosco contra o projeto, que é o que a gente deve fazer. Nós estamos pedindo que os colegas votem a favor do requerimento de adiamento da votação.

Feito isso, os colegas terão a oportunidade de conhecer melhor esse projeto e de verificar como ele vai impactar a vida dos servidores. Todos nós, que estamos aqui, somos eleitos nos municípios mineiros, e, em todos os municípios onde somos votados, há a presença significativa de servidores públicos estaduais. Em qual condição voltaremos para as nossas cidades e iremos encarar os servidores, dizendo que nós tivemos muita disposição para tirar os direitos deles e impor-lhes condições financeiras ainda mais graves? Como já foi dito, esse projeto anula aquele reajuste pífio de 4,6% dado pelo Zema, de recomposição da inflação. Ele anula completamente.

A perda do poder aquisitivo do servidor será maior do que aquela mixaria que ele deu no reajuste. Olhem, colegas parlamentares, muitos de vocês tiveram a disposição de votar a favor do benefício fiscal para as locadoras, para os bilionários donos de locadoras. O Estado abriu mão de mais de R\$1.000.000.000,00, dinheiro que poderia estar ajudando a custear as atividades do Ipsemg, sem impor ao servidor novamente o sacrifício de fazer a instituição funcionar sozinha. Muitos colegas tiveram a disposição de votar o aumento de 300% para o governador, e não só para o governador, porque houve efeito cascata e, dessa forma, o aumento foi também para o secretariado e para cargos do grande escalão do governo do Estado. Esse governo está propondo, no orçamento para 2025, mais de R\$20.000.000.000,00 de renúncias de receita, e muitos irão votar essa medida aqui.

Então vejam que, neste momento, o diálogo que estou fazendo é um convite, é uma reflexão: que a gente aprove o requerimento de adiamento da votação para conversar mais sobre isso, explicar melhor para cada um e para cada uma o impacto que isso vai causar na vida dos servidores. Olha, eu continuo aqui para vocês, porque isso não terminou, não terminou. A internação domiciliar, chamada *homecare*, frequentemente é deferida por medida de ação judicial. Com essa medida, isso será excluído em definitivo do rol, e o servidor nem sequer terá condições de brigar na Justiça para poder ter o atendimento *homecare*, que hoje ele ainda consegue.

Eu continuo, porque o problema não para aí. Acessórios e dispositivos para pessoas incapacitadas são hoje concedidos aos segurados. Com a aprovação desse projeto, exclui-se o fornecimento de próteses, órteses, cadeiras de rodas e outros acessórios. Gente, eu não acredito que nós vamos ter coragem de votar um negócio desses. Ao servidor que precise de uma órtese, de uma cadeira de rodas que seja, o Ipsemg não vai fornecê-las.

Minha gente, a equação é ainda mais grave. Quem tem acima de 59 anos vai pagar mais, e a gente sabe que a taxa de sinistralidade nessa faixa etária, deputado Betão, é 12 vezes maior do que na dos servidores mais jovens. Então, aquele que precisa usar mais o plano vai pagar mais.

Isso vai além: taxação por cargo. Agora, se o servidor tiver mais de um cargo, os dois cargos serão taxados, e na maior alíquota, dependendo do valor do salário. Eu, sinceramente... Gente, isso é um pacote, é um pacotão de maldade. É um pacotão – desculpe o termo, presidente, mas – de sacanagem com o servidor público estadual de Minas Gerais. A grande maioria dos servidores recebe um salário deste tamanho. A grande maioria dos servidores não tem um salário de deputado como nós temos, não. Nós temos que falar isso aqui, tocar na ferida. Nós estamos falando de centenas de milhares de trabalhadores que ganham baixos salários, que precisam do Ipsemg e que serão ainda mais sacrificados. Não é possível que os colegas não tenham um parente que seja servidor, não tenham eleitores que sejam servidores, não tenham apoiadores que sejam servidores.

E o problema continua. Eu já falei tanto que você pode dizer: “Nossa Senhora, não é possível que haja mais!”, não é? E o pior é que há mais. Uma cobrança vai incidir sobre o 13º salário. Hoje essa cobrança não incide. Então, essa é mais uma mordidinha no salário do servidor para o Ipsemg.

Então, gente, o que vai acontecer é justamente isso. Em média, o servidor com salário de R\$1.400,00, o salário mínimo, com 58 anos de idade... A servidora com um marido, três filhos, vai pagar 184% a mais, passando a sua contribuição de R\$128,00 para R\$365,00.

Em nenhum momento os colegas perguntaram sobre os impactos financeiros. Como a gente vai votar uma matéria se o governo não encaminhou o impacto financeiro? Qual é o impacto financeiro disso? O que isso representa nas receitas do Estado? Qual vai ser o impacto da parte do Estado e como ela está prevista no orçamento? E outra coisa, gente: toda hora em que se fala de Ipsemg, fala-se na lógica de arrecadar mais impondo ao servidor, mas ninguém subiu aqui para discutir a despesa. Como está sendo feita, hoje, a gestão do dinheiro do Ipsemg? Como está sendo negociada com os hospitais a CBHPM, que é a codificação brasileira de honorário médico, para remunerar o médico? Quais são os valores? Como estão sendo negociados, nos hospitais, os medicamentos pelo chamado Brasíndice? Estão negociando pelo preço máximo, pelo preço mínimo ou pelo preço médio ao consumidor? Como está sendo discutido o pagamento das chamadas OPMEs, que são as órteses, próteses e materiais especiais? Normalmente o hospital pede o preço de nota e mais 20% ou 30% de remuneração. Como estão sendo discutidas diárias e taxas? São esses os quatro componentes que fazem com que o plano tenha que pagar algo para qualquer prestador que seja.

Em que lugar essas informações estão sendo prestadas para se dizer que nós temos tranquilidade de aqui votar? Porque alguém vai dizer o seguinte: “Olha, se não votar, vai parar. Vai parar em Uberlândia, vai parar lá não sei onde”. Vai parar por quê? Eu quero saber. A pergunta que se faz é: como os recursos, hoje, estão sendo utilizados. Depois que me responderem, vamos discutir as necessidades do que diz respeito ao orçamento do Ipsemg.

Então, chamo os colegas à reflexão. Não é nem para votar contra. Ninguém precisa fazer o governo ficar chateado agora, não. Sou pelo adiamento, para a gente amadurecer esse debate.

### Questões de Ordem

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, eu vou pedir o encerramento de plano. Não há quórum para continuar os trabalhos, não. Eu estou pedindo o encerramento de plano porque não vejo quórum para a continuidade dos trabalhos.

O deputado Duarte Bechir – Peço recomposição, presidente.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para recomposição de quórum.

O secretário (deputado Rafael Martins) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 48 deputados. Portanto, há quórum para votação. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Boa tarde, Sr. Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, trabalhadores da Assembleia, público que nos assiste pela TV Assembleia e pelas redes sociais. Como servidor público do Estado, eu me sinto profundamente desrespeitado por um projeto como esse, que não passou por qualquer discussão com os sindicatos dos servidores. É um projeto que vem de cima para baixo; estão jogando, dentro da Assembleia, uma bomba que vai prejudicar e até constranger os deputados, inclusive os deputados da base do governador Romeu Zema. Já foram expostos aqui vários motivos do porquê disso, e eu acho que é importante deixar claro que o reajuste que os servidores tiveram de 4,62% nos salários, com a aprovação desse projeto, praticamente zerou. O reajuste foi inócuo, porque o aumento que está sendo dado para a previdência, para o Ipsemg, para o sistema de saúde dos servidores vai comer todo o reajuste que foi negociado, inclusive, com os sindicatos.

Então nunca é demais lembrar que os servidores com mais de 59 anos – vou repetir –, servidores com mais de 59 anos, receberão, além do reajuste de 3,2%, mais 1,2%, totalizando 4,4% em suas contribuições, sobre os seus salários, para a previdência; ou seja, 4,4%. Inclusive, ultrapassa o reajuste que foi recebido, no caso, de 4,2. Então ele vai elevar essa contribuição para exatamente aqueles que mais precisam. Quero lembrar que o salário médio do servidor do Estado de Minas Gerais é R\$3.000,00, e ele vai gastar, dependendo da situação da sua família, do número de dependentes que ainda possui, uma verdadeira fábula com esse reajuste.

Taxação por cargo. Isso atinge principalmente trabalhadores da educação, que podem ter dois cargos públicos. Hoje ele contribui sobre um cargo público, porque é uma pessoa, e vai passar a contribuir sobre dois cargos públicos. Então é uma retirada também de muitos recursos. Isso, além da cobrança sobre o 13º salário. Daqui a pouco, ele vai cobrar sobre 1/3 de férias. Ele quer taxar de todas as condições possíveis. Trago um exemplo que foi feito pelo Bloco Democracia e Luta. Hoje, o salário de uma ASB, auxiliar de serviços da educação básica, é R\$1.466,59. Se ela estiver com 58 anos de idade, com o marido e três filhos, pagará 184% a mais, gente. Chamo a atenção dos senhores deputados e das senhoras deputadas, principalmente dos deputados e das deputadas da base do governo: 184% a mais. A sua contribuição vai passar de R\$128,41 para R\$365,20. Então vejam o absurdo que é essa proposta que está sendo feita pelo governo.

Relembrando: o piso de contribuição hoje, que é R\$33,02, vai passar a ser R\$60,00, praticamente o dobro. O teto de contribuição, que é R\$275,15, vai passar para R\$500,00. Os dependentes menores de 21 anos, que hoje não pagam, vão passar a pagar o piso de R\$60,00. Filhos maiores de 21 anos, com idade entre 21 e 35 anos, que pagam o mínimo de R\$30,00, passarão a pagar R\$90,00 – de R\$30,00 para R\$90,00. O cônjuge, que tem uma isenção direta, porque compartilhava dos R\$275,00, é retirado do teto familiar e passa a ter um teto individual. Como eu disse, pessoas com 59 anos ou mais passam de 3,2% para 4,4%. A assistência médica, que, inclusive, era facultada para apartamento, fica limitada a um padrão de enfermaria. Uma internação domiciliar, que frequentemente era deferida mediante ação judicial, fica excluída definitivamente do rol de atendimento. E os acessórios, como foi bem frisado pelo deputado Cristiano Silveira, como órtese, prótese, cadeira de rodas, entre outros, ficam com seu fornecimento excluído.

Sinceramente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é impensável que os deputados e as deputadas possam votar favoravelmente a esse projeto de lei. É um ataque absurdo aos servidores do Estado de Minas Gerais. Não é possível que tenhamos que conviver ano após ano com a retirada de direitos dos servidores estaduais por um governador que zomba quando se fala do direito do trabalhador. Nós vamos inclusive fazer uma audiência pública aqui, na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, sobre o tema.

Então nós não podemos admitir que um projeto desse passe aqui, que onere ainda mais servidores do Estado de Minas Gerais, que, quando conseguem um reajuste, é um reajuste, no máximo, igual ao índice da inflação.

Eu peço aqui apoio e que votem “sim” ao requerimento de adiamento de votação do deputado Ulysses Gomes. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu fiz questão de trazer aqui as emendas que nós destacamos, até para que a gente também já as encaminhe. Como eu disse, ao perceber que o governo não arredaria o pé na tramitação dessa matéria, ao perceber que o governo fazia questão de a submeter à votação, eu procurei fazer o que a gente chama de projeto de redução de danos, exatamente com as emendas que eu apresentei. A Emenda nº 1 diz o seguinte: “Emendas ao Projeto de Lei nº 2.238/2024. Emenda nº 1: acrescente-se ao art. 6º o parágrafo ‘caso o titular receba remuneração, proventos, pensão por morte, bolsa ou pagamento vitalício em montante inferior ou igual a dois salários mínimos’” – aí a gente focou na faixa salarial – “e tenha como dependente filho com invalidez, doença rara ou com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, a contraprestação pecuniária observará apenas a alíquota de 3,2% para o titular e dependente, não se aplicando o disposto nos incisos II e III do *caput*, no § 1º e no § 3º”.

Ou seja, eu destaquei a Emenda nº 1 exatamente pela faixa salarial. Não é justo, porque a gente percebeu que o governo não se preocupou nem mesmo com a faixa salarial quando ele propôs um aumento da ordem de 73,66% tanto no aumento do piso, que sai de R\$34,55 para R\$60,00 – quase dobra –, quanto do teto, que sai de R\$287,00 para R\$500,00. Então, para faixa salarial menor, que vai até, no máximo, dois salários mínimos, a gente está fazendo aqui uma proposta de retirar e manter apenas a alíquota.

Por outro lado, se ele tem filho com idade até 21 anos, até então ele não pagava. Agora, na proposta do governo, ele também vai pagar pelo seu filho. Ou seja, é algo inadmissível o ato de covardia que Romeu Zema faz com seus servidores, que estão na ponta da linha, estão no chão da fábrica trabalhando, suando a camisa para levar a política pública para a população.

Então essa é a primeira emenda. A segunda emenda, dentre as 17 – eu pude destacar apenas duas, e faço aqui também a leitura –, é a Emenda nº 15, que vai na mesma linha: “Dê-se a seguinte redação ao § 5º do art. 6º do projeto: § 5º – Caso o titular receba remuneração, proventos, pensão por morte, bolsa de atividades especiais ou pagamento vitalício em montante inferior ou igual ao valor do teto do Regime Geral de Previdência Social, a contraprestação pecuniária observará apenas a alíquota de 3,2% para o titular e cada dependente, não se aplicando o disposto nos incisos II e III do *caput* e nos §§ 1º e 3º”.

Eu disse que são 17 emendas e eu não poderia regimentalmente destacar mais do que duas, mas eu escolhi exatamente as duas emendas. Ao destacar a Emenda nº 15, a gente chega a quem recebe um montante inferior ou igual ao valor do teto do Regime Geral de Previdência Social. Então eu quero acreditar que os colegas deputados que estão sendo orientados pela base do governo saibam exatamente por que apresentamos as emendas e saibam o ponto que estamos atacando.

O que nós não podemos permitir é o que o governo está fazendo: aumentando, de forma deliberada, sem observar faixa salarial, sem observar dependentes e sem observar idade. Ou seja, ele fez exatamente o contrário: “Olha, você tem mais de 59 anos, então nós vamos aplicar a alíquota de 3,2% mais a alíquota de 1,2% para você e para o seu cônjuge”. Isso acontece exatamente no momento em que a pessoa mais precisa da assistência à saúde e do remédio. O governo quer arrancar o coro do servidor público.

Os filhos de até 21 anos são os seus dependentes que necessitam estar abrigados pelo pai e pela mãe. E o que o governo faz? Ele também ataca esse ponto. Parece que o pacote de crueldade do governador Romeu Zema foi direcionado exatamente para essa faixa salarial. E aí, colegas deputados, colegas deputadas, eu peço que V. Exas. prestem bem atenção na Emenda nº 1 e na Emenda nº 15, que nós destacamos. Nós fizemos o destaque exatamente pensando naqueles que têm uma faixa salarial menor e que podem ser mais prejudicados com a aprovação desse projeto na forma como saiu ontem da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Ou seja, é um pacote de crueldade contra o servidor.

Para quem ainda não lembrou ou para quem esqueceu, eu faço aqui, deputado Ulysses Gomes, um lembrete: nós estamos sob a égide do regime, porque o Zema passou a perna na Assembleia. O Zema passou a rasteira na Assembleia e falou: “Olha, eu não

preciso de autorização legislativa”. Ele disse que ia fazer uma conciliação com o governo federal, no STF, e disse assim: “Olha, ministro do STF, já aceita que eu já assumo que estou aderido às regras do regime”. E por que eu trago o regime? É porque, no regime, nós temos uma previsão de nove anos pela frente com uma única, medíocre e minúscula parcela de 3% de recomposição nos salários dos senhores e das senhoras.

Agora imaginem o cenário! Nós estamos aumentando tarifas, taxas de contribuição da ordem de 73%, e a projeção do regime, nos próximos nove anos, é de apenas 3% em 2028. Será que é isso que os deputados da base do governo vão fazer novamente? Eles vão fazer novamente? Ou seja, eles vão impor mais um pacote de crueldade? Já não basta o Regime de Recuperação Fiscal? Já não basta que os servidores, ao longo de nove anos, só tenham uma única previsão? Foi isso o que nós perguntamos, porque nós sabatinamos e perguntamos novamente ao secretário de Fazenda e ao subsecretário, e está confirmado, isto é, só existe uma previsão de 3%.

Então, senhores servidores, considerando a forma como o Zema quer tocar o Estado, colocado a culpa das contas do Estado no lombo do servidor, só há uma solução: uma paralisação geral, uma paralisação geral do serviço público, porque aí eles entendem. Governador, governante só entende isso. Parem todo o serviço público, cruzem os braços e digam: “Governador, agora manda lá os secretários, manda eles fazerem a política pública”.

Então o apelo que a gente faz aqui, aos colegas deputados, é: vamos fazer aqui uma pequena redução de danos. Não sendo possível, vamos aprovar pelo menos as Emendas nºs 1 e 15 para que a gente possa ter essa redução de danos. Agora, não havendo essa possibilidade, deputado Professor Cleiton, eu conclamo os deputados que discordam da matéria... E aqui faço um apelo até ao deputado Ulysses Gomes. Ouviu, deputado Ulysses Gomes? Eu conclamo todos que discordam da matéria para que se retirem, no momento da votação, e deixem quem quer aprovar o projeto em Plenário. Deixem quem quer aprovar o projeto em Plenário, porque todos que estão nos acompanhando sabem que, se tem maioria e vai aprovar, que não seja com a nossa chancela. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Exmo. Presidente Tadeu Leite, nossa vice-presidente Leninha, caros deputados e deputadas, é com tristeza que subimos a esta tribuna para trazer, mais uma vez, para o povo mineiro, uma notícia daquilo que é o governo eleito na base da *fake news*, eleito na base das promessas de ter um governo melhor, mas que, já na sua eleição e mais ainda na sua reeleição, vimos a que veio. Temos um governo que veio para beneficiar as grandes locadoras, para beneficiar os seus amigos e que, somente com as isenções tributárias e fiscais, nos quatro anos deste governo e de sua reeleição, dará quase R\$100.000.000.000,00 de isenções fiscais. É um tapa na cara do cidadão mineiro, é um tapa na cara do servidor. E mais ainda: esse mesmo governo que não promove política pública para quem mais precisa traz aqui, mais uma vez, a condição de colocar o servidor às margens da miséria, à míngua no atendimento à saúde. Como o governo quer tratar esse grande órgão, que deveria ser valorizado, que deveria ser realmente oxigenado? Nós temos que respeitar a carreira, a trajetória dos valorosos servidores de Minas Gerais, que constroem a política pública do nosso estado. É inadmissível que esta Casa vote, que os nossos colegas e as nossas colegas, deputados e deputadas, que no dia a dia vão às escolas, vão aos órgãos estaduais, vão às cidades falar que querem um Estado melhor, aqui possivelmente venham votar contra vocês, servidores.

Nós viemos aqui trazer a nossa indignação e dizer que iremos, juntos com o Bloco Democracia e Luta, pautar sempre a favor de um serviço público de qualidade e de um Estado máximo. Não podemos deixar que o governo coloque, no ralo das suas maldades, também a Previdência Social, a previdência e a seguridade desses que servem ao povo mineiro. Falo isso porque, não bastasse o governo não valorizar os servidores com reajustes, com carreiras... As carreiras do Idene nunca sequer tiveram a discussão feita pela Seplag, para contemplar as pessoas com formação superior, com mestrado, com doutorado, em cargos e níveis que poderiam ser considerados carreiras justas.

O mesmo ocorre com os servidores da educação, com os ACS, com os agentes de segurança, com os demais servidores da segurança, com os servidores do próprio Ipsemg, com os servidores do desenvolvimento social e tantos outros, cuja maioria não ganha sequer dois salários mínimos. O reajuste proposto pelo governo foi mínimo, e agora ele quer retirá-lo com a ampliação de, no mínimo, R\$700.000.000,00 de aumento de receita para o Ipsemg, sem falar para onde vai esse recurso. Nós não podemos deixar que esta Casa prejudique ainda mais o patrimônio do mineiro: o serviço público de qualidade e os nossos servidores.

O nosso Bloco Democracia e Luta traz, com muita qualidade, nas redes sociais do nosso bloco e dos nossos mandatos, a tabela da proposta covarde feita nesta Casa e que muitas vezes fica escondida entre linhas, entre vírgulas, na proposta do texto aprovado nas comissões. Para vocês terem ideia, vou mostrar o que muda com o Projeto de Lei nº 2.238/2024: na lei atual, o piso da contribuição é de R\$33,02, e ele vai praticamente dobrar, passando para R\$60,00. E digo mais: o teto de contribuição de R\$275,15 vai saltar para R\$500,00. Além disso, os dependentes menores de 21 anos hoje não pagam, porque são estudantes ou por questões de saúde, e irão pagar um piso inicial de R\$60,00, isso sem falar nos cônjuges e nos filhos maiores. E pior: os contribuintes e pessoas com 59 anos ou mais, além da perda inflacionária e do reajuste salarial pífio que tiveram aqui, serão retirados do teto familiar e passarão a ter um teto individual.

Essa proposta descabida do governador mostra que ele quer um estado privatista, mostra que ele quer sucatear a máquina para fazer o povo mineiro achar que o serviço prestado é de má qualidade por vontade do cidadão que é servidor e que doa seu sangue por um estado melhor. Vemos que, ao mesmo tempo em que o Estado quer empurrar para o servidor parte daquilo que ele deveria fazer, ele quer também vender o patrimônio do Ipsemg, quer vender o patrimônio dos mineiros sem sequer dar transparência e mostrar para onde irá o recurso. Daquilo que é aprovado nesta Casa para garantir o enfrentamento da miséria e da pobreza, não tem chegado um centavo sequer para levar água para as comunidades rurais das nossas regiões mais pobres. Não tem chegado recurso para atender as demandas de saúde do Ipsemg nas regiões mais carentes. Então, eu digo aqui que nós não podemos deixar que essa propositura seja aprovada. Não podemos nem sequer votar um projeto descabido desse neste Plenário.

Por fim, acho que o governador deve pensar que aqui, nesta Casa, só há um bando de parlamentares que gosta de tirar foto e tomar cafezinho ao lado dele. Mas ele está enganado, porque aqui o Bloco Democracia e Luta, as nossas colegas deputadas e os nossos colegas deputados têm trazido a verdade para o povo mineiro. E esse governo, esse desgoverno do “Zemagogo” não pode continuar fazendo essas arbitrariedades. E mais: acredito que esses colegas irão reavaliar seu posicionamento, até que possamos tirar esse projeto de pauta, tirar essa proposta e fazer o contrário, ou seja, a discussão que devemos fazer é sobre quanto nós devemos colocar no orçamento do Estado para ampliar a receita do Ipsemg, ampliar o atendimento de saúde, o atendimento de assistência e, mais ainda, o serviço a quem mais precisa. Quanto nós precisamos garantir de recursos da própria cota da saúde do Estado para assegurar as cirurgias eletivas a trabalhadores do Ipsemg no Norte de Minas que ficam mais de 60 dias aguardando vagas para cirurgias em hospitais credenciados, que muitas vezes alegam não atender em função da baixa tabela do Ipsemg ou em função da cota limitada?

Quantos servidores ou dependentes não precisam do apoio com órteses com próteses e atendimentos especializados domiciliares, principalmente os aposentados e pensionistas que ficam lá aguardando o atendimento e têm este negado ou com demora de até mais de 150 dias para ser atendido em função justamente da falta de receita do Ipsemg para o seu colaborador, o seu contribuinte? Mais ainda: a discussão que tem que ser trazida a esta Casa é sobre uma reforma em que o Estado tem que incluir o Ipsemg, principalmente os servidores que têm menor desvantagens salariais para ser readequados e reestruturados.

Então quero me solidarizar com todas as classes trabalhadores do Estado de Minas Gerais e dizer que a luta dos servidores em favor do Ipsemg, em favor da previdência social do Estado, uma previdência estatutária, regida por lei seja fortalecida e que o Ipsemg não seja o que está propondo o governador: um mero plano de saúde proposto para priorizar apenas os seus prestadores de serviços privados, aliados do rei. Então trago, caros colegas deputados e caras colegas deputadas, o nosso apoio ao adiamento desta

votação e, mais ainda, à retirada de pauta desse projeto descabido. Não à proposta que desmonta o Ipsemg, trazida pelo governador “Zemagogo”.

O presidente – Obrigado, deputado Ricardo. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Boa tarde, presidente, deputados e deputadas. Boa tarde a todos os nossos assessores e consultores. Boa tarde aos que nos acompanham pelos canais de comunicação da Assembleia. Boa tarde, de forma muito especial, aos servidores e servidoras do Estado, aos que estão aqui representando o seu sindicato, a sua associação e aqueles que estão aqui em nome de muitos, muitos. Inclusive, quero me dirigir a vocês, servidores e servidoras, porque hoje é um daqueles dias em que estas galerias deveriam estar lotada. Infelizmente, muita gente ainda não se deu conta do que está acontecendo. E muitos só se darão conta quando pegarem o seu contracheque e virem nele o impacto que uma possível aprovação desse danoso, trágico projeto vai causar na vida do servidor e da servidora.

Eu queria, brevemente, deputado Sargento Rodrigues, lembrar de uma coisa importante. Nós estamos falando de um instituto que nasce num contexto muito especial da nossa história. A ideia de previdência pública, a ideia de amparo àqueles que dedicaram sua vida ao trabalho nasce, no final do século XIX, na Alemanha, com o então chanceler que era também um militar de carreira, um general, o marechal do Exército prussiano, Otto von Bismarck. Havia ali aquela ideia, aquele conceito de que era necessário haver um caixa de previdência para amparar as viúvas, os filhos daqueles que iam para a guerra e possivelmente não retornariam, para dar amparo às suas famílias.

É nessa lógica que nasce, deputado Sargento Rodrigues, no início do século XX, o Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais. O Instituto de Previdência dos Militares de Minas Gerais surge em 1903, e ele se materializa em 1911. Um ano depois, os servidores civis do Estado de Minas Gerais fazem aquilo que os militares fizeram, criando, então, esse histórico instituto, que nasce com essa ideia de ser um sistema previdenciário, mas que passa por mudanças significativas ao longo da sua história. Na década de 1950, o Ipsemg se torna também um instituto ligado à saúde dos servidores, e, na década de 1960, o que era previdência e saúde se estende também ao amparo odontológico.

É importante resgatar essa história, porque nós não estamos aqui simplesmente para fazer o processo de obstrução. Nós estamos aqui para tentar também convencer os deputados e as deputadas que hoje estão na base do governo e que são pressionados a votar como base de governo, que mais uma vez poderão colocar a sua história, a sua trajetória, o seu DNA, a sua digital, a sua identidade em um projeto que vai impactar a vida de milhares e milhares de pessoas do nosso estado, porque a aprovação desse projeto é o decreto de implosão e de falência do Ipsemg.

Servidores, sabem o que nós tínhamos que estar discutindo aqui? A dívida que o Estado tem para com o instituto. Nós tínhamos que estar discutindo aqui o rombo que governos anteriores promoveram no Ipsemg, sucateando esse instituto que não pertence a Zema, que não pertence a nenhum deputado desta Casa, que não pertence aos secretários, que não pertence a nenhum agente político. Esse é um instituto que pertence aos servidores e às servidoras do Estado de Minas Gerais. Esse instituto, se esse projeto for aprovado, não só será implodido como também será implodido o seu vastíssimo e grandíssimo patrimônio.

Eu não me canso de lembrar, deputado Betão, que nós estamos falando aqui de um projeto em que exaustivamente a deputada Beatriz Cerqueira provou que a venda de parte desses imóveis em nada resolverá o rombo que nós temos dentro do instituto. Porém, a venda desses imóveis vai atender aos interesses escusos e à especulação imobiliária que tomou conta de pessoas que estão diretamente ligadas a determinadas figuras e pessoas que estão nesse governo. O que me assusta é haver ainda, pelo Estado, gente que acha que o governo de Minas é um governo de pessoas honestas, é um governo de pessoas íntegras, probas, de pessoas que querem o bem público e fazem tudo para preservá-lo. Esse é um governo de lobistas. Esse é um governo de lobistas, deputado Gustavo Santana. Esse é um governo de gente que usa do Estado para fazer negócios, para ampliar e aumentar o seu patrimônio e que dilapida e depreda o bem público, retirando daqueles que são seus verdadeiros donos – o povo mineiro, os servidores, as servidoras – o direito, inclusive,

de lutar para que isso não aconteça. É importante lembrar que nós corremos aqui um risco até jurídico de darmos andamento nesse projeto.

Ontem quem acompanhou a Comissão de Administração Pública se recorda de que nós temos um parecer do Tribunal de Contas entendendo que, quando se trata de Ipsemg, deputado Alencar da Silveira, seria necessário antes se fazer uma minuciosa auditoria sobre o instituto para saber quanto o Estado deve, quantos cargos de livre nomeação foram ao longo desses anos assumindo esse espaço do Ipsemg e contribuindo também para o seu sucateamento, quantos contratos dentro do Ipsemg sem licitação. Por que esse grande instituto que tanto serviço prestou... Eu ouvi de muitos deputados aqui que o Ipsemg é ineficiente e ineficaz. Em muitos lugares se tornou assim não por culpa do instituto, não por culpa dos seus servidores, mas, sim, de uma ausência de políticas governamentais que levaram a essa situação. Para o Ipsemg nunca faltou dinheiro, sempre faltou gestão. Nunca faltou dinheiro, sempre faltou gestão, porque o dinheiro sempre saiu do bolso daqueles que contribuem para o Ipsemg, que são os servidores e as servidoras.

É por isso que peço licença ao deputado Ulysses Gomes, nosso líder, para reforçar as palavras do Sargento Rodrigues e me dirigir aos deputados do nosso Bloco Democracia e Luta, inclusive por sugestão do nosso mestre e do nosso decano, que é do nosso bloco, do meu partido e que muito nos honra com o seu retorno aqui para Casa, que é o deputado Hely Tarquínio. Eu sempre tive gosto de votar "não" em vários projetos. Só que esse é tão ruim que nem votar "não" eu quero. Nós deveríamos, enquanto bloco, sair do Plenário e deixar aqueles que querem ficar para votar "sim" passar por esse constrangimento de saber que estão detonando com a vida de muitas pessoas. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Professor Cleiton. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Tem que ter paciência! Tem que ter paciência hoje, gente, porque seria muito estranho explicar aos milhares de servidores que alterações que vão destruir o Ipsemg passaram no Poder Legislativo sem que, no Plenário da Casa, não houvesse o mínimo de debate. É isso que nós estamos fazendo. Então estamos nos inscrevendo agora. Já temos o segundo requerimento e apresentamos todos os que eram possíveis neste momento. Depois nós vamos nos inscrever, de novo, no encaminhamento de votação, porque é preciso fazer o debate e ocupar a Casa Legislativa na representação de milhares de pessoas que estão trabalhando neste momento. Os professores estão em sala de aula. Hoje é uma quarta-feira, 4h20min da tarde! As auxiliares estão lá na cantina limpando a escola porque já passou o horário da merenda. Os policiais civis se encontram nas mais diversas funções que estão sendo exercidas. Os servidores do Ipsemg – o Ipsemg não parou de funcionar – estão lá cuidando do dia a dia do instituto. Os servidores do Meio Ambiente estão aí cuidando enquanto estão vivendo situações absurdas de desvalorização. Enfim, o pessoal da Uemg e da Unimontes, ou seja, todo mundo está na sua batalha de sobrevivência diária.

Eu quero agradecer a generosidade daqueles que se deslocaram para esta representatividade aqui. Estou vendo o pessoal de Belo Horizonte, estou vendo o pessoal de Sete Lagoas – aliás, o pessoal de Sete Lagoas está sempre presente –, estou vendo o pessoal de Betim. É um pessoal sempre presente! Jequitinhonha! Há gente do Vale do Jequitinhonha aqui. Então quero agradecer a vocês a generosidade porque sei que passar uma tarde numa galeria sem o direito de voz, nesse lugar onde vocês estão, que não é um espaço aberto e não há um microfone para que possam também se manifestar, não é fácil. Então quero agradecer a vocês a generosidade de estarem se colocando aí nessa luta tão importante e tão necessária.

A gente tem 10 minutos de fala e, nesses meus 10 minutos, eu quero levantar um ponto. Mesmo quando o colega deputado não está aqui no Plenário, ele está acompanhando a discussão – nós temos vários ambientes onde é possível acompanhá-la, e então eu quero levantar um ponto. Quem votar favoravelmente a esse projeto estará votando por uma taxa extra para as pessoas com mais de 59 anos de idade.

É esse mesmo o nosso caminho? Aqueles que chegam aos 59 anos – que, de acordo com o Ipsemg, passam a demandar mais do instituto – precisam ser punidos com uma taxa extra? Nós precisamos fazer essa pergunta. É assim que a sociedade mineira cuida dos seus idosos que dedicaram a vida ao serviço público? Porque a votação “sim” a esse projeto vai dizer: “Sim, é assim que a sociedade tem que tratar os servidores que dedicaram a vida, que conseguiram chegar aos 59 anos de idade, e como prêmio por terem chegado aos 59 anos de idade, há uma taxa extra no contracheque”. A taxa virá imediatamente; se eu não me engano, não há um prazo – a lei vai entrar em vigor, se aprovada, imediatamente.

Nós estamos falando de uma taxa extra para as pessoas com mais de 59 anos, por meio da qual o governo está se omitindo do que ainda resta de relação solidária na contribuição do Ipsemg. Isso porque as pessoas com menos de 59 anos, quando contribuírem para o Ipsemg – elas já contribuem – o Estado contribui com 50%. No caso das pessoas com mais de 59 anos, com essa taxa extra, só elas contribuirão. Então é assim mesmo que o Estado de Minas Gerais vai tratar os seus servidores que chegaram aos 59 anos de idade? E os documentos que foram encaminhados pelo governo do Estado à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária vão nos dizer que é daí, é dessa taxa extra, dessa punição às pessoas com mais de 59 anos, que o governo vai retirar a maior parte do dinheiro que ele diz que vai investir na melhoria, na suposta melhoria do instituto.

Eu apresentei, ontem, durante as discussões da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, à noite, uma tabela que foi encaminhada pela Secretaria de Governo, mostrando os valores de cada grupo que compõe o conjunto dos usuários do Ipsemg: os titulares, os cônjuges, os demais dependentes e a alíquota extra – essa taxa extra para as pessoas acima de 59 anos. E essa taxa extra é o maior volume de recursos entre todos os que o governo diz que vai arrecadar com esse projeto de lei. Então, se a Assembleia colocar sua digital nesse projeto – eu lamento o fato que essa legislatura pode fazer isso –, a população vai dizer: “Olha, você chegou aos 59 anos, tome aqui uma taxa extra no seu contracheque”. Não vai dizer: “Muito obrigada pela dedicação ao serviço público”. Isso é o resultado, é o que está no conteúdo desse projeto de lei.

Eu quero também fazer um alerta sobre o caminho de privatização e de terceirização que o Ipsemg pode estar trilhando. Pouca gente se interessou ou se importou em perguntar para os gestores do Ipsemg como eles vão aplicar o dinheiro que eles afirmam que terão com esse projeto – cerca de R\$700.000.000,00. O governo, o Ipsemg, diz que vai aplicar na rede própria e na rede credenciada, conveniada, além do déficit que eles afirmam que o Ipsemg tem. Quando a gente olha o investimento na rede própria, não está previsto nenhum concurso para servidores do Ipsemg; não está prevista nenhuma política para tornar os salários competitivos. O governo conseguiu transformar os salários dos secretários de Estado em competitivos, com quase 260% de aumento. Mas o governo não tem plano de tornar os salários dos médicos, dos enfermeiros, de todos os demais cargos competitivos para o mercado. Não há política relacionada à carreira desses servidores.

Qual é a síntese, gente? Sob a justificativa de aprovar esse projeto para melhorar o Ipsemg, o governo vai começar a terceirizar e a privatizar seus serviços dentro do Ipsemg, dentro do hospital do Ipsemg. Nós vamos correr o risco de chegar lá para fazer algum serviço, para fazer algum exame e ter uma empresa terceirizada prestando serviços dentro do hospital do Ipsemg. É isso que o projeto vai significar, porque ele não vem acompanhado de nenhuma política de recomposição dos quadros dos servidores do Ipsemg. Hoje o Ipsemg tem mais de dois mil e seiscentos cargos vagos que não estão ocupados por ninguém, o que gera inclusive uma grande sobrecarga e um grande adoecimento para os servidores que trabalham no Instituto de Previdência.

Por fim, eu preciso lembrar o grande esquema que está por trás desse projeto de lei: grupos econômicos que querem comprar imóveis do Ipsemg, os cinco imóveis localizados em regiões muito valorizadas de Belo Horizonte – dois no circuito da Praça da Liberdade. Há grupos econômicos que querem ter esse patrimônio, e o governo viu, nesse falso discurso de melhorar o Ipsemg, a oportunidade de ter autorização legislativa para vender os imóveis. A venda dos imóveis impacta muito pouco a vida do instituto, mas para quem terá condições de comprar esses imóveis vai ser um grande negócio. O governo Zema está contribuindo para grandes negócios de grupos econômicos privados no Estado de Minas Gerais.

Para finalizar mesmo, quero dizer que vocês já viram que dois colegas trouxeram uma tática que a gente precisa amadurecer. Às vezes, a gente fica dentro do Plenário e vota, e o nosso voto ajuda a compor o quórum que legitima votações. Às vezes, sem a nossa digital, não estamos legitimando quórum. Então é importante vocês acompanharem as discussões, porque é possível que a gente caminhe por esta tática: de ficarem dentro do Plenário aqueles que querem destruir o Ipsemg; e aqueles que querem proteger o Ipsemg se retirarem do Plenário. (– Palmas.) É sempre importante compartilhar as informações – dois colegas que me antecederam falaram sobre isso. Precisamos amadurecer qual vai ser a tática daqueles que defendem o Instituto de Previdência. Essas são as minhas considerações, presidente, neste momento em que nós estamos encaminhando a votação do requerimento para adiar a votação.

Acho que todos nós... Se há uma coisa que eu aprendi no Parlamento – estou finalizando, presidente – é que há dia seguinte. Amanhã ou semana que vem, vamos nos encontrar com os colegas nas comissões, nos espaços. Vamos estar sempre nos encontrando. Será que não vale a pena um esforço para vermos o que é possível avançar em relação ao Ipsemg, retirando toda essa maldade e todos esses objetivos alheios à função dele do projeto?

O governo está tão seguro da entrega que terá neste Plenário que não mediu nada. Vocês já observaram isso? Ele não mediu nada, ele não tirou nada, ele não diminuiu nenhuma questão que foi criticada, desde abril deste ano, porque ele tem a certeza da entrega desse projeto na votação do Plenário. Vale a pena a Assembleia Legislativa chamar para si esse desgaste junto a milhares de servidores e dos seus familiares? Eu acho que não vale a pena. A gente podia ter um caminho diferente. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Luizinho.

O deputado Luizinho – Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, público presente, gostaria de dizer que nós estamos discutindo e vamos discutir, daqui a pouco, essa questão da seguridade do Ipsemg. Esta é uma oportunidade para falarmos também do trabalho, porque nós precisamos discutir a questão do trabalho. Não é uma questão de ideologias, de modos de governo comunista, socialista ou capitalista, até porque a maior jornada de trabalho é na China, e a menor, nos países capitalistas.

Nós já reduzimos jornada de trabalho quando da Constituição de 1988: de 48 horas, a jornada baixou para 44 horas. Em 1912, a Ford, quando havia jornada de trabalho de 10 horas, baixou-a para 8 horas, e a produtividade aumentou. Reduziu-se a jornada de trabalho, e aumentou-se a produtividade. Isso é fato que historicamente se comprova. É necessário que nós tenhamos mais tempo de vida para viver. Esse é o caminho da evolução, o caminho que nós precisamos procurar na relação capital-trabalho. Não se trata de desenvolver o Brasil explorando a mão de obra. Ao contrário: quando se dá tempo livre ao trabalhador e à trabalhadora, há mais lazer, e o lazer também promove o desenvolvimento, promove o consumo. É preciso que a gente volte a discutir tempo livre e volte mais a discutir salários.

Nós lamentamos ver o governador, toda vez que pode tocar nesse assunto, fazendo questão de dizer que as mulheres do Norte de Minas trabalham por R\$300,00, fazendo questão de dizer que o Bolsa Família não leva a pessoa a procurar emprego, o que não é fato, não é verdade. O Bolsa Família atende primeiro as mulheres solas, aquelas mães que têm filhos, cujo marido foi embora e que, muitas vezes, não têm como trabalhar porque cuidam dos filhos e têm dupla ou tripla jornada de trabalho.

Se chegarmos a um salário mínimo maior, por exemplo, o Bolsa Família acabaria. Se o salário mínimo no Brasil fosse R\$3.000,00, não haveria Bolsa Família, pois esse programa tem teto. O salário é baixo. Penso que o Bolsa Família, por exemplo, favorece mais o capital, o trabalho. Há exceção, Alencar, para tudo, nobre colega; exceção há para tudo. Nós temos 10 milhões de famílias, então há 5% cujo benefício vai para o jogo. Isso é fato em qualquer área. O dinheiro vai para o Tigrinho, vai para a Tele Sena, é fato. Mas isso é exceção. Não é o caso da maioria. E as mães que recebem o Bolsa Família vão a uma lojinha, a uma mercearia, às vezes deixam o cartão lá para poder pegar o alimento no mês seguinte, antecipam a compra. O Bolsa Família movimenta a economia. É mais um fato econômico, de geração de emprego e renda, porque gera crédito, gera renda, gera emprego,

porque movimenta a economia. É um crédito. Isso tudo tem a ver com os trabalhadores e as trabalhadoras sobre os quais nós estamos discutindo.

Eu queria utilizar meu tempo para também dizer, Jean, Ricardo, que nós da Assembleia devemos dar exemplo. Há terceirizados na Assembleia que trabalham, inclusive, aos sábados. Eu até sugeri ao presidente que revisse isso, para que nós pudéssemos garantir aqui as 40 horas; que no mínimo se trabalhasse de segunda a sexta. Não há razão para que os terceirizados abram a Assembleia só para se cumprir horário ou para que alguns deles trabalhem 48 minutos a mais por dia para cumprir as 4 horas do sábado. Então, mudar isso é preciso. É preciso que a gente garanta aos terceirizados da Assembleia, no contrato com a empresa, a jornada de trabalho de 40 horas. É preciso darmos exemplo. As pessoas que limpam os gabinetes têm que voltar aqui no sábado, para trabalhar. Não há necessidade disso. Eu até fiz um ofício sugerindo ao presidente que, no contrato com as empresas terceirizadas, seja garantida a essas trabalhadoras, especialmente às trabalhadoras que fazem a limpeza da Assembleia, a jornada de 40 horas.

A gente precisa discutir e aprofundar essa questão toda do mundo do trabalho, da garantia da saúde, especialmente dos servidores públicos estaduais. Eu sempre fui um defensor dos servidores. Quando eu fui prefeito, na prática, empiricamente, pude fazer mudanças na minha cidade, Alfenas. Nós garantimos aos servidores 6 horas de segunda-feira a sexta-feira, com férias de 25 dias úteis. No aniversário do servidor, ele tem a folga. É preciso garantir que o Brasil tenha melhores salários. O salário médio de um servidor, nos Estados Unidos, é R\$20.000,00; na Colômbia, R\$3.000,00. O salário médio, no Brasil, é R\$1.812,00. Por isso que o Brasil não se desenvolve. É preciso ter massa salarial, respeitar os trabalhadores e as trabalhadoras, para que o Estado de Minas Gerais se desenvolva e para que o Brasil se desenvolva. É com salário que você garante o desenvolvimento, não é dando isenções fiscais para Salim Matar, como deram para a Localiza, de R\$1.200.000.000,00. Esse dinheiro não vai para a economia, esse dinheiro vai para as Ilhas Cayman, vai para os paraísos fiscais, nunca para a economia. O dinheiro que vai para a economia é o salário do trabalhador e da trabalhadora, dos 100 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que o Brasil tem, que movimenta a nossa economia. Quer desenvolver o Brasil? Dê salários aos trabalhadores. Eu sei que, às vezes, não se consegue aumentar o salário da forma como a gente precisa. Mas o que nós não podemos aceitar nem tolerar é que se defenda a redução de salário, que se defenda reduzir salário, que se defenda retirar direitos.

Eu não entendi até hoje... Porque, na pandemia, por exemplo, Jean, eu era prefeito, e a gente foi proibido de dar recomposição salarial. Proibiram a gente. O governo do Bolsonaro proibiu o prefeito de dar recomposição. Não tinha nada a ver com a pandemia, ou seja, fazem questão de sacrificar o trabalho, fazem questão de sacrificar o motor da economia, que são os trabalhadores e as trabalhadoras. Isso é um pensamento escravocrata, é um pensamento da idade... Esse é um pensamento de ainda antes de a gente se industrializar, de o mundo se industrializar; é um pensamento ainda da escravidão.

Quando houve a Lei Áurea, pensava-se: “Ah, isso vai quebrar os produtores”. Aí vieram os direitos mínimos, o salário-mínimo. “Ah, vai quebrar os empresários.” Veio o direito da empregada doméstica. “Ah, ninguém mais vai ter emprego como empregada doméstica.” É o contrário. Toda vez em que houve um avanço na conquista trabalhista, a economia melhorou.

Precisamos fazer com que os governos, especialmente o governo Zema, porque é lamentável quando a gente ouve o Zema falar... Aliás, se ele ficasse quieto, talvez o Estado de Minas Gerais estivesse um pouco melhor. Mas precisamos dizer que nós estamos junto com os servidores. Podem contar com o nosso apoio. É o servidor público que faz o Estado. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Luizinho. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde a todos e a todas; boa tarde, Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas presente. Boa tarde aos servidores desta Casa; àqueles que estão nos acompanhando pelas redes sociais, pela TV Assembleia; a cada trabalhador; a cada trabalhadora do Ipsemg; àqueles que são usuários do Ipsemg; aos profissionais de saúde; aos médicos; aos enfermeiros; a todos os servidores do Ipsemg.

Eu não sei se vai dar tempo de falar nesses 10 minutos, mas depois eu volto para falar novamente; volto para encaminhar o projeto depois. Eu queria desenvolver a minha fala, lembrando algumas falas do Zema, lembrando-me de sua fala como patrão, dono das lojas Zemas, lembrando-me de sua fala como empregado, porque ele é um empregado do povo mineiro. Ele passou alguns dias, agora, na China, e fez umas falas de lá que Deus nos livre. Eu vou dizer uma fala dele para vocês acerca de uma PEC que está na Câmara dos Deputados referente à jornada de trabalho 6 por 1.

Não sei se ele está pensando que isso é um resultado de jogo de futebol, porque ele disse o seguinte – vejam a fala do Zema: “Eu sou sempre favorável à questão da livre negociação entre empresa e trabalhador. Se alguém foi contratado para folgar duas vezes por semana, se isso foi pactuado entre as partes, ótimo. Se foi pactuado para folgar uma vez por semana e ambas as partes concordaram, ótimo”. O Zema disse isso. Quero refrescar a memória dos eleitores e das eleitoras. O Zema foi contratado para o governo de Minas Gerais prometendo o quê? Vamos ver se ele honrou aquilo que ele prometeu.

Antes de ser eleito, Zema dizia que não ia receber salário; ele era uma parte que estava sendo contratada com o patrão, que somos nós. Zema não somente recebe o seu salário – dizia antes que ia doá-lo e que depois ia rever –, como também o aumentou. Aumentou em quanto, gente? Aumentou em 300% e quer aumentar a contribuição do Ipsemg. Zema, quando queria ser empregado dos mineiros, quando queria o emprego de governador, dizia que seus secretários não receberiam salário. Não estou dizendo que é errado, mas ele dizia que não receberiam. Agora, eles recebem o salário com mais 300% de aumento. Zema dizia que, no governo dele, não haveria pagamento de jetons. Ele queria um emprego, então era preciso mentir. Ele dizia que não haveria pagamento de jetons, uma vez que conseguiu o emprego. Ele, como funcionário do povo de Minas Gerais, não simplesmente pagou os jetons: isso acarretou R\$2.300.000,00 aos cofres de Minas Gerais. E ele quer aumentar a retirada do bolso dos contribuintes do Ipsemg. Dizia também que, nas contratações, os secretários dele seriam contratados por processo seletivo. Vocês se lembram disso. Seria só por meio de processo seletivo, e ele não colocaria apadrinhados políticos em seu governo. E o que a gente vê hoje? Lotados, lotados. Secretarias e órgãos lotados de apadrinhados políticos. Quando ele quer conseguir um emprego, ele promete uma coisa, então agora é fácil sair lá da China para fazer uma fala dessa. Dizia que era contra o aumento de impostos. E o que ele fez? Aumentou os impostos dizendo que seriam usados para a erradicação da miséria.

Então vejam bem: quando quer ser contratado pelo povo mineiro, Zema ocupa as redes sociais daquele jeito que ele gosta, fazendo pãozinho de queijo, chupando uma manga daquele jeito que ele gosta, lá na casa dele, dando uma de simples, conversando com muita simplicidade, mas, depois que ele consegue o emprego, é diferente. Ai é diferente. Nós temos que nos lembrar de que ele também é patrão. Ele também é patrão nas empresas dele, evidentemente, e, de certa maneira, mesmo ele sendo empregado do povo mineiro, também desenvolve o papel de patrão, uma vez que, Betão, ele nos envia projetos – os servidores estão sob a batuta dele – em relação ao Ipsemg e tantos outros projetos que acarretam transformações na vida do trabalhador e da trabalhadora.

Eu gostaria de perguntar primeiro aos colegas deputados: quantos colegas deputados já usaram o Ipsemg em algum momento da vida? O Betão já usou o Ipsemg. Eu sei que é por isso que o Betão defende o Ipsemg, defende os trabalhadores e as trabalhadoras. A Beatriz Cerqueira já usou o Ipsemg, e é por isso que defende os trabalhadores e as trabalhadoras. Nós temos muitos aqui que também já usaram o Ipsemg, que também o usaram. Olhem, quando eu ouço falar das pessoas que dependem do Ipsemg, os filhos de trabalhadores e trabalhadoras de até 21 anos, eu não posso me esquecer de que até os meus 21 anos eu usei o Ipsemg. Eu usei para tratamento odontológico, usei para exames, usei para consultas médicas, porque minha mãe é aposentada do Estado. Minha mãe era uma daquelas pessoas que iam toda semana limpar a escola, receber os alunos, fazer a merenda escolar e que, no final de semana, nos sábados, ia limpar a escola para, na segunda-feira, receber mais uma vez os alunos.

Então eu peço essa consciência de cada colega deputado. Primeiro, de todos e todas que usaram o Ipsemg; e há gente que usou o Ipsemg e é da base do governo. Eu peço ao governador: não coloque essas pessoas em situações delicadas, não; não coloque esses deputados em situação delicada, não. Mesmo você, colega deputado, que não usou o Ipsemg tem alguém na família que usou.

Pense nesse alguém que usou ou que usa. Mas, mesmo que você não tenha ninguém na família que usou o Ipsemg, colega deputado, colega deputada, pense em outros. Eu não quero nem que pense no voto, não. Pense em outros mineiros e mineiras por todo este Estado de Minas Gerais, das regiões mais longínquas, das regiões em que existe um vácuo assistencial na medicina, na saúde. Pense no Vale do Mucuri, tão falado por muitos aqui; no Vale do Jequitinhonha, tão clamado por muitos aqui; no Norte de Minas; em todas as regiões mineiras. Pense que lá nós temos servidoras e servidores. Pense que lá nós temos laboratórios, clínicas, hospitais que atendem. A cota, no meio do mês, já acabou, já não há mais, já não há mais. E estão pagando o que pagam. Mas eu peço a vocês: pensem naquele que está lá, distante. Por enquanto, eu queria pedir: pense nos menores de 21 anos, nos jovens que estão na escola, nas crianças e adolescentes que estão na escola, que precisam estudar e que precisam ter esse auxílio do Ipsemg.

É preciso, primeiro, empoderar o Ipsemg. “Ah, há mudanças que é preciso fazer.” Sim, mas vamos primeiro empoderar o plano, vamos primeiro melhorar a qualidade, melhorar a assistência em todo o Estado de Minas Gerais. Aliás, o Ipsemg cumpre um papel fundamental: o Ipsemg também colabora com o SUS, o Ipsemg colabora com o Sistema Único de Saúde. Vamos pensar no papel que fizeram servidores e servidoras do Ipsemg durante a pandemia.

Então eu peço um exame na consciência de cada colega deputado, de cada colega deputada. Vamos pensar como dar o nosso voto aqui. Eu posso não ter usado, o colega pode não ter usado – no meu caso, eu usei –, mas vamos pensar em tantos mineiros, em tantas mineiras. E, ao governador Zema, para esse primeiro tempo – depois eu vou falar do Zema como patrão –, quero pedir: deixe de falar uma coisa para conseguir um emprego de governador em Minas Gerais para, depois de eleito, mudar não só o discurso como a prática. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Voltamos aí, presidente. Estou escutando aqui os clamores dos servidores que também querem o reajuste que o Zema teve, não é? Trezentos, trezentinhos por cento para o Zema e para os secretários! Trezentinhos, não é, gente? Para os servidores, não, vão argumentar que existe uma situação insustentável fiscal do Estado que vai demolir todo o serviço público de hoje para amanhã. Agora, para eles, é caviar, é bufê com camarão e aumentinho de 300%; além das viagens, das viagens internacionais que o Zema faz. Ele não para aqui, em Minas Gerais, não para aqui, em Minas Gerais, sempre fazendo viagens internacionais de todo tipo.

Bom, gente... Nem de avião ele iria andar. Pois é, ele entrou dizendo que iria abrir mão de salário, iria abrir mão de todos os espaços, e hoje é um dos governadores que mais abre secretarias, que são verdadeiros cabides de emprego.

Então, gente, vamos retomar a questão do Ipsemg, que eu já trouxe aqui mais cedo. Queria aproveitar este momento, que está sendo acompanhado pelo público e televisionado para todo o Estado de Minas Gerais, para falar um pouco, de forma bastante técnica, pois esse projeto do governador Romeu Zema significa não um reajuste de valor do Ipsemg, mas, sim, uma proposta de desmonte do instituto, que já está bastante sucateado.

A primeira questão é sobre o próprio aumento: 80% adicionais na taxa de pagamento do Ipsemg é um aumento estratosférico. Não chega a ser o aumento de 300% que o Zema deu ao seu salário, mas é um aumento estratosférico para o trabalhador, que vai ver a sua contribuição aumentada, em muito, no projeto. Mas o pior disso – e eu já citei mais cedo – é a distorção de fazer com que aqueles que trabalharam para o serviço público a vida inteira, aqueles servidores com mais de 59 anos, façam um pagamento ainda maior, uma contribuição ainda maior para o Ipsemg. É uma desconstrução da lógica, pois o ideal seria que você ir melhorando as condições de vida, melhorando o salário e diminuindo as contribuições dos servidores ao longo de suas vidas. Não. Para o Zema, os mais velhos, os idosos, quem já trabalhou e já contribuiu a vida inteira, no final da sua vida, da sua carreira, têm que pagar ainda mais. Taxação por cargo, cobrança da alíquota sobre o 13º salário, tudo isso está incorporado nesse projeto do Ipsemg.

Além disso, há também toda a questão relacionada aos imóveis públicos dos servidores, que constituem o patrimônio desses profissionais. Isso é fundamental para garantir, inclusive, a segurança dos trabalhadores a longo prazo. Contudo esses imóveis estão sendo avaliados em valores, como eu disse, irrisórios, e estão sendo entregues aos amigos do Zema quase a preço de banana. Vejam só: um imóvel valiosíssimo na Rua São Paulo, esquina com a Avenida Amazonas, no Centro, está sendo avaliado em apenas R\$7.500.000,00 – um imóvel daquele tamanho, gente. É absurdo isso. Um imóvel na Gonçalves Dias, no Funcionários, um prédio gigante, um imóvel gigante: R\$16.900.000,00 é a avaliação do prédio. Na Rua Carijós – imagine, gente –, um imóvel no Centro foi avaliado em R\$4.700.000,00. Todas essas avaliações a preço de banana mostram que, na verdade, por trás da tentativa de aprovação desse projeto, há grandes interesses daqueles que já querem comprar esses imóveis. É carta marcada. Com certeza, alguma laranja bem laranjinha do Zema. O Professor Cleiton bem alertou, fez uma investigação muito boa disso – não é, Professor Cleiton? –, de como os imóveis estavam sendo vendidos a preço de banana, sempre se perguntando a quem isso interessa. O Zema foi absolutamente antidemocrático na tramitação do projeto de lei aqui. Não fosse a obstrução feita pela Casa, esse projeto teria sido aprovado sem os estudos técnicos básicos e os estudos de impacto econômico básicos que precisariam chegar junto com o projeto de lei. Além disso, ele anula os efeitos do reajuste salarial, uma vez que o aumento da alíquota representa quase a mesma porcentagem do pequeno reajuste, que, como eu disse, não reajusta sequer a inflação.

Então, gente, esse projeto é um projeto de ataque aos direitos trabalhistas, como eu já disse. E hoje nós temos visto um desmascaramento do Partido Novo, do PL, da extrema direita na sua posição em relação aos trabalhadores. Na discussão sobre a redução da jornada de trabalho, isso tem ficado bastante evidente, mas eu lembro que a posição da extrema direita contra os trabalhadores não vem de agora. Quem se lembra o quanto a imprensa e a direita brasileira se mobilizaram falando que o 13º salário era inviável, que o País ia ficar em bancarrota e que ia haver desemprego e queda econômica com o pagamento do 13º salário? Quem se lembra disso? Não aconteceu há muitos anos. Falaram que o mundo ia desabar com a aprovação do 13º salário, e hoje a gente vê a importância do 13º salário inclusive na ampliação e na movimentação da economia brasileira.

Já diziam, e, por esses dias, houve, em Plenário, uma declaração do mesmo tipo, de que as trabalhadoras domésticas não deveriam ter direitos iguais aos dos demais trabalhadores – esse foi o retrocesso do ponto de vista deles: a PEC das trabalhadoras domésticas. Eu juro que eu tive que escutar isso aqui, em Plenário. É inacreditável! É inacreditável que hoje alguém diga que as trabalhadoras domésticas não podem ter os mesmos direitos dos demais trabalhadores. É um absurdo! Mas é assim que esse povo pensa; é assim que a extrema direita pensa; é assim que ela pensa apenas em manter privilégios de grupos empresariais; é assim que ela pensa na redução do controle sobre a economia para que essa economia dependente, essa economia de rapina, que se estabelece no nosso país, possa surrupiar direitos e expor os trabalhadores às condições mais adversas no mundo do trabalho e nas relações empregado e trabalhador.

Agora o Zema, que sempre foi um empresário que defendeu o fim da CLT e o fim dos contratos de trabalho, tenta impor à gestão estadual exatamente a mesma política, fazendo com que os servidores públicos vivam um arrocho cada vez mais intenso, o que faz com que ele seja sempre vaiado por onde passa. Nas cidades do interior, Zema tem sido vaiado; pelos servidores da segurança pública, Zema tem sido vaiado; pelos trabalhadores da educação e da saúde, Zema tem sido desmascarado, porque, hoje, todo mundo sabe que nós temos isenções bilionárias no Estado, isenções de R\$22.000.000.000,00 neste ano. Por outro lado, tem sido dito que a Previdência dos servidores é insustentável e, por isso, o Ipsemg tem que ser destruído dessa forma.

Todo mundo sabe que, mesmo com as negociações da recuperação fiscal que estavam rolando com o governo federal, ele aumentou em 300% o próprio salário. Esses dias, o Zema tuitou, comemorando a eleição de Trump nos Estados Unidos – e com isso eu concluo. Ele disse que a vitória de Trump era uma luta contra o regime de esquerda – não sei que esquerda existia nos Estados Unidos –, uma luta que se insurge contra privilégios de poucos. Acho que foi isto mesmo o que ele disse: uma luta contra privilégios

de poucos. Em Minas Gerais, se existe um governante que sustenta privilégios, este é o Romeu Zema, que governa para ele e para os amigos dele.

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Marquinho Lemos.

O deputado Marquinho Lemos – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos nossos colegas deputados e deputadas; boa tarde aos nossos servidores que ainda permanecem aqui durante todo este dia e esta tarde.

Primeiro, eu quero dizer que, às vezes, nós ouvimos as propagandas do governo anunciando o pagamento do 13º salário. O governo anuncia o pagamento do 13º salário ao funcionalismo, mas ele não fala que esse dinheiro que os nossos funcionários vão estar recebendo, na verdade, é para cobrir as despesas com tratamento de saúde, com medicamentos, com cirurgias.

Infelizmente, com essa destruição que o governo está fazendo com o nosso Ipsemg, fica difícil para o funcionário público poder ser atendido da forma que merece e que deve ser. O que o governo vem fazendo é a política dele, a que, nos últimos anos, vem implantando em Minas. Ele vem destruindo, como tem destruído a nossa Copasa para, depois, convencer a população que o melhor é privatizar. Agora está fazendo a mesma coisa também com o Ipsemg: vai deixando no abandono, não faz investimento e, depois joga, para a sociedade mineira, que o melhor é acabar com o Ipsemg. Eu tenho certeza de que, no que depender do nosso voto e do voto do nosso bloco, isso não vai acontecer, porque nós somos, sim, contra o PL nº 2.238.

Mas eu queria aqui, Sr. Presidente, aproveitar para falar também que nós estamos encerrando, por esses dias, a nossa revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. A nossa comissão, a Comissão de Participação Popular teve o papel de ouvir todos os mineiros e mineiras para que pudessem, através das nossas audiências, oferecer as suas propostas, falar da situação do Estado de Minas, propor emendas ao orçamento. Só audiências regionais, fizemos cinco. Fizemos audiência no Norte de Minas, lá em Montes Claros, no Baixo e Médio Jequitinhonha, no Mucuri. Nós fizemos audiência também em Itaobim, no Alto Jequitinhonha, na parte de Suaçuí, na área central de Minas, em Itamarandiba. Fizemos audiências atendendo o Sul de Minas. Fizemos audiência em Varginha. Fizemos uma audiência regional também para atender o Leste, a Zona da Mata. Fizemos audiência em Caratinga. Aqui na Região Metropolitana de Belo Horizonte, fizemos três audiências públicas, nas quais tivemos participação muito grande, participação de lideranças e principalmente de representantes das nossas entidades.

Só um número para ficar registrado, porque é importante. Tivemos a participação de 790 participantes, 790 lideranças, representantes de entidades, de organizações sociais, de lideranças regionais. Houve apresentação de mais de novecentas propostas, propostas em todas as áreas: na área da saúde, na área da agricultura, na área do esporte, na área social, na área da educação, na área da saúde. Nós contamos com a participação de mais de cento e cinquenta municípios em todas essas audiências. Estamos chegando ao final. É uma pena que, com um montante desse de propostas, quase mil propostas, o dinheiro seja pouco, porque o orçamento destinado a atender essas propostas não passa de R\$25.000.000,00, o que hoje equivale a quase 0,04% do orçamento previsto para o ano de 2025.

Então nós estamos vendo que é um valor pequeno para atender a tanta demanda, tantas propostas, mas que, por outro lado, nos dá a certeza de que a Assembleia está no caminho certo; que, através dessas audiências, através desse formato que a Assembleia desenvolveu junto com a Comissão de Participação Popular, a gente tem tido uma boa participação e uma boa resposta do povo mineiro.

Hoje nós temos aqui uma participação muito grande com uma confiança enorme, por quê? Porque, nos últimos anos, desses valores e das propostas que foram aprovadas e colocadas, incluídas no orçamento, 94% foram efetivadas. Então nós tivemos aí quase 100% de tudo aquilo apresentado e transformado em emenda ao orçamento, que foi se transformando em realidade lá, atendendo assim às demandas, atendendo às propostas e aos anseios daqueles que participaram das audiências e ali colocaram as suas demandas. Então tenho certeza de que é por isso que a participação nessas audiências dentro do projeto de revisão do PPAG tem tido essa

participação tão grande. É porque as pessoas estão confiando cada vez mais de que vale a pena participar, porque a sua proposta, sendo aprovada, vai, sim, virar realidade.

E é bom lembrar que com pouco dinheiro, com esses poucos recursos, nós fizemos muito. Atendemos na área da agricultura com equipamentos agrícolas, com máquinas agrícolas, com kits de irrigação, com kits de feira para agricultura familiar; atendemos também na área de esporte com kits esportivos, com financiamento de torneios, a Copa de Futebol ou a Copa dos Jogos Quilombolas; atendemos também na área social, principalmente na segurança alimentar, nos bancos de alimentos. Foram vários furgões, vários recursos para manutenção de bancos de alimentos em vários municípios de Minas; atendemos também na área cultural, na cultura, que foi o maior investimento, onde nós conseguimos financiar várias festas tradicionais, grupos, corais, teatro, festivais. E assim nós temos certeza de que as propostas que foram entregues ontem e que serão agora encaminhadas como emendas ao orçamento do ano que vem também serão efetivadas.

Então quero aqui, mais uma vez, agradecer a todos aqueles que participaram das nossas audiências e que encaminharam as suas propostas, de forma remota ou de forma presencial. Nós queremos muito agradecer e dizer que nós acreditamos, sim, que esse é o caminho, o caminho da participação, o caminho de ouvir a cada um e a cada uma e aí, sim, fazermos o tão sonhado orçamento participativo. Mais uma vez agradeço aqui e reafirmo o nosso compromisso de votarmos contra o PL nº 2.838.

O presidente – Obrigado, deputado Marquinho. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Elismar Prado.

O deputado Elismar Prado – Boa tarde a todos e a todas.

Já quero deixar aqui rapidamente o meu posicionamento, parabenizar a todos aí do Sind-UTE da educação, os servidores pela luta e também dizer que me posiciono contrário ao PL nº 2.238/2024 do Sr. Governador, que, mais uma vez, vem retirar os direitos dos servidores.

Eu acompanho, durante todo este governo, a luta de vocês sempre para manter direitos. E o que a gente esperava, a expectativa de todos com o governador seria que enviasse projetos para melhoria do atendimento de assistência à saúde, de prestação de serviços na área da saúde, mas, infelizmente, o que a gente observou foi justamente o contrário. Então vocês tem o meu total apoio para votar contra a essa matéria, bem como todas as outras que vierem tramitar neste Plenário, sempre apoiando a luta dos servidores da educação e de todos os servidores do Estado. Desde o meu primeiro mandato, 100% de apoio e voto favorável em todas as lutas.

Já que o assunto é a prestação de assistência à saúde, eu quero fazer um breve relato que mostra uma triste realidade do nosso estado quando diz respeito ao atendimento à saúde. Quero fazer um relato preocupante e também, por outro lado, um grande agradecimento que encheu os corações de todos de esperança, que é o trabalho do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. E eu sigo no relato para vocês entenderem o caso. O bebê Oliver Alves dos Santos nasceu em junho deste ano. Sua família é de João Pinheiro, Minas Gerais, e a mãe dele é a Katly. O bebê está internado no Distrito Federal, em Brasília, desde o dia 14 de junho, por causa do diagnóstico de uma doença rara e do fato de que em Minas não havia vaga para atendê-lo.

Estamos acompanhando esse caso desde 13 de junho, com o Victor Hugo, a liderança lá de Monte Carmelo, e o vereador Luizinho da Ambulância, de João Pinheiro, quando a criança ainda estava internada em João Pinheiro à espera de uma vaga de UTI Neonatal, que foi disponibilizada – vejam só – no Distrito Federal, porque Minas Gerais infelizmente negou a vaga para salvar o pequeno Oliver. A família manifestou o desejo e a necessidade de voltar para Minas Gerais. Desde então, realizamos várias cobranças à Secretaria de Estado de Saúde, que informou que prioriza o caso, mas não tomou nenhuma providência.

A partir do dia 7 de novembro, reiteramos a cobrança à secretaria, informamos que o Hospital das Clínicas de Bauru, em São Paulo, disponibilizou a vaga para receber a criança. Conseguimos a vaga no Estado de São Paulo, porque Minas a negou. E ele precisava, portanto, de um transporte de UTI aérea para levá-lo do Distrito Federal a Bauru, em São Paulo. Dessa vez, tivemos a resposta negativa da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, que disse não realizar regulação e transferências interestaduais.

No dia 12 de novembro, a família do bebê Oliver informou que os bombeiros do Estado de Goiás se ofereceram para realizar a transferência, mas ocorreram problemas, e o transporte foi cancelado. Na mesma data, encaminhamos um pedido ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e felizmente fomos atendidos. O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, numa posição não de governo, mas numa posição de Estado, mostrou realmente que valorizam a vida e atendeu o nosso pedido. Hoje pela manhã, recebemos a informação da família que a aeronave do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais partiu hoje de Belo Horizonte para o Distrito Federal para fazer o transporte do bebê até a cidade de Bauru, em São Paulo. Então quero agradecer mais uma vez ao nosso Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que foi, de fato, o amigo certo nas horas incertas.

Este é mais um exemplo do descaso de Minas Gerais com a saúde, essa triste realidade que enfrenta todos os nossos servidores em todas as áreas, em todas as áreas. Eu cito aqui a área da oncologia, a cuja causa já dedico a minha vida há vários anos, sou presidente da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer. Minas Gerais, por exemplo, envia para São Paulo mais de 15 mil pacientes oncológicos, para Barretos, em São Paulo. Lá eles recebem tratamento gratuito, tratamento de excelência e em contrapartida não recebem sequer um único centavo do Estado de Minas Gerais. São 15 mil pacientes de centenas de municípios de Minas Gerais, porque temos enormes vazios assistenciais na área da oncologia em Minas, que enviam seus pacientes para São Paulo, o que realmente é uma vergonha para o nosso estado.

Sabendo disso, nós inauguramos um grande projeto, que já é uma realidade. Construimos, em Patrocínio, um grande centro de prevenção do Hospital de Amor de Barretos. A unidade do Hospital de Amor de Barretos, hospital do câncer, em Minas Gerais já está atendendo e recebe o nome da minha saudosa mãe, Júlia do Prado. Também inauguramos uma unidade, em Unaí, na região Noroeste, e vamos partir para a terceira unidade do centro de prevenção do Hospital de Amor em Minas, no Município de Uberlândia. Essa será a terceira unidade. Todas as unidades contam com as carretas da prevenção, que fazem a busca ativa e a prevenção do câncer. Nós já realizamos dezenas de milhares de exames por conta desse não atendimento do Estado.

Cito outro exemplo: o retinoblastoma, que é o câncer nos olhinhos das crianças, câncer infantil. Os pacientes de Minas Gerais eram obrigados a ir até São Paulo para buscar tratamento. Hoje nós temos, graças ao trabalho do nosso mandato, tratamento avançado para retinoblastoma. Ele foi retomado em Minas Gerais por meio de um trabalho nosso, em parceria com a Santa Casa de BH – que eu parabeno pelo trabalho de excelência. Hoje nós temos tratamento avançado para retinoblastoma, salvando os olhinhos de muitas crianças em Minas Gerais.

Então deixo aqui esses exemplos para dizer que a prestação de assistência à saúde em Minas vai de mal a pior. A gente esperava que as propostas do governo do Estado que aportassem aqui através de projetos do governador visassem à melhoria do serviço, à melhoria e ao incremento do atendimento, e não que sacrificassem, cada vez mais, os servidores públicos, já tão sacrificados, tão penalizados. Eu acho que essa realmente é uma postura cruel.

Vocês já têm o meu voto favorável, mas eu peço que todos os pares aqui possam nos ajudar. Que a gente possa votar contrariamente ao PL nº 2.238/2024, que visa, aos poucos, ao desmonte do Ipsemg, que é um direito, um patrimônio dos servidores, para frear mais essa crueldade contra eles. O Ipsemg precisa realmente receber propostas para a melhora da qualidade do atendimento, e não para o seu desmonte nem para a sua destruição. Quero parabenizar todos vocês, servidores, Sind-UTE, sindicatos, todos que estão aqui lutando para garantir os seus direitos. Quero também deixar aqui o meu posicionamento favorável a todas as pautas de interesse da educação que venham a aportar neste Plenário. Parabéns, contem comigo. Valeu, gente. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Elismar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – É lamentável que muitos – não por alguma deficiência física, mas pela incapacidade de ter sensibilidade para o que está acontecendo – estejam se fazendo cada vez mais surdos aqui. Ontem eu apelei até para a mandinga. Pedi a todos os santos, aos orixás, mas o coração do líder João Magalhães, nosso deputado, não amoleceu. Saímos daqui tarde – eu e a deputada Beatriz –, e rendemos também a presença do Cleiton, dos deputados que ali estavam.

Eu estive em Januária, há poucos dias, na escola quilombola da comunidade do Alegre II. Já era noite quando o diretor, muito conhecido, chamou ali as ASBs. Ele me perguntou ao final: “São 400 alunos, 3 turnos. Você sabe quantas ASBs trabalham aqui, nesta escola que tem até plantação de mamão por gotejamento, tem horta, tem segurança alimentar, inclusive alimento que vem de sementes crioulas, que conserva também a ancestralidade do povo?”.

Eu respondi: “Não sei quantas”. Aí, ele falou: “Pasmem! Para cuidar disso tudo aqui, de 400 alunos e professores são sete ASBs”. Eu lembrava que a ASB para Zema é igualzinho a quando ele paga... Aliás, quando paga, não é? Porque ele tira a onda que paga, mas não paga. Vá à loja mequetrefe do Zema que vocês vão ver. O cabra está aplicando a regra da loja mequetrefe no Estado. É mequetrefe Zema! Porque, nas lojas, não sei o que é... Parece-me que ali é fachada, mas eu sei que o negócio tem posto de gasolina, tem tudo. Mas vamos voltar às ASBs da comunidade quilombola de Alegre, em Januária.

Eu ouvi uma das ASBs, Leninha, dizer assim – e estava junto ali com o Padre João: “Deputado, não deixe que esse Zema arranque de nós a assistência do Ipsemg”. E aí eu fui fazer o cálculo com ela. O cálculo é simples. Ela tem um salário de aproximadamente R\$1.450,00 e paga hoje R\$128,00 para os dependentes, mas, na proposta do Zema, vai ter que pagar R\$360,00. Faça o cálculo aí, deputado João Magalhães! Eu sei quanto custa um pacote de arroz, eu sei quanto custa um pacote de feijão, eu sei quanto custa aquela caixinha de leite. Há gente aqui que não sabe e acha que leite surge dentro da caixinha.

Pois bem, eu tenho certeza de que Zema está trazendo a insegurança alimentar para o lar de mais de um milhão de servidores numa tacada só. Esse cabra é um cabra que merecia mesmo sabe o quê? Que a gente estivesse aqui votando o impeachment. E olhem que eu nunca imaginei subir a uma tribuna para dizer que Zema merece o impeachment. Sim, porque essa é a arma da direita. Mas a gente tem que usar as armas deles também contra eles mesmos. Se é que age pensando que está cuidando muito mal e porcamente das suas lojas mequetrefes, ele aplica a regra neoliberal? Por que, gente, o que é neoliberalismo? O Estado inteiro no bolso de alguns. Estado nenhum. Eles até ousam falar “mínimo” para os que sustentam o Estado. É isso.

Então a regra neoliberal é cuspidada e escarrada a paisagem jocosa de um governador que ri da cara dos outros enquanto lava a louça na pia. Um dia desses eu até pensei em pedir uma auditoria. A gente tem que auditar para ver se Zema está lavando aquele pratinho mesmo, porque acho que aquilo é falso demais! Eu nem acredito que ele lava aquele prato e acho que nem comeria naquele prato: um prato da falsidade. Por quê? Porque o prato que Zema está oferecendo ao servidor é um prato vazio, é um prato sem condição de segurança alimentar, é um prato que não dá dignidade ao servidor que precisa procurar o Ipsemg para se tratar, é um prato da maldade que oferece uma paisagem e que devolve com a tristeza de retirar daquele que está salivando para se alimentar. É com essa expressão simples do povo que a gente precisa explicar o que os servidores estão tentando falar há meses. Há meses os servidores do Sind-UTE, sindicalizados ou não, e os servidores da educação estão aqui se lamentando na porta da Assembleia. Passou a eleição, e parece que esses deputados não aprenderam nada. Sabem por quê? Porque a gente descobriu que eles compraram a reeleição. As Emendas PIXs lavaram as consciências, e o povo feito besta caiu.

Deputado Eduardo Azevedo – eu não posso confundir com o Azeredo, porque senão vão pensar que você já foi governador –, eu usei a expressão aqui e dirigi-me a V.Exa. para dizer que 84% dos prefeitos reeleitos, 84% dos prefeitos eleitos foram reeleitos por influência das Emendas PIX. E, ontem, a CGU, a Controladoria-Geral da União, mandou recado para quatro municípios mineiros, um deles é o Município de Araponga. As obras sequer começaram, deputado Roberto Andrade – obra que não sai do papel, mas o dinheiro já foi para o bebeléu.

Ontem, eu aprendi com o deputado Roberto Andrade que “mequetrefe” não é só coisa sem valor; “mequetrefe” é aquela pessoa também xereta. O que o Zema foi xeretar no governo de Estado, Roberto Andrade? O que ele está xeretando lá, se ele não sabe nem cuidar das lojas mequetrefes? Ele quis se arvorar em político e agora provoca essa maldade.

Eu só queria dizer, gente, que, quando dirigimos a palavra a Zema, que é um fantoche, estamos nos utilizando de metáfora, porque, na verdade, quem está por trás do Zema é um grupo de muita maldade. Quem está interessado em pegar o patrimônio do

Ipsemg, que está aqui no hipercentro, que está lá em Araxá, é quem está comandando o governo Zema. De vez em quando, essas pessoas se esquecem de botar a máscara e colocam a cara para fora. Aconteceu assim com o Salim Mattar, mas Salim agora está interessado no México, em abrir umas lojas por aí, pela América Latina, ele está doido para entrar com o “Trampa” lá nos Estados Unidos; o negócio dele agora é ser internacional. Mas o Zema continua sendo comandado.

Eu estou coordenando uma audiência pública sobre as ameaças das mineradoras na Serra do Botafogo, de Ouro Preto, e está ali patente que ele sucateou todos os órgãos, aparelhou o Instituto Estadual de Florestas, aparelhou aqueles órgãos que têm responsabilidade pelo licenciamento ambiental e está agora querendo quebrar... Quem ainda ousa dizer que o Estado precisa de servidor para executar política pública? Ele não quer o Estado, porque ontem ele disse que trabalhador tem que continuar a combinar com o dono, é o dono do negócio que tem que combinar. Se o trabalhador quer trabalhar... É um casamento, e só casa quem quer. Como um ser abominável desses governa o Estado de Minas Gerais?

Nós nos revezaremos em luta para não deixar de falar, de denunciar a canalhice que está por trás desse projeto de lei. Portanto, eu peço, presidente, que a gente possa adiar a votação e, se possível, pedir o impeachment de Zema e rasgar, botar fogo nesse projeto de lei dos infernos.

O presidente – Obrigado, deputado Leleco. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde. Quero cumprimentar o presidente, a presidenta Leninha, os colegas deputados e deputadas. Quero também saudar os servidores e servidoras que estão aqui resistindo, nos impulsionando, porque a nossa presença aqui, na Casa, é para mexer com as estruturas. Sem vocês, com certeza, a nossa caminhada é muito mais dolorosa; vocês aquecem a nossa resistência.

Gostaria de dizer que estou aqui para encaminhar pelo adiamento dessa votação. Não só o adiamento; minha posição não é pelo adiamento. É um absurdo que, no momento que estamos vivendo – vendo as regalias do Estado ao abrir mão de receita –, tenhamos que estar nesta Casa discutindo. É um absurdo que, no momento em que estamos vivendo, vendo as regalias do Estado ao abrir mão de receita, tenhamos que estar, nesta Casa, discutindo tirar direito de servidores. O que eu acho mais grave e desumano é tirar direito daqueles que já estão no momento mais vulnerável. Nós estamos falando de previdência. Nós estamos falando de cuidado com aqueles que doaram a vida para que o Estado funcione. Quando veem o Estado funcionando, muitas vezes, fica invisibilizado o papel do servidor público. Aqui, na Casa, quem seríamos nós sem os servidores da Casa? O Estado, o governador Zema, deveria reconhecer também que inclusive, para ser governador, ele precisa, indiscutivelmente, dos servidores públicos com saúde, com condições de trabalho, com condições de seguir na velhice. A retirada de direito de servidor não é só perversa, maldosa, é uma estratégia de diminuição do Estado; desincentiva, inclusive, as pessoas a fazerem concurso público.

Nós estamos incentivado a nossa juventude a estudar, a contribuir para o Estado, porque passar no concurso público é muito desafiador. A gente tem visto órgãos, como a Fundação João Pinheiro, que colocam excelência no mercado, colocam pessoas excelentes para servir o Estado. Mas quando ele precisa de atendimento de saúde, pago com o salário do servidor... Quando a gente pega os dados trazidos – muito bem feitos pela nossa turma do bloco – mostrando quais as mudanças que serão feitas, vamos ver que todas elas jogam no lombo do servidor a responsabilidade, inclusive pela má gestão do Ipsemg.

Foi usado o recurso do Fundo do Ipsemg para pagar dívidas, e agora o governador se acha, acha que Minas está nos trilhos, porque esse é o discurso do governo. Mas ele só joga a bomba para a Assembleia Legislativa, tirando direito de servidor, tirando direito da aposentadoria.

E as denúncias que nós trouxemos aqui... Para você que está em casa acompanhando: centenas de servidores estão, aqui, na Assembleia, defendendo o Ipsemg; defendendo a previdência dos servidores; defendendo o hospital que atende aquele servidor seu que está em casa, aquele servidor que o atende na escola, aquele servidor que o atende nos equipamentos de assistência social, aquele servidor que atende as mulheres na delegacia. Esta Casa, neste momento, está discutindo o futuro dos servidores.

O projeto encaminhado, senhores e senhoras – estou falando para quem está em casa agora, para quem está acompanhando a gente, em quase 200 cidades –, quer aumentar a cobrança, no salário do servidor, dobrando o valor que eles pagam hoje de contribuição para a manutenção do Ipsemg. Mas por que não justifica? Ele quer aumentar de R\$30,00 para R\$60,00. O teto da contribuição de R\$275,00 vai para R\$500,00.

Nós estamos falando, gente, que muitos dos servidores públicos... Eu sou educadora infantil e sei o quanto o professor, muitas vezes, tira do bolso para dar aula, para incrementar a sala de aula, para incrementar as aulas. Nós vemos, de perto, o desafio para as delegadas atenderem as mulheres que sofrem violência doméstica. Na delegacia da minha cidade, a delegada tinha que levar o computador de casa, porque não tinha computador lá. Os servidores passam uma humilhação, e debitam em seus salários, todo mês, a manutenção do Ipsemg. O que foi feito com esse recurso? Os trabalhadores estão, aqui, defendendo patrimônio público, esse que o governador quer vender, do qual quer abrir mão. Ele não responde ao problema de gestão, à dívida que tem com os servidores.

Nós estamos aqui desde cedo. Há dias nós estamos aprendendo muito. Estou vendo a deputada Beatriz Cerqueira, que tem nos orientado sempre sobre esses absurdos. Esse é um projeto de lei nefasto, mas há outros na Casa, e nós estamos lutando para mostrar para o povo mineiro que nós defendemos o servidor público, que nós queremos, sim, que o serviço que chega à casa das mães chefes de família seja mantido.

A obstrução que nós estamos fazendo nesta tarde mostra ao governador que nós temos argumento, nós temos base social organizada para defender o serviço público a partir do trabalhador que está atrás desse serviço. Defender o serviço público é defender os trabalhadores que vieram a esta Casa, que estão há quase oito anos acompanhando um governador inimigo desse serviço, inimigo dos trabalhadores.

Quero seguir lembrando algo que já foi dito, mas é importante: esse projeto pretende aumentar a contribuição dos dependentes de até 21 anos, que não pagavam e passam a pagar. A gente trabalha, inclusive, para estender o benefício aos nossos filhos. Agora eles vão passar a pagar R\$60,00. Isso diz que o servidor público não pode mais formar família, não é, deputado Leninha? Se você tem filhos, terá que pagar R\$60,00 por filho para ter acesso ao Ipsemg. O Ipsemg é serviço público. Devemos cuidar de quem cuida. Isso é um absurdo. É muito grave. E esses que estão por aí fazendo discurso de defesa da família não pensam na família dos servidores, não querem que servidor tenha família, não querem que haja servidor no Estado. É uma vergonha.

Nós estamos aqui há horas dizendo isto: temos um governador inimigo das famílias, temos um governador inimigo dos servidores públicos, temos um governador dilapidando o Estado, entregando os imóveis públicos do Estado para a iniciativa privada. E ele não faz isso preocupado com você que é mãe e deixou seus filhos na escola, filhos acolhidos pelos professores; não faz isso preocupado com os usuários dos serviços de assistência social. Muito pelo contrário.

Eu, como mãe, mãe solo, moradora de periferia, onde eu fiz questão de me manter, eu sei a diferença que faz um estado que cuida dos servidores, e, por isso, presidente, colegas deputados, não votem esse projeto. Vamos enterrar isso, porque o interesse do governador é contra o interesse do povo. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Andréia. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Boa tarde, presidente e caros colegas. Boa tarde também aos servidores e servidoras presentes na galeria nesta tarde, acompanhando este debate muito importante, não só para esclarecermos o que está acontecendo com o projeto, mas também para de fato debatermos as injustiças colocadas na proposta.

Primeiro, eu falo de um lugar... Eu fui servidora da educação durante mais de 10 anos. Fui professora, estive em sala de aula, portanto eu fui beneficiária do Ipsemg por um bom tempo. Naquela época, com certeza era outro instituto. A qualidade da oferta do serviço e o saneamento das contas do instituto eram outra história. Nós sabemos que o problema do Ipsemg não é deste governo, mas de governos anteriores que sucatearam o instituto de previdência e que, inclusive, arrombaram e tiraram dinheiro desse instituto para pagar outras contas do Estado. Esse desequilíbrio de contas não é deste governo, mas, infelizmente, este governo traz uma

proposta que, na nossa avaliação, não só penaliza, mas inviabiliza o atendimento à saúde e continuidade da previdência no próprio Estado.

Nós estamos falando que o futuro do instituto, da forma como está colocado, está fadado ao fim. Está fadado a, de fato, exterminar o atendimento à saúde pública do servidor do Estado de Minas Gerais. Claro, nós estamos falando também de um projeto que demorou a trazer a transparência real e necessária para construirmos um caminho de negociação, porque nós não estamos aqui obstruindo por obstruir. Nós queremos construir um caminho, mas o caminho tem que passar, primeiro.

O governador precisa entender que não dá, gente. Nesta Casa, nós lutamos muito para que a recomposição das perdas inflacionárias dos servidores fosse considerada. Chegou um projeto de lei com 3%. Nós fizemos muita luta aqui, e esse projeto foi para 4,62%, ou seja, muito, mas muito abaixo da inflação. Agora, o governo traz uma proposta que praticamente retira aquilo que a gente lutou para recompor no desconto do percentual da previdência. Ora, dá uma migalha com a mão e retira um bolo inteiro com a outra mão? Aí não dá. A gente precisa conversar sobre isso. Conversar sobre isso é dizer que a gente precisa entender, inclusive, o que será o futuro da previdência. A gente não acredita em um projeto que não traz claramente como será.

Como eu fui beneficiária e vi, ao longo dos anos, como o sistema foi sucateado, não dá para a gente entender. Grande parte dos prestadores de serviços do Ipsemg, no interior, não presta mais o serviço quase em nenhuma especialidade. As pessoas estão ficando meses para conseguir uma consulta no instituto. Os prestadores do serviço do Ipsemg têm cota mensal: são dez consultas para ortopedia, dez para oncologia. A gente vem acompanhando, inclusive, esse sucateamento e essa péssima qualidade do serviço do Ipsemg. Claro, nós entendemos que isso tende a piorar. Não é fazendo-se uma reforma, aumentando-se o percentual que teremos a garantia de que o serviço vai melhorar. Uma coisa é apresentar um projeto e dizer: “Olha, em relação a esse desconto, nós vamos então aumentar as especialidades em todas as unidades que são parceiras do Ipsemg”. Isso sem contar que a gente tem uma única unidade hospitalar, em Belo Horizonte. Nós, que estamos no interior, no que se refere às pessoas que precisam fazer um procedimento rápido, escutamos claramente o prestador do Ipsemg falar: “Não, tem que esperar, porque a cota acabou”. “A cota acabou e só há cota para o mês seguinte?” “Não, no mês seguinte também não dá, é para a cota daqui a três meses.”

Nós estamos falando de um sistema que precisa cuidar dos servidores. Estamos falando de um sistema em que a saúde das pessoas deveria ser colocada em primeiro lugar. O que nós estamos denunciando, no sentido da baixa transparência ou da falta de transparência, é uma coisa que eu escuto muito. Um deputado que me antecedeu – não me lembro qual – falou das auxiliares de serviços de educação básica, as famosas ASBs. A gente visita muitas escolas e a realidade é igual em todo o Estado de Minas Gerais. Essas servidoras que prestam um serviço tão importante na unidade escolar, que limpam o chão, que acolhem os alunos, que fazem a merenda, que cuidam das pessoas, têm um salário de R\$1.466,59. Estamos falando de R\$1.466,59. A grande maioria são mulheres que chefiam sua família. Em sua grande maioria, precisam fazer empréstimo para poder equilibrar suas contas e, para a grande maioria, vem no contracheque menos de R\$700,00. Nós estamos falando de uma grande parcela de servidoras... Em qualquer lugar deste estado, em cuja escola você entra, você escuta o lamento, você escuta o pedido de socorro das ASBs em função das condições colocadas por este governo. Nós estamos falando e estamos apresentando um caso claro: uma servidora de 58 anos de idade, que recebe R\$1.466,00, por exemplo, com marido e três filhos, pagará 184% a mais. A sua contribuição atual, que é de R\$128,41 passará para R\$365,20.

Vejam: a pessoa recebe R\$1.466,00 e pode ter um desconto de R\$365,20 segundo a nova tabela apresentada pelo governo. Essa servidora, que já está tão desvalorizada pelo não reconhecimento do seu trabalho, terá condição de manter um instituto de previdência para, na hora da doença, contar com o serviço? É claro que não, gente, é claro que não. Um salário de R\$1.000,00 hoje para comer, para se divertir – olhe lá, se puder –, para manter as despesas normais da casa, como água e luz, enfim, para algum imprevisto que acontece... É claro que isso inviabiliza; isso mostra, mais uma vez, que a tabela proposta pelo governo ataca

profundamente as ASBs, as que recebem o menor salário deste estado. Então nós estamos falando de uma categoria que já está empobrecida, que o sistema já empobreceu, que não tem reconhecimento nem valorização. E essa categoria vai sofrer ainda mais.

Além disso, nós acompanhamos que o governo também quer vender o patrimônio do Instituto de Previdência. Só em Belo Horizonte, em áreas nobres, são seis prédios. E nós estamos falando disso porque se pode esconder, de fato, o verdadeiro interesse do governador. É um patrimônio dos mineiros e das mineiras, um patrimônio construído ao longo dos anos, que agora o governador quer vender. Nós estamos falando de imóveis localizados em áreas nobres de Belo Horizonte. Nós estamos falando de um governador que não apresenta os impactos financeiros dessa mudança. Então nós queremos obter o projeto por completo e entender o que ele representa em relação ao futuro. Mais do que isso, nós entendemos que isso demonstra a perversidade, mais uma vez, deste governo, que tapa os olhos e tapa os ouvidos para não escutar o lamento dos servidores e das servidoras, que não enxerga a realidade espalhada por todo este estado.

Uma questão fundamental, importante e séria: o que muda com o projeto de lei? O Estado, hoje, precariamente, ainda consegue, por exemplo, fornecer próteses e órteses às pessoas que precisam. Esse projeto prevê a exclusão do fornecimento de próteses, órteses e cadeiras de roda. Nós estamos falando da qualidade de vida das pessoas que estão em condições precárias de saúde. Nós estamos falando de pessoas que precisam de cadeira de roda. Nós estamos falando de pessoas que precisam de uma prótese para se locomover e viver melhor. Nós estamos falando que, de forma silenciosa ou escamoteando a realidade, o governo quer acabar com o que a gente ainda consegue garantir: dignidade e cidadania para nosso povo. Por isso o nosso bloco se mantém firme, de pé, aqui, para enfrentar o debate, enfrentar o governador com seus projetos perversos e, para isso, a gente não tem dúvida do nosso posicionamento. O nosso posicionamento, de fato, é contrário a esse projeto, que afeta milhares de vidas e pessoas e, de modo muito especial, as pessoas mais pobres. Não dá para entender essa conta. Como a gente disse, é uma conta que o governo absorve os grandes e os ricos e seus projetos ele alivia, mas, em relação aos pobres, penaliza-os. Então o nosso posicionamento nesta tarde, nesta Casa, durante esses dias, é contrariamente a esse projeto. Muito obrigada, presidente.

### **Prorrogação da Reunião**

O presidente – A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 19h59min. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Celinho Sintrocel.

O deputado Celinho Sintrocel – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os presentes na galeria. Eu não poderia deixar de vir à tribuna para também manifestar a posição do nosso mandato em relação ao Projeto de Lei nº 2.238/2024, que trata do Ipsemg, o instituto que atende os servidores do Estado.

Eu quero dizer a todos e a todas que eu estou aqui, neste Parlamento, há quatro mandatos. Nestes quatro mandatos, eu fiz o compromisso, com todos os servidores e todas as servidoras, trabalhadores e trabalhadoras, de não votar contra o trabalhador e a trabalhadora. Esse é um princípio meu por ser sindicalista e estar deputado.

Mas hoje eu venho aqui manifestar a minha contrariedade ao projeto que está tramitando nesta Casa e trata dos servidores do Ipsemg. Há muito tempo eu venho recebendo inúmeras reclamações de todos os servidores da região onde está a minha maior base eleitoral: o Vale do Aço, o Vale do Rio Doce. Todos os dias eu recebo reclamação de aposentados, aposentadas, servidores da ativa, dependentes de servidoras que procuram o Ipsemg, a rede credenciada, para buscar um procedimento médico e, na maioria das vezes, não conseguem o atendimento. Não conseguem o atendimento por qual razão? Alega o prestador de serviço que o teto do Ipsemg, o teto limitado para atendimento, já está esgotado. Chegamos à triste realidade de servidores de Ipatinga procurarem o único hospital credenciado no Vale do Aço e em todo o colar metropolitano para atendimento aos servidores do Ipsemg, o Hospital Márcio Cunha, todos autorizados a serem atendidos, às 2 horas da manhã do dia 1º de cada mês, para garantir um atendimento. É um absurdo: deslocam-se da sua casa, dormem na fila de um hospital para conseguir atendimento. O hospital começa a fazer a marcação dos

atendimentos procurados, e, simplesmente, em 1 hora, esgotam-se todos os pedidos, e os servidores e servidoras voltam para casa sem marcar o seu atendimento médico porque já não há mais cota para poder garantir esse atendimento. Triste realidade!

No governo passado, a situação era pior ainda. Quando o governador Pimentel estava aqui, no Estado, eu lhe fiz um apelo para que credenciasse um hospital, e a realidade do Vale do Aço era outra: não havia nenhum hospital quando nós conseguimos credenciar o Hospital Márcio Cunha. Agora vivemos essa questão de teto. Não há atendimento porque não há teto para atender, não há recurso. Procurei, então, várias vezes discutir o assunto com o presidente do Ipsemg, e ele me disse que mandaria para a Casa um projeto de lei para que pudéssemos buscar uma solução e enfrentar a situação que todos os servidores estão vivendo no nosso Estado de Minas Gerais. Deparamos, então, com o Projeto de Lei nº 2.238, que tem o propósito de melhorar o Ipsemg. Mas a gente, ao ler, ao conhecer o projeto, observou que há muitas colocações, muitas proposições que trazem a todos nós preocupação. Uma das maiores é em relação ao reajuste proposto nos valores pagos pelos servidores e em relação àqueles que não pagam e passarão a pagar. Nós entendemos que os valores propostos podem, sim, comprometer a realidade do servidor público, do aposentado, da aposentada em relação ao teto colocado, podendo eles receber até o seu salário zerado por estar todo comprometido com o pagamento do Ipsemg.

O que nós estamos buscando nessa luta de discutir o projeto, de fazer todo esse processo de obstrução? Nós estamos entendendo a necessidade de que o governo de Minas, através do presidente do Ipsemg, através do secretário de Governo, possa ouvir mais o Parlamento, possa ouvir as demandas, as sugestões que os deputados e as deputadas têm para que possamos melhorar o projeto de lei. Assim, entendendo que as melhorias foram boas e vão dar maior segurança aos servidores e às servidoras em relação ao atendimento, a gente certamente estaria pronto até para discutir a votação do projeto.

Então o nosso apelo é no sentido de que o governo abra uma negociação, discuta, para a gente entender a melhor forma de melhorar o serviço do Ipsemg e garantir, de fato, o que o servidor e o que a servidora querem: garantir atendimento médico-hospitalar, garantir ampliação de rede hospitalar para atender os servidores e servidoras, para atender os seus dependentes no momento em que eles mais a procuram. Nós estamos defendendo que deve haver a garantia de ampliação de credenciamento de rede, de clínicas, de hospitais, de médicos, de especialidades médicas. E essa realidade não é a que nós estamos vivendo. Faltam muitas especialidades de assistência médica para os trabalhadores e as trabalhadoras buscarem no seu dia a dia, quando necessário. É isso que nos assusta.

É essa proposta que nos deixa, de certa forma, impedidos de votar a favor do projeto de lei que está agora colocado em votação na Casa. Nós estamos aqui defendendo os salários dos servidores públicos, a valorização dos servidores públicos cada dia mais. Mas o que está sendo feito não é isso. O que está acontecendo é que os servidores públicos estão sendo, cada vez mais, desvalorizados; os servidores públicos, cada vez mais, estão tendo seus setores de serviço precarizados. Eles estão desmotivados. Como já foi falado nesta Casa, se as coisas continuarem dessa forma, dada essa realidade que estamos vivendo, nós veremos um apagão no serviço público aqui em Minas Gerais.

O Ipsemg tem uma importância muito grande na vida de todos os servidores. É esse instituto que pode garantir uma vida, que pode salvar uma vida, assegurando atendimento médico quando necessário, atendimento hospitalar quando necessário. E hoje não está acontecendo isso. Precisamos muito dessa segurança, precisamos muito que, de fato, esse projeto de lei traga garantia aos servidores públicos. Eu aqui me pergunto: onde, nesse projeto de lei, está sendo garantido que vão credenciar mais hospitais no Vale do Aço? Onde está, no projeto de lei, a garantia de que vão ser credenciadas mais clínicas para atendimento, que vão ser ampliados os tetos de atendimento para os servidores e para as servidoras junto à rede credenciada? Precisamos dessa transparência. Nesse sentido, eu acho que tanto o governo quanto o Ipsemg precisam, de forma equilibrada, conduzir a votação de um projeto tão importante, um projeto que podemos melhorar.

Nós fomos aqui também alertados com relação ao patrimônio que o Ipsemg tem. O projeto de lei ora colocado dá poderes para que todos os patrimônios do Ipsemg sejam alienados. E é isso que também traz uma preocupação para todos nós. Há necessidade de mudança, há necessidade de alteração? Se existe, é com diálogo que nós podemos melhorar isso no projeto e, assim, até votá-lo.

Neste momento, da forma como ele está sendo colocado, todas as emendas apresentadas por nós, em todas as comissões em que o projeto tramitou, foram rejeitadas – nenhuma emenda que o nosso mandato, que o Bloco Democracia e Luta apresentou foi acatada. E o que a gente quer tanto é melhorar o projeto, garantir que os imóveis do Ipsemg não sejam alienados; é tentar melhorar essa questão do teto, para que o desconto não faça com que o servidor receba um salário zerado, um salário tão baixo. E o custo do Ipsemg, de certa forma, vai fazer com que os trabalhadores recebam salário zerados. Por isso, o nosso mandato deixa aqui também a manifestação de voto contrário, neste momento, ao projeto, dadas as razões alegadas e as preocupações levantadas por todos nós.

É esta a minha manifestação e meu encaminhamento, presidente. Agradeço a todos a oportunidade de me manifestar no Projeto nº 2.238/2024.

O presidente – Obrigado, deputado Celinho.

### Questões de Ordem

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estamos fazendo um debate importante de um projeto de lei que representa tanto na vida dos servidores, mas como, infelizmente, nós vemos que não há quórum, eu queria pedir o encerramento de plano para que possamos dar continuidade na próxima sessão.

A deputada Chiara Biondini – Peço recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Adriano Alvarenga) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 43 deputados. Portanto, há quórum para votação. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Obrigado, presidente. Queria aproveitar a presença dos nobres deputados e deputadas, para que a gente pudesse, de alguma forma, partilhar melhor esse projeto quanto às reflexões que a gente tem feito ao longo desses meses em que o projeto tramitou nas comissões. Estamos falando de um governo, meus amigos, que não buscou mediação em nenhum momento, seja para encaminhar o projeto aqui em discussão com as categorias, com seus servidores, seja no respeito e na legítima função de construí-lo junto à Assembleia Legislativa. Em cada uma das comissões, tirando obviamente a Comissão de Constituição e Justiça e algumas pequenas mudanças, em nenhuma das demais comissões foi feito o devido debate, o aprofundamento, a análise. Houve a total falta de transparência e oportunidade na mediação de um projeto, de modo que o governo pudesse olhar e dizer que queria algo para melhorar o Ipsemg, para oferecer aos servidores algo que fosse digno.

Mas não foi isso que o governo fez. Ele está impondo uma proposta que penaliza os servidores, a partir de uma justificativa de que o Ipsemg vive um déficit, não tem condição de oferecer o seu serviço, precisa aumentar. Parece que é simples sair de R\$33,00 hoje a contribuição do piso para R\$60,00. Parece que essa imagem prevaleceu, ao longo do tempo, nos debates e, de alguma forma, facilitou a vida de cada deputado e deputada para justificar para os servidores e para a sociedade que precisa mudar, que precisa reajustar para que, dessa forma, o Ipsemg tenha recursos para melhorar o seu serviço prestado, o que é uma mentira. Tivemos total falta de transparência ao longo deste debate, como, por exemplo, quanto à falta do impacto financeiro e orçamentário que isso poderia representar. Nem na comissão de mérito, de que nós participamos, nem na de fiscalização financeira, isso foi apresentado pelo governo para que a gente pudesse fazer o confronto, o debate, a análise e, de fato, apresentar propostas, deputados e deputadas, que pudessem, de fato, ser um olhar de compromisso com os servidores.

Então eu não tenho dúvida aqui em afirmar que o projeto, como foi apresentado e como chegou ao Plenário, prejudica e vai prejudicar e muito a vida do servidor, sobretudo aquele que depende desse serviço do Ipsemg, aquele que hoje já tem sido penalizado, porque a política do governo tem sido de sucatear, de deixar de lado, para que todos, de alguma forma, cheguem a criar a percepção de que o serviço está ruim e precisa de uma mudança. Mas não é essa mudança que é nefasta, que penaliza, que aumenta a tabela

divulgada aqui, muito bem compartilhado por cada um dos nossos deputados e deputadas do bloco, amplamente debatida por cada um dos nossos deputados nas comissões, liderada pela nossa companheira, deputada Bia, e tantos outros deputados que estiveram nas comissões de Constituição e Justiça com o nosso deputado Lucas Lasmar e o deputado Jean; na Comissão de Administração Pública com o Professor Cleiton e a deputada Bia; na Comissão de Fiscalização Financeira com a nossa presença, do deputado Cristiano e sempre da deputada Bia ali defendendo, sempre compartilhando aquilo que realmente vai penalizar o servidor.

Se esse discurso, se essa comprovação, não sensibiliza o governo, não faz com que o governo busque uma mediação, sente-se na mesa, apresente uma proposta e faz com que a gente chegue, neste momento em Plenário, promovendo um desgaste que seria desnecessário a cada um dos deputados, ficar três horas debatendo algo aqui que poderia ter sido resolvido num diálogo, na mesa, nas comissões... Mas isso não foi possível com o governo. Então, dessa forma, que esse debate pudesse promover e sensibilizar cada um dos deputados e deputadas aqui, que essas duas, três horas de debate fizesse com que cada um e cada uma se aprofundasse naquilo que o governo tenta esconder.

Qual o debate que ele chamou para fazer? Qual a informação que o governo trouxe? Nenhuma! Não houve debate, houve a nossa discussão, houve a discussão de cada um dos deputados da oposição nas comissões, apresentando as contradições, os problemas, os impactos que isso causará na vida do servidor, que vai depender e depende do serviço do Ipsemg. Não é um simples voto de que vai aumentar de R\$30,00 para R\$60,00. O teto familiar de R\$275,00 vai passar para o servidor, podendo ser cobrado sobre dois cargos. Imagine um servidor de R\$2.000,00, R\$3.000,00, que hoje pagava R\$60,00 e vai pagar R\$275,00, tendo que multiplicar isso para a sua família.

Agora, o governo se negou a debater isso porque é o que o governo faz a todo momento, é o que nós estamos vivendo nas nossas estradas. O governo sucateia, larga, não investe. A população, obviamente, começa a reclamar porque cada vez mais estradas e estradas estão esburacadas. Ele vem com uma proposta, que não é de investimento ou de recapeamento ou para resolver. Ele vem com a privatização, ele vem com esses pedágios caríssimos que nós estamos vendo. Inicialmente isso tem um impacto na vida do cidadão, que reclama justamente, mas, ao longo do tempo, ele vai esquecendo, e o governador posa como a solução, como ele, ao longo do tempo, vai resolvendo todos os problemas sustentados até hoje. Depois de seis anos no governo, ainda naquela história do governo passado que atrasou o repasse e que ele não atrasa, mas aumentou a dívida com a União até hoje. Então a conta não fecha.

Essa história pode servir até certo ponto para uma construção, que está caindo cada vez mais, da aprovação do atual governador, mas ela não pode ser incorporada neste Parlamento, aceita pelos deputados e deputadas. Estes, sim, têm compromisso com a base; estes, sim, vivenciam o dia a dia em cada uma das cidades e conhecem servidores, conhecem professores, conhecem familiares, conhecem diversos servidores de várias categorias e sabem que é preciso, de fato, discutir, pensar numa solução, mas onde o Estado tenha disposição de entrar para resolver o problema do Ipsemg. Não é transferir o problema aumentando o repasse dos servidores. O mesmo Estado de um governador, que aumenta o seu salário em 300%, que dá um aumento de 4% para os servidores, agora vai tirar mais do que isso aumentando o Ipsemg. Então isso é injusto! É penalizar o servidor sem colocar a mão na consciência e estudar algo que está claro aqui.

Por que o governo não debate? Por que o governo não sentou nas comissões, debateu e confrontou os questionamentos que foram feitos? Por que ele não fez isso? Porque ele está escondendo a verdade. Ele não quer assinar embaixo, admitir que esses pontos sobre os quais nós estamos falando vão prejudicar. Como o servidor ainda não foi prejudicado, essa cobrança ainda não aconteceu no contracheque dele, muitos não estão aqui, muitos não perceberam o que vai acontecer. Mas daqui a alguns meses, a partir do ano que vem, na hora em que essa conta vier e penalizar o bolso do servidor, eles não só vão descobrir, mas vão começar a cobrar e saber de onde surgiu essa proposta. Ela surgiu, sim, do governo, mas ela não pode ser aprovada aqui.

Por isso, nós estamos usando este espaço de debate, esta mobilização de enfrentamento do Bloco Democracia e Luta para obstruir e chamar a atenção dos deputados para que cada um possa, com a sua responsabilidade, cobrar do governo. Mas como vamos

trazer a solução para essas cobranças que estão sendo feitas? Não é transferindo para o servidor público a responsabilidade que nós vamos resolver o problema.

Talvez a relação que cada um e cada uma aqui têm de compromisso com o governo possa justificar o compromisso de atender o pedido de um governo, mas justificativa maior é cada um e cada uma cobrar do governo a responsabilidade que ele deveria ter de explicar qual é a solução que vai haver na vida do servidor na hora em que ele não tiver condição de pagar esse aumento absurdo que está previsto para acontecer no Ipsemg, e esse suposto aumento de arrecadação não acontecer.

Assim, presidente, o requerimento que nós apresentamos de pedido de adiamento de votação é para que, após este debate e esta provocação, a gente possa ter oportunidade de não só sensibilizar de fato alguns deputados desta Casa para não votarem neste momento, mas também de aprofundar o debate, votar uma solução que não seja a penalização dos nossos servidores, e, sim, a responsabilização do governo para que o Ipsemg seja aquilo que já foi no passado, algo que seja benéfico, que venha melhorar a vida do nosso servidor. Por isso, o Bloco Democracia e Luta continuará em obstrução até que a gente entenda que esse projeto venha beneficiar aqueles e aquelas que servem ao nosso estado. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Rejeitado.

O deputado Ulysses Gomes – Verificação.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação por meio eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que registrem seu voto. A presidência informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “não” do deputado Carlos Henrique. Portanto, votou “sim” 1 deputado; votaram “não” 36 deputados, que, somados às presenças do deputado Ulysses Gomes e do presidente, totalizam 39 parlamentares. Está ratificada a rejeição do requerimento.

– Registrou “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

– Registraram “não”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Paulo (PRD)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PL)  
Enes Cândido (REPUBLICANOS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
João Junior (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Lud Falcão (PODE)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marli Ribeiro (PL)  
Nayara Rocha (PP)  
Neilando Pimenta (PSB)  
Noraldino Júnior (PSB)  
Oscar Teixeira (PP)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PRD)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Santana em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 1 e 15. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Acho que eu já posso dar boa noite a quem está aqui, nas galerias, acompanhando a reunião. Boa noite ao presidente, à Mesa dos trabalhos. Boa noite aos colegas parlamentares. Eu não tenho dúvida de que cada colega aqui entende o lugar de representatividade de cada um de nós. Eu vivi, como dirigente sindical, o fim do Funpempg, que foi votado no Plenário desta Casa, em 2014. Como dirigente sindical do Sind-UTE, eu vi o governo pegar o dinheiro do Ipsemg e colocá-lo no caixa único no final de 2014 – final de governo. Como dirigente sindical, eu também vi a manobra feita por um governo aí do passado que retirou – vamos lembrar – a consulta sobre o Ipsemg da Constituição, o plebiscito sobre o Ipsemg. Enfim, a gente vai vivendo várias etapas.

Como eu disse no início, na minha primeira intervenção, se com um quórum desse, de 66 parlamentares, o governo acabou de conseguir 39 presenças para rejeitar o requerimento de adiamento de votação é porque ele está muito empenhado na aprovação desse projeto. Eu quero fazer um alerta sobre aquilo que não está no projeto. Depois do Ipsemg, vem o IPSM. Então quem entregar a

vitória para o Zema hoje vai ser cobrado a entregar o IPSM depois de amanhã. Isso não vem mais neste ano. Nós já estamos no final de novembro, daqui a pouco a gente vai votar orçamento, PPAG, aqueles projetos prioritários do final do ano. Mas isso virá no ano que vem. O governo pode acertar na tática ou errar de novo, porque a Assembleia está entregando o que ele está pedindo, sempre: na pauta relacionada ao reajuste dos servidores, na pauta do Ipsemg... Corre o risco de entregar a privatização da saúde com o Gehosp, que é o projeto de lei da privatização da Rede Fhemig. Por que o Zema vai se contentar com uma entrega só? Se a gente fizer uma leitura do cenário, não vai vir a privatização da Copasa? Por que alguém acha que a Assembleia, que vai entregar o Ipsemg, não vai também entregar a privatização da Copasa? A gente, primeiro, está diante de uma disputa de projeto nacional – todos nós sabemos disso – para 2026. E o governo Zema precisa entregar, cada vez mais e com cada vez mais agilidade, aquilo que ele julga necessário para se posicionar na disputa nacional.

Então afastar o Ipsemg da sua função social, da sua função assistencial, ou seja, do que é a origem do Instituto de Previdência, no que se refere à saúde vinculada a controle social e à fiscalização feita pelos conselhos deliberativo e fiscal, etc., é importante para o governo Zema.

Nós corremos o risco de ser a legislatura que destruiu o Ipsemg. Mas a sorte, se é que se pode falar de sorte nisso, é que vamos ter dois anos para ver a consequência do desmonte do Ipsemg quando a prestação de serviço não melhorar, porque, com esse projeto, não vai melhorar. Quando a terceirização e a privatização dos serviços no hospital do Ipsemg acontecer... E eu vou lá todas as vezes que houver um serviço a ser privatizado. Há uma visita técnica minha agora, no final de novembro, sobre a privatização do serviço de radiologia, pela Comissão de Administração Pública. Convido todo mundo a acompanhar. Nós vamos conseguir, nos próximos dois anos, fazer o balanço do que não deu certo nesse projeto. Mas a conta fica com a gente na Assembleia, porque a gente é que vai aprovar. A gente que eu falo é o Poder Legislativo que vai votar e aprovar esse projeto. O governo está tão seguro de que a Assembleia vai lhe devolver esse projeto aprovado que não negocia, que não media. Ele está tão seguro dessa entrega que só está esperando o tempo passar. Quando chegar uma cobrança extra no contracheque da servidora com mais de 59 anos, foi a Assembleia que aprovou. Quando chegar uma cobrança...

Gente, eu acho que não temos dimensão do que é mexer no Ipsemg. Eu fico com essa sensação. Não temos a dimensão do que é o Ipsemg na vida de milhares de pensionistas, de servidores e das suas famílias. Além disso, de como o Ipsemg é a melhor alternativa de tratamento para pessoas com câncer e doenças complexas e de como, depois que o servidor consegue ter acesso e entrar no hospital, o atendimento é bom, necessário e salva a vida das pessoas. Depois desta tarde... Já tem mais de 4 horas que estamos aqui e, pela disposição, nós vamos votar esse projeto daqui a pouco mesmo e não temos a dimensão do que é o Ipsemg em cada canto deste estado nem da repercussão que será para esta legislatura acabar com o Ipsemg. Por quê? Porque, no ano que vem, quando a rede credenciada, conveniada, não se expandir e continuarem as desigualdades regionais, com um atendimento em outra região, com um atendimento muito inferior ou sem nenhum atendimento, nós vamos ver que, dos R\$700.000.000,00 que o governo quis retirar, R\$530.000.000,00 saem do salário dos servidores – e vão sair do salário dos servidores.

O Regime de Recuperação Fiscal é a desculpa para umas coisas; e para outras, não, porque o governo vai aportar R\$170.000.000,00 com o impacto. Não sou eu que estou dizendo. Isso está na documentação que foi entregue à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Tenho três questões de ordens protocoladas no Plenário, e o Plenário vai votar esse projeto sem que eu tenha obtido nenhuma resposta das questões de ordem. O governo Zema cuspiu na cara da Assembleia e está tudo bem. Por quê? Porque a Assembleia derrubou um veto sobre o direito de o servidor aposentado pelo INSS continuar no Ipsemg. Nós derrubamos esse veto em abril. Já estamos em novembro, e o governo está enrolando para implementar. Parece-me que aqui está tudo bem, porque, se votarmos esse projeto e a revogação do art. 85 da Lei Complementar nº 64, retiraremos um direito conquistado pelas pessoas em abril. Essa é a consequência de votar esse projeto hoje aqui, no Plenário da Assembleia Legislativa.

Então, às vezes, precisamos ter paciência e o tempo como um aliado para termos a dimensão da consequência dessa votação, porque, quando você conversa com o servidor... O que vai ser votado aqui é indefensável. Nós vamos ter que nos encontrar com as pessoas contra as quais vamos ter que votar. Daqui a pouco, nós vamos nos encontrar com essas pessoas. Quando o contracheque piorar – porque vai piorar... E, no ano que vem, não há previsão no plano de recuperação fiscal de nenhum reajuste para o funcionalismo. Então vai aumentar o desconto e não vai haver recomposição da inflação.

E aí, quando a Assembleia for tensionada a entregar o IPSM, nós já teremos entregado o Ipsemg. Por que o governo vai ficar satisfeito com o Ipsemg, se ele também quer o IPSM? Ele só dividiu por uma questão tática, que todos nós sabemos. Quando juntou Ipsemg, IPSM e reajuste, juntou muita força do funcionalismo, e o governo não conseguiu administrar. Então, para diminuir a tensão, o governo resolveu o projeto de lei do reajuste, depois, tentou tramitar o projeto de lei do Ipsemg no primeiro semestre – não conseguiu; vai tentar finalizar agora, e depois vem o IPSM.

Então eu já estou alertando sobre o que virá na sequência e estou alertando como nós, deputados e deputadas, todos nós, somos cobrados em relação... Porque uma coisa, gente, é quando a gente não vota a favor de uma emenda sobre reajuste salarial. Você não está tirando do servidor. Quando você não vota a favor de uma emenda que nós apresentamos – o Rodrigues sempre apresenta –, você não está tirando do contracheque do servidor, você está tirando a tensão que a gente poderia fazer para o governo responder melhor às demandas salariais dos servidores, mas você não está tirando do contracheque dos servidores. Esse projeto tira do salário dos servidores, e todo mundo sabe disso, ou porque leu o projeto, ou porque está nos escutando há mais de quatro horas.

Já acabou, não é? Desculpe-me, de novo. Eu estou desatenta ao tempo, presidente. Mas é isso, presidente, eu encerro, porque o objetivo da minha fala já foi alcançado no sentido de alertar sobre o dia seguinte – sempre há o dia seguinte, para todos nós há o dia seguinte –, então eu estou alertando sobre o que vai ser o nosso dia seguinte. Obrigada.

O presidente – Obrigada, deputada Beatriz. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, eu quero fazer um encaminhamento contrário a esse projeto, por tudo o que nós dissemos aqui, ao longo deste dia.

Na minha primeira intervenção, quando eu discuti o requerimento, eu apontei para os colegas um conjunto de sacrifícios que serão colocados nas costas dos trabalhadores e dos servidores. Não é pouca coisa. Nós fizemos aqui a leitura de uma tabela, mostrando que o aumento da alíquota penaliza o servidor; mostrando que o aumento, a cobrança, sobre dois cargos penaliza o servidor; a criação da cobrança do décimo terceiro penaliza o servidor. Colocamos e apresentamos que aqueles servidores que recebem, em média, um salário e que têm companheiro, companheira, e três filhos terão o custo para poder manter o atendimento do Ipsemg majorado em cerca de 80%.

Eu vou contar para os colegas o que vai acontecer. Nós vamos votar isto aqui. Alguém vai dizer: “Olha, vamos ampliar os serviços, vamos credenciar mais prestadores, vamos resolver o problema, às vezes, da desassistência”. Isso não vai acontecer, porque os prestadores de serviços estão sabendo que está sendo votado um projeto que vai colocar recursos no Ipsemg. Imediatamente, esses prestadores irão até a direção do Ipsemg para dizer que eles precisam de reajuste nos contratos, reajuste nas tabelas. Isso não resolverá o problema de desassistência aos servidores que está acontecendo.

Eu disse: “O debate todo está se dando sobre a questão de onde vão buscar a receita”. O governo não tem a disposição de ele próprio financiar isso para o servidor. “Ah, deputado, mas tem dinheiro?” Ele tem dinheiro para banquete, R\$7.700.000,00 nos cardápios, para comer filé *mignon* e para comer camarão. Ele tem dinheiro para cobrir os 300% de aumento para ele, o secretariado e o primeiro escalão. Ele tem dinheiro para dar R\$20.000.000.000,00 de incentivo fiscal. Ele tem dinheiro para dobrar a verba de publicidade e chegar a R\$140.000.000,00 para fazer propaganda e enganar o povo. Não é falta de dinheiro, é questão de prioridade, é questão de cuidar de quem carrega a máquina. Ele tem que entender que nós, agentes políticos, passamos. O Zema passa, o deputado passa, mas o servidor e o Estado permanecem. Agora, o problema é este: durante o momento em que ele está lá, aquele que gosta

muito de falar em acabar com mordomias e de dizer que a esquerda é que gosta de mordomia, ele se lambuzou e seus amigos também se lambuzaram na estrutura do Estado.

Eu chamo os colegas deputados novamente a esta reflexão: nesta Casa, foi votado o benefício fiscal para quem não precisava, porque já eram bilionários. Nesta Casa, foi votado o aumento do recurso para propaganda, foi votado o aumento de 300% para o governador. Aqui, foi votado aumento de ICMS. Será que vai ser votada também a penalização dos servidores, com mais essa mudança, com essa proposta relativa ao Ipsemg? De novo, eu convido os colegas deputados à reflexão: muitos servidores, trabalhadores do Estado são eleitores de V. Exas. Muitos de vocês têm parentes que precisam do Ipsemg, têm amigos, têm eleitores nas suas cidades. Olhe, gente, não dá para este país sempre colocar na conta do trabalhador e do mais pobre todo o problema que ele tem de desmando na gestão dos recursos públicos. É isso que está acontecendo. De novo, eu chamo à reflexão: em que momento nós vamos debater a despesa? Como está sendo feita a gestão dos recursos do Ipsemg? Como está sendo feita a negociação com os prestadores? Como está sendo feita a avaliação da resolutividade de quem presta serviço? Como está sendo feito o credenciamento de forma a priorizar aqueles que são resolutivos? Como está sendo a negociação da CBHPM, das Brasíndices, das OPMEs e tudo mais que nós sabemos que está embutido no custo final da assistência? Ninguém teve essa conversa. Em momento nenhum, o Estado nos apresentou esses números, esses dados. É votar no escuro. Qual o impacto financeiro disso? É votar no escuro.

Eu quero pedir a qualquer deputado que está representando a base do governo que suba na tribuna e me diga: “Cristiano, a receita é essa, a despesa é essa. O contrato com a rede hospitalar é tanto. A despesa com honorário médico é tanto, com taxas e diárias é tanto, com órteses, próteses e materiais especiais é tanto. O que pagamos de material e medicamento no Brasil é tanto”. Ninguém trouxe, ninguém trouxe. Então há um número abstrato, um número mágico para pegar e aumentar as contribuições e resolver o problema do Ipsemg. Qual? De qual tamanho? De qual monta?

Durante todo o tempo em que nós estamos aqui, há mais de 4 horas, ninguém veio à tribuna para trazer essa informação. Olhem, os governos de direita têm esse perfil. Vocês estão acompanhando o debate, na Câmara, sobre a jornada 6x1. Já passou da hora de este país fazer essa discussão, porque os Estados Unidos já discutem isso; a Alemanha já está discutindo a jornada de 4 horas, e por aí vai. A direita e a elite deste país, ao se criar o 13º salário, falaram: “Vão quebrar as empresas”. Quando falaram que a jornada tinha que ser de 8 horas: “Vão quebrar as empresas”. Quando falaram que tinha que ter 1/3 de férias e hora extra: “Vão quebrar as empresas”. Não quebrou nada, pelo contrário, a economia continua muito bem. Agora, inventam um novo fantasma: “Se acabarmos com a jornada 6x1, vão acabar com o emprego”. É o mesmo pensamento político, é o mesmo grupo que tenta trazer agora a retirada de direitos dos trabalhadores, como o de ter minimamente um plano de assistência, porque estão dizendo que eles não conseguem manter. Quem paga a conta é o pobre. O orçamento bilionário do Estado, que serve aos amigos ricos do governador, não pode estar a serviço para garantir uma assistência adequada aos os trabalhadores, servidores e sua família. É disso que estamos tratando aqui, hoje. Agora, nós, parlamentares, teremos a palavra final a respeito disso.

Se o governador não entende, não tem essa sensibilidade, não percebe, nós, parlamentares, podemos fazer isso, está nas nossas mãos, aqui agora, chegando a um momento decisivo. O nosso voto “sim” ou “não” vai dizer como queremos tratar os nossos servidores do Estado de Minas Gerais, como os enxergamos; vai dizer se nós estamos na mesma linha de Zema – dos 300% de aumento, dos benefícios fiscais, do aumento de ICMS, dos banquetes e da verba de publicidade – ou se nós estamos do lado de quem está precisando de assistência.

A gente sabe que a situação do Ipsemg é séria. No laboratório Pardini do Palmares, perto da minha casa, mal começou o mês, Dr. Hely, já existe a placa: “A cota do Ipsemg está esgotada”. Mal começou o mês, e já está esgotada. Não é desse jeito? Para qualquer lugar a que você vai, não há mais cota.

Ninguém discute a gestão, ninguém discute que há outras fontes de recurso. Por exemplo, a gente pode até propor uma emenda para 2º turno para dizer o seguinte... Vocês sabem que o governo gosta de vender a folha de pagamento para banco, não é? E

está chegando a hora de o governo vender a folha de pagamento para banco, o que dá um bilhão e tantos reais. Ora, essa folha pertence ao servidor, é salário do servidor. Doutor Jean, por que a gente não pode propor uma emenda que preveja que o dinheiro decorrente da venda da folha de pagamento seja destinado ao subsídio das ações de atendimento e assistência do Ipsemg? A folha é do servidor e o salário é do servidor. Vamos propor uma emenda que determine: “O dinheiro que vier da venda da folha será destinado ao subsídio”, para a gente não precisar colocar nas costas do servidor mais essa conta que o governo apresenta.

Há caminho, há saída, há alternativa. O que não há é vontade política. Porque, se a Assembleia disser “não” a esse projeto, as alternativas vão surgir – eu faço uma aposta com vocês. Pelo contrário, ajudo a pensar soluções, como a proposta que acabei de pôr na mesa para a gente fazer a discussão. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Boa noite. São 18h47min, e cá estamos nós, minha gente, na trincheira da resistência e da luta, para marcarmos e demarcamos nossa posição na Assembleia de Minas Gerais. É claro que a luta e a resistência fazem parte da nossa história. A luta e a resistência fazem parte das nossas vidas. Historicamente, neste país, neste estado, o que a gente vê são práticas de governos que passam, mas que deixam estragos profundos na vida das pessoas. Governos que passam sem enxergar a realidade que percorre os territórios do nosso estado. E é falando lá dos Gerais, da distância, das Minas, que a gente procura ser porta-voz daqueles e daquelas que gostariam de estar aqui dando testemunho, daqueles e daquelas que gostariam de estar aqui para falar ao governador o quanto têm suas vidas marcadas negativamente por esse governo. Nós estamos falando de uma realidade pouco conhecida pela maioria das pessoas que estão aqui. Nós estamos falando de pessoas que estão por onde andamos, pois andamos no meio dos pobres, nós estamos no meio dos excluídos, nós estamos nos cantões deste estado. E o que escutamos, de fato, da vida e do cotidiano das pessoas nos faz ter coragem de estar aqui até este horário, nos faz ter coragem de fazer uma defesa clara e intransigente para garantirmos que direitos conquistados ao longo dos anos sejam preservados, para garantirmos que as pessoas não tenham suas vidas violadas por uma Assembleia que já sofreu muito com este governo. As bolas nas costas que levamos, a falta de consideração, o baixo diálogo, a baixa valorização do Parlamento mineiro...

Então, estar aqui, para nós, significa ser essas vozes tão silenciadas por políticas que matam, a chamada necropolítica. E nós somos contra a necropolítica. A política que nós queremos praticar é a política do bem comum. Nós queremos um estado forte. Nós queremos um estado que cuide de gente. Nós queremos um estado que invista no social, no cuidado com as pessoas, muito mais do que nos prédios, muito mais do que nas máquinas. Queremos um estado perto das pessoas, inclusive escutando as pessoas, que é o que a gente não vê neste governo, que prefere viajar no momento em que a gente está fazendo um debate tão importante para o Estado, para o governo, mas principalmente tão importante para a população mais pobre.

A gente já citou o exemplo, mas a gente não cansa de falar das ASBs. Eu tenho vergonha quando uma ASB mostra o contracheque de R\$1.460,00 e nele há descontos de empréstimos. Porque é isto: o povo faz empréstimo para manter a vida equilibrada e vive de sucessivos empréstimos, passa a vida inteira pagando empréstimos, tendo o vencimento líquido reduzido pela metade. As pessoas têm que driblar, as pessoas têm que fazer malabarismo, as pessoas têm que fazer um intenso movimento para ter comida na mesa, para ter o gás de cozinha, para ter a conta de energia em dia, para ter água. As pessoas fazem esse malabarismo. Até então, essas ASBs, que recebem, por exemplo, R\$1.460,00, tinham a segurança de que, quando ficassem doentes, teriam direito a uma consulta decente, a um procedimento médico compatível com todo o esforço, dedicação e vida por este estado.

E o que nós estamos vendo: o desmonte do Ipsemg, enviado pelo governo de Minas, é um tapa na cara de todos nós. O que a gente vê é o que está por detrás desses interesses que, cada vez mais, deixam o nosso povo pobre e em situação mais precária. Nós estamos falando de gente que quer uma consulta com um especialista. Estamos falando de uma pessoa, que, na hora da necessidade, precisa recorrer ao Ipsemg. Com essa tabela apresentada pelo governador, de fato, é impossível. Ou a pessoa vai comer, ter uma vida digna, ou a pessoa vai pagar para, quando ficar doente, ter direito a uma consulta médica. Se ela tiver qualquer tipo de acidente, ela

terá direito a uma cadeira de rodas. Nós estamos falando de uma população que não merece isso que estamos discutindo nesta tarde. Nós estamos falando de uma população que segura este estado. Quem faz funcionar a máquina são as pessoas. Quem faz funcionar a escola é também quem limpa o chão. Quem faz com que a escola abra todos os dias é também quem está lá acolhendo os alunos todos os dias.

Além disso, nós estamos falando de professores. Olhem só: um professor que tiver dois cargos, hoje, paga um percentual sobre os dois cargos, tem um desconto só. Com esse projeto, o professor que tem dois cargos terá dois descontos. Olhem que absurdo para uma categoria que já vem sendo precarizada ao longo dos anos! Olhem que absurdo para uma categoria que recebeu uma recomposição de 4,6%! Gente, a conta não fecha; não fecha para nós, trabalhadores e trabalhadoras; não fecha para a categoria. Essa conta que fecha segundo o governo é muito perversa, e é isso que a gente está fazendo, nesta noite, na resistência e na luta, entendendo também que nós não estamos sozinhos. Todos os parlamentares que aqui estão, com certeza, estão sendo vigiados pela categoria para ver qual é a posição com relação a isso. Todos que estão aqui sabem que, quando chegarem lá na base, ao irem a alguma escola, vão ouvir dos professores, das ASBs, de todos os especialistas da educação: “O que foi feito com o nosso instituto de previdência?”.

É claro, minha gente, que nós estamos falando que queremos ter o instituto, o Ipsemg, com a capacidade de melhorar a qualidade do atendimento. A gente quer discutir um projeto para que as pessoas não precisem esperar meses para fazer um exame. A gente quer discutir um projeto para que as pessoas, ao precisarem de atendimento médico, tenham a quem recorrer. A gente está falando do fio de esperança de que a gente possa rever, de que a gente possa adiar a votação, de que a gente possa debater e discutir com mais dados essas informações que chegaram há pouco tempo. É claro que nós temos uma posição de responsabilidade. Não é só um posicionamento ideológico de bloco de oposição, porque a gente já demonstrou, nesta Casa, que nós também somos pessoas sérias, que nós queremos discutir o melhor para o Estado, o melhor para as pessoas. Nós não estamos aqui fazendo de conta que estamos fazendo política a qualquer custo e a qualquer preço.

Nós estamos aqui para debater seriamente as condições para que a gente tenha um Estado forte, para que a gente tenha um Estado cada vez mais máximo, cuidando realmente de quem precisa do dinheiro público. É claro que a grande maioria das pessoas que aqui estão não precisa ficar meses esperando um medicamento, meses esperando um atendimento médico ou um exame médico. Nós estamos falando do outro e nos colocando no lugar dele, porque sentimos que é fundamental trazer essas vozes que escutamos por onde andamos.

Como eu disse, nós temos a resistência, a força e a coragem também porque temos a retaguarda. Não estamos falando isolados aqui, do Parlamento, estamos falando de realidades que enfrentamos, sobre as quais escutamos, com as quais convivemos e nos solidarizamos. Quantos de nós já participamos, demos prêmios e brindes para as pessoas fazerem rifas para uma pequena cirurgia? Quantos de nós já vimos um mototaxista vender a moto, que é o seu instrumento de trabalho, para fazer uma cirurgia de vesícula? Nós temos uma realidade da saúde no Brasil, no Estado, que tende a piorar se esta Casa aprovar esse projeto. Por isso, seguimos firmes na luta, mantendo a nossa posição sem vergonha na cara, sem medo, mas com a coragem daqueles e daquelas que sabem que nós estamos do lado certo da história.

A luta é grande, mas nós não sentimos que a derrota é uma derrota, porque sabemos que estamos do lado certo da história do desenvolvimento deste país. Nós sabemos que nós estamos do lado da justiça, num Estado tão injusto e que cada vez mais persegue os mais fracos, os desvalidos, os desempregados e os excluídos. Esta é a minha posição nesta tarde, mais uma vez, junto com o nosso bloco, na luta, aqui, na Assembleia. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Leninha. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Luizinho.

O deputado Luizinho – Boa noite, Sr. Presidente, boa noite, colegas deputadas, deputados e todos do Ipsemg. Queria refletir um pouco, Sr. Presidente, sobre a importância da saúde pública de qualidade para todos nós, mineiros e mineiras, e também para o

Brasil todo. Antes de 1988, a saúde no Brasil era privada, nós não tínhamos o direito à saúde. Por isso, na época existiam os institutos por categoria de trabalhadores, e as empresas tinham basicamente hospitais. Somente em 1988, com a Constituição de 1988, a saúde passou a ser, constitucionalmente, um direito de todas e todos e uma obrigação do Estado. Desde então, ela vem se aprimorando cada vez mais e também tratando da prevenção.

Havia o Inamps, depois o INPS, agora o INSS nacional. Em Minas, nós temos um instituto que, minimamente, garante o direito das servidoras e dos servidores do nosso estado. Querer acabar com o instituto é um retrocesso que nos remete ao período antes da Constituição de 1988. A saúde é um direito sagrado, não só dos trabalhadores e das trabalhadoras, mas do povo brasileiro. E isso nós temos que respeitar; um Estado de Direito respeita as leis.

O governador Zema está parado no tempo, ele ainda é uma liderança de políticas de colônia. Nem no capitalismo se chegou ainda, pois, mesmo no capitalismo, e especialmente no capitalismo, há uma valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras para que se possa ter produtividade. A saúde mental dos trabalhadores e das trabalhadoras deve ser garantida, até para se produzir mais. Isso é fato. Essa ideia do governo Zema de reduzir o Estado é reduzir o Estado para quem precisa dele. Aqueles que não precisam são os verdadeiros beneficiados. Os grandes beneficiados do Estado são os que menos precisam, os mais ricos deste estado.

Os trabalhadores da saúde, da educação, a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Penal, esses são os que precisam do Estado. Então o Estado, na cabeça do atual governo, é valente, forte para os pobres que precisam e é submisso, subalterno, subserviente para os mais fortes, os que não precisam, que são os que mais se aproveitam do Estado de Minas Gerais.

E não é só na saúde. Se pensarmos nos minérios, no nióbio, no minério de ferro, se pensarmos na Usiminas, se pensarmos em toda a riqueza que nós temos, agora o lítio, as terras raras, enfim, tudo o que nós temos de valor neste estado, nós entregamos, com subserviência e entreguismo total ao capital internacional para que as *commodities* sejam mandadas para fora do Brasil, e fique aqui só o salário, o salário de fome que este governo pensa dar aos mineiros e às mineiras, especialmente aos funcionários e funcionárias públicas de Minas Gerais. Nós precisamos de um estado que seja um estado suficiente para quem precisa; suficiente e eficaz na saúde, na educação, no saneamento, áreas estratégicas. O governador Zema acha que é bonito privatizar, acha que é bonito vender, colocar pedágios, e isso não deu certo na Europa, por exemplo. A Europa está revertendo as privatizações, e os Estados Unidos também, na área de saneamento, na área de saúde, na área de educação. Não dá certo porque o capital hoje é o capital internacional, é um capital de fundos de investimentos, de *holdings*. Você não sabe quem é o dono, você não sabe para onde o capital vai.

Então, acabar com o Ipsemg é entregar os nossos funcionários para a iniciativa privada da saúde. Eles querem que entreguem cada vez mais o serviço público de saúde e de educação à iniciativa privada, aos fundos de investimentos. Isso não tem cara, não tem dono. A gente não sabe quem são as pessoas por trás dessas grandes holdings que vêm comprando as empresas no nosso país. Eu vou dar o exemplo dos pedágios que colocaram no Sul de Minas. Você não sabe quem é o dono. Existe um senhor que vai lá e fala: “Eu não sei de nada. Eu estou aqui para ter lucro”. Não é como antes, há 20, 30 anos, quando havia as empresas, havia o dono das empresas. Você conhecia. Havia as famílias. Hoje não há.

Estou falando tudo isso porque há um interesse, um mal maior a ser combatido neste estado, que é o entreguismo, que é a subserviência, que é a política subalterna de entregar o nosso estado cada vez mais à ganância da iniciativa privada. Não que a gente tenha que ser contra o privado. Absolutamente! As boas parcerias com a iniciativa privada devem ser feitas. A gente deve ter parcerias com a iniciativa privada, estimular a iniciativa privada, mas o que não pode é você dar um subsídio de R\$1.200.000.000,00 para uma empresa de carros aqui, no nosso estado, e tirar o direito de um servidor público de ter uma consulta, de fazer uma cirurgia, de ter um medicamento. Isso não podemos admitir, não tem lógica, isso não vai desenvolver o nosso estado. E aí nós, do Estado de Minas Gerais, os servidores públicos...

Este governo que está aí pegou um estado com uma dívida de R\$100.000.000.000,00 e está entregando com uma dívida de R\$160.000.000.000,00, ou seja, R\$60.000.000.000,00 a mais de endividamento. Não pagou a dívida com o governo do Estado. “Ah,

mas eu pus em dia as prefeituras, eu pus em dia o salário do servidor público.” São R\$3.000.000.000,00 da folha de pagamento mais R\$5.000.000.000,00 para as prefeituras, ou seja, R\$15.000.000.000,00. Ele deixou de pagar R\$60.000.000.000,00 e recebeu mais R\$15.000.000.000,00 da Vale, o que fez com R\$70.000.000.000,00 que entraram a mais nos cofres do Estado? Pegou o governo devendo, aumentou a dívida e nada fez. E ainda quer destruir o Ipsemg.

E, mais, Sr. Presidente: coitado do próximo governador ou coitada da próxima governadora, o Regime de Recuperação Fiscal que esta Casa não aceitou ser empurrado goela abaixo e que o Zema conseguiu aprovar lá no STF deixa para o próximo governador o pagamento dos serviços da dívida de R\$17.000.000.000,00 por ano. Isso é 15% do orçamento do Estado. Hoje ele não paga nada, vai começar a pagar agora ou está começando a pagar. Além de ele não pagar, está deixando os serviços da dívida para o próximo governo. O próximo governador não conseguirá administrar este estado – não existem condições –, considerando-se a situação em que este governador vai deixá-lo. Ou seja, ele pegou o Estado endividado, aumentou a dívida e não fez nada; recebeu dinheiro novo, que é o dinheiro das indenizações da Vale, deixou de pagar R\$60.000.000.000,00 de serviços da dívida e piorou a saúde financeira do Estado. Ele absolutamente piorou, absolutamente tirou este nosso estado dos trilhos.

Tínhamos dificuldade com o Pimentel, mas pagávamos a dívida, a dívida não aumentava. O Pimentel pagou R\$24.000.000.000,00 de serviço da dívida pública. E eram só R\$5.000.000.000,00 dos municípios. O que o Zema fez? Ele aumentou em R\$60.000.000.000,00 a dívida, recebeu dinheiro da Vale, R\$15.000.000.000,00 livres. Com isso, ele pagaria aos municípios e sobraria dinheiro. Se o Pimentel tivesse recebido esse recurso, na época, e deixado de pagar os serviços da dívida pública, provavelmente o Estado estaria melhor.

Portanto nós não podemos defender um governo que fala demais, que é falastrão – fala da boca para fora, fala que está fazendo um governo que é eficiente – e que é o pior governo que este estado já viu. É pior que todos os outros que por aqui passaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Viva o servidor público e a servidora pública!

O presidente – Obrigado, deputado Luizinho. Com a palavra, pela ordem, o deputado Betão.

#### **Questão de Ordem**

O deputado Betão – Presidente, muito boa noite. Eu peço o encerramento, de plano, da reunião por falta de quórum.

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 14, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 14/11/2024**

#### **Presidência do Deputado Sargento Rodrigues**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

#### **Comparecimento**

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Bruno Engler – Celinho Sintrocet – Delegado Christiano Xavier – Doutor Jean Freire – Ione Pinheiro – Leleco Pimentel – Luizinho – Rafael Martins – Raul Belém – Sargento Rodrigues – Zé Guilherme – Zé Laviola.

**Falta de Quórum**

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 19, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada.

**ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/10/2024**

Às 15h10min, comparece à reunião o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Logo após a abertura, suspende-se a reunião. Retomados os trabalhos, registra-se a presença dos deputados Ricardo Campos, também membro da comissão, e Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater, a pedido do grupo O Povo Pede Asfalto de São Francisco de Sales a Campina Verde e da Frente Parlamentar pela Melhoria das Estradas, a possibilidade de transferir o controle, a administração, a manutenção e a conservação da Estrada Municipal 070, que liga os Municípios de Campina Verde a São Francisco de Sales, trecho com 54km, para o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável publicado no *Diário do Legislativo* em 4/10/2024. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Gladys Campos Cunha, coordenadora do Movimento O Povo Pede Asfalto de São Francisco de Sales a Campina Verde e secretária adjunta de Assistência Social de São Francisco de Sales; e Valquiria Borges da Silva, vereadora da Câmara Municipal de São Francisco de Sales; e dos Srs. Wesley da Silveira Borges, criador e coordenador do Movimento O Povo Pede Asfalto de São Francisco de Sales a Campina Verde; Eugênio Marques da Silveira, coordenador do Grupo O Povo Pede Asfalto de São Francisco de Sales a Campina Verde, produtor rural e empresário; Artur Eduardo Monassi, coordenador do grupo O Povo Pede Asfalto de São Francisco a Campinas, empreendedor, agropecuarista, fundador e CEO do Grupo Tracan; José Alves Araújo, produtor rural e vereador eleito de Campina Verde; Abel José Silva Freitas, vereador da Câmara de São Francisco de Sales; Rodrigo Santos Colares, assessor-chefe de gestão estratégica do DER-MG, representando o secretário de Estado de Governo; Ildo Arantes Coimbra, vereador eleito do Município de Campina Verde e coordenador do Movimento de Desenvolvimento Regional de Campina Verde e São Francisco de Sales; Helder Paulo Carneiro, prefeito de Campina Verde; Alan Couto, vice-prefeito de Campina Verde; Nixon Carmo Arantes Coimbra, secretário de Habitação de Campina Verde; e João Paulo Oliveira de Souza, vereador da Câmara Municipal de São Francisco de Sales. O presidente, deputado Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Pronunciam-se os parlamentares e o deputado Caporezzo retira-se da reunião. Logo após, o presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Leleco Pimentel, membro da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.092/2024, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Montalvânia para debater a atuação do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e da Polícia Militar de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, que têm agido de forma equivocada e truculenta, multando indevidamente os agricultores familiares assentados pelo Incra, na maioria dos casos em desacordo com a legislação que trata de área de produção coletiva e de áreas certificadas ou demarcadas pelo Incra;

nº 11.094/2024, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Delegacia Especializada de Crimes contra a Pessoa – Delegacia de

Homicídios – de Montes Claros, com a presença da Sra. Francielle da Conceição Drumond Figueiredo, delegada de Polícia Civil, pelos 12 anos de criação dessa delegacia;

nº 11.098/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada visita, a pedido do povo indígena puri, à área retomada por esse povo, no Município de Itueta, nas proximidades da Usina Hidrelétrica de Aimorés, para conhecer as condições em que se encontram as mais de cinquenta famílias da etnia assentadas no local;

nº 11.099/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de concessão de trecho das Rodovias BR-356, MG-262 e MG-329, que compreende os Municípios de Nova Lima, Itabirito, Rio Acima, Ouro Preto, Mariana, Acaiaca, Barra Longa, Ponte Nova, Urucânica, Piedade de Ponte Nova e Rio Casca, sobretudo quanto à proposta de construção de anel viário no Distrito de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto;

nº 11.100/2024, dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para a articulação, com empresas interessadas, da assinatura de um protocolo de intenções para viabilizar o asfaltamento dos 54km da Estrada Municipal 070, que liga os Municípios de Campina Verde a São Francisco de Sales, por meio de créditos fiscais, à semelhança do Protocolo de Intenções nº 16/2018, pactuado entre o Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e da SEF, o Instituto de Desenvolvimento Integrado do Estado de Minas Gerais – Indi –, o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – e a Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais – Siamig; e sejam encaminhadas ao referido órgão as notas taquigráficas da 19ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater, a pedido do grupo O Povo Pede Asfalto de São Francisco de Sales a Campina Verde e da Frente Parlamentar pela Melhoria das Estradas, a possibilidade de transferir o controle, a administração, a manutenção e a conservação da Estrada Municipal 070, que liga os Municípios de Campina Verde a São Francisco de Sales, trecho com 54km, para o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG;

nº 11.101/2024, dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos, em que requerem seja encaminhado ao Ministério das Cidades pedido de providências para que repasse recursos aos Municípios de Campina Verde e São Francisco de Sales, a fim de que executem a pavimentação do trecho de 54km da Estrada Municipal 070, tendo em vista que esses municípios não dispõem de recursos financeiros suficientes para executar a obra e que por essa estrada é escoada a produção local de soja e cana-de-açúcar, de modo que a ausência de condições de trafegabilidade da via prejudica o desenvolvimento econômico da região;

nº 11.102/2024, dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos, em que requerem seja encaminhado ao Ministério das Cidades pedido de providências para doação de pá carregadeira e mononiveladora ao Município de Campina Verde, para que possam ser realizadas manutenções nas estradas vicinais da região, por onde é escoada a produção de soja e cana-de-açúcar;

nº 11.103/2024, dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que assumo o controle, a administração, a manutenção e a conservação da Estrada Municipal 54, também designada por DCV 070, trecho com 54km entre os Municípios de Campina Verde e São Francisco de Sales, devido à importância dessa estrada para a região e a falta de recursos financeiros dos municípios para a realização das manutenções necessárias;

nº 11.104/2024, dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que o Estado, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, assumo o controle, a administração, a manutenção e a conservação da Estrada Municipal 54, também designada por DCV-070, com 54km de extensão, entre os Municípios de Campina Verde e São Francisco de Sales, ou para que repasse recursos a fim de que os citados municípios executem a pavimentação dessa estrada, tendo em vista que esses entes não dispõem de recursos financeiros suficientes para executar a obra e que nessa estrada, que hoje se encontra sem condições de trafegabilidade, o que prejudica o desenvolvimento econômico da região, é escoada a produção de soja e cana-de-açúcar;

nº 11.105/2024, dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Campos, em que requerem seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre a situação dos projetos executivos para pavimentação e manutenção das Rodovias MG-211, que liga Capelinha a Setubinha, MG-214, nos trechos que ligam Capelinha a Itamarandiba e Itamarandiba a Senador Modestino Gonçalves, LMG-678, que liga Araçuaí a Novo Cruzeiro, e MG-406, no trecho que liga Pedra Azul a Almenara.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Marquinho Lemos, presidente – Leleco Pimentel – Ricardo Campos.

#### **ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/11/2024**

Às 14h24min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Luizinho e Caporezzo (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails*, encaminhados pelo Fale com as Comissões, do Sr. Laíres da Silva Lopes, reclamando do tratamento discriminatório dado pela Polícia Militar aos veteranos que não possuem porte de arma de fogo; e da Sra. Camilla Machado, denunciando a venda de certificados de cursos dentro de faculdade particular no Estado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.761, 8.797, 8.879 e 8.881 a 8.884/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.313/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os dados encaminhados à comissão pela Polícia Civil de Minas Gerais referentes aos valores retroativos ou atrasados decorrentes de promoções, progressões e adicionais de desempenho devidos aos seus servidores;

nº 11.314/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a rotina de sobrecarga de trabalho dos bombeiros militares lotados no Batalhão de Operações Aéreas – BOA –, tendo em vista o acidente ocorrido em 11/10/24, quando um helicóptero do Corpo de Bombeiros caiu no Município Ouro Preto, causando a morte de quatro militares, um médico e um enfermeiro;

nº 11.322/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre a alteração na remuneração básica do Sr. Rodrigo Piassi do Nascimento, ex-comandante-geral da PMMG, que passou de R\$49.265,27 para R\$69.330,75 no último mês em que o militar esteve na ativa, especificando-se de forma detalhada quais os critérios utilizados para calcular a remuneração e qual foi a remuneração utilizada para calcular as férias-prêmio, de modo a se atingir o valor de R\$438.692,86.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente – Professor Cleiton – Delegado Christiano Xavier.

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/11/2024**

Às 10h13min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e o deputado Tito Torres, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Ubiratan Minatel, solicitando que se promova alguma ação voltada para a qualidade de vida das pessoas que vivem nas cidades grandes e a fiscalização e a punição de proprietários de veículos que emitem ruídos acima do permitido. O presidente designa como relatora da visita à barragem Córrego do Sítio II, da mineradora AngloGold Ashanti, e à Comunidade de Brumal, no Município de Santa Bárbara, em 8/11/2024, a deputada Bella Gonçalves (Requerimento nº 11.160/2024). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 252/2019 e 1.215/2023, ambos no 1º turno, são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Ione Pinheiro, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.794, 8.796, 8.798, 8.825, 8.826 e 8.885/2024. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.867/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.269/2024, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência de convidados para entrega do diploma referente ao voto de congratulações de que trata o Requerimento em Comissão nº 11.109/2024;

nº 11.341/2024, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte pedido de informações sobre os fundamentos legais que respaldaram a devolução ao tutor irresponsável de uma família de equídeos, abandonados pelas ruas da cidade até morrerem, deixando uma potra recém-nascida, e sobre a destinação do animal sobrevivente;

nº 11.349/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita ao Parque Nacional da Serra do Gandarela, no Município de Rio Acima, para averiguar suas condições de preservação e as ameaças à sua zona de amortecimento, em face de licenciamentos ambientais para empreendimentos nessa área;

nº 11.364/2024, do deputado Tito Torres e das deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves, em que requerem seja realizada visita ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – para discutir a possibilidade de reparação, por parte da empresa Anglo Gold Ashanti, à população do Município de Santa Bárbara, em razão do frequente acionamento indevido das sirenes de alerta de rompimento de barragem, que geram pânico na população local e minam a confiança dos moradores na efetividade dos equipamentos de alerta da mineradora.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de amanhã, 13/11/2024, às 15 horas, com pauta já publicada, e para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Ione Pinheiro, presidente.

**ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/11/2024**

Às 16h11min, comparecem à reunião as deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater possíveis violações de direitos humanos após o Decreto nº 48.893, de 2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta livre, prévia e informada como requisito para a concessão de licenciamento ambiental estadual que afete povos indígenas, comunidades quilombolas ou povos e comunidades tradicionais. A presidenta convoca reuniões extraordinárias para os dias 14 e 19/11/2024, às 14 horas, para apreciação do Projeto de Lei nº 817/2023. Suspende-se a reunião. A reunião é reaberta com a presença das deputadas Andréia de Jesus e Bella Gonçalves. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Maria de Fátima Alves, coordenadora da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – Codecex; Edna Correia de Oliveira, presidenta da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais; Joana Moraes Rebelo Horta Lopes, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, representando o coordenador de Pró-igualdade Racial da Sedese; Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, defensora pública do Estado; Lara Luisa Silva Gomes, tutora do Curso de Aperfeiçoamento em Equidade Racial na Educação Escolar Quilombola – Caereeq – da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e pedagoga do Instituto Federal de Santa Catarina; Liana Amin Lima da Silva, professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – e coordenadora do Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado – OPCPLI; Vanuza da Conceição Cardoso, líder espiritual do Território Quilombola do Abacatal, no Pará; Werymehe Alves Braz, líder indígena e assessora política da deputada federal Célia Xakriabá; e makota Cássia Kidoialê, líder do Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango, em Belo Horizonte; e os Srs. Aderval Costa Filho, professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG e coordenador do Programa de Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais dessa universidade; Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, procurador da República, representando Helder Magno da Silva, também procurador da República; Adair Pereira de Almeida, líder do Movimento Geraizeiros e defensor incluído no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos; Danilo Antonio Campos da Silva, cacique do povo Borum-kren, de Alto Rio Doce; Carlos Frederico Marés de Souza Filho, professor titular de direito socioambiental da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e coordenador do Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta e Consentimento Prévio Livre e Informado; Diego Antonio Saavedra, antropólogo da Universidad Nacional Mayor de San Marcos; e Luís Pedro Silva Moreira, advogado popular do Coletivo Margarida Alves. A presidenta, uma das autoras do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL) e do deputado Leleco. A presidenta informa o recebimento do documento *Protocolo de consulta do território tradicional geraizeiro e vacariano do Vale das Cancelas*, entregue pelo Sr. Adair Pereira de Almeida. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.378/2024, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem sejam convocados a secretária de Estado de Desenvolvimento Social e o secretário de Estado adjunto de Desenvolvimento Social para debater o Decreto nº 48.893, de 11/9/2024, que dispõe sobre a consulta livre, prévia e informada de que trata o art. 6º da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais;

nº 11.379/2024, das deputadas Andréia de Jesus, Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada visita à secretária de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado adjunto de Desenvolvimento Social para debater o Decreto nº 48.893, de 11/9/2024, que dispõe sobre a consulta livre, prévia e informada de que trata o art. 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais;

nº 11.380/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Procuradoria da República em Minas Gerais pedido de providências para que, tendo em vista o incidente de deslocamento de competência introduzido pela Emenda à Constituição nº 45, de 2004, avalie a possibilidade de atuar relativamente ao atentado à Comunidade Quilombola do Baú, em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, que ocorreu em 11/11/2024 por volta de 19 horas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta – Beatriz Cerqueira – Betão.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Nayara Rocha e os deputados Celinho Sintrocel, Caporezzo e Delegado Christiano Xavier, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2024, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância da presença de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais nas equipes multidisciplinares das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Ilpis –, no Estado.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Betão, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Lohanna e os deputados Coronel Sandro e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/11/2024, às 10 horas, em Belo Horizonte, ao museu da Escola Professora Ana Maria Casasanta Peixoto, com a finalidade de conhecer a infraestrutura e o patrimônio do referido museu e realizar um diagnóstico de sua situação.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Gustavo Santana e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/11/2024, às 10 horas, em Ibitiré, na Estação de Tratamento de Esgoto da Copasa, com a finalidade de conhecer o tratamento realizado e as condições operacionais da estação.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Tito Torres, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leleco Pimentel, Carlos Henrique e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2024, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos decorrentes de empreendimentos imobiliários de alto padrão no Município de Coronel Fabriciano, assim como o licenciamento urbanístico desse projeto pela prefeitura e pela Agência Metropolitana do Vale do Aço.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Cristiano Silveira, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Clara Marra e os deputados Celinho Sintrocel, Charles Santos e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2024, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.967/2024, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Thiago Cota, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rafael Martins, Cristiano Silveira, Doorgal Andrada, João Magalhães, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2024, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nº 2.781/2024 e nº 2.967/2024, do governador do Estado; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 14 de Novembro de 2024.

Zé Guilherme, presidente.



## **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.064/2024**

#### **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

##### **Relatório**

De autoria da deputada Maria Clara Marra, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Mundo Azul – AMA –, com sede no Município de São Gotardo.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.064/2024 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Mundo Azul de Apoio e Proteção ao Autista de São Gotardo – AMA –, com sede no Município de São Gotardo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Porém, a comissão apresentou a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º, com vistas a adequar a nomenclatura da associação ao consubstanciado em seu estatuto constitutivo.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca promover a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista em ambientes educacionais, atividades esportivas, recreativas e de lazer, contribuindo para seu desenvolvimento físico, psíquico e motor, fortalecendo laços sociais e oferecendo oportunidades de integração e inserção no mercado de trabalho.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Mundo Azul de Apoio e Proteção ao Autista de São Gotardo – AMA –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.064/2024, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2024.

Professor Wendel Mesquita, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.248/2024**

#### **Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Doutor Paulo, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Gameleira Associação de Futebol, com sede no Município de Ubaporanga.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública Gameleira Associação de Futebol, com sede no Município de Ubaporanga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a democratização do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, formar equipes para disputa de competições de futebol amador e garantir o desenvolvimento atlético, esportivo e cultural dos atletas.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Gameleira Associação de Futebol, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.248/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2024.

Mário Henrique Caixa, relator.

### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 817/2023**

#### **Comissão de Direitos Humanos**

#### **Relatório**

De autoria das deputadas Macaé Evaristo, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Leninha, o projeto em tela tem como objetivo instituir o Estatuto da Igualdade Racial no Estado, tendo sido distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos, para receber parecer.

A proposição foi analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, V, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 817/2023 pretende instituir o Estatuto da Igualdade Racial em Minas Gerais. A proposição contém 81 artigos, divididos em três títulos. O primeiro elenca as disposições preliminares em dois capítulos: um tratando do Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Sisepir –, com finalidade, definições e diretrizes; e outro dispendo sobre o financiamento das iniciativas de promoção da igualdade racial. O segundo título, dos direitos fundamentais, se divide em três capítulos, tratando o primeiro do direito à vida e à saúde; o segundo do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e o terceiro do direito e acesso à terra. Após, são apresentadas sete seções acerca dos seguintes temas: do direito ao trabalho, ao emprego, à renda, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico; do combate ao racismo institucional; da comunicação social; das mulheres negras; da juventude negra; do acesso à justiça; e do direito à segurança pública. O terceiro e último título contém as disposições finais e transitórias.

Na sua justificativa, as autoras ressaltam que “a desigualdade e a discriminação racial andam juntas no Brasil desde a chegada dos portugueses, que erigiram a colônia com base na escravização dos negros da terra e da África”. Elas explicam que, “durante a maior parte da história brasileira, a desigualdade racial foi reconhecida, preservada e garantida contra a resistência dos negros”. Destacam, ainda, que o Estatuto da Igualdade Racial é um marco para que o poder público possa implementar medidas que visem ao enfrentamento da desigualdade racial e do racismo e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Pela relevância do tema, em maio de 2023, concomitantemente à apresentação desta proposição, a ALMG lançou uma agenda para a construção do Estatuto da Igualdade Racial de Minas Gerais<sup>1</sup>, com o objetivo de mapear os marcos normativos antirracistas presentes na legislação estadual e ampliar o debate público sobre a temática racial e as políticas de combate ao racismo, bem como as discussões no âmbito legislativo, especialmente no que se refere à proposição sob análise.

A agenda se consolidou na criação do evento institucional denominado Seminário Legislativo Estatuto da Igualdade Racial, que ocorreu entre abril e novembro de 2024. O seminário foi dividido em: reuniões preparatórias, ocorridas entre abril e julho de 2024, para detalhamento de suas etapas e elaboração de um documento de referência; interiorização da discussão, ocorrida entre maio e julho de 2024, etapa na qual foram realizados sete encontros regionais para discutir o citado documento de referência, nos Municípios de Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Pouso Alegre, Montes Claros, Araçuai e Coronel Fabriciano; consulta pública, realizada entre junho e julho de 2024, por meio do portal da Assembleia, de modo a possibilitar a apresentação de propostas relacionadas aos temas em discussão; etapa final e plenária, ocorrida nos dias 19, 20 e 21 de agosto de 2024; e a instalação de um Comitê de Representação, que atuou entre setembro e novembro de 2024.

Durante o processo de interiorização, a participação popular foi ampla e gerou a apresentação de dezenas de propostas, tendo sido aprovadas 145 na plenária final do Seminário Legislativo Estatuto da Igualdade Racial. As propostas foram objeto de análise e debates pelo Comitê de Representação, que elaborou um relatório de evento institucional, entregue em 6/11/2024 à Mesa da Assembleia, conforme dispõe o inciso I do art. 297 do Regimento Interno. Esse relatório foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos, que se manifestou pela sua aprovação, com todas as sugestões de desdobramentos apresentadas.

As propostas e os desdobramentos elencados foram assim formalizados:

– sugestões para subsidiar os relatores na elaboração dos pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 817/2023, que institui o Estatuto da Igualdade Racial no Estado; 4.102/2022, que dispõe sobre educação escolar quilombola no Estado; 3.029/2021, que dispõe sobre a política estadual de acesso à terra e à moradia culturalmente adequada dos povos ciganos de Minas Gerais; 2.379/2020, que altera a Lei nº 21.972, de 2016, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema; 438/2019, que dispõe sobre a reserva de vagas para negros nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública estadual, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e nos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado; e 5.305/2018, que institui a Política de Saúde Integral da População Negra no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS –, no Estado;

– apresentação de projeto de lei para instituir o Dia de Combate ao Racismo Socioambiental;

– apresentação de requerimentos com pedidos de providências a órgãos estaduais e federais.

Relativamente ao projeto de lei em análise, a Comissão de Constituição de Justiça ressaltou em seu parecer não haver óbices à tramitação da proposta, reafirmando a constitucionalidade, legalidade e juridicidade de seus termos ao elencar vasta jurisprudência, doutrina federal e estadual afeta à temática. Destacou, também, o dever do Parlamento “de garantir à população negra e aos povos e comunidades tradicionais a defesa de direitos individuais, coletivos e difusos, a promoção da igualdade e o enfrentamento do racismo e da discriminação étnico-racial”. Nesse objetivo, apresentou o Substitutivo nº 1, que aperfeiçoou a proposta inicial das parlamentares, de forma a afastar vícios jurídicos formais, adequar a técnica legislativa e compatibilizar as propostas às demandas ressaltadas durante o Seminário Legislativo Estatuto da Igualdade Racial.

Destaca-se do referido Substitutivo nº 1, o aprimoramento, no Capítulo I – que dispõe sobre as disposições preliminares –, da descrição sobre o público-alvo do projeto, definido-o como população negra e povos e comunidades tradicionais. Do mesmo modo, foi detalhado vasto conceitual, em conformidade com as sugestões de desdobramentos do relatório de evento institucional do seminário, para evidenciar conceitos e subsidiar a compreensão dos direitos e diretrizes no âmbito de um estatuto, tais como: as dimensões do racismo, o conceito de discriminação racial ou étnico-racial, de desigualdade racial, de letramento racial, dentre outros.

Além disso, houve a sistematização de diretrizes a serem observadas pelo Estado no âmbito das políticas públicas, com o objetivo de fortalecer, nos diferentes níveis, a promoção da igualdade e o enfrentamento de todos os tipos de racismo.

No Capítulo II, o substitutivo aborda direitos fundamentais, em 12 seções, dispondo sobre os direitos à vida e à saúde, à liberdade de consciência e de crença e à proteção das tradições, à segurança, ao acesso à justiça, à segurança alimentar e nutricional, ao trabalho, à cultura, comunicação e à liberdade de expressão, ao esporte e ao lazer, à educação, ao acesso ao território e à terra, à moradia adequada.

No Capítulo III, são previstas, em três seções, a instituição do Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Sisepir –, a participação e controle social e o financiamento da promoção da igualdade racial e do enfrentamento do racismo. Ressalte-se que o Sisepir dispõe sobre a gestão intersetorial e participativa e de coordenação entre Estado, municípios e sociedade civil, para organização, articulação e execução, inclusive com a garantia de recursos de programas, ações e serviços e das iniciativas relacionados à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento do racismo.

Por fim, no Capítulo IV, das disposições finais, são estabelecidas medidas de enfrentamento ao racismo na previsão de reserva de vagas em concursos públicos para a população negra e povos e comunidades tradicionais, na inclusão de conteúdos nos programas de avaliação de conhecimentos em concursos públicos e processos seletivos sobre relações étnico-raciais e a história de populações negras, indígenas e de outros grupos tradicionais, destacando suas contribuições ao desenvolvimento nacional e estadual, bem como há a previsão de que o Estado receba e encaminhe, por meio da Ouvidoria-Geral ou serviço similar, registros de ocorrências de racismo na prestação de serviços públicos a esses grupos.

Isso posto, considerando o cenário das desigualdades no Brasil, passemos à análise de mérito relativa a esta Comissão de Direitos Humanos.

A opressão racial não cessou com a abolição da escravidão, ocorrida legalmente no País em 13 de maio de 1888, pois o racismo continuou a ser incorporado e normalizado nas instituições, práticas e estruturas da sociedade, configurando o que hoje chamamos de racismo estrutural. Esse fenômeno perpetua desigualdades e a discriminação contra grupos étnico-raciais, como a população negra e indígena, mostrando que a abolição formal não foi suficiente para eliminar as bases da exclusão racial. A persistência de qualquer forma de racismo impõe à sociedade uma obrigação moral de combatê-lo ativamente, promovendo a igualdade e a justiça social.

Cem anos depois, a Constituição da República de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, revela-se como um marco importante nessa luta, mas não o único. Estabeleceu em seu art. 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como definiu, no inciso XLII desse artigo, que a prática de racismo é um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

A temática da igualdade racial, pela sua relevância, já foi tratada nacionalmente na Lei Federal nº 12.288, de 20/7/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, o qual visa, conforme seu art. 1º, garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, e ainda prevê, no art. 5º, a instituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Sinapir – para a consecução dos objetivos da lei, contemplando a participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios mediante adesão.

Apesar de o estatuto nacional ter sido publicado em 2010, o Sinapir – criado para organizar e articular as políticas e serviços que visam superar as desigualdades étnicas – foi regulamentado somente três anos depois, por meio do Decreto Federal nº 8.136, de 5/11/2013. Vale lembrar que no mesmo ano, 2013, no cenário internacional, foi ratificada, durante sessão da Organização dos Estados Americanos – OEA – na Guatemala, a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas

Correlatas de Intolerância, que só veio a ser recepcionada pelo Brasil nove anos depois, por meio do Decreto Federal nº 10.932, de 10/1/2022.

Olhando para a população brasileira, de acordo com dados do Censo de 2022<sup>2</sup>, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, os negros – classificação que reúne os pretos e os pardos – representam 55,7% do total de brasileiros, porém sua participação entre os indicadores que refletem as adequadas condições de vida no País está aquém desta relevante proporção populacional.

Isso é o que ressalta a publicação *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*<sup>3</sup>, do IBGE. No Brasil, as desigualdades são múltiplas e nunca aparecem sozinhas, afetando sobremaneira a população negra e os povos e comunidades tradicionais do nosso País. Comparando-se a primeira edição do informativo, lançada em 2019, e a síntese de indicadores sociais, publicada em 2021, evidencia-se o acesso desigual de distintos grupos populacionais a bens e serviços básicos necessários ao bem-estar, assegurados constitucionalmente, tais como saúde, educação, moradia, trabalho e renda.

Assim, a cor da pele por vezes define algo tão crucial como a vida ou a morte, quando percebemos que ela determina condições, limites ou oportunidades. Conforme destaca o *Boletim Epidemiológico Saúde da População Negra 2023*<sup>4</sup>, os negros enfrentam maiores dificuldades de acesso à saúde no Brasil, uma realidade impulsionada pelo racismo estrutural e as desigualdades socioeconômicas. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra reconhece que fatores como discriminação, pobreza e condições de trabalho precárias contribuem para essas dificuldades. Essas barreiras se refletem em menor acesso a serviços médicos de qualidade, tratamentos tardios e piores desfechos de saúde. A falta de priorização da política nos planos de saúde municipais e a insuficiência de recursos agravam esse cenário.

Da mesma forma, os povos indígenas também são afetados por piores indicadores no âmbito da saúde. De acordo com relatório<sup>5</sup> produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea –, há, entre os povos indígenas, uma maior prevalência de mortes evitáveis, se comparado com outros grupos populacionais. A alta mortalidade prematura é muitas vezes causada por doenças de fácil tratamento, como diarreia, vômito e verminoses. Assim como no caso da população negra, o baixo acesso a saneamento básico e as dificuldades de assistência a saúde precarizam a efetivação do direito à saúde.

No que se refere aos dados sobre violência da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2019 –, o IBGE<sup>6</sup> demonstra que 18,3% das pessoas com 18 anos ou mais de idade haviam sofrido violência física, psicológica ou sexual nos 12 meses anteriores à pesquisa, sendo 19,4% mulheres, sobretudo as pretas, enquanto os homens são 17,0% dos vitimados. Neste cenário de violência, ressalta-se que as pessoas mais atingidas somam 39,9% e caracterizam-se como pretos e pardos (20,6% pretos e 19,3% pardos), em contraposição a 16,6% de pessoas brancas.

No mesmo sentido, a publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP –, denominado *Atlas da Violência 2024*<sup>7</sup>, ressalta que os homicídios de jovens resultaram em uma perda de aproximadamente 15,2 milhões de anos potenciais de vida. A situação se revela mais grave ao se constatar que os jovens negros representaram 76,5% do total de vítimas de homicídios no Brasil e que o risco de uma pessoa negra ser vítima de homicídio é 2,8 vezes maior do que o de uma pessoa não negra. No que tange aos povos indígenas, o homicídio é a principal causa de morte entre os jovens de 20 a 29 anos, o que revela como a juventude indígena também é alvo da violência letal<sup>8</sup>.

Na publicação do FBSP, as mulheres negras se destacam como as majoritárias entre as vítimas de violência doméstica e intrafamiliar, representando 58,2% dos casos registrados. Em 2022, as mulheres negras representaram 66,4% das vítimas de homicídio, totalizando 2.526 assassinatos. Além disso, a taxa de homicídio de mulheres negras foi de 4,2 por 100 mil, enquanto para mulheres não negras foi de 2,5, indicando um risco 1,7 vezes maior para mulheres negras. Também esses dados reafirmam a persistência do racismo estrutural e das desigualdades de gênero, que aumentam a vulnerabilidade de mulheres negras à violência letal e outras formas de agressão.

No que se refere a condições de moradia, conforme ressalta a publicação *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*<sup>9</sup>, existem desigualdades significativas pautadas por critérios de cor ou raça. Entre a população residente em domicílios próprios, “20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas residiam em domicílios sem documentação da propriedade, enquanto a proporção encontrada entre as pessoas brancas era cerca de metade desse valor (10,1%). Pretos e pardos enfrentam, portanto, uma situação de maior insegurança de posse e de informalidade da moradia própria”.

No viés da educação, a mesma publicação<sup>10</sup> ressalta, no perfil dos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem –, a mais potente maneira de acesso ao ensino superior no Brasil, entre 2019 a 2021, a diminuição do número de pretos ou pardos de 58,0% para 51,8%, ao passo em que a proporção de participantes brancos aumentou de 37,1% para 43,7% no mesmo período. O acesso e as condições de permanência desiguais dos negros no tocante à educação superior demonstram uma educação de base de menor qualidade, redundando em menores taxas de conclusão do ensino superior em comparação com os estudantes brancos.

Não obstante, como ressalta a publicação do Instituto Unibanco *Desigualdade racial na educação brasileira: um guia completo para entender e combater essa realidade*<sup>11</sup>, o caráter estrutural e sistêmico da desigualdade racial no Brasil é fator inquestionável que persiste devido à fragilidade de políticas públicas para o seu enfrentamento, os altos índices de abandono escolar e as disparidades de aprendizagem são evidências a serem superadas. Além disso, as estatísticas mostram que, em 2023, 71,6% dos jovens que não completaram o ensino médio eram negros. Com o objetivo de minimizar a desigualdade de acesso ao ensino superior, uma importante política implementada no início dos anos 2000 foi a política de cotas, com a criação de programas voltados para corrigir o desequilíbrio histórico no acesso à educação e ao mercado de trabalho.

No que se refere a inclusão e permanência no mercado produtivo, o IBGE<sup>12</sup> destaca, em 2021, que o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas foi de R\$3.099,00 enquanto o rendimento mensal de pessoas pretas era de R\$1.764,00 e de pessoas pardas, R\$1.814,00. As taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho são significativamente maiores entre pessoas pretas e pardas, independentemente do nível de instrução, o que sugere que a cor da pele influencia não apenas a renda, mas também o acesso a oportunidades de emprego.

No mesmo sentido, considerando os trabalhadores com ensino superior completo ou mais, as pessoas brancas ganharam, em média, 50% a mais que as de cor ou raça preta e cerca de 40% a mais que as pardas. As disparidades salariais denotam que, mesmo com equivalente nível de educação, a cor da pele ainda influencia os salários que indivíduos recebem, perpetuando a exclusão econômica e social da população negra, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes que abordem tais desigualdades.

No viés da liberdade de crença e religião, os negros e povos de comunidades tradicionais enfrentam muitos desafios para exercer a liberdade constitucionalmente garantida a todos os brasileiros. No seu artigo *Intolerância religiosa no Estado de Minas Gerais: considerações a partir de uma pesquisa com boletins de ocorrência*<sup>13</sup>, a pesquisadora Camila Nicácio ressalta que o Estado de Minas Gerais se destaca como o terceiro com maior número de registros quanto à intolerância religiosa no Brasil. Não obstante, apenas no ano de 2018 foi inaugurada a Delegacia Especializada de Investigação de Crimes de Racismo, Xenofobia, LGBTfobia e Intolerâncias Correlatas – Decrin –, no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG. Segundo o artigo, “tais estruturas tendem a tornar mais visíveis e tangíveis as demandas acerca da intolerância religiosa, facilitando, inclusive, a sistematização e o controle de dados”.

A pesquisadora, pautando-se nos relatórios de eventos de defesa social – Reds –, informados pela Central de Informação de Defesa Social – Cinds – da PCMG, destacou os seguintes resultados, dentre outros: das 168 ocorrências encontradas, apenas 101 (60%) foram consideradas típicas, indicando a presença de crime ou contravenção penal relacionada a violência e intolerância religiosa; a violência e a intolerância religiosa independem do local onde estão presentes, manifestam-se em igrejas, vizinhanças, escolas, locais de trabalho, rua, etc.; as violências são dirigidas contra várias matrizes religiosas; em 3% do total de casos averiguados houve a associação de intolerância ligada à religião e à questão racial; religiões de matriz africana são particularmente afetadas

(30,4% das ocorrências), embora os números absolutos apontem para a predominância da violência contra o cristianismo evangélico (34,3% dos casos), ressaltando-se porém que religiosos afro estão mais expostos à violência, pois “enquanto evangélicos somaram 22,2% no Censo de 2010, adeptos da umbanda e do candomblé responderam por apenas 0,3% do quadro total”<sup>14</sup>.

Por tudo que foi exposto, concluímos não ser possível a construção de uma sociedade genuinamente democrática sem o conhecimento e o enfrentamento do racismo, que estruturalmente impede pessoas negras e povos e comunidades tradicionais do gozo de seus direitos fundamentais. Assim, é importante destacar que os indicadores aqui elencados, de saúde, educação, renda, trabalho, moradia, violência pessoal e intrafamiliar e de racismo religioso, são farol para o enfrentamento do problema da desigualdade étnico-racial, enfrentamento esse que deve se consubstanciar na articulação de programas, ações e serviços estaduais direcionados à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento do racismo.

No que se refere ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, expressamos nossa concordância, entendendo que os ajustes promovidos adequaram, na proporção precisa, o texto à obrigação do Estado e da sociedade de combater ativamente o racismo, a desigualdade étnico-racial, promovendo a igualdade, a equidade e a justiça social.

Consideramos, portanto, que a instituição de um Estatuto da Igualdade Racial representa o reconhecimento da necessidade histórica de reparação e promoção da igualdade étnico-racial, merecendo prosperar neste Parlamento.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 817/2023, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Betão, presidente e relator – Andréia de Jesus – Bella Gonçalves.

<sup>1</sup> Disponível em: <[ALMG lança agenda para construção de Estatuto da Igualdade Racial em Minas – Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>3</sup> Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>4</sup> Disponível em: <[Boletim Epidemiológico Saúde da População Negra – Número Especial – Vol. 2 | Out. 2023 — Ministério da Saúde](#)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9431/1/Relat\\_Disc\\_Racial\\_2019.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9431/1/Relat_Disc_Racial_2019.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>6</sup> Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>7</sup> Disponível em: <[7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf](#)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>8</sup> Ver Nota 5.

<sup>9</sup> Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Disponível em: <[Desigualdade racial na educação | Em Debate | Observatório de Educação](#)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>12</sup> Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>13</sup> Dados da plataforma Disque 100, apresentam um aumento de mais de 70%, em comparação ao ano anterior, nas ocorrências de violência relacionada à intolerância religiosa (149 em 2014 e 252 em 2015). No ranking dos registros ressalta-se: São Paulo (37), Rio de Janeiro (36), Minas Gerais (29) e Bahia (23). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6172202106>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

<sup>14</sup>Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6172202106>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Direitos Humanos

#### Locais visitados:

**Estação de Integração Intermodal do Sistema BHBUS e do Metrô**

**São Gabriel, em Belo Horizonte**

**Bairro Conjunto Paulo VI e Bairro Montes Claros, em Belo Horizonte**

#### Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 8.182/2024, de autoria da deputada Bella Gonçalves, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 2/5/2024, às 18 horas, a Estação de Integração Intermodal do Sistema BHBUS e do Metrô São Gabriel, em Belo Horizonte, com a finalidade de averiguar as condições de violação da dignidade e os riscos à vida e à integridade física dos passageiros, em especial no que se refere à Linha 815, que se envolveu em três acidentes com vítimas em curto período de tempo. Na oportunidade, a parlamentar e os participantes da visita embarcaram em um dos ônibus da Linha 815 e realizaram o trajeto da Estação São Gabriel ao ponto final, visitando, então, parte dos Bairros Conjunto Paulo VI e Montes Claros, na região Nordeste da capital.

A deputada Bella Gonçalves, vice-presidenta da comissão, realizou as visitas, com a participação de Nara Lúcia de Paula Fan – Professora Nara –, vereadora de Belo Horizonte; Paulo César Azevedo de Almeida, membro da Defensoria Pública de Minas Gerais; André Henrique de Brito Veloso, integrante do Movimento Tarifa Zero BH; Silas Tadeu Felipe, morador do Bairro Jardim Vitória e integrante da Comissão Regional de Transportes e Trânsito Nordeste e do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana; Sula Ângela, integrante da Associação dos Usuários de Transporte Coletivo da Grande BH; Maria Flor de Maio Ferreira, liderança comunitária e moradora do Conjunto Paulo VI; e Milton Silva, morador do Conjunto Paulo VI.

Além das autoridades e dos representantes da sociedade civil acima referenciados, esteve presente nos primeiros momentos da visita, durante conversa realizada na Estação São Gabriel, Bertoldo Souza Costa, supervisor da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – Regional Nordeste.

#### Relato

Vários problemas têm sido relatados à Comissão de Direitos Humanos pelos usuários do transporte público coletivo de passageiros, particularmente sentidos nos trajetos realizados por meio de ônibus. Fundamental destacarmos a ocorrência de três acidentes envolvendo ônibus da Linha 815, uma das linhas circulares de integração com o metrô, que liga a Estação São Gabriel ao Bairro Conjunto Paulo VI, na região Nordeste de Belo Horizonte. Os três acidentes, ocorridos no período de menos de um mês – entre setembro e outubro de 2023 –, geraram vítimas, entre elas uma idosa, que foi gravemente ferida. Na ocasião do terceiro acidente, informações divulgadas pela imprensa davam conta de que a Linha 815 ocupava o segundo lugar em número de reclamações dos usuários. Uma publicação noticiava, conforme o painel da Superintendência de Mobilidade de Belo Horizonte, que nos meses de julho e agosto de 2023 foram recebidas 216 reclamações, sendo as três principais queixas referentes à [má]conservação dos veículos (33,33%), ao [des]cumprimento dos quadros de horários (19,91%) e ao [não]funcionamento do ar-condicionado (17,59%)<sup>1</sup>.

Nesse contexto, a visita à Estação São Gabriel realizou-se a partir das 18 horas, horário em que se verifica maior fluxo de passageiros no local. Assim que reunidos todos os participantes da visita, a deputada Bella Gonçalves iniciou uma conversa com os presentes, solicitando-lhes que fizessem uma breve apresentação. Registrou, em seguida, que nem todos os órgãos públicos, entidades e instituições enviaram representantes, tendo destacado a ausência de integrantes da Secretaria de Estado de Infraestrutura,

Mobilidade e Parcerias; do Tribunal de Contas; da Promotoria de Justiça de Defesa da Habitação e Urbanismo; da Superintendência de Mobilidade de Belo Horizonte; da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans; bem como do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Belo Horizonte e Região. Dois funcionários da Transfácil (Nilton Marques e Adriano Gonçalves) estiveram presentes nos primeiros momentos, mas não chegaram a participar das conversas entre os participantes da visita.

Durante a reunião, a deputada frisou a gravidade das denúncias trazidas pelos usuários, relacionadas à má prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus, envolvendo, em particular, a Linha 815. Ressaltou que a precariedade dos veículos gera, inclusive, riscos à saúde e à vida das pessoas, que são obrigadas a permanecer no interior de ônibus lotados e em péssimo estado, particularmente nos horários de *rush*. Lembrou também serem cada vez mais comuns relatos de veículos que pegam fogo, assim como de ônibus dos quais se desprendem janelas e rodas, por exemplo. Ressaltou, então, que a situação verificada em relação à Linha 815 revela, na verdade, um problema maior e estrutural, que afeta todo o sistema de transporte de Belo Horizonte e região metropolitana. Frisou, nesse sentido, ser fundamental que órgãos públicos, entidades e a população de modo geral acompanhem e exijam medidas efetivas no âmbito do chamado programa Tolerância Zero, por meio do qual a Prefeitura de Belo Horizonte comprometeu-se a intensificar as ações de fiscalização, com vistorias periódicas nos ônibus, inclusive com autuações, recolhimento de autorizações de tráfego e retirada de veículos de circulação.

Após essa conversa inicial, ainda na estação, a deputada ouviu usuários da Linha 815 e também usuários de outras linhas, que embarcam e desembarcam diariamente no terminal.

Ana Luíza Ramos da Silva estava na estação com seu filho de três meses de idade. Informou ser usuária da Linha 707, Estação São Gabriel / Jardim Guanabara. A usuária relatou, primeiramente, as dificuldades enfrentadas em face do desrespeito de seu direito de prioridade. Contou que estava na estação esperando a chegada do ônibus há mais de uma hora, sendo que ela e outras pessoas formavam a primeira fila de passageiros. No entanto, assim que o ônibus encostou na plataforma, as pessoas que aguardavam na segunda fila não respeitaram a ordem de precedência e lotaram o coletivo, deixando de observar, inclusive, a sua prioridade. Contou que imediatamente procurou os agentes da BHTrans e cobrou a interferência para a fiscalização das filas, de modo a garantir o respeito à ordem de precedência por parte dos passageiros. Ao reivindicar essa ação, foi informada que recai sobre as empresas concessionárias a responsabilidade da organização das filas, não se tratando, segundo os agentes, de atribuição da BHTrans. Relatou que tentou buscar ajuda de várias formas, bem como informar cabalmente o problema à BHTrans, sem êxito. Ao contrário, foi simplesmente orientada a reportar a queixa ao serviço telefônico de atendimento 156. Ressaltou que situações parecidas já haviam ocorrido e que sabe como é extremamente difícil realizar as notificações pelo 156, já que, além da enorme demora no atendimento, a ligação é tarifada. Assim, apesar de todos os seus esforços na estação, inclusive junto aos agentes da BHTrans, para uma resposta a problemas rotineiros, não foi atendida, pelo que desistiu de persistir com sua reclamação.

Reiterou sua indignação diante da inércia da BHTrans, que não intervém para adotar as providências necessárias para resolver o problema nas filas de embarque na estação e, da mesma forma, não busca a resolução das várias reclamações que são reportadas ao órgão, seja pessoalmente, seja pelo serviço 156. Acrescentou que trabalha em uma empresa de segurança eletrônica situada na Av. Raja Gabáglia e que, ainda grávida, nunca conseguiu usufruir da prioridade a que tinha direito, tendo viajado a maior parte das vezes de pé nos ônibus em que embarcou. Descreveu também seu incômodo quando, ao entrar nos ônibus com seu filho pequeno, percebe o olhar “acusador” dos passageiros, como se não tivesse o direito de utilizar o transporte público coletivo acompanhada de uma criança pequena e a sua presença fosse um problema, quando, na verdade, o problema é a superlotação dos coletivos.

Especialmente sobre as viagens, destacou que os motoristas têm dirigido com velocidade, sem preocupação em relação à segurança dos passageiros, sendo praxe arrancarem os veículos sem que os usuários tenham tempo sequer de atravessarem a catraca.

Bertoldo Costa, supervisor da BHTrans, aproximou-se e permaneceu junto aos visitantes, tendo ouvido o relato da usuária. Questionado, ratificou que cabe às empresas de ônibus o auxílio na organização das filas, mas que o órgão iria apurar as informações prestadas. Esclareceu que as intervenções ou autuações da BHTrans não são feitas no momento em que ocorrem os fatos, mas posteriormente, a partir da formalização das notificações pelos usuários no serviço de atendimento 156, ocasião em que devem ser ofertadas, entre outras informações, o problema objeto da queixa, a linha, o número do ônibus e o horário da ocorrência.

A deputada Bella Gonçalves reverberou a dificuldade imposta aos usuários para formalizar as denúncias, tanto pelo serviço 156 quanto pelo *site* da BHTrans. Observou também que os usuários não contam com qualquer apoio dentro da estação para formalizar as reclamações, ainda que por telefone. Com relação a esses pontos, perguntou ao supervisor sobre a existência de outras formas de reportar as ocorrências, inclusive no momento em que elas ocorrem, destacando que medidas podem ser implementadas para melhorar os canais existentes, de forma a simplificar e agilizar a formalização das notificações.

Bertoldo Costa informou que não existe um formulário específico para o preenchimento manuscrito e imediato da reclamação. Argumentou que os fiscais da BHTrans acompanham os fatos, mas não formalizam a notificação no momento em que elas ocorrem, mas posteriormente. Esclareceu também que as vistorias dos ônibus são feitas nas respectivas garagens, no entanto, se os agentes da BHTrans percebem, por exemplo, que as portas de um ônibus não estão fechando perfeitamente, fazem a anotação manual para depois incluírem no sistema a respectiva autuação. Questionado sobre o número aproximado de autuações realizadas, o supervisor informou que, na semana que precedeu a visita, foram realizadas, em média, 20 autuações por dia, a maioria delas acerca do descumprimento do quadro de horários, mas também sobre as condições gerais dos ônibus. Acrescentou ainda que há um boletim diário próprio da BHTrans para anotar irregularidades, as quais são repassadas para o sistema no final do dia, mas, insistiu, não há um procedimento ou um formulário para realizar as denúncias dos usuários no momento em que acontecem os problemas.

O defensor público Paulo César Almeida manifestou-se para explicar que a Defensoria Pública, por meio da Coordenadoria Estratégica de Tutela Coletiva, vem acompanhando a situação da prestação do serviço de transporte público coletivo, assim como os acidentes e os danos diversos causados aos usuários em Belo Horizonte e na região metropolitana. Destacou que a Defensoria Pública mantém-se disponível para receber as informações e as denúncias por parte dos usuários, enfatizando a importância de todos os prejudicados reportarem os fatos ao órgão.

Maria Flor Ferreira, moradora do Bairro Conjunto Paulo VI, salientou, em primeiro lugar, a necessidade de maior controle dos horários dos ônibus, destacando que as escalas são descumpridas diariamente. O segundo ponto de grande relevância para a população que utiliza a Linha 815 é o tempo descomedido gasto no itinerário entre a estação e o ponto final da linha, o que vem gerando um desgaste ainda maior aos usuários. Explicou que os ônibus da linha necessitam transitar no Anel Rodoviário e realizar um retorno, antes efetuado pelo Bairro Nazaré. Esse trecho do percurso se dá em lugar absolutamente ermo e perigoso, onde não há embarque nem desembarque de passageiros e demora cerca de 40 minutos, situação agravada nos dias mais quentes e nos horários de maior fluxo de carros e passageiros, nos quais os coletivos estão superlotados. O retorno se dá na altura dos Bairros Jardim Vitória e Vista do Sol. Reivindicou a busca de soluções por parte da Prefeitura de Belo Horizonte para alteração desse percurso, inclusive por meio da realização de um estudo sobre uma obra viária, se for esse o caso.

Sobre a Linha 815, explicou que se trata de uma linha alimentadora, que atende 12 bairros: São Paulo (Estação São Gabriel); Maria Goretti; São Gabriel; Dom Silvério; Goiânia; Jardim Vitória; Vista do Sol; Nazaré; Acaiaca; Belmonte; Paulo VI e Conjunto Paulo VI, último bairro atendido, no qual se localiza o ponto final da linha.

A usuária também relatou que vários ônibus estão com bancos soltos e janelas estragadas. Além disso, em regra, há mau funcionamento do ar-condicionado, acarretando calor excessivo dentro dos ônibus, principalmente nos horários de *rush*, em que os veículos estão sempre superlotados e com janelas que não abrem. Lembrou, ainda, que na semana que antecedeu a visita, um ônibus da linha ficou parado em uma das ruas principais do Bairro Conjunto Paulo VI, depois de emperrar em uma subida. Acrescentou que a

situação mostrou-se perigosa, já que no local se localizam escola, creche, comércio e um centro de saúde. Relembrou, também, um atropelamento ocorrido cerca de três meses antes envolvendo um ônibus dessa linha na Estação São Gabriel.

Milton Silva, também morador do Bairro Conjunto Paulo VI, abordou os atrasos dos ônibus aos finais de semana e feriados, relatando que há pouquíssimos veículos que circulam na linha aos sábados e domingos, pelo que o tempo de espera, que já é grande de segunda a sexta-feira, aumenta ainda mais. Segundo o usuário, especialmente nesses dias, não há reposição quando algum veículo deixa de funcionar. Disse, ao final, que considera uma linha direta bairro a bairro mais eficiente para os passageiros do que o atual sistema de integração, tendo em vista a grande demora dos ônibus, principalmente ao transitar no entorno (tanto para entrar, quanto para sair) da Estação São Gabriel

Após a conversa na Estação São Gabriel, a deputada e alguns dos participantes que acompanhavam a visita embarcaram em um dos ônibus da Linha 815, rumo ao ponto final no Bairro Conjunto Paulo VI. No trajeto – realizado com o ônibus já lotado desde a estação –, vários passageiros manifestaram sua insatisfação com a situação do transporte público coletivo de passageiros por ônibus e reiteraram as reclamações e demandas já expostas, podendo ser ressaltadas:

- situação de constante superlotação dos ônibus;
- maioria de veículos velhos e precários;
- sinal ou campainha para desembarque apresenta defeito ou não funciona em grande parte dos ônibus;
- ausência de ônibus aos sábados, domingos e feriados;
- descumprimento do quadro de horários divulgados e atrasos constantes<sup>2</sup>;
- calor excessivo nos ônibus devido ao mau funcionamento ou mesmo ao não funcionamento do ar-condicionado na grande maioria dos veículos;
- goteiras nos ônibus;
- janelas que trepidam e em péssimo estado de conservação;
- portas danificadas, que não fecham corretamente;
- bancos rasgados, quebrados ou soltos;
- vários ônibus quebram por falta de manutenção;
- necessidade de se reavaliar o trecho do percurso dos ônibus no Anel Rodoviário, pois o retorno realizado no Bairro Jardim Vitória atrasa muito a viagem;
- ausência de agentes de bordo como mais um fator dificultador no transporte e de aumento da insegurança dos passageiros, tendo em vista o grande desgaste causado aos motoristas, que têm sua condição de trabalho piorada ao acumular todas as funções;
- ônibus que circulam em comboio<sup>3</sup>: quase sempre saem mais de dois ônibus ao mesmo tempo da Estação São Gabriel, o que ocasiona ainda maior tempo de espera dos passageiros que utilizam a linha, seja na estação, seja nos pontos do percurso, fator que gera situações de superlotação dos veículos;
- alto custo das passagens, sem qualquer contrapartida na melhoria do serviço.

Ainda durante o trajeto, a deputada Bella Gonçalves realizou uma ligação para o número 156 com o objetivo de testar o atendimento. Sobre o serviço, a deputada certificou a dificuldade na formalização da reclamação. Disse que, após ter sido informada que a ligação seria cobrada, foi-lhe apresentado o menu, que avaliou bastante confuso. Para a deputada, as opções existentes dificultam o entendimento e o prosseguimento da ligação pelos usuários, desencorajando-os de finalizarem suas reclamações sobre os serviços públicos municipais. Avaliou que as opções do serviço não são assertivas e o usuário não tem clareza sobre qual alternativa

escolher. Informou também que lhe foi passado um número de WhatsApp para prosseguimento da notificação. Nesse número, por volta das 18h30min, a deputada detalhou o registro. No entanto, somente por volta das 20 horas foi respondida, porém por meio de uma mensagem automática que apresentava outros encaminhamentos a serem realizados pelo usuário, e sem de fato responder ou solucionar a questão. Dessa forma, na verdade, a denúncia sobre o mau estado de conservação do ônibus – objeto da reclamação da deputada – não poderia ser feita pelo número 156, mas por um número de WhatsApp ou por um aplicativo específico, que deveria ser baixado pelo usuário. Na sua visão, destacou a parlamentar, o serviço 156 provoca a exclusão digital, principalmente das pessoas que naturalmente apresentam alguma dificuldade, como idosos, por exemplo.

Já no final do trajeto, foi possível aos visitantes observar que quatro ônibus chegaram, juntos, ao final da linha, no Bairro Conjunto Paulo VI. A circulação de veículos da linha em comboio foi confirmada por vários passageiros, que ressaltaram tratar-se de uma situação comum: ficam muito tempo aguardando e, quando passam, passam vários ônibus seguidamente.

Ao desembarcarem no ponto final da linha, os visitantes se depararam com uma situação precária. As pessoas precisam esperar os ônibus em um local com chão de terra, sem passeio e nenhum tipo de pavimentação. Não existe qualquer sinalização de que o lugar é um ponto de ônibus. Além disso, o local é escuro, a iluminação é ruim, não há um banco sequer, nem condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e pessoas com deficiência. Não há cobertura ou uma estrutura mínima para abrigar os usuários do sol ou da chuva, muito menos painel ou visor com informações sobre o quadro de horários. De fato, o local é bastante precário e inseguro, notadamente à noite.

Após conversar com moradores que se encontravam perto do ponto final, os visitantes percorreram algumas ruas do Bairro Montes Claros, que faz divisa com o Bairro Conjunto Paulo VI. O Bairro Montes Claros possui atualmente cerca de 5 mil usuários do transporte coletivo e, apesar de existir há 26 anos, ainda carece da infraestrutura necessária, inclusive de asfaltamento nas ruas, para a circulação dos ônibus. Por esse motivo, o bairro conta somente com um micro-ônibus na Linha 826, uma linha circular da rede de vilas e favelas. Segundo moradores, o veículo circula somente por cerca de 500 metros dentro do bairro e os usuários precisam caminhar longas distâncias, muitas vezes à noite, para conseguir chegar ao ponto final da Linha 815, já no Bairro Conjunto Paulo VI. Quanto a esse problema específico, foi pleiteada a disponibilização de mais um micro-ônibus para a Linha 826.

### **Conclusão**

A Comissão de Direitos Humanos cumpriu a finalidade da visita, que era averiguar as condições de violação da dignidade e os riscos à vida e à integridade física dos passageiros, em especial da Linha 815, que se envolveu em três acidentes com vítimas em curto período de tempo. Na oportunidade, a comissão se deslocou em um dos ônibus da linha, realizando o percurso da Estação São Gabriel até o ponto final e percorreu, ainda, parte dos Bairros Conjunto Paulo VI e Montes Claros.

Com o transcorrer da visita, evidenciaram-se as condições precárias e de grande insegurança cotidianamente impostas aos usuários do transporte público coletivo de passageiros em Belo Horizonte. Para a deputada Bella Gonçalves, as condições observadas na Linha 815 expressam a precariedade geral do sistema de transporte público coletivo de passageiros por ônibus, mas não só. A região Nordeste é majoritariamente ocupada por uma população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. O transporte disponibilizado espelha e reforça, inclusive, essa vulnerabilidade. Desse modo, para além da ineficiência do transporte, sentida pela população de maneira geral, é evidente a maior negligência na prestação do serviço aos mais pobres, fator este que se reveste em mais uma camada no aprofundamento das diferenças de tratamento em relação às pessoas que mais necessitam.

Nesse contexto, a deputada ressaltou a maior penalização das populações moradoras dos territórios periféricos, especialmente mulheres e jovens, que se somam na configuração da maioria do público usuário do transporte público coletivo e que sofre com muitas dificuldades adicionais. Frisou, assim, a urgência de se garantir, sobretudo a esse público, o real acesso à cidade, à mobilidade urbana e aos direitos decorrentes, como forma de protegê-lo das várias formas de violação e promover sua dignidade.

Como desdobramentos da visita, a deputada Bella Gonçalves sugeriu alguns encaminhamentos, que foram formalizados por meio de requerimentos<sup>4</sup> com pedidos de providências:

– à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à BHTrans, para a melhoria das ferramentas e procedimentos para a formalização das reclamações pelos usuários; o fortalecimento das ações de fiscalização; a realização de estudos para alterações no trajeto da Linha 815, com vistas à redução do tempo das viagens; a adequação e a modernização da frota dos ônibus; e a disponibilização de, pelo menos, mais um micro-ônibus na Linha 826;

– à Defensoria Pública e ao Ministério Público de Minas Gerais, para a adoção das intervenções judiciais e administrativas pertinentes visando à garantia da qualidade do transporte público coletivo de passageiros por ônibus; à reparação dos danos sofridos pelos usuários; e ao cumprimento das obrigações contratuais por parte das empresas concessionárias.

Sala das Comissões, 14 de novembro de 2024.

Bella Gonçalves, relatora.

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/10/15/bh-registra-terceiro-acidente-com-onibus-da-linha-815-em-menos-de-um-mes.ghtml>>. Acesso em: 22 maio 2024.

<sup>2</sup> Dois estudantes ouvidos, que estudam na E.E. Olegário Maciel e Sesi MG, relataram que, apesar de saírem da escola por volta das 18h20min, chegam em casa bem mais tarde, por volta das 20 horas.

<sup>3</sup> Sobre isso, foi ressaltado por algumas pessoas o fato de as empresas receberem por quilômetro rodado e não por número de passageiros, o que poderia prejudicar a correta distribuição e circulação dos ônibus.

<sup>4</sup> Requerimentos de Comissão n°s 10.763/2024, 10.764/2024 e 10.765/2024, aprovados durante reunião da Comissão de Direitos Humanos na data de 30/10/2024.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

#### Local visitado: Universidade Federal de Minas Gerais – *Campus Pampulha*

#### Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão n° 10.312/2024, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, em 19/8/2024, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG *Campus Pampulha* –, com o objetivo de verificar os impactos do empreendimento automobilístico *Stock Car* para as atividades desenvolvidas pela Instituição.

Participaram da visita a deputada Beatriz Cerqueira e a deputada Bella Gonçalves e as acompanharam Sandra Goulart, reitora da UFMG, Alessandro Fernandes Moreira, vice-reitor da UFMG, Afonso de Liguori Oliveira, diretor da Escola de Veterinária, Eliane Gonçalves de Melo, vice-diretora da Escola de Veterinária, e Christina Malm, diretora do Hospital Veterinário.

#### Relato

No início da visita, a deputada Beatriz Cerqueira esclareceu aos presentes que a ida ao *campus* da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – atendia à agenda de compromissos da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para avaliar os impactos do empreendimento de *Stock Car* nas unidades e serviços da maior e mais importante instituição universitária de Minas Gerais e uma das mais proeminentes do País.

O BH Stock Festival compreende a realização de provas automobilísticas de *Stock Car* no entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão –, em Belo Horizonte, por cinco edições anuais consecutivas. O projeto foi lançado no início de 2024, com o apoio da prefeitura municipal, e a etapa de 2024 foi efetivamente realizada nos dias 15 a 18/8/2024.

O circuito foi estabelecido no entorno do Mineirão e tem 3.200m. Além da corrida principal, foram realizados treinos e etapas classificatórias nos dias anteriores à disputa. Além dessas atividades automobilísticas, ocorreram diversas programações de entretenimento, gerando ruídos e perturbações constantes nas áreas afetadas. A reta principal do trajeto passava na Avenida Coronel Oscar Paschoal, entre o Centro Esportivo Universitário – CEU – e o *hall* de entrada do estádio. Os carros deviam partir em direção à Avenida Antônio Abrahão Caram e Avenida Rei Pelé, contornando o Mineirão. Em seguida subiam a Avenida Presidente Carlos Luz até próximo ao trevo do Bairro Ouro Preto, retornando em seguida para o início do circuito.

Nas visitas anteriores, realizadas em 21/3/2024 e em 24/5/2024, esta comissão se dedicou a avaliar o provável impacto do ruído e da trepidação no Biotério Central da universidade e nas instalações pertencentes ao Hospital Veterinário da Universidade, respectivamente, e constatou que as atividades precípuas das instituições seriam alteradas ou canceladas devido a entraves ocasionados pelo empreendimento na circulação de veículos e pessoas.

Na primeira visita ficou claro como o Biotério, cujo criatório fornece cobaias para muitas e relevantes pesquisas no Estado e no País, estava vulnerável aos impactos – volume de som e trepidações – provocados pela movimentação de uma corrida de veículos em local tão próximo à sua sede.

Na segunda, a comissão pode também verificar como os principais setores do Hospital, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Patologia, Reprodução, Divisão de Enfermagem e de Farmácia localizavam-se a poucos metros do principal trecho da corrida de carros. Além disso, foram também visitados o Laboratório de Análise da Qualidade do Leite da Escola de Veterinária da UFMG – LabUFMG – e o Laboratório de Aquicultura.

A terceira visita, objeto deste relatório, foi realizada na segunda-feira imediatamente seguinte ao fim de semana prolongado da realização da prova principal. A comissão constatou que todos os impactos temidos pela UFMG e pela sociedade belo-horizontina se concretizaram e, até mesmo, suplantaram o prejuízo antevisto, a despeito das medidas paliativas tomadas unilateralmente pela universidade. Em diversas dimensões relacionadas ao trabalho mais importante da instituição, os prejuízos serão irreversíveis, especialmente se as próximas edições previstas para o evento permanecerem no mesmo local.

A reitora afirmou, uma vez mais, que a UFMG não foi em nenhum momento convidada a participar ou opinar sobre a realização do evento, a despeito de ter procurado as entidades envolvidas para estabelecer diálogo e oferecer alternativas técnicas embasadas para a realocação do espaço previsto para a corrida. Relatou, também, que o evento atingiu índices de rejeição em torno de 72% entre a população belo-horizontina. Além de todo esse descaso com a instituição, com a opinião popular e com a vizinhança geral do evento, lideranças envolvidas na produção da corrida ainda promoveram ataques pessoais à reitora e a parlamentares que se somaram aos críticos da realização da corrida naquele ambiente inadequado. A reitora ainda asseverou que não há comparação entre os impactos de eventos realizados na esplanada do Mineirão ou no próprio estádio e os que foram constatados nos dias do *Stock Car*.

Foi possível observar nesta terceira visita que o empreendimento colocou colchonetes nas grades de proteção da pista. A ação mitigatória teria sido imposição judicial e seu objetivo era conter as ondas sonoras. No entanto, como as grades foram instaladas abaixo do nível do terreno da universidade onde estão os laboratórios e centros de pesquisa, é óbvio que a propagação do som não encontrou, em realidade, nenhuma barreira. Os colchonetes, de fato, pareciam um arremedo de proteção risível. No que se refere à trepidação nem esse tipo de medida foi tentada, por absoluta inutilidade.

Tudo isso reforça a conclusão de que o evento era de fato incompatível com o local – e os dados a serem compilados em breve pelas áreas técnicas competentes da UFMG certamente documentarão e comprovarão essa ilação. Para que o público em geral possa ter conhecimento do ocorrido, a deputada Beatriz Cerqueira anunciou que apresentará requerimento de audiência pública para discutir o relatório com esses dados.

A UFMG, para mitigar os prejuízos antevistos, realizou, por conta própria e a um alto custo orçamentário – cerca de R\$1.000.000 –, as intervenções que eram possíveis nos locais mais sensíveis: alguns animais de grande porte foram transferidos, o

espaço do Biotério recebeu blindagem, entre outras medidas. Isso porque, desde pelo menos fevereiro de 2024, por ocasião de audiência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada em 29/2 para debater os impactos socioambientais que poderiam ser causados pelo evento, a universidade já vinha alertando para o fato de não foi consultada sobre quaisquer aspectos do evento e que seria impossível ações mitigatórias realmente efetivas. Considerando a importância da instituição, sua contribuição para a educação, a ciência e a cultura e a movimentação diária de aproximadamente 60 mil pessoas da comunidade, o justo e esperado seria que houvesse algum tipo de tratativa durante o planejamento e a discussão da viabilidade da proposta.

Durante as duas visitas técnicas anteriores desta comissão, já haviam sido averiguados os potenciais riscos para as atividades de pesquisa, ensino e extensão, como a poluição sonora, durante os quatro dias do evento, o bloqueio de vias do entorno em datas anteriores e posteriores e, sobretudo, a interrupção de pesquisas científicas em andamento.

O Biotério Central tem por objetivo a produção de roedores padronizados para pesquisas científicas de alta qualidade. A instalação, inaugurada em 2009, ocupa uma área de 2.064m<sup>2</sup> no *campus* da UFMG e conta com dois andares, além de um extenso parque de equipamentos. É uma plataforma técnico-científica de alta complexidade, dedicada à criação de roedores com padrões sanitários e genéticos estabelecidos, e atende às necessidades de ensino e pesquisa científica. O biotério da UFMG é o maior do Brasil, seu custo de instalação é de R\$10 milhões e avalia-se que o de funcionamento seja de cerca de R\$1 milhão anuais.

O equipamento presta serviço a todas as unidades da UFMG, sobretudo o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas, a Faculdade de Farmácia, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Medicina e a Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que realizam pesquisas experimentais nas áreas de ciências exatas, biológicas e de saúde, além do CT-Vacinas. Os serviços oferecidos incluem não apenas o fornecimento de roedores, mas também a realização de exames parasitológicos e o monitoramento ambiental e sanitário. Além de assegurar o cumprimento dos padrões genéticos estabelecidos, também é garantida a verificação da saúde dos animais e o atendimento às normas sanitárias definidas pelos órgãos reguladores. Protocolos rigorosos são implementados para garantir o bem-estar dos animais, que são utilizados apenas após uma análise detalhada das necessidades de cada pesquisa. Anualmente, são produzidos cerca de 23 mil roedores, que são os animais mais frequentemente utilizados em testes devido ao seu curto ciclo de vida, alta taxa de reprodução e semelhança genética e fisiológica com os seres humanos.

As pesquisas para as quais os animais são meticulosamente criados abrangem vários objetivos: produção de vacinas (dengue, leishmaniose, doença de Chagas, malária e covid); diagnóstico e tratamento de tuberculose, doença de Alzheimer e outras doenças degenerativas, hipertensão, diabetes, dependência química, epilepsia, câncer, hanseníase; pesquisas em odontologia, educação física, microbiota e estudos comportamentais. Quaisquer perturbações ambientais, como ruídos e vibrações, afetam os animais de formas imprevisíveis, com risco de crises convulsivas, canibalismo e até morte, na medida em que são alterados seus padrões fisiológicos e comportamentais. Mesmo em caso de sobrevida, as alterações fisiológicas causadas pelo *stress* poderiam torná-los incompatíveis com os parâmetros das pesquisas a que se destinam. No caso do barulho, o tolerado pelos animais é em torno de 55 decibéis.

O funcionamento do Hospital Veterinário foi bastante afetado pelo empreendimento da *Stock Car*. Equipamento de intensa atividade, o hospital é responsável por, pelo menos, 35.000 atendimentos por ano e oferece consultas, cirurgias, exames de imagem e laboratoriais. Atua em favor de todas as espécies de animais domésticos, além de algumas espécies silvestres. Integrado à Escola de Veterinária da UFMG, o hospital se dedica a atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo o Projeto Castração, cujo objetivo é controlar a população de cães e gatos em comunidades de baixa renda e resgatar animais em Belo Horizonte. Em funcionamento há 12 anos, o projeto realiza a castração de cerca de 700 cães e gatos anualmente, com a participação ativa de alunos de graduação e pós-graduação. Também é o principal laboratório e local de prática médica para os alunos de graduação em Veterinária, oferecendo uma ampla gama de atividades experimentais para o curso. Colabora com os programas de graduação, pós-graduação e pesquisa da Escola

de Veterinária e outras unidades da UFMG, além de desenvolver projetos de extensão em comunidades urbanas e rurais. Cerca de três semanas antes da corrida, os atendimentos foram reduzidos e, desde a véspera do evento, o local ficou totalmente fechado. Os atendimentos emergenciais foram transferidos para clínicas privadas que se voluntariaram. Foi necessário transferir 26 animais para uma fazenda da UFMG e para outras universidades. Nem todos os animais, entretanto, puderam ser transferidos, como as cabras em processo de gestação que foram diretamente atingidas pelo barulho.

Durante a visita objeto do presente relato, ocorreu o óbito de um cão que não pode ser atendido a tempo por causa da permanência das vias fechadas em torno do hospital. A BHTrans havia informado – por meio de faixas, já que não houve nenhum contato com a universidade – que o trânsito seria liberado na segunda-feira de manhã, o que pudemos averiguar que não ocorreu, pois nossa visita durou até o horário da tarde e as ruas do entorno permaneciam fechadas ao tráfego. Agentes da empresa que circulavam no local se recusaram a informar às parlamentares presentes na visita qual a previsão de liberação do trânsito.

No caso do Laboratório de Aquicultura, um dos destinos da segunda visita da comissão, a preocupação com o impacto das reverberações nos tanques de água também se confirmou. Eram 27 mil peixes nos reservatórios e, em face da potencialização do som que a água proporciona, houve grande mortandade, que está sendo objeto dos estudos de impacto do evento.

Outro espaço afetado foi o Laboratório de Análise da Qualidade do Leite da Escola de Veterinária da UFMG – LabUFMG –, equipamento de tecnologia de ponta credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para análises do leite cru recebido de fazendas e laticínios. A missão do laboratório é aferir e avaliar diversos componentes dessas fontes, como proteínas, gorduras e lactose, além de realizar contagens de células somáticas, contagem total de bactérias, detecção de resíduos de antimicrobianos e crioscopia. Mensalmente, o laboratório processa cerca de 75.000 amostras e atende aproximadamente 300 laticínios, desempenhando papel preponderante em cerca de 14 mil fazendas. O volume de amostras recebidas frequentemente ultrapassa uma tonelada. É o único laboratório no Estado a oferecer esses serviços e um dos poucos do Brasil. As obras preparatórias para a corrida e o evento foram um transtorno para a logística de funcionamento do laboratório e para o atendimento em si, pois interromperam o acesso livre e fluxo e ritmo adequado de veículos ao laboratório. Além disso, as obras podem ter afetado os equipamentos do laboratório, que são extremamente sensíveis e valiosos, com um custo total estimado em R\$9 milhões; a calibração de um único equipamento pode custar cerca de R\$ 57 mil. Trepidações no entorno afetam a acurácia dos equipamentos e, eventualmente, podem exigir substituições de peças ou novas calibrações a custos altíssimos. A avaliação de danos ainda está em curso.

### Conclusão

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia concluiu que a finalidade da visita foi devidamente cumprida, uma vez que proporcionou a oportunidade de verificar *in loco* os impactos anteriormente previstos e já antecipar o conhecimento sobre alguns dos prejuízos ocasionados pelo empreendimento *Stock Car* na universidade e na pesquisa científica.

A visita cumpriu, assim, seu objetivo de dar continuidade ao processo de acompanhamento do caso. Como desdobramento, a comissão apresentará requerimento solicitando a realização de audiência pública para apresentação dos dados de impacto do evento na UFMG, que estão sendo produzidos pelas diferentes áreas técnicas da instituição.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, relatora.



**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**

### CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 14/11/2024, a seguinte correspondência:

## OFÍCIOS

Ofício nº 5202/2024/GM/MinC, do Ministério da Cultura, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.479/2023, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 2.479/2023.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.379/2023, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao Requerimento nº 3.379/2023.)

Ofício da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.305/2023, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. (– Anexe-se ao Requerimento nº 4.305/2023.)

Ofício nº TRF6 – PRESI 1318/2024, do Tribunal Regional Federal – 6ª Região, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.198/2024, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.198/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.397/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.397/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.447/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.447/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.460/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.460/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.471/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.471/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.472/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.472/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.476/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.476/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.478/2024, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.478/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.515/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.515/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.516/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.516/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.517/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.517/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.521/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.521/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.533/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.533/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.534/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.534/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.535/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.535/2024.)

Ofício nº 306/2024, do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando que a Comissão de Participação Popular encaminhe ao Senado Federal um pedido de juntada da manifestação expressa na Moção de Apoio nº 021/2023, dessa casa, ao Projeto de Lei nº 591/2021, que visa garantir que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT – continue como uma empresa pública. (– À Comissão de Participação Popular.)

Ofício nº 336/2024, do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando seja pautado o Projeto de Lei nº 2.183/2020. (– À Mesa da Assembleia.)

Ofício nº 318/2024, da Câmara Municipal de Ouro Fino, solicitando a juntada das leis dos Municípios de Ouro Fino, Jacutinga e Monte Sião, que instituem o Caminho do Imigrante Italiano, ao Projeto de Lei nº 3.268/2021. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.268/2021.)

Ofício nº 288/2024, do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, parabenizando o deputado Charles Santos pela apresentação do Projeto de Lei nº 3.843/2022 e solicitando aos demais parlamentares a aprovação do referido projeto. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.843/2022.)

Ofício nº 359/2024, da Sra. Shirley Elaine Gonçalves, vereadora da Câmara Municipal de Piumhi, manifestando apoio ao Projeto de Lei nº 1.024/2023. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.024/2023.)

Ofício nº 087/2024, da Câmara Municipal de Ouro Fino, parabenizando o deputado Rodrigo Lopes pela apresentação do Projeto de Lei nº 1.494/2023. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.494/2023.)

Ofício nº 308/2024, do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, parabenizando a deputada Nayara Rocha pela apresentação do Projeto de Lei nº 2.670/2024 e solicitando que a Moção de Apelo nº 28/2024 seja anexada à sua tramitação. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.670/2024.)

Ofício nº 303/2024, do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador da Câmara Municipal de Ouro Fino, parabenizando o deputado Antônio Carlos Arantes pela apresentação do Projeto de Lei nº 2.690/2024. (– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.690/2024.)



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 11/11/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Thiago Miller Miranda Lima Batista, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Enes Cândido;

nomeando Diane Aparecida Barroso, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dr. Maurício;

nomeando Mauricio Noronha Cortez, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Chiara Biondini.

### **ATO DA PRESIDÊNCIA**

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado João Bosco, Matrícula nº 18.857/3, no período de 1º a 16 de novembro de 2024.

Palácio da Inconfidência, 14 de novembro de 2024.

Tadeu Leite, presidente.

**CRENCIAMENTO Nº 2/2024**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, inciso II, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 26 de fevereiro de 2024, foi indeferido o pedido de credenciamento da Clínica Costa Gomes Odontologia, por desatender ao requisito previsto no item 1.3, “b”, do Anexo IV do Edital de Credenciamento nº 2/2024.

**AVISO DE LICITAÇÃO****Pregão Eletrônico nº 72/2024****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 211/2024**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 29/11/2024, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de materiais para impermeabilização de telhado.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2024.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**TERMO DE CRENCIAMENTO Nº 66/2024**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Dr. Marcel Leão Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, aos usuários da assistência odontológica da credenciante, previstos na Deliberação da Mesa nº 2.565, de 2013, na especialidade odontológica de ortodontia, reconhecida pelo Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais – CRO-MG –, de acordo com a tabela de procedimentos odontológicos da credenciante. Vigência: de 1º/12/2024 a 17/6/2034, termo final de validade do Credenciamento nº 2/2024, conforme o item 9.5.15 do respectivo edital. O distrato do Termo de Credenciamento nº 31/2023, celebrado entre a credenciante e a credenciada, ocorrerá em 30/11/2024. Licitação: inexigível, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 79, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**TERMO DE CONTRATO Nº 82/2024****Número no Siad: 9440951**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: B F dos Santos – Restaurante – ME. Objeto: fornecimento de lanches. Vigência: 36 meses contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, prorrogável na forma da lei. Licitação: Pregão Eletrônico nº 55/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.

**ERRATA****PROJETO DE LEI Nº 3.011/2024**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/11/2024, na pág. 33, no despacho, onde se lê:

“vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I”, leia-se:

“vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102”.